

LINA MALTA STEPHAN

**AS NARRATIVAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO EM MATIAS BARBOSA E EM
SIMÃO PEREIRA, NA ZONA DA MATA MINEIRA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientador: Leonardo Civalle

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S827n
2023

Stephan, Lina Malta, 1986-

As narrativas de patrimonialização em Matias Barbosa e em
Simão Pereira, na Zona da Mata Mineira / Lina Malta Stephan. –
Viçosa, MG, 2023.

1 tese eletrônica (412 f.): il.

Inclui anexos.

Orientador: Leonardo Cívale.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2023.

Referências bibliográficas: f. 317-324.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.299>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Patrimônio cultural - Matias Barbosa (MG) - Aspectos
sociais. 2. Patrimônio cultural - Simão Pereira (MG) - Aspectos
sociais. 3. Participação social. I. Cívale, Leonardo, 1962-.
II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD 22. ed. 363.69

LINA MALTA STEPHAN

**AS NARRATIVAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO EM MATIAS BARBOSA E EM
SIMÃO PEREIRA, NA ZONA DA MATA MINEIRA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 14 de março de 2023.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 LINA MALTA STEPHAN
Data: 17/05/2023 22:12:55-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Lina Malta Stephan
Autora

Documento assinado digitalmente
 LEONARDO CIVALE
Data: 18/05/2023 16:30:20-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Leonardo Civalle
Orientador

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Ítalo e Elizete, por todo o empenho que tiveram em minha educação e pelo apoio incondicional em todas as fases da minha vida.

Agradeço ao meu esposo, Vinícius Abranches, pelo apoio na minha decisão de fazer o doutorado, pela compreensão e pela paciência que teve, por todos os planos que tivemos que adiar.

Agradeço a minha irmã Alice, pelo apoio e pela amizade.

Agradeço ao meu cãozinho Gaudi, pela alegria que me proporcionou todos os dias e pela companhia enquanto eu escrevia esta tese.

Agradeço ao meu orientador, Leonardo Civalle, por ter compartilhado comigo todo o seu conhecimento, pelo apoio e pela confiança no meu esforço e dedicação.

Agradeço aos meus amigos do PERMEAR, por me permitirem fazer parte dessa equipe e por compartilharem comigo essa paixão e cuidado pelo nosso Patrimônio Histórico. Foi por meio dos trabalhos desenvolvidos junto ao PERMEAR, que eu tive os primeiros contatos com o Programa ICMS Cultural e com as cidades de Matias Barbosa e Simão Pereira.

Agradeço ao Ricardo Sartine, presidente do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Matias Barbosa, e ao Geraldo Nascimento, secretário de Turismo de Simão Pereira, que me receberam com muita atenção e me auxiliaram em tudo de que precisei para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também a todos os entrevistados de Matias Barbosa e de Simão Pereira, que contribuíram com as suas opiniões e histórias.

Agradeço aos meus amigos, professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, pelas experiências e conhecimentos compartilhados. Agradeço à Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realização desta pós-graduação. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Obrigada a todos por fazerem parte desta etapa em minha vida.

*“Gente olha pro céu
Gente quer saber o um
Gente é o lugar
De se perguntar o um
Das estrelas se perguntarem se
tantas são
Cada estrela se espanta à
Própria explosão”*

(Gente, Caetano Veloso)

RESUMO

STEPHAN, Lina Malta, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2023. **As narrativas de Patrimonialização em Matias Barbosa e em Simão Pereira, na Zona da Mata Mineira.** Orientador: Leonardo Civalle.

A preservação do Patrimônio Cultural é uma política de salvaguarda dos bens culturais que são símbolos da história, da identidade e da memória da sociedade. A partir da Constituição Federal de 1988, no Brasil, houve uma ampliação do conceito de Patrimônio Cultural, com a substituição do termo *Patrimônio Histórico e Artístico* para *Patrimônio Cultural Brasileiro*. Essa mudança significou o reconhecimento da herança cultural de diversos grupos formadores da sociedade brasileira: a valorização de suas práticas culturais, dos seus modos de vida e dos seus saberes. Porém, essa alteração no nome não significa, necessariamente, que tenha havido inclusão da população no processo de patrimonialização. Sendo assim, parte-se do problema de que uma parcela significativa da população não se identifica com o seu Patrimônio Cultural porque não participa do processo de reconhecimento dele. Esta pesquisa propõe analisar o processo de patrimonialização em pequenas cidades, tendo como foco dois municípios do interior de Minas Gerais: Matias Barbosa e Simão Pereira. Os dois municípios possuem várias características semelhantes como: formação histórica e formação cultural. O objetivo é identificar a relação que os habitantes têm com os seus bens culturais protegidos e se estes os representam. Espera-se que os resultados desta pesquisa sejam subsídio para estudos sobre pequenas cidades, para a criação e desenvolvimento de políticas de preservação do patrimônio, para a proteção da memória, da identidade, bem como para justificar a importância da participação popular nos processos de patrimonialização.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Processo de Patrimonialização. Participação Social.

ABSTRACT

STEPHAN, Lina Malta, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March 2023. **The heritage narratives in Matias Barbosa and Simão Pereira, in Zona da Mata Mineira.** Advisor: Leonardo Civalle.

The preservation of cultural heritage is a policy of safeguarding cultural assets that are symbols of society's history, identity and memory. From the Federal Constitution of 1988, in Brazil, there was an expansion of the concept of cultural heritage, with the replacement of the term Historical and Artistic Heritage by Brazilian Cultural Heritage. This change meant the recognition of the cultural heritage of several groups that formed Brazilian society: the appreciation of their cultural practices, their ways of life and their knowledge. However, this name change does not necessarily mean that the population is included in the patrimonialization process. Therefore, it starts from the hypothesis that a significant portion of the population does not identify with its cultural heritage for not participating in the process of discussion and recognition. The research proposes to analyze the process of patrimonialization in small cities, focusing on two municipalities in the interior of Minas Gerais: Matias Barbosa and Simão Pereira. The two municipalities have several similar characteristics such as: territoriality, historical formation and cultural formation. The objective is to identify the relationship that the inhabitants have with their protected cultural assets and whether they represent them. It is hoped that the results of this research will serve as a subsidy for studies on small cities, for the creation and development of heritage preservation policies, for the protection of memory, identity, as well as for the involvement of people with their heritage process.

Keywords: Cultural Heritage. Patrimonialization process. Social Participation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ponte sobre o Rio Paraibuna no traçado do Caminho Novo, ilustração de Juan Maurício Rugendas, datada do início do século XIX	85
Figura 2 - Rua Direita, atual Avenida Rio Branco em Juiz de Fora em 1872	87
Figura 3 - Estação do Pedro do Rio, a primeira da Estrada União e Indústria (esquerda)	91
Figura 4 - Estação da Serraria da Estrada União e Indústria (direita)	91
Figura 5 - Passagem da Estrada União e Indústria pela Serra do Taquaril.....	92
Figura 6 - Ponte do Retiro, primeira ponte da Estrada União e Indústria.....	92
Figura 7 - Ponte de Santo Antônio, em segundo plano é possível perceber área desmatada para plantio de café.....	92
Figura 8 - Colônia Dom Pedro II	93
Figura 9 - Ponte da Liberdade, Matias Barbosa.....	120
Figura 10 - Prédio da CAMIG, Matias Barbosa	122
Figura 11 - Cemitério Municipal de Matias Barbosa	124
Figura 12 - Túmulo de José Cardoso Saraiva, Matias Barbosa	125
Figura 13 - Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro, Matias Barbosa	128
Figura 14 - Praça da Bandeira, Matias Barbosa	129
Figura 15 - Sede do prédio da CEMIG, Matias Barbosa.....	131
Figura 16 - Prédio da Cadeia Pública, Matias Barbosa	132
Figura 17 - Prefeitura Municipal de Matias Barbosa.....	134
Figura 18 - Laboratório de Biologia Veterinária (aos fundos a antiga Tipografia), Matias Barbosa.....	136
Figura 19 - Busto de Getúlio Vargas, Matias Barbosa	138
Figura 20 - Busto de Getúlio Vargas e antiga Estação Ferroviária aos fundos.....	138
Figura 21 - Praça Peter Birkeland, Matias Barbosa.....	139
Figura 22 - Pannel de Azulejos “Evolução dos Transportes”, Matias Barbosa.....	140
Figura 23 - Pannel de Azulejos “Evolução dos Transportes”	141

Figura 24 - Chafariz em Pedra Sabão	142
Figura 25 - Relógio de Sol em Pedra Sabão, Matias Barbosa	143
Figura 26 - Relógio de Sol em Pedra Sabão em frente à Capela	144
Figura 27 – Capela da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo, Matias Barbosa	146
Figura 28 - Praça do Rosário, Matias Barbosa.....	147
Figura 29 - Imagem de satélite com a localização da Capela de Santo Expedito, Jardim do Mina	149
Figura 30 - Capela de Santo Expedito, Jardim do Mina, Matias Barbosa.....	150
Figura 31 - Praça Manoel de Castro, Matias Barbosa	151
Figura 32 - Registro do Paraibuna, Simão Pereira	172
Figura 33 - Imagem de satélite com a localização do Registro do Paraibuna.....	173
Figura 34 - Cemitério da Rocinha da Negra, Simão Pereira	174
Figura 35 e Figura 36 - Acervo documental da Antiga Fazenda Cabuí.....	176
Figura 37 - Antiga Casa da Estrada União e Indústria, Simão Pereira	178
Figura 38 - Portal da Antiga fazenda Miragem	179
Figura 39 - Chafariz das Pedras, Simão Pereira.....	181
Figura 40 - Estação Ferroviária de Cotegipe, Simão Pereira.....	182
Figura 41 - Estação de Souza Aguiar, Simão Pereira	183
Figura 42 - Praça de Santo Antônio, Simão Pereira.....	184
Figura 43 - Edifício da Prefeitura Municipal, Simão Pereira	186
Figura 44 - Sede da Primeira Unidade Sanitária, Simão Pereira	187
Figura 45 - Fazenda Mundo Novo, fachada principal, Simão Pereira;	189
Figura 46 - Fazenda Mundo Novo, fachada posterior, Simão Pereira.....	189
Figura 47 - Visada 1; Figura 48 - Visada 2.....	191
Figura 49 - Visada 3; Figura 50 - Visada 4.....	191
Figura 51 - Entorno imediato da Praça Nossa Senhora da Glória	193

Figura 52 - Entorno imediato da Igreja Nossa Senhora da Glória.....	193
Figura 53 - Mancha de ocorrência da Festa de Nossa Senhora da Glória.....	193
Figura 54 - Trajeto da procissão da Festa Nossa Senhora da Glória.....	193
Figura 55 - Fachada do Prédio da Camig com as lápides.....	210
Figura 56 e Figura 57 - Lápides inseridas na fachada do Prédio da Camig.....	211
Figura 58 - Outdoor com os bens protegidos de Matias Barbosa	215
Figura 59 - Ponto de ônibus com o "Mapa dos Bens Materiais, Imateriais e Inventariados de Matias Barbosa".....	216
Figura 60 - Nuvem de Palavras.....	238
Figura 61 - Calendário Ano de 2022, Matias Barbosa;	244
Figura 62 - Cartões-Postais, 2022, Matias Barbosa	244
Figura 64 e Figura 65 - Capas das Revistas da Prestação de Contas de Simão Pereira....	265
Figura 66 - Imagem do Chafariz de Pedras, do site da Prefeitura Municipal de Simão Pereira	266
Figura 67 – Imagem de satélite com a localização de Cotegipe em relação à Simão Pereira, Matias Barbosa e Juiz de Fora.....	270
Figura 68 - Imagem de satélite com a localização de Souza Aguiar em relação à Simão Pereira, Cotegipe, Matias Barbosa, Juiz de Fora e Três Rios.	271
Figura 69 - Fazenda da Vargem, Simão Pereira.....	274
Figura 72- Nuvem de Palavras.....	290
Figura 71 - Cartões Postais, "II Jornada Mineira do Patrimônio Cultural" de Simão Pereira.	294

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Região Intermediária de Juiz de Fora;	23
Mapa 2 - Região Intermediária de Juiz de Fora adaptado do mapa de Regiões Geográficas - Estado de Minas Gerais, do IBGE	23
Mapa 3 - Região Imediata de Juiz de Fora adaptado do mapa de Regiões Geográficas - Estado de Minas Gerais, do IBGE	24
Mapa 4 - Estrada Real.....	77
Mapa 5 - Caminho Novo	80
Mapa 6 - Bacia do Rio Paraibuna	84
Mapa 7 - Marcha do povoamento pelos cafezais na Zona da Mata mineira	86
Mapa 8 - Estrada BR - 040	102
Mapa 9 - Caminhos do Rio de Janeiro a Juiz de Fora Século XIX (à esquerda).....	104
Mapa 10 - Caminhos do Rio de Janeiro a Juiz de Fora Século XX (à direita)	104
Mapa 11 - Matias Barbosa	107
Mapa 12 - Simão Pereira	112
Mapa 13 - Bens tombados em Matias Barbosa.....	118
Mapa 14 - Bens tombados em Simão Pereira	171
Mapa 15 - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Casarão do Registro do Paraibuna ...	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características dos municípios da região imediata de Juiz de Fora	25
Quadro 2 - Referencial Teórico	29
Quadro 3 - Procedimentos metodológicos	30
Quadro 4 - Características de Matias Barbosa.....	108
Quadro 5 - Características de Simão Pereira.....	114
Quadro 6 - Lista de bens protegidos em Matias Barbosa e Simão Pereira	114
Quadro 7 - Lista de bens protegidos de Matias Barbosa.....	117
Quadro 8 - Folias cadastradas de Matias Barbosa	155
Quadro 9 - Violeiro cadastrado em Matias Barbosa	157
Quadro 10 - Decretos de tombamento e Localização dos bens tombados de Matias Barbosa	160
Quadro 11 - Decretos de registro e Localização dos bens registrados de Matias Barbosa	161
Quadro 12 - Valores atribuídos ao Patrimônio Material de Matias Barbosa	162
Quadro 13 - Valores atribuídos ao Patrimônio Imaterial de Matias Barbosa	163
Quadro 14 - Lista de bens protegidos de Simão Pereira.....	170
Quadro 15 - Decretos de tombamento e Localização dos bens tombados de Simão Pereira	196
Quadro 16 - Valores atribuídos ao Patrimônio Material de Simão Pereira.....	199
Quadro 17 - Valores atribuídos ao Patrimônio Imaterial de Simão Pereira.....	199
Quadro 18 - Perfil dos entrevistados de Matias Barbosa	206
Quadro 19 - Bens materiais de Matias Barbosa citados em entrevista	208
Quadro 20 - Os bens imateriais de Matias Barbosa citados em entrevista.....	213
Quadro 21 - Bens materiais considerados importantes para os entrevistados de Matias Barbosa	218
Quadro 22 - Bens imateriais considerados importantes para os entrevistados de Matias Barbosa	221
Quadro 23 - Bens imateriais mencionados pelos entrevistados de Matias Barbosa.....	229

Quadro 24 - Manifestações culturais não registradas em Matias Barbosa	235
Quadro 25 - Conhecimento dos entrevistados a respeito do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Matias Barbosa	248
Quadro 26 - Participação dos entrevistados de Matias Barbosa, nas questões referentes à preservação do Patrimônio Cultural.	252
Quadro 27 - Participação dos entrevistados de Matias Barbosa em eventos educativos sobre o tema Patrimônio Cultural.....	256
Quadro 28 - Entrevistados de Simão Pereira	261
Quadro 29 - Residências dos entrevistados de Simão Pereira	263
Quadro 30 - Os bens tombados de Simão Pereira citados em entrevista	264
Quadro 31 - Bens culturais considerados importantes para os entrevistados de Simão Pereira	274
Quadro 32 - Bens imateriais mencionados pelos entrevistados de Simão Pereira.....	283
Quadro 33 - Manifestações culturais não registradas em Simão Pereira	287
Quadro 34 - Manifestações culturais sugeridas pelos entrevistados de Simão Pereira	290
Quadro 35 - Conhecimento dos entrevistados a respeito do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Simão Pereira	299
Quadro 36 - Participação dos entrevistados de Simão Pereira, nas questões referentes à preservação do Patrimônio Cultural	301
Quadro 37 - Participação dos entrevistados de Simão Pereira em eventos educativos sobre o tema Patrimônio Cultural	304

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pontuação no ICMS Cultural de Matias Barbosa	165
Gráfico 2 - Pontuação do ICMS Cultural	166
Gráfico 3 - Mandatos dos prefeitos Municipais e a Pontuação no ICMS Cultural	168
Gráfico 4 - Pontuação no Programa ICMS Cultural – Simão Pereira	201
Gráfico 5 - Mandatos dos prefeitos Municipais e a Pontuação no ICMS Cultural	202
Gráfico 6 - Pontuação no ICMS Cultural - Exercício 2022.....	203
Gráfico 7 - Pontuação referente à Educação Patrimonial, Matias Barbosa.....	259
Gráfico 8 - Pontuação referente à Educação Patrimonial, Simão Pereira	308

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMPAR - Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraíba

CAMIG - Companhia Agrícola de Minas Gerais

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

CEFDPII - Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II

CONEP - Conselho Estadual do Patrimônio Cultural

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

IBC – Instituto Brasileiro de Café

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IEPHA-MG – Instituto Estadual Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IMN - Inspetoria dos Monumentos Nacionais

INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PCL – Política Cultural Local

REGIC - Regiões de Influência das Cidades

SECULT – Secretaria de Cultura

SEMPAC - Setor Municipal de Patrimônio

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	38
1.1. A Importância da Preservação do Patrimônio Cultural	38
1.2. A Patrimonialização em Âmbito Nacional	42
1.3. A Patrimonialização em Minas Gerais	52
1.3. As Cidades e a Preservação do Patrimônio Cultural	58
1.4. A Participação Social nas Ações de Preservação do Patrimônio Cultural	65
1.5. Educação Patrimonial e Inventário Participativo como Formas de Inclusão e Participação Social	67
CAPÍTULO 2: OS MUNICÍPIOS DE MATIAS BARBOSA E DE SIMÃO PEREIRA: FORMAÇÃO HISTÓRICA E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	73
2.1. História e Formação da Zona da Mata de Minas Gerais	73
2.1.1. A Estrada Real.....	75
2.1.2. O Caminho Novo e a Formação de Povoados.....	78
2.1.3. Rio Paraibuna – da Mineração aos Cafezais	84
2.1.4. Estrada União e Indústria.....	88
2.1.5. Estrada de Ferro Dom Pedro II	95
2.1.6. Industrialização	98
2.1.7. Rodovia Federal BR040	100
2.2. História de Matias Barbosa.....	105
2.2.1. Formação Histórica	105
2.2.2. Características Municipais de Matias Barbosa.....	107
2.3. Simão Pereira	108
2.3.1. Formação Histórica de Simão Pereira	108
2.3.2. Características Municipais de Simão Pereira	112
CAPÍTULO 3: O PATRIMÔNIO CULTURAL EM MATIAS BARBOSA	116
3.1. O Patrimônio Material em Matias Barbosa	118
3.1.1. Reconhecidos em Nível Municipal	119
3.1.2. Reconhecidos em Nível Federal.....	145
3.2. O Patrimônio Imaterial em Matias Barbosa	148
3.2.1. Reconhecido em Nível Municipal	148
3.2.2. Reconhecido em Nível Estadual.....	154
3.2.3. Reconhecido em Nível Federal.....	157
3.3. O processo de patrimonialização em Matias Barbosa	160

3.4. A Participação de Matias Barbosa no Programa ICMS Cultural	165
CAPÍTULO 4: PATRIMÔNIO CULTURAL EM SIMÃO PEREIRA	170
4.1. O Patrimônio Material em Simão Pereira	171
4.1.1. Reconhecido em Nível Municipal	171
4.1.1.2. Exemplos do Século XIX.....	175
4.1.1.3. Exemplos do Século XX.....	184
4.1.2. Reconhecido em Nível Estadual.....	189
4.2. O Patrimônio Imaterial em Simão Pereira	192
4.3. Análise sobre o Patrimônio Cultural de Simão Pereira.....	195
4.4. O processo de patrimonialização em Simão Pereira	196
4.5. A Participação de Simão Pereira no Programa ICMS Cultural.....	200
CAPÍTULO 5: A POPULAÇÃO DE MATIAS BARBOSA E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL	205
5.1. Conhecimento sobre os bens culturais de Matias Barbosa:	207
5.1.2. O Reconhecimento da importância dos bens culturais de Matias Barbosa:	216
5.2. As relações com as manifestações culturais e com o patrimônio imaterial....	229
5.3. A população matiense e a preservação do seu Patrimônio Cultural	237
5.4. A população matiense e as políticas públicas	248
5.5. A população matiense e as ações educativas	256
CAPÍTULO 6: A POPULAÇÃO DE SIMÃO PEREIRA E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL	261
6.1. Conhecimento dos bens culturais de Simão Pereira:	264
6.2. O Reconhecimento da importância dos bens culturais de Simão Pereira:.....	274
Quadro 32 - Bens imateriais mencionados pelos entrevistados de Simão Pereira ..	283
6.3. A população simonense e a preservação do seu Patrimônio Cultural	290
6.4. A população simonense e as políticas públicas de preservação	299
6.5. A população simonense e as ações educativas	304
CONSIDERAÇÕES	311
ANEXOS	325
Poemas e trechos de poemas apresentados nos dossiês de tombamento	325
Entrevistas realizadas com os moradores de Matias Barbosa.....	327
Entrevistas realizadas com os moradores de Simão Pereira	372

INTRODUÇÃO

O conceito de Patrimônio Cultural no Brasil, inicialmente estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937¹, foi ampliado pela Constituição Federal de 1988, quando a denominação Patrimônio Histórico e Artístico foi substituída por Patrimônio Cultural Brasileiro. Nessa alteração, houve a incorporação do conceito de referência cultural e a inclusão de bens de caráter imaterial, passíveis de reconhecimentos. Estabeleceu-se ainda uma parceria entre o poder público e as comunidades, com o objetivo de promover a proteção do Patrimônio Cultural.

A partir dessas mudanças, as novas políticas públicas para a preservação do Patrimônio Cultural passaram a valorizar expressões e referências culturais, as quais foram consideradas “Essenciais porque perpassam questões também relacionadas à garantia de direitos políticos, à preservação do ambiente, à sustentabilidade cultural, à inclusão social, a definições de identidade, ao direito à memória e ao respeito à diferença.” (IPHAN, 2019, p. 8)

Desde então, a herança cultural de diversos grupos formadores da sociedade brasileira, as práticas culturais, os seus modos de vida e saberes têm sido reconhecidos como patrimônio.

A preservação do Patrimônio Cultural é uma tentativa de salvaguardar bens culturais que sejam símbolos da história, da identidade e da memória da sociedade. “Na nossa vida cultural, raros são os termos que possuem um poder de evocação tão grande quanto ‘patrimônio’.” (POULOT, 2009, p. 9)

Para Candau (2014, p.189) “[...] a maneira pela qual os grupos de indivíduos fazem frente à perda nos informa sempre sobre o jogo da memória e da identidade no interior da sociedade considerada, em particular quando se trata de heranças do passado”.

Queremos tudo abraçar de nosso passado e sem dúvida prestamos mais atenção do que antes ao que já foi perdido. Por essa razão, não podendo tudo guardar, é despertado em nós um sentimento de dispersão, de esfacelamento daquilo que é impossível captar em totalidade. Por outro lado, se o que é transmitido não é estruturado é

¹ Segundo o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 - Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937)

porque, obcecados pela perda, queremos tudo transmitir sem hierarquia nem discernimento. (CANDAU, 2014, p. 189)

Além da falta de discernimento, existe ainda, a seleção que é realizada por um determinado grupo social, como diz Canclini:

O Patrimônio Cultural serve, assim, como recurso para produzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens. Os setores dominantes não só definem quais bens são superiores e merecem ser conservados, mas também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, tempo de trabalho e de ócio, para imprimir a esses bens maior qualidade e refinamento. (CANCLINI, 1994, p. 97)

A salvaguarda do patrimônio é essencial para identidade e memória de uma sociedade, por esse motivo, deve ser representada e incluída no processo de discussão e nas decisões sobre o que vai se proteger e o que não vai ser protegido.

As inquietações que me motivaram no desenvolvimento desta pesquisa, iniciaram-se em 2014, quando comecei a trabalhar como arquiteta e urbanista na equipe do PERMEAR, grupo que desenvolvia os trabalhos para o Programa ICMS Cultural².

Esse trabalho despertou o meu interesse em aprofundar o conhecimento sobre os processos de patrimonialização³ e de salvaguarda do Patrimônio Cultural nos municípios mineiros. Durante esse período, eu enquanto um dos sujeitos que atuam na preservação do patrimônio, percebi o quão rico e pouco reconhecido é o Patrimônio Cultural dessas cidades.

O Tombamento pode ser feito pela: União, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; pelo Governo Estadual, por meio da Secretaria de Estado da Cultura – CPC; pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, ou pelas administrações municipais que dispõem de leis específicas.

O processo de patrimonialização de um bem cultural acontece da seguinte forma: primeiro, ocorre uma indicação do bem material a ser tombado, ou do imaterial a ser registrado. A indicação pode ser feita por uma pessoa ou por um grupo. A segunda etapa é a apreciação para aprovação dos membros do Conselho de

² sigla referente ao imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação.

³ atribuição a um bem material ou imaterial com objetivo de garantir a sua preservação.

Preservação do Patrimônio Cultural. Em seguida, os proprietários são notificados e estes podem impugnar - o que implica na interrupção do processo - ou aprovar, o que permite a sua continuidade. Desta forma, o dossiê de tombamento ou de registro é elaborado e desenvolvido por especialistas. A etapa final consiste na aprovação do dossiê pelo Conselho, seguida da inscrição no livro do tombo ou no livro do registro, daí a publicação do decreto. Os decretos de tombamento ou de registro informam sobre a importância do bem e os elementos deste que passam a ser protegidos legalmente.

Os principais sujeitos que participam do processo de patrimonialização, principalmente quando se trata dos municípios que participam do Programa ICMS Cultural, são: os membros do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural, que são os responsáveis pela indicação e pela aprovação dos bens culturais à proteção legal; os técnicos especializados, que desenvolvem os trabalhos relacionados ao conhecimento e à valorização dos bens; os especialistas do IEPHA-MG, que analisam os documentos encaminhados anualmente ao Programa; o poder público, que define a forma como os recursos do ICMS Cultural vão ser empregados e investidos nas ações de preservação e de divulgação do Patrimônio Cultural, bem como os educadores, que trabalham o tema Educação Patrimonial.

Vale ainda ressaltar, os memorialistas, que escreveram obras a respeito da origem e formação dessas cidades; trabalhos essenciais para a divulgação e para o conhecimento da sua história.

Segundo Touraine (1994), os sujeitos são atores sociais quando se analisam suas funções no contexto das lutas pela democracia.

Chamo sujeito à construção do indivíduo (ou do grupo) como ator, pela associação de sua liberdade afirmada e de sua experiência vivida, assumida e reinterpretada. O sujeito é o esforço de transformação de uma situação vivida em ação livre; ele introduz a liberdade naquilo que aparece primeiro como determinantes sociais ou como uma herança cultural. (TOURAINÉ, 1994,p.22)

“Dessa maneira, apresenta os sujeitos da democracia como atores sociais que agem pela liberdade, por transformações em diferentes contextos e motivados por seus contextos.” (MOTTA, 2017, p.130)

Enquanto integrante da equipe técnica do PERMEAR, eu percebi que a contratação de pessoas especializadas para desenvolver os trabalhos a serem

encaminhados ao Programa é ação recorrente. Compreendo que existem diversos sujeitos que atuam em prol da preservação do Patrimônio Cultural e que estes não devem ser deslegitimados. Mas percebi que o envolvimento dos moradores e a participação deles nos processos de preservação dos bens é muito pequena, ou quase insignificante, diante do que poderia ser.

Não detectei, no processo, nenhuma etapa que envolvesse a identificação das referências culturais, nem consultas populares para identificação do que de fato representa os moradores locais. Por esse motivo, eu quis investigar o processo de identificação e discussão dos bens culturais que foram patrimonializados.

Sabe-se que a participação social é uma prática fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas, por isso é reconhecida na Lei Federal, Nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:[...]

II - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.(BRASIL, 2001)

Consciente disso, a hipótese que se aplica a esta pesquisa é que parcela da população não se identifica com o seu Patrimônio Cultural porque não participa do seu processo de discussão, de reconhecimento e de patrimonialização⁴.

Esta hipótese busca analisar a relação entre o patrimônio protegido e os discursos que envolvem os processos de patrimonialização das cidades de Matias Barbosa e de Simão Pereira, localizadas na Zona da Mata Mineira⁵.

Escolhi como objeto de estudo essas duas cidades, porque tive a oportunidade de conhecê-las, quando desenvolvi os trabalhos do Programa ICMS Cultural. Outro motivo foi o processo de formação e a identidade territorial que envolvem as duas cidades.

⁴ “ato, efeito ou ação de tornar um bem com valor de Patrimônio Cultural e social através do estudo, salvaguarda, preservação, conservação e divulgação.” (“PATRIMONIALIZAÇÃO”, 2021).

⁵ Região geográfica, localizada no estado de Minas Gerais, Abrange uma área de aproximadamente 35,7 mil km² e uma população de mais de 2 milhões de habitantes, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Desta forma, o problema a ser analisado nesta pesquisa é compreender o motivo pelo qual não há uma participação popular efetiva nos processos de discussão, reconhecimento e patrimonialização nesses municípios. Para essa análise, os questionamentos que norteiam esta pesquisa são:

- Qual o valor atribuído pela população ao seu Patrimônio Cultural?
- Como se dá o processo de patrimonialização de seus bens culturais?
- Existem bens culturais que não são protegidos legalmente e que têm uma representatividade para a população?
- Qual o discurso e a justificativa que envolvem o tombamento⁶ e o registro⁷ dos bens?
- Quais são as ferramentas que as políticas existentes oferecem para a proteção da identidade e da memória da população?
- Existem mecanismos que facilitam e/ou incentivam a participação popular na definição do Patrimônio Cultural das cidades?
- Se houver, quais são esses mecanismos?
- O patrimônio precisa ser protegido para ser reconhecido e valorizado pela população?

As pequenas cidades⁸ que são objeto desta pesquisa apresentam uma totalidade particular: características únicas, moldadas por sua história e por seus habitantes que nelas vivem, como também pelo processo de urbanização do país.

São características semelhantes que as aproximam como origem, função econômica e papel regional. “Tranquilidade, conhecimento mútuo e manifestações culturais cujas raízes vinculam-se a vida rural, são aspectos marcantes nas pequenas cidades brasileiras.” (ALVES et al., 2008, p. 4)

As pequenas cidades são aquelas que compartilham situações como ausência de equipamentos públicos e de serviços públicos como: hospitais, atendimento

⁶ Instrumento jurídico criado como uma forma de proteção do Patrimônio Cultural brasileiro, em 1937, pelo Decreto-lei nº 25, abrange apenas bens materiais.

⁷ Instrumento jurídico criado por meio do Decreto federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, com objetivo de contribuir, para a salvaguarda de bens imateriais.

⁸ O termo “pequenas cidades” adotado nesta pesquisa diz respeito a municípios de pequeno porte demográfico com população inferior à vinte mil habitantes.

médico especializado, escolas de formação técnica e superior e bens, serviços e espaços ligados à cultura e ao lazer em geral. Essas funções são atendidas em centros maiores. São cidades cuja marca é quase sempre a ausência de diretrizes e de agentes fiscalizadores. Essa situação favorece o processo de descaracterização dos bens culturais e é um obstáculo para salvaguarda do seu patrimônio.

A fragilidade da gestão de políticas urbanas específicas para esses locais prejudica, sem dúvida, o seu desenvolvimento. Muitas vezes, essas cidades não dispõem de recursos para elaboração e para aplicação de políticas públicas adequadas às suas necessidades e especificidades.

Diante das peculiaridades mencionadas, faz-se necessário dedicar um olhar bastante apurado sobre a preservação cultural nas pequenas cidades. Outro ponto a destacar é que toda comunidade possui a sua história, por isso chega a ser redundante o emprego da expressão “cidade histórica”, logo o registro desse passado é importante para a identidade de sua população.

Em um país como o Brasil, que possui municípios cujos centros históricos são reconhecidos como Patrimônio Mundial⁹, é importante estudar a preservação do Patrimônio Cultural em pequenos municípios e dar visibilidade a esse universo pouco explorado.

Esta pesquisa visou compreender a gestão da preservação do Patrimônio Cultural e a relação entre o Patrimônio Cultural protegido e parcela da população de Matias Barbosa, cidade com aproximadamente 14.548 habitantes, e Simão Pereira, com aproximadamente 2.618 habitantes; segundo estimativa do IBGE (Instituto Nacional de Geografia Estatística) - 2020.

Os dois municípios tiveram uma formação histórica semelhante. Essa característica se justifica pelo motivo de ambos estarem nas principais rotas coloniais: a de escoamento do ouro, como a Estrada Real e o Caminho Novo no século XVIII; as de escoamento do café no século XIX, como a estrada União e Indústria e a Estrada de Ferro Dom Pedro II; e da produção Industrial a partir do século XX, como a BR-040. Além disso, houve um eixo de ocupação às margens do Rio Paraibuna, o qual banha a região.

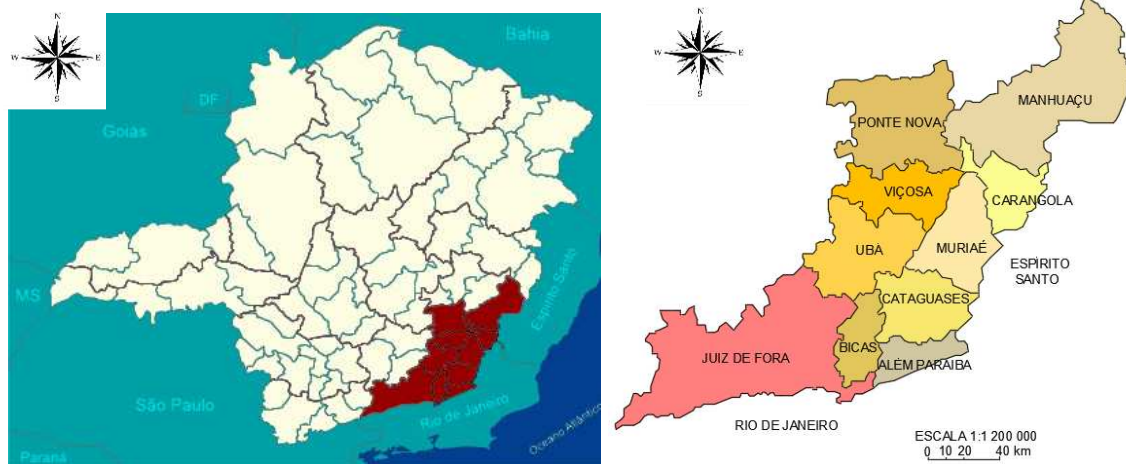
⁹ Por convenção, “patrimônio da humanidade” é o termo atribuído para patrimônio imaterial, e “patrimônio mundial”, para patrimônio material.

Simão Pereira e Matias Barbosa foram, no período entre 1885 e 1923, distritos de Juiz de Fora. Matias Barbosa, no período entre 1886 e 1923, e Simão Pereira, no período entre 1891 e 1923, quando foi transferido para constituir o novo município, o de Matias Barbosa. Em 1943, tomou a denominação de Simão Pereira e, em 1961, foi elevado à categoria de município, tornando-se politicamente independente, ao ser desmembrado de Matias Barbosa.

Matias Barbosa e Simão Pereira pertencem à região intermediária¹⁰ de Juiz de Fora e à região imediata¹¹ de Juiz de Fora, em Minas Gerais. A região intermediária de Juiz de Fora é representada nos Mapas 1 e 2. E a região imediata de Juiz de Fora está apresentada no Mapa 3.

Mapa 1 - Região Intermediária de Juiz de Fora;

Mapa 2 - Região Intermediária de Juiz de Fora adaptado do mapa de Regiões Geográficas - Estado de Minas Gerais, do IBGE



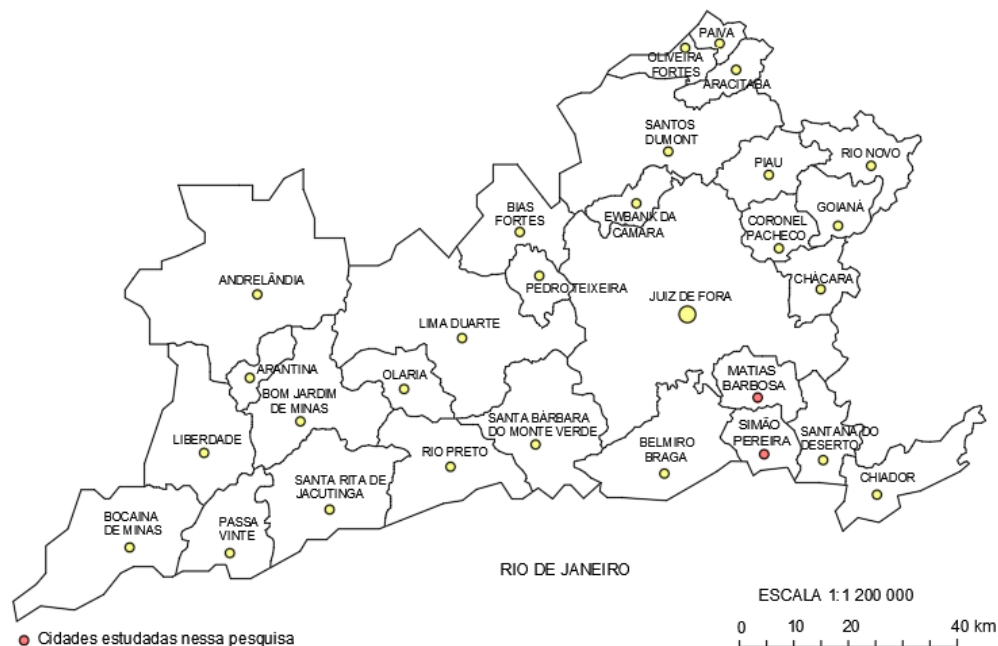
Fonte (Mapa 1): IBGE (2017). Fonte (Mapa 2): Autora (2021) adaptado de IBGE (2017).

Segundo o “Regiões de Influência das Cidades” (REGIC), os municípios de Matias Barbosa e de Simão Pereira são considerados centros locais; enquanto Juiz de Fora é considerada capital regional.

¹⁰ São regiões que “organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade.” (IBGE, 2017, p. 20)

¹¹ São regiões que são definidas a partir de centros urbanos próximos que têm uma relação para satisfação imediata das necessidades da população, como por exemplo: comercialização de bens de consumo duráveis e não duráveis; serviços na área de saúde e de educação; prestação de serviços públicos, entre outros.” (IBGE, 2017, p. 20)

Mapa 3 - Região Imediata de Juiz de Fora adaptado do mapa de Regiões Geográficas - Estado de Minas Gerais, do IBGE



Fonte: Autora (2021) adaptado de IBGE (2017).

Centros locais apresentam centralidade fraca quanto às atividades empresariais e de gestão pública, têm os centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas, e possuem em média 12 mil habitantes. (IBGE, 2018 p.13) Enquanto as Capitais Regionais têm “[...] capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios.” (IBGE, 2008, p. 11)

Compreender a relação de proximidade entre essas cidades e Juiz de Fora é importante, porque essa proximidade define muitas características que serão descritas a seguir. Os dois municípios apresentam algumas características comuns entre si e com Juiz de Fora, como por exemplo: fazem parte do Circuito Estrada Real¹²; possuem em comum a Estrada União e Indústria¹³, e a Estrada de Ferro Dom Pedro

¹² No século XVII, a estrada foi usada para escoamento de ouro e diamantes de Diamantina e Ouro Preto, interior de Minas Gerais ao Rio de Janeiro e Paraty, litoral do país, para depois ser destinado a Portugal.

¹³ inaugurada em 1861, construída para facilitar o escoamento de café até os portos do Rio de Janeiro, sua construção também foi responsável para impulsionar a chegada de imigrantes alemães e italianos para a região.

II¹⁴; e surgiram às margens do Rio Paraibuna¹⁵; tais características permitem que tenham uma paisagem cultural e histórica em comum, ou semelhante.

É importante conhecer a história dessa região, porque as gerações que viveram ali construíram parte do que hoje é reconhecido como Patrimônio Cultural. Os povos negros trazidos como cativos para o Brasil, os imigrantes europeus que vieram trabalhar nas lavouras de café e na construção da Estrada União e Indústria foram fundamentais para a formação e para a diversidade da cultura local.

No início do doutorado, a minha proposta para esta tese era estudar todos os municípios da região imediata de Juiz de Fora, cidade em que eu resido há vinte anos. Porém, o tempo para o desenvolvimento desta tese não seria suficiente para estudar todos eles, nem não seria possível compreendê-los com profundidade.

Para reduzir o objeto de estudo, foi necessário identificar os municípios da região imediata de Juiz de Fora que possuem características em comum, a fim de compará-los. A análise das características dos municípios está apresentada no Quadro 1:

Quadro 1 - Características dos municípios da região imediata de Juiz de Fora

Cidade	Características					
	População estimada (2021)	Rio Paraibuna	Caminho Novo e Estrada Real	Estrada União e Indústria	Estrada de Ferro Dom Pedro II	ICMS Cultural
Juiz de Fora	577.532	sim	sim	sim	sim	sim
Belmiro Braga	3.422	não	não	sim	sim	sim
Bias Fortes	3.282	não	não	não	não	sim
Chácara	3.216	não	não	não	não	sim
Coronel Pacheco	3.095	não	não	não	não	sim
Ewbank da Câmara	3.932	sim	sim	não	sim	sim
Lima Duarte	16.749	não	não	não	sim	sim
Matias Barbosa	14.626	sim	sim	sim	sim	sim
Pedro Teixeira	1.804	não	não	não	não	sim
Pequeri	3.340	não	não	não	não	sim
Piau	2.719	não	não	não	não	sim
Santa Bárbara do Monte Verde	3.212	não	não	não	não	sim
Santana do Deserto	3.985	não	não	não	não	sim
Santos Dumont	46.284	não	sim	não	sim	sim
Simão Pereira	2.621	sim	sim	sim	sim	sim

Fonte: Autora (2022).

¹⁴ Construída por volta de 1875, trouxe um impulso econômico para a região. Depois de um tempo passou a ser denominada Estrada de Ferro Central do Brasil.

¹⁵ O rio nasce na serra da Mantiqueira a 1.200m de altitude e depois de percorrer 166km lança-se à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, a 250m de altitude. Banha cidades dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

Onze municípios da região imediata de Juiz de Fora possuem menos de dez mil habitantes. As três cidades acima dessa margem populacional são: Santos Dumont, que possui mais de quarenta mil, Lima Duarte com pouco mais de dezesseis mil e Matias Barbosa, com pouco mais de quatorze mil.

A cidade com o menor número de habitantes é Pedro Teixeira com mil oitocentos e quatro habitantes, segundo a estimativa do IBGE, do ano de 2021.

Banhadas pelo Rio Paraibuna, apenas Juiz de Fora, Matias Barbosa e Simão Pereira; Ewbank da Câmara está localizada na região de influência do rio. As cidades localizadas no percurso da Estrada Real são: Juiz de Fora, Ewbank da Câmara, Matias Barbosa, Santos Dumont e Simão Pereira.

As cidades localizadas no percurso da Estrada de Ferro Dom Pedro II são: Juiz de Fora, Belmiro Braga, Ewbank da Câmara, Lima Duarte, Matias Barbosa, Santos Dumont e Simão Pereira. Percebe-se, nessa região, a existência de uma identidade territorial, considerando que território não é uma construção meramente física, mas resultado de ocupações e de trabalhos humanos.

É fundamental que se estendam pesquisas futuras para todos os municípios da região, porém esta pesquisa será restrita apenas a Matias Barbosa e Simão Pereira, cidades que se apresentam semelhantes quanto à formação territorial e por serem de pequeno porte demográfico.

Além disso, Matias Barbosa e Simão Pereira estão localizadas no estado de Minas Gerais e, por esse motivo, participam do Programa de Incentivo do ICMS Cultural exclusivo do Estado de Minas Gerais. Esse foi motivo pelo qual eu tive contato com essas cidades e com os gestores que trabalham diretamente com a preservação do Patrimônio Cultural.

O município de Levy Gasparian possui todas as características que Matias Barbosa e Simão Pereira apresentam, porém, por ser localizado no estado do Rio de Janeiro, não participa do Programa de Incentivo ICMS Cultural, que é exclusivo do estado de Minas Gerais, e, por isso, não será analisado nesta pesquisa.

O objetivo do Programa é estimular as cidades mineiras à preservação do Patrimônio Cultural, por meio de repasse de recursos aos municípios que preservam sua identidade cultural, por meio do fortalecimento de setores municipais

responsáveis pela gestão do patrimônio e de seus respectivos Conselhos em ação conjunta com as comunidades locais.

Segundo o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico:

A Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, o Conselho Estadual de Patrimônio Cultural, CONEP/MG, e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, IEPHA/MG, consideram o ICMS Patrimônio Cultural um dos mais importantes instrumentos de salvaguarda, valorização e conservação dos bens materiais e imateriais protegidos em Minas Gerais. Cerca de 700 municípios desenvolvem políticas de Patrimônio Cultural a partir desses recursos. O ICMS Patrimônio Cultural constitui, portanto, um dos fundamentos indispensáveis da política cultural de Minas Gerais, sendo um exemplo para as demais unidades federativas do Brasil. (IEPHA, 2018a)

Matias Barbosa e Simão Pereira, apesar de possuírem menos de vinte mil habitantes, enquadram-se nos requisitos de obrigatoriedade do Plano Diretor, por pertencerem ao circuito turístico Estrada Real, como estabelecido pelo artigo 41 da Lei Federal nº 10.257/2001, Estatuto da Cidade:

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:
 I – com mais de vinte mil habitantes;
 II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
 III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no 4º do art. 182 da Constituição Federal; IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;
 V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. (BRASIL, 2001, p. 33)

O Plano Diretor pode contribuir para o desenvolvimento e a preservação do patrimônio, caso sejam “[...] considerados a transferência do direito de construir¹⁶, o tombamento por lei municipal, as formas de proteção e conservação de bens tombados, os incentivos tributários para proteção dos bens tombados e as penalidades ao descumprimento da legislação.” (FERREIRA, 2017, p. 82)

Sendo assim, é essencial que as políticas de Preservação do Patrimônio Cultural estejam em consonância com as diretrizes do Plano Diretor, a fim de se

¹⁶ A TDC, por sua vez, consiste em um mecanismo pelo qual o poder público municipal faculta ao proprietário de imóvel urbano, mediante lei específica, a exercer em outro local, ou alienar, o direito de construir até um parâmetro básico definido por lei urbanística que não possa ser exercido no terreno de origem, total ou parcialmente, em face de interesses públicos legalmente definidos. (BACELLAR; FURTADO, 2016, p. 1)

promoverem medidas jurídicas e administrativas que prezem pelo desenvolvimento sustentável do município.

Objetivo Geral:

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a participação de parcela da população local nos processos de patrimonialização nas cidades de Matias Barbosa e de Simão Pereira.

Objetivos Específicos:

- **OE1:** Identificar o processo de formação dos Municípios de Matias Barbosa e de Simão Pereira.
- **OE2:** Identificar os bens tombados e o valor atribuído a eles, nos municípios de Matias Barbosa e Simão Pereira;
- **OE3:** Analisar a participação de Matias Barbosa e Simão Pereira no Programa ICMS Cultural;
- **OE4:** Analisar a relação entre parcela da população dos municípios de Matias Barbosa e de Simão Pereira e seu o Patrimônio Cultural protegido.

Metodologia

Os principais temas tratados nesta pesquisa são: a importância da Preservação do Patrimônio Cultural; a patrimonialização nas três instâncias: federal, estadual e municipal e a Educação Patrimonial e o Inventário Participativo como instrumentos para a inclusão da participação social.

As referências bibliográficas utilizadas para esta pesquisa estão em livros, periódicos, anais de congressos, publicações e sites institucionais.

O objetivo da Revisão de literatura é: tratar sobre identidade, memória, função social e a Paisagem Cultural como testemunho das relações entre o homem e a natureza; abordar a importância dos intelectuais modernistas para a construção da identidade nacional e ampliação do conceito de patrimônio; contextualizar a

descentralização da União e a criação dos órgãos estaduais de preservação, assim como o IEPHA; apresentar o Programa ICMS Cultural; abordar as políticas de preservação, a atuação e competência dos Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural; a participação social nos processos de patrimonialização; conceituar o que é referência cultural e memória social e realçar a importância da valorização da diversidade cultural e participação social para a preservação.

O Quadro 2 abaixo apresenta os temas, os autores referenciados e as palavras-chaves abordadas para cada assunto:

Quadro 2 - Referencial Teórico

TEMA	AUTORES	PALAVRAS - CHAVE
A importância da Preservação do Patrimônio Cultural	ANJOS, BESSE, CANDAU, CARSALADE, CHOAY, CUNHA, FUNARI e PELEGRINI, E MENEZES	Identidade, Memória, Função Social, Paisagem Cultural como testemunho das relações entre homem e natureza.
A patrimonialização em âmbito nacional	CHUVA, IPHAN, MOTTA, OLIVEIRA, SCIFONI e SCHNEIDER	Intelectuais Modernistas, Identidade Nacional e Ampliação do Conceito de Patrimônio.
A patrimonialização em Minas Gerais	IEPHA, IPHAN e PEREIRA	Descentralização das ações da União, criação e atuação do IEPHA e Programa ICMS Cultural.
As cidades e a preservação do patrimônio cultural	ABREU, CANCLINI, CANDAU, CHUVA, CUNHA, LE GOFF, MOTTA, POULOT, STARLING E OLIVEIRA; LOPES; SOUSA	Políticas de Preservação, Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural e Participação Social.
Educação patrimonial e inventário participativo como formas de inclusão e participação social	CUNHA, IPHAN, FLORÊNCIO, SCIFONI	Referência Cultural, Valorização da Diversidade Cultural, Memória Social e Participação Social.

Fonte: Autora (2021).

A pesquisa proposta pode ser classificada como de natureza aplicada¹⁷, com objetivos de caráter exploratórios¹⁸, por meio de observações e de questionamentos.

Os métodos e os meios para atender aos objetivos específicos a que essa pesquisa se propõe estão indicados no Quadro 3.

¹⁷ “[...] depende de suas descobertas e se enriquece com o seu desenvolvimento; todavia, tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos.” (GIL, 2008, p. 27)

¹⁸ “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.” (GIL, 2008, p. 27)

Quadro 3 - Procedimentos metodológicos

OBJETIVOS		MÉTODOS	MEIO
OE1	Identificar o processo de formação dos Municípios de Matias Barbosa e Simão Pereira.	Revisão Bibliográfica	Levantamento de informações sobre a formação histórica de Minas Gerais, da região da Zona da Mata, e dos municípios de Matias Barbosa e Simão Pereira.
OE2	Identificar os bens tombados e o valor atribuído a eles, nos municípios de Matias Barbosa e Simão Pereira.	Utilização de “dados primários”.	Levantamento de base documental em todas as instâncias (municipal, estadual e federal): análise dos dossiês de tombamento e de registro; e análise dos decretos de tombamento e de registro.
		Utilização de “dados secundários”.	Análise das atas das reuniões do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural
		Visita Técnica	Desenvolvimento de mapas com indicação da localização dos bens culturais
OE3	Analisar a participação de Matias Barbosa e Simão Pereira no Programa ICMS Cultural.	Utilização de “dados secundários”.	Reconhecimento e Registro fotográfico dos bens materiais e das áreas de ocorrência dos bens imateriais.
OE4	Analisar a relação entre o Patrimônio protegido e a identidade local.	Entrevistas	Análise da pontuação no Programa ICMS Cultural disponível no site do IEPHA/MG.
		Utilização de “dados primários”	Entrevistas semiestruturadas com os moradores locais a fim de identificar a relação da população ou de determinados grupos com o que é legalmente protegido.
		Utilização de “dados secundários”.	Análise e Interpretação das entrevistas; desenvolvimento de quadros comparativos com as respostas;
			Identificação de formas de divulgação do Patrimônio Cultural nos municípios de Matias Barbosa e de Simão Pereira

Fonte: Autora (2022).

Para atender ao Objetivo Específico 1, que é *“Identificar o processo de formação dos Municípios de Matias Barbosa e Simão Pereira”*, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a formação histórica de Minas Gerais, da região da Zona da Mata e dos municípios de Matias Barbosa e de Simão Pereira.

Para atender ao Objetivo Específico 2, que é *“Identificar os bens tombados e o valor atribuído a eles, nos municípios de Matias Barbosa e Simão Pereira”*, foram analisados os dossiês de tombamento e os dossiês de registro, nas três instâncias:

municipal, estadual e federal. Nesses documentos, foram analisados: o Parecer Técnico do autor do documento; o Parecer do Conselho Municipal e o Decreto de Tombamento e/ou o Livro do Tombo; com a intenção de identificar os discursos que justificam a candidatura do bem cultural à preservação, bem como a relevância deste para o município. Foram analisadas as atas das reuniões do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural para identificar os pontos que foram discutidos. Foram desenvolvidos mapas com indicação da localização dos bens culturais; e realizada visitas técnicas, para reconhecimento e registro fotográfico dos bens materiais e das áreas de ocorrência dos bens imateriais.

Para atender ao Objetivo Específico 3, que é “*Analisar a participação de Matias Barbosa e Simão Pereira no Programa ICMS Cultural*”, foi realizada a análise da pontuação desses municípios, obtida em todos os anos em que participaram do Programa.

Para atender ao Objetivo Específico 4, que é “Analisar a relação entre parcela da população dos municípios de Matias Barbosa e de Simão Pereira e seu o Patrimônio Cultural protegido”, foram realizadas entrevistas padronizadas e estruturadas, em que o entrevistador teve um roteiro pré-estabelecido, cujo objetivo era obter respostas às mesmas perguntas. Essas respostas foram minuciosamente analisadas e interpretadas e constam em quadros comparativos elaborados. Além disso, foram pesquisadas em almanaques, revistas, outdoors, entre outros materiais, as formas em que esse Patrimônio Cultural é divulgado nesses municípios.

O processo de amostragem adotado foi o não-probabilístico, ou seja, aquele que não faz uso de uma forma aleatória de seleção. Nesse tipo de amostragem, conhecido como “bola de neve”, utilizam-se cadeias de referência; não se determina a seleção de cada participante, estudam-se determinados grupos:

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente o quadro de

amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise. (VINUTO, 2014, p. 203)

Esse processo de coleta de informações permitiu o acesso a um conjunto cada vez maior de contatos potenciais, a partir das indicações dos entrevistados. Os critérios de inclusão na amostragem são: pessoas com idade acima de 18 anos e que residem no município.

O primeiro contato com o município foi por meio do presidente do Conselho de Patrimônio Cultural de Matias Barbosa e por meio do secretário de turismo de Simão Pereira. Ambos indicaram moradores. A partir destes, surgiram novos nomes para as outras entrevistas.

Após o reconhecimento de potenciais entrevistados, foi realizado o contato com esses, com a finalidade de apresentar a pesquisa, os objetivos e a forma como a entrevista seria conduzida. Foi esclarecido que o vínculo é exclusivo com a Universidade Federal de Viçosa e que não era uma obrigatoriedade de resposta dos entrevistados, caso houvesse algum desconforto com relação a alguma pergunta.

Após essa primeira abordagem, foi realizada entrevista semiestruturada com os moradores, apresentando-lhes questões que permitissem: identificar a relação deles ou de determinados grupos com o bem legalmente protegido; identificar o que é importante para parcela da população e que ainda não fora patrimonializado.

As entrevistas foram realizadas tendo em vista que é um “procedimento utilizado na investigação social, para coleta de dados, para ajudar em um diagnóstico ou no tratamento de um problema social” (LAKATOS, MARCONI, 1991, p. 195). “Trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária.” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 196)

A amostra foi dividida em dois grupos: “Grupo 1 – moradores de Matias Barbosa”, e “Grupo 2 - moradores de Simão Pereira”. As entrevistas foram padronizadas e estruturadas, tendo como referência um roteiro pré-estabelecido e com perguntas pré-determinadas.

Após identificação dos entrevistados (nome, idade, local de residência, atividade profissional etc.) foram apresentadas as perguntas da entrevista, juntamente

com a tabela de bens culturais de cada município. As dúvidas surgidas foram esclarecidas.

As perguntas que foram realizadas durante as entrevistas são:

- 1. Há quanto tempo você vive neste município?*
- 2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?*
- 3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?*
- 4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?*
- 5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?*
- 6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?*
- 7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?*
- 8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?*
- 9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?*
- 10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?*
- 11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?*
- 12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?*

As respostas foram livres e não limitadas, de modo que o entrevistado utilizasse sua linguagem própria e expressasse sua opinião sobre o assunto abordado.

O procedimento metodológico, elaborado por meio de entrevista, foi primordial para compreender a opinião dos moradores e identificar o que é importante para eles, pois, muitas vezes, o que valorizam nem sempre tem reconhecimento legal. Parte-se da hipótese de que uma parcela significativa da população não se identifica com o seu Patrimônio Cultural, porque não participa do processo de reconhecimento dos seus bens, nem de discussão sobre o que preservar.

Os dados e o resultados obtidos foram analisados e interpretados com a intenção de se evidenciarem as relações entre o fenômeno estudado e outros fatores apurados.

As informações obtidas foram analisadas e classificadas de forma sistemática. Segundo o que sugere Lakatos e Marconi (1991, p.66), que a análise dos dados deve seguir os passos da Seleção, da Codificação e da Tabulação.

A seleção “[...] é o exame minucioso dos dados.” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p.166) Uma verificação crítica, no sentido de identificar falhas e erros, para, desta forma, “[...] evitar informações confusas, distorcidas, incompletas, que podem prejudicar o resultado da pesquisa.” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p.166)

A codificação é “[...] a técnica operacional utilizada para categorizar os dados que se relacionam. Mediante a codificação, os dados são transformados em símbolos, podendo ser tabelados e contados.” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 167)

E por fim, a tabulação, o que permite a síntese dos dados obtidos, ou seja, “[...] é a disposição dos dados em tabelas, possibilitando maior facilidade na verificação das inter-relações entre eles.” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p.167)

Esta pesquisa se justifica porque as pequenas cidades, apesar de possuírem um baixo índice populacional, também são locais que desempenham papéis significativos para as pessoas que nelas vivem. Sendo assim, é preciso continuar a investir em pesquisas sobre políticas que se adequem às dinâmicas urbanas. Segundo Endlich (2006, p. 362)

Embora sejam áreas com menor tamanho e densidade demográfica, estagnadas ou em esvaziamento – mas não esvaziadas, constituem espaços concretos e cotidianos de parte significativa da sociedade e, como tais, devem ser reconhecidos.

A importância de se avançar no estudo das políticas públicas para pequenas cidades incide no fato de que a maioria delas não dispõe de meios para elaboração e

execução de uma política urbana de preservação do patrimônio histórico, própria e adequada. Desse modo, acabam por adotar políticas advindas das esferas estadual e federal, sem realizarem as adaptações necessárias. Adotam ou tentam adaptar políticas genéricas, criadas nos moldes das cidades maiores. Essas políticas não são de conhecimento da maioria da população e, muitas vezes, nem mesmo da equipe gestora. São executadas em parte, apenas para cumprir exigências; sem alcançar, portanto, resultados adequados.

Sobre a preservação do Patrimônio Cultural, sabe-se que esta é parte fundamental nos quesitos de atratividade e sustentabilidade das cidades, além de ser essencial para o desenvolvimento urbano. “Sem a valorização da cultura, as cidades não podem ser espaços dinâmicos de vida e seriam reduzidas a simples construções de concreto e aço em um ambiente social deteriorado.” (MAIA; FARIAS FILHO, 2018, p. 1)

Uma das ações utilizadas para fortalecer as práticas de preservação é a Educação Patrimonial e os Inventários¹⁹ Participativos. A Educação Patrimonial é uma ferramenta constituída de processos educativos, sejam eles formais ou informais, em que o tema central é o Patrimônio Cultural “[...] apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.” (IPHAN, [s.d.]) Os inventários participativos são ferramentas criadas com o objetivo de estimular a comunidade à identificação e à valorização das suas referências culturais, tornando-a protagonista na preservação do seu Patrimônio Cultural.

Em 2021, no decorrer desta pesquisa, eu desenvolvi para o município de Simão Pereira, uma cartilha, um material para a educação patrimonial. Esta continha: um breve histórico dos bens tombados; poemas escritos pelo secretário de cultura, que dizem respeito aos bens culturais; desenhos das fachadas principais de cada uma, de forma que seria possível colori-los e linhas para que as crianças reescrevessem com suas palavras as histórias contadas pelos professores. As cartilhas foram distribuídas nas escolas municipais e trabalhadas com os alunos durante as aulas.

¹⁹ Segundo (MOTTA; REZENDE, 2016) inventários “[...] são modos de produção de conhecimento sobre bens culturais para identificá-los e valorizá-los como Patrimônio Cultural.”

Estrutura da Pesquisa:

Apresentados os caminhos que levaram a esta pesquisa e a forma como foi conduzida, a seguir será exposta a estrutura da tese.

No Capítulo 1, buscando referenciar os temas que permeiam esta pesquisa, serão discutidos os seguintes tópicos: a importância da preservação do Patrimônio Cultural; a patrimonialização em âmbito nacional, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e em Minas Gerais, por meio do IEPHA - MG; as cidades e a preservação do Patrimônio Cultural; a participação social nas ações de Preservação; e a Educação Patrimonial²⁰ e o Inventário Participativo²¹ como formas de inclusão e de participação da sociedade nos processos de patrimonialização.

No Capítulo 2, será apresentada a caracterização dos municípios de Matias Barbosa e Simão Pereira, em que serão abordados assuntos como; a história de Matias Barbosa; a história de Simão Pereira; elementos estruturantes da formação da região, como por exemplo: o Rio Paraibuna, o circuito Estrada Real; o Caminho Novo; a Estrada União e Indústria; a Estrada de Ferro Dom Pedro II; e a rodovia federal BR040.

No Capítulo 3, será apresentado o panorama do Patrimônio Cultural em Matias Barbosa: o patrimônio material tombado, o patrimônio imaterial registrado; os motivos utilizados para justificar a sua proteção legal; e a participação do município no Programa ICMS Cultural.

No Capítulo 4, será apresentado o panorama do Patrimônio Cultural em Simão Pereira: o patrimônio material tombado, o patrimônio imaterial registrado; os motivos utilizados para justificar a sua proteção legal e a sua participação no Programa ICMS Cultural.

No Capítulo 5, serão apresentadas as análises dos dados obtidos nas entrevistas, como por exemplo: a relação de parcela da população matiense com seus bens culturais protegidos e a participação desta com questões públicas,

²⁰ Segundo o IPHAN (2021) constitui-se de todos os processos educativos cujo foco é o Patrimônio Cultural, “[...] apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação”.

²¹ Faz parte do processo de gestão patrimonial, em que a comunidade participa do processo de tomada de consciência e de decisão nos processos de patrimonialização.

principalmente relacionadas à preservação do Patrimônio Cultural. A mesma metodologia foi aplicada para as entrevistas realizadas em Simão Pereira. A análise destas serão apresentadas no Capítulo 6.

Espera-se com esta pesquisa poder trazer resultados que sirvam de subsídio para o estudo e para o desenvolvimento de políticas de preservação do patrimônio, da memória e da identidade; para o favorecimento de ações que envolvam a sociedade em seu processo de patrimonialização, bem como contribuir para: a ampliação do conhecimento sobre pequenas cidades e compreensão da dinâmica da gestão da salvaguarda de bens culturais nesses municípios.

CAPÍTULO 1: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Para referenciar os temas que permeiam e sustentam esta pesquisa, neste capítulo, serão discutidos os seguintes temas: a preservação do Patrimônio Cultural em Minas Gerais; a paisagem cultural como um resultado das relações entre o homem e o ambiente em que este vive; a concepção de referências culturais e a importância de seu reconhecimento para a inclusão dos grupos sociais na participação nos processos de patrimonialização; bem como a educação patrimonial e o inventário participativo como ferramentas para promoverem essa integração.

1.1. A Importância da Preservação do Patrimônio Cultural

Antes de iniciar o debate sobre a preservação do Patrimônio Cultural em Minas Gerais, é necessário trazer para esta pesquisa uma breve discussão sobre a importância da salvaguarda dos bens culturais que são símbolos da história, da identidade e da memória da sociedade.

O Patrimônio Cultural, segundo Carsalade (2012, p. 1), tem uma função social de orientar a sociedade e o cidadão no tempo e no espaço; como também de situar cada um como integrante de um grupo que compartilha a história e um lugar próprio no mundo. Para o autor, “Faz parte ainda dessa função social a consolidação de uma identidade coletiva, a qual faz reconhecer-nos como elos de uma comunidade e que estimula nossos laços afetivos e de cidadania.” (CARSALADE, 2012, p. 1)

Segundo Choay (2001), o que deve ser entendido como monumento²² é aquilo que traz à lembrança alguma coisa. Para a autora, “A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva.” (CHOAY, 2001, p. 17)

O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos [...] ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento. (CHOAY, 2001, p. 17)

Segundo Candau (2014, p.158), “[...] a conservação sistemática dos vestígios, relíquias, testemunhos, impressões, traços, ‘serve de reservatório para alimentar as

²² Segundo Choay (2001, p.17), “O sentido original do termo é o do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (‘advertir’, ‘lembrar’), aquilo que traz à lembrança alguma coisa.

ficções da história que se constrói a respeito do passado’, e em particular a ilusão da continuidade”.

De uma maneira geral, a ‘sociedade silenciosa e imóvel’ dos lugares, a memória das ‘pedras da cidade’, a permanência das referências espaciais “nos confere um sentimento de ordem e quietude’ e a ‘ilusão de não haver mudado através do tempo’ o que é sempre tranquilizador para a identidade pessoal e coletiva. (CANDAU, 2014, p. 158)

Até meados do século XX, a compreensão sobre patrimônio era limitada: valorizava-se os bens por seu valor monumental, histórico e artístico. Esta abordagem era extremamente restritiva, ou seja, “[...] reconhecia o patrimônio apenas no âmbito histórico, circunscrito a recortes cronológicos arbitrários e permeados por episódios militares e personagens emblemáticos.” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 31)

Esse cenário mudou após a Constituição Federal de 1988, que passou a considerar Patrimônio Cultural como o conjunto de bens de natureza material e imaterial, que sejam referência à identidade e à memória de diversos grupos formadores da sociedade. Nesta categoria, incluem: (I) as formas de expressão; (II) os modos de criar, fazer e viver; (III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; (IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e (V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Esse conceito amplo de Patrimônio Cultural abrange, além de bens culturais históricos, os bens culturais artísticos, os naturais, os arqueológicos, os paleontológicos, os etnográficos, os paisagísticos e os imateriais.

Desde então, tem sido adotado o reconhecimento da herança cultural de diversos grupos formadores da sociedade brasileira: a valorização de suas práticas culturais, dos seus modos de vida e saberes.

[...] um Estado tem seu corpo, representado por seus prédios, monumentos, praças e espaços, mas também tem sua alma, que é o seu povo, e esta seus matizes: esse é o patrimônio imaterial: assim, cada povo possui uma alma repleta de cores que variam conforme se vá às serras, ao sertão, vales e litoral e é esta própria diversidade de gestos, vozes, movimentos, cores e ações que faz parte do nosso patrimônio [...] (CASCUDO, 1983 apud CUNHA, 2004, p. 121)

Sendo assim, considera-se que a preservação do Patrimônio Cultural é uma garantia do direito à memória individual e coletiva; é essencial no exercício da cidadania e no reconhecimento da dignidade humana.

A reminiscência comum e a repetição de certos rituais (refeições, festas, familiares), a conservação coletiva de saberes, de referenciais, de recordações familiares e de emblemas (fotografias, lugares, objetos, papéis de família, odores, canções, receitas de cozinha, patronímia e nomes próprios) bem como a responsabilidade pela transmissão das heranças materiais e imateriais, são dimensões essenciais do sentimento de pertencimento e dos laços familiares. (CANDAU, 2014, p. 140)

Considera-se que a preservação do Patrimônio Cultural é essencial para garantir a identidade e para salvaguardar a memória. Para que a preservação ocorra de forma efetiva e alinhada com os interesses sociais, faz-se necessário que a população seja incluída nos processos de discussão e nas escolhas que dizem respeito aos seus bens culturais.

Para ampliar a discussão sobre a importância da preservação do Patrimônio Cultural, será abordada a seguir a concepção de paisagem cultural como um testemunho das relações entre o homem e a natureza.

Toda a paisagem é cultural, não essencialmente por ser vista por uma cultura, mas essencialmente por ter sido produzida dentro de um conjunto de práticas (econômicas, políticas sociais), e segundo valores que, de certa forma ela simboliza. (BESSE, 2014, p. 30)

A preservação do patrimônio está intimamente relacionada à formação da paisagem: “A paisagem não é, portanto, um simples conjunto de espaços organizados coletivamente pelos homens. É também uma sucessão de rastros, de pegadas que se superpõem no solo e constituem, por assim dizer, sua espessura tanto simbólica quanto material.” (BESSE, 2014, p. 33)

No decorrer do século XX, o conceito de patrimônio foi além da valorização do monumento, do histórico e do artístico. A esse conceito foi incorporada a dimensão imaterial que é representada pelas manifestações, saberes, celebrações, formas de expressão e práticas culturais. E ainda de uma forma mais ampliada, a inserção da paisagem.

Segundo Besse (2014, p. 27), “[...] a paisagem pode ser definida como um território produzido e praticado pelas sociedades humanas, por motivos que são, ao mesmo tempo, econômicos, políticos e culturais”. O pensamento de Menezes (2002,

p. 30) complementa com a ideia de que: “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza.”

É resultante dos remanescentes de diversas épocas, ou seja, é a herança de sucessivas gerações. Portanto, “[...] deve ser compreendida, é claro, pelo fato elementar de que, submetida a constantes processos de transformação – como tudo mais na natureza – a paisagem não é estável, mas dinâmica.” (MENEZES, 2002, p. 36)

A paisagem é uma composição “[...] é o produto das interações, das combinações entre um conjunto de condições e de constrições naturais (geológicas, morfológicas, botânicas etc.) e um conjunto de realidades humanas, econômicas, sociais e culturais.” (BESSE, 2006, p. 66)

[...] o valor paisagístico de um lugar não é considerado unicamente do ponto de vista estético (embora também o seja) é considerado unicamente mais em relação com a soma das experimentações, dos costumes, das práticas desenvolvidos por um grupo humano nesse lugar. (BESSE, 2014, p. 27)

“Ler a paisagem é extrair formas de organização do espaço, extrair estruturas, formas, fluxos, tensões, direções e limites, centralidades e periferias. (BESSE, 2006, p. 64). A paisagem fala-nos dos homens, dos seus olhares e dos seus valores, e não propriamente do mundo exterior. (BESSE, 2014, p. 13)

A paisagem está vulnerável a constantes processos de transformação. É produzida por sociedades humanas em constante mudança. “O que significa que uma paisagem é, antes de tudo, uma totalidade dinâmica, evolutiva, atravessada por fluxos de natureza, intensidade e direção bastante variáveis e, por isso, lhe é atribuída uma temporalidade própria.” (BESSE, 2014, p. 43)

Se está de acordo que a paisagem é efetivamente uma produção cultural, as significações culturais que ela contém, e que são como são como que projeções da cultura sobre o ‘país’, não podem ser reduzidas unicamente a significações estéticas: é preciso também fazer jus a outros olhares lançados sobre a natureza, a outros universos de significação, e outros conceitos e outras práticas que, tanto quanto a estética, são investidas no território (investidas no sentido literal do termo). (BESSE, 2006, p. 61)

Pode-se dizer que a inserção da paisagem cultural ampliou o conceito e as tipologias do patrimônio, ao passo que, por meio da paisagem, passou-se a

reconhecer a diversidade cultural e os valores imateriais das populações tradicionais. “A associação desses elementos materiais, imateriais e naturais, trazem ainda como contribuição uma abordagem patrimonial mais integrada sobre a questão do território.” (ANJOS, 2016, p. 55)

Portanto, a preservação da paisagem cultural é essencial para promover: a relação do homem com o seu entorno; os sentimentos de pertencimento e de territorialidade e a composição de uma identidade local.

Além de dar importância à preservação da paisagem cultural, não se pode deixar de compreender a preservação do Patrimônio Cultural como um processo dinâmico que está em permanente construção e como um espaço de disputa, que sofre intervenção de distintos sujeitos sociais, inclusive do Estado.

Falar de Patrimônio Cultural também é falar de conflitos e de choques de interesses. É um campo de “[...] negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais envolvidos na definição dos critérios de seleção, na atribuição de valores e nas práticas de proteção dos bens e manifestações culturais acauteladas.” (IPHAN, 2014, p.25)

Situação determinada, entre outras causas, pelo assimétrico e desigual processo de desenvolvimento socioeconômico que, por um lado, expande o regime da grande propriedade rural e da agricultura intensiva; por outro, determina uma urbanização caracterizada por grandes concentrações metropolitanas, que estimulam o processo de especulação imobiliária, gerando a substituição de edificações e espaços sociais, a segregação de populações e a limitação do usufruto dos ambientes públicos e comunitários. (IPHAN, 2014, p.23)

Questões essas que geram um desequilíbrio, em termos de representatividade, e possibilitam uma baixa identificação da população, com o conjunto do que é reconhecido oficialmente como seu Patrimônio Cultural. Sendo assim, para se preservar, é necessário estabelecer políticas que permitam o equilíbrio das representações dos diversos grupos sociais.

1.2. A Patrimonialização em Âmbito Nacional

Para compreender como a preservação do Patrimônio Cultural passou a ser também uma responsabilidade de cada município, faz-se necessário compreender como os processos de patrimonialização iniciaram no Brasil.

Os impulsos iniciais em prol da preservação de monumentos históricos, no Brasil, começaram por volta dos anos 1920. Nessa década, foram criadas as inspetorias estaduais de monumentos histórico em Minas Gerais, no ano de 1926; na Bahia, um ano depois, e, em Pernambuco, em 1928.

O primeiro órgão de proteção do Patrimônio, em nível federal, foi a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, criado em 1934, pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934 – assinado pelo presidente Getúlio Vargas e seu ministro da Educação e Saúde Pública, Washington Pires. “Essa Inspetoria atuou sobretudo na restauração de monumentos de Ouro Preto, considerada, desde 1933, a principal relíquia do passado nacional a ser preservado.” (OLIVEIRA, 2008, p. 114)

A despeito de sua curta existência, segundo os relatórios de Epaminondas de Macedo, a Inspetoria fez intervenções em cerca de 20 edificações em Ouro Preto, entre pontes, igrejas e chafarizes. Já na listagem publicada por Adolpho Dumans no livro *A ideia de criação do Museu Histórico Nacional*, contam-se 33 monumentos contemplados pela ação da IMN, entre restauração total, parcial e realização de projeto para ação preservacionista. (MAGALHÃES, 2015)

As atividades do Inspetoria dos Monumentos Nacionais foram encerradas em 1937, quando foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937²³.

Para contextualizar a criação do SPHAN, é fundamental compreender a importância do grupo de intelectuais modernistas, composto por Gustavo Capanema, Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, entre outros. Esses foram fundamentais para a educação, para a definição da política do patrimônio e para a construção de uma identidade nacional. “Foram também importantes na configuração do passado colonial barroco como o primeiro estilo brasileiro.” (OLIVEIRA, 2008, p. 116)

Esse grupo vanguardista defendia a ruptura com nosso passado tradicional, a busca de uma identidade nacional e a transgressão, ou seja, a construção de um estilo totalmente novo, no campo das artes em geral, como na arquitetura, na música e na literatura.

²³ O ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em 1936, solicitou um anteprojeto de lei sobre a política de preservação do patrimônio brasileiro ao escritor Mario de Andrade.

Segundo Nascimento (2016, p. 122), foram os profissionais, que juntamente com outros intelectuais, criaram o conceito de patrimônio, baseado nos conceitos de arte, história, tradição e nação. Por influência desses intelectuais, a concepção de patrimônio se tornou, por muitos anos, hegemônica no Brasil.

A atuação desse grupo marcou as práticas seletivas para a construção de um acervo nacional, porque atribuíam às produções materiais da época colonial, os valores de identidade nacional.

Os modernistas não eram os únicos que defendiam a proteção da arte colonial. Os neocoloniais também a defendiam: “O grupo neocolonial, pode-se dizer, tinha como perfil a descoberta e a valorização da tradição colonial portuguesa. Para eles realizar a cópia cujo efeito era evocar o passado tinha um sentido positivo.” (OLIVEIRA, 2008, p.116)

Na busca de uma identidade nacional, as cidades de Minas Gerais foram redescobertas e foram essenciais para a construção das primeiras iniciativas preservacionistas.

Essas viagens ao passado, ao encontro de uma herança até então abandonada e decadente, tiveram o efeito de produzir uma nova consciência: a da necessidade de salvar os vestígios do passado. Foi se construindo um discurso que passou a dizer: é preciso proteger os monumentos do abandono, impedir a dilapidação daquele tesouro. Essa demanda surgiu nos anos 1920 e tomou forma na década de 1930, quando se reconheceu a necessidade de ação do estado. (OLIVEIRA, 2008, p. 116)

Os “arquitetos da memória” foram os responsáveis pela seleção dos imóveis e dos sítios urbanos como patrimônio, o que provocou:

[...] a manutenção das práticas tradicionais de seleção do patrimônio, valorizando, predominantemente, aspectos estético-estilísticos e de excepcionalidade da arquitetura, mesmo diante dos novos discursos empregados no final da década de 70 e nos anos 80, com a adoção de uma visão antropológica de cultura, ressaltando a diversidade do patrimônio, e das condições históricas que favoreceriam a transformação de critérios e métodos para sua seleção. (MOTTA, 2000, p. 15)

Inicialmente, as políticas nacionais de preservação do patrimônio foram orientadas por uma política em que a estética predominava sobre qualquer outra instância. “Era assim garantida a inserção da produção artística brasileira na linha da

história da arte universal – europeia e ocidental.” (CHUVA, 2009 apud CHUVA, 2020, p. 19)

“A atuação do SPHAN se dava mediante o mecanismo de tombamento dos remanescentes da arte colonial ameaçados pela urbanização, pelo saque, pela comercialização dos antiquários e colecionadores.” (OLIVEIRA, 2008, p. 120)

Foi com essa “retórica da perda” que se lutou para preservar riquezas nacionais, que se persuadiu as elites a criar uma regulamentação capaz de “proteger” os bens e símbolos de ameaças, da política predatória, das decisões equivocadas. A solução proposta e implementada foi uma legislação federal adequada. O “Estado” deveria ser responsável pelo estabelecimento da política de conservação e valorização. (OLIVEIRA, 2008, p. 128)

O principal objetivo do tombamento era tornar o passado sagrado. Os primeiros tombamentos foram exclusivamente de arte e de arquitetura barrocas, principalmente, as cidades que possuem conjuntos arquitetônicos construídos na época colonial, em Minas Gerais. “Em 1938, por exemplo, foram tombadas pelo SPHAN as cidades de Ouro Preto, Mariana, São João del-Rei, Tiradentes, Sabará, Diamantina e Serro.” (OLIVEIRA, 2008, p. 121)

Os funcionários do SPHAN é que passaram a ter autoridade como intérpretes e guardiões dos valores culturais da nação. Eles conseguiram convencer as elites da importância de consagrar bens representativos do passado religioso luso-brasileiro. Nesse primeiro momento da política de preservação, a equipe Sphan atuava em nome dos interesses nacionais, acima dos interesses particulares ou do governo. (OLIVEIRA, 2008, p. 121)

No primeiro momento, conhecido como fase heroica da política de preservação, a atuação da equipe do SPHAN estava atrelada aos interesses nacionais, pois refletia a política do Estado Novo de Getúlio Vargas, na década de 1930, a qual buscava a reafirmação da nacionalidade. “Conhecer o passado, a tradição ajudaria a iluminar a construção de uma nova consciência para o futuro.” (OLIVEIRA, 2008, p.122)

As práticas realizadas nessa primeira fase da preservação, no Brasil, demonstram que havia a ideia de uma única memória nacional. Havia esforços na construção de políticas de patrimônio, atreladas a uma gênese europeia, que trazia um discurso celebrativo da colonização, em detrimento do silenciamento das outras culturas existentes no território nacional.

Na política implementada pelo SPHAN, a instância estética predominava sobre qualquer outra. Havia uma clara renúncia ao neocolonial, considerado como “cópia”, e ao eclético, que se configurava como uma mistura de estilos. “Em primeiro lugar estava a valorização do barroco, depois do neoclássico e do moderno. O estilo eclético era considerado a ovelha negra, só tendo três casas tombadas por seu valor histórico.” (OLIVEIRA, 2008, p.121)

Diante do processo de construção da identidade nacional, “[...] a imaginação da nação foi cultivada por meio de várias estratégias, como a preservação de monumentos como patrimônio nacional, os estudos sobre tradições populares, denominadas folclore, e a escrita das histórias nacionais.” (CHUVA, 2020, p. 18)

Nesse cenário, dois setores de pesquisa e de ação do poder público foram criados: o do patrimônio e o do folclore. “Isso se reproduz em diversos países e podemos pensar que se trata de um padrão ocidental, que a partir dos anos 1970 ganha novas configurações.” (CHUVA, 2020, p. 18)

Em 1946, o SPHAN foi transformado em Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), e a partir de 1970, passou a ser designado como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Na década de 1960, havia um investimento na construção de uma ideia de valor universal, associada ao patrimônio mundial.

Nos anos anteriores à Convenção de 1972, a UNESCO contratou uma série de especialistas consultores para conhecerem ações e políticas de patrimônio em diferentes países fora da Europa. O Brasil recebeu vários consultores, que foram recebidos pela agência federal em visitas técnicas, oferecendo orientações e envolvendo em ações de planejamento. (CHUVA, 2020, p. 27)

Observa-se que, ao mesmo tempo em que havia interesses nacionais para a criação de uma identidade brasileira, havia, por outro lado, uma intenção internacional de compartilhar ideias a respeito do patrimônio universal.

A partir dos anos 1960, houve uma mudança de pensamento. A política do SPHAN passou a ser considerada inadequada, alienada ao desenvolvimento e pouco representativa.

[...] os processos de tombamento passaram a enfrentar uma nova elite, “mais identificada com outras culturas estrangeiras, não mais com a matriz portuguesa, e as populações das cidades históricas passaram a considerar a arte barroca e seus objetos como “velharia”, passíveis de garantir no máximo algum dinheiro com sua venda. Com isso cresceu a oposição a imobilização que o tombamento garantia. (OLIVEIRA, 2008, p. 124)

Em 1975, foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), cujo objetivo era mapear, documentar e compreender a diversidade cultural brasileira. “As referências da dinâmica cultural brasileira seriam então incorporadas e articuladas em banco de dados – realidades virtuais – para depois serem devolvidas à comunidade.” (OLIVEIRA, 2008, p. 125)

Nos anos 70 e 80 vivia-se um período de lutas e reivindicações pelo respeito ao “outro”, àquele que havia sido excluído. Lutava-se pela preservação do Patrimônio Cultural de um país livre – democrático –, no qual todos se fariam representar e que incluiria valores locais comunitários e regionais. Surgiram novos discursos de preservação, ampliando-se os conceitos para a construção de um patrimônio de parcerias, para contar diversas histórias e abranger múltiplos olhares sobre a produção cultural. Falava-se em trabalhos interdisciplinares, para além da história da arquitetura, por uma preservação mais abrangente, considerando os imóveis e sítios urbanos como referências da cultura e documentos da história. (MOTTA, 2000, p. 15)

Nos anos 1970 e 1980, no Brasil, houve ampliação do conceito de patrimônio e diversificação de bens, em que passaram a ser incluídos: “[...] fábricas, vilas operárias, mercados, estações ferroviárias, estúdios e rádio, observatórios astronômicos, hospitais, escolas, bens representativos de correntes migratórias, de etnias indígenas e afro-brasileiras, templos de outras religiões que não a católica, além de bens imateriais.” (MOTTA, 2000, p. 128)

No âmbito do IPHAN, termos como “memória”, “identidades”, “referências locais e comunitárias” e ideias como “a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio”, surgiram no lugar do antes exclusivo “patrimônio histórico e artístico nacional” ou da “identidade nacional”. (MOTTA, 2000, p. 16)

A Constituição Federal de 1988 incorporou a concepção de patrimônio imaterial ou intangível que engloba: festas, religiões, lugares, formas de medicina popular, culinária, música, dança, técnicas e formas de expressão.

A década de 1990 é marcada por uma ampliação do conceito de patrimônio, entendido como o conjunto dos bens culturais referente às identidades coletivas. Dessa maneira, múltiplas paisagens,

arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e pelos organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional. (SCHNEIDER, 2019, p. 52)

Até então, o conceito estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, era restrito e definia como patrimônio histórico e artístico apenas o conjunto dos bens móveis e imóveis vinculados a fatos relacionados à história do Brasil, os quais deveriam ser inscritos nos quatro livros do tomo: “*Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*”; “*Livro do Tombo Histórico*”; “*Livro do Tombo das Belas Artes*” e “*Livro do Tombo das Artes Aplicadas*”.

A década posterior à Constituição de 1988 foi marcada pela ampliação do conceito de patrimônio, que passou a ser compreendido como conjunto de bens culturais relacionados às identidades coletivas. Essa ampliação pode ser percebida no artigo 216, da Constituição de 1988:

Constituem Patrimônio Cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988)

Dessa forma, passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e pelos entes governamentais, nas esferas local, estadual, nacional ou internacional, a categoria de patrimônio intangível que inclui tradições, gastronomias e expressões de arte.

A confirmação dessa mudança ocorreu, no ano 2000, por meio do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituindo o registro de Bens Culturais de natureza imaterial como Patrimônio Cultural brasileiro.

O Decreto instituiu que os bens culturais de natureza imaterial devem ser inscritos nos livros de registro²⁴: “*Livro do Registro de Saberes*”, “*Livro de Registro*

²⁴ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>

das Celebrações”, “Livro de Registro das Formas de Expressão”, e “Livro de Registro dos Lugares”.

O “Livro do Registro de Saberes” inclui os conhecimentos e os modos de fazer presentes no cotidiano de algumas comunidades, ou seja, técnicas, ofícios e matérias-primas identificadores de um grupo social ou de uma localidade. (IPHAN, [s.d.])

O “Livro de Registro das Celebrações” inclui rituais e festas que fazem parte da vivência coletiva, da religiosidade e de práticas da vida social. “Acontecem em lugares ou territórios específicos e podem estar relacionadas à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc.” (IPHAN, [s.d.])

O “Livro de Registro das Formas de Expressão” inclui as manifestações artísticas de determinados grupos sociais ou região. “Trata-se da apreensão das performances culturais de grupos sociais, como manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, que são por eles consideradas importantes para a sua cultura, memória e identidade.” (IPHAN, [s.d.])

O “Livro de Registro dos Lugares” inclui lugares onde se concentram ou são realizadas práticas culturais de forma coletiva. São importantes para a construção de valores como: pertencimento, memória e identidade. “Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas [...]” (IPHAN, [s.d.])

Segundo o parágrafo 2º do artigo 1º do Decreto no 3.551, de 4 de agosto de 2000, “[...] a inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.” (BRASIL, 2000) Sendo assim, “[...] nossas línguas e danças, canções, música, celebrações, nossos artesanatos, literatura, artes plásticas, cinema, televisão, humor, cozinha e o nosso próprio modo de ser e interpretar a vida formam o nosso patrimônio imaterial.” (CUNHA, 2004, p. 119)

O registro é o procedimento utilizado para a proteção de um bem, é o reconhecimento do valor das expressões culturais, é a forma de reconhecer que fazem parte do Patrimônio Cultural brasileiro.

Ao se falar de Patrimônio Cultural imaterial, está se falando de bens culturais ‘vivos’, de processos cuja existência depende de indivíduos, grupos ou comunidades que são seus portadores. Sua salvaguarda

envolve mais do que a preservação de objetos, o registro de seu saber.(OLIVEIRA, 2008, p. 133)

A ideia de autenticidade que, no início, guiava as decisões em prol da preservação foi substituída pela noção de referência cultural e de continuidade histórica.

Como prática social, o trabalho de preservação é uma das maneiras de usar os produtos culturais, reapropriando-se deles, atribuindo-lhes novas significações, distinguindo-os como representações simbólicas, como monumentos ou como documentos. (MOTTA, 2000, p. 21)

Tratava-se de um novo discurso que tinha como ideia central valorizar a diversidade cultural — o desejo de se incluir representações de diversos grupos sociais como patrimônio protegido pelo poder público. Era um momento de luta em que se questionava a prática tradicional de preservação pautada na ideia de unidade de uma cultura nacional supostamente homogênea. (MOTTA, 2000, p. 17)

Foi trazido, até aqui, o conceito que tange as duas categorias de patrimônio: o material e o imaterial, no processo de patrimonialização nacional. Inicialmente, relacionada à “[...] ideia de um valor intrínseco aos bens, revelado pelos especialistas, capazes de identificá-lo pela perspectiva estética. Era assim garantida a inserção da produção artística brasileira na linha da história da arte universal – europeia e ocidental.” (CHUVA, 2009 apud CHUVA, 2020, p. 19) E, posteriormente, incorporada a outros valores, como por exemplo, o de diversidade cultural, em que se incluíam manifestações, práticas e saberes.

Debates e discussões sobre a não dissociação das duas categorias tem sido promovidos no Brasil. Um exemplo que representa esse novo debate foi o Registro da *Tava*, lugar de referência do povo Guarani²⁵, em 2014, reconhecido como patrimônio imaterial pelo IPHAN. No sentido material, a *Tava* é o conjunto de Ruínas de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, reconhecidas como patrimônio nacional e tombadas, em 1938, pelo SPHAN.

²⁵ Segundo o IPHAN (2018), “[...] lideranças Guarani pediram que a Tava fosse reconhecida também por Argentina e Paraguai. Eles solicitaram que o Iphan apresentasse aos outros países os estudos realizados sobre o bem, mostrando sua importância como lugar sagrado onde todos, indígenas e não indígenas, podem aprender sobre a trajetória do povo Guarani.”

Nesse contexto, os valores identificados remetiam exclusivamente ao processo civilizador implementado pelos jesuítas ao civilizar e evangelizar o povo Guarani durante sua presença no Brasil. Há mais de 70 anos, portanto, as ruínas foram consagradas como patrimônio nacional, pelas políticas patrimoniais brasileiras, *como um passado 'passado'*, que representava um dos símbolos mais importantes da civilização ocidental no Brasil. (CHUVA, 2020, p. 30)

No sentido imaterial, a *Tava* é uma referência para os índios Guarani, os principais sujeitos da atribuição de valor. Para eles, as Ruínas da Igreja de São Miguel das Missões representam as marcas de seus ancestrais que trabalharam na sua construção. “Estas marcas nas pedras, segundo os indígenas, incorporam seus antepassados e os tornaram imortais, permitindo que eles alcançassem a Terra sem mal (*Yvy Mara Ey*).” (CHUVA, 2020, p. 30)

A *Tava* representa a forma como esse grupo social incorpora, nas suas narrativas, o seu passado, marcado pelas missões jesuítas guaranis. Isso nos mostra que é impossível não associar ao bem material o valor intangível. Assim, torna-se importante para as políticas de patrimônio compreender as narrativas que o envolvem.

A motivação que levou à proteção dessas ruínas, na década de 1930, ignorava a presença dos povos indígenas. “Eram eles invisíveis ou a concepção de patrimônio daqueles agentes sociais – os especialistas – impedia – os de enxergar os nativos?” (CHUVA, 2020, p. 31)

Esses indivíduos se apropriaram das ferramentas e códigos das políticas públicas de patrimônio e reivindicaram políticas afirmativas que os reconheçam como parte de um todo. A ideia de direito ao patrimônio é, portanto, subsidiária dessa discussão. A inclusão de identidades culturais em espaços consagrados nacionais talvez seja um dos primeiros passos em direção a outras demandas desses grupos, como a posse da terra. Daí a ideia de direitos através do patrimônio. (CHUVA, 2020, p. 31).

Tava, lugar de Referência para os índios Guarani foi registrada, em 2014, pelo IPHAN, como Patrimônio Cultural de natureza imaterial, inscrito no *‘Livro de Registro de Lugares’*.

Para que fosse possível enxergar esse grupo, foi necessário desconstruir paradigmas, de forma a descolonizar o patrimônio e reconhecer outras narrativas, o que não é tarefa fácil:

Ao mesmo tempo em que mexe com estruturas de pensamento e sistemas de reconhecimento e consagração institucionalizados, toca

em passados sensíveis, cria desconfortos e expõe silenciamentos históricos e, principalmente, evidencia a existência de outras narrativas acerca de um bem consagrado por uma leitura unívoca. (CHUVA, 2020, p. 31).

Os processos de patrimonialização devem ser realizados de forma a produzir questionamentos que permitam ampliar o reconhecimento das narrativas que envolvem tal bem.

Para tanto é preciso deslocar-se; suportar o desconforto e também provocá-lo; desconstruir temporalidades estaques; identificar anacronismos; tornar passados presentes; criar meios para múltiplas histórias existirem e se confrontarem; encontrar sujeitos onde antes só se enxergavam objetos. (CHUVA, 2020, p. 32).

Segundo Scifoni (2012, p. 32) projetos são criados de cima para baixo, sem ouvir os principais interessados, sem conhecer o local e as pessoas e, portanto, sem um diagnóstico prévio sobre as questões que envolvem o lugar. O que se vê, na maioria das ações referentes à preservação do Patrimônio Cultural no país, é que as comunidades são tratadas como receptoras das ações e das decisões tomadas por técnicos e por especialistas; estes que agem como detentores do conhecimento.

1.3. A Patrimonialização em Minas Gerais

A ampliação da visão patrimonialista exigiu dos órgãos de preservação novas atribuições. Para atender a essa demanda, o IPHAN passou a dividir com os estados e com os municípios as tarefas em prol da salvaguarda do patrimônio histórico, cultural e artístico. A atuação do IPHAN em Minas Gerais, entre o final dos anos 1930 e início 1970, contribuiu para a concepção de Patrimônio Cultural no Brasil.

Marcos dessa atuação, a proteção de Ouro Preto e da Igreja São Francisco de Assis, na Pampulha, Belo Horizonte, expressam as ambivalências presentes na formulação da prática de proteção e na conceituação do valor do Patrimônio Cultural. A atuação intelectual do movimento modernista, iniciada nos anos 1920, materializa-se na construção da política preservacionista que já nasce, em 1937, com a inquietação de definir o que é Patrimônio Cultural brasileiro. (IEPHA, 2016a)

Em 1971, em Minas Gerais, foi criado o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG), como órgão estadual para atuar na salvaguarda e na promoção do patrimônio mineiro. A sua criação fez parte da reformulação da política de preservação do Patrimônio Cultural, em que a gestão do Patrimônio Cultural seria pactuada entre a União, os estados e os municípios.

Esse acordo teria sido formalizado, por meio do “Compromisso de Brasília”, de 1971, documento que formalizou o primeiro encontro de governadores, secretários estaduais, prefeitos, e representantes de instituições culturais, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura. Nesse documento, ficou reconhecida a necessidade de uma ação complementar dos estados e municípios à ação da União em relação à proteção dos bens culturais de valor nacional.

Para a obtenção dos resultados em vista, serão criados onde ainda não houver, órgãos estaduais e municipais adequados, articulados devidamente com os Conselhos Estaduais de Cultura e com a DPHAN, para fins de uniformidade da legislação em vista, atendido o que dispõe o art. 23 do Decreto-Lei 25, de 1937. (IPHAN, 1970) ²⁶

Em 1971, houve outro encontro de governadores para a preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil. Essa reunião gerou o documento “Compromisso de Salvador”, que recomendava a criação do Ministério da Cultura, de secretarias ou fundações de cultura no âmbito estadual, criação de legislação complementar e de fundos para garantir a proteção dos bens culturais.

Esses movimentos de descentralização das ações de preservação, até então concentradas na União, levaram à criação do IEPHA-MG, vinculado à Secretaria de Estado de Cultura, por meio da Lei 5775158, de 30 de setembro de 1971.

Cabe ao Instituto pesquisar, proteger e promover os bens culturais de natureza material e imaterial de Minas Gerais, em parceria com os órgãos municipais e federal. [...] Dentre suas principais iniciativas, o Instituto acompanha e realiza obras de restauração de bens culturais, implementa ações de cooperação municipal, por meio do ICMS Patrimônio Cultural, e produz inventários, dossiês de registro e tombamento, além das ações de salvaguarda do patrimônio de Minas Gerais. (IEPHA-MG, 2016)

Por mais que o IEPHA-MG tenha sido criado com o objetivo de auxiliar o SPHAN²⁷ em suas atividades em prol da preservação, a atuação deste órgão seria diferenciada, “[...] por causa da autonomia conferida a ele para conceber e selecionar discursos (como também vestígios) que remetessem a ideia de identidade e de memória ‘mineira’.” (PEREIRA, 2017, p. 55)

²⁶ Art. 23. O Poder Executivo providenciará a realização de acórdos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.” (BRASIL, 1937)

²⁷ Nesse momento era a SPHAN/Pró-Memória. O SPHAN tinha sido transformado em Secretaria.

Diante da ampliação do conceito de bens culturais, por meio da Constituição Federal de 1988, o IEPHA-MG passou a ter o desafio na atuação do reconhecimento da diversidade cultural.

Essa atuação vem referendada pelas discussões em vários segmentos da sociedade que culminaram na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual de 1989, onde três pontos devem ser ressaltados: Primeiro, o conceito de patrimônio utilizado pelas políticas públicas de proteção que passa a considerar “realidades culturais intangíveis”, como as celebrações, formas de expressão, os lugares e saberes. Segundo o “valor referencial dos bens culturais” que passa a ser considerado como mais um dos critérios de reconhecimento do Patrimônio Cultural. Terceiro, fica explícito o conceito de “diversidade” como princípio para a identificação dos sujeitos nas ações de proteção: os segmentos sociais são colocados como sujeitos de direito a seu Patrimônio Cultural. (IEPHA-MG, 2016)

Para estimular ações de salvaguarda do patrimônio nas cidades mineiras, foi criada a Lei Estadual no 12.040/1995, conhecida como Lei Robin Hood, a fim de estimular a participação dos municípios na proteção do Patrimônio Cultural.

Com a intenção de criar um incentivo fiscal, por meio de repasse de recursos aos municípios que preservam sua identidade cultural, por meio de políticas públicas, foi criado o programa ICMS Patrimônio Cultural.

A Lei Estadual 18.030/2009²⁸ estabelece que, a partir da comprovação da participação municipal nas ações de gestão para a preservação do Patrimônio Cultural, recursos advindos do Critério do Patrimônio Cultural, sejam repassados. Segundo a Lei Estadual 18.030/2009, a parcela referente ao ICMS Cultural é calculada da seguinte forma:

VII-Patrimônio Cultural: relação percentual entre o Índice de Patrimônio Cultural do Município e o somatório dos índices de todos os Municípios, fornecida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA -, observado o disposto no Anexo II desta Lei.(ESTADO DE MINAS GERAIS, 2009, p. 2)

O objetivo do Programa é estimular ações preservacionistas de bens materiais e imateriais, por meio do fortalecimento de setores municipais responsáveis pela gestão do patrimônio e de seus respectivos Conselhos, em ação conjunta com as comunidades locais.

²⁸ Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios.

Para auxiliar os municípios, o IEPHA-MG oferece, por meio de Rodadas Regionais, as orientações sobre políticas de preservação, assim como orientações sobre a Deliberação Normativa do CONEP²⁹. Esta que estrutura o sistema de análise da documentação apresentada pelo município, quando este participa do programa ICMS Patrimônio Cultural.

Deliberação Normativa que está em vigor, no ano de 2022, é a DN CONEP n. 01/2021 - exercício 2023 em que são exigidos três quadros. O “Quadro I – GESTÃO” contempla: a “Política Municipal de Proteção ao Patrimônio e Outras Ações” e os “Investimentos e Despesas Financeiras em Bens Culturais Protegidos”; O “Quadro II – PROTEÇÃO” contempla: o “Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural”, os “Processos de Tombamento de Bens Materiais”, na esfera municipal e os “Processos de Registro de Bens Imateriais”, na esfera municipal; O “Quadro III – SALVAGUARDA E PROMOÇÃO” deve ser composto pelos: “Laudos Técnicos do Estado de Conservação dos Bens Materiais Protegidos”, na esfera municipal, “Relatórios do Implementação das Ações e Execução do Plano de Salvaguarda dos Bens Protegidos por Registro”, na esfera municipal, “Programas de Educação para o Patrimônio”, nas diversas áreas de desenvolvimento e “Difusão do Patrimônio Cultural”. Segundo o IEPHA:

As atividades desenvolvidas no ano base devem ser documentadas (comprovantes diversos, declarações, cópias xerox, fichas de inventário, laudos do estado de conservação dos bens protegidos, relatórios diversos, fotografias, filmagens etc.) e apresentadas para análise, a qual se desenvolverá na ação e preservação. Os recursos serão disponibilizados no ano de exercício.(IEPHA, 2018a)

Para a pontuação no “QUADRO I – GESTÃO”, os municípios devem apresentar os documentos que comprovem a existência de planejamento e de política municipal de proteção do Patrimônio Cultural (Legislação Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural; Conselho Municipal de Patrimônio Cultural; legislações complementares; organização e manutenção de acervos em espaços considerados pontos de memória, como por exemplo: museus, arquivos e bibliotecas; e atuação do SEMPAC – Setor Municipal de Patrimônio ou órgão equivalente). Além disso, para o mesmo quadro, devem apresentar documentos que comprovem a criação e a manutenção do Fundo

²⁹ A cada ano, o município, para participar do ICMS Patrimônio Cultural, deve seguir as regras das Deliberações Normativas que estão em vigor.

Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, a criação de conta exclusiva; a transferência e a gestão dos recursos, em investimento na preservação e conservação dos bens protegidos (tombados, registrados e/ou inventariados) e nas ações de educação patrimonial e difusão.

Para a pontuação no “Quadro II – PROTEÇÃO”, o município deve apresentar documentação que comprove a elaboração, execução e atualização do Plano de Inventário do Patrimônio Cultural, cujo objetivo é promover o conhecimento dos bens culturais locais, por meio das fichas de inventário que devem conter a descrição, a localização e caracterização. Além disso, deve apresentar documentação que comprove e que informe sobre os processos de tombamento dos bens materiais e de registro dos bens imateriais, na esfera municipal. Essa documentação é denominada dossiê de tombamento ou de registro e deve conter informações sobre o bem cultural como: localização; histórico; descrição e caracterização; levantamento cadastral, delimitação e justificativa do perímetro de tombamento e do perímetro de entorno e (para bens imóveis); as diretrizes para a salvaguarda do bem; Laudo técnico; Ficha de Inventário; Pareceres para o tombamento ou registro (técnico e do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural); e documentação específica (ata do Conselho decidindo o tombamento ou o registro provisório, notificação aos proprietários, recibo e publicação da notificação, ata do Conselho decidindo o tombamento ou o registro definitivo, decreto de tombamento ou registro definitivo e cópia da inscrição no livro do tomo ou do registro).

Para a pontuação no “Quadro III – SALVAGUARDA E PROMOÇÃO”, o município deve apresentar os Laudos Técnicos do Estado de Conservação dos Bens Materiais protegidos, na esfera municipal. O objetivo dessa documentação é comprovar e informar sobre o monitoramento dos bens tombados, indicando o estado de conservação e apontando propostas para sua manutenção e/ou recuperação. Para os bens imateriais registrados, devem ser entregues os relatórios de Implementação das Ações e Execução do Plano de Salvaguarda, apresentação de documentação que comprove e que informe sobre o acompanhamento da implementação das ações de salvaguarda, apontando estratégias e propostas para a sua continuidade, sua recriação e sua difusão. Ainda sobre o Quadro III, devem ser enviadas a documentação referente aos Programas de Educação para o Patrimônio e ações de Difusão, que comprove e que informe sobre os projetos em andamento e a realização

de atividades de educação patrimonial, bem como ações de difusão. Ainda segundo a Deliberação do CONEP:

O município deverá apresentar, a cada quatro anos, o Plano de Ação de Educação para o Patrimônio e Difusão. O Plano e sua execução devem contemplar, no mínimo, a realização de oito ações anuais, entre Formação de Servidores públicos e conselheiros; Difusão dos acervos de instituições de memória coletiva, pontos de memória, museus, arquivos e bibliotecas; Difusão e Educação para o Patrimônio Cultural com Comunidade local e turistas; Educação para o Patrimônio Cultural em Escolas /público escolar; Elaboração de materiais de difusão e suporte à Educação para o Patrimônio Cultural. (DELIBERAÇÃO CONEP Nº01/2021, 2021 p.5)

A participação dos municípios no programa ICMS Patrimônio Cultural é essencial porque estimula a definição de agenda de ações públicas a serem implementadas; porque conscientiza os administradores públicos quanto à preservação do Patrimônio Cultural e porque estimula a gestão do Patrimônio Cultural, de forma mais efetiva.

A aplicação prática “[...] leva ao reforço da cidadania, à criação de laços comunitários mais fortes e ao sentimento de pertencimento, valorizando a função social do patrimônio”. (IEPHA, [s.d.]2020a)

Mesmo com o estímulo estadual, a implementação dessa política de gestão do Patrimônio Cultural, infelizmente, não garante excelência na salvaguarda dos bens, como também o envolvimento e a sensibilidade de gestores públicos nem sempre se dão de forma efetiva e contínua.

Segundo o IEPHA-MG (2020), existem questões que colaboram para esse cenário, como por exemplo: a preocupação arrecadatória da maior parte dos municípios não é condizente com a efetividade da política de proteção ao Patrimônio Cultural; em muitos deles, existe terceirização da implementação do programa. Dessa forma, empresas de consultoria passam a ser os agentes centrais na produção do material a ser enviado; intervenções em bens materiais são realizadas sem orientações técnicas adequadas, o que pode provocar equívocos e descaracterizações; o investimento na conservação e na manutenção de bens culturais protegidos não é suficiente; sem contar a burocratização dos processos, que podem atrasar ou dificultar ações.

1.3. As Cidades e a Preservação do Patrimônio Cultural

Como visto anteriormente, a ampliação da visão patrimonialista que trouxe mudanças referentes à preservação do Patrimônio Cultural, no cenário mundial e nacional, na década de 1960 e ao longo dos anos 1970, promoveu novos discursos, ampliando-se, assim, práticas de preservação.

No plano internacional, novas concepções de patrimônio; no plano nacional, o implemento de políticas de uso do “patrimônio nacional” para o turismo e de descentralização dos trabalhos de preservação para os estados. O país via surgirem novas demandas sociais, visando à preservação dos imóveis e áreas da cidade para a manutenção da qualidade de vida urbana. (MOTTA, 2000, p. 15)

Essas novas práticas exigiram uma demanda que dificilmente a nação conseguiria administrar sozinha. Diante dessa realidade, a responsabilidade da proteção do Patrimônio Cultural passaria a ser dividida com os estados e com os municípios. As reuniões para discussão do assunto foram formalizadas no “Compromisso de Brasília”, de 1971, e no “Compromisso de Salvador”, no mesmo ano.

O Brasil é um país em que a maior parte das suas cidades são novas, surgidas no século XX; por esse motivo, são poucas as que ainda apresentam vestígios materiais consideráveis do passado.

Se hoje o Rio de Janeiro, fundado em 1565, vangloria-se de seu ‘corredor cultural’, que preserva edificações da área central construídas na virada do século XIX para o XX, é importante lembrar que as edificações aí situadas substituíram inúmeras outras antes existentes no mesmo local. (ABREU, 2011, p. 21)

Há outros exemplos, Olinda, fundada em 1537, orgulha-se de ser Patrimônio Cultural da humanidade, mas este título não lhe foi conferido em razão dos testemunhos que sobraram da cidade antiga, em grande parte substituída por construções em estilo eclético ou art déco do início do século passado. E, se Salvador, criada em 1549, e Ouro Preto, fundada em 1711, podem gabar-se de manter ainda um patrimônio histórico-arquitetônico apreciável, isso se deve muito mais à longa decadência econômica pela qual passaram, que atenuou os ataques ao parque construído, do que a qualquer veleidade preservacionista local. (ABREU, 2011, p. 22)

Como se pode perceber, o que representa o patrimônio de uma sociedade é resultado de uma construção, ou seja, é resultado do que foi preservado em detrimento do que se deixou destruir. “A história do patrimônio é amplamente a história

da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio.” (POULOT, 2009, p. 12) “[...] é resultado de uma dialética da conservação e da destruição no âmago da sucessão das formas ou dos estilos de heranças históricas que haviam sido adotados pelas sociedades ocidentais.” (POULOT, 2009, p. 13).

Independentemente do acervo que se tenham conseguido salvar da destruição nas cidades brasileiras, tem ocorrido o engajamento na salvaguarda dos seus resquícios do passado.

Em diversas sociedades contemporâneas, o passado nunca deixou de fazer parte de seu cotidiano. “Ou seja, o presente se desenrolou e o futuro se construiu a partir de uma sólida base material e espiritual herdada do passado.” (ABREU, 2011, p. 22)

No Brasil, o projeto modernizador, foi fundamentado na esperança de um futuro melhor e na rejeição do passado. Este era um símbolo da identidade nacional e, ao mesmo tempo, um indicador de atraso e de subdesenvolvimento: “A vergonha do passado e a crença no futuro se fizeram sentir, por exemplo, na disseminação das ideias de ‘dimensão continental do país’, de ‘espaços vazios’, e de ‘oferta ilimitada de terras’, que faziam do Brasil um ‘país do futuro’.” (ABREU, 2011, p. 22)

O vislumbre com esperança no futuro da nação gerou uma série de reformas urbanísticas, altamente transformadoras das cidades brasileiras. A política modernizadora do governo de Juscelino Kubitschek, cujo lema era realização de “50 anos em cinco”, e alguns outros movimentos aceleraram o processo de urbanização e de Industrialização do país. Com isso, intensificou-se a valorização do novo e, consequentemente, justificadas as inúmeras intervenções urbanas.

A atividade patrimonial compreende dois aspectos essenciais: a assimilação do passado, que é sempre transformação, metamorfose dos vestígios e dos restos, recreação anacrônica e a relação de fundamental estranheza estabelecida, simultaneamente, por qualquer presença de testemunhas do tempo remoto na atualidade. (POULOT, 2009, p. 14)

Muitas cidades brasileiras têm revalorizado o seu passado. Agentes municipais têm se esforçado para trabalhar em prol da preservação, da revitalização e da restauração do remanescente de sua paisagem urbana.

Mesmo cidades relativamente novas já adotam a prática de preservar os vestígios mais significativos de sua história e, naquelas em que a destruição da herança urbana foi devastadora, grandes têm sido os esforços para salvar e valorizar o que restou. (ABREU, 2011, p. 23)

Segundo Le Goff (1990), o que sobrevive é fruto de uma escolha efetuada, tanto pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quanto pelos que se dedicam à ciência do passado, e não o conjunto do que de fato existiu.

Muitas cidades já passaram por processo de destruição de parte de sua história e de perda de referências do seu passado. Por esses motivos, há um movimento para preservar tudo o que restou. Nessa direção, ações para definir o que de fato é importante e o que é uma referência cultural para a sua população têm sido realizadas, entretanto sem critério e sem consulta popular.

Candau (2014, p.189) faz uma reflexão sobre esse processo: “A maneira pela qual os grupos de indivíduos fazem frente à perda nos informa sempre sobre o jogo da memória e da identidade no interior da sociedade considerada, em particular quando se trata de heranças do passado”. O autor continua:

Queremos tudo abraçar de nosso passado e sem dúvida prestamos mais atenção do que antes ao que já foi perdido. Por essa razão, não podendo tudo guardar, é despertado em nós um sentimento de dispersão, de esfacelamento daquilo que é impossível captar em totalidade. Por outro lado, se o que é transmitido não é estruturado é porque, obcecados pela perda, queremos tudo transmitir sem hierarquia nem discernimento. (CANDAU, 2014, p. 189)

Há, sem dúvida, um esforço no sentido de buscar as raízes, o passado e a identidade nos lugares, porque a cidade é um elo de ligação de indivíduos, famílias e grupos sociais, uma resistência que não permite que suas memórias se percam no tempo, e que lhes ancorem no espaço. (ABREU, 2011, p. 28)

Nada estranho, portanto, que as sociedades que estejam no meio desse turbilhão reorientem suas visões de mundo, vivendo mais o presente, desconfiando daquilo que o futuro lhes reserva e revalorizando o que já construíram em tempos passados. (ABREU, 2011, p. 20)

Valorizar o passado é uma ação comum entre as sociedades que tem como objetivo valorizar a “memória urbana” ou “memória da cidade”. Abreu (2011) utiliza esses dois termos para referenciar as lembranças, do modo de vida na cidade.

[...]‘memória urbana’ que a nosso ver trata do estoque de lembranças do modo de vida urbano *per si*, sem obrigação de relacioná-las a uma base material particular, a um lugar específico, e à ‘memória da cidade’, que referência obrigatoriamente essas mesmas lembranças a uma base material precisa, a um determinado lugar. (ABREU, 2011, p. 31)

Em uma mesma cidade, coexistem diversas memórias coletivas, que podem ser bastante distintas umas das outras. Algumas não terão o privilégio de ser registradas e valorizadas, podendo assim desaparecer com o tempo. “[...] o que faz com que os vestígios do passado que subsistiram na paisagem ou nas instituições de memória sejam apenas fragmentos das memórias que a cidade produziu.” (ABREU, 2011, p. 28)

Se, por um lado, as memórias coletivas, aquelas que são o alicerce da memória dos lugares, perderam-se no tempo; por outro lado, existe o trabalho que visa recuperar o que ainda é possível resgatar e tem privilegiado a construção social do lugar e não apenas o próprio lugar.

A memória das cidades está sendo produzida a cada dia. Por isso, temos também que estar atentos ao presente e nos preocuparmos sempre em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade. Não há como impedir que muitas dessas memórias desapareçam. Muitas outras podem, entretanto, ser salvas, bastando para isso que estejamos atentos ao seu valor futuro, que consigamos deixar de pensar exclusivamente no aqui e no agora. (ABREU, 2011, p. 37)

Pode-se dizer que as memórias não são homogêneas, devido à diversidade de grupos sociais que coexistem em um mesmo território. É possível perceber o uso desigual da cidade quanto à distribuição dos interesses pela preservação do patrimônio. “É compreensível que as classes populares, enredadas na escassez de moradias e na necessidade da sobrevivência, se sintam pouco envolvidas na conservação de valores simbólicos, sobretudo, se não são os seus.” (CANCLINI, 1994, p. 102)

Cabe aos agentes e investigadores perceberem aí também as intenções que subjazem nos processos de patrimonialização, as

tensões e contradições em relação aos valores atribuídos e como se confrontam com uma perspectiva integrada de patrimônio, posto que nessa arena são travadas lutas simbólicas e também materiais. (CHUVA, 2020, p. 32)

Diante dos aspectos até aqui levantados, é importante compreender como os municípios têm se estruturado para gerir o seu patrimônio e quais instrumentos lhes favorecem para assumirem sua responsabilidade em relação à promoção da preservação do Patrimônio Cultural.

Para promover a ordenação do desenvolvimento das funções sociais e da propriedade urbana, as políticas urbanas devem, entre outras questões, proteger, preservar e promover a recuperação do ambiente, seja ele natural ou construído, e do Patrimônio Cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico. (BRASIL, 2001)

Segundo o inciso IX do art. 30º, do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 de 2001, compete aos municípios: “[...] promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”.

Para a eficiência da aplicação, é essencial que as políticas de preservação do Patrimônio Cultural estejam em consonância com as diretrizes do Plano Diretor, a fim de promover medidas jurídicas e administrativas que prezem pelo desenvolvimento sustentável do município.

O Patrimônio Cultural é protegido em nível municipal, por meio de leis específicas de tombamento, as quais estabelecem normas de proteção. Essa legislação municipal dispõe sobre o que constitui o patrimônio do seu município, os meios pelos quais esse patrimônio será protegido (tombamento, registro, inventário, vigilância e desapropriação); sobre a criação, a composição e as competências do Conselho Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural³⁰, Efeitos do tombamento e do Registro; infrações e penalidades administrativas e Disposições Gerais.

No Brasil, os Conselhos foram instituídos pela Constituição de 1988, a fim de promover a ampliação da participação da sociedade civil na definição das diretrizes de políticas públicas, na implementação das ações e em sua fiscalização.

³⁰ Órgão destinado a orientar a formulação das políticas municipais e ações de proteção ao Patrimônio Cultural.

“Constituem, pois, instâncias híbridas de partilhamento das decisões entre os representantes do governo e os diversos segmentos da sociedade, conjugando dinâmicas e processos próprios das esferas governamental e social.” (STARLING, 2009, p. 148)

Segundo o Ministério Público de Minas Gerais³¹, compete aos Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural:

- Propor bases de política de preservação;
- Divulgar parecer para atos de tombamento e registro ou de cancelamento;
- Fixar diretrizes quanto à: modificação, transformação, restauração, pintura e remoção do bem tombado, quanto à concessão de licença para obras em imóveis situados nas proximidades dos bens tombados e quanto à aprovação, modificação e revogação de projetos urbanísticos;
- Receber, examinar e deliberar sobre as propostas de proteção e intervenção;
- Analisar o estudo de impacto de vizinhança em relação ao aspecto de proteção da paisagem urbana, dentre outros.

A composição dos Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural³² pode variar de acordo com a legislação de cada município. Em uma pesquisa desenvolvida pela Fundação João Pinheiro (2008), que analisa o impacto da Lei Robin Hood na gestão da política de Patrimônio Cultural dos municípios mineiros - os dados são referentes ao ano de 2005 e a amostra constituída por 385 municípios, de um total de 580, que receberam recursos do ICMS Patrimônio Cultural no mesmo ano – foi constatada:

A análise da composição dos Conselhos municipais indica relativo equilíbrio entre membros da sociedade civil (49,8%) e do governo (50,2%). Entre os representantes da sociedade civil figuram como segmentos importantes as entidades religiosas (40,3%), as

³¹ Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/areas-de-atuacao/defesa-do-cidadao/patrimonio-historico-e-cultural/perguntas-frequentes/quais-sao-as-principais-funcoes-do-Conselho-municipal-do-patrimonio-cultural-1.htm>

³² O órgão colegiado de decisão máxima em nível nacional é o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Em nível estadual, o órgão ao qual compete deliberar sobre diretrizes, políticas e medidas correlatas à defesa e preservação do Patrimônio Cultural são os Conselhos Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural, subordinados à Secretaria de Estado de Cultura. Em Minas Gerais, o órgão colegiado, deliberativo, é o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural - CONEP.

associações comunitárias (29,6%) e os profissionais liberais ou de notório saber (28,9%). (STARLING, 2009, p. 148)

Os Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural são de natureza deliberativa ou consultiva. Nessa mesma pesquisa, foi analisada a dinâmica decisória adotada pelos Conselhos:

Para mais da metade dos 385 municípios de Minas Gerais pesquisados (55,1%), não foi possível avaliar a dinâmica decisória dos Conselhos. Nesse grupo se encontram os Conselhos que não enviaram atas ou atuaram de modo incipiente, por serem recém instituídos ou terem passado por período de inatividade. Em segundo lugar, representando 21,6% dos municípios, encontram-se aqueles cuja dinâmica de discussões inclui votações. Em terceiro lugar, com 14% dos casos, estão os municípios cujos Conselhos não realizam discussões, apresentando uma dinâmica apenas homologatória das propostas encaminhadas pela mesa. Por último, estão aqueles que apresentam uma dinâmica de discussões sem que haja oportunidade para votações (9,4%). (STARLING, 2009, p. 151)

A concentração das ações e competências relativas à preservação do patrimônio nas mãos de um grupo de pessoas que formam o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural torna-as detentoras do poder de decisão, o que de fato só pode acontecer se esse for deliberativo. Quando não há envolvimento da população nas discussões e no processo de patrimonialização, as decisões sobre o que preservar e o que não proteger se tornam unilaterais.

Os setores dominantes não só definem quais bens são superiores e merecem ser conservados, mas também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, tempo de trabalho e de ócio, para imprimir a esses bens maior qualidade e refinamento. (CANCLINI, 1994, p. 97)

Além disso, a maioria dos municípios brasileiros de pequeno porte demográfico não dispõe de meios para a elaboração e execução de uma política urbana e de preservação do patrimônio histórico, própria e adequada; razão pela qual se adotam políticas advindas das esferas estadual e federal, sem realizar as adaptações necessárias. São adotadas ou adaptadas políticas genéricas, criadas nos moldes das cidades maiores. Essas políticas não são de conhecimento da maioria da população e, às vezes, nem mesmo da equipe gestora do município. São executadas, em parte; apenas para cumprir exigências, sem alcançar resultados adequados.

A referida pesquisa analisou também a atuação dos Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural em Minas Gerais e identificou que um “[...]”

percentual significativo dos municípios aponta que seus Conselhos definem como principal campo de atuação a preservação de bens imóveis” (STARLING, 2009, p. 153).

O cumprimento das exigências do lepha está relacionado à instituição e regulamentação da política cultural local; ao atendimento das demandas relativas aos planos de inventário, à elaboração de dossiês e de laudos de conservação de bens tombados; à elaboração de projeto de educação patrimonial; à elaboração de relatórios de atividades e de investimentos, entre outros. (STARLING, 2009, p. 153)

Segundo Starling (2009, p.154) “[...] as políticas municipais ainda se encontram focadas na preservação do patrimônio edificado e no controle das intervenções nos bens tombados”. O reconhecimento da importância da preservação do patrimônio imaterial é ainda restrito, pois “É perceptível, todavia, a importância atribuída às manifestações culturais locais que, em sua maior parte, estão relacionadas às tradições, festas religiosas e aos rituais.” (STARLING, 2009, p. 154)

O estímulo à realização de festividades locais e de eventos culturais configura a ênfase de atuação em 15,5% dos municípios. O controle de intervenções em bens tombados e inventariados é ênfase de atuação em 12,9%. Apenas 8,9% se orientam para a gestão da política cultural local de forma integrada. A atuação do Conselho com ênfase no planejamento urbano pode ser encontrada em 4,7% dos municípios. A referência à preservação do patrimônio imaterial, tendência recente da política de Patrimônio Cultural no país, a partir da instituição do Decreto nº. 3 551 de 2000, foi encontrada em apenas 2,5% dos municípios. (STARLING, 2009, p. 153)

Observa-se que a integração das políticas de patrimônio com instrumentos de planejamento urbano - relevante para a construção de uma política abrangente e democrática - é pouco explorada pelos Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural.

1.4. A Participação Social nas Ações de Preservação do Patrimônio Cultural

Se o Patrimônio Cultural é de todos por que há a necessidade de um aparato legal para a sua proteção? Isso se dá porque a identificação com o bem não é unânime dentro de uma comunidade, ou porque as pessoas não entendem a importância de se preservarem elementos da formação histórica e cultural da sua comunidade, ou não ainda porque não se sentem ameaçados com a possibilidade de perda desse registro.

Sendo assim, a construção do Patrimônio Cultural de uma sociedade acaba se tornando o resultado de escolhas. “A escolha de determinado patrimônio e as opções para o seu tratamento não são atos desinteressados; dependem do ponto de vista da seleção, do significado que se deseja atribuir aos objetos e do uso que se quer fazer deles.” (MOTTA, 2000, p. 20)

A gente entende hoje que o patrimônio não é somente o feito, mas é como foi feito, como foi usado e, sobretudo, por que foi conservado, por que foi destruído. Porque o patrimônio também é destruição. Por que as pessoas destroem as coisas? É porque não tem significado para elas. É por isso que não se pode discutir patrimônio sem discutir essa questão de cultura, como dimensão do ser humano. O ser humano vive através de sua cultura, é aí que ele cria autoestima, ele cria a significação para o mundo, ele vai agir a partir da cultura, vai reagir. (SUDÁRIO, 2004 apud CUNHA, 2004, p. 93)

Existe uma liberdade de decisão sobre as ações tanto para preservar quanto para permitir o desaparecimento de um bem; por isso, a participação das pessoas em discussões públicas sobre o assunto é necessária.

Todos podemos, quando não apreciamos uma expressão artística, evitá-la; assim, mudamos de estação de rádio ao primeiro acorde de uma música que nos parece desagradável, não vamos assistir a uma peça cujo enredo não nos atraia, evitamos livros cuja trama nos pareça desinteressante e assim por diante; no entanto não podemos evitar a arquitetura, não podemos andar nos espaços que nos são oferecidos, nas ruas disponível, nas praças, nem deixar de ver os monumentos que são fixados, os objetos que nos são comum e fazem parte do nosso cotidiano. (CUNHA, 2004, p. 94)

Quando grupos sociais não participam desse processo, corre-se o risco de essa memória ser selecionada por um grupo que define o que é e o que não é patrimônio, ou seja, o que vai e o que não vai ser protegido.

[...] pouco adiantará continuarmos a investir na proteção e conservação de sítios e monumentos sem a colaboração direta da sociedade nessas ações, pelo que, no lugar de mantê-la aliada ao processo, devemos criar, ao mesmo tempo, a parceria consciente, estimulando a noção de cidadania decorrente da preservação da memória cultural de uma nação. (CUNHA, 2004, p. 124)

A regulamentação da participação social foi instituída, por meio de instrumentos e de ferramentas de gestão democrática, regidos pelo Estatuto da Cidade. O art. 43 do Estatuto da Cidade dispõe para a garantia da gestão democrática da cidade, os seguintes instrumentos:

- I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
 - II – debates, audiências e consultas públicas;
 - III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
 - IV – Iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.
- (BRASIL, 2001)

Essa regulamentação permite uma democratização nas decisões no planejamento das cidades e nas ações públicas, possibilita a participação popular ativamente e permite uma aproximação entre o poder público e a população no planejamento e na tomada de decisões.

Dessa maneira, adiciona-se algo totalmente inovador ao direito urbanístico brasileiro, com vistas ao controle social da população sobre as decisões municipais, por meio do compartilhamento e da delegação de poderes quanto ao futuro de toda uma comunidade. (OLIVEIRA; LOPES; SOUSA, 2018, p. 328)

A participação pública é essencial, pois traz como benefício o acolhimento de interesses de grupos sociais; o que possibilita uma aproximação da administração pública às efetivas necessidades da população.

É preciso que os munícipes possam participar do processo deliberativo, com poder de decisão, em uma forma representativa social ou mesmo individual. Defende-se, portanto, que, por se tratar do estabelecimento de políticas públicas, deve ocorrer a participação democrática em todas as fases, em especial na tomada de decisão. (OLIVEIRA; LOPES; SOUSA, 2018, p. 329)

Ações participativas permitem a funcionalidade social das cidades e trazem consigo reflexos positivos para todos os munícipes. Esses reflexos propiciam aos cidadãos exercerem seus direitos fundamentais. Dessa forma, a Educação Patrimonial e o Inventário Participativo se apresentam como ferramentas que podem promover a aproximação da população nos processos de discussão e de decisão das ações relacionadas à preservação do seu Patrimônio Cultural.

1.5. Educação Patrimonial e Inventário Participativo como Formas de Inclusão e Participação Social

O conhecimento e a sua apropriação são fatores indispensáveis no processo de preservação do Patrimônio Cultural, “[...] vez que só conhecendo é que podemos verdadeiramente compreender o significado do que se analisa e é apenas pela compreensão que surge a valorização.” (CUNHA, 2004, p. 124)

Entendemos, assim que as comunidades devem ser dotadas de elementos capazes de identificar as formas de ser, agir, fazer e pensar que lhes são caras e de poder decidir pela manutenção, ou não desta ou daquela manifestação cultural. (CUNHA, 2004, p. 124)

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, desde a sua criação, tem se manifestado em documentos e em publicações sobre a importância de ações educativas que trabalhem para a preservação do patrimônio. O anteprojeto para a criação de um instituto federal para a proteção do patrimônio nacional, de Mário de Andrade, na década de 1930, já ressaltava a importância dos museus e das imagens para as ações educativas. “Entretanto, Mário de Andrade já assinalara na proposta entregue ao ministro Gustavo Capanema em 1936 que o Patrimônio Cultural da nação compreendia muitos outros bens além de monumentos e obras de arte.” (IPHAN, 2000, p. 11)

No entanto, a questão passou a ser incorporada de forma mais efetiva, a partir da década de 1970, quando os critérios adotados pelo IPHAN passaram por um processo de reavaliação que levaram a uma nova perspectiva para a preservação de bens culturais. Questões que, até então, não preocupavam aqueles que formulavam e implementavam as políticas de patrimônio passaram a ser discutidas. Entre as mudanças que ocorreram nesse período está a introdução da noção de “referência cultural”.

Indagações sobre quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser preservado, a partir de que valores, em nome de que interesses e de que grupos, passaram a pôr em destaque a dimensão social e política de uma atividade que costuma ser vista como eminentemente técnica. Entendia-se que o Patrimônio Cultural brasileiro não devia se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história “oficial”, em que sobretudo as elites se reconhecem, mas devia incluir também manifestações culturais representativas para os outros grupos que compõem a sociedade brasileira – os índios, os negros, os imigrantes, as classes populares em geral. (IPHAN., 2000, p. 11)

A partir da década de 1980, constituiu, no Brasil, a formulação da expressão “Educação Patrimonial”, baseada em experiências ocorridas na Inglaterra, em que ações com fins educacionais eram realizadas em museus e em monumentos históricos.

Entende-se a Educação Patrimonial como um recurso para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento de identidades e para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo. (FLORENCIO, 2012, p. 24)

O reconhecimento desse fato, certamente, inserido em um campo de lutas e contradições, evidencia a visibilidade de culturas marginalizadas ou excluídas da modernidade ocidental, e que são fundamentais para o estabelecimento de diálogos interculturais e de uma cultura de tolerância com a diversidade. (FLORENCIO, 2012, p. 24)

Segundo Cunha (2004, p.124), a educação patrimonial deve ser “[...] permanente e sistemática, de forma a envolver a comunidade na gestão do Patrimônio, pelo qual ela também é responsável, levando-a a apropriar-se e a usufruir dos bens e dos valores que o constituem”.

Assim, também, é fundamental conceber a Educação Patrimonial em sua dimensão política, a partir da concepção de que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais. É preciso o enfrentamento do desafio de encarar a problemática de que, no Brasil, nem sempre a população se identifica ou se vê no conjunto do que é reconhecido oficialmente como Patrimônio Cultural nacional. (FLORENCIO, 2012, p. 24)

A educação patrimonial é um instrumento de conhecimento sobre a dinâmica cultural e seus resultados, incorporando-os às ações de identificação, proteção e valorização do Patrimônio Cultural no nível das comunidades locais e das instituições envolvidas. (CUNHA, 2004, p. 125) É uma importante ferramenta de caráter social em que permite aos moradores tornarem-se agentes transformadores de suas realidades em seus territórios.

Ao focar as ações na cidade, é possível superar aquela visão de reificação dos objetos do passado, os monumentos e o Patrimônio Cultural. Reificação que retira estes objetos de seu contexto, o tecido social, isolando-os do conjunto dos processos sociais. Ao superar esta visão pontual, trabalha-se, assim, a Educação Patrimonial em sua dimensão política ampla, não se restringindo apenas aos bens tombados, mas preocupando-se com tudo aquilo que faz parte da memória social. (SCIFONI, 2012, p. 31)

Os bens culturais tornam-se suportes para a construção coletiva do conhecimento. É importante associá-los à vida cotidiana, com a intenção de conectá-los a símbolos e significados.

Não bastam a “promoção” e “difusão” de conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação do Patrimônio Cultural. Trata-se, essencialmente, da possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do Patrimônio Cultural. (FLORENCIO, 2012, p. 24)

A efetividade de uma política pública de preservação do Patrimônio Cultural está relacionada à capacidade de participação de grupos sociais, no sentido de tomar decisões e de avaliar ações. Nesse sentido, a educação patrimonial constitui-se como uma estratégia para a construção coletiva de ações como: identificação, proteção, apropriação e valorização do Patrimônio Cultural.

A perspectiva é de somar esforços para que a educação patrimonial conquiste maior inserção na formação escolar, no cotidiano das comunidades, nas instâncias de decisão — colegiados, Conselhos e comitês — e, conseqüentemente, na postura e espaços das respectivas instituições gestoras. (FLORENCIO, 2019, p. 59).

Além da Educação Patrimonial, tem-se o inventário participativo com um importante instrumento de identificação e seleção de bens que representam as referências culturais ³³ de uma sociedade.

Quando se fala em “referências culturais”, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. (IPHAN., 2000, p. 11)

Desde a promulgação da Constituição de 1988, que buscou incorporar a visão antropológica da cultura e das noções de bens culturais, dinâmicas e referências culturais, o IPHAN vem discutindo formas de identificar novos bens culturais

³³ A etimologia do termo vem do verbo latino *referre*, que significa “levar”, “transferir”, “remeter”. Na linguagem corrente, o termo “referências” é sinônimo de informações. Em sentido conotativo, “referência” evoca a ideia de um ponto de apoio ou de encontro, base, e, por extensão, uma “verdade” consensualmente aceita por um determinado grupo, ou uma autoridade coletivamente reconhecida. Aponta, portanto, para uma convergência de pontos de vista (IPHAN., 2000, p. 12).

representativos dos diversos grupos sociais, de construir instrumentos e métodos de pesquisa e de valorização, a fim de ampliar a democratização do patrimônio.

Com essa visão, criou-se o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), no mesmo ano em que o Patrimônio Imaterial foi reconhecido como referência cultural para a sociedade, ano 2000.

O INRC é uma metodologia de pesquisa, cuja intenção é produzir conhecimento sobre os domínios da vida social, em que os valores e sentidos são atribuídos e que assim constituem marcos e referências para determinado(s) grupo(s) social(s). É um instrumento de identificação e de documentação de bens culturais, tanto materiais quanto imateriais. É também um instrumento de conhecimento e de aproximação que tem como objetivos principais:

1. identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e
2. apreender os sentidos e significados atribuídos ao Patrimônio Cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação. (IPHAN, 2000, p. 8)

Inventariar é uma forma de coletar e de organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. (IPHAN, 2016, p. 7) O conhecimento é o primeiro passo para a proteção das referências culturais, pois é preciso identificá-las. Conhecer as diferentes narrativas que existem em relação ao bem cultural amplia o conhecimento do seu significado e a importância dele para as pessoas.

As transformações nos processos de patrimonialização são recorrentes nos últimos anos. Uma das etapas desse processo tem sido a democratização do acesso ao Patrimônio Cultural. A ferramenta mais recente para atingir esse objetivo foi a criação do Inventário Participativo - IP, em que a comunidade participa da identificação e do registro de suas referências culturais. Dessa forma, o Inventário Participativo tornou-se uma atividade de educação patrimonial.

Nessa perspectiva, considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu Patrimônio Cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do Patrimônio Cultural ao entendimento de elementos

como território, convívio e cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida. (IPHAN, 2016, p. 5)

O inventário participativo é um dos componentes do processo de Gestão Patrimonial. Por meio do inventário participativo é possível descobrir e documentar o repertório de referências culturais que constituem o patrimônio da comunidade, do território em que ela está inserida e dos grupos que delas fazem parte. (IPHAN, 2016, p. 8)

Segundo o IPHAN (2016) “É fundamental que os envolvidos no projeto, antes de iniciar a atividade, compartilhem os entendimentos do grupo sobre ideias ou conceitos chave, como patrimônio, memória, identidade, cultura”. Pode-se concluir que atividades que incentivem o diálogo com a população são essenciais para a construção de uma leitura da realidade, como também são meios para se fugir do processo elitizado do conhecimento, ou seja, são fundamentais no processo de uma construção coletiva do Patrimônio Cultural.

Os conceitos apresentados, neste capítulo, foram necessários para justificar a importância do Patrimônio Cultural como recurso para a preservação da memória e da identidade da sociedade; para apresentar as instâncias: nacional, estadual e municipal que atuam em prol da salvaguarda dos bens culturais; para apresentar os conceitos de paisagem cultural e referências culturais; como também para apresentar ferramentas e metodologias que permitem a participação e o envolvimento da sociedade nas ações na direção da preservação do Patrimônio Cultural.

Para fim de conhecimento da área de estudo desta pesquisa, no próximo capítulo, serão abordados: a história de Matias Barbosa e de Simão Pereira, os principais elementos que contribuíram para a formação da região e a identificação do que é reconhecido legalmente, por meio do tombamento e do registro, nesses municípios.

CAPÍTULO 2: OS MUNICÍPIOS DE MATIAS BARBOSA E DE SIMÃO PEREIRA: FORMAÇÃO HISTÓRICA E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Com o objetivo de compreender o universo em que o objeto desta pesquisa está inserido, foram levantadas informações sobre a história da região as quais permitem elucidar a formação dos municípios e de sua população. Para tal, foi feito um recorte histórico compreendendo o período que se inicia no século XVIII - com as primeiras formas de ocupação do território - e vai até o século XIX - com a consagração dos municípios.

2.1. História e Formação da Zona da Mata de Minas Gerais

A região denominada Zona da Mata - na qual se desenvolveu os municípios, entre outros, o de Matias Barbosa e o de Simão Pereira - apresentava no início da ocupação do interior do país “[...] características naturais bastante peculiares, por apresentar a existência de uma densa cobertura florestal, além da presença de grupos indígenas ali assentados.” (VITTORETTO, 2012, p.60 apud PERMEAR, 2016a, p. 7)

“A posição geográfica, borda da região mineradora, conferiu-lhe a condição de porta obrigatória de passagem para o deslocamento de algumas frentes pioneiras.” (STEPHAN, 2021, p. 38)

Por esse motivo, frequentemente ouvimos que a história da Zona da Mata Mineira iniciou - se no século XIX, a partir da expansão cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense. Tal assertiva está vinculada à ideia de que a região serviria somente como via de ligação entre o porto do Rio de Janeiro e a zona mineradora, ao longo do século XVIII, por meio do Caminho Novo, não constituindo propriamente uma civilização.(PERMEAR, 2016a, p. 7)

Durante o período colonial, a região da Zona da Mata ficou conhecida como os “Sertões do Leste”, ou “Sertões Proibidos do Leste”, “a Mata seria uma região fechada ao povoamento, não por falta de interesse português, mas para manter uma barreira natural aos descaminhos do ouro.”(PERMEAR, 2016a, p. 8)

E se em um primeiro momento a administração colonial tratou de tentar coibir qualquer tentativa de ocupação daquele solo, para que a mata fechada servisse como uma barreira natural, evitando os descaminhos do ouro, não quer dizer que movimentos de ocupação estabelecidos pelo homem branco não tenham sido possíveis durante o século XVIII. (VITTORETO, 2012 ,p.63 apud PERMEAR, 2016a, p. 8)

Por um período, os planos da Coroa portuguesa foram de assegurar que o território fosse impenetrável, para evitar o desvio das rotas oficiais e os descaminhos do ouro. Porém, com o passar dos anos, a administração portuguesa percebeu que uma mudança na estratégia, por meio da distribuição de terras, poderia ser mais rentável, e os sertões passaram a ser vistos como potenciais reservas de recursos. “A constante busca por novas jazidas e terras agricultáveis, somada aos mitos de riqueza, impulsionou a ocupação de áreas ainda ‘virgens’, também denominadas de ‘Sertões’.”(STEPHAN, 2021, p. 39)

À medida que os sertões foram sendo progressivamente ocupados, manifestaram-se as necessidades de dividir, de delimitar, de cartografar e de nomear as unidades territoriais. As porções de terras passaram a ser submetidas a disputas e ao controle de determinadas instâncias de poderes; os reflexos de tais transformações são visíveis ao se observarem as diversas denominações e os topônimos para designar terras.(STEPHAN, 2021, p. 39)

A extração das minas foi uma das primeiras atividades econômicas de Minas Gerais, porém, ao longo dos anos, outras atividades, como agricultura, pecuária e comércio, foram incorporadas e desencadearam o desenvolvimento da região. Isso demandou construção de obras de infraestrutura para agilizar o escoamento da produção, o que desencadeou uma série de empreendimentos: a construção da estrada União e Indústria em meados do século XIX, que também atraiu imigrantes alemães para a região; a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II; e a construção da BR040, na década de 1970, para atender ao escoamento da produção Industrial e melhorar as condições de tráfego entre o interior do país e o Rio de Janeiro.

Todos esses caminhos são estruturadores da ocupação na Zona da Mata em Minas Gerais, também são os eixos de ligação entre os municípios, objetos de estudo desta pesquisa, os quais serão apresentados nos próximos tópicos.

Conhecer a relação entre os municípios estudados e os caminhos que têm em comum nos permite compreender parte da sua história e da sua paisagem cultural. Segundo Souza (2010, p. 12), “Os caminhos abrem possibilidades de conhecimento do diferente, de acessar cheiros, culinárias, culturas materiais, gostos arquitetônicos e sons diversos.”

Estradas, rodovias e variantes permitiram a circulação das carruagens, dos bondes, dos primeiros automóveis e posteriormente de transportes coletivos rodoviários. Deslocamentos econômicos, crescimento urbano-Industrial e populacional mudaram a paisagem

rural. Entretanto, vários vestígios do passado foram preservados compondo acervo patrimonial significativo da História deste país. (SOUZA, 2010, p. 12)

Todas as fases da formação do território contribuíram para a construção de uma ou de várias paisagens na região, o que nos faz compreender que a paisagem não apresenta algo estável, mas que está em constante transformação. Menezes (2002, p. 37) faz uma comparação sobre paisagem: “[...] é como nossa pele, condenada a conservar cicatrizes e feridas antigas”.

Daí a importância de se conhecer a formação histórica e social dessa região, uma vez que as gerações que ali viveram construíram parte do seu Patrimônio Cultural, o qual será apresentado no Capítulo 3 desta pesquisa.

2.1.1. A Estrada Real

Para fazer uma contextualização da história da formação da Estrada Real, é necessário remontar à colonização do Brasil, iniciada por Portugal, no século XVI. Até meados do século XVII, a Metrópole concentrava a sua estratégia de ocupação do território brasileiro no litoral. Essa ocupação durou um longo período, em razão da disputa pelas terras, entre espanhóis, holandeses e franceses; como também pela falta de sucesso das primeiras expedições ao interior da colônia na busca por riquezas.

As primeiras minas foram descobertas pelos bandeirantes, nas regiões onde hoje se situam os municípios de Sabará, Ouro Preto e Mariana, apenas no último quartel do século XVII. O interesse por essa região era exclusivamente econômico. “O ouro era abundante nos cursos de água da região das Minas Gerais, trazendo um grande fluxo de pessoas para o interior da colônia, o que ocasionou a formação de vários núcleos urbanos.” (MARQUES, 2009, p. 181)

A mineração constituiu-se como a atividade mais importante da colônia e contribuiu para a formação de núcleos urbanos no interior do país. “A região mineradora, seus entornos e os caminhos até o litoral, para escoamento das riquezas para Portugal, se tornaram as principais vias do Brasil-colônia.” (MARQUES, 2009, p. 182)

Nesse contexto, a Metrópole estabeleceu caminhos oficiais, ou seja, estradas reais, as únicas autorizadas para a circulação de ouro, de diamante, de pessoas e de outras mercadorias. O objetivo era controlar e fiscalizar as riquezas, para garantir o pagamento dos tributos.

A expressão Estrada Real, encontrada em documentos da história do Brasil desde 1653, designa, portanto, os caminhos controlados pela Coroa, onde ocorria cobrança de direitos de passagem. Tratava-se das principais vias de circulação do período colonial. (MARQUES, 2009, p. 182)

“Minas Gerais, a mais produtiva capitania mineradora, concentrou as mais conhecidas estradas reais.”(MARQUES, 2009, p. 183) Nessas estradas reais, foram instaladas alfândegas, onde eram executadas a cobrança de pedágio assim como os impostos sobre as mercadorias e o quinto do ouro. Esses locais eram chamados de “registro” e eram instalados em locais estratégicos como: passagens entre serras e as margens de cursos d’água.

Nas Minas, o objetivo primordial do controle dos caminhos era a arrecadação dos quintos de ouro, sempre confiada a funcionários régios [...] formaliza-se, assim, a aplicação do título Estrada Real aos caminhos de Minas, como um conceito fiscal. (RANGER, 2007 apud MARQUES, 2009, p. 182)

Na fase inicial da exploração aurífera e de diamantes, a principal rota de acesso e de abastecimento da região das minas era o Caminho Geral do Sertão, conhecido como Caminho Velho.

Segundo Marques (2009, p. 183) “Tratava-se de uma junção de caminhos: ligava-se Guaratinguetá (SP) ao porto de Parati (RJ), e este à cidade do Rio de Janeiro, e os dois primeiros à região mineradora, cujo polo era Vila Rica (hoje Ouro Preto).”

A partir do século XVIII, a Coroa Portuguesa passou a identificar a necessidade de construir um caminho mais seguro, rápido e eficiente; bem como assegurar sua hegemonia econômica. Segundo Marins (2010, p. 35), “Se o ouro constituiu abalo ao açúcar do recôncavo fluminense, também renovou a capacidade articuladora do Rio de Janeiro como eixo econômico”.

Por esses motivos, foi criada uma nova rota de escoamento das riquezas, a qual ligava a antiga Vila Rica (Ouro Preto) diretamente ao Rio de Janeiro. O trajeto, concluído em 1707, ficou conhecido como Caminho Novo ³⁴, ou Estrada Real de Vila Rica.

Tal caminho se fazia necessário, segundo Santos (2001), pela dificuldade de travessia da Serra da Mantiqueira pelo Caminho Velho e pela longa volta que a produção aurífera que escoava pelo Rio de Janeiro tinha que dar para chegar àquele porto, incluindo ainda uma perigosa viagem marítima entre Santos ou Parati e o Rio de Janeiro. (MARQUES, 2009, p. 184)

A morfologia da estrada se assemelha à letra “Y” invertida e é composta de três trechos e uma variante: o eixo principal formado pelo Caminho Velho, que liga Paraty a Ouro Preto; pelo Caminho Novo, que liga Rio de Janeiro a Ouro Preto; e pelo caminho dos Diamantes, que liga Ouro Preto a Diamantina; e pela variante de Sabarabuçu, que liga Ouro Preto a Barão de Cocais.

Mapa 4 - Estrada Real



Fonte: Instituto Estrada Real.

Disponível em: <http://lendorevistas.blogspot.com/2011/08/estrada-real-um-belo-passeio-estrada.html>.

Acesso em: 26 jun. 2021.

³⁴ “A abertura do Caminho Novo encadeou-se, portanto, em uma série de ações da coroa para centralizar na cidade do Rio de Janeiro o fluxo econômico e político que se desenhou a partir da localização do ouro das Gerais.” (MARINS, 2010, p. 35)

O Caminho de Sabarabuçu é um trecho cuja importância é regional. Foi constituído como um prolongamento de 150 km do Caminho Velho, aberto pelos bandeirantes, devido à procura de prata na região, porém se consolidou como uma rota de escoamento de ouro.

No século XIX, as estradas reais foram perdendo a sua importância fiscal, de forma gradual, devido à decadência da mineração e à independência do Brasil em relação a Portugal. Dessa forma, elas passaram a se consolidar como vias de circulação e se tornaram estradas públicas.

A partir daí, muitos trechos se incorporam ao ritmo do desenvolvimento do país, sendo asfaltados e convertendo-se em rodovias de importância estrutural para o país. Outros, em regiões mais inóspitas, permanecem sem calçamento, lembrando nos dias atuais com mais força os caminhos do período colonial. Todavia, independentemente do destino que tiveram, o fato incontestável é que as estradas reais são marcas significativas da história do Brasil, lembranças de um período de conquistas e de início do desenvolvimento do país, onde a face de uma nação chamada Brasil começou a se configurar, ganhando força e identidade próprias. (MARQUES, 2009, p. 189)

No período que compreende o final do século XVII e os primeiros anos do XVIII, a construção de um novo caminho entre a cidade do Rio de Janeiro e a região das minas de ouro fazia-se necessário.

2.1.2. O Caminho Novo e a Formação de Povoados

A necessidade de construção de um novo caminho, foi, quando Artur de Sá e Menezes, governador da capitania do Rio de Janeiro, fez, em 1697, uma viagem à região mineradora pelo único caminho possível, o que passava por São Paulo. “Impressionado com a demora da viagem ele sugeriu ao rei a abertura de um caminho direto que ligasse as duas regiões, o que facilitaria a entrada de pessoas para se ocuparem da mineração.” (ALMEIDA, 2015, p. 61)

Em 1711, Garcia Rodrigues, filho do paulista Fernão Dias Paes, abriu o denominado Caminho Novo, por meio de contrato assinado com a Coroa, em 22 de outubro de 1698. O caminho passou a ser a principal via entre o Rio de Janeiro e Vila Rica (Ouro Preto), o que diminuiu em muito o tempo de viagem entre as duas cidades. “A viagem de Ouro Preto – à capital, Rio de Janeiro, - numa distância de cerca de

duzentas milhas, - é exclusivamente feita no dorso de mulas e cavalos, e requer comumente quinze dias.” (KIDDER;FLETCHER, 1941 apud ALMEIDA, 2015, p. 122)

Essa estrada, uma artéria que seria responsável pelo fluxo econômico entre o Rio e as Minas por cerca de 200 anos, esvaziou o antigo eixo, o chamado Caminho Velho, que atravessava o Vale do Paraíba na altura de Guaratinguetá e Taubaté, ligando os arraiais de lavras e Paraty em cerca de 45 dias, o triplo de tempo despedido na alternativa de Garcia Rodrigues. (MARINS, 2010, p. 35)

O Caminho Novo encurtou o percurso, porém vale ressaltar que a maior parte dos caminhos brasileiros, utilizados no século XVIII até a primeira metade do XIX, não eram, propriamente, estradas construídas:

Assentados diretamente no solo, ora passando por trechos de terra, ora cortados na rocha, esses caminhos transpunham os obstáculos naturais, na maior parte das vezes, pelos lugares mais acessíveis, como os vaus (passagens naturais de rios). Quando isso não era possível, os construtores do caminho e, posteriormente, os próprios viajantes erguiam precárias pontes de madeira ou improvisavam passagens, geralmente, com troncos de árvores. Também, procuravam vencer serras por gargantas ou rodeios. (ALMEIDA, 2015, p. 123)

Como se pode constatar, os caminhos eram tortuosos, com trechos íngremes, o que tornava as viagens extremamente cansativas e perigosas. Às suas margens, eram criados diversos postos oficiais e registros do minério.

A utilização desses caminhos viabilizou não apenas a entrada de mercadorias e a saída de ouro e diamantes como contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento e a fixação de uma sociedade urbanizada e mais estável. O ir e vir das tropas requeria a existência de pontos de abastecimento que possibilitassem o empreendimento de longas viagens. (RESENDE, 2008, p. 59).

A doação de terras ao longo do Caminho Novo, por meio de cartas administrativas, comprova o projeto de povoamento com pousos, roças, ranchos e sesmarias. O objetivo dessa doação era de diminuir as viagens e ainda evitar os descaminhos do ouro, por meio de patrulhamento e dos registros.

[...] o período que compreendeu os anos 1709-1720 não deixou de ser caracterizado por um povoamento primário, já que Garcia Rodrigues recebeu o direito de cobrar pela travessia dos rios Paraíba e Paraibuna. Mesmo sabendo que a área em que se estabeleceu o filho de Fernão Dias encontra-se atualmente no estado do Rio de Janeiro, não podemos descartar que a região da Mata também tenha sido povoada, uma vez que se estabeleceram roças e pousos, pois, mesmo tendo encurtado a viagem até a região mineradora, o percurso levava entre 10 e 15 dias. (LAMAS, 2006, p. 2)

Por meio do Mapa 5, é possível identificar as localidades que foram contempladas com o trecho do Caminho Novo.

Mapa 5 - Caminho Novo



Fonte: Instituto Estrada Real. Disponível em:

<http://www.institutoestrada-real.com.br/estrada-real#mapa-estrada-real>. Acesso em: 26 jun. 2021.

Pelo Caminho Novo, as tropas de muares levavam suprimentos do Rio de Janeiro até as minas, e faziam o percurso contrário, levando o ouro das minas para o Rio de Janeiro, para depois este seguir para Portugal.

Segundo Lamas, Saraiva e Almico (2003, p. 8), “Praticamente todos os autores que trabalharam o ‘Caminho Novo’ ressaltaram que as primeiras fazendas foram instaladas para a produção de alimentos”. A produção servia como abastecimento para os tropeiros que faziam o percurso, como também eram comercializadas nas próprias minas.

Ao longo do Caminho Novo, vilas e arraiais eram formados. No início do século XVIII, esses locais eram formados por casebres simples, construídos com paredes de pau-a-pique³⁵ e cobertura de palha.

Em 1711, durante o auge da corrida do ouro, Vila Rica tinha apenas uma casa de telhas de barro. Os sobrados e casas térreas que sobreviveram aos séculos são, além de tardias, uma ilusão que esconde os muitos quarteirões de casebres que sumiram sem deixar vestígios. A fragilidade de suas paredes e a miséria que abrigavam

³⁵ Técnica construtiva vernacular que consiste no entrelaçamento de peças de madeiras posicionadas verticalmente e fixas no solo, com peças de madeira na posição horizontal. A trama é amarrada por cipós, e preenchida com barro.

não lhes permitiram futuro, favorecendo que a pobreza que grassava nas Minas fosse ocultada de nossos olhos.(MARINS, 2010, p. 38)

A maior parte das casas, igrejas e capelas que existem nas cidades da mineração foram erguidas na segunda metade do século XVIII, período em que as lavras de ouro e de diamante começaram a se esgotar.

Nesse período, as construções erguidas na região seguiam os padrões das vilas tradicionais do interior de Minas Gerais; a arquitetura predominante era a arquitetura colonial. Utilizavam-se materiais vernaculares, cuja matéria-prima eram os materiais encontrados em abundância no território brasileiro, como o barro e a madeira. As construções possuíam planta retangular simples e sem variação plástica. A decadência da extração de metais preciosos, no final do século XVIII, levou a uma reorientação econômica não apenas na região das Minas, mas também nas cidades que dependiam de forma indireta daquelas pedras preciosas.

Com a queda da mineração iniciada por volta de 1750, o negócio do abastecimento ganharia mais destaque, compensando a queda da mineração como provimento de um mercado interno às Minas e ao Rio de Janeiro. “Vale lembrar que o ‘Caminho Novo’ continuou importante mesmo após o declínio da produção aurífera, transformando-se, ainda no século XVIII, em uma importante área de produção de alimentos.” (LAMAS; SARAIVA; ALMICO, 2003, p. 10)

Diante dessa situação, a expansão agrícola seria uma forma de recuperar a economia. Sendo assim, a cafeicultura floresceu, e os municípios da região se beneficiaram da produção, tornando o produto uma fonte de riquezas.

A Estrada Real tem uma importância que vai além de sua história. As rotas dos trechos da estrada passam por lugares significativos, como: cidades que são reconhecidas pela Unesco como patrimônio mundial, como por exemplo: Ouro Preto e Diamantina, em Minas Gerais, e Paraty, no estado do Rio de Janeiro; pelo Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, considerado como Patrimônio Cultural da humanidade; com também por diversos bens tombados em nível nacional, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Além disso, o percurso possui trechos (cerca de 50 quilômetros), calçados com pedras remanescentes do período colonial.

O percurso Estrada Real é considerado um “itinerário cultural”. Segundo o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) “Los Itinerarios Culturales representan procesos interactivos, dinámicos, y evolutivos de las relaciones humanas interculturales que reflejan la rica diversidad de las aportaciones de los distintos pueblos al patrimonio cultural.”(ICOMOS, 2008, p. 1).

El reconocimiento de los Itinerarios Culturales como un nuevo concepto o categoría patrimonial guarda armonía y no se solapa con otras categorías o tipos de bienes (monumentos, ciudades, paisajes culturales, patrimonio Industrial, etc.) que pueden existir en su seno. Simplemente los enmarca en un sistema conjunto que realza su significado y los interrelaciona a través de una perspectiva científica que proporciona una visión plural, más completa y justa de la historia. De esta forma, no sólo favorece la comprensión y la comunicación entre los pueblos, sino también la cooperación para la conservación del patrimonio. (ICOMOS, 2008, p. 1)

Ao longo de um itinerário, podem-se ter várias paisagens naturais ou culturais que contribuem para o enriquecimento de sua diversidade cultural.

As paisagens culturais podem se apresentar em forma de áreas, itinerários, estradas, ou outras paisagens lineares; podem ainda ser entidades físicas ou imagens mentais imersas na espiritualidade das pessoas, em sua tradição cultural e prática. (RIBEIRO, 2007, p. 45)

A maior parte do percurso da Estrada Real está localizado no estado de Minas Gerais. Por esse motivo, espera-se que as iniciativas preponderantes para o desenvolvimento e promoção da Estrada Real surjam em Minas Gerais.

Os caminhos da Estrada Real e os municípios do entorno são objetos do Projeto Estruturador Destinos Turísticos Estratégicos, da Secretaria Estadual de Turismo, que conta com o apoio do Ministério do Turismo e do Instituto Estrada Real. O Instituto Estrada Real está ligado ao sistema da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG).

Oficialmente, o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real surgiu, em 1999, em forma de lei. Essa lei foi regulamentada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em 2000, e determinou como objetivos do Programa:

Art. 3º - São objetivos do Programa Estrada Real:
I - Possibilitar o incremento da arrecadação do Estado e dos municípios mineiros;

- II - Incentivar o investimento privado no território do Estado;
- III - Promover a alteração do perfil de distribuição de renda e elevar o nível de emprego da população do interior do Estado;
- IV - Promover e divulgar a atividade turística interna e de lazer no Estado;
- V - Resgatar, preservar e revitalizar os pontos de atração turística e de lazer já existentes, bem como os sítios arqueológicos, espeleológicos e paleontológicos e as paisagens naturais não exploradas, interligados pela Estrada Real. (MINAS GERAIS, 2000)

Segundo Marques (2009, p.200), o Programa é abrangente e permite o desenvolvimento de diversas modalidades relacionadas ao turismo, tais como: rural, histórico, cultural, eventos e negócios, religioso, esotérico, gastronômico, aventura, termal e de saúde. Apesar de apresentar inúmeros benefícios, quando se trata de participação e de investimento por parte dos municípios, percebe-se que esses são insuficientes:

Não existem dados precisos sobre o investimento dos municípios em ações relativas ao desenvolvimento da Estrada Real, mas devido à limitada estrutura e orçamento dos órgãos de turismo municipais, sabe-se que se trata de um montante reduzido. A concentração dos gastos e ações no âmbito estadual é um óbice ao fortalecimento de um Programa tão amplo como este, que envolve 168 cidades mineiras e requer grandes investimentos. (MARQUES, 2009, p.201)

Para o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real, há uma crítica, que é à inexistência de promoção e de divulgação do circuito, além da falta de adequação da estrutura para a visitação turística. Essa inadequação é um ponto fraco reconhecida pela própria comunidade.

Neste aspecto, a disparidade entre os próprios municípios é muito grande. Enquanto alguns se envolveram bastante nas ações do Programa e contribuíram para seu fortalecimento, outros permanecem à margem do processo, aguardando ações de terceiros para se desenvolverem do ponto de vista turístico. Como consequência, verifica-se a existência de regiões onde a Estrada Real é uma realidade enquanto produto turístico, já sendo comercializada por operadores em trechos específicos (caso de Diamantina e Serro), e zonas que participam do Programa apenas nominalmente, onde não há envolvimento da comunidade e poder público em ações para seu fortalecimento. Infelizmente, este último caso é ainda a realidade da maioria dos 168 municípios participantes do Programa. (MARQUES, 2009, p.201)

O processo de produção do espaço urbano referente ao objeto de estudo desta pesquisa, está relacionado tanto à Estrada Real quanto à ocupação da Bacia do Rio

Paraibuna. Por meio desses percursos é possível compreender a forma como se deu a ocupação da região da Zona da Mata mineira.

2.1.3. Rio Paraibuna – da Mineração aos Cafezais

Os rios, desde a Pré-História, são estruturadores do processo de desenvolvimento espacial das cidades em todo o mundo, pois, por meio deles, localidades foram surgindo e novos territórios descobertos.

Mapa 6 - Bacia do Rio Paraibuna



Fonte: Caderno de Ações Bacia do Rio Paraibuna. CEIPAV. Adaptado pela autora (2021). Disponível em: <https://www.ceivap.org.br/downloads/cadernos/Caderno%203%20-%20Paraibuna.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

O Rio Paraibuna nasce no município de Antônio Carlos na Serra, na Serra da Mantiqueira, a cerca de 1200 metros de altitude, e percorre aproximadamente 170 km, dos quais, 44 km como divisa natural dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Passa pelos municípios mineiros de Santos Dumont, Ewbank da Câmara, Juiz de Fora, Matias Barbosa, Simão Pereira, Belmiro Braga, Chiador, Santana do Deserto até desaguar na foz do Rio Paraíba do Sul, a 280 metros de altitude, no município de Três Rios, no estado do Rio de Janeiro. Os seus principais afluentes são o Rio do Peixe, o Rio Cágado e o Rio Preto.

Após a abertura do Caminho Novo, o rei de Portugal incentivou o uso das terras ao longo do seu traçado, (as sesmarias), com o objetivo de povoar a área e incentivar o desenvolvimento da agricultura, a fim de dar suporte aos viajantes que trafegavam pelo percurso.

Com a abertura do Caminho Novo surgem dois registros na Zona da Mata Mineira, notadamente no Vale do Rio Paraibuna, mais precisamente em suas margens. O da então capitania de Minas Gerais, Matias Barbosa, e a da capitania do Rio de Janeiro, Paraibuna. (ORLANDO, 2006, p. 83)

Segundo Orlando (2006, p. 83), “[...] a produção do espaço da Zona da Mata Mineira e da Bacia do Rio Paraibuna tinha como motor as relações econômicas que se davam entre a colônia, o Brasil, e o império, Portugal[...]” A Figura 1 apresenta um trecho do Rio Paraibuna e do traçado do Caminho Novo.

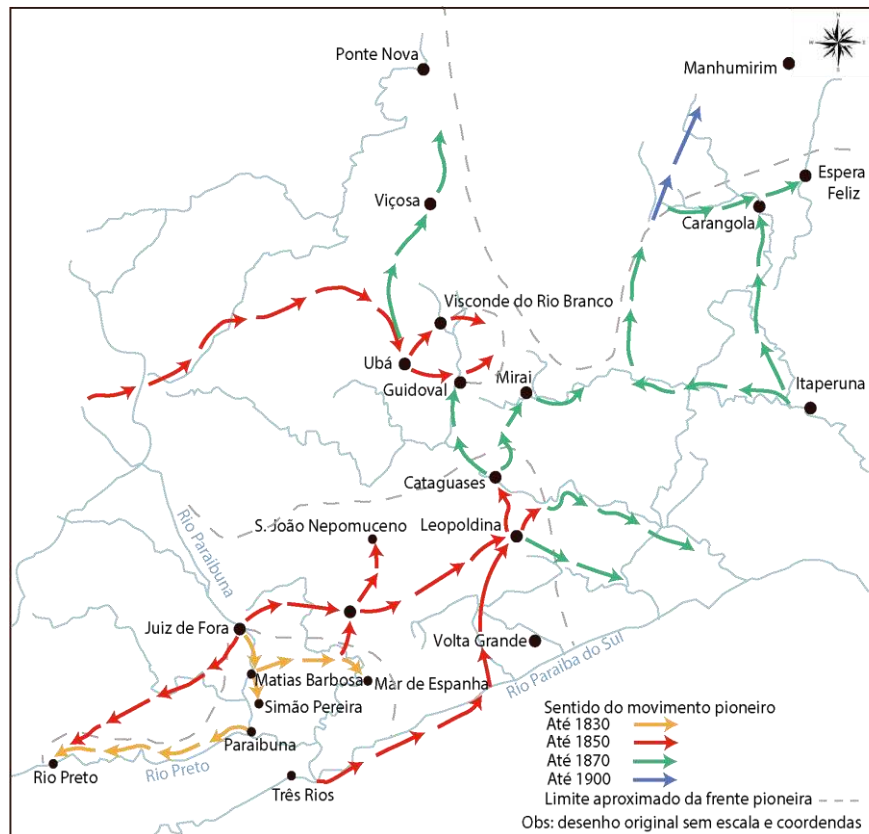
Figura 1 - Ponte sobre o Rio Paraibuna no traçado do Caminho Novo, ilustração de Juan Maurício Rugendas, datada do início do século XIX



Fonte: Editora Estrada Real. Disponível em:
http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2021_08_07_archive.html.
Acesso em 26 jul.2021

Com o declínio da economia aurífera, um contingente de antigos mineradores migrou para novas áreas, em busca de uma nova forma de trabalho. O Mapa 7 apresenta a direção da expansão cafeeira em Minas Gerais.

Mapa 7 - Marcha do povoamento pelos cafezais na Zona da Mata mineira



Fonte: Valverde (1958) apud Orlando (2006). Adaptado pela autora (2021).

A economia da Zona da Mata mineira, após anos de crescimento durante o Ciclo da Mineração, viveu um período de estagnação, do qual se recuperou apenas com a chegada da cafeicultura.

A partir da terceira década do século XIX, a lavoura cafeeira se desenvolve em território mineiro, em especial na Zona da Mata. O café, o “ouro verde”, que vinha subindo o vale do Paraíba transpõe os limites da província do Rio de Janeiro e alcança a região da Zona da Mata Mineira através do vale do Rio Paraíba. Dessa forma estava encontrada a solução para a economia que permaneceu paralisada desde o esgotamento das “Minas de Ouro”. (CIVITA, 1971, p. 188)

Nesse contexto, essa nova dinâmica socioeconômica tomou conta de toda a região.

Nesse particular todas as evidências apontam para as lavouras de café subindo o Vale do Rio Paraíba a partir de sua foz no Rio Paraíba do Sul; assim é que o próprio Valverde (1958) reconhece que na década de (18)30, as lavouras de café, já existentes nos arredores de Matias Barbosa e de Juiz de Fora, ambas no Vale do Paraíba, já tinham se deslocado para leste, Mar de Espanha, e em 1850 já ocupavam as terras a sudoeste no Vale do Rio Preto, reforçando a

ocupação incipiente, nesse vale, já realizada em 1830.(ORLANDO, 2006, p. 86)

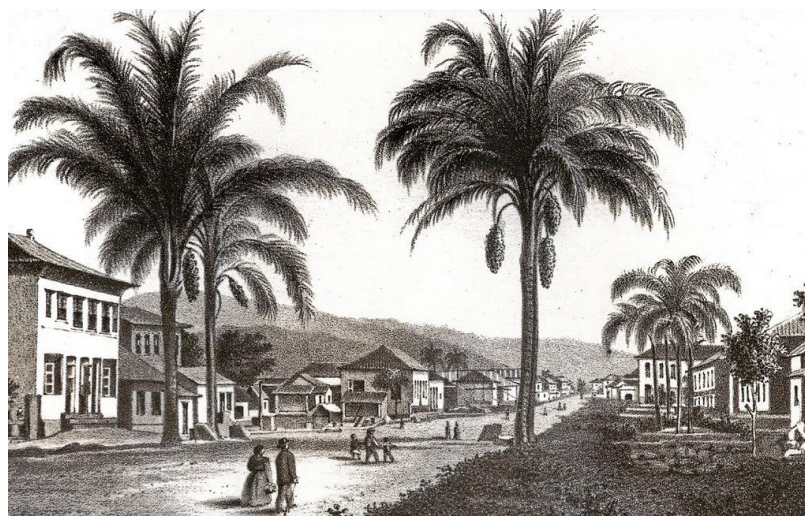
Segundo Orlando (2006, p. 86), “A cultura de café na Zona da Mata Mineira vai ser análoga a que predominava no Vale do Paraíba, ou seja, baseada no trabalho escravo, no latifúndio e dominada por uma aristocracia luso-brasileira.” As paisagens das fazendas de café vão ser singulares: nas encostas mais altas ficam as matas, nas inferiores as lavouras de café, nos vales, a sede das fazendas, as estradas, enfim a paisagem humanizada.(VALVERDE apud ORLANDO, 2006, p. 85)

O dinamismo econômico produzido pela agricultura cafeeira na região, teve como consequência o processo de urbanização de alguns assentamentos regionais como por exemplo: a Vila de Santo Antônio do Paraibuna, que depois passou a ser a cidade de Juiz de Fora.

Nela, a produção das fazendas se concentrava para ser transportada e comercializada na corte, na cidade do Rio de Janeiro. Além de se constituir em local onde se encontravam os variados gêneros de subsistência, possuía, também, funções sociais e culturais. Como ponto de partida de famílias para lazer e diversão. (OLIVEIRA,1994 apud ORLANDO, 2006, p. 88)

Duarte (2016, p. 21) descreve o cenário urbano, marcado pelos sobrados e pelas casas coloniais de Juiz de Fora nesse período: “A predominante e monótona horizontalidade da paisagem era rompida, agradavelmente, pela verticalidade das palmeiras adequadamente dispostas.”

Figura 2 - Rua Direita, atual Avenida Rio Branco em Juiz de Fora em 1872



Fonte: “Doze Horas em Diligência”, de Revert Henry Klumb (1872).

Dessa forma, compreender o cenário urbano de uma das cidades da região nos faz compreender a formação urbana que se repetia por toda a região.

2.1.4. Estrada União e Indústria

A partir do século XIX, com crescimento da produção cafeeira na região, tornou-se necessária a construção de uma estrada mais segura e mais ágil, para facilitar o escoamento da produção até os portos de exportação no Rio de Janeiro.

“A abertura da Estrada União e Indústria, calçada com macadame, foi a última grande tentativa no século XIX de restaurar a região do Caminho Novo como um eixo decisivo para a relações entre Minas e o Rio de Janeiro.” (MARINS, 2010, p. 43)

Vale aqui ressaltar que, anterior à construção da Estrada União e Indústria, houve projetos de outras estradas com o mesmo intuito de ligar a província de Minas Gerais à província do Rio de Janeiro. “O da província mineira, de 1835, previa uma moderna via ligando suas cidades à Corte, cuja continuidade no trecho fluminense seria a Estrada Geral da Estrela³⁶.” (FROES, 2005 apud BLAY; KALLÁS, 2010, p. 120)

A construção da Estrada Geral da Estrela, segmento de um eixo fundamental de escoamento de produção e abastecimento, deve ser entendida no quadro de melhorias da ligação entre o Rio de Janeiro e as Minas Gerais, deflagrado no início no século XIX com a vinda da Corte Portuguesa ao Brasil. (BLAY; KALLÁS, 2010, p. 119)

Parte da Estrada Geral da Serra que estaria em território mineiro, que veio a se chamar Estrada do Paraibuna, começou a ser construída, porém sofreu muitas interferências na obra, a ponto de a província do Rio de Janeiro intervir.

Dessa forma, “houve, então um conflito de interesses entre os governos provinciais, o que fez com que o traçado completo da estrada demorasse a ser definido.” (BLAY; KALLÁS, 2010, p. 120)

A Estrada Geral da Serra, inicialmente, era de interesse e responsabilidade da Administração Geral do Império. Após a intervenção fluminense, o custeio de sua

³⁶ Trecho da Estrada Real em Petrópolis, também conhecido como Estrada da Serra da Estrela ou Estrada Serra Velha da Estrela. Faz parte da cadeia de montanhas da Serra dos Órgãos. Foi o principal obstáculo natural a ser superado para a abertura do Caminho Novo a partir do Rio de Janeiro. (INSTITUTO ESTRADA REAL, [s.d.])

manutenção passou a ser da província do Rio de Janeiro. A intenção estava ligada ao escoamento da produção cafeeira que era exportada pelos portos do Rio de Janeiro. Nesse contexto, o imperador Dom Pedro II encarregou a Júlio Frederico Koeler um projeto para melhorias da estrada.

Em 1839, Koeler iniciou obras na Serra da Estrela, apenas no que referia à demarcação do novo traçado e, para isso, contratou imigrantes alemães, constituindo esta uma das primeiras experiências com trabalho livre no Brasil [...] Contudo, apesar da demarcação do novo traçado, a implantação efetiva desse percurso foi postergada até 1842 devido à falta de verbas e interessados na sua realização. (BLAY; KALLÁS, 2010, p. 120)

Nesse processo modernizador do sistema viário entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, situa-se a iniciativa de Mariano Procópio Ferreira Lage, nascido em Barbacena, Minas Gerais, no dia 23 de junho de 1821, para a construção da estrada União e Indústria.

Entusiasmado, cheio de planos, a realizar no Brasil e sabendo do avanço tecnológico nos Estados Unidos da América do Norte, solicitou do pai e conseguiu a sua transferência para lá. Um outro mundo abriu-se à sua visão e à sua percepção e, entre tantas novidades, duas, sobretudo, o empolgaram porque vinham ao encontro do projeto que o pai há muito alimentava da construção de uma estrada de rodagem: o novo processo de pavimentação do leito de estradas e o sistema de cobranças de pedágios. (BASTOS, 1991, p. 15)

Em 1852, Mariano Procópio, após apresentar ao governo Imperial um relatório contendo suas pretensões, recebeu a concessão para construir a Estrada União e Indústria. Essa concessão não se tratava apenas da construção da estrada, mas também da exploração e da cobrança de pedágios durante um período de cinquenta anos.

Dessa forma, em 1856, foi iniciada a construção de uma estrada macadamizada³⁷. A primeira da América Latina.

A pavimentação, inicialmente, consistia na remoção de árvores, capim e todo tipo de matéria orgânica do leito da estrada; a terra resultante era compactada com uma leve inclinação do centro para as bordas, resultando no subleito. Em seguida aplicava-se uma base de pedra britada disposta em várias camadas, compactadas até atingir a

³⁷ “O novo processo de pavimentação, tratava-se da descoberta de Mac Adam, na Escócia: uma mistura de cascalho e piche para revestir o leito das estradas, essa técnica passou a ser denominada de macadame” (BASTOS, 1991). O criador do processo construtivo foi John London Mac Adam.

espessura de 20 cm. A primeira camada era formada por pedras de diâmetro maior e as subsequentes com menores, de modo a ocupar os vãos da inferior. O processo de compactação era feito com enormes cilindros de pedra puxado por cavalos. Sobre a base assentava-se uma camada de impermeabilizante: uma mistura de brita fina comprimida e ensaibrada, pó de pedra e água. (BLAY; KALLÁS, 2010, p. 128)

Ao longo da via, foram construídas valas laterais para o expurgo da água de chuva.

Os trabalhos de construção da estrada União e Indústria foram iniciados em Petrópolis, no dia 12 de abril de 1856, com a inauguração do primeiro trecho (de Petrópolis a Pedro do Rio), no dia 18 de abril de 1858. Dois anos depois, 28 de abril de 1860, foi aberto à tráfego o trecho “Pedro do Rio – Posse”. Por fim, no dia 23 de junho de 1861, a Família Imperial embarcava em Petrópolis em cinco diligências para inaugurar o trecho entre aquela cidade e a cidade do Paraibuna, hoje Juiz de Fora, num percurso de 24 léguas, que foram percorridas em 12 horas de viagem. (STEHLLING, 1979 apud BRASIL, 2013, p. 68)

Em 1856, os trabalhos da construção da estrada tiveram início com a presença do imperador Dom Pedro II e da família imperial. Na ocasião, o imperador fez um discurso reforçando a importância da obra.

Uma empresa cujo fim é a construção de uma estrada que ligue duas províncias tão importantes, e que, continuando talvez para o futuro até as margens do segundo rio do Brasil, reunirá os interesses de seis províncias, de certo merece ser chamada patriótica. Afianço-lhes, pois, a continuação de minha proteção, e creio que não poderia melhor agradecer os sentimentos de amor e fidelidade que acaba de me manifestar em nome da companhia. Dom Pedro II – Petrópolis – 12/04/1856. (BLAY; KALLÁS, 2010, p. 128)

No mesmo ano, foi criada a Companhia União e Indústria, que tinha o objetivo de atender além da obra da estrada, outros tipos de empreendimentos, como: estações de mudas (Figuras 3 e 4); casas; atividades agrícolas e pecuárias; prestações de serviços para a comunidade e propriedades particulares; e oficinas de serviços gerais.

Construída para viabilizar o tráfego de veículos à tração animal que alcançavam a velocidade de 20 km/h, as parelhas de quatro mulas que puxavam as diligências deveriam ser substituídas a cada hora. Para tanto foram instaladas doze estações de muda de animais ao longo do caminho. (BLAY; KALLÁS, 2010, p. 129)

Figura 3 - Estação do Pedro do Rio, a primeira da Estrada União e Indústria (esquerda)
 Figura 4 - Estação da Serraria da Estrada União e Indústria (direita)



Fonte: MUSEU MARIANO PROCÓPIO. União e Indústria, uma estrada para o futuro. Juiz de Fora. Centro Cultural da Câmara dos Deputados (2016).

As estações ao longo do percurso da Estrada União e Indústria também recebiam os sacos de café, que depois eram encaminhados para o Rio de Janeiro.

Durante os anos de 1858 e 1859, ela recebeu perto de 400 mil sacos de café, em 1867 recebeu apenas 5.187 sacos. É verdade que nos primeiros anos a estrada não ia mais além, e os lavradores deviam, à custa dos maiores sacrifícios, conduzir seus produtos até a estação. Hoje os carros da Companhia [União e Indústria] recebem os cafés (sic) em toda a extensão da estrada e os transportam até o Rio de Janeiro, com uma economia que se pode avaliar em 12.403.000\$000, em benefício da agricultura e do comércio, desde a criação desta magnífica via de comunicação. (KLUMB, 1872 apud MUSEU MARIANO PROCÓPIO., 2016, p. 12)

Na construção da estrada, também foram realizados grandes feitos da engenharia, como por exemplo, na passagem pela Serra do Taquaril. “Sua abertura exigiu a realização de numerosos e profundos cortes na rocha, o maior deles com 425 metros de altura, além do aterramento de diversos trechos e da construção de muros de arrimo que podiam chegar aos 18 metros de altura.” A Figura 5 apresenta essa passagem.

Ao longo do percurso da estrada União e Indústria, foram construídas pontes, cujo sistema construtivo conjugava ferro, madeira e alvenaria, e possibilitava a reposição de peças danificadas, sem precisar interromper o tráfego. As Figuras 6 e 7 apresentam essas estruturas.

Figura 5 - Passagem da Estrada União e Indústria pela Serra do Taquaril



Fonte: MUSEU MARIANO PROCÓPIO (2016).

Figura 6 - Ponte do Retiro, primeira ponte da Estrada União e Indústria

Figura 7 - Ponte de Santo Antônio, em segundo plano é possível perceber área desmatada para plantio de café



Fonte: MUSEU MARIANO PROCÓPIO. União e Indústria, uma estrada para o futuro. Juiz de Fora. Centro Cultural da Câmara dos Deputados (2016).

Dessa forma, foi construída a estrada, ligando Petrópolis a Juiz de Fora, e inaugurada em 1861, com a presença do Imperador Dom Pedro II.

Agora vai-se de Petrópolis a Juiz de Fora por carro, do nascer ao pôr do sol, numa boa estrada de rodagem que não se inferioriza a qualquer outra do mundo. A cada dez ou doze milhas, encontra-se uma muda de mulas descansadas em bonitas estações quase sempre em forma de chalés suíços. (AGASSIZ E CARY, 1975 apud BLAY; KALLÁS, 2010, p. 130)

Durante a construção da estrada União e Indústria, a região recebeu, com a construção da estrada macadamizada, um impulso considerável. Essa obra

possibilitou a abertura de novos horizontes comerciais, Industriais e sociais, além de atrair imigrantes alemães. A Figura 8 apresenta a colônia em Juiz de Fora.

Figura 8 - Colônia Dom Pedro II



Fonte: MUSEU MARIANO PROCÓPIO. União e Indústria, uma estrada para o futuro. Juiz de Fora. Centro Cultural da Câmara dos Deputados (2016).

A colônia de imigrantes alemães era composta por artesãos, operários, técnicos e agricultores que contribuíram para o desenvolvimento da região. (PASSAGLIA, 1982) A imigração alemã trouxe benefícios para Juiz de Fora, transformando-a em um dos centros de maior progresso e polos Industriais do Brasil. Esse desenvolvimento teve impacto em toda a região.

As ideias de Mariano Procópio impactaram fortemente a economia do Império brasileiro, e, em Juiz de Fora, provocou uma verdadeira revolução e pavimentou os caminhos rumo ao desenvolvimento. Pois além da estação, implantou uma colônia de imigrantes germânicos, hotel, oficinas mecânicas e uma Escola Agrícola.

Ao mesmo tempo em que a iniciativa de Mariano Procópio trouxe novo impulso ao incipiente setor rodoviário, prosseguia a todo vapor o empreendimento pioneiro do Barão de Mauá, de criação de uma rede ferroviária do país. O escoamento do café da principal região produtora demandava agilidade e deslocamento de grandes volumes que o sistema ferroviário, se comparado ao rodoviário, melhor contemplava à época. (BLAY; KALLÁS, 2010, p. 130)

A construção das estradas de ferro estava entrelaçada ao processo de modernização do Império, alavancado a partir da segunda metade do século XIX, período em que se observava maior desenvolvimento da economia e se via a necessidade de investimento em infraestrutura e em urbanização no Brasil.

A primeira ferrovia brasileira foi implantada em 1852. Foi idealizada por Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá³⁸. O projeto para a implementação da ferrovia tinha como objetivo conectar o Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba e, mais tarde, a Minas Gerais. O percurso seria: primeira parte, feito por mar, do Rio de Janeiro até o porto Mauá, na Baía de Guanabara; depois, de trem até o pé da Serra da Estrela; e, por fim, por estrada de rodagem até Petrópolis, onde seguiria novamente por trem.

No ano de 1855, o Governo Imperial do Brasil contratou Edward Price, para a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, com o objetivo de conectar a província de São Paulo e Minas Gerais. Em 1858, foi inaugurado o primeiro trecho da ferrovia:

Os trilhos contornavam a Serra do Tinguá a oeste do Rio de Janeiro, passavam pela Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu (atual Queimados) e chegavam até Belém (atual Japeri), no Sopé da Serra do Mar até Rodeio (atual Engenheiro Paulo de Frontin) e Barra do Pirai (atual Três Rios), na direção de Minas inaugurado em 1867; e o ramal de São Paulo, até Cachoeira (atual Cachoeira Paulista), inaugurado em 1875. (BLAY; KALLÁS, 2010, p. 131)

“Quando o ramal da estrada de ferro chegou à cidade de Três Rios, em 1867, as rotas anteriores de transporte de mercadorias foram abandonadas, marcando o início do processo de decadência da estrada União e Indústria.” (BLAY; KALLÁS, 2010, p. 131) Dessa forma, se chegaria à região das Minas Gerais com mais agilidade.

Quer pela primazia da estrada de ferro como meio de transporte de carga e de passageiros, quer por problemas administrativos, em 1863, com o primeiro trecho em funcionamento há poucos anos, a União e Indústria encontrava-se em uma situação deficitária e em declínio, a ponto de recorrer ao Governo Imperial em busca de ajuda. (BLAY; KALLÁS, 2010, p. 131)

Em 1864, A Companhia União e Indústria fez cessão ao Governo Imperial da estrada União e Indústria, junto com as pontes, obras e ramais em andamento, casas, barreiras e tudo que incluía o empreendimento idealizado por Mariano Procópio. Dessa forma, Mariano Procópio foi desligado, e as dívidas e a conclusão da obra passaram a ficar a cargo do Governo.

Em 13 de janeiro de 1969, outro decreto foi promulgado, obrigando a empresa a passar para a Estrada de Ferro Dom Pedro II todo o tráfego de cargas a ser encaminhado para a Estação de Três Rios. Sua existência se tornou insustentável. No mesmo ano, curiosamente,

³⁸ Banqueiro, Industrial, comerciante, fazendeiro e político, seu nome está associado à construção da primeira ferrovia no país.

Mariano Procópio foi nomeado presidente da Companhia de Estrada de Ferro, posto no qual permaneceu até o seu falecimento aos 50 anos, em 1872. (BLAY; KALLÁS, 2010, p. 131)

Mesmo que, na época, os investimentos eram ora direcionados ao tráfego rodoviário, ora ao tráfego ferroviário, a política relativa aos meios de transporte, parecia bastante excludente, o que tornava impossível conciliar as duas vertentes.

No Império, essas vias de comunicação são divididas em estradas imperiais, provinciais e municipais, mas em todas as três categorias o problema é o mesmo. Quando se vai construir uma estrada, é feita uma concessão, frequentemente em pagamento a serviços políticos, ao empreiteiro, que executa o trabalho bem ou mal, conforme o caso. A estrada é, então, aberta ao público e deixada estragar. Quando o estrago converteu o caminho em uma buraqueira, onde os animais podem atolar ou morrer, então, possivelmente manda-se construir, ao longo da velha estrada, uma outra, cujo destino, com o correr do tempo, inevitavelmente será o mesmo. (BURTON, 2001, p. 86)

Apesar da substituição da rodovia pela ferrovia, a cidade de Juiz de Fora, no interior de Minas Gerais foi beneficiada. “A União e Indústria teve seus áureos até a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, que, atingindo Juiz de Fora, em 1870, torna o caminho desta cidade à Corte mais acessível, aumentando ainda mais o índice de progresso [...]” (FERREIRA, 2008 apud BLAY; KALLÁS, 2010, p. 132)

O que resta da Estrada União e Indústria são: as pontes de Santana em Alberto Torres, e a Ponte das Graças sobre o Rio Paraíba em Três Rios; a antiga “8ª estação da Muda de Paraibuna em Mont Serrat, distrito de Comendador Levy Gasparian (abriga desde 1972, o Museu Rodoviário). E, em 1980, a estrada foi absorvida parcialmente pela rodovia “Rio – Juiz de Fora”, designada como “Nova União e Indústria”.

2.1.5. Estrada de Ferro Dom Pedro II

A implementação de empreendimentos ferroviários no Brasil esteve relacionada aos interesses econômicos dos barões do café, que visavam a uma oportunidade de agilizar o escoamento do produto e a diminuir os gastos com a mão de obra escrava, que seriam direcionados para as lavouras de café.

A região pioneira da produção em larga escala do café, o médio Vale do Paraíba, separada geofisicamente da baixada fluminense, da praça de negócios do Rio de Janeiro e da Corte pela Serra do Mar, era irrigada por um denso conjunto de caminhos, que podiam ser, e eram

percorridos por tropas de mulas. Este sistema de transporte, de certo modo, limitava a expansão da cultura cafeeira para áreas mais distantes. Também impunha limites às modificações no sistema produtivo.(LAVINAS, 2006, p. 13)

“Foi das tensões em torno do caminho de ferro que iria transpor a Serra do Mar, que se formaram as bases para a implantação de ferrovias no Brasil.”(LAVINAS, 2006, p. 12)

As ferrovias, vedete da tecnologia viária em vias terrestres no Oitocentos em todo o mundo, e as estradas de rodagem, que apenas se esboçavam sob o Império, seriam as alternativas às tropas de mulas e uma forma de otimizar o preço das sacas, uma vez que agilizavam o escoamento e permitiam rápida dilatação de fronteiras. (MARINS, 2010, p. 43)

“Neste processo as ferrovias propiciaram a racionalização dos meios de transporte, o estímulo às novas atividades econômicas e à urbanização, e tudo isso teria garantido a possibilidade para o emprego do trabalho livre.”(MARINHO, 2015, p. 205)

É necessário ressaltar que modernidade e escravidão não andaram juntas. “[...] as formações das estradas de ferro do Brasil imperial inseriam-se em um movimento duplo e complexo, onde o moderno se nutriu do atraso e o complementou, acelerando a abolição em alguns contextos e ‘vivificando’ a escravidão em outros”. (MARINHO, 2015, p. 206)

O resultado inevitável desta equação de longo tempo teria sido o seguinte: senhores do oeste paulista, mais afeitos à modernidade e menos apegados à escravidão, prosperaram. No revés desta moeda, os senhores escravistas fluminenses, por seu comprometimento com a escravidão, por sua não adesão aos novos tempos, fracassaram. (MARINHO, 2015, p. 206)

O projeto para a construção de ferrovias e avanços na área de infraestrutura, que já teriam sido planejados, foram retomados a partir de 1848. “As estradas de ferro compunham parte da agenda das políticas públicas que envolvia as obras de infraestrutura, ou, como no linguajar de época, os ‘melhoramentos materiais’.” (MARINHO, 2015, p. 208)

O Decreto Nº 641, de 26 de julho de 1852, definiu a concessão de linhas férreas para integrar a corte, a região do Vale do Paraíba e as províncias de São Paulo e Minas Gerais através da Serra do Mar.

Com o objetivo de transportar a produção cafeeira do Vale do Paraíba até as margens do Rio Paraíba do Sul e depois, por desdobramento da linha férrea, atingir as províncias de São Paulo e Minas, surgiu a Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II (CEFDPII). “Por meio desta companhia, atores e agentes empreenderam debates e realizaram obras que resultaram no mais denso e complexo esforço de engenharia de toda a América Latina daquele tempo.” (LAVINAS, 2006, p. 3)

Em 1855, o Governo Imperial contratou o engenheiro britânico Edward Price para a construção da primeira seção da ferrovia que visava promover a integração do território brasileiro. “A estrada-de-ferro vinha chegando ao território mineiro. Não aproveitando o trecho da estrada União e Indústria, porém em leito separado, em trajeto mais ou menos paralelo.” (LESSA, 1985, p. 109)

A instalação das estradas ferroviárias, entre a Província de Minas e a Corte, acelerou o progresso, porque, junto de si, trouxe novas fontes de prosperidade e despertou a atenção para a região.

Em 1870, Mariano Procópio, interessado na construção da estrada de Ferro, escreveu à Câmara Municipal de Juiz de Fora uma circular solicitando o apoio para a instalação dessa na cidade, o que beneficiaria toda a região. Essa circular dizia:

[...] para a Província de Minas, que se acha encravada no coração do Império, não há senão um meio de comunicação fácil, econômica e pronta, e esse é o que lhe há de facultar a Estrada de Ferro D. Pedro II quando completar sua rede de ramais pelo Vale do Paraíba e levar seu tronco principal ao Rio das Velhas. (OLIVEIRA, 1966, p. 84)

Por volta de 1875, houve um novo impulso econômico, com a chegada da Estrada de Ferro Dom Pedro II (futura Central do Brasil), que beneficiou toda a região, ao mesmo tempo em que assolou definitivamente a estrada de rodagem União e Indústria, que já não se apresentava adequada às necessidades locais.

A região também se beneficiou da extensão de redes nacionais, com a Estrada de Ferro Pedro II (futura Central do Brasil), que após atravessar as áreas cafeeiras fluminenses, acabou por atingir a região no final da década de 1860: em 1869 chega a Chiador (Mar de Espanha); em 1871 Porto Novo do Cunha (Além Paraíba); em 1875 Matias Barbosa e Juiz de Fora; em 1880 Barbacena; em 1885, Muriaé; em 1888, Ouro Preto e em 1895 Belo Horizonte. (PERMEAR, 2016a, p. 19)

As estradas de Ferro e a estrada União Indústria surgiram em consequência da produção cafeeira em larga escala, pois a exportação da produção agrícola demandava de modernização dos caminhos para o escoamento do produto até os portos do Rio de Janeiro.

A construção desses novos caminhos atraiu a chegada de imigrantes, para trabalharem nas plantações de café e na construção das estradas. Esses foram fundamentais no processo de povoamento do território brasileiro, no aumento da população livre do país e no processo de Industrialização que surgiu no final do século XIX.

2.1.6. Industrialização

Parte da historiografia especializada ressalta que tanto o café quanto as ferrovias, que vieram a reboque, foram responsáveis pela implantação da indústria no Brasil. (MARINHO, 2015, p. 204)

Além disso, o desenvolvimento crescente da cultura do café demandou todo um aparato de infraestrutura, que passava por empresas de serviços, casas bancárias, comerciais e empresas voltadas para implementação de transportes urbano e ferroviário. Da mesma forma, à ampliação da produção de café para exportação seguiu-se a instalação de estabelecimentos de importação e exportação responsáveis por todo o tipo de comércio realizado dentro e fora das fronteiras do país. (MARINHO, 2015, p. 204)

As mudanças políticas e econômicas que ocorreram no final do século XIX fizeram com que a cidade do Rio de Janeiro e adjacências se tornassem um importante polo Industrial.

A ampliação da força de trabalho livre, a melhoria das condições de circulação de mercadoria devido à transformação dos meios de transporte desde 1870 e a criação de mecanismos de crédito e proteção tarifária foram fatores que contribuíram para esse processo. (LIMONAD, 1996 pud BLAY; KALLÁS, 2010, p. 143)

As facilidades encontradas para a implantação direcionaram os interesses da Corte na Industrialização da região. Petrópolis, situada na região serrana do estado do Rio de Janeiro, foi uma das cidades beneficiadas por esse processo. “O Rio de Janeiro constituía não apenas o principal mercado para os produtos das indústrias de Petrópolis, mas também funcionava como entreposto das matérias-primas por elas transformadas.” (BLAY; KALLÁS, 2010, p. 144)

Juiz de Fora, que durante anos havia servido à região cafeeira da Zona da Mata, também foi uma cidade beneficiada pelo processo de Industrialização. Na década de 1930, Juiz de Fora apresentava um grande número de fábricas e de operários e por isso passou a ser considerada um dos núcleos Industriais com maior destaque no estado de Minas Gerais.

Aglutinando grandes interesses, atraiu um diversificado contingente populacional, composto principalmente por mão de obra especializada, imigrantes, comerciantes e Industriais que a tornaram palco de intensa circulação de mercadorias e de grande acumulação de capital. (BLAY; KALLÁS, 2010, p. 167)

Em 1888, a Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas iniciou a sua atividade com uma média de 60 teares ingleses e foi ampliada progressivamente até 1920. A fábrica encerrou suas atividades em 1984.

Em 1889, instalou-se em Juiz de fora a primeira usina hidrelétrica da América do Sul, a Usina de Marmelos. Fazendo uso da força matriz das águas do Rio Paraibuna, o empreendimento idealizado por Bernardo Mascarenhas, importante Industrial e fundador da Companhia Mineira de Eletricidade, foi projetado para atender às suas indústrias têxteis e fornecer eletricidade à iluminação pública da cidade, antes alimentada a gás. (BLAY; KALLÁS, 2010, p. 137)

Além da indústria têxtil, Juiz de Fora abrigava inúmeras outras que indicavam a diversidade da produção local.

[...] como a Fábrica de Sacos de Aniagem de Juta; que contava com 34 teares em 1915; a Pantaleone Arcuri & Spinelli, pioneira na produção de telhas de amianto; a Mecânica Mineira, fundada em 1889 e produtora de máquinas de lavoura e indústria, vagões, vagonetes e peças de fundição de ferro e bronze, além de fábricas de cerveja como a Poço Rico e a Stiebler. (MARINS, 2010, p. 44)

A paisagem urbana, marcada pelo ambiente Industrial de Juiz de Fora, designada como Manchester Mineira, em referência à urbe inglesa, é descrita por Duarte (2016, p. 43) no trecho abaixo:

Eram inúmeras fábricas existentes na malha urbana, chaminés esfumaçando, teares soando em ritmo, sirenes zumbindo a troca dos turnos o vai-e-vem- diário e repetitivo - de trabalhadores a percorrer rotas e rotinas dos percursos vilas operárias/ fábricas/vilas operárias.

A partir das últimas décadas do século XIX, atraídos pelas oportunidades de trabalho na indústria têxtil e nas lavouras da região, os imigrantes italianos chegaram a Juiz de Fora.

Os italianos tiveram um papel importante no desenvolvimento da cidade e da região. Principalmente, porque, em Juiz de Fora, foi instalada a Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri, que produzia materiais construtivos como: telhas de amianto, esquadrias e ladrilhos hidráulicos, entre outros. Além de ter sido responsável pela construção de imóveis com vários estilos arquitetônicos em Juiz de Fora e na região.

A Companhia Pantaleone Arcuri foi a principal construtora de Juiz de Fora: “[...] nota-se a diversidade que esta apresenta, passeando entre aquelas manifestações estéticas denominadas pelos historiadores da arte e da arquitetura de estilos neogóticos, eclético, art nouveau e art déco.” (OLENDER, 2011, p. 19) O período próspero de Juiz de Fora passou a declinar no fim da Primeira República (1889 a 1930), a partir de 1930, quando Minas Gerais perdeu a sua posição econômica para os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

E assim, a partir do início da década de 1930, mais uma vez demonstrando a típica mentalidade excludente em vigor, em que dois sistemas diferentes de transporte parecem não poder coexistir, as forças e os investimentos no sistema ferroviário sofreram redução paulatina e finalmente foram abandonados, quando o automóvel passou a ser prioridade absoluta. A União e Indústria só voltou a ter prestígio e ser operante na década de 1960, quando a Estrada de Ferro Leopoldina foi definitivamente desativada. (Martins, 2008 apud BLAY; KALLÁS, 2010, p. 138)

O surgimento dos automóveis possibilitou a reutilização das antigas estradas de rodagem: algumas recuperadas, outras construídas. Dessa forma, a economia pôde ser retomada após a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), porque indústrias de autopeças, material químico e cirúrgico foram atraídas e instaladas na cidade de Juiz de Fora.

2.1.7. Rodovia Federal BR040

Para contextualizar a construção da BR-040, é necessário remontar ao projeto de modernização e de Industrialização brasileira, instituído no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956 a 1961). “Nesses anos, o Brasil assistiu a um crescimento acelerado: a política dos cinquenta anos em cinco tinha como objetivo completar a infraestrutura energética e de transporte, prevendo insumos e benefícios cambiais

para a instalação de um parque Industrial avançado.” (LEOPOLDI, 2008 apud BLAY; KALLÁS, 2010, p. 159).

A instalação de multinacionais em território brasileiro estimulou a modernização das indústrias nacionais. E para que a economia nacional se desenvolvesse, era necessário investir na construção de vias, a fim de promover o escoamento da produção e a comunicação com o mercado.

“A estrutura rodoviária desenvolveu-se e adquiriu novos contornos, com a ampliação dos eixos de exportação e rodovias de penetração.” (BLAY; KALLÁS, 2010, p. 166) Esse desenvolvimento foi resultado de vontades políticas para promover integração nacional, por meio da construção de estradas, que tiveram início da gestão do presidente Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) e depois foi incorporado pelos presidentes militares (1964 a 1985).

Em 1973, com a criação do Plano Nacional de Viação, Brasília foi estabelecida como o ponto de referência das ligações. Nesse contexto, foi construída a BR-040, composta por um conjunto de estradas e com uma extensão de 1.172 quilômetros que inicia em Brasília, passa pelos estados de Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O trecho³⁹ entre Petrópolis e Juiz de Fora, que compreendia a antiga Estrada União e Indústria, a primeira rodovia brasileira, foi aclamado como Nova União e Indústria.

A comemoração se justificava: duas horas e meia a menos de viagem, e a promessa cumprida de se abolir as curvas da União e Indústria, substituídas por novos segmentos retos. Em vez de seguir o curso dos rios como a antiga União e Indústria, fazendo inúmeras curvas e alongando o percurso, a nova tecnologia permitiu um traçado mais direto na direção norte/sul, por exemplo de Três Rios até a divisa do estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais. (BLAY; KALLÁS, 2010, p. 168).

Na década de 1970, com a construção do trecho Petrópolis - Juiz de Fora e do segmento Rio - Petrópolis, “a BR-040 tornou-se um dos eixos mais movimentados do

³⁹ O trecho Rio-Petrópolis, inaugurado 1928, pelo presidente Washington Luiz e que recebeu o seu nome, e foi o primeiro asfaltado do Brasil em 1931.

país, representando para a cidade mineira um novo impulso de crescimento econômico.”(BLAY; KALLÁS, 2010, p. 167)

Juiz de Fora, que obteve o sucesso da sua Industrialização relacionado à construção da Estrada União e Indústria, ampliou o seu desenvolvimento após a abertura da BR-040.

Em 2009, o trecho da rodovia entre Brasília (DF) e Petrópolis (RJ), recebeu o nome de Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, por meio da Lei Federal N° 12.028/2009, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E o trecho localizado entre Petrópolis (RJ) e o Rio de Janeiro (RJ) recebeu o nome de Rodovia Washington Luís⁴⁰, em homenagem ao ex-presidente da República, quem construíra diversas rodovias durante o seu mandato (1926 a 1930), incluindo este. A BR-040 passa por dentro das cidades de Matias Barbosa e Simão Pereira, é uma forma de conexão entre elas e delas com outras do interior do país e do estado do Rio de Janeiro. O Mapa 8 apresenta esse percurso.

Mapa 8 - Estrada BR - 040



Fonte: Ministério dos Transportes. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/89/Br-040mapa.jpg>. Acesso em: 26 jun. 2021.

A seguir, no “Mapa 9 - Caminhos do Rio de Janeiro a Juiz de Fora Século XIX” e no “Mapa 10 - Caminhos do Rio de Janeiro a Juiz de Fora Século XX” é possível

40 "Governar é abrir estradas" foi seu lema na campanha eleitoral de 1920.

compreender a disposição dos caminhos que foram sendo construídos ao longo dos anos.

No “Mapa 9 - Caminhos do Rio de Janeiro a Juiz de Fora Século XIX”, é possível identificar: o percurso do Caminho Novo, trecho da Estrada Real; as estações de muda das diligências e o percurso da Estrada União e Indústria; e os percursos das estradas de Ferro “Dom Pedro II”, posteriormente denominada como “Central do Brasil” e a “Leopoldina”.

No Mapa 10, o Caminho Novo passa por Juiz de Fora, Matias Barbosa, Simão Pereira, no estado de Minas Gerais, e por Paraíba do Sul e Petrópolis no estado do Rio de Janeiro.

As estações de muda estão dispostas entre Juiz de Fora e Petrópolis: duas entre Matias Barbosa e Juiz de Fora; uma em Matias Barbosa; uma em Simão Pereira; uma em MontSerrat, no estado do Rio de Janeiro; e oito entre MontSerrat e Petrópolis.

A Estrada de Ferro Dom Pedro II margeia o Rio Paraibuna no trecho de Juiz de Fora a MontSerrat; deste trecho em diante, margeia o caminho da Estrada União e Indústria até Petrópolis.

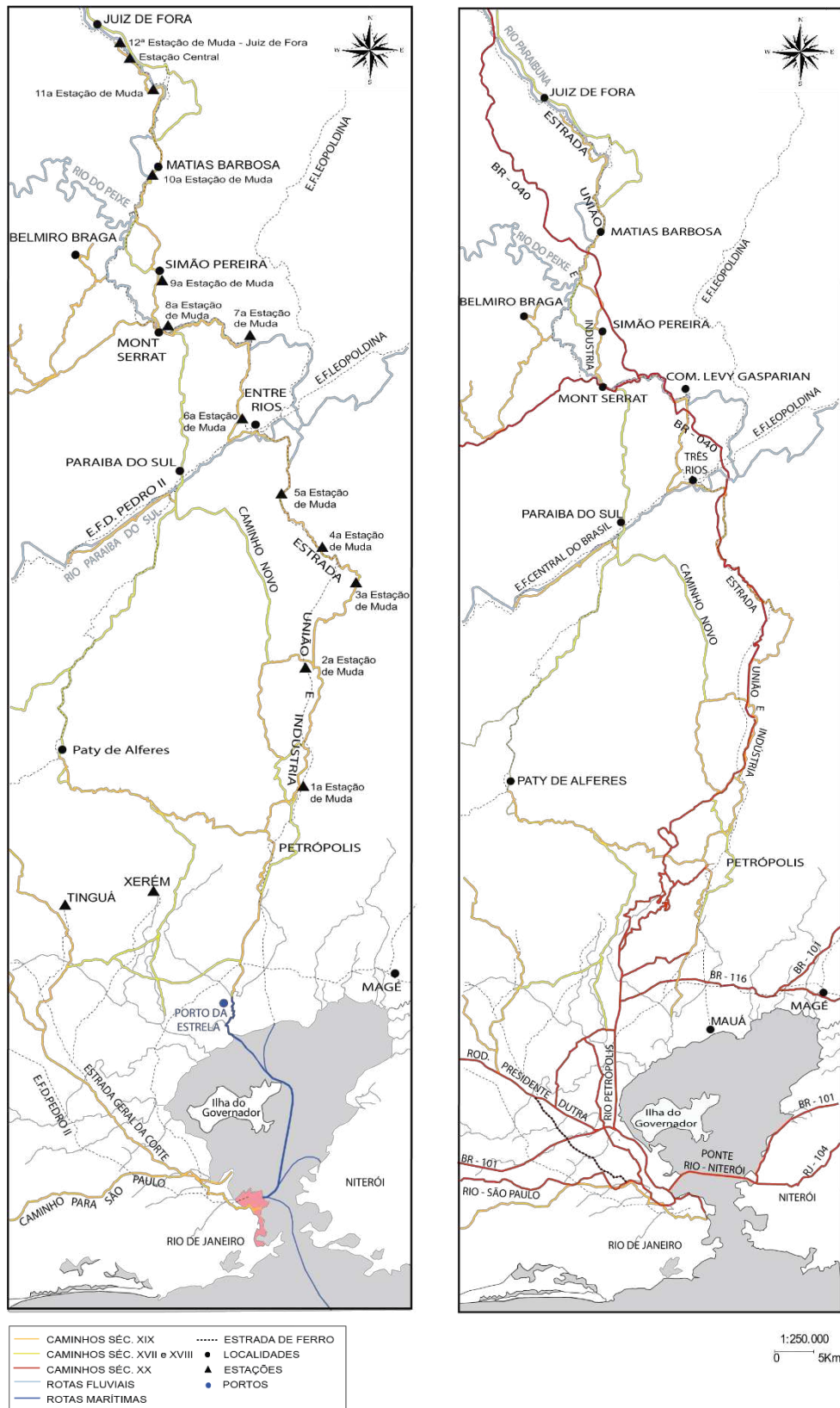
No “Mapa 10 - Caminhos do Rio de Janeiro a Juiz de Fora Século XX” é possível identificar a ampliação da estrutura viária, principalmente, no estado do Rio de Janeiro, e a inclusão da BR-040 como um eixo de ligação entre os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

No Mapa 10, é possível identificar a BR-040 passando próximo a Juiz de Fora, Matias Barbosa e Simão Pereira, no estado de Minas Gerais. E no estado do Rio de Janeiro: por Levy Gasparian, Três Rios e Petrópolis.

Entre as cidades de Levy Gasparian e Petrópolis, existem trechos da BR-040 que margeiam trechos da Estrada União e Indústria.

Nos Mapas 9 e 10 a seguir, é possível identificar a relação dos municípios de Matias Barbosa e de Simão Pereira com os seus caminhos precursores, seus eixos de formação e desenvolvimento e os seus elos de ligação.

Mapa 9 - Caminhos do Rio de Janeiro a Juiz de Fora Século XIX (à esquerda)
 Mapa 10 - Caminhos do Rio de Janeiro a Juiz de Fora Século XX (à direita)



Fonte: “Mapas – Caminhos do Rio a Juiz de Fora”, elaborado por Marcos Carrilho Arquitetos (BLAY; KALLÁS, 2010). Adaptação da autora (2021).

2.2. História de Matias Barbosa

2.2.1. Formação Histórica

Matias Barbosa, cujo primeiro nome fora Nossa Senhora da Conceição de Matias Barbosa, tem a sua formação histórica relacionada à doação de uma sesmaria ao seu homônimo Mathias Barboza da Silva. “O português, cujo nome fora empregado para denominar o povoamento, veio ao Brasil como tantos outros fariam, ao longo do século XVIII, em busca de fortuna.” (PERMEAR, 2016a, p. 7)

Por volta de 1776, a sesmaria de Matias Barbosa foi adquirida por Manoel do Vale Amado, proprietário de terras e administrador dos contratos no Registro. Na região próxima de sua Fazenda “Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho do Rio de Janeiro”, é que o Registro foi construído.

Às margens do Caminho Novo, o povoamento se destacou, por causa da instalação do Registro do Caminho Novo.

Ali estava instalado o Registro do Caminho Novo: barreira na qual os passantes pagavam direitos sobre o ouro e os diamantes vindos de Minas Gerais. De acordo com o memorialista matiense Olívio de Albuquerque Castro, a região demarcada pela confluência do ribeirão de Matias com o rio Paraibuna foi o local escolhido para serem construídas as primeiras casas de Matias Barbosa. (PERMEAR, 2016, p.12)

No local onde foi construído, o registro dava “[...] importância e vida ao núcleo populoso que se formava, e em suas proximidades se ergueram mais tarde as construções destinadas à estação de mudas das diligências da Companhia União e Indústria.” (KLUB CASTRO, 1963 p.38)

No início do século XIX, o processo de ocupação da região Sul da Zona da Mata foi efetivado, quando os proprietários de lavras na região das minas migraram para o vale do rio Paraíba do Sul, onde estabeleceram a cafeicultura.

Com a decadência da extração de metais preciosos nas últimas décadas do século XVIII ocorre a reorientação econômica não apenas da região das Minas, mas também das cidades que dependiam daquelas pedras preciosas de forma indireta. Reorientação que daria ensejo à produção de café e à construção da Estrada União e Indústria. (PERMEAR, 2016, p.14)

A dinâmica da economia, entre o período de hegemonia do ouro e o período de hegemonia do café, foi marcada pela presença de pessoas de origem africana

escravizadas na região. “Presença que cresceria, é claro, no decorrer do Oitocentos, com a produção cafeeira, e que marcaria definitivamente a sociedade brasileira e a cultura de diversas cidades também na região, incluindo Matias Barbosa.” (PERMEAR, 2016, p.16)

No primeiro momento e ocupação do território, a população se organizou em torno do Registro. No segundo momento, indo de encontro ao processo, a região em torno do Registro passou a ser evitada, por causa da cobrança de impostos. “Isso explica, aliás, o grande crescimento da região vizinha ao longo do século XIX, um processo que acabou sufocando, aos poucos, o protagonismo regional da cidade de Matias Barbosa.” (PERMEAR, 2016a, p. 7)

Com a construção da Estrada União e Indústria, chegaram os imigrantes, os quais foram fundamentais no processo de ocupação, aumentando assim a população livre do país. No final da década de 1860, a região também se beneficiou com a Estrada de Ferro Pedro II, que, após atravessar as áreas cafeeiras fluminenses, acabou por atingir a região. Em 1875, os trilhos chegaram a Matias Barbosa e a Juiz de Fora.

Pela região também passaria a Estrada de Ferro Leopoldina, cuja construção foi iniciada em 1871 justamente para facilitar o escoamento de café. Essa Estrada de Ferro formaria um entroncamento com a Estrada de Ferro Dom Pedro II justamente na Zona da Mata, dando ainda mais importância à região, considerada estratégica por questões de logística. (PERMEAR, 2016a, p. 7)

A região “[...] viu seu desenvolvimento acontecer em uma relação de íntima dependência com os caminhos que passaram por ali, ligando aquelas terras a importantes centros de povoamento.” (PERMEAR, 2016a, p. 7)

Em 1875, Matias Barbosa foi elevada à categoria de Vila. Onze anos depois, foi transformada em distrito do município de Juiz de Fora, pela Lei provincial número 3 302, de 27 de agosto de 1886.

Em 1923, Matias Barbosa passou a ser considerada uma cidade politicamente independente pela Lei estadual número 843, de 7 de setembro do mesmo ano, quando assumiu a categoria de município e foi desmembrada de Juiz de Fora. Ao município de Matias Barbosa, foram anexados os distritos de Santana do Deserto e São Pedro de Alcântara (Simão Pereira), ambos desmembrados de Juiz de Fora à época.

Real e do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real.

Em uma análise sobre a legislação e sobre os recursos administrativos que beneficiam a preservação do Patrimônio Cultural, como por exemplo: a existência de Plano Diretor, de Conselho Municipal de Cultura⁴¹, de Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural⁴², de Fundo Municipal de Cultura⁴³, e Legislação Municipal de Tombamento⁴⁴, em Matias Barbosa, foi identificado que:

Quadro 4 - Características de Matias Barbosa

Município	Plano Diretor	Conselho Municipal de Cultura	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural	Fundo Municipal de Cultura	Legislação municipal de tombamento
Matias Barbosa	não	sim	sim	sim	Sim. Legislação específica

Fonte: cidades@ (IBGE, [s.d.]). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>.

Conforme apresentado no Quadro 4, Matias Barbosa não possui plano diretor, mas possui Conselho Municipal de Cultura e Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Legislação específica sobre tombamento, a Lei nº 615, de 28 de abril de 2000. Além disso, apoia, mantém ou transfere recurso para algum bem tombado e possui Fundo Municipal de Cultura.

2.3. Simão Pereira

2.3.1. Formação Histórica de Simão Pereira

O povoado, onde se originou-se a cidade de Simão Pereira, surgiu no início do século XVIII, na divisa entre as Capitanias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

⁴¹ Representa a participação da sociedade civil para formulação e execução de relativos à cultura.

⁴² Segundo o Ministério público “representa a efetivação da participação da sociedade civil em cooperação com o Estado para a formulação e execução das políticas de preservação dos bens culturais”.

⁴³ Define diretrizes específicas para cada município, quanto à salvaguarda de seu patrimônio.

⁴⁴ Tem como finalidade o financiamento de projetos culturais.

“Situava-se nas terras da antiga Sesmaria da Vargem confirmada e demarcada em 30 de setembro de 1716, cujo nome do proprietário – o sesmeiro Simão Pereira de Sá – originou o topônimo da cidade.” (PERMEAR, 2009a, p. 20)

A história da cidade está relacionada ao contexto da abertura do “Caminho Novo”, o qual permitiu a ocupação da região em pequenos núcleos, ao passar pela “Zona Proibida dos Sertões do Leste”.

Em 1701, Garcia Rodrigues Paes iniciou a abertura do caminho, acompanhando as trilhas indígenas da região. “Os trabalhos de abertura partiram de sua roça na Borda do Campo, localizada na atual cidade de Antônio Carlos, atingindo sua outra roça na região do Paraibuna, onde encontra-se a atual cidade de Simão Pereira.” (PERMEAR, 2009a, p. 21)

Inicialmente, foi aberta apenas uma picada para o tráfego de pedestres, mas com o intenso trânsito esta pequena via foi adaptada, com a construção de uma ponte em Simão Pereira, facilitando a travessia do rio e a ligação entre as duas províncias de maior importância para a Colônia no período da extração aurífera. (PERMEAR, 2009a, p. 21)

O primeiro arraial com o nome Simão Pereira estava situado à margem do Caminho Novo, pouco abaixo da localidade de Cotegipe, em terras da fazenda Boa Sorte. Conhecido como Arraial de Simão Pereira Velho, “teve grande desenvolvimento, chegando a contar, em seu perímetro e adjacências, com uma população de cerca de dois mil habitantes – notável naquela época em que era fraquíssima a densidade demográfica do território nacional” (CASTRO, 1964, p. 14)

Segundo Castro (1964), o arraial era atraente por suas terras férteis, pela proximidade à província do Rio de Janeiro e pelo fato de não precisar pagar ao fisco, por estar localizado aquém do Registro do Caminho Novo, em Matias Barbosa.

Oito anos depois, o antigo povoado foi transferido para um novo local denominado “Várzea da Rancharia”, por meio da lei provincial, em 14 de maio de 1858. A denominação do novo povoado era uma referência aos ranchos que ali eram instalados e que serviam de paradas para os tropeiros viajantes.

Com a criação de um novo arraial, sua denominação também foi modificada, e o povoado passou a se chamar “São Pedro de Alcântara”. Essa denominação foi dada ao povoado porque, segundo Castro (1964, p.16), “o povoado já tinha sido sede da

freguesia, criada pelo Alvará Régio de 1752, sob invocação de Nossa Senhora da Glória e de São Pedro de Alcântara.” Porém, “a história que se consolidou entre os moradores antigos da região relata que a denominação foi gerada em homenagem ao Barão de São João Nepomuceno, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, ilustre habitante da região.”(PERMEAR, 2009a, p. 22)

Na primeira metade do século XIX, com a chegada das lavouras de café à região, a Zona da Mata manteve a maior produção de café de Minas Gerais, principalmente, nas primeiras décadas. Nesse período, houve desenvolvimento local, que contribuiu para o crescimento demográfico dos pequenos povoados, e proporcionou uma reorganização de sua economia. Em volta do arraial de São Pedro de Alcântara, várias fazendas de café foram instaladas.

Com o crescente desenvolvimento do povoado desde sua transferência da região da “Vargem” (Simão Pereira Velho) para a “Rancharia” (Simão Pereira Novo), os fazendeiros da região começaram a construir suas residências próximas ao Largo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Glória, propiciando a abertura das principais ruas da cidade que foram nomeadas com invocações de Santos Católicos (diferentemente de outros povoados que comumente homenageavam a grandes personalidades) iniciando a formação e a estruturação do primitivo núcleo urbano do município que permanece até os dias atuais. (PERMEAR, 2009a, p. 23)

O arraial alcançou maior desenvolvimento com a construção da Estrada de Rodagem União e Indústria, a qual acompanhava o traçado do “Caminho Novo”, e passava por dentro do arraial.

Klumb em Doze Horas em Diligência assim se refere à localidade: Passamos à Rancharia, esta pequena cidade nascida de ontem, e a mais importante conglomeração de casas que temos encontrado desde Petrópolis, ela possui duas igrejas, um chafariz no meio da praça grande, um juiz de paz e eleitores. (CASTRO, 1964, p. 19)

A estrada União e Indústria impulsionou a produção cafeeira na localidade, porém, foi com o surgimento das ferrovias que a economia se intensificou. Com a chegada da ferrovia, encontra-se o aumento demográfico e territorial do povoado.

Na segunda metade do século XIX, foi instalada a Estrada de Ferro D. Pedro II nas imediações do arraial. A via férrea que deveria passar pelo arraial de São Pedro de Alcântara foi desviada dele por causa de desavenças políticas locais. O desvio

possibilitou o surgimento e o desenvolvimento de pequenas localidades próximas ao arraial: Cotegipe, Souza Aguiar e Paraibuna⁴⁵.

O trânsito de pessoas e de mercadorias na região em torno do arraial aumentou a sua visibilidade e permitiu o seu desenvolvimento. Em 16 de maio de 1890, este foi elevado a distrito, tornando-se parte integrante do município de Juiz de Fora. Três anos depois, o distrito de São Pedro de Alcântara foi anexado à cidade de Matias Barbosa, após emancipação da mesma.

Em 1928, foi instalada a iluminação elétrica no distrito de São Pedro de Alcântara e, em 1943, este passou a se chamar Simão Pereira, voltando a possuir a antiga denominação do primitivo povoado. Em 1961, foi criado o município de Simão Pereira.

Desmembrado do Município de Matias Barbosa, o Município de Simão Pereira foi criado pela Lei n.º 2764 da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, de 30 dezembro de 1962, homologada pelo Governador José de Magalhães Pinto e autorizada pela Lei Constitucional nº 6, de novembro de 1961. (CASTRO, 1964, p. 50)

Segundo Castro (1964, p.55), em 30 de agosto de 1963, foi empossada a primeira Câmara Municipal e, no dia seguinte, em 31 de agosto de 1963, foi empossado o primeiro prefeito do município, Dr. Aurio Grenhalgh Lins. Os limites do município de Simão Pereira, à época de sua criação, foram delimitados da seguinte forma:

- 1 – Com o Município de Belmiro Braga: Começa na foz do rio Prêto no rio Paraibuna, sobe por êste rio até a foz do rio do Peixe.
- 2 – Com o Município de Matias Barbosa: Começa na foz do rio do Peixe, e no Rio Paraibuna, sobe o espigão da margem esquerda do rio Paraibuna até alcançar o divisor da vertente da margem esquerda do córrego da Serra [...]
- 3 – Com o Município de Santana do Deserto: Começa no divisor da vertente da margem direita do ribeirão São João [...] segue pelo divisor da vertente da margem direita do córrego Buraco Quente, até a foz deste no rio Paraibuna.
- 4 – Com o Estado do Rio de Janeiro : Começa no rio Paraibuna, na foz do córrego Buraco Quente, segue pela divisa interestadual Minas

⁴⁵ Essas localidades se consolidaram no final do século XIX, e permanecem como distritos de Cotegipe e de Souza Aguiar, e a localidade do Paraibuna (que não chegou a se tornar um distrito).

O município faz divisa com os municípios de Matias Barbosa, Santana do Deserto, Comendador Levy Gasparian e Belmiro Braga. E está na divisa dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Segundo o censo de 2020, levantado pelo IBGE, a população estimada é de 2.618 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM – 2010) é 0,638.

Atualmente, a economia no município advém, principalmente, da agropecuária, a qual recebe o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER. Esta atua como um dos principais instrumentos do Governo do estado de Minas Gerais para a ação operacional e de planejamento no setor agrícola. Além dessa atividade, o comércio e o artesanato local contribuem para a economia municipal.

Simão Pereira faz parte da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraibuna – AMPAR Zona da Mata, a qual se propõe a atuar no desenvolvimento econômico, na inovação e nos serviços nas cidades da Zona da Mata em Minas Gerais. O município também faz parte do circuito turístico Estrada Real e do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real.

Em uma análise sobre a legislação e os recursos administrativos que o município possui, os quais beneficiam a preservação do Patrimônio Cultural como: a existência de Plano Diretor, de Conselho Municipal de Cultura de Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, de Fundo Municipal de Cultura e Legislação Municipal de Tombamento.

Conforme o Quadro 5, Simão Pereira possui plano diretor desde o ano de 2007, possui Conselho Municipal de Cultura, não possui Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural. Possui Legislação Municipal de Tombamento específica, a Lei nº 598, de 04 de abril de 2007.

Além disso, apoia, mantém ou transfere recurso para algum bem tombado e possui Fundo Municipal de Cultura.

Quadro 5 - Características de Simão Pereira

Município	Plano Diretor	Conselho Municipal de Cultura	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural	Fundo Municipal de Cultura	Legislação Municipal de Tombamento
Simão Pereira	sim (2007)	sim	não	sim	Sim. Legislação específica

Fonte: cidades@ (IBGE, [s.d.]). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Neste capítulo, foi possível identificar os caminhos formadores da região que estiveram relacionados com: as rotas do ouro (Caminho Novo); as rotas para o escoamento do café (Estrada União e Indústria e Estrada de Ferro Dom Pedro II); e a rota da Industrialização (BR-040). Cada um desses percursos proporcionou aos municípios de Matias Barbosa e de Simão Pereira, assim como outros da região, uma identidade territorial, ao passo que os processos de ocupação e transformação urbana são semelhantes.

Ao longo desta ocupação territorial, foi construído e vivido o legado que é reconhecido como Patrimônio Cultural desses municípios. A maioria dos seus bens protegidos estão relacionados à sua história.

No “Quadro 6 – Lista de bens protegidos em Matias Barbosa e Simão Pereira”, é possível compreender o universo do patrimônio protegido nesses municípios.

Quadro 6 - Lista de bens protegidos em Matias Barbosa e Simão Pereira

Município	Tombamento							
	Municipal		Estadual		Federal		TOTAL	
	Material	Imaterial	Material	Imaterial	Material	Imaterial	Material	Imaterial
Matias Barbosa	15	3	0	2	1	1	16	6
Simão Pereira	12	1	2	0	0	1	14	2

Fonte: Lista de bens protegidos - até o exercício 2021. IEPHA-MG. Disponível em: http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/2020_tabela_LISTA_BENS_PROTEGIDOS_novaatualiza%C3%A7%C3%A3o_at%C3%A9_exerc%C3%ADcio_2022_SITE.pdf. Acesso em: 02 mai.2021. Adaptado pela autora (2021).

O Quadro 6 apresenta os bens culturais das duas cidades e a quantidade de bens protegidos de acordo com os níveis: municipal, estadual e federal. Em Matias Barbosa, são dezesseis bens tombados e seis bens registrados. E, em Simão Pereira, são quatorze bens tombados e dois bens registrados. Nesses processos de

patrimonialização existiram esforços de atores para definição e construção do que é patrimônio. No entanto, houve uma tímida participação da população o que contribuiu para uma noção de não pertencimento.

Todos os bens culturais, assim como os discursos apresentados no processo de patrimonialização dos mesmos, serão apresentados nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 3: O PATRIMÔNIO CULTURAL EM MATIAS BARBOSA

A identificação dos bens tombados e registrados nos municípios de Matias Barbosa e de Simão Pereira foi realizada, inicialmente, por meio da pesquisa no site do IEPHA-MG, na “Lista de bens protegidos – até o exercício de 2022”, que confirma a participação dos municípios de Matias Barbosa e de Simão Pereira no Programa ICMS Cultural. Após a identificação dos bens, foi realizada a confirmação da listagem nas prefeituras municipais.

Foram analisados os dossiês de tombamento e de registro, para compreender cada bem protegido. Foram analisados nesses documentos informações como: a história do bem, para a compreensão da sua origem e da sua criação; a localização de cada um e o local de ocorrência – quando se trata de bens imateriais; trechos do parecer produzido por um técnico especializado e do parecer do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural⁴⁶, pois esses documentos fornecem informações sobre as narrativas dos sujeitos⁴⁷ que participam dos processos de patrimonialização; bem como decretos de tombamento e de registro, os quais apresentam informações como, por exemplo, o motivo para o bem ser protegido.

Em Matias Barbosa, os dossiês de tombamento e de registro encontram-se encadernados e armazenados na Secretaria de Cultura do município. Os pareceres produzidos por técnicos e pelo Conselho encontram-se em pastas dos processos de cada bem. Nesses processos, incluem também recortes de jornal, com os decretos de tombamento.

Em Simão Pereira, os dossiês de tombamento e de registro, contendo os pareceres e cópia do decreto, encontram-se encadernados e armazenados na Secretaria de Cultura e Turismo do município. Alguns dossiês que não foram encontrados nas secretarias de cada município foram analisados na Biblioteca do

⁴⁶ A Deliberação normativa que estrutura a documentação a ser enviada pelos municípios para o ICMS Cultural, exige que esses documentos sejam incluídos como anexos dos dossiês de tombamento e de registro.

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, em Belo Horizonte ⁴⁸.

As atas das reuniões dos Conselhos de Preservação do Patrimônio Cultural foram lidas com o objetivo de identificar a forma como os bens culturais foram indicados à proteção legal. Além da análise documental, foi realizado o reconhecimento, por meio de visita técnica e fotografia de cada bem, bem como dos locais de ocorrência dos bens imateriais, nos dois municípios. No Quadro 7 abaixo, é possível verificar o patrimônio que é protegido de forma legal.

Quadro 7 - Lista de bens protegidos de Matias Barbosa

Município: MATIAS BARBOSA				
Patrimônio	Denominação do bem	Nível de Proteção		
		Municipal	Estadual	Federal
Material	Busto de Getúlio Vargas	x		
	Capela da Fazenda de N. Sra. da Conceição do Registro do Caminho Novo			x
	Cemitério Municipal de Matias Barbosa	x		
	Chafariz em Pedra Sabão	x		
	Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro	x		
	Laboratório de Biologia Veterinária	x		
	Painel de Azulejo	x		
	Ponte da Liberdade	x		
	Prédio da Cadeia Pública	x		
	Prédio da CAMIG	x		
	Prédio da Prefeitura Municipal de Matias Barbosa	x		
	Relógio de Sol em Pedra Sabão	x		
	Sede do Prédio da CEMIG	x		
	Túmulo do Dr. Joaquim Eloy de Andrade	x		
	Túmulo de José Cardoso Saraiva	x		
	Total (15)	15	0	1
Imaterial	Festa da Fogueira	x		
	Festa da Paróquia de N. Sra. da Conceição	x		
	Folia de Reis Estrela do Oriente	x		
	Folias de Minas		x	
	Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira			x
	Violas de Minas		x	
	Total (6)	3	2	1

Fonte: Lista de Bens Protegidos - até exercício 2022. IEPHA-MG. Disponível em: http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/2020_tabela_LISTA_BENS_PROTEGIDOS_novaatualiza%C3%A7%C3%A3o_at%C3%A9_exerc%C3%ADcio_2022_SITE.pdf. Acesso em: 02 mai.2021. Adaptado pela autora (2021).

Em Matias Barbosa, o Patrimônio Cultural é protegido pela Lei Municipal No 615, de 28 de abril de 2000⁴⁹, e pela Lei Municipal No 1076, de dezembro de 2010⁵⁰.

⁴⁸ Os dossiês dos tombamentos municipais são enviados ao IEPHA/MG como documentação do Programa ICMS Cultural.

⁴⁹ Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural do município de Matias Barbosa e dá outras providências

⁵⁰ Dispõe sobre a lei de proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural e imaterial de Matias Barbosa.

O município de Matias Barbosa possui ao todo 16 bens materiais tombados e 6 bens imateriais registrados. Dos bens materiais, 15 são tombados em nível municipal e 1 tombado em nível federal. Dos bens imateriais, 3 são registrados em nível municipal, 2 em nível estadual e 1 em nível federal.

3.1. O Patrimônio Material em Matias Barbosa

Os bens materiais em Matias Barbosa estão localizados na área urbana da cidade, ao longo da Avenida Cardoso Saraiva, principal avenida da cidade. Todos, com exceção da Ponte da Liberdade, estão localizados no centro de Matias Barbosa.

Mapa 13 - Bens tombados em Matias Barbosa



Fonte: Autora (2021).

A proximidade da população aos bens tombados favorece a sua relação com o que é reconhecido como patrimônio, porque eles fazem parte da vida cotidiana da

cidade. Essa questão será aprofundada no Capítulo 5, em que serão apresentados trechos das entrevistas com os moradores e análise das mesmas.

3.1.1. Reconhecidos em Nível Municipal

Os bens protegidos, em Matias Barbosa, começaram a ser tombados no ano 2006, com o “Prédio da Prefeitura Municipal”; o primeiro bem tombado do município. Os últimos bens tombados foram “Prédio da CAMIG” e o “Laboratório de Biologia Veterinária”, em 2016.

Para estabelecer uma conexão com os fatos históricos relacionados à formação do município, os bens serão apresentados de forma a criar uma ordem cronológica de sua construção.

Não existem exemplares do século XVIII tombados em nível municipal. O único exemplar desse período é a Capela da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo”, tombada em nível federal.

3.1.1.1. Exemplares do Século XIX

Os exemplares relacionados ao século XIX estão associados: à Estrada de Ferro Dom Pedro II, como é o caso da Ponte da Liberdade; à produção cafeeira, como, por exemplo, o Prédio da CAMIG; e à necessidade de melhorias na infraestrutura por conta do crescimento demográfico do distrito de Matias Barbosa, como é o caso do Cemitério Municipal.

Ponte da Liberdade

Em 1875, a Estação Ferroviária da Central do Brasil foi inaugurada na cidade de Matias Barbosa. Junto com a Ponte da Liberdade, também conhecida como Ponte do Arco, foram construídas outras estruturas, como pontes, túneis e muralhas, para a instalação da Ferrovia Central do Brasil. Todos construídos pelo Engenheiro Dr. Augusto de Andrade de Souza (PERMEAR, 2016b)

Segundo PERMEAR (2016b), a Ponte da Liberdade (Ponte do Arco) tem estrutura em cantaria aparente. Os blocos de pedra possuem dimensão externa de 38 x 50 cm e foram importados da Inglaterra. O arco de sustentação da ponte possui um vão livre de aproximadamente 10 metros de altura e largura total de 4,70m. A ferrovia

possui uma mureta de proteção de concreto de 50 cm de altura, encimada com guarda corpo.

Figura 9 - Ponte da Liberdade, Matias Barbosa



Fonte: Autora (2021).

A Ponte da Liberdade está localizada sobre o Ribeirão Matias e sobre a Rua Ponte do Arco, que dá acesso à estrada Matias Barbosa – Sarandira, e abaixo dos trilhos da antiga Estrada de Ferro Dom Pedro II. Está localizada a menos de 2 quilômetros do centro de Matias Barbosa. O acesso à Rua Ponte do Arco se dá pela LMG – 874, antiga Estrada União e Indústria.

No Parecer Técnico para tombamento da Ponte da Liberdade⁵¹, foi reconhecido o valor arquitetônico do bem:

[...]do ponto de vista arquitetônico é um marco da influência das tecnologias europeias no Brasil [...], através dos conhecimentos de técnicas construtivas dos imigrantes estabelecidos na região, sobretudo, sob influência e incentivo de Mariano Procópio Ferreira Lage, na difusão da arquitetura de pedra, denominada cantaria [...] É uma edificação monumental, sendo uma das principais atrações turísticas do Município, principalmente pela sua localização no traçado do antigo Caminho Novo das Geraís, e atualmente explorada como 'Estrada Real'. Tendo em vista essa importância, suas características técnicas peculiares, emito parecer favorável ao tombamento da edificação denominada Ponte da Liberdade (Ponte do Arco) como Patrimônio Cultural de Matias Barbosa. (MARCIANO, 2008)

⁵¹ Nesta pesquisa, optou-se por citar trechos dos Pareceres sobre o tombamento, para dar voz aos sujeitos que trabalham pela preservação do patrimônio.

Segundo o Parecer para tombamento elaborado pela Comissão Técnico Cultural de Matias Barbosa:

A ‘Ponte da Liberdade’, também conhecida como ‘Ponte do Arco’, é uma das edificações ferroviárias mais importantes da história de Matias Barbosa, principalmente por estar preservada de acordo com seus sistemas construtivos e características originais [...] (ALVES, 2008)

A Ponte do Arco tem uma importância devido à sua história, atrelada à construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II; por estar localizada no Caminho Novo e pelas técnicas construtivas que foram trazidas pelos imigrantes de origem europeia. Este bem encontra-se em bom estado de conservação.

A Ponte da Liberdade é protegida por tombamento municipal, por meio do decreto nº 1420/2008, que reconhece o seu valor histórico e arquitetônico.

Prédio da CAMIG

O edifício, hoje conhecido popularmente como “Prédio da CAMIG”, tem sua história relacionada à economia cafeeira de Matias Barbosa e região. Foi construído para armazenar e para beneficiar a colheita da Fazenda Monte Alegre, uma das pioneiras no plantio do café naquela região.

Segundo Permeiar (2016c), o atual proprietário da sede da Monte Alegre e memorialista da região explicou que, na localidade, funcionava, primitivamente, o engenho central da Fazenda, erguido por volta de 1890. “O prédio, construído com tijolos fabricados na própria Monte Alegre, teria sido um dos primeiros na região a utilizar essa matéria-prima, fabricada pioneiramente pela própria Fazenda, diz o memorialista da cidade.”(PERMEAR, 2016c, p. 1)

Posteriormente, o prédio abrigaria o Engenho Manoel Barbosa, pertencente ao cafeeiro homônimo que comprara a Fazenda. O edifício continuaria sendo utilizado para armazenagem e beneficiamento de café, mas não só. Com a venda da Monte Alegre, subdividida neste período, o, engenho, instalado na esquina da Rua Cardoso Saraiva com a Marechal Deodoro, passaria a albergar a Companhia Brasileira de Moagem e Torrefação, empresa com sede no Rio de Janeiro que ali armazenaria e beneficiaria café até a década de 1950. Em meados de 1958, a Cooperativa de Cafeicultores da Zona de Juiz de Fora, junto ao IBC – Instituto Brasileiro de Café, autarquia do Governo Federal, passariam a ocupar o prédio. (PERMEAR, 2016c, p. 1)

Em 1980, passou a pertencer à CAMIG – Companhia Agrícola de Minas Gerais, e foi subordinada à Secretaria da Indústria e Mineração do Estado de Minas Gerais. O prédio era utilizado, nesse período, para a armazenagem de café.

Figura 10 - Prédio da CAMIG, Matias Barbosa



Fonte: Autora (2021).

O Prédio da CAMIG foi construído ao nível da rua, em terreno plano de esquina. Sua volumetria é simples, com apenas um pavimento e pé-direito duplo. O conjunto arquitetônico é composto do prédio principal e do galpão. O prédio principal possui estrutura original de alvenaria autoportante de tijolos maciços. O telhado é de telha metálica e estrutura de madeira.

A fachada voltada para a Avenida Cardoso Saraiva apresenta cunhais em massa, é simétrica e possui, à esquerda, o portão metálico de acesso de veículos ao interior do edifício; atualmente usado pela Polícia Militar. A fachada voltada para a Rua Oscar Vidal segue o mesmo modelo daquela voltada para a avenida. Possui um portão de acesso de veículos ao interior do edifício, também usado pela Polícia Militar.

O Prédio da CAMIG encontra-se destinado a: práticas culturais, como teatro, shows e oficinas; à secretaria de Educação de Matias Barbosa e à Polícia Militar de Minas Gerais.

O Prédio da CAMIG está localizado na esquina da Avenida Cardoso Saraiva com a Rua Marechal Deodoro, no centro de Matias Barbosa. A Avenida Cardoso Saraiva, a principal da cidade, com exemplares da arquitetura do final do século XIX

e início do século XX. Está situado a uma distância de 200 metros da Praça da Bandeira e 400 metros da Prefeitura Municipal.

Na Justificativa para Tombamento, incluído no dossiê elaborado por especialista, foi reconhecido o valor cultural e identitário do bem:

Ponderando o acima exposto, especialmente o valor imensurável do patrimônio histórico – cultural, significativo para o povo de Matias Barbosa, enquanto elemento constitutivo de sua identidade, uma das finalidades do tombamento foi interesse de preservar o patrimônio histórico e abrigar um centro cultural, para proporcionar atividades culturais e criar um espaço público de convivência para a sociedade matiense, visto que o imóvel dispõe de uma área de 2.540 m², sendo uma testada de 44 metros, proporções de importante destaque na paisagem local. (PERMEAR, 2016d, p. 32)

Segundo o Parecer para Tombamento do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural: "Por sua importância histórica, econômica da época, social e arquitetônica é que faz jus sua proteção como Patrimônio Cultural do Município" (NASCIMENTO, 2016b)

O imóvel tem uma importância histórica e econômica, por estar relacionado ao período da produção cafeeira na região e tem um potencial para ser ocupado com atividades culturais. Encontra-se em bom estado de conservação.

O Prédio da CAMIG é protegido por tombamento municipal, por meio do decreto nº 2399/2016. Segundo o decreto, o bem é reconhecido pelo seu valor histórico e arquitetônico.

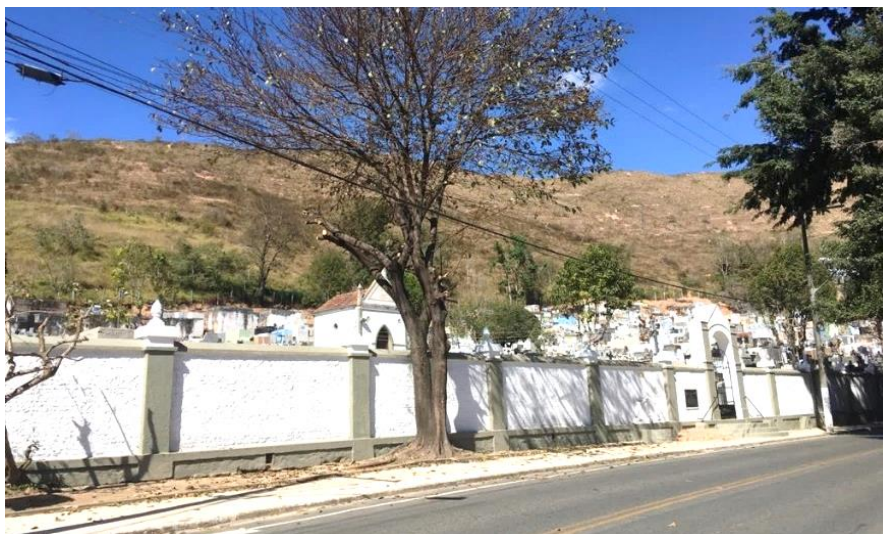
Cemitério Municipal de Matias Barbosa

O cemitério em estudo se enquadra na tipologia clássica do 'cemitério rodeado' ou convencional, integrado à estrutura urbana da cidade e da administração, conforme o modelo vigente da época de sua construção, final do século XIX e início do século XX. Nesse período, os cemitérios urbanos passaram a ser pensados como ambientes públicos que demandavam preocupações com aspectos urbanísticos, arquitetônicos e técnicos a favor de necessidades sanitárias e funcionais. (EQUIPE TÉCNICA DE PATRIMÔNIO DE MATIAS BARBOSA, 2008)

No final do século XIX, foram muito discutidas a ampliação e a melhoria do Cemitério Municipal de Matias Barbosa. Até então, os sepultamentos eram realizados

no cemitério da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo; espaço desativado em meados do século XX. Dessa forma, foi empreendida a construção de um novo cemitério pelo vereador Antônio Pinto Monteiro, responsável também por dotar a cidade de abastecimento de água. Após a construção das muralhas, seguiram outros melhoramentos, como: o portal e a construção da Capela Mortuária, projetada pelo engenheiro Gregório Howian, para que os velórios pudessem ser realizados em local apropriado.

Figura 11 - Cemitério Municipal de Matias Barbosa



Fonte: Autora (2021).

O terreno do cemitério é circundado por muro em alvenaria, que se alterna entre pilares. O pórtico é uma estrutura construída com tijolos maciços e vão central com verga em arco pleno; acima do arco existe um acabamento em forma triangular. Na lateral direita do pórtico, encontra-se uma placa de granito com a inscrição da data de inauguração (17 de novembro de 1893).

O Cemitério Municipal de Matias Barbosa foi construído em terreno localizado na Avenida Cardoso Saraiva, s/n, centro. O trecho da Avenida margeia o Rio Paraibuna e está localizado a aproximadamente 600 metros da Prefeitura Municipal de Matias Barbosa.

O Parecer da Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa reconhece o valor arquitetônico e afetivo do Cemitério Municipal de Matias Barbosa⁵²:

⁵² No dossiê de tombamento do Cemitério Municipal de Matias Barbosa, não existe parecer técnico de especialista.

Tal tombamento, em nível municipal, justifica-se por sua exemplaridade e pelo caráter notável, representante da arquitetura típica dos cemitérios brasileiros e da sua representatividade nos valores afetivos à população matiense. Fora recentemente modificado o seu perímetro de entorno do bem com objetivo de ampliar as ações de proteção, visibilidade e ambiência do mesmo. Com efeito, a proteção por meio de tombamento do Cemitério Municipal de Matias Barbosa não só reconhece esses valores como também proporciona a busca pela sua integridade física, pela sua segurança e de pela promoção deste Patrimônio Cultural que representa uma cultura e uma época, bem como a importância para Município. (OLIVEIRA, 2010a)

O Cemitério Municipal de Matias Barbosa possui uma importância afetiva para parcela da população e representa a arquitetura típica. É protegido por tombamento municipal, por meio do decreto nº 1419/2008, que reconhece os valores histórico, arquitetônico e cultural.

Túmulo de José Cardoso Saraiva

O Túmulo de José Cardoso Saraiva foi construído em 1897, ano de seu falecimento. 1897 foi um ano significativo para a história do distrito: foi marcado pelos primeiros casos de febre amarela na localidade e pela inauguração do Cemitério Municipal. A personalidade sepultada foi um dos principais nomes da história do município.

Figura 12 - Túmulo de José Cardoso Saraiva, Matias Barbosa



Fonte: Autora (2021).

José Cardoso Saraiva era descendente de portugueses, exerceu diversas funções públicas, sendo uma delas Juiz de Paz, no distrito de Matias Barbosa. Após

o seu falecimento o seu nome foi adotado para uma das principais vias de Matias Barbosa, a Avenida Cardoso Saraiva, trecho da antiga Estrada União e Indústria.

A construção é simples em formato retangular, com paredes de alvenaria, com dimensões de 2,90 metros de comprimento por 1,40 metros de largura. Encimado por uma cruz latina de mármore branco, em uma base também de mármore branco.

O Túmulo de José Cardoso Saraiva está localizado no Cemitério Municipal de Matias Barbosa, s/n, Centro. Situado a uma distância de 1,85 metros do portão de entrada. O especialista que desenvolveu o dossiê de tombamento reconheceu o valor histórico do bem:

Pela importância histórica do personagem que dá nome a mais importante via pública do município se propôs esse tombamento de seu túmulo, assim como por ser a mais antiga edificação funerária do Cemitério Municipal de Matias Barbosa (PREFEITURA DE MATIAS BARBOSA, 2008a, p. s/n)

O Parecer da Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa identifica que a preservação do bem é necessária para resgatar a memória da população matiense:

A proposta de proteção do bem cultural em questão tem por objetivo preservar o mais antigo túmulo do Cemitério Municipal de Matias Barbosa, assim como resgatar a memória do personagem que dá nome à principal via pública da cidade de Matias Barbosa (ALVES, 2007a)

O bem cultural foi reconhecido como patrimônio de Matias Barbosa, porque representa uma personalidade importante para a história da cidade. O bem apresenta um bom estado de conservação.

O Túmulo de José Cardoso Saraiva é protegido por tombamento municipal, por meio do decreto nº 1418, de 24 de março de 2008, que reconhece os valores histórico, arquitetônico e cultural:

Túmulo do Dr. Joaquim Eloy de Andrade

O Túmulo do Dr. Joaquim Eloy de Andrade é datado do ano de 1924, ano do falecimento de Joaquim Eloy dos Santos Andrade, que fora um médico e um escritor de grande relevância para a cidade de Matias Barbosa. A ampliação e a melhoria do

Cemitério em Matias Barbosa foram um dos assuntos muito discutidos no final do século XIX, e Eloy de Andrade foi um dos escritores que contribuiu para a história do Cemitério Municipal. Ele relatava e reconhecia os méritos dos fundadores e, ao mesmo tempo, questionava a forma como eram realizados os sepultamentos e os critérios na escolha dos lugares onde seriam sepultadas as autoridades.

Possuía uma cultura muito ampla e sólida, o que pode ser comprovado pelas suas obras enquanto literato e historiador. Entre as obras em prosa públicas destacam-se: “Sertões de Almagem” onde através de quinze contos demonstra sua habilidade literária, assim como, a sua preocupação com diversas questões sociais e políticas nacionais, da passagem do século XIX para o século XX. Esses contos são: “Filha de Luiz XVI”, “Lucia Vergueira”, “O Caçador de Dotes”, “O Primeiro Imperador”, “O Império”, “A Escravidão”, “Grandeza e Decadência da Província do Rio de Janeiro”, “Paralelo entre a Revolução Francesa e Inglesa”. Entre as obras técnicas na área da medicina destaca-se “Função Glicogênia do Fígado”, “Tísica Pulmonar”, “A Tuberculose é curável”, “A profilaxia da lepra no Brasil”.(ALVES, 2007b)

A construção é simples, em formato retangular, com paredes de alvenaria, com dimensões de 2,14 metros de comprimento por 1,09 metros de largura. Encimado por uma cruz latina de mármore branco, sem ornamentação, sob base de mármore branco. Está localizado no Cemitério Municipal de Matias Barbosa, s/n, Centro. Situado a uma distância de 3,15 metros do portão de entrada, ao lado direito.

O especialista que desenvolveu o dossiê de tombamento reconheceu o seu valor cultural e histórico:

O município de Matias Barbosa rende através deste trabalho as primeiras homenagens ao personagem. Entre outros planos que estão sendo desenvolvidos é a criação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Matias Barbosa, que deverá ser denominada “Lei Eloy de Andrade”. Através desse mecanismo, pretende-se incentivar projetos culturais diversos, sobretudo os projetos que busquem resgatar a história deste literato. Há também em estudo projeto de reedição de suas principais obras. O tombamento do seu túmulo é a primeira ação que busca iniciar esses procedimentos de resgate da sua memória (PREFEITURA DE MATIAS BARBOSA, 2008b, p. s/n)

Segundo o Parecer da Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa: “...o túmulo do escritor e médico Eloy de Andrade é um importante bem cultural e histórico para a cidade de Matias Barbosa e região” (ALVES, 2007b)

O bem material foi reconhecido como patrimônio de Matias Barbosa, porque também representa e homenageia uma personalidade importante para a história da

cidade, enquanto médico e escritor. Esse bem apresenta um bom estado de conservação.

O Túmulo do Dr. Joaquim Eloy de Andrade é protegido por tombamento municipal, por meio do decreto nº 141, de 24 de março de 2008, que reconhece os valores histórico, arquitetônico e cultural.

3.1.1.2. Exemplos do Século XX

Os exemplos relacionados ao século XIX representam o crescimento e a consolidação de Matias Barbosa.

Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro

No início do século XX, quando Matias Barbosa ainda era distrito de Juiz de Fora, houve uma demanda educacional. Para suprir a necessidade, os moradores matenses, liderados pelo Cônego Joaquim Monteiro, solicitaram a criação de um grupo escolar. Atendendo a pedidos, foi criado o grupo escolar, em 1909, que se instalou em sua primeira sede. O grupo foi um dos marcos do desenvolvimento de Matias Barbosa.

Figura 13 - Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro, Matias Barbosa



Fonte: Autora (2021).

A segunda e atual sede da Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro começou sua construção no ano de 1911. Possui características estilísticas da arquitetura eclética: fachada frontal simétrica, marcada com colunas, dividindo-a em

três planos. Possui platibanda, encimada com vasos e com um arco centralizado. No centro da platibanda, há inscrição com o nome “Grupo Escolar Cônego J. Monteiro”.

Está localizada na Avenida Cardoso Saraiva, nº 26, na parte histórica do município, ao lado do Laboratório de Biologia Veterinária, considerado o primeiro Laboratório da América do Sul; ambos patrimônios protegidos em nível municipal. Em frente à Escola, encontram-se a Praça da Bandeira e antiga Estação Ferroviária. A Estação se transformou, a partir de 2009, em Centro Cultural, abrigando a Biblioteca Municipal Dona Glorita e a Secretaria de Cultura e Turismo de Matias Barbosa.

Figura 14 - Praça da Bandeira, Matias Barbosa



Fonte: Autora (2021).

O motivo pelo qual se justifica a proteção do bem está descrito em trecho do Parecer sobre o tombamento incluído no dossiê, elaborado por especialista, o qual reconhece o bem como uma referência educacional no município e a sua importância para a identidade e sentimento de pertencimento dos moradores de Matias Barbosa:

A Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro configura-se como elemento referencial, marco na paisagem urbana de Matias Barbosa, como referência educacional no município. A fundamentação técnica da proteção está, portanto, na importância histórica, cultural e arquitetônica, bem como elemento fundamental na composição paisagística da localidade, em sua dimensão material e simbólica. Enquanto bem cultural e histórico, a Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro incorpora elementos herdados da vida local. Guarda a função de manter viva a memória da localidade, de sua história e costumes e dessa forma confere sentido de continuidade, pertencimento e identidade aos habitantes de Matias Barbosa. (MGMG LTDA, 2009, p. 75)

O Parecer do Conselho, parte do dossiê de tombamento da Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro, reconhece a importância histórica e para o resgate da identidade:

O tombamento do bem se justifica por seu valor arquitetônico e histórico. A edificação é considerada um dos monumentos notáveis de Matias Barbosa, importante referencial na vida de seus habitantes e que permanece até os dias de hoje, sem grandes intervenções descaracterizantes. A transformação do bem em questão, em patrimônio oficial, é o reconhecimento de seu valor cultural e a garantia da continuidade da memória e história da comunidade que é a verdadeira guardiã de seu patrimônio. Edificação da Escola Cônego Joaquim Monteiro incorporou-se à vida de Matias Barbosa, materializando no cotidiano as boas recordações do passado. Este dossiê de tombamento representa um resgate da identidade da comunidade e contribui para a formação da consciência preservacionista (MGMG LTDA, 2009, p. 77)

Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro é protegida por tombamento municipal, por meio do decreto nº 1627, de 12 de novembro de 2010, que reconhece os valores histórico, cultural e arquitetônico. Esse bem está em bom estado de conservação.

O tombamento da Fachada principal da Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro foi efetivado um ano antes do tombamento da edificação toda, por meio do decreto nº 1554, de 20 de outubro de 2009, que reconhece seus valores histórico e arquitetônico.

Sede do Prédio da CEMIG

O imóvel Sede do Prédio da CEMIG foi construído, em 1912, pela Companhia Mineira de Eletricidade e inaugurado como “estação distribuidora” no ano seguinte, quando foi construída uma linha de transmissão de energia de Juiz de Fora até Matias Barbosa.

“Cabe ressaltar que nessa época a cidade de Juiz de Fora era uma das mais desenvolvidas do estado, sendo a pioneira na construção de usinas na América Latina”. (MGMG LTDA, 2011, p. 21)

A edificação fora construída para abrigar a sede administrativa ao lado da estação distribuidora de energia. O estilo arquitetônico segue um padrão que era utilizado em outras edificações da Companhia Mineira de Eletricidade.

A edificação possui uma planta retangular e uma volumetria simples. A construção possui uma base em cantaria e paredes em tijolos aparentes. Colunas ressaltadas, cimalha e platibanda ornamentada com tijolos. Está no alinhamento do passeio. O seu acesso é pela fachada lateral, por meio de um alpendre.

Figura 15 - Sede do prédio da CEMIG, Matias Barbosa



Fonte: Autora (2021).

A Sede do Prédio da CEMIG está localizada na Rua Eloy de Andrade, nº 61, centro. Localizado à aproximadamente 50 metros da Avenida Cardoso Saraiva. Distante a aproximadamente 200 metros da Prefeitura Municipal e a, aproximadamente, 150 metros do conjunto formado pela Escola Cônego Joaquim Monteiro, Praça da Bandeira e antigo Laboratório de Biologia Veterinária.

O motivo pelo qual se justifica a proteção da Sede do Prédio da CEMIG está descrito em trecho do Parecer sobre o tombamento, incluído no dossiê em que é reconhecido os valores histórico, cultural e arquitetônico:

A fundamentação técnica da proteção está, portanto, na importância histórica, cultural e arquitetônica, como também pode ser um elemento fundamental na composição paisagística da localidade, em sua dimensão material e simbólica. Enquanto bem cultural e histórico, a sede do Prédio da Cemig incorpora elementos herdados da vida local. Guarda a função de manter viva a memória da localidade, se sua história e costumes e dessa forma confere sentido de continuidade, pertencimento e identidade aos habitantes de Matias Barbosa. (MGMG LTDA, 2011, p. 81)

Segundo o Parecer da Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa, o bem é reconhecido por seu valor histórico:

O tombamento a nível municipal do perímetro que contempla a sede da CEMIG (antiga Cia. Mineira), justifica-se por sua exemplaridade e pelo caráter notável, representante da arquitetura de indiscutível valor histórico, bem como para a manutenção da ambiência do núcleo do povoamento inicial do município de Matias Barbosa.(OLIVEIRA, 2009)

A Sede do Prédio da CEMIG é protegida por tombamento municipal, por meio do decreto nº 1553, de 20 de outubro de 2009, que reconhece o valor histórico e arquitetônico do bem.

Prédio da Cadeia Pública

A história do Prédio da Cadeia Pública teve início no século XX, quando se desenvolviam o centro urbano e a valorização dos terrenos contíguos à Rede Ferroviária.

As principais edificações no centro de Matias Barbosa, como a Prefeitura Municipal, a Cadeia e a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, foram construídas no terreno que pertencia originalmente à Fazenda Monte Alegre.

Figura 16 - Prédio da Cadeia Pública, Matias Barbosa



Fonte: Autora (2021).

O projeto do “Prédio da Cadeia Pública”, assim como o da “Prefeitura Municipal” foram de autoria do construtor Pantaleone Arcuri. Atualmente, apresenta uso institucional e, por isso, o acesso é limitado

A edificação construída no início do século XX possui estilo eclético com elementos neoclássicos e Art-Deco. O acesso se dá por meio de uma escadaria

central com dois lances. A fachada principal possui simetria e está voltada para a Rua Oscar Vidal. A platibanda é ornamentada, encimada com detalhes geométricos. Esse bem apresenta bom estado de conservação.

O Prédio da Cadeia Pública está localizado na Rua Oscar Vida, n.º 348, centro, em frente ao entroncamento entre as ruas Oscar Vidal e João de Castro. Está localizado a aproximadamente 250 metros da Avenida Cardoso Saraiva, principal da cidade.

O motivo pelo qual se justifica a proteção do Prédio da Cadeia Pública está descrito em trecho do Parecer sobre o tombamento, incluído no dossiê, elaborado por especialista, que reconhece os valores histórico e cultural:

O tombamento a nível municipal do perímetro que contempla o Prédio da Cadeia Pública justifica-se por sua exemplaridade e pelo caráter notável, representante da arquitetura eclética de indiscutível valor histórico, bem como para a manutenção da ambiência do núcleo do povoamento inicial do município de Matias Barbosa. (MGMG LTDA, 2012a, p. 85)

O Parecer da Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa reconhece os valores histórico, cultural e arquitetônico:

A fundamentação de base histórica se destaca sua relevância histórica, cultural e arquitetônica, bem como elemento fundamental na composição paisagística de localidade, em sua dimensão material e simbólica. Enquanto bem cultural e histórico, o Prédio da Cadeia Pública incorpora elementos herdados da vida local e nacional. Guarda a função de manter viva a memória da localidade, de sua história e costumes e dessa forma confere sentido de continuidade pertencimento e identidade aos habitantes de Matias Barbosa. (ALVES, 2005)

O Prédio da Cadeia Pública é protegido por tombamento municipal, por meio do decreto nº 1555, de 20 de outubro de 2009, que reconhece os valores histórico e arquitetônico do bem.

Prefeitura Municipal de Matias Barbosa

O prédio da Prefeitura Municipal de Matias Barbosa é um marco da história política da cidade, pois está relacionado ao desenvolvimento político e à emancipação administrativa. Foi construído em 1929 para abrigar a sede da Prefeitura Municipal, em terreno que pertencera à fazenda Monte Alegre. Este foi urbanizado com o

desenvolvimento da cidade e com a valorização dos terrenos contíguos à Rede Ferroviária.

Desde a sua inauguração, o imóvel abrigou o poder executivo e o poder legislativo do município. O prédio foi construído com elementos da arquitetura neoclássica, típica das edificações oficiais do final do século XIX e meados do século XX. Esse bem encontra-se em bom estado de conservação.

Figura 17 - Prefeitura Municipal de Matias Barbosa



Fonte: Autora (2021).

Sua fachada principal, ornamentada com elementos decorativos, “possui simetria e equilíbrio e um sistema preciso de relações e proporções que lhes confere harmonia, sobriedade e ordem, aspectos também relacionados ao poder público.”(ALVES, 2005).

Existe um jardim frontal e lateral limitado por muro, encimado com balaústre, fechado junto ao passeio. A construção está em bom estado de conservação.

Os trabalhos artísticos internos da edificação, como por exemplo os de forro em madeira, foram executados pela firma Pantaleoni Arcuri, cuja sede era em Juiz de Fora.

A Prefeitura Municipal de Matias Barbosa está localizada na Avenida Cardoso Saraiva, 305, centro, no trecho da Avenida Cardoso Saraiva, paralelo aos trilhos da

estrada de Ferro Dom Pedro II. Localizada a aproximadamente 50 metros da Praça Peter Birkeland, a qual contém o Painele de Azulejo, também reconhecido como patrimônio.

O motivo pelo qual se justifica a proteção da Prefeitura Municipal está descrito em trecho do Parecer sobre o tombamento, incluído no dossiê em que é reconhecido os valores histórico e arquitetônico do bem:

O imóvel denominado Prédio da prefeitura Municipal de Matias Barbosa, situado a Avenida Cardoso Saraiva, 305, Centro – Matias Barbosa, MG, é um imóvel passível de inventário, tombamento e outros mecanismos de preservação cultural pelas suas características estilísticas e construtivas que seguem a linguagem arquitetônica oficial usada no Brasil do final do século XIX, e pela sua importância para a história política e econômica do município, tendo sido construído e inaugurado no ano de 1929 para abrigar exclusivamente a Prefeitura Municipal com a presença do então governador do estado, Presidente Antônio Carlos, portanto a sua preservação resgata uma fase importante da história do município. (CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2006)

A Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa redigiu, no Parecer para tombamento, solicitando e emitindo parecer favorável ao tombamento do imóvel, pela sua importância histórica. (ALVES, 2005)

A Prefeitura Municipal de Matias Barbosa é protegida por tombamento municipal, por meio do decreto nº 1277, de 17 de março de 2006, que reconhece os valores histórico e arquitetônicos do bem.

Laboratório de Biologia Veterinária

O Laboratório de Biologia Veterinária de Matias Barbosa tem o seu reconhecimento, na cidade e na região, como o primeiro laboratório da América do Sul, destinado exclusivamente ao preparo de produtos para medicina veterinária.

O Laboratório de Biologia Veterinária foi o resultado de um projeto, que contou com investimento financeiro da família Castro:

O investimento financeiro da família deve ter sido de fundamental importância para que o projeto ganhasse altura. Mas a participação dos Castro não se restringiria a isso. O “Doutor” Olívio Castro, responsável pela Farmácia Castro, fundada em 1887, se juntaria ao Laboratório, aparecendo ao lado do Professor Moacyr Alves como responsável pela orientação científica do Laboratório.

O laboratório, sob a sigla LBV, atendia, oficialmente, pelo nome Castro & Cia. Ltda., demonstrando o controle financeiro da família Castro, também dona da Casa Castro, fundada em 1850, um estabelecimento com venda de cereais, fazendas e armazinhos, além de correspondência com o Banco do Brasil e com o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais (PERMEAR, 2016e, p. 1)

O Laboratório de Biologia Veterinária, além de colaborar para o desenvolvimento da cidade, foi, por muitos anos, responsável pela fabricação e pela comercialização de diversas vacinas que auxiliaram no combate de enfermidades e de infecções em animais.

O laboratório chegou a fabricar, em seus tempos áureos, cerca de 52 produtos diferentes, transformando-se em um orgulho para a cidade de Matias. Sua decadência, contudo, veio na década de 1990 e o edifício, ao invés de representar a materialização edificada desta altivez, encontra-se, hoje, desativado. (PERMEAR, 2016e, p. 1)

No mesmo terreno, funcionava ainda a “secção gráfica do L.B.V”, que prestava serviços para o Laboratório, além de fazer trabalhos para terceiros. O prédio, construído para abrigar o Laboratório e que hoje se encontra desocupado, foi a materialização desse projeto.

Figura 18 - Laboratório de Biologia Veterinária (aos fundos a antiga Tipografia), Matias Barbosa



Fonte: Autora (2021).

Com volumetria simples e partido retangular, a edificação está implantada no alinhamento do passeio, e o terreno segue em auge aos fundos da construção. A platibanda da fachada frontal é em formato retangular e a das fachadas laterais, em arco abatido, com a inscrição das iniciais “L.B.V”.

A edificação está em estado regular de conservação, precisando de alguns reparos nas esquadrias, cobertura e pintura.

O Laboratório de Biologia Veterinária está localizado na Avenida Cardoso Saraiva, nº 124, ao lado da Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro, em frente à Praça da Bandeira e antiga Estação Ferroviária.

O Parecer do Conselho, parte do dossiê de tombamento do Laboratório de Biologia Veterinária⁵³, reconhece os valores histórico, social e arquitetônico:

Trata-se de uma edificação imponente pela volumetria bem como por sua relevância para a história e abrangência de suas ações numa época em que o mesmo contava com trabalhos e pesquisas em biologia veterinária e ainda uma gráfica que, além de atender às impressões do próprio laboratório também foi responsável pela impressão do jornal da época intitulado CORREIO DE MATHIAS registrando fatos históricos, sociais e econômicos por dezenas de anos.

Por sua importância histórica, econômica da época, social e arquitetônica é que faz jus sua proteção como Patrimônio Cultural do Município (PERMEAR, 2016a, p. 84)

O antigo Laboratório de Biologia Veterinária é protegido por tombamento municipal por meio do decreto nº 2400, de 02 de dezembro de 2016, em que reconhece os valores histórico e arquitetônico.

Busto de Getúlio Vargas

O Busto de Getúlio Vargas é uma escultura, datada de 1958, erigida em homenagem ao presidente Getúlio Vargas, quatro anos após seu falecimento, “por membros do Partido trabalhista Brasileiro que muito mais que correligionários foram amigos de Getúlio, tendo o recebido em Mathias Barbosa por diversas vezes”.

O Busto de Getúlio Vargas está localizado no centro da Praça da Bandeira, à frente da Estação Ferroviária.

O Busto é em bronze, apresenta a figura de Getúlio Vargas, vestido com terno e gravata. Sobre o ombro direito, encontra-se a assinatura e seu autor L. Ferrer. Está implantado em coluna quadrada de granito. No meio da coluna, pode-se observar uma

⁵³ Não foi feito Parecer técnico de especialista no dossiê de tombamento.

placa com os dizeres: “Ao grande presidente Getúlio Vargas, o povo, Mathias Barbosa, 19-04-1958.”

Figura 19 - Busto de Getúlio Vargas, Matias Barbosa

Figura 20 - Busto de Getúlio Vargas e antiga Estação Ferroviária aos fundos



Fonte: Autora (2021).

Em trecho do dossiê de tombamento há uma fala, elaborada por especialista, que deixa clara a relação de parcela da população com o bem:

Na época de sua colocação, quatro anos após a morte de Getúlio Vargas ainda havia críticas severas a esse tipo de homenagem, no entanto a colocação prosseguiu. A iniciativa da colocação do busto de Getúlio Vargas em Matias Barbosa foi dos matenses getulistas. A inauguração se deu em 10 de abril de 1958, no mesmo local onde se encontra hoje, tendo sido colocado sobre um chafariz. Com o hábito de usar as fontes públicas foi se extinguindo o mesmo passou a ser alvo de pichações e de brincadeiras desrespeitosas com o monumento, visto que por sua forma e altura permitia que crianças e vândalos subissem na peça. (ALVES, 2006)

A Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa redigiu o Parecer para tombamento, solicitando e emitindo parecer favorável ao tombamento do imóvel: “Assim sendo, emito parecer favorável ao tombamento do busto de Getúlio Vargas, pela sua representatividade para a história da cidade de Matias Barbosa e sua contribuição para a preservação da memória”. (ALVES, 2006)

O Parecer da Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa reconhece o valor histórico do bem:

O busto de Getúlio Vargas, situado na Praça da bandeira é um bem móvel de grande importância para a cidade de Matias Barbosa. De autoria de L. Ferrer, a escultura foi feita para homenagear o ex-presidente, tendo sido inaugurado quatro anos após sua morte. É um bem passível de tombamento e de outras formas de proteção pela sua

história, pela sua antiguidade e por ser um bem situado em ponto estratégico da cidade, em uma praça muito frequentada, próximo a imóveis de importância histórica como a Antiga Estação Ferroviária e atual Centro Cultural de Matias Barbosa, o Grupo Escolar Cônego Joaquim Monteiro e o Laboratório de Biologia Veterinária [...] por todos esses fatores, venho por meio deste, emitir parecer favorável ao tombamento do Busto. (ALVES, 2006)

O Busto de Getúlio Vargas é tombado em nível municipal, por meio do Decreto Nº 1349, de 5 de março de 2007, que reconhece o seu valor histórico.

Painel de Azulejo

O Painel de Azulejo “Evolução dos Transportes” representa a “História dos Transportes em Matias Barbosa”. É uma obra pintada sobre azulejos, do artista plástico Terson Cruz. O Painel foi confeccionado para integrar a edificação da estação rodoviária Viação Popular; segundo o jornal Diário Mercantil, que circulava em Juiz de Fora, foi inaugurado na data de 16 de maio de 1968.

A importância desta obra refere-se à narrativa da evolução dos transportes em Matias Barbosa e ao mesmo tempo se mistura também com a evolução dos transportes no Brasil. A cidade foi protagonista das maiores transformações nos meios de transportes terrestres do Brasil. (MGMG, 2012, p. 23)

O Painel de Azulejos “Evolução dos Transportes” está localizado na Praça Peter Birkeland, local onde havia a antiga estação rodoviária Viação Popular.

Figura 21 - Praça Peter Birkeland, Matias Barbosa



Fonte: Autora (2021).

A praça está localizada às margens da Avenida Cardoso Saraiva, próxima à Prefeitura Municipal de Matias Barbosa, no centro da cidade. A Avenida Cardoso Saraiva é paralela aos trilhos da Estrada de Ferro Dom Pedro II. A Praça possui um passeio amplo, com bancos e canteiros e uma quadra poliesportiva.

O Painel de Azulejos “Evolução dos Transportes” trata-se de um monumento composto por 75 azulejos de tamanho 20 x 20 cm, dispostos em formato retangular com tamanho total de 3 metros de largura e 1 metro de altura.

Figura 22 - Painel de Azulejos “Evolução dos Transportes”, Matias Barbosa



Fonte: Autora (2021).

O conjunto está aplicado em uma parede revestida de pedras. A pintura é em tons de azul e branco, com fundo branco. “[...] representa em primeiro plano cenas e paisagens que da evolução dos transportes no Brasil. Minas Gerais e, sobretudo, a participação e situação de Matias Barbosa nesse contexto.” (MGMG, 2012, p. 27)

A representação se divide em seis cenas: a primeira, e a maior delas, retrata trecho da Estrada União e Indústria, contém uma diligência e uma carruagem que conduz diversas pessoas; a segunda apresenta uma estrada pavimentada, com um automóvel e duas pessoas; a terceira apresenta um ônibus sendo observado por duas pessoas; a quarta apresenta uma locomotiva e um vagão; a quinta apresenta uma pessoa sentada em banco próximo a uma bicicleta e comunicando-se com uma pessoa montada em uma motocicleta; a sexta apresenta o ambiente urbano, com carros, ônibus e prédios verticalizados.

Figura 23 - Painel de Azulejos “Evolução dos Transportes”



Fonte: Autora (2021).

O motivo pelo qual se justifica a proteção do Painel de Azulejos⁵⁴ está descrito em trecho do Parecer sobre o tombamento incluído no dossiê, elaborado por especialista, que reconhece os valores histórico e cultural:

O ato legal de tombamento do Painel de Azulejos – Evolução dos Transportes é uma decisão de grande importância para a preservação da identidade da cidade, pois preservar este bem é preservar a memória, a história e a cultura local. Desta forma, justifico dou meu parecer a favor do presente tombamento. (MGMG, 2012, p. 54)

O Painel de Azulejo é protegido por tombamento municipal, por meio do decreto nº 1556/2009, em que é reconhecido os seus valores histórico e arquitetônico.

Chafariz em Pedra Sabão

O Chafariz em Pedra Sabão está localizado no entorno da Igreja do Rosário (Antiga Capela de Nossa Senhora da Conceição do Registo do Caminho Novo), tombada em nível federal, pelo Decreto-Lei nº 025/11/1969. Apesar de compor o conjunto paisagístico “Século XVIII”, este bem foi construído em 2009, como um marco simbólico em comemoração aos 300 anos do termo de doação das Sesmarias ao Mathias Barbosa da Silva. O projeto do chafariz foi encomendado a Rinaldo Urzedo, entalhador mineiro, nascido em Mariana.

⁵⁴ Não foi encontrado o Parecer do Conselho sobre o Tombamento do Painel de Azulejos.

Figura 24 - Chafariz em Pedra Sabão



Fonte: Autora (2021).

O Chafariz é uma construção mista de alvenaria e de cantaria. Apresenta um ornamento principal. “O monumento inspirado na tradição estética do estilo barroco é trabalhado em pedra sabão, configurando-se em uma réplica do século XVII, com fortes influências do escultor mineiro Aleijadinho”. (MGMG LTDA, 2012b, p. 25)

O Chafariz em Pedra Sabão está localizado no alinhamento do passeio, na Avenida Cardoso Saraiva, principal via da cidade de Matias Barbosa.

O monumento foi construído próximo à escadaria de acesso ao adro da Capela de Nossa Senhora do Rosário; às margens do Rio Paraibuna e a aproximadamente 300 metros do Cemitério Municipal e 600 metros da Prefeitura Municipal.

A iniciativa da implantação do Chafariz foi do diretor do Departamento Municipal de Cultura e Turismo de Matias Barbosa e do Presidente da Comissão Permanente Técnico – Cultural de Matias Barbosa. “Entre as razões da escolha do local foi a necessidade de revitalização do espaço na qual se encontra a Capela da Fazenda de Nossa Senhora do Rosário e criar um espaço de diálogo entre os monumentos das comemorações dos 300 anos do termo de doação da Sesmaria ao Mathias Barbosa da Silva (MGMG LTDA, 2012b, p. 25)

O Chafariz em Pedra Sabão⁵⁵ construído em 2009 foi tombado pelo município em julho de 2010. O motivo pelo qual se justifica a proteção do bem está descrito em

⁵⁵ Não foi encontrado o Parecer do Conselho sobre o Tombamento do Chafariz de Pedra Sabão.

trecho do Parecer Técnico sobre o tombamento, incluído no dossiê, em que reconhece a sua importância para a preservação da identidade, memória, história e cultura local:

O ato legal de tombamento do Chafariz em Pedra Sabão é uma decisão de grande importância para a preservação da identidade da cidade, pois preservar este bem é preservar a memória, a história e a cultura local.

Várias são as justificativas que subsidiam o tombamento do Chafariz de Pedra Sabão, pertencente ao município de Matias Barbosa. Enquanto bem cultural encontra-se em bom estado de conservação, propiciando sua plena utilização. Desta forma, justifico dou meu parecer a favor do presente tombamento. (MGMG LTDA, 2012b, p. 25)

O Chafariz em Pedra Sabão é protegido por tombamento municipal, por meio do decreto nº 1602/2010, em que reconhece o seu valor histórico e arquitetônico.

Relógio de Sol em Pedra Sabão

O Relógio de Sol em Pedra Sabão, assim como o Chafariz de Pedra Sabão, é um monumento comemorativo dos 300 anos do Termo de Doação das Sesmarias a Mathias Barbosa da Silva. O projeto do chafariz foi encomendado pela Prefeitura Municipal de Matias Barbosa a Rinaldo Urzedo, entalhador mineiro, também responsável pelo Chafariz em Pedra Sabão.

Relógio de Sol é composto por três partes: Base, Mostrador e Ponteiro. A Base é uma coluna construída em alvenaria e alicerce de pedra e concreto; o mostrador é confeccionado em pedra sabão, de forma manual, e o ponteiro é um pino, cuja sombra é projetada sobre o mostrador.

Figura 25 - Relógio de Sol em Pedra Sabão, Matias Barbosa



Fonte: Autora (2021)

O Relógio de Sol foi implantado no adro e em frente à fachada principal da Capela de Nossa Senhora do Rosário do Registro de Matias Barbosa, tombada como Patrimônio Histórico Nacional. Existem dois acessos ao adro da Capela, a Praça do Rosário: pela Avenida Cardoso Saraiva, por meio de uma escadaria, ou pela Rua Tiradentes. Assim se chega às fachadas laterais e posterior da Capela.

Figura 26 - Relógio de Sol em Pedra Sabão em frente à Capela



Fonte: Autora, julho de 2021

O motivo pelo qual se justifica a proteção do bem está descrito em trecho do Parecer sobre o tombamento, incluído no dossiê em que reconhece a sua importância para a preservação da identidade, memória, história e cultura local:

O ato legal de tombamento do Relógio de Sol em Pedra Sabão é uma decisão de grande importância para a preservação da identidade da cidade, pois preservar este bem é preservar a memória, a história e a cultura local.

Várias são as justificativas que subsidiam o tombamento do Relógio de Sol em Pedra Sabão, pertencente ao município de Matias Barbosa. Enquanto bem cultural, além da importância histórica e educacional para o município, o bem guarda a responsabilidade de manter viva a memória social e cultural em sua dimensão material e simbólica (MGMG LTDA, 2012c, p. 77)

Segundo o Parecer da Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa:

O tombamento a nível municipal do perímetro que contempla o Relógio de Sol em Pedra Sabão, réplica do Século XVIII, justifica-se por sua exemplaridade e pelo caráter notável, como marco

comemorativo dos 300 anos do termo de doação da Sesmaria ao Mathias Barbosa da Silva, de indiscutível valor histórico e rememorar os primórdios da Sesmaria; bem como para a manutenção da ambiência no Adro da Capela de Nossa Senhora do Rosário no município de Matias Barbosa. (OLIVEIRA, 2010b)

O Relógio de Sol é tombado em nível municipal, por meio do Decreto Nº 1601, de 22 de julho de 2010, em que é reconhecido os valores histórico e arquitetônico.

Na inscrição do livro do tombo, são reconhecidos os valores histórico e arquitetônico atribuídos ao bem material denominado do Relógio de Sol em Pedra Sabão, estabelecidos pelo Parecer do Conselho Parecer da Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa.

3.1.2. Reconhecidos em Nível Federal

Matias Barbosa possui um único bem tombado em nível federal, que é a Capela da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo.

A localidade de Matias Barbosa originou-se às margens do Caminho Novo, construído no início do século XVIII. Em uma das paragens do caminho, foi instalada a Fazenda Nossa Senhora da Conceição, situada às margens do rio Paraibuna, local que daria lugar ao “Registro de Matias Barbosa”. Não é possível apurar a data exata em que a capela foi construída, porém se pode inferir, que tenha sido no século XVIII.

[...] pois o templo foi incluído entre os bens pertencentes à Fazenda de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo do Rio de Janeiro, conforme consta na escritura passada por ocasião da compra da dita fazenda por Manuel do Valle Amado, aos 22 dias do mês de novembro do ano de 1776.(PERMEAR, 2016f, p. 1)

Por muitos anos a capela havia sido deixada em estado de abandono, até que parcela da população interveio pelo seu resgate, em 1929. Foram promovidos festejos religiosos cuja renda reverteu em benefícios para sua conservação. Em 1942, foi realizado outro movimento pela igreja e com o paio popular, para angariar recursos para uma restauração da capela.

A Capela do Rosário é um exemplar da primeira fase do Barroco Mineiro, construída no século XVIII.

Figura 27 – Capela da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo, Matias Barbosa



Fonte: Autora (2021).

O edifício possui alteamento, e sua entrada principal é acessada por cinco degraus. A nave possui volumetria retangular, e, na direção do altar-mor, acrescentam-se dois volumes laterais. O gabarito da edificação é baixo, correspondendo a um pavimento. Possui cobertura em duas águas, com telhas tipo capa, bica e cumeeira central. Seu sistema estrutural é em madeira, assim como o piso e o forro.

A fachada principal (fachada leste) é formada por portada central, com soleira de pedra, enquadramento em madeira, verga em arco abatido e vedação de duas folhas de madeira almofadada. As janelas são posicionadas simetricamente, são do tipo guilhotina com enquadramento em madeira, caixilhos fixos de madeira com vidro e verga em arco abatido. Acima das janelas, há uma cimalha de madeira, na linha do telhado, e, sobre ela, um óculo central com vedação em vidro colorido.

As fachadas laterais da edificação são iguais entre si. Possuem, na direção da nave, dois óculos como o do frontispício, e uma pequena janela entre eles, com verga reta, enquadramento em madeira e vedação em uma folha de abrir, com caixilhos em madeira e vidro liso.

Os cômodos laterais ao altar-mor possuem, na parte frontal, porta lisa de madeira de duas folhas e, na lateral, uma janela do tipo guilhotina, de verga reta, com

enquadramento em madeira e caixilhos de madeira com vedação em vidro liso. A fachada posterior da edificação possui parede cega.

A Capela de Nossa Senhora do Rosário do Registro de Matias Barbosa está localizada na parte superior da Praça do Rosário, em um terreno em aclave, cujo acesso se dá pela Avenida Cardoso Saraiva, por meio de uma escadaria com 25 degraus; ou pela Rua Tiradentes. Assim se chega às fachadas laterais e posterior da Capela. Está a aproximadamente 300 metros do Cemitério Municipal e à mesma distância da Prefeitura Municipal.

No subsolo da Praça do Rosário, existem túneis. São caminhos sinuosos, com esconderijos e entradas sem saída, que se conectam com o subterrâneo da Capela, onde há um alçapão na lateral direita da nave.

A existência desta rede de galerias subterrâneas é atribuída, segundo à oralidade, ao contrabando de ouro e minerais e até mesmo às tramas políticas da época, visto que diversos líderes dessa povoação teriam tido participação no processo da Inconfidência. (PERMEAR, 2016f, p. 1)

A Capela de Nossa Senhora do Rosário do Registro de Matias Barbosa possui número de inscrição 418, no Livro do Tombo Histórico – Volume 1, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituído pelo Decreto-lei, no 25 de 30 de novembro de 1937.

Figura 28 - Praça do Rosário, Matias Barbosa



Fonte: Autora (2021).

3.2. O Patrimônio Imaterial em Matias Barbosa

O acervo do Patrimônio Imaterial de Matias Barbosa é composto por: “Festa da Fogueira”; “Festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição”; e “Folia de Reis Estrela do Oriente”, registrados em nível municipal. “Folias de Minas” e “Violas de Minas”, registrados em nível estadual. E “Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira”, registrado em nível federal.

3.2.1. Reconhecido em Nível Municipal

O Registro de bens imateriais é uma prática recente em Matias Barbosa. O primeiro registro ocorreu em 2010. Os registrados, em Matias Barbosa, em nível municipal são: “Festa da Fogueira”; “Festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição”; “Folia de Reis Estrela do Oriente”.

Festa da Fogueira

A Festa da fogueira ocorre, anualmente, em Matias Barbosa, desde a década de 1970, no Jardim do Mina, zona rural. Caracterizada pela passagem pelas brasas da fogueira, pela comemoração do São João e pela festividade com comidas típicas.

A festa da fogueira é uma manifestação cultural e religiosa herdeira das antigas tradições pré-cristãs européias. Com a chegada do cristianismo no continente europeu, os povos misturaram ritos e incorporaram à festa de São João, que é celebrado no dia 23 de junho, data coincidente com a chegada do verão no hemisfério norte e do inverno no hemisfério sul. O costume de celebrar a chegada da estação, associado à fé no santo precursor de Cristo, construíram uma série de ritos marcados pelo acender de uma fogueira e seu transpor. (MGMG LTDA, 2010, p. 75)

A festa ocorre na noite de 23 de junho, dia de São João. Inicia-se com a fogueira sendo acesa, por volta das 18 horas, e, logo em seguida, ocorre a missa. Depois da cerimônia, servem-se de comidas típicas e se inicia a quadrilha, dança típica das festas juninas. Por volta de dez para a meia noite, os participantes se reúnem em volta da fogueira, e as brasas são espalhadas. Em seguida, os fiéis atravessam as brasas, descalços, e depois mostram seus pés sem queimaduras para os que não participaram. (MGMG LTDA, 2010)

Esse ato é feito com orgulho porque seus pés sem queimaduras representam o símbolo de sua fé no santo. O fogo da festa de São

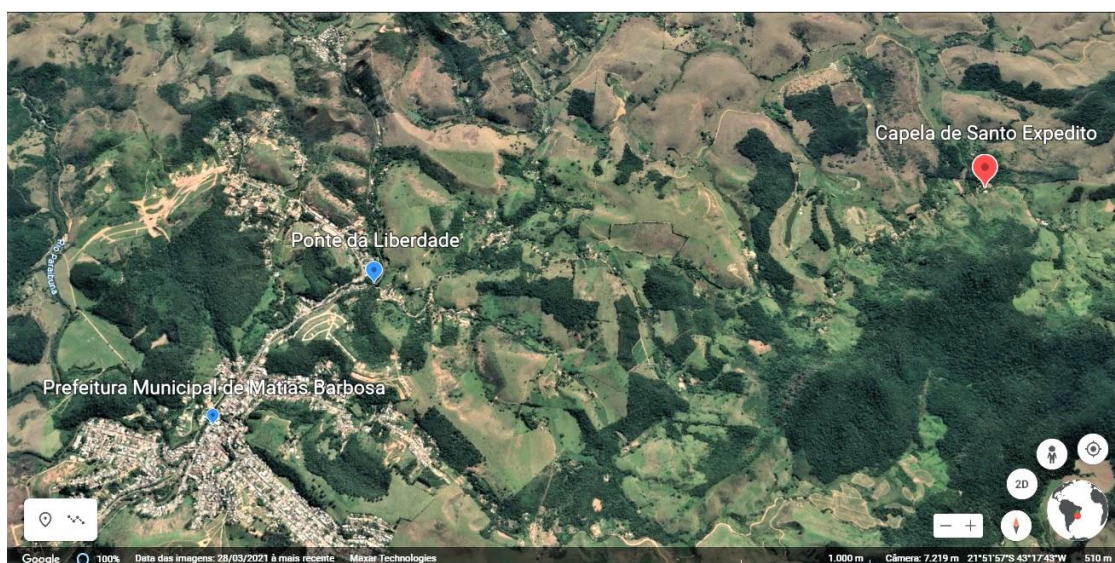
João tem um caráter sagrado e sua transposição tem o sentido de prêmio diante da fé e da coragem.(OLIVEIRA, 2010c, p. 40)

A Festa da Fogueira é realizada no Jardim do Mina, zona rural de Matias Barbosa, em frente à Capela de Santo Expedito, construída pela própria comunidade e inaugurada em 1958.

O Jardim do Mina está localizado a uma distância de aproximadamente 8 quilômetros do centro de Matias Barbosa. Está localizado na área rural em uma área de produção agrícola, assim como de extração de caulim e de cristal. Antes de se chamar Jardim do Mina, era conhecido como Colônia, por causa dos italianos que moravam na localidade. “Já o nome Jardim do Mina viria da presença das minas e o termo jardim estaria relacionado à presença de pomares e plantações de hortaliças”. (MGMG LTDA, 2010, p. 22)

A região do Jardim do Mina era provavelmente o lugar onde moraram os italianos que chegaram a Matias Barbosa para trabalharem na lavoura de café. No último quartel do século XIX, cafeicultores contrataram italianos em substituição da mão-de-obra escrava, processo que vinha acontecendo mesmo antes da abolição. Nos anos de 1880, o fluxo de italianos para Minas Gerais trouxe cerca de setenta mil imigrantes ao estado que foram especialmente para Juiz de Fora e São João del Rei. Matias Barbosa está na região de Juiz de Fora e recebeu inúmeros imigrantes que se fixaram, no Jardim do Mina, local conhecido como Colônia. Pela atual distribuição das terras do jardim do Mina acreditamos que os italianos acabaram, comprando pequenos sítios para viverem e plantarem. (MGMG LTDA, 2010, p. 22)

Figura 29 - Imagem de satélite com a localização da Capela de Santo Expedito, Jardim do Mina



Fonte: Google Earth (2021).

Figura 30 - Capela de Santo Expedito, Jardim do Mina, Matias Barbosa



Fonte: Ivone Alves (2018)

Disponível em: <https://goo.gl/maps/78EgsPKxifi5gBeu6>. Acesso em 26 jun. 2021

O motivo pelo qual se justifica a proteção do bem está descrito em trecho do Parecer sobre o registro, incluído no dossiê, em que é reconhecida a importância para a identidade da população:

A festa da fogueira acontece já há várias décadas e se incorporou às tradições religiosas do município. O folguedo atrai inúmeros fiéis e curiosos para celebrar juntos o nascimento do precursor de Cristo, São João Batista. Ele faz parte da identidade dos moradores do Jardim do Mina e de Matias Barbosa. (MGMG LTDA, 2010, p. 75)

O Parecer da Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa reconhece os valores histórico, cultural e religioso:

Com base nas justificativas histórica, cultural, religiosa e legais apresentadas, considero fundamental o registro do bem imaterial Festa da Fogueira e submeto esse trabalho à apreciação da Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa – MG.(OLIVEIRA, 2010d)

O bem imaterial está registrado, por meio do decreto nº 1576, de 04 de janeiro de 2010, reconhece os valores histórico, cultural e religioso.

Festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição

A Festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição é uma manifestação religiosa e cultural que envolve toda a comunidade da Paróquia de Nossa Senhora da

Conceição. A fundamentação de base religiosa e cultural faz referência às festividades trazidas para o Brasil pelos portugueses, ainda durante o período colonial. O período comemorativo compreende o mês de junho, com a realização de procissão na Avenida Cardoso Saraiva, uma das principais vias da cidade, quando os fiéis carregam as imagens de Nossa Senhora da Conceição e de São Sebastião.

É conhecido que o dia de Nossa Senhora da Conceição é comemorado em dezembro. O dia de São Sebastião em janeiro. Ambas as datas são época de muitas chuvas e as condições urbanas de Matias Barbosa eram, no princípio do século XX, muito desfavoráveis para a realização de festas públicas. A cidade era comumente tomada por alagamentos e lama, por ser muito próxima à margem do Rio Paraibuna, razão pela qual mudou-se a data das duas festas (para junho) unificando-as.(MGTM, 2010, p. 113)

A Festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição acontece na Praça Manoel de Castro, no centro de Matias Barbosa, onde ocorrem a instalação de barracas de alimentos e bebidas, jogos, leilões entre outros.

A Praça circunda a Igreja Nossa Senhora da Conceição e possui bancos e canteiros, como também um ponto de ônibus. A Praça está localizada na Avenida Cardoso Saraiva e se encontra a uma distância de aproximadamente 200 metros da Prefeitura Municipal.

Figura 31 - Praça Manoel de Castro, Matias Barbosa



Fonte: Autora (2021).

O motivo pelo qual se justifica a proteção do bem está descrito em trecho do Parecer sobre o registro, incluído no dossiê, em que são reconhecidos o seu valor religioso e a sua tradição.

Tendo em vista que a Festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição acontece já há várias décadas e se incorporou às tradições religiosas e culturais do município, emito parecer favorável ao registro do bem cultural como Patrimônio Imaterial de Matias Barbosa. (MGTM, 2010, p. 113)

O Parecer da Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa reconhece os valores histórico, cultural e religioso:

O registro do bem imaterial Festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do perímetro que contempla a Praça Manoel de Castro, justifica-se por sua manifestação religiosa e cultural de indiscutível valor histórico imaterial, onde inúmeros fiéis e visitante das cidades vizinhas se reúnem para celebrar juntos, a Padroeira de Matias Barbosa, Nossa Senhora da Conceição e também São Sebastião. (OLIVEIRA, 2010e)

O bem imaterial está registrado, por meio do decreto nº 1642, de 06 de janeiro de 2011, em que são reconhecidos os valores religioso e cultural.

Folia de Reis

A Folia de Reis é uma festividade muito difundida no Brasil, e, em especial, em Minas Gerais. As primeiras folias surgiram no século XVI em Portugal e, provavelmente, o festejo foi trazido ao Brasil pelos portugueses que a modificaram e criaram uma Folia de Reis brasileira, com a qual se comemora a fé nos Reis Magos.

É uma festividade que complementa os ritos natalinos. Ocorre entre os dias 24 de dezembro e o dia 6 de janeiro. Faz referência ao nascimento de Jesus e à visita dos três Reis Magos.

Um grupo de homens segue de casa em casa após a meia noite do dia vinte e outro para o dia vinte e cinco de dezembro cantando o nascimento de Jesus e anunciando a chegada dos reis magos, No dia seis de janeiro eles voltam ao ponto de partida e termina a Folia com uma festa de encerramento homenageando a visita dos reis ao menino Jesus. (MGTM LTDA, 2011, p. 23)

Matias Barbosa possui várias Falias de Reis, porém as mais tradicionais e conhecidas são a Cantinho do Céu e a Estrela do Oriente. A Folia de Reis acontece,

anualmente, em Matias Barbosa e região. O trajeto dos foliões é variável e pode chegar até um raio de 100km.

As bandeiras dos grupos Cantinho do Céu e Estrela do Oriente ficam nas casas de moradia dos mestres de cada grupo fazendo com que Matias Barbosa se torne o símbolo do local de nascimento de Jesus e marco de início e término das celebrações da Folia de Reis. (MGTM LTDA, 2011, p. 53)

O encerramento da festa de Folias de Reis Cantinho do Céu e Estrela do Oriente ocorre na Praça Peter Birkeland. Os versos da Folia de Reis são cantados pelo grupo e “puxados” pelo mestre da folia. A bandeira é, anualmente, enfeitada com fitas pelo mestre e simboliza os três Reis Magos. Essa sempre vai à frente do grupo e nunca pode ser ultrapassada pelos palhaços.

“A crença dos foliões afirma que se um palhaço desobedecer a essa regra pode se machucar e ser possuído por mau espírito ou sofrer dores” (MGTM LTDA, 2011, p. 24). Os fiéis tocam a bandeira em sinal de respeito e, diante dela, fazem pedidos.

“Os palhaços são aqueles que enganam os soldados romanos” (MGTM LTDA, 2011, p. 24), usam bastões que simbolizam a força e a agilidade, e dançam conforme as canções.

O folguedo Folia de Reis não pode ser confundido com a Festa de Reis que é realizada no dia seis de janeiro e pertence ao conjunto de festejos da Folia. A Festa de Reis é uma reprodução popular da Epifania do Senhor, uma celebração católica que delimita o final dos festejos natalinos [...] A Epifania do Senhor é celebrada pela Igreja no dia seis de janeiro de cada ano e após essa celebração costuma-se terminar a Folia de Reis com uma festa na casa do Mestre ou em algum lugar pré-determinado. (MGTM LTDA, 2011, p. 24)

O encerramento da festa de Folias de Reis Cantinho do Céu e Estrela do Oriente ocorre na Praça Peter Birkeland.

A Folia de Reis possui um caráter profano-religioso, ou seja, agrega aspectos profanos como, por exemplo, a dança e a música; ao mesmo tempo, aspetos sagrados, como a simbologia religiosa.

O motivo pelo qual se justifica a proteção do bem está descrito em trecho do Parecer sobre o registro, incluído no dossiê e produzido por historiador, em que é reconhecida importância do bem para a identidade da população:

Considerando que a Folia de Reis acontece há várias décadas e se incorporou às tradições religiosas do município e que o folguedo atrai inúmeros fiéis e curiosos para celebrar juntos o nascimento de Cristo, significa dizer que ela faz parte da identidade dos moradores de Matias Barbosa.(MGTM LTDA, 2011, p. 95)

O Parecer da Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa reconhece os valores histórico, cultural e religioso:

O registro do bem imaterial Folia de Reis Cantinho do Céu a nível municipal justifica-se por sai manifestação religiosa e cultural de indiscutível valor histórico imaterial, além dos músicos instrumentistas e mestres, o grupo muitas vezes se compõe também palhaços devidamente caracterizados segundo as lendas locais. Todos se organizam sob a liderança do Mestre da Folia e seguem com reverência os passos da bandeira, cumprindo rituais tradicionais de inquestionável beleza e riqueza cultural. Destacam-se canções que são sempre sobre temas religiosos.

Com base nas justificativas histórica, cultural, religiosas e legais apresentadas, considero fundamental o registro do bem imaterial Folia de Reis Cantinho do Céu e submeto esse trabalho à apreciação da Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa – MG.(OLIVEIRA, 2010f)

A Folia de Reis Cantinho do Céu e Estrela do Oriente estão registrados, por meio do decreto nº 1640, de 06 de janeiro de 2011, que reconhece os valores religioso e cultural.

Pode-se perceber que, ora se trata da Folia de Reis Cantinho do Céu, como por exemplo, no Parecer da Comissão Permanente Técnico Cultural, ora se trata da Folias de Reis Estrela do Amanhã, como por exemplo, no Decreto de Registro. Não existe uma uniformidade do termo, apesar de os documentos fazerem parte do mesmo processo.

3.2.2. Reconhecido em Nível Estadual

Os bens imateriais registrados em nível estadual são “Folias de Minas” e “Violas de Minas”.

Folias de Minas

As Folias de Minas são manifestações culturais e religiosas, de origem ibérica, consideradas uma das celebrações mais antigas e difundidas no estado de Minas Gerais e no Brasil.

Ao longo dos anos, tornaram-se uma tradição de importância considerável na construção do imaginário, da identidade e da memória individual e coletiva dos mineiros.

As Folias de Minas foram registradas como Patrimônio Cultural de Minas Gerais, no dia 06 de janeiro de 2017, que reconhece a importância para a identidade e sentimento de pertencimento, bem como atribui sua importância à tradição secular:

Enfim, certamente as Folias de Minas são bens culturais do estado, fazem parte de um repertório cultural que delinea as fronteiras simbólicas dos indivíduos e, portanto, merecem seu reconhecimento em suas mais variadas formas. São identitárias da cultura de Minas, trazem um sentimento de pertencimento, carregam tradição secular e são representativas da diversidade cultural, das identidades e das tradições existentes em Minas Gerais. Nesse sentido, recomenda-se o registro das Folias de Minas no Livro de Registro das Celebrações e dos grupos de folias no Livro de Registro das Expressões. (IEPHA, 2016b, p. 159)

As Folias de Minas cadastradas em Matias Barbosa são apresentadas no Quadro 8:

Quadro 8 - Folias cadastradas de Matias Barbosa

Nome	Devoção	Distrito	Número aproximado de integrantes	Integrantes /Personagens	Instrumentos	Giro/Jornada/ Itinerário
Folia de Reis Estrela da Manhã	Santos Reis, São Sebastião	Maria Célia	Não informado	Capitão, Bandeira/ Estandarte, Palhaços, Vozes	Viola, Violão, Cavaquinho, Sanfona, Caixa (Tambor), Pandeiro	12 dias
Folia de Reis Estrela do Oriente	Santos Reis	Bairro Soledade	16	Capitão, Bandeira/ Estandarte, Palhaços, Vozes, Catirina	Viola, Violão, Cavaquinho, Sanfona, Caixa (Tambor), Pandeiro, triângulo, chocalho	24 de dezembro à meia noite ao meio dia do dia 06 janeiro.
Folia de Reis Cantinho do Céu	Santos Reis	Bairro Maria Célia	18	Capitão, Bandeira/ Estandarte, Palhaços, Vozes	Viola, Violão, Cavaquinho, Sanfona, Caixa (Tambor), Pandeiro, triângulo, chocalho	Saem na noite de natal mais precisamente na madrugada do dia 25 de dezembro até o dia 06 de janeiro quando retornam para Matias Barbosa e participam do encontro de Folia de Reis

Fonte: IEPHA-MG, Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/component/phocadownload/category/21-as-folias-de-minas>, Acesso em 26 jun. 2021. Adaptado pela autora (2021).

As Folias de Minas⁵⁶ reúnem diversas práticas culturais, saberes, formas de expressão, ritos e celebrações. Representam uma parte importante do Patrimônio Cultural mineiro.

Violas de Minas

A viola é um instrumento musical comumente constituído por: dez cordas; um formato cinturado; por adornos de madeira, chamados de marchetaria. Recebe diversas terminologias como: Viola Sertaneja, Paulista, de Queluz, de Arame, Mineira, ou, simplesmente, Víola.

Desse instrumento se origina uma musicalidade que é vista como parte integrante da paisagem sonora mineira e que gera uma multiplicidade de afinações, de gêneros musicais, de ritmos, de toques e de modos de tocar presentes em diversos contextos da cultura mineira, especialmente nas Folias, Catiras, Danças de São Gonçalo, Rodas de Viola, Congados, Batuques, Lundus, Sussas, entre outras (IEPHA, [s.d.])

Os Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola foram reconhecidos como Patrimônio Cultural Imaterial do estado de Minas Gerais, no dia 14 de junho de 2018. Foram inscritos nos Livros de Registro dos Saberes, das Celebrações e das Formas de Expressão. A referência é a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. (IEPHA, 2018b)

Em Matias Barbosa, é registrado apenas um violeiro, que tem muitos anos de experiência. As informações sobre os violeiros cadastrado de Minas Gerais estão disponíveis na tabela “Violeiros Cadastrados”, no site do IEPHA-MG.

⁵⁶ As Folias de Minas são organizadas da seguinte forma: os grupos se reúnem para a devoção aos santos como: Reis Magos, Divino Espírito Santo, São Sebastião, São Benedito, Nossa Senhora da Conceição, entre outros; são formados geralmente por cantadores e tocadores; apresentam-se os personagens: reis, palhaços e bastiões. Essa disposição pode variar de acordo com o grupo. Eles visitam as casas de devotos distribuindo bênçãos e recolhendo donativos; os instrumentos que conduzem os cantos podem ser: as violas, o violão, o cavaquinho, o pandeiro, os bumbos, a sanfona e as caixas; o principal elemento simbólico é a bandeira; os grupos são organizados a partir de ritos, como o giro ou jornada, encontros, festas e cumprimento de promessas.

Quadro 9 - Violeiro cadastrado em Matias Barbosa

Nome	Distrito	Há quanto tempo toca viola?	Em quais ocasiões toca viola?	Quais toques/ ritmos/estilos batidas costuma tocar?
Fernando Pacheco do Couto Filho	Matias Barbosa	40 a 50 anos	Folias	pagode, batidão, valsa

Fonte: IEPHA-MG, Disponível em:

<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/component/phocadownload/category/13-as-violas>. Acesso em 26 jun. 2021. Adaptado pela autora (2021).

3.2.3. Reconhecido em Nível Federal

Em Minas Gerais, diversas cidades pontuam, no Programa ICMS Cultural, pelo Registro da Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira, registrados em nível federal.

Segundo o Parecer do Conselho Consultivo do IPHAN, sobre a relevância da capoeira como patrimônio imaterial, podem-se considerar dois aspectos: o do seu significado sociocultural e o do seu reconhecimento, ou de sua recepção.

A capoeira apresenta três aspectos relevantes na vida brasileira: é uma prática de sociabilidade, uma vez que ela induz a socialização, hierarquização e cooperação; uma prática cultural, uma vez que representa uma referência do legado cultural africano; e uma estratégia identitária “[...] ela sem dúvida contribuiu e contribui para identidade nacional brasileira, sendo um de seus traços marcantes e expressando-se como tal em variados aspectos da produção cultural, e particularmente artística, do país.”(IPHAN, 2008a, p. 6)

A Roda de Capoeira é um elemento estruturante dessa manifestação, espaço e tempo onde se expressam simultaneamente o canto, o toque dos instrumentos a dança, os golpes, o jogo, a brincadeira, os símbolos e rituais de herança – notadamente banto - recriados no Brasil. Profundamente ritualizada, a roda de capoeira congrega cantigas e movimentos que congrega cantigas e movimentos que expressam uma visão de mundo, uma hierarquia e um código de ética que são compartilhados pelo grupo. Na Roda de Capoeira se batizam os iniciantes, se formam e se consagram os grandes mestres, se transmite e se reiteram práticas e valores afro-brasileiros. (IPHAN, 2008b, p. 1)

O Ofício dos Mestres de Capoeira é inscrito no Livro de Registro dos Saberes desde 2008. O ofício é exercido por detentores dos conhecimentos tradicionais da

manifestação, que são também os responsáveis por transmitir suas práticas, seus rituais e sua herança cultural.

O saber da capoeira é transmitido de modo oral e gestual, de forma participativa e interativa, nas rodas, nas ruas e nas academias, assim como nas relações de sociabilidade e familiaridade construídas entre mestres e aprendizes. (IPHAN, [s.d.])

A capoeira depende da manutenção da cadeia de transmissão dos seus mestres para garantir sua continuidade como manifestação cultural.

Foram, também, os mestres brasileiros os responsáveis por articular aspectos culturais a uma manifestação que poderia ficar restrita à face marcial, mas que, ao contrário, é reconhecida por sua riqueza musical e gestual, o que a aproxima também de uma dança especial, reminiscência de jogos de combate de sociedades tradicionais. A roda de capoeira é a forma de expressão que permitiu o aprendizado e a expansão do jogo. Nela se encenam golpes e movimentos acrobáticos, cânticos antigos são reatualizados e outros são inventados, acompanhados por uma orquestra de instrumentos que produz uma sonoridade múltipla e, ao mesmo tempo, característica da arte. (IPHAN, [s.d.])

Sobre a Roda de Capoeira, consta em Certidão:

CERTIFICO que no Livro de Registro das Formas de Expressão, volume primeiro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan, instituído pelo Decreto número 3.551, de 4 de agosto de 2000, consta à folha 9, verso o seguinte: 'Registro número 7. Bem Cultural: Roda de Capoeira. (IPHAN, 2008b, p. 1)

Sobre o Ofício de Mestre de Capoeira, o Parecer do Conselho Consultivo do IPHAN diz: “Pelo exposto, o parecer é favorável à inscrição da roda de capoeira no Livro de Registro das Formas de Expressão e do ofício de mestre de capoeira no Livro de Registro de Saberes.” (IPHAN, 2008a, p. 7)

Foi conferido ao Bem imaterial “Roda de Capoeira e ao Ofício dos Mestres de Capoeira” o título de Patrimônio Cultural do Brasil, em 21 de outubro de 2008.

Para incluir da Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira como patrimônio do município, os capoeiristas devem se cadastrar no Portal da Capoeira, disponível no site do IPHAN⁵⁷.

⁵⁷ Disponível em: <https://capoeira.iphan.gov.br/>.

O levantamento sobre os bens tombados e registrados de Matias Barbosa foi necessário para a compreensão do que é protegido. É visível a relação desses bens com a formação territorial da cidade. O Patrimônio Cultural de Matias Barbosa está relacionado aos principais percursos de ocupação como: o Caminho Novo; a Estrada União e Indústria; a Estrada de Ferro Dom Pedro II e o Rio Paraibuna.

Dessa forma, esses percursos poderiam ser mais divulgados para incrementar o desenvolvimento do turismo na região, por meio de ações de Educação Patrimonial e de projetos de incentivo à preservação do Patrimônio Cultural. Além disso, existe a possibilidade de se criar um corredor cultural, considerando que os bens materiais estão localizados ao longo, ou bem próximos, da principal via da cidade, a Avenida Cardoso Saraiva.

O patrimônio material de Matias Barbosa é um conjunto heterogêneo quanto à questão estilística, posto que as edificações foram construídas em períodos diferentes. Essa rica diversidade é um fator positivo a ser explorado. A maioria delas apresenta um bom estado de conservação, e recebe cuidados constantemente, com exceção do Laboratório de Biologia Veterinária, que necessita de reparos na cobertura, nas esquadrias e na pintura.

A maior parte dos bens tombados da cidade são públicos e estão localizados na área urbana, o que permite que os moradores de Matias Barbosa convivam com o seu Patrimônio Cultural. Esse acervo, se bem explorado, divulgado e conservado, traz consigo possibilidades de desenvolver a autoestima e, ao mesmo tempo, a cultura e a economia local.

O patrimônio imaterial de Matias Barbosa também faz parte da vida dos moradores. A maioria desses bens ocorrem na área urbana, o que permite que as pessoas convivam com as apresentações e participem mais delas. A tradicional Festa da Fogueira é a exceção na zona rural.

O processo de patrimonialização, em Matias Barbosa, está diretamente relacionado à sua participação no Programa ICMS Cultural, que estabelece as diretrizes para a pontuação do município. Pontuação essa que vai refletir no repasse financeiro anual para o município.

3.3. O processo de patrimonialização em Matias Barbosa

O processo de patrimonialização, em Matias Barbosa, iniciou, no final da década de 1960, quando a Igreja do Rosário (Antiga Capela de Nossa Senhora da Conceição do Registo do Caminho Novo) foi tombada, em nível federal, pelo Decreto-Lei nº 025/11/1969, e inscrita no Livro do Tombo Histórico.

Os processos de tombamento municipais foram iniciados algumas décadas depois, no ano de 2006, quando o prédio da “Prefeitura de Matias Barbosa” foi protegido legalmente.

Os tombamentos foram efetivados no período de dez anos, entre 2006 e 2016. O Quadro 10 apresenta informações sobre os bens culturais que são protegidos, tais como: os decretos de tombamento; o ano de tombamento e a localização. Conforme apresentado no quadro, os bens tombados estão localizados na área urbana de Matias Barbosa.

Quadro 10 - Decretos de tombamento e Localização dos bens tombados de Matias Barbosa

Município: MATIAS BARBOSA				
	Denominação do bem	Tombamento Municipal		Localização
		Decreto	Ano	
Material	Busto de Getúlio Vargas	1349	2007	Área Urbana
	Cemitério Municipal de Matias Barbosa	1419	2008	Área Urbana
	Chafariz em Pedra Sabão	1602	2010	Área Urbana
	Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro	1627	2010	Área Urbana
	Laboratório de Biologia Veterinária	2400	2016	Área Urbana
	Painel de Azulejo	1556	2009	Área Urbana
	Ponte da Liberdade	1420	2008	Área Urbana
	Prédio da Cadeia Pública	1555	2009	Área Urbana
	Prédio da CAMIG	2399	2016	Área Urbana
	Prédio da Prefeitura Municipal de Matias Barbosa	1277	2006	Área Urbana
	Relógio de Sol em Pedra Sabão	1601	2010	Área Urbana
	Sede do Prédio da CEMIG	1553	2009	Área Urbana
	Túmulo do Dr. Joaquim Eloy de Andrade	1417	2008	Área Urbana
	Túmulo de José Cardoso Saraiva	1418	2008	Área Urbana
	Denominação do bem	Tombamento Nacional		Localização
		Decreto	Ano	
Material	Capela da Fazenda de N. Sra. da Conceição do Registro do Caminho Novo	025/11	1969	Área Urbana

Fonte: Autora (2022).

O “Prédio da Prefeitura Municipal de Matias Barbosa” foi o primeiro bem protegido, em nível municipal, no ano de 2006. O “Busto de Getúlio Vargas” foi o segundo bem a ser tombado, tendo sido legalmente protegido em 2007.

O ano de 2008 foi quando houve a maior quantidade de tombamentos, tendo sido protegidos: a “Ponte de Liberdade”, o “Cemitério Municipal de Matias Barbosa” e os túmulos do Dr. Joaquim Eloy de Andrade e José Cardoso Saraiva.

Em 2009, foram tombados: o “Painel de Azulejo”, o “Prédio da cadeia Pública” e a “Sede do Prédio da Cemig. Os monumentos “Relógio em Pedra Sabão” e “Chafariz em Pedra Sabão” foram tombados em 2010, um ano após a construção. A “Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro” também foi tombada em 2010. Seis anos depois, em 2016, foram tombados: o “Laboratório de Biologia Veterinária” e o “Prédio da Camig”.

Os registros municipais foram iniciados no ano de 2010, quando a “Festa da Fogueira” foi protegida legalmente. No ano seguinte, os bens imateriais: “Festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição” e a “Folia de Reis Estrela do Oriente” foram protegidos. O Quadro 11 apresenta os decretos de registro.

Quadro 11 - Decretos de registro e Localização dos bens registrados de Matias Barbosa

Município: MATIAS BARBOSA				
	Denominação do bem	Registro Municipal		Localização
		Decreto	Ano	
Imaterial	Festa da Fogueira	1576	2010	Área Rural
	Festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição	1642	2011	Área Urbana
	Folia de Reis Estrela do Oriente	1640	2011	Área Urbana
Total (16)				

Fonte: Autora (2022).

Conforme apresentado no Quadro 11, a “Festa da Fogueira” ocorre na área rural; enquanto a “Festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição” e a “Folia de Reis Estrela do Oriente” ocorrem na área urbana de Matias Barbosa.

O município de Matias Barbosa começou a pontuar no Programa ICMS Cultural em 2006, mesmo ano em que houve o primeiro tombamento municipal. Deduz-se que a iniciativa de ingressar no Programa tenha estimulado ações para promover os outros bens culturais ao tombamento e ao registro.

Para a efetivação dos tombamentos, são necessários os dossiês de tombamento, documentos técnicos, que contém: a história; a descrição do bem; o levantamento arquitetônico; a delimitação do perímetro de tombamento e de entorno;

a descrição do estado de conservação e a documentação anexa como, por exemplo: o parecer técnico, o parecer do Conselho de patrimônio e o decreto de tombamento.

Nos documentos dos dossiês de tombamento analisados, foram observados que os valores históricos e arquitetônicos são os mais citados para justificar a salvaguarda dos bens. O Quadro 12 apresenta os valores que cada sujeito que participou do processo de patrimonialização atribuiu aos bens.

Quadro 12 - Valores atribuídos ao Patrimônio Material de Matias Barbosa

Patrimônio Material			
Bem material	Parecer Técnico	Parecer do Conselho	Decreto de Tombamento
Busto de Getúlio Vargas	histórico	histórico	histórico
Capela da Fazenda de N. Sra. da Conceição do Registro do Caminho	*	*	*
Cemitério Municipal de Matias Barbosa	*	arquitetônico e afetivo	histórico, arquitetônico e cultural
Chafariz em Pedra Sabão	memória, histórico e cultural	*	histórico e arquitetônico
Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro	referência educacional, continuidade, pertencimento e identidade	resgate da identidade e histórico	histórico, cultural e arquitetônico
Laboratório de Biologia Veterinária	*	histórico, social e arquitetônico	histórico e arquitetônico
Painel de azulejo	historico e cultural	*	histórico e arquitetônico
Ponte da Liberdade	arquitetônico (estrutural)	*	histórico e arquitetônico
Prédio da Cadeia Pública	histórico e arquitetônico	histórica, cultural e arquitetônica	histórico e arquitetônico
Prédio da CAMIG	cultural e identitário	histórico, social e arquitetônico	histórico e arquitetônico
Prédio da Prefeitura Municipal de Matias Barbosa	histórico e arquitetônico	histórico	histórico e arquitetônico
Relógio de Sol em Pedra Sabão	memória, histórico e cultural	*	histórico e arquitetônico
Sede do Prédio da CEMIG	histórico, cultural e arquitetônico	histórico	histórico e arquitetônico
Túmulo do Dr. Joaquim Eloy de Andrade	cultural e histórico	resgate de memória	histórico, arquitetônico e cultural
Túmulo de José Cardoso Saraiva	histórico	resgate de memória	histórico, arquitetônico e cultural

Fonte: Autora (2022).

O valor cultural é pouco reconhecido. O seu reconhecimento é feito ou pelo parecer técnico, ou pelo parecer do Conselho, ou pelo decreto de tombamento; dificilmente é reconhecido por mais de um destes. A exceção é apenas o “Túmulo do Dr. Joaquim Eloy de Andrade”, que tem o valor cultural reconhecido no parecer técnico e no decreto de tombamento.

Dos quinze bens tombados, apenas o “Busto de Getúlio Vargas” tem somente o valor histórico reconhecido no decreto de tombamento; oito têm o reconhecimento do valor histórico e arquitetônico; cinco têm o reconhecimento dos valores histórico, arquitetônico e cultural.

Alguns outros valores, como o social, são reconhecidos nos pareceres do Conselho para o tombamento do “Laboratório de Biologia Veterinária” e do “Prédio da CAMIG”; o de resgate da memória é reconhecido nos túmulos do “Dr. Joaquim Eloy de Andrade” e de “José Cardoso Saraiva”. Na “Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro”, são reconhecidos os outros valores como: referência educacional, continuidade, pertencimento e identidade.

O Quadro 13 apresenta os valores que foram atribuídos aos bens registrados.

Quadro 13 - Valores atribuídos ao Patrimônio Imaterial de Matias Barbosa

Patrimônio Imaterial			
Bem imaterial	Parecer Técnico	Parecer do Conselho	Decreto de Registro
Festa da Fogueira	identitário	histórica, cultural, religioso	histórico, cultural religioso
Festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição	tradição e religioso	histórica, cultural, religioso	histórico e religioso
Folia de Reis Estrela do Oriente	identitário	histórico, cultural religioso	religioso e cultural
Folias de Minas	*	*	identitário, de pertencimento, tradição secular, diversidade cultural
Violas de minas	*	*	memória, identidade e de formação da sociedade brasileira
Roda de Capoeira e Ofício de Mestre de capoeira	*	*	prática de sociabilidade, prática cultural e estratégia identitária.

Fonte: Autora (2022).

Nos dossiês de registro, são citados e reconhecidos os valores: cultural, religioso e histórico; na maioria dos pareceres e no decreto de tombamento. Esses documentos descrevem o patrimônio imaterial e a relação destes bens com as comunidades em que eles se apresentam.

Os pareceres técnicos da “Festa da Fogueira” e da “Folia de Reis Estrela do Oriente” reconheceram o valor identitário dos bens; enquanto o da “Festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição” reconheceu o valor da tradição e o religioso. O parecer do Conselho destes três bens registrados, em nível municipal, reconheceu os valores histórico, cultural e religioso.

Os decretos de registro dos bens protegidos, em nível estadual ou nacional, possuem uma diversidade de valores como: “Folia de Minas” em que são reconhecidos os valores: identitário, de pertencimento, tradição secular, diversidade cultural; “Viola de Minas”, em que são reconhecidos os valores de memória, de identidade e de formação da sociedade brasileira; e “Roda de Capoeira e Ofício do Mestre de Capoeira”, em que são reconhecidos os valores de prática de sociabilidade, de prática cultural e de estratégia identitária.

Os pareceres técnicos e do Conselho, sobre os bens: “Folias de Minas, “Violas de Minas” e “Roda de Capoeira e Ofício do Mestre de Capoeira” não foram encontrados.

Os dossiês não contemplam a análise da relação da população com o bem que está em processo de tombamento ou de registro. Na maioria das vezes, os sujeitos que se envolvem, nesse processo, são os membros do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural que votam pelo tombamento ou pelo registro de um determinado bem. Após essas reuniões, os proprietários são notificados a respeito do tombamento, e, a partir disso, estes podem anuir ou impugnar o processo.

A maior parte dos dossiês dos bens tombados e registrados, em nível municipal, foram desenvolvidos por técnicos especializados, que não residem no município de Matias Barbosa.

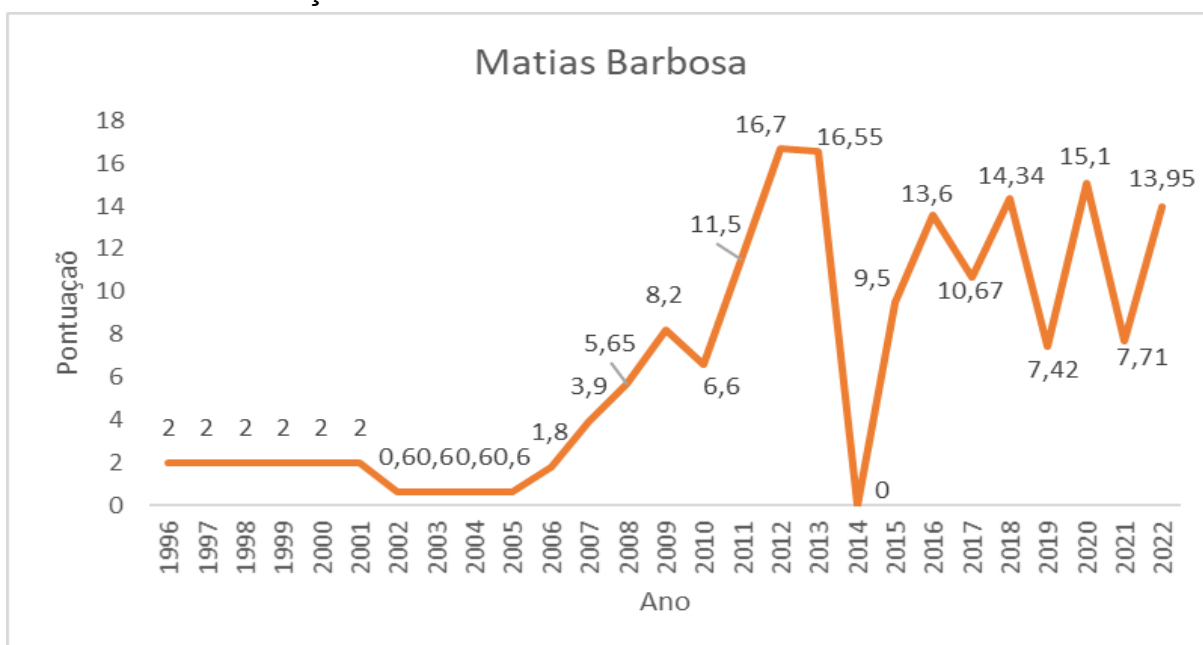
Sendo assim, os sujeitos que participaram dos processos de patrimonialização de Matias Barbosa são: os Conselheiros Municipais de Preservação do Patrimônio

Cultural e os técnicos especializados que desenvolveram os dossiês para a proteção legal do bem cultural. Não houve espaço para a participação popular na definição dos bens que representam a sua identidade e a sua memória.

3.4. A Participação de Matias Barbosa no Programa ICMS Cultural

Para compreender como se deu a participação do município de Matias Barbosa no Programa ICMS Cultural, foi realizado um gráfico, tomando como base as tabelas de pontuação do exercício de 1996 até o exercício 2021, disponíveis na página do IEPHA-MG. O Gráfico 1 apresenta os dados obtidos.

Gráfico 1- Pontuação no ICMS Cultural de Matias Barbosa



Fonte: Tabelas de pontuação: do exercício de 1996 até 2022. Instituto Estadual Do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA, [s.d.]). Acesso em: 12 mai. 2022. Adaptado pela autora (2022)

Conforme o Gráfico 1, no período entre os anos de 1996⁵⁸ e 2001, a pontuação foi de 2 pontos. Destaca-se aqui que, nesse período, a pontuação era de 2 pontos para a maioria dos municípios.

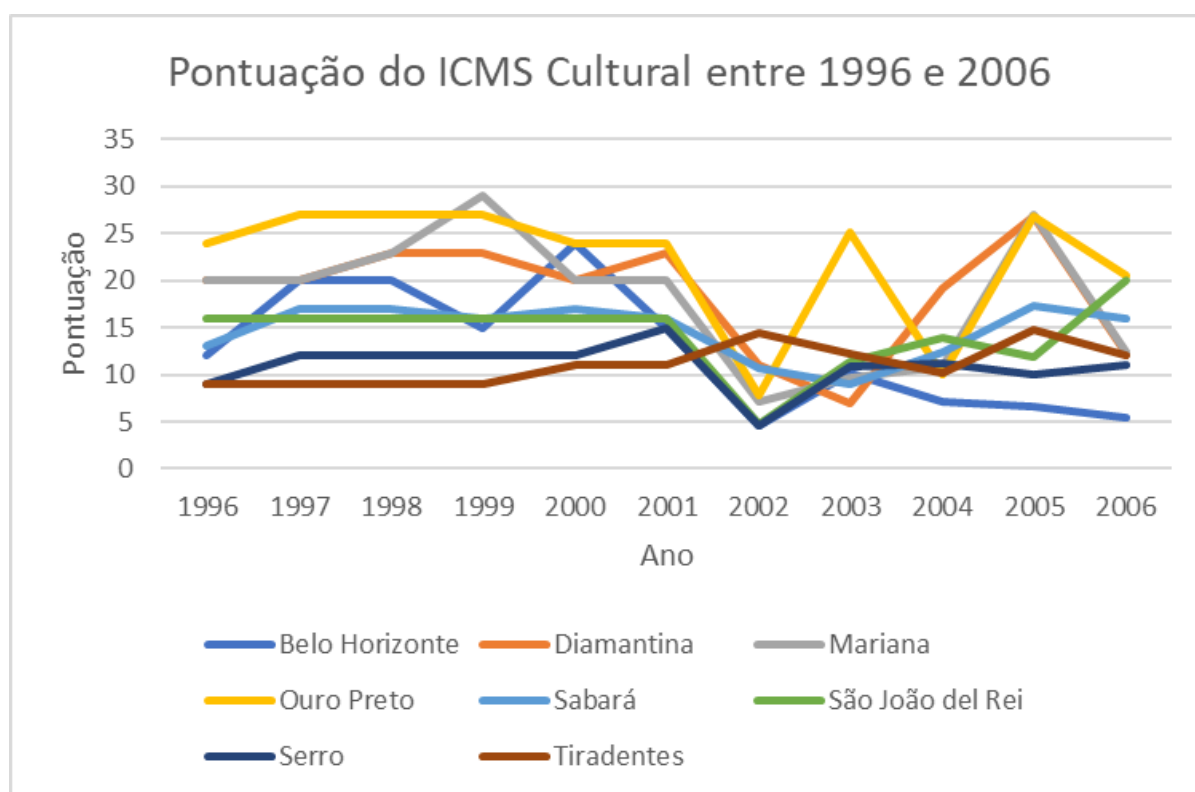
Apenas aqueles que possuem uma herança colonial e que foram reconhecidos pelo IPHAN foram pontuados nesse período, como é o caso de:

⁵⁸ No ano em que começou a pontuação dos municípios no Programa ICMS Cultural, havia 106 municípios cadastrados, dentre eles Matias Barbosa e Simão Pereira.

- Diamantina, que teve o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade tombado, em 1938;
- Mariana, que teve seu centro histórico tombado, em 1945;
- Ouro Preto, cidade tombada em 1938;
- Sabará, que teve seu centro histórico tombado em 1939;
- São João del Rei, que teve seu conjunto arquitetônico e urbanístico tombado, em 1938 e
- Serro, que teve seu acervo urbano-paisagístico tombado em 1938.

O Gráfico 2 apresenta a pontuação desses municípios e de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, no período de 1996 e 2006, primeira década do Programa ICMS Cultural.

Gráfico 2 - Pontuação do ICMS Cultural



Fonte: Tabelas de pontuação: do exercício de 1996 até 2006. Instituto Estadual Do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA, [s.d.]). Acesso em: 12 mai. 2022. Adaptado pela autora (2022)

Segundo o Gráfico 2, Ouro Preto saiu na frente, no primeiro ano, com uma pontuação de mais de vinte pontos. Em segundo lugar foi a cidade de Mariana, com uma média de vinte pontos. Serro e Tiradentes tiveram a menor pontuação.

Em 1996, quando iniciou o Programa ICMS Cultural, não havia regulamentação por Deliberação Normativa e/ou Resolução e se considerava, como critério de pontuação, os “Tombamentos municipais e estaduais” e “Tombamentos federais”⁵⁹. Apenas os municípios que tiveram o reconhecimento dos modernistas - que selecionavam a arquitetura do período colonial para receber a proteção - tiveram pontuações superior a 5 pontos. Como consta no Gráfico 2, Ouro Preto é a cidade que tinha a maior pontuação.

Em 1997, o Programa passou a ser regulamentado pela Resolução nº 01/96 de 15/02/1996, que além dos tombamentos, passou a incluir a Política Cultural Local (PCL). A PCL incluía: leis de proteção e equipe técnica da Prefeitura para cuidar da proteção aos bens culturais. Essa resolução permaneceu até o ano de 2001.

Sobre o Gráfico 1, percebe-se que, no ano de 2002, a pontuação no Programa baixou de 2 pontos para 0,60. Esse fato ocorreu porque houve alteração na Resolução. No Gráfico 2, identifica-se que todos os municípios perderam pontos. A pontuação deles ficou abaixo de 10 pontos.

Em 2002, o Programa passou a ser regulamentado pela Resolução⁶⁰ nº 01/2000, de 13/05/2000, em que foram incluídos os quadros: Quadro I, que envolvia os dossiês e laudos; Quadro II, que deveria conter os inventários; Quadro III, que envolvia os documentos que comprovassem as ações de proteção e de investimento; Quadro IV, que incluía os documentos referentes ao Planejamento e à Política Cultural Local.

Em 2003, o Programa passou a ser regulamentado pela Deliberação nº 01/2002, de 11/01/2002, até o ano de 2005. As alterações foram pequenas e referentes à resolução anterior, mas necessária, como, por exemplo, foi acrescida a política de Educação Patrimonial, que passou a ser pré-requisito para a pontuação do Relatório de Atividades no Quadro III.

Os municípios de Belo Horizonte, Diamantina, Mariana, Ouro Preto, Sabará e São João del Rei tiveram dificuldades em acompanhar as mudanças que ocorreram

⁵⁹ A tabela de pontuação do ICMS do exercício de 1996, era dividida nessas duas categorias.

⁶⁰ Ao longo dos anos outras Resoluções e Deliberações Normativas foram criadas. Neste texto, foram apresentadas as mais significativas.

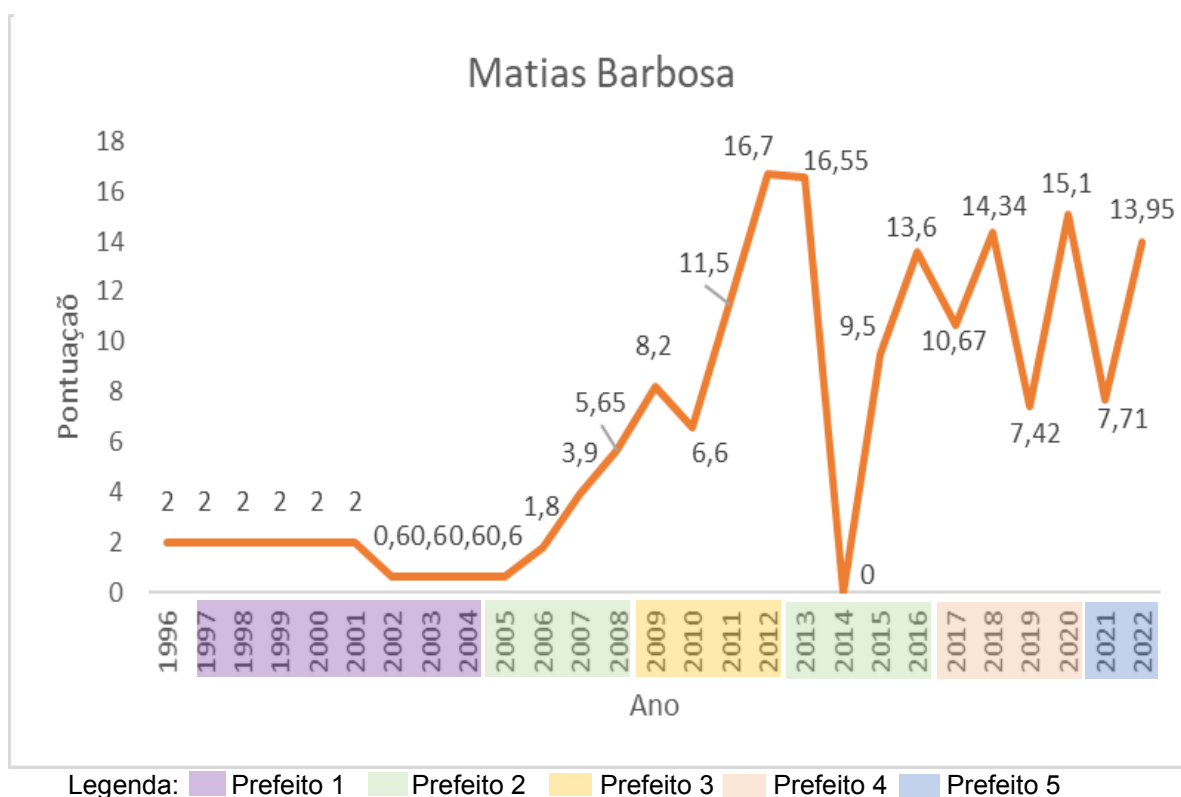
nas resoluções do IEPHA-MG, no período de 2001 a 2006, pois houve uma instabilidade nos níveis de pontuação.

No ano de 2006, regulamentado pela Deliberação 01/2004, de 30/06/2004, Matias Barbosa começou a pontuar no Programa, e sua pontuação foi aumentando gradativamente até o ano de 2012. Em 2013, teve uma diminuição pouco significativa. Em compensação, no ano de 2014, o município zerou a pontuação, por não ter apresentado documentação.

No ano seguinte, em 2015, recuperou parte da pontuação, mas, nos anos seguintes, as pontuações oscilaram muito, uma média de 4 a cinco pontos para mais e para menos. Essa situação é reflexo de uma política inconstante na preservação do Patrimônio Cultural e repercute no valor que é repassado ao município.

O Gráfico 3 apresenta os mandatos dos prefeitos ao longo dos anos em que Matias Barbosa participou do ICMS Cultural.

Gráfico 3 - Mandatos dos prefeitos Municipais e a Pontuação no ICMS Cultural



Fonte: Tabelas de pontuação: do exercício de 1996 até 2001. Instituto Estadual Do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA, [s.d.]). Acesso em: 12 mai. 2022. Adaptado pela autora (2022)

Conforme o Gráfico 3, durante o mandato do “Prefeito 1”, não houve apresentação para promover a pontuação no Programa. O início da participação efetiva de Matias Barbosa ocorreu no mandato do “Prefeito 2”. Percebe-se que, nos seus dois mandatos, a pontuação teve um aumento significativo e gradual. Com exceção do ano de 2014, em que houve algum problema na documentação que não fora encaminhada. Durante o mandato do “Prefeito 4”, houve muita oscilação na pontuação; o que demonstra que a preocupação dos administradores públicos com a preservação do Patrimônio Cultural não é constante. Essa questão aponta para as seguintes perguntas: A política cultural do município está atualizada? É colocada em prática ou carece de ajustes? Os responsáveis pela gestão do Patrimônio Cultural do município são capacitados e atualizados tecnicamente? Encontram respaldo das instâncias locais superiores?

A pontuação no ICMS Cultural pode ser melhor, já que existem muitos bens culturais que podem ainda ser tombados e registrados em Matias Barbosa, existem muitas possibilidades para aumentar as ações para proteção, para investimento e para educação patrimonial. Basta apenas ser interesse dos administradores municipais.

Neste capítulo, foram apresentados os principais sujeitos e suas narrativas para o tombamento e registro dos bens culturais de Matias Barbosa. Observou-se que não houve abertura para a participação popular na definição dos bens que representam a identidade e a memória da cidade.

No Capítulo 5, serão apresentados os moradores entrevistados e suas respectivas opiniões sobre o patrimônio reconhecido na cidade em que vivem, com a intenção de compreender se a parcela da população conhece e reconhece o seu acervo.

CAPÍTULO 4: PATRIMÔNIO CULTURAL EM SIMÃO PEREIRA

O Patrimônio Cultural em Simão Pereira é protegido pela Lei Municipal 598, de 4 de abril de 2007, a qual estabelece normas de proteção do Patrimônio Cultural do município. Simão Pereira possui ao todo 14 bens materiais tombados e 2 bens imateriais registrados.

Dos bens materiais, 12 são tombados em nível municipal e 2 tombados em nível estadual. Dos bens imateriais, 1 é registrado, em nível municipal, e 1 em nível federal. No Quadro 14 abaixo é possível verificar todo o patrimônio que é protegido de forma legal.

Quadro 14 - Lista de bens protegidos de Simão Pereira

Município: SIMÃO PEREIRA				
Patrimônio	Denominação do bem	Nível de Proteção		
		Municipal	Estadual	Federal
Material	Acervo Documental da Antiga Fazenda Cabui	x		
	Casarão do Registro do Paraibuna	x		
	Chafariz das Pedras	x		
	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Casarão do Registro do Paraibuna		x	
	Conjunto Paisagístico do Cemitério da Rocinha da Negra	x		
	Conjunto Urbano de Simão Pereira	x		
	Estação Ferroviária de Cotegipe	x		
	Estação Ferroviária de Souza Aguiar	x		
	Fazenda Mundo Novo e respectiva área de terreno		x	
	Fonte de Santo Antônio	x		
	Prefeitura Municipal	x		
	Portal de Entrada da Antiga Fazenda Miragem	x		
	Residência Antiga Estrada União Indústria	x		
	Sede da Primeira Unidade Sanitária	x		
	Total (14)	12	2	0
Imaterial	Festa de Nossa Senhora da Glória	x		
	Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira			x
	Total (2)	1	0	1

Fonte: Fonte: IEPHA-MG. Disponível em:

[http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/2020_tabela /LISTA BENS PROTEGIDOS novaatualiza%C3%A7%C3%A3o_at%C3%A9_exerc%C3%ADcio_2022_SITE.pdf](http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/2020_tabela_LISTA_BENS_PROTEGIDOS_novaatualiza%C3%A7%C3%A3o_at%C3%A9_exerc%C3%ADcio_2022_SITE.pdf). Acesso em: 02 mai.2021.

Adaptado pelo autor (2021).

A metodologia utilizada para identificar os bens protegidos no município de Simão Pereira são semelhantes às utilizadas em Matias Barbosa: análise dos dossiês e das atas do Conselho; visitas técnicas para reconhecimento e fotografar os bens materiais bem como dos locais de ocorrência dos bens imateriais, nos dois municípios.

4.1. O Patrimônio Material em Simão Pereira

O acervo do Patrimônio Material de Simão Pereira está distribuído no território do município, com 1 no distrito de Cotegipe, 1 no distrito de Souza Aguiar, 1 na localidade do Paraibuna, 5 na sede municipal e outros 3 na área rural.

Mapa 14 - Bens tombados em Simão Pereira



Fonte: Autora (2021).

4.1.1. Reconhecido em Nível Municipal

Os bens protegidos, em Simão Pereira, começaram a ser tombados no ano 2000, sendo o “Casarão do Registro do Paraibuna” o primeiro bem tombado do município.

Para fazer uma conexão com os fatos históricos relacionados à formação do município, os bens serão aqui apresentados, de forma a criar uma ordem cronológica de sua construção.

4.1.1.1. Exemplos do Século XVIII

Os exemplos relacionados ao século XVIII, associados à Estrada Real e ao trecho do Caminho Novo, são: o Casarão do Registro do Paraibuna e o Cemitério da Rocinha da Negra.

Casarão do Registro do Paraibuna

O Casarão do Registro do Paraibuna foi construído na época do Brasil colônia, às margens do “Caminho Novo”, antiga via de ligação entre o litoral do Rio de Janeiro às Minas.

Os registros representavam o mecanismo de cobrança de tributos e eram utilizados para controle das atividades coloniais, constituindo-se o que seriam destinados à Coroa. Todos aqueles que percorriam a Estrada Real deveriam passar obrigatoriamente por esses Registros, portar passaporte e pagar tributos, tais como o quinto, e outros relativos ao tráfego de pessoas, mercadorias e animais. (PERMEAR, 2009b)

Figura 32 - Registro do Paraibuna, Simão Pereira



Fonte: Autora (2021).

A construção é um exemplar da arquitetura colonial, com fundação em cantaria, esquadrias de madeira e telhado com telhas de barro. O Casarão do Registro do

Paraibuna está localizado na estrada LMG – 874, antiga Estrada União Indústria, na localidade do Paraibuna. A edificação encontra-se às margens: da Antiga Estrada União e Indústria, dos trilhos da Estrada de Ferro Dom Pedro II e do Rio Paraibuna. Está localizada próximo à divisa entre os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Figura 33 - Imagem de satélite com a localização do Registro do Paraibuna



Fonte: Google Earth. Acesso em jul. de 2021.

O Casarão do Registro do Paraibuna⁶¹ é protegido por tombamento municipal, por meio do decreto nº 205/2000, que reconheceu o seu valor histórico.

Cemitério da Rocinha da Negra

O cemitério é um marco referencial do Caminho Novo, porque a fazenda, também conhecida como Rocinha da Negra, a qual ele pertence, consta nos relatos de muitos viajantes que percorreram o caminho das minas. Ela teve como primeiro proprietário, em 1709, o próprio Garcia Rodrigues Paes, responsável pela construção do caminho que ligava a Capitania de Minas Gerais ao Rio de Janeiro.

A fazenda do Cemitério da Negra também se constituiu como marco do apogeu cafeeiro na região da Zona da Mata Mineira. E o cemitério é contemplado com sepulturas de personagens importantes da história de Simão Pereira. (PERMEAR, 2009c)

⁶¹ Não foi possível ter acesso ao dossiê de tombamento. Ele não se encontrava na Biblioteca do IEPHA, quando a pesquisa ao acervo foi desenvolvida.

A capela do Cemitério da Rocinha da Negra, tem arquitetura em estilo neoclássico, e à sua frente estão as sepulturas. As sepulturas são retangulares com base em alvenaria arrematadas com gradis, trabalhados em ferro fundido.

Figura 34 - Cemitério da Rocinha da Negra, Simão Pereira



Fonte: Autora (2021).

O Cemitério da Rocinha da Negra está localizado na localidade da antiga Fazenda Cabuí, trecho do Caminho Novo da Estrada Real, na área rural, a uma distância de aproximadamente 5 km do centro de Simão Pereira. O acesso principal ao local é feito por meio da estrada LMG-874, antiga União e Indústria, e o acesso secundário é por meio de estrada de terra.

O motivo pelo qual se justifica a proteção do bem está descrito em trecho do Parecer sobre o tombamento incluído no dossiê, elaborado por especialista, que reconheceu a sua importância urbanística, arquitetônica, ambiental e histórica:

O objetivo primordial, portanto, do tombamento municipal do Conjunto Paisagístico do Cemitério da Rocinha da Negra – área de 51.124,80m² que abrange elementos urbanísticos (a localização, conformação retangular do Cemitério e suas dimensões atuais, bem como a conformação dos acessos referentes ao caminho de acesso ao mesmo, que corresponde ao trecho do Caminho Novo da Estrada Real), arquitetônicos (o Cemitério da Rocinha da Negra, com todos os elementos que o compõem), vegetais (todas as espécies até quando existirem visto que são espécies vivas e, portanto, perecíveis e renováveis³³), animais (todas as espécies que habitam a área) e históricas (relação direta do local com o fator de ocupação da região, que foi primeiramente o transporte do Ouro e, depois, a produção do café) – é preservar o espaço que é tido como um dos tesouros intocáveis do município. (PERMEAR, 2009c, p. 46)

O Parecer para Tombamento do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Simão Pereira reconheceu o seu potencial turístico, bem como a sua importância histórica, social e ambiental:

A preocupação se fundamenta no fato de, como conselheiro – e valendo-me da preocupação de todo o Conselho – estar precavendo para uma melhor estruturação do turismo local pelo fato do Município estar inserido no Circuito Turístico Caminho Novo, certificado pela Secretaria de Turismo. Por essa e inúmeras razões é que se torna necessário pensar no conjunto paisagístico Cemitério da Rocinha da Negra como forma de resguardar a riqueza histórica, social e ambiental de Simão Pereira. (PERMEAR, 2009c, p. 114)

O Cemitério da Rocinha da Negra é protegido por tombamento municipal, por meio do decreto nº 608/2009, em que é reconhecida a sua importância histórica, arquitetônica e ambiental.

4.1.1.2. Exemplos do Século XIX

Dos exemplos relacionados ao século XIX, há o “Acervo Documental da Antiga fazenda Cabuí” e “Antiga Casa da Estrada União e Indústria”; o “Portal da Fazenda Miragem”, relacionado ao período da produção cafeeira na região; o “Chafariz das Pedras”, construído para atender aos tropeiros da “Estrada União e Indústria”; as construções para atender a estrada de Ferro Dom Pedro II; a “Estação Ferroviária de Cotegipe” e a “Estação Ferroviária de Souza Aguiar”.

Acervo Documental da Antiga Fazenda Cabuí

Os documentos que compõem o acervo apresentam uma importância fundamental para o Município de Simão Pereira, pois revelam a dinâmica das transações econômicas das principais fazendas da região, especificamente, as da Fazenda Cabuí.

O acervo é um conjunto de com 76 documentos, com referência de datas do período entre os anos de 1882 e 1924, período em que a produção cafeeira na cidade começa a apontar os primeiros indicativos da crise por causa do aumento da produção no interior do estado.

Os documentos revelam as relações de compra, venda e prestação de serviços do cotidiano da Fazenda, o que viabiliza a pesquisa histórica local, regional e/ou

nacional. O Acervo Documental da Antiga Fazenda Cabuí foi doado à Secretaria Municipal de Cultura, em 10 de outubro de 2007, por Nelson Oliveira Tomaz, proprietário do edifício onde funcionava o antigo Registro do Paraibuna – que recolheu a documentação na ocasião da demolição da sede da fazenda na década de 1990. (PERMEAR, 2008)

Figura 35 e Figura 36 - Acervo documental da Antiga Fazenda Cabuí



Fonte: Autora (2021).

O Acervo Documental da Antiga Fazenda Cabuí se encontra armazenado no Espaço Cultural Simão Pereira de Sá, na Rua José Luis s/n. O motivo pelo qual se justifica a proteção está descrito no Parecer sobre Tombamento, elaborado por especialista, que reconheceu os valores histórico e social.

Pelos fatos históricos apresentados, que dizem respeito à formação do município de Simão Pereira em função da existência das fazendas de café na região, não me resta dúvidas sobre a importância fundamental que o Acervo da Fazenda do Cabuí – uma das, senão a mais próspera fazenda de café da região no século XIX juntamente com a da Rocinha da Negra – tem para a reconstituição dessa história, principalmente porque, sabe-se, são escassas as fontes primárias que deem base para a realização de pesquisas sobre a história do município e da sua gente. Somente por essa razão, já seria favorável ao tombamento do acervo. (PERMEAR, 2008, p. 53)

O arquiteto e urbanista que fez o parecer salientou ainda a importância social do acervo, uma vez que alguns documentos são promissórias e recibos da venda de sacas de café, assinados por mulheres, uma realidade incomum à época.

Em um país considerado por muitos “sem memória”, torna-se impensada a possibilidade de não se preservar as fontes primárias que nos chegam e nesse caso mais ainda, porque o conteúdo dos documentos nos permite uma análise da sociedade da época sob uma outra perspectiva. (PERMEAR, 2008, p. 53)

No Parecer para Tombamento do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Simão Pereira, é reconhecida a importância histórica, sentimental e patrimonial.

Ao ler o dociê de tombamento, foi possível obter algumas informações importantes para a história da região, das quais se pode destacar:

- Valor histórico: os documentos relatam fatos e provas de compra e venda de mercadoria do município com outras cidades da região, destacando Simão Pereira no cenário da produção local.

- Valor sentimental: existiram pessoas mais antigas que fizeram parte da história da fazenda ou descendentes dos mesmos que se sentiram parte dela ao depararem com tais evidências documentais.

- Valor patrimonial: no qual fica evidente a importância de proteção e guarda permanente para que a história do município bem como a do seu povo não se perca.

Pode-se verificar, a partir dessa doação, que tais documentos constituem-se numa base para futuras doações e participação da comunidade na conquista de mais informações que implementem a história de Simão Pereira. (PERMEAR, 2008, p. 55)

O bem é protegido por tombamento municipal, por meio do decreto nº 535/2008. Segundo o Decreto de tombamento são reconhecidos os valores histórico e cultural.

Antiga Casa da Estrada União e Indústria

A antiga Casa da Estrada União e Indústria está localizada na estrada de mesmo nome. Para compreender a forma com que se deu a sua construção, é preciso retomar ao ano de 1752, quando foi construída a primeira sede da sesmaria da Vargem, de cujo nome do proprietário - o sesmeiro Simão Pereira de Sá - originou o topônimo da cidade. Tempos depois, essas terras foram sendo divididas entre os seus herdeiros, com isso, originaram-se, na região, diversas fazendas menores.

Não se sabe ao certo o ano de sua construção, mas se acredita que a antiga Casa da Estrada União e Indústria tenha sido construída entre os anos finais do século XIX e inícios do século XX.

Construída por Luiz de Giácomo para ser a sede da sua fazenda produtora de café, ocupava uma área considerável naquela localidade. (PERMEAR, 2011)

A Antiga Casa da Estrada União e Indústria é uma construção simples, com apenas um pavimento, com esquadrias de madeira, telhado simples com quatro águas

e telha de barro. É cercada por cerca simples e por vegetação. Possui um portal de acesso para pessoas e um para veículos.

Figura 37 - Antiga Casa da Estrada União e Indústria, Simão Pereira



Fonte: Autora (2021).

Está localizada às margens da estrada LMG- 874, antiga Estrada União e Indústria, próximo ao trevo entre a LMG-874 e a Rua José Luis Caruso. A casa está a aproximadamente 1km do centro da cidade. O motivo pelo qual se justifica o tombamento está descrito no Parecer Técnico, elaborado por especialista, incluído no dossiê em que é reconhecido os valores arquitetônico e histórico:

A sua importância arquitetônica e histórica para o município onde se encontra pode ser medida pelas próprias iniciativas tomadas pela administração municipal no intuito de barrar a sua demolição para a implantação de um loteamento, e de auxiliar o próprio proprietário no resgate da relevância do antigo casarão. (PERMEAR, 2011, p. 45)

O Parecer do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Simão Pereira, elaborado, em 2010, para seu tombamento, apresentou um depoimento pessoal do Secretário de Cultura que o descreveu.

Tendo sido convidado para que fosse lá conhecer a construção por dentro, fiquei encantado com aquele casarão e percebi que era um tesouro escondido a céu aberto. Como a casa estava para ser demolida, o prefeito entrou em contato com o proprietário Sr. José Geraldo que, sensibilizado, aceitou refazer o telhado sem descaracterizá-lo, mantendo assim, a construção dentro do condomínio em que ela se encontra. Através dessa parceria entre as partes é que se resolveu recuperar esse casarão que representa para o município um pedaço de sua história, pois essa construção pertenceu à família Di Giácomo antigos proprietários da fazenda da

Vargem de importância histórica, por ocasião da passagem dos tropeiros pela região. (NASCIMENTO, 2010)

A Antiga Casa da Estrada União e Indústria é protegida por tombamento municipal, por meio do decreto nº 715 / 2010, em que são reconhecidos os valores arquitetônico, histórico e cultural.

Portal da Antiga Fazenda Miragem

O Portal da Antiga Fazenda Miragem foi construído na propriedade designada, na época, como Fazenda Velha, com a intenção de ser o marco da entrada da fazenda.

O seu primeiro proprietário, Vicente Meggiolaro, ao chegar no local e encantado com a beleza da mesma, teria dito que não se tratava de uma fazenda, mas sim de uma miragem. Dessa forma, a propriedade de Vicente Meggiolaro, no município de Simão Pereira, passou a se chamar Fazenda Miragem.

A Fazenda Miragem foi construída na primeira metade do século XX. Nesse período, era muito próspera, tinha muitas árvores frutíferas, plantação de legumes, verduras, além da criação de animais. A fazenda se transformou em condomínio “Fazendinhas Miragem”, no final do século XX; muitos dos moradores eram funcionários da fazenda. Da Fazenda Miragem de Meggiolaro restam os portais de entrada (PERMEAR, 2019a). Trata-se de um monumento composto por duas torres, com mesma altura, ornamentadas e encimadas com estátua de leão; duas colunas menores e engradamento trabalhado em ferro fundido.

Figura 38 - Portal da Antiga fazenda Miragem



Fonte: Autora (2021).

O Portal da Antiga Fazenda Miragem está localizado na Avenida Ari Macêdo, no Loteamento Fazendinhas Miragem, cujo acesso se dá pela LMG-874. O loteamento se encontra a aproximadamente 2 km da BR-040 e a mesma distância da Prefeitura de Simão Pereira, no centro da cidade.

O motivo que justifica o tombamento, incluído no dossiê, elaborado por especialista, reconheceu o valor histórico e sua importância para a memória afetiva:

[...] pode-se dizer que o “Portal de Entrada da Antiga Fazenda Miragem” é um bem material, se caracterizando como um “Monumento”, que tem representatividade imaterial pelos valores históricos referentes ao período em que havia muitas fazendas no Município e sua relação com o antigo proprietário, e a memória afetiva que se quer preservar, a personalidade que o Senhor Vicente Meggiolaro foi e representou para a cidade e pelas benfeitorias que realizou. (PERMEAR, 2019a, p. 53)

O Parecer do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Simão Pereira para seu tombamento, elaborado em 2012, reconheceu o valor histórico do bem:

O Portal da Entrada da Antiga Fazenda Miragem representou uma era da produção agrícola no município e região e sua arquitetura, por si só, já diz da relevância da fazenda no desenvolvimento local [...] dessa forma dou meu parecer favorável ao tombamento integral definitivo do bem Portal da Entrada da Antiga Fazenda Miragem com bem imóvel a ser inscrito no livro do tombo de caráter histórico. (PERMEAR, 2019a, p. 78)

O Portal da Antiga Fazenda Miragem era tombado pelo Decreto nº 877, de 21 de novembro de 2012, como Bem Imóvel.

Em 26 de novembro de 2020, a inscrição no Livro do Tombo foi cancelada. Em 2020, passou a ser protegido por tombamento municipal, por meio do decreto nº 2090 / 2020, como Bem Integrado⁶², em que são reconhecidos os valores histórico e arquitetônico.

Chafariz das Pedras

A história do Chafariz das Pedras está relacionada à construção da Estrada de Rodagem União e Indústria, pois a instalação do chafariz foi planejada para saciar a sede das tropas de muares que circulavam pela “União e Indústria”. Nessa mesma

⁶² Tudo que é fixado na arquitetura e integre o monumento, sem que possa ser retirado sem danos ao imóvel ou criando lacuna.

época, outros chafarizes foram instalados por todo o povoado, a fim de atender às necessidades dos moradores locais, uma vez que não havia infraestrutura com água encanada nas residências (PERMEAR, 2001)

Figura 39 - Chafariz das Pedras, Simão Pereira



Fonte: Autora (2021).

O Chafariz das Pedras está localizado na Rua Barão do Rio Branco, s/nº, no centro da Praça de Nossa Senhora da Glória, no centro da cidade. O chafariz está localizado na direção da fachada principal da Igreja Nossa Senhora da Glória. O motivo pelo qual se justifica o tombamento desse bem está descrito no Parecer Técnico, incluído no dossiê, elaborado por especialista, em que são reconhecidos os valores arquitetônico e histórico:

Desse período, ainda existem alguns bens culturais cuja preservação deverá ser questão prioritária para as autoridades municipais, também pelas suas características arquitetônicas, mas, principalmente, por seus aspectos históricos. Dentre eles, destacam-se o edifício conhecido como Registro do Paraibuna, o Cemitério da Rocinha e o Chafariz de Pedras localizados na Praça de N. Sra. da Glória. (PERMEAR, 2001, p. 34)

O Chafariz das Pedras⁶³ é protegido por tombamento municipal, por meio do decreto nº 232/2001, em que é reconhecido o seu valor histórico.

⁶³ Foi analisada a Complementação do Processo de Tombamento do Bem Cultural que não possui o Parecer do Conselho para o tombamento.

Estação de Cotegipe

A Estação Ferroviária de Cotegipe⁶⁴ está situada na primeira linha a ser construída pela Estrada de Ferro Dom Pedro II. O nome da Estação foi uma homenagem ao Barão de Cotegipe, João Maurício Wanderley. Ali ocorriam o embarque e o desembarque de uma série de produtos, tais como: queijo, leite, café e gado. A região onde a estação foi construída se tornou um polo comercial para fazendeiros da região. A estação funcionou até 1966. (PERMEAR, 2010a)

Figura 40 - Estação Ferroviária de Cotegipe, Simão Pereira



Fonte: Autora (2021).

A edificação térrea está implantada às margens da linha férrea e apresenta a antiga gare em cimento. A volumetria é em planta retangular e cobertura de duas águas em telhas cerâmicas, com cumeeira paralela ao alinhamento da gare. Parte do volume edificado apresenta platibanda e outra parte possui beirais. Possui ornamentação simples e esquadrias de madeira.

A Estação de Cotegipe é protegida por tombamento municipal, por meio do decreto nº 1909/2019, em que são reconhecidos os valores histórico e arquitetônico.

⁶⁴ Não foi realizado o dossiê de tombamento da Estação de Cotegipe, o seu tombamento foi aprovado em reunião do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural.

Estação de Souza Aguiar

A estação também fazia parte, da primeira linha férrea construída pela Estrada de Ferro Dom Pedro II. Foi inaugurada em 08 de novembro do ano de 1884, e recebeu passageiros até o ano de 1980, quando o transporte de passageiros neste trecho da linha deixou de existir.

Seu nome foi homenagem ao Tenente Coronel Antônio Geraldo de Souza Aguiar, oficial do exército que, inclusive, ocupou o cargo de diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil ao longo da década de 1890. (PERMEAR, 2012) A volumetria é em planta retangular e cobertura de duas águas em telhas cerâmicas, com cumeeira paralela ao alinhamento da gare. Possui simetria nas fachadas, ornamentação simples, e esquadrias de madeira.

Figura 41 - Estação de Souza Aguiar, Simão Pereira



Fonte: Autora (2021).

Está localizada na Rua Quirino Saraiva, s/n, distrito de Souza Aguiar, às margens dos trilhos da Estrada de Ferro Dom Pedro II, próxima ao Rio Paraibuna e localizada próxima ao vilarejo do distrito de Souza Aguiar.

A Estação de Souza Aguiar⁶⁵ é protegida por tombamento municipal, por meio do decreto nº 1910/2019, em que são reconhecidos os valores histórico e arquitetônico.

⁶⁵ Não foi realizado o dossiê de tombamento e o seu tombamento foi aprovado em reunião do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural.

4.1.1.3. Exemplos do Século XX

Os exemplares relacionados ao século XX foram construídos nas primeiras décadas, como, por exemplo, a Fonte de Santo Antônio, como uma forma de promover uma melhoria para o povoado; o edifício da Prefeitura Municipal de Simão Pereira e a Sede da Primeira Unidade Sanitária, que abrigaram órgãos administrativos, após a emancipação e a criação da cidade em 1963.

Fonte de Santo Antônio

A Fonte de Santo Antônio foi construída, no fim da década de 1940, quando José Pedroso Pascoa, pedreiro da localidade e devoto de Santo Antônio, se ofereceu para executar uma obra de melhorias na fonte, que até então era um poço, cuja água corria em uma bica de bambu. Foi então que a água foi encanada e edificada como uma fonte propriamente dita. (PERMEAR, 2019b)

A edificação possui uma volumetria simples, com planta retangular, fachadas simétricas, formadas por colunas de alvenaria e vedação em grades de ferro fundido e trabalhado. Possui um telhado de quatro águas e telhas cerâmicas. A Fonte de Santo Antônio está localizada na Praça de Santo Antônio, s/nº, no centro da cidade. Está aproximadamente a 150 metros da Praça Nossa Senhora da Glória e da Prefeitura Municipal de Simão Pereira.

Figura 42 - Praça de Santo Antônio, Simão Pereira



Fonte: Autora (2021).

Na justificativa para o tombamento, elaborada por especialista, reconheceu-se a importância do bem para a identidade, o pertencimento e a memória social:

A preservação proposta irá também auxiliar, de forma fundamental, na preservação, na manutenção das relações da comunidade para com o seu patrimônio, no resgate da memória e da própria festa de Santo Antônio, e, conseqüentemente, para a manutenção da sua identidade e do sentimento de pertencimento que a mesma evoca, enquanto elemento pode-se dizer estruturador do referido núcleo, sendo um importante suporte de construção da memória social.(PERMEAR, 2019b, p. 41)

A importância de se fazer o tombamento da Fonte foi discutida em reunião com participação da sociedade local. No Parecer Para Tombamento, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Simão Pereira, foram reconhecidos os valores histórico e cultural:

Assim, o tombamento desse bem imóvel representa o meio mais justo de reconhecer aquilo que o povo já reconhece - o seu valor histórico e cultural. É a maneira de permitir que todos nós tenhamos a oportunidade de nos sentirmos responsáveis por ela [...]dessa forma, dou meu parecer favorável ao tombamento integral definitivo do bem Fonte de Santo Antônio com bem imóvel a ser inscrito no livro do tomo em caráter histórico. (PERMEAR, 2019b, p. 80)

Ela é protegida por meio do decreto de tombamento municipal nº 876/2012, que reconheceu os valores histórico e cultural.

Prefeitura Municipal de Simão Pereira

A Prefeitura Municipal de Simão Pereira está localizada na praça central da cidade, a Praça de Nossa Senhora da Glória. O imóvel passou a abrigar as instalações da prefeitura desde a emancipação do município, em 30 de dezembro de 1963.

A ocupação dessa área remonta a meados do século XIX, quando houve a transferência do antigo povoado de Simão Pereira, localizado na região da Vargem, para o novo povoado, localizado na região denominada Rancharia, onde hoje se encontra a cidade (PERMEAR, 2009d)

As fachadas principal e lateral são alinhadas com as ruas. O imóvel possui uma arquitetura simples, com um pavimento e características da arquitetura colonial, como esquadrias de madeira, janelas do tipo guilhotina, cobertura e telhas de barro.

Figura 43 - Edifício da Prefeitura Municipal, Simão Pereira



Fonte: Autora (2021).

A Prefeitura Municipal de Simão Pereira está localizada na Rua Duarte de Abreu, nº 90, no centro da cidade, em frente à Praça Nossa Senhora da Glória. O motivo pelo qual se justifica o tombamento desse bem está descrito no Parecer Técnico, incluído no dossiê, elaborado por especialista, que reconheceu o bem como uma referência histórica:

A preservação do Patrimônio Cultural e, mais especificamente, do seu patrimônio arquitetônico tem levado em conta, desde, pelo menos a década de 1980, não só a sua importância enquanto manifestação arquitetônica propriamente dita mas, também, e muitas vezes principalmente, da sua importância enquanto documento histórico de uma determinada comunidade, referência concreta de sua história, um dos suportes materiais da construção de sua memória coletiva. Neste sentido, a preservação da sede da Prefeitura Municipal de Simão Pereira é não só extremamente pertinente como de fundamental importância para a construção de uma identificação histórica do cidadão simão-pereirense com seu local de vida.(PERMEAR, 2009d, p. 67)

O Parecer para Tombamento, elaborado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Simão Pereira, reconheceu os valores: histórico, arquitetônico e social do bem:

O edifício da Prefeitura Municipal faz parte da história de muitas pessoas e do lugar e, portanto, é relevante sua preservação. Além de ter sido escola, ali se tornou a primeira e única sede do município desde a emancipação em 1963. Pelo que pude observar seus valores histórico, arquitetônico e social justificam por si sua preservação por se tratar de um bem que se entrelaça com os valores e a história de um povo. Por essa e inúmeras razões é que não se pode deixar de

pensar no Edifício da Prefeitura municipal como algo que deve ser protegido e preservado em prol de todos. (PERMEAR, 2009d, p. 68)

O imóvel é protegido, por meio do decreto de tombamento municipal nº 654 / 2009, em que são reconhecidos os valores histórico, arquitetônico e cultural do bem.

Sede da Primeira Unidade Sanitária

A Sede da Primeira Unidade Sanitária foi construída por José Novelino Filho, em meados da década de 1930, em área que começou a ser ocupada no início do século XX. Desde que foram concluídas suas obras, a edificação permaneceu locada para terceiros como residência, até finais da década de 1960, quando foi adquirida pela Prefeitura Municipal de Simão Pereira, servindo, ao longo de, aproximadamente, dez anos, como sede da primeira “Unidade Sanitária” do município. (PERMEAR, 2010b)

A Sede da Primeira Unidade Sanitária é uma construção com um pavimento, telhado de duas águas, esquadrias de madeira, alpendre lateral, um muro baixo e portão de madeira. A entrada principal é pela fachada lateral.

Figura 44 - Sede da Primeira Unidade Sanitária, Simão Pereira



Fonte: Autora (2021).

A Sede da Primeira Unidade Sanitária está localizada na Rua São José, nº 121, no centro da cidade, a uma quadra de distância da Praça Nossa Senhora da Glória. O motivo pelo qual se justifica o tombamento desse imóvel está descrito no Parecer Técnico, incluído no dossiê, elaborado por especialista, que reconheceu o bem como uma referência histórica.

A preservação do referido imóvel aponta, em primeiro lugar, para a própria importância que a saúde tem para a comunidade. Em segundo lugar, esta 'Unidade Sanitária' representa, e o próprio texto do histórico nos informa isto, os primórdios da política pública da saúde em nosso país [...] (PERMEAR, 2010c, p. 65)

O Parecer do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Simão Pereira para seu tombamento, em 2010, apresentou um depoimento pessoal do Secretário de Cultura que o descreveu.

Um fato me chamou a atenção foi a existência de uma casa simples mais tão aconchegante na Rua São José, 121, que resolvi procurar algo que identificasse aquela construção no cenário de Simão Pereira e a descoberta foi, para minha surpresa, significativa no que diz respeito a importância histórica que a mesma representa para o povo de Simão Pereira. Descobri que aquela casinha simples de janelas azuis com pequenos quartos tratava-se, na verdade, a primeira Unidade Sanitária do Município, implantada por ocasião da emancipação do município em 1963. (PERMEAR, 2010c, p. 66)

A Sede da Primeira Unidade Sanitária é protegida, por meio do decreto de tombamento municipal nº 714 / 2010, que reconheceu a importância arquitetônica, histórica e cultural do bem.

Conjunto Urbano de Simão Pereira

Durante a pesquisa, foi identificado que o Conjunto Urbano de Simão Pereira, que compõe a lista de bens protegidos disponível no site do IEPHA, não é reconhecido pelo município como Patrimônio Cultural. Essa situação foi comunicada ao Secretário de Cultura.

O Secretário de Cultura constatou a existência do decreto de tombamento, nº 952/2013, que reconheceu os valores arquitetônico, histórico e cultural; a inscrição no Livro do Tombo e a ata, que menciona a possibilidade de notificação dos proprietários dos imóveis que compõem o conjunto. Porém, não foi feito dossiê para o tombamento do bem, e as notificações aos proprietários não foram encaminhadas.

Por esses motivos, não há reconhecimento da Prefeitura Municipal. O Secretário de Cultura procurou a equipe de análise do ICMS Cultural do IEPHA- MG para orientá-lo sobre o que precisa ser realizado. Ele foi orientado a retificar toda parte administrativa do processo, que inclui notificação dos proprietários; aprovação do

tombamento definitivo a ser efetivado em reunião do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural; homologação do tombamento e retificação do Livro do Tombo.

4.1.2. Reconhecido em Nível Estadual

O primeiro bem de Simão Pereira tombado em nível estadual foi a Fazenda Mundo Novo em 1989, situada na área rural e o segundo foi o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Casarão do Registro do Paraibuna, situado na localidade do Paraibuna, em 2012.

Fazenda Mundo Novo

A Fazenda Mundo Novo foi construída à margem da Estrada União e Indústria, uma iniciativa de Mariano Procópio para ligar Juiz de Fora a Petrópolis, aproveitando-se o traçado do Caminho Novo da Estrada Real para o escoamento do café. Sua localização privilegiada denota sua relevância produtiva no período. A construção da fazenda é datada de 1865, pelo Barão de São João Nepomuceno, presidente da província de Minas Gerais. Por volta do início do século XX, a fazenda passou a ser propriedade de Ormino Maia.

Figura 45 - Fazenda Mundo Novo, fachada principal, Simão Pereira;
Figura 46 - Fazenda Mundo Novo, fachada posterior, Simão Pereira



Fonte: IEPHA. Disponível em:
<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/20/bens-tombados-fazenda-mundo-novo>. Acesso em: 27 jun. 2021.

Desde sua criação até o ano de 1929, a principal atividade da Fazenda Mundo Novo era a cafeicultura, portanto, com o declínio da produção de café no país, aos poucos a fazenda foi se transformando em uma importante produtora de leite; atividade preservada até os dias atuais.

Datada de 1865, a construção do casarão buscou evidenciar a riqueza e o poder dos chamados barões do café mineiros, sendo um exemplar arquitetônico do período de ascensão da economia cafeeira no estado. Diferentemente da rusticidade dos casarões sede das fazendas do século XVIII, as casas sede das fazendas cafeeiras eram construídas de maneira mais planejada, inclusive com a contratação de construtores europeus, e ostentavam grande apuro ornamental. (IEPHA, [s.d.])

A Fazenda Mundo Novo está localizada na área rural de Simão Pereira, com seu acesso pela LMG-874, trecho da Antiga Estrada União e Indústria. Está localizada aproximadamente a 6 km do centro da cidade, a 3 km do distrito de Cotegipe e a menos de 1km da BR040.

É protegida, em nível estadual, pelo decreto de tombamento decreto n ° 29.399, de 21 de abril de 1989 e inscrita no “Livro do Tombo I - Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico”, “Livro do Tombo II - Belas Artes” e “Livro do Tombo III – Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos”.:

O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Casarão do Registro do Paraibuna

O casarão do Registro do Paraibuna é tombado, em nível municipal, conforme apresentado neste capítulo. O conjunto arquitetônico e paisagístico compreende, além do Casarão do Registro do Paraibuna, a Ponte Presidente Antônio Carlos, obra construída em madeira com base de pedra; a estação de mudas da Estrada União e Indústria e trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II, com a Estação Ferroviária de Paraibuna.

Mapa 15 - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Casarão do Registro do Paraibuna



Fonte: Autora (2021),

Figura 47 - Visada 1; figura 48 - Visada 2



Fonte (Figura 47): Disponível em:

http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/paraibuna.htm. Acesso em: 08 mai.2022.

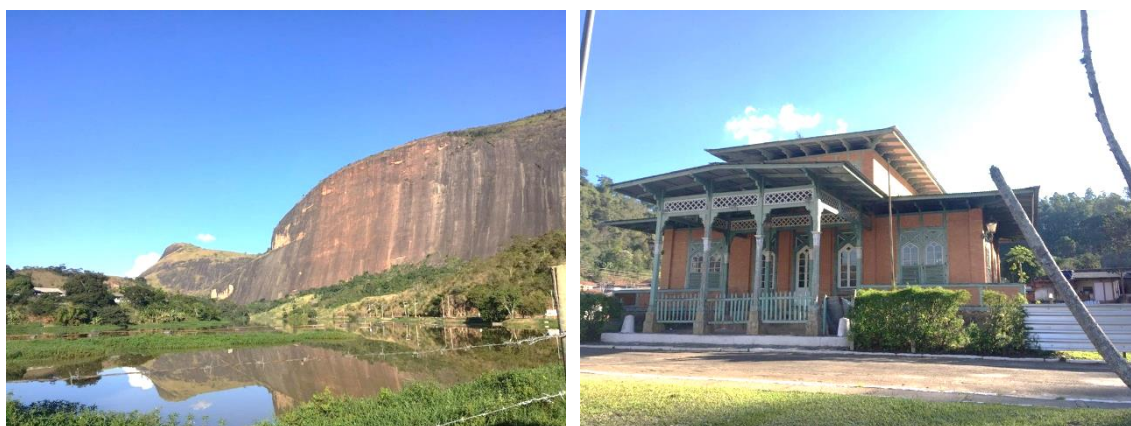
Fonte (Figura 48): Disponível em:

<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/63/bens-tombados-casar%C3%A3o-do-registro-do-paraibuna>. Acesso em: 08 mai.2022.

Na Figura 47, é possível visualizar a Estrada de Ferro Dom Pedro II e a Estação Ferroviária do Paraibuna, em primeiro plano, e, em segundo plano, o Casarão do Registro do Paraibuna. Na Figura 48, é possível visualizar a Ponte Presidente Antônio Carlos sobre o rio Paraibuna, onde está a divisa entre os estados de Minas Gerais e de Rio de Janeiro. Em segundo plano, o Casarão do Registro do Paraibuna.

Na Figura 49, é possível visualizar o Rio Paraibuna, em primeiro plano, e a Pedra do Paraibuna, em segundo plano. Na Figura 50, é possível visualizar a Estação de Muda da antiga Estrada União e Indústria, à margem da própria estrada. Ambas as figuras são da cidade de Levy Gasparian, no estado do Rio de Janeiro.

Figura 49 - Visada 3; Figura 50 - Visada 4



Fonte (Figuras 49 e 50): Autora (2021).

O tombamento estadual do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Casarão do Registro do Paraibuna foi aprovado pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – CONEP, em 12 de março de 2012. Dessa forma, foi determinada sua inscrição no Livro de Tombo nº I, do tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; no Livro de Tombo nº II, do tombo de Belas Artes e no Livro de Tombo nº III, do tombo Histórico, das obras de Artes Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos.

4.2. O Patrimônio Imaterial em Simão Pereira

O acervo do Patrimônio Imaterial de Matias Barbosa é composto por: “Festa de Nossa Senhora da Glória, registrado em nível municipal, e “Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira”, registrado em nível federal.

Festa de Nossa Senhora da Glória

A Festa de Nossa Senhora da Glória é uma celebração de origem europeia e chegou ao Brasil, por meio da colonização portuguesa, espalhando-se assim por todo o território nacional.(PERMEAR, 2009a, p. 32)

A Festa de Nossa Senhora da Glória é registrada como bem imaterial da categoria das Celebrações e está relacionada à religiosidade, visto que Nossa Senhora da Glória é a padroeira de Simão Pereira.

Pode-se dizer que a história da festa de Nossa Senhora da Glória na região se confunde com a história da fazenda primitiva Simão Pereira de Sá. Nesta propriedade foi criada, em 1718, a freguesia de Nossa Senhora da Glória. Mais tarde, em 1752, esta freguesia passou a ser coletiva. Mais de um século depois, em 1858, a paróquia foi transferida para um novo local, que viria a ser chamado de São Pedro de Alcântara, hoje Simão Pereira. (PERMEAR, 2009a, p. 32)

A festa ocorre anualmente no mês de agosto, no final de semana próximo ao dia 15, dia de Nossa Senhora da Glória. Nas ruas laterais à Praça e à Igreja Nossa Senhora da Glória, são realizadas a montagem de barracas e a procissão.

A procissão não segue um trajeto fixo, geralmente percorre as ruas próximas à praça. A área onde acontece a Festa de Nossa Senhora da Glória corresponde à área central da zona urbana do município de Simão Pereira. Essa área engloba: a Praça Nossa Senhora da Glória; a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Glória e seu entorno imediato.

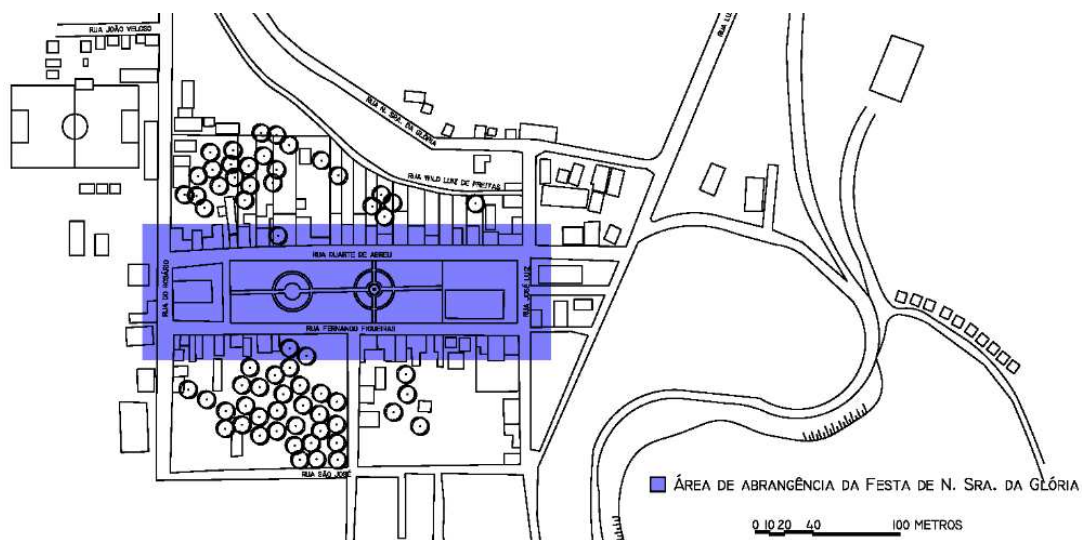
Figura 51 - Entorno imediato da Praça Nossa Senhora da Glória

Figura 52 - Entorno imediato da Igreja Nossa Senhora da Glória



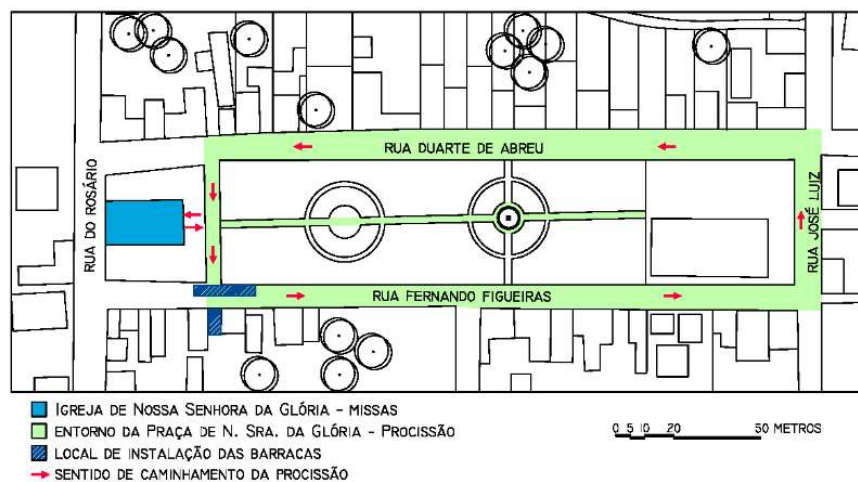
Fonte: Autora (2021).

Figura 53 - Mancha de ocorrência da Festa de Nossa Senhora da Glória



Fonte: PERMEAR, 2009a.

Figura 54 - Trajeto da procissão da Festa Nossa Senhora da Glória.



Fonte: PERMEAR, 2009a.

A área “[...] é identificada como o núcleo de povoação do distrito, já que é onde os antigos fazendeiros da região começaram a construir suas residências, propiciando a abertura das principais ruas da cidade.” (PERMEAR, 2009a, p. 46)

A escassez de estrutura e de apoio financeiro são os motivos que colocam em risco a ocorrência da Festa de Nossa Senhora da Glória. “Nesse contexto, destaca-se a atuação de Conselho de Patrimônio de Simão Pereira, que identificou esses fatores e, na intenção de salvaguardar essa tradição, teve a iniciativa de propor a proteção da festa.”(PERMEAR, 2009a, p. 7)

“A Festa de Nossa Senhora da Glória foi o bem cultural escolhido porque, além de pertencer ao cotidiano da população, está intimamente ligado à história da formação social e religiosa do Município.” (PERMEAR, 2009a, p. 8) Justifica-se a sua importância para a preservação das tradições religiosas não só do município de Simão Pereira, como também da região.

O motivo pelo qual se justifica o tombamento desse bem imaterial está descrito no Parecer Técnico, que reconheceu a importância da preservação de da festa local e reconheceu os valores histórico, cultural, artístico e religioso.

Em primeiro lugar, para preservá-la nas suas especificidades, que auxiliam na identificação cultural do simão-pereirense. Em segundo lugar, mas não menos importante, para, ao reconhecer a sua importância cultural ajudar na sua revitalização, visto que, infelizmente, a dinâmica social própria da nossa época provoca o desgaste das práticas tradicionais se não soubermos preservá-las adequadamente. Neste sentido, reforço a importância de se registrar esta tão importante manifestação do povo de Simão Pereira. (PERMEAR, 2009a, p. 57)

É protegida, por meio do decreto municipal nº 655, de 30 de dezembro de 2009, que reconheceu o seu valor histórico, cultural, artístico e religioso.

Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira

Em Minas Gerais, diversas cidades pontuam no Programa ICMS Cultural por causa da Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira, registrados em nível federal. Para incluir da Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira como patrimônio do município, os capoeiristas devem se cadastrar no Portal da Capoeira, disponível no site do IPHAN.

4.3. Análise sobre o Patrimônio Cultural de Simão Pereira.

O levantamento sobre os bens culturais de Simão Pereira foi necessário para a compreensão dos bens reconhecidos como patrimônio na cidade. Assim como o que ocorre em Matias Barbosa, é visível a relação desses bens com a formação territorial da cidade. Essa relação confirma que a região possui uma identidade territorial.

O bem cultural relacionado com os principais caminhos formadores do território é o “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Casarão do Registro do Paraibuna”, tombado em nível estadual, em que estão presentes: o Rio Paraibuna; o trecho do antigo Caminho Novo e Estrada Real; o “Casarão do Registro do Paraibuna”, posto fiscal de cobrança do ouro, durante o período colonial; o trecho da antiga Estrada União e Indústria; a estação de diligência, localizada em Monte Serrat, no estado do Rio de Janeiro; a linha férrea da antiga Estrada Dom Pedro II e a estação ferroviária do Paraibuna.

O patrimônio material de Simão Pereira forma um conjunto heterogêneo quanto à questão estilística, posto que as edificações foram construídas em períodos e por motivos diferentes. Gira em torno de exemplares da arquitetura colonial e eclética. A maioria dos bens tombados apresentam um bom estado de conservação, o que representa o zelo que a Prefeitura Municipal tem com a cidade.

A maior parte dos bens tombados da cidade são públicos e estão espalhados no território. Esse distanciamento é refletido na relação que com que os moradores têm com o Patrimônio Cultural. Os moradores da área central não convivem com o trem, porque ele passa na área urbana, nem com as estações ferroviárias; ao mesmo tempo em que as pessoas que vivem nos distritos pouco se relacionam com a vida cotidiana do centro de Simão Pereira.

O patrimônio imaterial de Simão Pereira, especialmente a “Festa de Nossa Senhora da Glória”, faz parte da vida dos moradores, porque é uma tradição que acontece anualmente na Praça Central da cidade. A “Roda de Capoeira” não é uma apresentação tão presente na vida dos moradores. Essa questão será apresentada mais adiante, no Capítulo 6, em que serão apresentadas suas narrativas.

O acervo dos bens culturais de Simão Pereira, assim como os de Matias Barbosa, podem ser bem explorados como atrativo turístico, cultural e econômico. Ambos fazem parte do Circuito Turístico da Estrada Real. Como disse MARQUES (2009), alguns municípios ficam aguardando ações de terceiros para se desenvolverem; participam apenas nominalmente do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real. Isso acontece porque esses municípios não reconhecem o potencial que possuem. Entretanto esta pesquisa mostra que eles possuem sim um rico acervo a ser explorado.

O processo de patrimonialização, em Simão Pereira, também está relacionado à sua participação no Programa ICMS Cultural, que reflete no repasse financeiro anual para o município.

4.4. O processo de patrimonialização em Simão Pereira

O processo de patrimonialização, em Simão Pereira, iniciou, no final da década de 1980, quando a “Fazenda Mundo Novo” foi tombada, em nível estadual, por meio do Decreto 29.399/1999.

Quadro 15 - Decretos de tombamento e Localização dos bens tombados de Simão Pereira

Município: SIMÃO PEREIRA				
	Denominação do bem	Tombamento Municipal		Localização
		Decreto	Ano	
Material	Acervo documental da antiga Fazenda Cabui	535	2008	Sede
	Casarão do Registro do Paraibuna	205	2000	Localidade do Paraibuna
	Chafariz das Pedras	232	2001	Sede
	Conjunto Paisagístico do Cemitério da Rocinha da Negra	608	2009	Área Rural
	Conjunto Urbano de Simão Pereira	952	2013	Sede
	Estação Ferroviária de Cotegipe	1909	2019	Distrito de Cotegipe
	Estação Ferroviária de Souza Aguiar	1910	2019	Distrito de Souza Aguiar
	Fonte de Santo Antônio	876	2012	Sede
	Prefeitura Municipal	654	2009	Sede
	Portal de Entrada da Antiga Fazenda Miragem	2090	2020	Área Rural
	Residência Antiga Estrada União Indústria	715	2010	Área Rural
	Sede da Primeira Unidade Sanitária	714	2010	Sede
	Denominação do bem	Tombamento Estadual		Localização
		Decreto	Ano	
Material	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Casarão do Registro do Paraibuna	*	2012	Localidade do Paraibuna
	Fazenda Mundo Novo e respectiva área de terreno	29.399	1989	Área Rural

Fonte: Autora (2022).

Os processos de tombamento municipais foram iniciados algumas décadas depois, no ano 2000, quando o “Casarão do Registro do Paraibuna” foi protegido legalmente. Os tombamentos foram efetivados no período de dez anos, entre 2000 e

2020. O Quadro 15 abaixo apresenta informações sobre os bens culturais que são protegidos, tais como: os Decretos de tombamento; o ano de tombamento e a localização.

Conforme apresentado no Quadro 15, a maior parte dos bens tombados encontram-se no distrito-sede de Simão Pereira. Em segundo lugar, estão os localizados na zona rural. Os outros estão distribuídos no território: um na localidade do Paraibuna, um no distrito de Cotegipe e um no distrito de Souza Aguiar.

O “Casarão do Registro do Paraibuna” foi o primeiro bem protegido, em nível municipal, no ano 2000. No ano seguinte, foi tombado o “Chafariz das Pedras”.

Sete anos depois, em 2008, foi tombado o “Acervo Documental da Antiga Fazenda Cabuí”. No ano seguinte, foram tombados o “Conjunto Paisagístico do Cemitério Rocinha da Negra” e o “Prédio da Prefeitura”.

Em 2010, foram tombadas a “Residência da Antiga Estrada União e Indústria” e a “Sede da Primeira Unidade Sanitizaria”. Em 2012, foi a “Fonte de Santo Antônio” e o tombamento estadual do “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Casarão do Registro do Paraibuna”.

Em 2013, o “Conjunto Urbano de Simão Pereira” foi decretado como tombado, mas o processo não foi adiante, como mencionado anteriormente, e a ação não foi efetivada.

Em 2019, foram tombadas as estações ferroviárias de Cotegipe e de Souza Aguiar, sem dossiê de tombamento. O último bem tombado foi o “Portal da Entrada da Antiga Fazenda Miragem”.

A Festa de Nossa Senhora da Glória, que é registrada como patrimônio imaterial, acontece no distrito-sede de Simão Pereira e foi registrada no ano de 2009.

O município de Simão Pereira começou a pontuar no Programa ICMS Cultural em 2004. Deduz-se que a iniciativa de ingressar no Programa tenha estimulado ações para promover os outros bens culturais ao tombamento e ao registro.

A Prefeitura Municipal de Simão Pereira contrata escritório especializado⁶⁶ para desenvolver os documentos para o ICMS Cultural, o que incluem os dossiês de tombamento.

O município contrata os dossiês de acordo com o orçamento anual disponível. Existem outros imóveis que possuem o potencial de tombamento e de registro, mas a questão financeira limita as ações para a proteção legal dos bens culturais.

Nos documentos analisados dos dossiês de tombamento, foram observados que o valor histórico é sempre citado nos Pareceres Técnicos do Conselho e no Decreto de Tombamento.

O valor arquitetônico também é bastante reconhecido. O valor cultural é pouco reconhecido e, quando citado, aparece de forma generalizada, sem indicação do motivo.

Nos documentos referentes ao dossiê de tombamento do “Conjunto Paisagístico do Cemitério da Rocinha da Negra”, aparecem o reconhecimento do valor ambiental, entre outros, por se tratar de uma localidade com uma paisagem natural e por ter pertencido a uma das fazendas mais importantes da região, a Fazenda Cabuí.

Os valores de identidade, pertencimento, memória social e afetiva aparecem apenas em alguns nos Pareceres Técnicos, desenvolvidos por membro da equipe do PERMEAR.

Pode-se considerar que, nesses casos específicos, houve um olhar atento do analista às referências imateriais do bem. A maior parte dos dossiês dos bens tombados e registrados foram desenvolvidos por técnicos especializados, da equipe do PERMEAR, de Juiz de Fora.

O Quadro 16 apresenta os valores que cada sujeito que participou do processo de patrimonialização atribuiu aos bens.

⁶⁶ A Prefeitura de Matias Barbosa também contrata escritórios especializados para a execução dos documentos que são anualmente encaminhados ao IEPHA-MG.

Quadro 16 - Valores atribuídos ao Patrimônio Material de Simão Pereira

Patrimônio Material			
Bem material	Parecer Técnico	Parecer do Conselho	Decreto de Tombamento
Acervo documental da antiga Fazenda Cabui	histórico e social	histórico, sentimental e patrimonial.	histórico e cultural
Casarão do Registro do Paraibuna	*	*	histórico
Chafariz das Pedras	arquitetônico e histórico	*	*
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Casarão do Registro do Paraibuna	*	*	*
Conjunto Paisagístico do Cemitério da Rocinha da Negra	urbanístico, arquitetônico, ambiental e histórico	Potencial turístico, histórico, social e ambiental .	histórico, arquitetônico e ambiental
Conjunto Urbano de Simão Pereira	*	*	*
Estação Ferroviária de Cotegipe	*	*	histórico e arquitetônico
Estação Ferroviária de Souza Aguiar	*	*	histórico e arquitetônico
Fazenda Mundo Novo e respectiva área de terreno	*	*	*
Fonte de Santo Antônio	identidade, pertencimento e memória social	histórico e cultural	histórico e cultural
Prefeitura Municipal	referência histórica	histórico, arquitetônico e social	histórico, arquitetônico e cultural
Portal de Entrada da Antiga Fazenda Miragem	histórico e de memória afetiva	histórico	histórico e arquitetônico
Residência Antiga Estrada União Indústria	arquitetônico e histórico	*	arquitetônico, histórico e cultural
Sede da Primeira Unidade Sanitária	*	*	arquitetônico, histórico e cultural

Fonte: Autora (2022).

O Quadro 17 apresenta os valores atribuídos ao patrimônio imaterial de Simão Pereira.

Quadro 17 - Valores atribuídos ao Patrimônio Imaterial de Simão Pereira

Patrimônio Imaterial			
Bem imaterial	Parecer Técnico	Parecer do Conselho	Decreto de Registro
Festa de Nossa Senhora da Glória	Referencia cultural (práticas tradicionais)	*	histórico, cultural, artístico e religioso.
Roda de Capoeira e Ofício de Mestre de capoeira	*	*	prática de sociabilidade, prática cultural e estratégia identitária.

Fonte: Autora (2022).

No dossiê de registro da “Festa de Nossa Senhora da Glória”, a celebração é descrita como uma referência cultural pelo Parecer Técnico e, no seu Decreto de Tombamento, são reconhecidos os valores: artístico, cultural, religioso e histórico. Quanto à “Roda de Capoeira e Ofício do Mestre de Capoeira”, registrado como patrimônio, em nível nacional, os valores de prática de sociabilidade, de prática cultural e de estratégia identitária são reconhecidos.

Os sujeitos que participaram dos processos de patrimonialização de Simão Pereira são: os Conselheiros Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural e os técnicos especializados que desenvolveram os dossiês para a proteção legal do bem cultural.

Também não houve participação popular na definição dos bens que representam a sua identidade e a sua memória. Por meio das atas do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural, foi possível identificar que a indicação ao tombamento e ao registro dos bens fora realizada, na maioria das vezes, por um membro do Conselho, ou fora definida por meio de votação entre todos os membros. Primeiramente, apresentava-se a necessidade de se tombarem ou de registrar algum bem cultural, a partir disso, era decidido qual bem seria protegido.

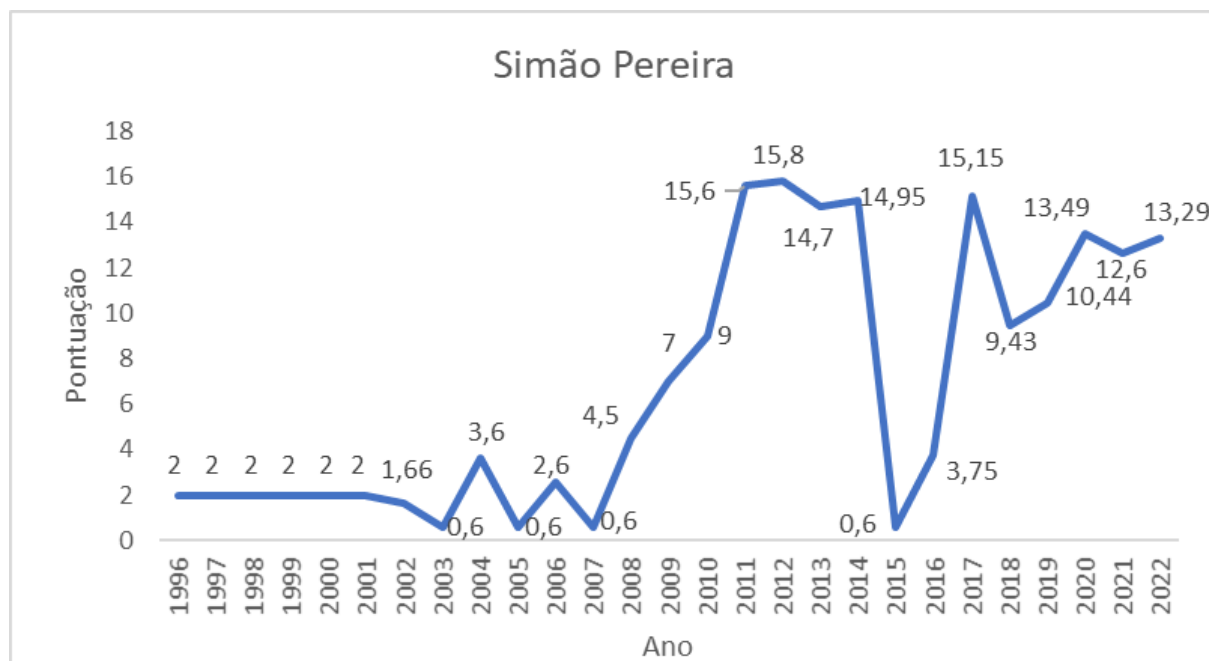
Percebeu-se que a intenção de promover a proteção do imóvel, na maioria das vezes, esteve relacionada com a intenção de aumentar a pontuação no Programa ICM Cultural. Essa intenção não é diferente do que ocorre em Matias Barbosa.

4.5. A Participação de Simão Pereira no Programa ICMS Cultural

Para compreender a participação do município de Simão Pereira, no Programa, foi realizado um gráfico, tomando como base as tabelas de pontuação do exercício de 1996 até o exercício 2021, disponíveis na página do IEPHA-MG. O Gráfico 4 apresenta os dados obtidos.

O Gráfico 4 apresenta que no período entre os anos de 1996 e 2001, a pontuação era de 2 pontos, assim como em Matias Barbosa e na maioria das cidades mineiras.

Gráfico 4 - Pontuação no Programa ICMS Cultural – Simão Pereira



Fonte: Tabelas de pontuação: do exercício de 1996 até 2022. Instituto Estadual Do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA, [s.d.]). Acesso em: 12 mai. 2022. Adaptado pela autora (2022)

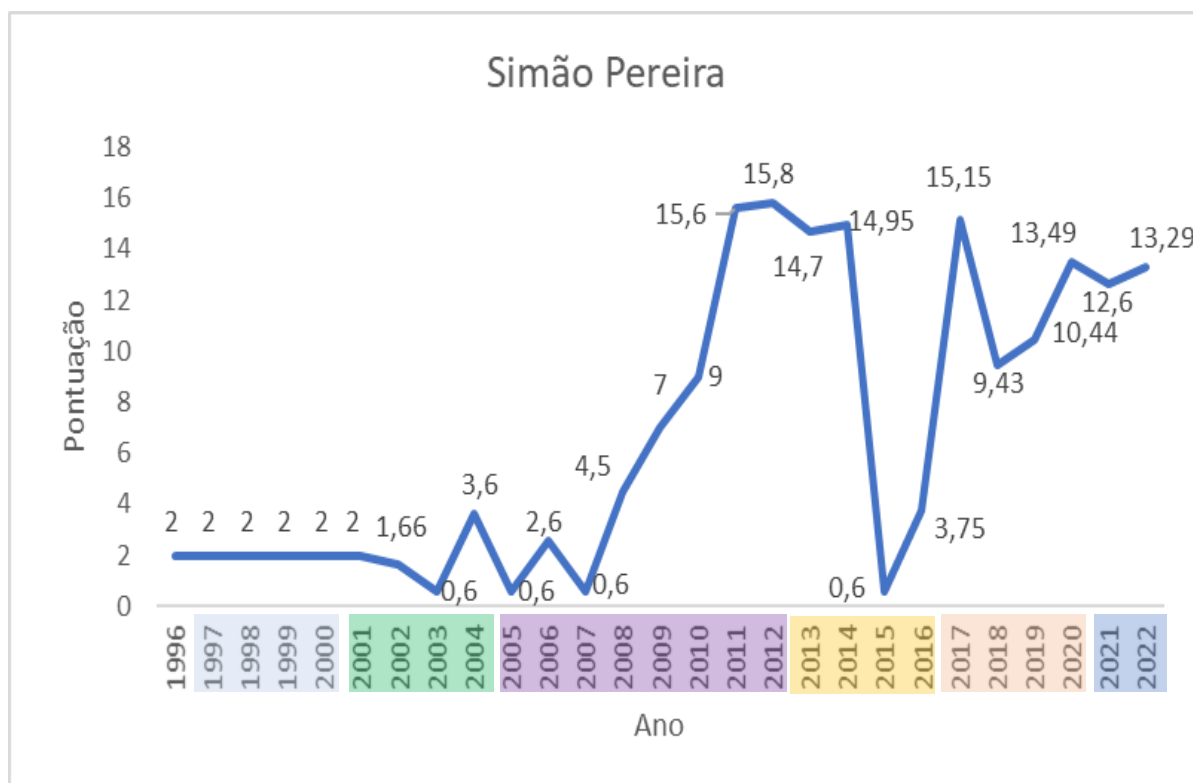
Sobre o Gráfico 4, percebe-se que, no ano de 2002, a pontuação no Programa baixou de 2 pontos para 1,66. Esse fato ocorreu porque houve alteração na Resolução. No ano seguinte, diminuiu para 0,60, assim como na maioria dos municípios, uma vez que a Resolução sofreu alterações.

Percebe-se que, entre 2003 e 200, houve uma oscilação, em que ora a pontuação é 0,60, ora aumenta, ora diminui novamente.

O Gráfico 4 revela uma inconstância na pontuação anual obtida pelo município, mostrando que, em alguns anos (2003, 2005, 2007 e 2015), a pontuação ficou quase nula (0,6). Teve um aumento significativo no período de 2007 até 2012, época em que teve a maior pontuação (15,8).

Após esse período de crescimento, houve uma queda brusca na pontuação, chegando a quase 0 em 2015. A partir de 2016, houve um novo crescimento, razoável no ano seguinte, e significativo em 2017. Nos últimos quatro anos, a pontuação está por volta de 10, mas tem oscilado ano a ano, para mais ou para menos.

Gráfico 5 - Mandatos dos prefeitos Municipais e a Pontuação no ICMS Cultural



Legenda:

Prefeito 1 Prefeito 2 Prefeito 3 Prefeito 4 Prefeito 5 Prefeito 6

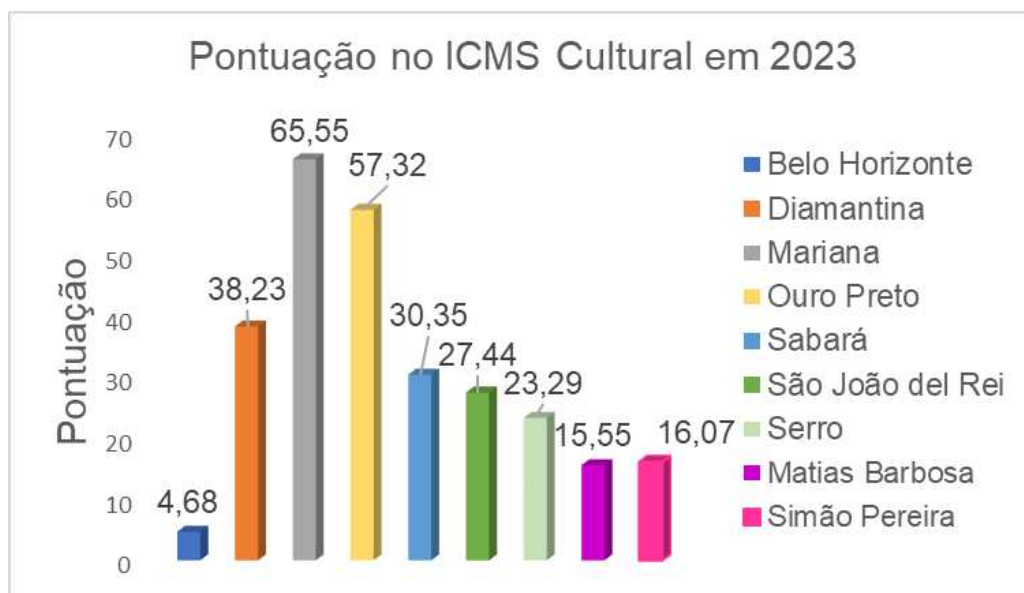
Fonte: Tabelas de pontuação: do exercício de 1996 até 2022. Instituto Estadual Do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA, [s.d.]). Acesso em: 12 mai. 2022. Adaptado pela autora (2022)

Conforme o Gráfico 5, durante o mandato do “Prefeito 1”, não houve apresentação para promover a pontuação no Programa. No mandato do “Prefeito 2”, houve algumas alterações, mas nada significativo. No mandato do “Prefeito 3”, houve um aumento significativo e gradual na pontuação do ICMS Cultural. No mandato do “Prefeito 4”, que assumiu a administração municipal na sequência, houve uma queda brusca na pontuação, no ano de 2014, mas depois recuperou. Nos mandatos do “Prefeito 5” e do “Prefeito 6”, a pontuação oscilou bastante, o que demonstra que a preocupação dos administradores públicos com a preservação do Patrimônio Cultural não é constante, assim como as ações para promoverem a proteção e a divulgação.

Como em Matias Barbosa, a pontuação no ICMS Cultural de Simão Pereira pode ser melhor, já que existem muitos bens culturais que podem ainda ser tombados e registrados. Os dois municípios possuem um acervo muito rico a ser explorado para ações de educação Patrimonial, para a criação de corredores culturais, atuando de

forma mais significativa no Circuito Estrada Real do qual fazem parte. O Gráfico 6 apresenta a pontuação do último ano do ICMS Cultural.

Gráfico 6 - Pontuação no ICMS Cultural - Exercício 2022



Fonte: Tabela de pontuação: do exercício 2022. Instituto Estadual Do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA, [s.d.]). Acesso em: 12 mai. 2022. Adaptado pela autora (2022)

Segundo o Gráfico 6, a capital mineira apresentou a menor pontuação (4,68), inferior ao início de sua participação no Programa e inferior também às pontuações de Matias Barbosa (15,55) e de Simão Pereira (16,07). Mariana (65,55) obteve a maior pontuação, o que significa que destas cidades, é a que recebe o maior valor do recurso do ICMS Cultural; em segundo lugar, Ouro Preto (57,32). Observa-se que Matias Barbosa e Simão Pereira apresentaram uma pontuação relevante, o que significa que têm recebido recursos para incentivar a preservação do seu Patrimônio Cultural.

Considera-se que as cidades que possuem herança colonial continuam pontuando de forma significativa. Porém, a democratização do Programa ICMS Cultural, tem possibilitado e incentivado os municípios de Minas Gerais a preservar seu Patrimônio Cultural.

Neste capítulo foram apresentados os principais sujeitos e suas narrativas para o tombamento e registro dos bens culturais de Simão Pereira. Observou-se que não houve abertura para a participação popular na definição dos bens que representam a identidade e a memória da cidade. No Capítulo 6, serão apresentadas as narrativas dos moradores a respeito do que é protegido como Patrimônio Cultural. Em alguns

dossiês de tombamento foram encontrados poemas e trechos de poemas sobre alguns bens tombados, de autoria de um morador da cidade, estes se encontram nos anexos deste trabalho.

CAPÍTULO 5: A POPULAÇÃO DE MATIAS BARBOSA E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL

O processo de amostragem adotado para as entrevistas é conhecido como “bola de neve”. Inicialmente, foram consultados os informantes-chave, com o objetivo de identificar entrevistados que possuem o perfil necessário para a pesquisa.

Em Matias Barbosa, os primeiros entrevistados foram indicados pelo Secretário de Cultura, e, em Simão Pereira, pelo Secretário de Turismo. Ambos atuam como coordenadores do ICMS Cultural de seus municípios. Após identificadas as pessoas a serem entrevistadas, estas foram contactadas, e as entrevistas foram realizadas; algumas de forma presencial e outras de forma remota.

O objetivo desta etapa da pesquisa é compreender: como os entrevistados se relacionam com o município, quanto tempo residem ou residiram na cidade; se conhecem os bens culturais; se estes apresentam alguma importância para eles e para a cidade; se existe algum bem material e imaterial que não é protegido e que os entrevistados consideram importante; se os entrevistados costumam participar das manifestações culturais e de quais participam; se existe alguma manifestação que ainda não é protegida e que eles consideram importante; o que os entrevistados consideram que deve ser feito para preservar o patrimônio do município e como eles podem contribuir para que aconteça; se os entrevistados sabem da existência do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural e, se sabem, qual é a função deste órgão; se já participaram de alguma audiência ou de reunião pública, ou se já foram consultados sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural; bem como se já participaram de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”.

As entrevistas foram necessárias para compreender: como parcela da população se relaciona com o que é protegido; quais são os bens que apresentam uma relevância, e o porquê; o que é importante e que ainda não recebeu reconhecimento e proteção; e como participam das questões relacionadas ao patrimônio em seu município.

As entrevistas foram gravadas e transcritas. As transcrições de todas elas encontram-se nos Anexos.

Além disso, buscou-se em almanaques, cartões postais e em outros meios, identificar como os bens culturais são divulgados nos municípios de Matias Barbosa e de Simão Pereira.

O processo de entrevista iniciou com os dados dos entrevistados: nome, idade, profissão e escolaridade. A primeira pergunta foi sobre há quanto tempo a pessoa vivia no município. No Quadro 18, estão apresentados os perfis dos entrevistados de Matias Barbosa.

Quadro 18 - Perfil dos entrevistados de Matias Barbosa

Município: Matias Barbosa				
	Idade	Mora na cidade há quantos anos?	Profissão	Escolaridade
Entrevistado 1	64 anos	Não mora, mas é nascido e viveu até os 22 anos de idade	Professor aposentado	Doutorado em Arquitetura
Entrevistado 2	43 anos	43 anos	Museóloga	Ensino superior completo em Museologia
Entrevistado 3	53 anos	Há 46 anos	Empresário e jornalista	Ensino superior completo em Jornalismo
Entrevistado 4	44 anos	Mora em Juiz de Fora e trabalha em Matias Barbosa	Auxiliar administrativo na Prefeitura, atua na Biblioteca Municipal	Ensino superior completo em Jornalismo
Entrevistado 5	48 anos	48 anos	Artesão e Presidente da Associação dos Artesãos	Curso técnico em Administração
Entrevistado 6	53 anos	Há 33 anos	Secretário de turismo de Simão Pereira	Ensino superior completo em Pedagogia
Entrevistado 7	35 anos	35 anos	Secretário de Cultura de Simão Pereira	Ensino superior incompleto
Entrevistado 8	52 anos	52 anos	Comerciante e ex-vereador de Matias Barbosa	Ensino superior em Nutrição incompleto
Entrevistado 9	42 anos	Há 19 anos	Pedreiro e artesão (confecciona instrumentos de percussão), capoeirista e professor de capoeira	Ensino fundamental incompleto
Entrevistado 10	44 anos	Há 20 anos	Professor da educação básica e atua no Conselho do Patrimônio Cultural da cidade	Ensino superior completo em História

Fonte: Autora (2022).

Todos os entrevistados são adultos, com mais de trinta e cinco anos. A maior parte deles morou em Matias Barbosa a vida inteira. Todos moram em Matias Barbosa há mais de dezenove anos - com exceção dos "Entrevistado 1 (E1)", que não mora atualmente, mas nasceu e viveu durante vinte e dois anos na cidade; e do

“Entrevistado 5 (E5)”, que mora em Juiz de Fora e trabalha em Matias Barbosa, há quase dez anos.

As percepções do “E1” e do “E5” são diferentes das dos moradores que estão lá a vida inteira ou dos que moram há bastante tempo na cidade. O “E1” é nascido na cidade e é ex-morador, já não vive mais o cotidiano do lugar, mas possui memórias afetivas relacionadas à sua infância e adolescência.

O “E5” é um não morador, mas é funcionário do município, convive com o dia a dia do lugar. Sua relação com a cidade está relacionada ao seu trabalho. A maior parte dos entrevistados possui ensino superior completo, profissões diversas, mas relacionadas à questão cultural, ou à educação.

O “Entrevistado 7 (E7)” e “Entrevistado 8 (E8)” são moradores de Matias Barbosa, mas são funcionários da Prefeitura de Simão Pereira; ambos atuam nas secretarias do município. A proximidade entre Matias Barbosa e Simão Pereira permite esse tipo de relação profissional, como a que ocorre com esses entrevistados.

5.1. Conhecimento sobre os bens culturais de Matias Barbosa:

A segunda pergunta do roteiro é: “Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum(s)?”. A intenção é identificar quais são os bens mais citados.

A maior parte dos bens citados são materiais. A Capela da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo foi citada por todos os entrevistados, tendo sido, na maioria das repostas, o primeiro bem citado.

Em algumas vezes, é designada como “igrejinha”, “capelinha” ou “Capela do Rosário”. Percebe-se que há uma forma afetiva de designar a construção. Existe uma memória afetiva em relação a ela. Essa relação e outras podem ser identificadas no Quadro 19.

Quadro 19 - Bens materiais de Matias Barbosa citados em entrevista

Município: Matias Barbosa										
Denominação do bem material	Entrevistado									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Busto de Getúlio Vargas										
Capela da Fazenda de N. Sra. da Conceição do Registro do Caminho Novo (Igrejinha ou Capela do Rosário)										
Cemitério Municipal de Matias Barbosa										
Chafariz em Pedra Sabão										
Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro										
Laboratório de Biologia Veterinária										
Painel de Azulejo										
Ponte da Liberdade (Ponte do Arco)										
Prédio da Cadeia Pública										
Prédio da CAMIG										
Prédio da Prefeitura Municipal de Matias Barbosa										
Relógio de Sol em Pedra Sabão										
Sede do Prédio da CEMIG										
Túmulo do Dr. Joaquim Eloy de Andrade										
Túmulo de José Cardoso Saraiva										

Fonte: Autora (2022).

O “E1” falou sobre a restauração da Capela e sobre a descoberta de um cemitério em seu interior:

Eu sei da Capela do Rosário, né? Essa capela foi tombada, salve engano, na década de sessenta... Foi um trabalho de um antigo professor meu que você já deve ter escutado o nome dele - João Batista Garcia Neto. [...] ele batalhou primeiro para que a capela fosse restaurada, porque ela tava caindo. Foi quando se descobriu o cemitério no interior, que era comum, né? Encontraram várias ossadas, né? Quando desmontaram o piso, e ela foi totalmente restaurada naquela época. Ele acabou recebendo a comenda lá em Ouro Preto, né? Ele era um comendador [...] (E1, 2022)

O “E5” falou sobre o pouso de Tiradentes no interior da Capela. Não há evidências, nem registros que comprovem que de fato ocorreu essa passagem, mas ela está no imaginário dos moradores. Esta questão vai ao encontro do que é abordado por Candau (2014) de que os vestígios, as relíquias, os testemunhos, e as impressões funcionam como um reservatório que alimentam ficções sobre o passado.

Além disso, foi falado na entrevista sobre os túneis que existem no subsolo da Capela, outro assunto que é sempre abordado.

[...] tem a história da igrejinha, que o Tiradentes passou uma noite aqui, entendeu? Então, assim, né? Poxa, ele veio passar em Matias Barbosa uma das últimas noites dele vivo? Então, assim, né? Ele veio dormir logo aqui?

Pesquisadora: Ele dormiu dentro da igreja?

Entrevistado: Na igrejinha. Então assim...era um caminho. E a própria igrejinha tem um conjunto de túneis, entendeu? Então não era qualquer coisa, né? E era época de ouro, então assim, né? E era caminho, né? Então esse trecho teve uma...importância na história do

Brasil, né? Então, os historiadores... tem até livros sobre isso. É uma coisa que não é muito divulgada a história, mesmo. Mas a gente sabe que houve uma história, sabe? Então assim existe todo um respeito em cima de um passado, entendeu? (E5, 2022)

Sobre os túneis, o “E8” ressaltou a existência deles:

Ah, temos também o Túnel, que serviu de "esconderijo e fuga para Tiradentes", mas não tenho certeza se é tombado, separado da Igreja do Rosário, tendo em vista que nasce abaixo do seu piso e me parece ter três caminhos. Eu nunca entrei nele; conheço apenas uma de suas saídas. (E8, 2022)

O segundo bem mais citado foi o “Prédio da Prefeitura Municipal de Matias Barbosa”, tendo sido citado por oito dos dez entrevistados. Deduz-se que os motivos que o fizeram ser lembrado são: a sua localização na parte mais central de Matias Barbosa, na Avenida Cardoso Saraiva; sua arquitetura imponente, eclética e ornamentada; como também por se tratar do principal órgão administrativo da cidade. Segundo o “E1”, a edificação é uma referência para a população:

Então assim....prefeitura...a prefeitura eu tenho uma relação muito forte, eu trabalhei cinco anos naquele prédio. Então tem toda uma identidade. Eu acho que a população toda se identifica com a prefeitura. Ou a maioria da população né? porque é uma referência (E1, 2022)

Os edifícios “Laboratório de Biologia Veterinária”, a “Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro” e o “Prédio da CAMIG” foram lembrados pelos entrevistados. Deduz-se que seja pelo motivo de estarem localizados na Avenida Cardoso Saraiva.

O “E7” apresentou, em sua fala, a relação de proximidade do “Laboratório de Biologia Veterinária” e da “Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro”:

É mas eu particularmente tenho um carinho muito especial pelo Laboratório de Bio Veterinária, sabe?! Que eu acho que ele é um espaço bem estratégico dentro de Matias Barbosa por estar situado ao lado do Cônego, também que é uma escola que é tombada. E é uma escola que todos os jovens e adolescentes de Matias estudam lá por ser a única escola que tem ensino médio no município, né?! E alguma parte também do fundamental 2, né?! Eu tenho um carinho especial com esse prédio do laboratório porque eu acho que é um ponto estratégico para se tornar algo cultural dentro da cidade pra poder abordar a juventude próxima ali. (E7, 2022)

O “E8” ressaltou a importância do “Laboratório de Biologia Veterinária” e expôs a sua preocupação quanto à conservação desse bem:

O laboratório, que é o primeiro laboratório veterinário da América Latina, dá pena de você ir lá...a primeira tipografia de Matias Barbosa tá lá dentro do laboratório. Então assim, a gente tem muita coisa que nos enche de orgulho e que tá se perdendo. (E8, 2022)

O Prédio da Camig, “[...] na esquina da Rua Nova com a Cardoso Saraiva, tem uma edificação da antiga torrefação de café, onde funciona a feira...eu acho que só tem a casca e o telhado, só” (E1, 2022) “Foi um grande polo comercial da cidade, na minha infância, entendeu? Tem uma história assim, econômica fascinante pra cidade, né?” (E5, 2022)

[...] prédio da Camig que foi a torrefação de café. Olha só, se tinha uma torrefação de café aqui na nossa cidade, nos remete a pensar que Matias era uma grande produtora. A região era uma grande produtora de café, quer dizer, gerando desenvolvimento, riqueza para a região. Depois se tornou um depósito cerealista do estado. E é isso, eu já me recordo que já mais recente, ficavam carretas e mais carretas de milho, de soja aqui. E assim, então você vê a importância que uma cidade tão pequena e aconchegante tem para o desenvolvimento de Minas Gerais e para o Brasil. O quanto que a nossa cidade está inserida nisso. E essa história... aí que vem a importância da manutenção desses prédios, o resgate dessa cultura, né? dessa história, para gente fazer a manutenção dessa identidade cultural. (E8, 2022)

Pode-se perceber que o “Prédio da Camig” tem uma relevância para a história e para a economia da cidade. Após seu tombamento, recebeu lápides em mármore com poemas, bem como saudações ao município de Matias Barbosa.

Figura 55 - Fachada do Prédio da Camig com as lápides.



Fonte: Autora (2022).

Deduz-se que, além da importância histórica, econômica e cultural, o “Prédio da Camig” é uma referência para alguns moradores de Matias Barbosa, certamente porque algum familiar trabalhou na antiga torrefação de Café, ou no centro de distribuição.

As lápides inseridas na fachada com poemas de personalidades da história da cidade e homenagem a Matias Barbosa da Silva, o herdeiro da Sesmaria que originou a cidade de Matias Barbosa, reforçam a relação da edificação com a história da cidade.

Figura 56 e Figura 57 - Lápides inseridas na fachada do Prédio da Camig.



Fonte: Autora (2022).

A Ponte da Liberdade, que é mais conhecida como “Ponte do Arco”, foi citada por seis dos dez entrevistados. O seu método construtivo chama muito a atenção dos entrevistados: “Tipo a Ponte do Arco, uma ponte feita de pedra, com um arco perfeito, que o trem passa em cima; isso é o fantástico, tá?” (E5, 2022). “Nós temos a Ponte do Arco, né? que é uma construção do século dezenove, que não leva nenhuma estrutura de ferro, só pedra armada, e isso é muito importante para mostrar, né? O processo construtivo de uma época.” (E10, 2022).

Além disso, a sua construção remete à chegada da linha férrea na cidade. “[...] E o trem...eu acho que o trem faz parte da vida de todo mundo aqui, sabe? Então tem a Ponte do Arco, que tem muito a ver com essa questão do trem, porque... o barulho do trem se ouve de qualquer lugar da cidade.” (E2, 2022). A “Entrevistada 2 (E2)”

também ressaltou a importância que o trem tem na vida da cidade, além disso, trouxe à recordação o Xangai, o trem urbano que conectava Juiz de Fora a Matias Barbosa:

Tem o Xangai. É importante porque... eu ia passear no museu (Mariano Procópio, em Juiz de Fora), minha relação com museologia, acho que começa aí, né? Na minha formação profissional, mesmo que de alguma forma. É intrínseco, porque eu pegava o Xangai, em Matias, e descia no Museu Mariano Procópio. Então, tem uma coisa...de infância e de...construção do imaginário e era maravilhoso andar de Xangai. Eu era bem pequena, mas eu me lembro muito bem, porque isso não sai da cabeça...uma experiência dessa não sai. E a gente escuta o barulho do trem aqui na cidade, o tempo todo, sabe? Então...você está em qualquer lugar, você escuta o trem passando. De noite... a cidade é muito pequenininha, silenciosa, é....o barulho do trem de noite faz parte da vida de todo mundo, né? Tem uma passagenzinha... de alguns relatos que eu já li, que falavam sobre o trem também e que...com a inauguração, o trem aqui em Matias ...da estação ferroviária...tem até no livro que o meu avô escreveu que é aquele “Apontamentos para a História de Matias Barbosa” (que foi ele que escreveu) que fala que o trem ele era importante e foi rebuliço, né? na época. E aí outros relatos que eu tava lendo algumas vezes. Sobre...sobre essa questão do patrimônio...sobre essa questão do trem também...que o trem marcava as horas, né? A chegada do trem marcava as horas, trazia as notícias e coisas nesse sentido. Muito presente. (E2, 2022)

O Chafariz em Pedra Sabão e o Relógio em Pedra Sabão foram mencionados por apenas quatro dos dez entrevistados. Dentre esses quatro, três foram os que citaram os dois bens, quando responderam à pergunta. Como esses dois bens fazem parte do conjunto que compõe a Capela da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo, deduz-se que os entrevistados fizeram essa correlação devido a esse motivo. O “Entrevistado 10 (E10)”, que participou do processo de viabilização da construção dos monumentos, reforçou: “[...] o Chafariz em Pedra-Sabão e o Relógio do Sol, que são marcos, né? São monumentos que foram criados para comemorar trezentos anos da doação da sesmaria Matias Barbosa.” (E10, 2022).

O Prédio da Cemig foi citado somente por três entrevistados. Ele foi apenas citado como um dos bens culturais protegidos; nenhum entrevistado falou sobre a edificação. Apesar de sua localização na área central da cidade, ele está localizado em uma rua coletora, adjacente à Avenida Cardoso Saraiva, portanto a visibilidade desse imóvel é reduzida.

O Cemitério Municipal também foi citado apenas por três moradores, e os túmulos, por apenas dois, sendo um dos entrevistados ex-vereador da cidade, e o

outro um ex-membro do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural. Nenhum deles discorreu sobre esses bens culturais.

O “Painel de Azulejo” também foi citado por apenas três moradores, como uma referência à Estrada União e Indústria. Segundo o “E8” e o “E10”:

Nós temos o Azulejo (Painel de Azulejo) que retrata o desenvolvimento do transporte, aí você vê a União e Indústria, né? que foi criada para escoar toda a riqueza de Minas Gerais para importação, exportação entre outras coisas mais aí, né? Levar a produção de uma localidade pra outra e gerar o desenvolvimento, isso passava por Matias Barbosa, passou, né? por Matias Barbosa. (E8, 2022)

[...] nós temos, né o Painel de Azulejo Evolução do Transporte, que já vem, né? mostrando, desde o início, a Estrada União e Indústria, né? E evolução dos transportes, porque logo depois a cidade vai receber a BR-3, a estrada de ferro... E a cidade de Matias Barbosa, ela, praticamente, ela conviveu com a evolução do transporte ao longo do século vinte. (E10, 2022)

O “Prédio da Cadeia Pública” foi citado apenas duas vezes e não foi comentado por nenhum dos entrevistados. O bem material menos citado foi o “Busto de Getúlio Vargas”, tendo sido citado por apenas um entrevistado. Deduz-se que, por esse motivo, o monumento não traz uma importância significativa. Pode ser pelo motivo de ele está implantado em um canteiro que não recebe muito destaque, apesar de estar localizado na Praça da Bandeira, em frente à Estação Ferroviária. Os bens imateriais citados nas respostas estão apresentados no Quadro 20 abaixo:

Quadro 20 - Os bens imateriais de Matias Barbosa citados em entrevista

Município: Matias Barbosa										
Denominação do bem imaterial	Entrevistado									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Festa da Fogueira										
Festa da Paróquia de N. Sra. da Conceição										
Folia de Reis Estrela do Oriente										
Folias de Minas										
Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira										
Violas de Minas										

Fonte: Autora (2022).

Percebe-se que a maioria dos entrevistados se ativeram aos bens culturais materiais. O mais citado dos imateriais foi a “Festa da Fogueira”, citada quatro vezes. A “E2” citou-a como um dos bens culturais, mas disse não ter certeza: “A Festa da Fogueira de patrimônio imaterial, porque...eu não tenho certeza se é

considerada...porque tinha aquela coisa de passar em cima do fogo meia noite, na noite, lá de São João, não lembro qual data exatamente, aquilo era incrível. (E2, 2022).

A “Festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição” foi citada duas vezes, assim como a “Folias de Minas”. A “Folia Estrela do Oriente” foi citada apenas uma vez.

Os entrevistados teceram comentários sobre essas celebrações quando perguntados se costumam participar ou já participaram de alguma manifestação cultural. As respostas serão apresentadas e analisadas mais adiante neste capítulo. A “Roda de Capoeira e Ofício de Mestre de Capoeira” e “Violas de Minas” não foram citadas por nenhum entrevistado nesta etapa da entrevista.

Nem todos os bens culturais citados, nesta etapa da entrevista, são protegidos. A “E2” disse que a estação, a igreja matriz e a ponte do Zambar são tombadas, porém, essa informação não é verdadeira. O “Entrevistado 3 (E3)” também disse que a Igreja Matriz é tombada; citou também o Festival Cultural, evento que não é registrado como patrimônio imaterial.

O “E5” e o “Entrevistado 9 (E9)” citaram o prédio da estação ferroviária como bem cultural protegido. Conforme abordado por Abreu (2011), é necessário estar atento ao presente, para que as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade sejam preservadas.

O “E10”, presidente do Conselho de Preservação do Patrimônio, foi questionado se a Estação é tombada e ele mencionou:

Não, não é tombada. Ela é inventariada. Eu tava até esquecendo, a Estação de Cedofeita também foi tombada na época. Mas a estação ferroviária ainda não foi tombada. Como ela tá inventariada, ainda não teve essa preocupação de tomar. Ainda mais que ela é da Prefeitura, né? Hoje tá cedida para Prefeitura. O processo de tombamento da Estação de Cedofeita, ela acompanhou uma orientação do Ministério Público. Da superintendência do Ministério Público em Belo Horizonte, do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais. E, na ocasião, foi tombada. Era uma forma de forçar a transferência do imóvel para a Prefeitura de Matias Barbosa, porque o imóvel lá não é da Prefeitura de Matias Barbosa. Então o promotor de justiça, Doutor XXX, na ocasião, ele falou assim: “Olha faz o tombamento, porque a gente tem mais o elemento para conseguir passar a Estação pra o município de Matias Barbosa”, que era uma forma, igual aqui, né? a gente ocupar dentro a legalidade das coisas. Mas, infelizmente, assim, o Doutor

XXX não está mais lá, no Ministério Público, que cuida do Patrimônio Cultural. Várias coisas mudaram, no município, inclusive o interesse de ter a Estação de Cedofeita. Então, hoje a Estação, ela recebe até, né? cuidados da Prefeitura, mas, realmente, ela não pertence ao município. O que acontece, esse tombamento foi feito, né? como uma forma de pressionar, mas ainda resta fazer o levantamento, porque precisa fazer o dossiê. Nós usamos só o inventário da Estação. Então, precisa de fazer o dossiê. E, vários outros bens tombados precisam também de fazer a revisão do dossiê e encaminhar para o IEPHA. (E10, 2022)

Pode-se deduzir que os entrevistados de Matias Barbosa não conhecem quais são todos os bens protegidos, apesar de existirem publicações em outdoors e nos pontos de ônibus que indicam todos os bens culturais protegidos na cidade.

Figura 58 - Outdoor com os bens protegidos de Matias Barbosa



Fonte: Autora (2022).

O outdoor com o tema “Preservar é exercer cidadania” apresenta todos os bens materiais e imateriais de Matias Barbosa. Está localizado na Praça da Bandeira, em frente à Estação Ferroviária e em frente à “Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro”. Na figura, é possível observar o “Laboratório de Biologia Veterinária” ao fundo. Essa é uma iniciativa muito interessante para divulgação do Patrimônio Cultural de Matias Barbosa, embora esteja num local com pouca circulação de pessoas.

Os “Mapas dos Bens Materiais, Imateriais e Inventariados de Matias Barbosa” foram instalados em pontos de ônibus localizados ao longo da Avenida Cardoso Saraiva. O mapa apresenta os desenhos dos bens tombados, situados no mapa e códigos QR que apresentam informações sobre os bens tombados, registrados e inventariados do município.

Figura 59 - Ponto de ônibus com o "Mapa dos Bens Materiais, Imateriais e Inventariados de Matias Barbosa".



Fonte: Autora (2022).

Essa questão vai ao encontro do que é abordado por Abreu (2011) de que a memória das cidades é produzida no dia a dia. Sendo assim, se a população conviver com esses meios de divulgação do que é Patrimônio Cultural, isso pode auxiliar na promoção desse conhecimento.

Porém, como se pode perceber, apenas a difusão de conhecimento não é o suficiente para a tomada de consciência do patrimônio que a população possui. São necessárias outras medidas, como diz Florêncio (2012), as relações afetivas devem ser construídas com as comunidades.

Mesmo não tendo ciência de todos os bens protegidos, os entrevistados têm noção de que a proteção é um ato positivo para preservar aquilo que tem significado histórico ou cultural para a cidade. No item 5.1.2, será apresentado o reconhecimento da importância do que é protegido, tanto para o morador quanto para Matias Barbosa.

5.1.2. O Reconhecimento da importância dos bens culturais de Matias Barbosa:

A terceira pergunta do roteiro é: “Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?”. A intenção é identificar quais dos bens mencionados são referências para o entrevistado e o motivo pelo qual ele o considera importante.

Os entrevistados responderam a essa pergunta, tomando como referência a história de vida deles, enquanto moradores de Matias Barbosa. “São relações de referência, né? Tão ligada exatamente à história de vida da gente. Essa é uma questão básica, né? para o patrimônio”.

“[...] As relações estão ligadas à história de vida da gente, são fatos, né? que ocorreram ali, né? E que você participou, ou não, mas você tem conhecimento.” (E1, 2022)

Além de fazerem parte da história de vida, esses bens fazem parte do cotidiano da cidade. Como frisa a “E2”:

[...] acho que, de alguma forma, todos são importantes, porque cada um tem um pedacinho da história da cidade...cada um, de alguma forma, foi importante, fez parte de algum momento da vida. E a gente convive com eles diariamente, né?” (E2, 2022)

O “E3” não respondeu à pergunta sobre um bem cultural em específico, mas ressaltou a importância do patrimônio material e do imaterial. “Sim, tratam-se de imóveis que construíram a história do nosso município e de um rico patrimônio imaterial, que traduz em muito a nossa riqueza histórico e cultural. Todos são extremamente importantes.” (E3, 2022)

O “Entrevistado 4 (E4)” também não citou um bem cultural específico, mas falou da importância da preservação do patrimônio histórico para a identidade da população.

Ah... eu assim, eu acho que todo, todo patrimônio histórico, ele é importante, sabe? porque ele é identidade da cidade, entendeu? Que ajuda, ajuda a construir a essência e a individualidade da cidade. Que faz Matias ser o que ela é, entendeu? Então por isso que eu acho muito importante essa... essa preservação do patrimônio histórico, entendeu? porque é basicamente a cara de Matias, né? Sem o patrimônio histórico, né? aí Matias vai ser vai ser uma cidade genérica, né? Vai ser uma cidade sem identidade própria, né? (E4, 2022)

O “E10” considera todos os bens culturais importantes para a história de Matias Barbosa, para salvaguardar a memória do passado e para a identidade local:

Eu acredito que todos os bens hoje tombados, no âmbito do município, são importantes, porque cada um conta uma história particular de uma fatia da história do município, e essa fatia traz, né? pra mim, né? a memória do passado e ao mesmo tempo da identidade. São pessoas que viveram no passado, e elas transitaram esses bens ou conviveram nesses bens. Então, eu acho que é muito importante a preservação desses bens, porque eles trazem pra a gente, nos dias atuais, né? todo contexto de uma época. (E10, 2022)

Para identificar os bens culturais mais citados como importantes para Matias Barbosa, foi desenvolvido o Quadro 21.

Como mostra o Quadro 21, a “Capela da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo” foi o bem cultural mais mencionado, tendo sido citado por seis entrevistados.

Quadro 21 - Bens materiais considerados importantes para os entrevistados de Matias Barbosa

Município: Matias Barbosa										
Denominação do bem material	Entrevistado									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Busto de Getúlio Vargas										
Capela da Fazenda de N. Sra. da Conceição do Registro do Caminho Novo (Igrejinha ou Capela do Rosário)										
Cemitério Municipal de Matias Barbosa										
Chafariz em Pedra Sabão										
Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro										
Laboratório de Biologia Veterinária										
Painel de Azulejo										
Ponte da Liberdade (Ponte do Arco)										
Prédio da Cadeia Pública										
Prédio da CAMIG										
Prédio da Prefeitura Municipal de Matias Barbosa										
Relógio de Sol em Pedra Sabão										
Sede do Prédio da CEMIG										
Túmulo do Dr. Joaquim Eloy de Andrade										
Túmulo de José Cardoso Saraiva										

Fonte: Autora (2022).

O “Entrevistado 6 (E6)” e o “E10” apontaram todos os bens culturais. Os entrevistados que especificaram os bens que consideram importantes citaram dois deles. Apenas o “E8” citou apenas um bem cultural, a “Ponte do Arco”. A “Ponte do Arco” ou “Ponte da Liberdade” foi o segundo mais mencionado, tendo sido citado por três entrevistados. O “Prédio da Prefeitura Municipal de Matias Barbosa” foi mencionado apenas uma vez, citado pelo “E1”, assim como o “Laboratório de Biologia Veterinária”, mencionado apenas pelo “E8”. O “E3”, o “E4” e o “E9” não mencionaram nenhum bem específico.

O “E1” falou sobre a “Capela da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo”, como uma referência de sua infância e como uma referência para a história:

Então quando eu falo da capela, né? Eu tô falando das festas que tinham na capela, né? Eu tenho uma imagem da infância onde ainda a rua era de terra, né? Eu indo para lá, não sei se eu tava com alguém...e...na época, antes e depois da restauração...a capela nunca foi muito usada para a celebração de missas, não sei depois que eu saí de lá. Mas não era comum ter missa na capela. As missas eram todas na matriz. [...] Então se você pega a Capela do Rosário, pra mim, a referência é essa. E depois a referência histórica passou a ser importante porque é o conhecimento que eu tive, né? (E1, 2022)

O “E1” também falou sobre a sua relação com o “Prédio da Prefeitura Municipal”, a qual foi uma relação profissional.

Então assim....prefeitura...a prefeitura eu tenho uma relação muito forte, eu trabalhei cinco anos naquele prédio. Então tem toda uma identidade. Eu acho que a população toda se identifica com a prefeitura. Ou a maioria da população né? porque é uma referência. (E1, 2022).

O “Prédio da Prefeitura Municipal” é uma referência para os moradores, por ser um órgão administrativo do município e por estar localizada na região central da cidade.

A “E2”, assim como o “E1”, relatou memórias da sua infância relacionadas à “Capela da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo”:

[...] a igreja, minha relação pessoal é que minha avó morava ali perto, então eu tava sempre por ali, então eu tava... eu, desde o início...tem aquelas lendas do túnel. Aquelas coisas de infância e adolescência ali naquela rua que minha avó morava exatamente ali embaixo... então, pra mim, é importante. (E2, 2022)

A “E2” também falou sobre a importância da “Ponte do Arco”, porque a considera maravilhosa, e sobre a Ponte do Zambar, que não é tombada, mas faz parte da história da cidade, porque fora construída como elemento da infraestrutura da Estrada União e Indústria.

A ponte do Zambar, porque eu acho maravilhosa e porque teve a questão do museu (Mariano Procópio, em Juiz de Fora) também, porque teve aquela exposição do Klumb, que tinha a Ponte do Zambar que eu, de alguma forma, é....me aproximei mais ainda, conheci sobre a importância dela. (E2, 2022)

A “E2” citou a “Festa da Fogueira” como um bem cultural que tem uma importância para ela: “A Festa da Fogueira de patrimônio imaterial, porque...eu não tenho certeza se é considerada...porque tinha aquela coisa de passar em cima do fogo meia noite, na noite, lá de São João, não lembro qual data exatamente, aquilo era incrível.” (E2, 2022)

O “E5” ⁶⁷, além de mencionar a “Ponte do Arco” e a “Capela da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo”, ele ressaltou a

⁶⁷ O “E3” e o “E4” não mencionaram nenhum bem em específico.

importância das construções como o registro de uma forma de construir, como um documento histórico.

E esses bens, eles têm vivo uma tradição da terra, né? Os meus avós assim, tinham o maior respeito por essas construções, né? E contavam histórias sobre essas construções, tá? Então, tem esse valor de cultura, no sentido assim, do repasse de informação das famílias, né? Um certo respeito ao que aconteceu e na forma como foi construída, né? Entendeu? Então assim, tanto é que tem uma preservação natural da cidade em cima desses bens. Isso é... assim, o respeito muito grande por essas construções. Mais as histórias, né? Tem várias histórias no entorno, né? (E5, 2022)

O “E6” considera todos os bens culturais importantes:

Acho que todos eles, de certa forma, tiveram uma importância e têm uma importância para mim, porque como hoje, residente em Matias Barbosa, eu acho que a história desses bens ali entrelaça com a história do município, história das famílias que eu conheci por aqui. Então, para mim, importa às vezes porque eles fazem resgate da história do local. Ela tem uma ligação muito grande com aqueles que trabalharam antes que eu chegasse, né? Pra que eu encontrasse Matias do jeito que ela é hoje. (E6, 2022)

O “E7” mencionou a “Capela da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo”, imóvel que ele ajudou a viabilizar a restauração. Também mencionou o seu carinho pelo Laboratório de Biologia Veterinária, por acreditar que há possibilidade de torná-lo um espaço cultural.

A capela do Rosário que é um bem tombado a nível federal, né?! Que a gente conseguiu lá quando trabalhei em Matias fazer uma restauração nela do piso, do telhado, das paredes. Enfim uma reforma geral. Não conseguimos mexer no altar na época por conta da prospecção que tinha que ser feita e o recurso não dava para fazer. (E7, 2022)

O “E8” mencionou a importância da “Ponte do Arco”, porque esse bem possui relação com sua história familiar. “A Ponte do Arco, por exemplo, ela que... ela também conhecida como Ponte da Liberdade, faz ela passar pelas terras da antiga Fazenda Liberdade, que tem uma ligação familiar comigo. Então ficam esses laços.” (E8, 2022) Ele também falou sobre a importância do bem para o desenvolvimento da região:

[...] é um marco histórico do desenvolvimento do transporte ferroviário; Matias Barbosa está inserida em todo o contexto do desenvolvimento mineiro e inclusive do Brasil, né? Então é muito importante a gente saber que a nossa cidade, nossa terrinha fez parte, contribuiu, né? pra esse desenvolvimento. A gente se sente lisonjeado, se sente...se sente afagado, né? pela história. [...] A gente tem... a nossa história

está ligada diretamente com a história do Brasil, até mesmo pela Estrada Real, né? O Caminho Novo. (E8, 2022)

O “E8” reconheceu que alguns bens são importantes para ele. Mencionou a “Ponte do Arco” como um deles e citou também um bem cultural, que é protegido, o “Túmulo do Cardoso Saraiva”, com o qual não se identifica por não conhecer a história dele.

Olha, alguns sim, são importantes para mim, no contexto de ser a minha cidade. Outros, eu já não vejo assim igual o caso do túmulo do Cardoso Saraiva...eu te confesso que eu não, não conheço a história dele a fundo. Então assim, talvez não tenha tanta importância para mim por eu não conhecer. (E8, 2022)

Os túmulos são bens culturais em homenagem às personalidades de Matias Barbosa, mas essa história precisa ser divulgada para que os moradores a conheçam e reconheçam a sua importância. O “E10”, capoeirista e professor de capoeira, mencionou que os bens culturais são importantes para a manutenção da cultura na cidade.

São importantes, porque mostram que a cidade, ela mantém, ela mantém a cultura viva na cidade. E a gente não pode perder isso, né? Eu acho que enquanto, assim a cidade mantiver, né? Essas festas, é sinal que assim, que a gente tem interesse em manter sua cultura pra... pra futuras gerações. (E10, 2022)

A “Capela da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo” é um bem cultural que tem importância para os moradores, pois reconheceram nele uma referência, um símbolo da história de Matias Barbosa, bem como a sua importância para a história do país. Os únicos bens imateriais mencionados como importantes para os entrevistados foram: “Festa da Fogueira”, pela “E2”; “Folias de Reis”, e “Roda de Capoeira”, pelo “E10”. O Quadro 22 representa esses bens mencionados.

Quadro 22 - Bens imateriais considerados importantes para os entrevistados de Matias Barbosa

Município: Matias Barbosa										
Denominação do bem imaterial	Entrevistado									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Festa da Fogueira										
Festa da Paróquia de N. Sra. da Conceição										
Folia de Reis Estrela do Oriente										
Folias de Minas										
Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira										
Violas de Minas										

Fonte: Autora (2022).

Como mostra o Quadro 22, a “Festa da Fogueira” foi mencionada apenas pela “E2” e o “E10” mencionou dois bens imateriais: “Folias de Reis” e “Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre de Capoeira”.

Segundo o “E10”, a “Roda de Capoeira” acontece uma vez por mês na Praça Peter Birkeland. Ele mencionou também o envolvimento das pessoas com o bem cultural: “Então, a gente tem com relação à capoeira, a gente tem bastante movimento, tem muita gente envolvida com essa questão da capoeira aqui em Matias, sabe? E é bem bacana.” (E10, 2022) Ele abordou sobre formas de envolver moradores de outras cidades do entorno:

Que a capoeira é uma... cultura que ela precisa disso, sabe? Além de ser uma coisa genuinamente brasileira, né? Muita gente fala de dança...além da cultura que a capoeira é, acima de tudo, ela é uma luta. E luta de resistência, né? Então a gente tem que permanecer com essa resistência. Além disso, é uma ferramenta muito boa pra você trabalhar, sabe? A capoeira é dança disfarçada de luta. A capoeira ela é muito maleável, sabe? Ela se transforma a todo momento. Numa única roda de capoeira, você pode ter essas variações. Você pode ter ali a luta, propriamente dita, de trocação, mesmo. Você pode ter essa coisa meio lúdica da dança, tá? E também você pode ter o jogo, né? Que aí é mais os golpes, mais combinado, tal. Não pegar, mais brincadeira. A capoeira, ela consegue ter essa...esse jogo, sabe? Ser maleável nesse sentido. Então assim, às vezes tem quem bate o pé que capoeira é dança, mas tem muita...como eu, eu bato pé que é luta. Principalmente, luta. A capoeira é luta, antes de tudo. Todo resto que acontece, aí é consequência, né? Até porque tinha que ser feito dessa forma, porque se você... como é que você começa a treinar uma luta naquele período de escravidão, se você mantém ela daquele jeito, não existiria capoeira da forma que ela é hoje, né? Então luta, que ela teve que disfarçar de dança, de jogo pra ela poder sobreviver até hoje. (E10, 2022)

Na terceira pergunta, observa-se que a maioria dos entrevistados se ativeram aos bens materiais. O que não significa que os imateriais não sejam referências para eles. A relação desses entrevistados com as manifestações culturais será apresentada mais adiante.

A quarta pergunta da entrevista foi: “Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?” A intenção é identificar quais são os motivos pelos quais os entrevistados os consideram importantes.

O “E1” respondeu confirmando a importância dos bens culturais para a preservação da memória Matias Barbosa e mencionou ações que foram realizadas com a intenção de valorizar o patrimônio:

São importantes sim. Eles preservam a memória ou podem resgatar essa memória. Eu acho que o XXX, ele tentou fazer esse trabalho. Eu acho que tem muito... por exemplo, aquela pracinha ali na frente da Igreja do Rosário, aquilo ali não existia. Aquilo ali é obra dele, né? Pode ter uma série de equívocos, mas é uma obra dele e eu acho que deve ser respeitada exatamente por isso, porque ele valorizou o edifício. Eu acho que tem uma importância muito grande, sabe? (E1, 2022)

Com relação ao questionamento sobre a importância da preservação do patrimônio para a cidade, o “E1” sugeriu o trabalho de educação patrimonial com um meio de conscientização dos moradores. Ele considera ditatorial a forma como o patrimônio é estabelecido.

E falta a tal da educação patrimonial, né? Falta estabelecer, né? De alguma maneira, as pessoas serem induzidas, sei lá... às vezes é muito legal, ditatorial, né? O que deve e o que não deve ser preservado, né? E a gente tá ligado muito à... à arquitetura antiga, arquitetura colonial, esse tipo de coisa né? E essas pessoas não têm essa ligação, né? (E1, 2022)

E ainda mencionou sobre uma questão que dificulta o interesse pela preservação do patrimônio: “No Brasil... a cultura nossa é efêmera, ela não é perene. A gente tem a ansiedade pelo novo, pelo moderno, né? Eu sei que é meio piegas, mas eu tô repetindo um jargão, mas é verdade é essa...” (E1, 2022)

A “E2” considera todos os bens culturais de Matias Barbosa importantes e relevantes. Disse que eles precisam ser mais valorizados. Para justificar sua opinião sobre a importância do patrimônio, ela expressou:

Eu acho que, de alguma forma, todos contam um pouquinho da história pessoal de cada... de cada um, história pessoal das pessoas e... e aí ajuda criar uma memória coletiva, uma história, né? A história oral, as tradições, elas vão criando situações coletivas e... é muito legal! (E2, 2022)

A “E2” ajudou na criação do Memorial do Legislativo de Matias Barbosa e relatou essa experiência:

Quando eu tava à frente do Memorial do Legislativo, né? A gente fez uma série de entrevistas. Tem várias entrevistas que a gente gravou

com algumas pessoas falando sobre a importância para a cidade...contando histórias pessoais, né? E todos eles... eles citam de alguma forma, alguma coisa que foi importante pra eles. Por exemplo, meu pai, ele falava muito das ruas. Quando a gente fez a entrevista com ele, ele falava de toda constituição da cidade, como foi, a construção. A XXX, que tinha um cartório aqui, o pai dela também, fala muito da... dessa construção do fórum como é que foi, que, para ela, é relevante, que eu não sei se é Patrimônio, mas de qualquer forma tem significado diferente. Pro seu XXX, ele fala de da prefeitura, do prédio da prefeitura... para o Sr. XXX, ele fala da Festa da Fogueira, porque ele foi um dos pioneiros. Ele que criou praticamente. E ele fala também muito do Mina, da Ponte do Arco. Então eu acho que é importantíssimo resgatar isso agora, porque... muitos já se foram, né? Os mais antigos que viveram um tempo atrás, né? (E2, 2022)

A “E2” complementou abordando sobre as diferentes relações das pessoas com o patrimônio de Matias Barbosa:

Independente disso, as pessoas mais novas, elas vivem as mesmas relações; são relações novas, mas não deixa de ser importante, tão importante quanto as pessoas mais antigas. Então, todos são importantes igualmente. Para cada um, vai ter uma forma de representatividade diferente, importância diferente. Para mim, por exemplo, a igreja é mais importante, por uma série de questões, mas também por uma memória afetiva que eu tenho; mas, para outras pessoas, o prédio da prefeitura é mais importante, a ponte do arco e assim vai... (E2, 2022)

O “E3” reforçou a importância dos bens tangíveis e intangíveis para a cidade:

Novamente, cito que todos os bens materiais e imateriais que compõem o nosso patrimônio são de extrema importância, não apenas para mim, mas para toda a cidade. É fundamental que uma cidade valorize seu patrimônio, pois é, no passado, que aprendemos a enxergar o futuro, e quanto ao patrimônio imaterial são as mais importantes manifestações culturais de nossa cidade. (E3, 2022)

O “E4” considera a preservação do patrimônio importante para a identidade dos moradores matienses e para individualidade da cidade. O “E5” reforçou que o patrimônio é um registro histórico de Matias Barbosa: “A cidade também tem essa joia, né? Entendeu? Então assim, né? Nós podemos falar que aconteceu alguma coisa do passado aqui. A prova tá aí. Então, sim é importante.” (E5, 2022)

O “E6” apontou as relações entre os bens culturais da cidade, com os caminhos que possibilitaram a formação e o desenvolvimento do território de Matias Barbosa.

Os bens culturais de Matias Barbosa, independente de qual seja, ele marca uma era na história da cidade. Cada um contribuindo com sua parte. Um exemplo, posso citar por exemplo: a Ponte do Arco, a

chegada da ferrovia em Matias Barbosa; A Prefeitura Municipal, quando se fala da emancipação de Matias em 1923; A capela do Rosário, que teve a ligação com a história do Caminho Novo. Então todos eles marcam uma época na história da cidade. Eles por si já contam uma história. (E6, 2022)

O “E8”, assim como o “E6”, mencionou a relação dos bens culturais com a formação territorial de Matias Barbosa:

Eu acho que eles são de extrema importância para o município, até para nossa identidade cultural. Porque você veja, nós temos a Capela do Rosário que nos remete lá nos idos, salvo engano, de mil e setecentos para mil e oitocentos, e que conta um pouco da nossa história sobre o Caminho Novo. Matias era o registro de passagem. Então, eu acho que todos eles são de grande importância para a gente tá criando a identidade local. Acho que toda cidade deveria ter a sua identidade, o povo que tem uma tem um passado resgatado, ele acaba criando uma identidade, ele respeita mais a sua história. Você veja, nós temos a capela que nos remete à história do Brasil, lá da monarquia ainda. Nós temos o Azulejo (Painel de Azulejo) que retrata o desenvolvimento do transporte, aí você vê a União e Indústria, né? que foi criada para escoar toda a riqueza de Minas Gerais para importação, exportação entre outras coisas mais aí, né? Levar a produção de uma localidade pra outra e gerar o desenvolvimento, isso passava por Matias Barbosa, passou, né? por Matias Barbosa. (E8, 2022)

O “E8” ainda reforçou a importância de se preservar os bens para que a história seja divulgada e preservada para as futuras gerações. Por exemplo, segundo o “E8”, Matias Barbosa já fora um polo calçadista regional.

Nós tínhamos de quatorze a trinta fábricas, mais ou menos, de calçados de todos os gêneros e que isso tá ficando perdido. Então, nós temos uma parte dessa história que a população não conhece. Só quem trabalhou, mas daqui a pouco, essa geração se perde, morre e essa história vai ficando perdida. (E8, 2022)

O “E9” reforçou a questão da história para a cultura da cidade.

A importância pra cidade... acho que pra toda cidade, ela tem que manter, ela tem que ter um histórico, um histórico-cultural, assim. Senão, acho que não faz sentido. Eu penso da seguinte forma: não adianta ter... acho que não faz sentido ser uma cidade, se ela não tem uma história cultural. Não faz sentido, porque as pessoas, elas não têm, elas não têm muito que se apegar, não têm muito o que pensar. Enfim, eu acho que essas questões culturais, eu acho que elas fazem...elas fazem com que as pessoas pensem, que as pessoas criem memórias e... se as pessoas criam memórias, elas criam história, né? de forma geral, para cidade. Então, eu acho que a cultura é importante pra cidade, nesse sentido, né? porque se faz com que o que realmente a cidade, que ela tenha uma história, né? Faz com que

as pessoas queiram vir visitar essa cidade por conta dessas, dessas atividades culturais. Enfim, pra visitar os prédios, enfim. (E9, 2022)

O “E10”, assim como o “E6” e o “E8”, também relacionou os bens culturais à história de Matias Barbosa:

Esses bens são importantes, porque eles revelam, né? uma parte da história da cidade. Então, vou dar o primeiro exemplo que é a Capela do Rosário, que é a edificação mais antiga da região e que é símbolo, né? cravado no Caminho Novo, no período da mineração. Logo depois, nós temos, né o Paineiro de Azulejo Evolução do Transporte, que já vem, né? mostrando, desde o início, a Estrada União e Indústria, né? E evolução dos transportes, porque logo depois a cidade vai receber a BR-3, a estrada de ferro... E a cidade de Matias Barbosa, ela, praticamente, ela conviveu com a evolução do transporte ao longo do século vinte. Nós temos a Ponte do Arco, né? que é uma construção do século dezenove, que não leva nenhuma estrutura de ferro, só pedra armada, e isso é muito importante para mostrar, né? O processo construtivo de uma época. (E9, 2022)

Os moradores entrevistados consideram a importância dos bens culturais e de sua preservação para a história da cidade e para a manutenção de uma memória coletiva. Como se pode perceber, na mesma localidade, coexistem diversas memórias coletivas, que podem ser parecidas ou bastante distintas umas das outras.

A quinta pergunta da entrevista foi: “Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?” Após a pergunta, a lista dos bens tombados de Matias Barbosa foi apresentada aos entrevistados. A intenção dessa pergunta é identificar os bens culturais que ainda não receberam proteção legal, ou reconhecimento, mas que são importantes para um morador ou para uma parcela da população.

O “E1” disse que não existem outros bens culturais que ainda não foram protegidos.

A “E2” considera a “Estação Ferroviária”, localizada na Praça da Bandeira, onde funciona atualmente a Biblioteca Municipal de Matias Barbosa, como um bem cultural que deveria ser reconhecido como patrimônio da cidade. Assim, como a “Ponte do Zambar”, construída para atender à Estrada União e Indústria: “Ah, eu acho que a Estação Ferroviária é importante. O prédio da estação...eu acho que é importante. A ponte do Zambar, não sei se pode ser por causa da... questão intermunicipal, eu não sei como funciona. Mas acho que seria importantíssimo.” (E2.

2022) A “E2”, que já fora membro do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio, levantou uma questão interessante e recorrente:

Tem a questão dos bens particulares, que eu acredito que é muito delicado ainda pra cidade. Mas que tem que começar a ser discutido de alguma forma. Eu sei que eles são registrados (inventariados), mas eles não são tombados pela municipalidade, mas é uma coisa que tem que começar a ser pensada. Não sei se o tombamento, mas de alguma forma...tem que se pensar. Não sei como. Tombamento é muito complicado, né? para esses bens particulares numa cidade tão pequena. (E2, 2022)

Apesar de haver essa questão levantada pela “E2”, muitos bens particulares foram citados como possibilidades para reconhecimento e proteção como patrimônio. Segundo o “E3”:

A Casa Grande Antiguidades (antiga sede da Fazenda Monte Alegre), a residência do Sr. Oyama Pancotti, a residência da família Collucci de Castro, a sede da fazenda Belmonte, a sede da fazenda Paciência, a sede da fazenda Soledade, são as mais destacadas, mas existem outras residências que também merecem entrar para o rol dos bem tombados e registrados. (E3, 2022)

O “E6”, assim como o “E3”, citou as sedes de fazendas e a Cachoeira:

Eu acredito que sim que...dos bens que ainda não foram tombados...acho que marca uma história, seja Fazenda Paciência, né? Que é um bem particular, mas que conta uma história da época da produção do café em Matias Barbosa. Tem a Cachoeira do Fumaça que foi muito falado. Pessoal visitava demais lá que talvez pudesse ser alguma coisa ligada à natureza, a um conjunto paisagístico, alguma coisa bacana. Hoje a fazenda que tem em Cedofeita também...eu não tô recordando o nome da fazenda agora, não sei se Belo Monte... acho que Belo Monte. Não sei se é esse nome.... mas eu sei que era localiza ali em Cedofeita e que também tem uma... tanto arquitetura como a época da construção dela é bacana, que deveria ser repensada a questão do tombamento. (E6, 2022)

O “E7” relatou as perdas que a cidade teve de bens importantes para a cultura local: “Em Matias, eu acredito que é um pouco complicado falar de novos patrimônios para serem preservados, porque Matias perdeu muita coisa, né?” (E7, 2022) Ele deu exemplo de um casarão que não existe mais e sugeriu o nome de uma fazenda para o tombamento:

Em frente à Prefeitura, tinha um casarão também dos Guimarães, que era um casarão fantástico, que eu acho que deveria ter sido preservado, mas hoje já foi demolido, virou um estacionamento e uma floricultura. A casa sede da Fazenda Monte Alegre, que eu acho que

é a casa do XXX, né? Da família do XXX ali. Que... que eu acho que deveria ser preservada também. (E7, 2022)

O “E8”, assim como a “E 2”, mencionou a dificuldade em tombar bens particulares, mas sugeriu o tombamento de uma das fábricas de calçados.

Olha, alguns bens tornam-se difícil de você tá tombando por serem bens particulares, mas, por exemplo, eu acho que, se Matias tombasse um dos prédios de uma dessas fábricas de calçados e pegasse, por exemplo, montasse o Museu do Calçado para que se tornasse um equipamento turístico, um equipamento histórico para que a gente contasse essa história no futuro, né? Está inserido aqui na nossa identidade para não se perder [...] um grande museu para contar toda essa história do calçado. (E8, 2022)

O “E9” também mencionou a Cachoeira e levantou uma questão importante, que é o reconhecimento de pessoas que têm o olhar diferente do olhar do morador:

Assim de modo geral, porque a gente não consegue enxergar a cachoeira como o que ela é. Mas às vezes tem pessoas que passam por aqui e reparam. Eu tenho um conhecido do Rio, eu vi, ele passou por aqui e, na hora, ele pegou e fez um “ao vivo” e ele justamente tava na rua da cachoeira e ele tava falando: - “Olha gente, que coisa bacana, eu tô em Matias Barbosa, olha onde tem uma cachoeira. No centro da cidade, tem uma cachoeira”. Isso faz a gente pensar: como que eu que moro aqui não consigo enxergar, sabe? essa beleza, mesmo com todo problema que ela tem, eu não consigo enxergar a beleza dessa cachoeira. Tem que vir uma pessoa de fora... (E9, 2022)

O “E10” reconheceu que os bens protegidos em Matias Barbosa foram selecionados para construir um acervo: “Mas dessa lista toda, dos bens tombados, eu acredito quase todos, né? foram tombados diante da necessidade de se construir, né? essa arquitetura histórica na cidade.” (E10, 2022). Além disso, o entrevistado mencionou o Observatório Astronômico Flammarion, como um bem que seria importante para a cultura de Matias Barbosa.

[...] Esse observatório foi escolhido entre... no Brasil inteiro... entre quatro observatórios, para ajudar a NASA a mapear a lua no período que a NASA estava se preparando para levar o homem à Lua. Então assim, nós temos os registros, né? E essa casa hoje tá abandonada, mas ela vai se remeter a um passado, né? que é singular na região, porque o céu de Matias era propício, né? para fazer o mapeamento da Lua. E além disso, aqui em Matias, se mapeou Marte também para NASA.

Pesquisadora: Onde ele fica?

Entrevistado: Então, essa casa fica localizada no Jardim Nova Suíça que... é Nova Viena. Fica próxima do centro, no alto de uma Colina, onde a edificação tinha uma abertura que era a cúpula onde tinha o observatório, né? o equipamento para ficar mapeando o céu. E o céu

de Matias, naquela época, foi escolhido justamente pela questão de latitude e longitude e posicionamento. (E10, 2022)

O “E10”, assim como a “E2”, mencionou a dificuldade quando se trata de bens particulares: “Então, em Matias Barbosa, se optou em não fazer o registro de bens privados, por uma série de dificuldades depois de se manter em pé. Essa dificuldade é imensa.” (E10, 2022)

Como se pode perceber alguns dos bens materiais mencionados são propriedades privadas. Os entrevistados que já foram conselheiros ou que trabalharam na política, sabem como funcionam os processos de patrimonialização e de preservação, e reconhecem a dificuldade que se tem de tombar esses bens.

5.2. As relações com as manifestações culturais e com o patrimônio imaterial

A sexta pergunta da entrevista foi: “Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?” Após a pergunta, a lista dos bens registrados de Matias Barbosa foi apresentada aos entrevistados. O objetivo dessa pergunta é identificar as manifestações culturais de que os moradores de Matias Barbosa costumam participar. O Quadro 23 abaixo representa os bens culturais mencionados pelos entrevistados.

Quadro 23 - Bens imateriais mencionados pelos entrevistados de Matias Barbosa

Denominação do bem imaterial	Município: Matias Barbosa									
	Entrevistado									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Festa da Fogueira										
Festa da Paróquia de N. Sra. da Conceição										
Folia de Reis Estrela do Oriente										
Folias de Minas										
Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira										
Violas de Minas										

Fonte: Autora (2022).

Segundo o Quadro 23, a “Festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição” foi o bem imaterial mais mencionado, tendo sido citado por sete entrevistados. Em segundo lugar, citada seis vezes, é a Festa da Fogueira. A “Folias de Minas” foi mencionada por cinco entrevistados; A “Roda de Capoeira”, por dois e a “Violas de Minas”, por nenhum dos entrevistados. O “E3”, o “E4” e o “E 5” não mencionaram a participação deles em nenhum bem imaterial.

Além daquilo que é reconhecido como patrimônio imaterial de Matias Barbosa, foi muito mencionado o Carnaval, nas respostas referentes à sexta pergunta. O “E1” respondeu:

Já participei. Eu era de uma turma que decorava o clube pro carnaval por exemplo. Então a gente passava às vezes um mês antes do carnaval fazendo essa decoração, né? E era motivo para beber todo dia na época, né? A gente ficava até tarde fazendo as pinturas, né? Aí... e realmente ficava boa a decoração, né? Era um prazer... fazia de graça, né? Ou a troco de uma mesa, ou a troco de bebida. Não tinha nenhum profissional [...]. O carnaval foram vários, né? A criação do bloco, né? O carnaval de Matias era muito bom. Era um carnaval de rua e era o carnaval de clube. Eram dois clubes dentro da cidade. Uma cidadezinha daquele tamanho tinha dois clubes. Um perto do outro. Então, quando dava intervalo em um, corria pro outro e vice-versa. A noite inteira assim, aquela correria. (E1, 2022)

Quando questionado se já havia participado das celebrações consideradas patrimônio imaterial, o “E1” disse que sabe da existência da “Folia de Reis”, que a “Roda de Capoeira” não é da época em que ele morava em Matias Barbosa e que ele desconhece a “Viola de Minas”. Sobre as festas, ele respondeu:

Eu participei das festas. Participei indo, né? Não na organização, esse tipo de coisa. Folia de Reis também, como... como plateia, né? Porque eles passavam de casa em casa e... diversas vezes, normalmente, no dia de Natal, eles passavam, né? Não sei se passam ainda. Tem vários Natais que eu não vou pra Matias. Mas participar...fazer parte, eu nunca fiz, não. (E1, 2022)

Sobre a “Festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição”, designada por alguns moradores como a “Festa da Quermesse”, o “E1” relatou: “Então as barracas eram montadas nas laterais, entendeu? E a festa, né? A famosa quermesse, ficava lotada...” (E1, 2022)

A “E2” disse que já participara da “Festa da Fogueira” e da “Festa da Paróquia”, as quais são protegidas. Além dessas, já participara do “Festival Cultural” e de algumas exposições, quando esteve à frente do Memorial do Legislativo.

Já de algumas. Bom... a Festa da Fogueira, sim, sempre que eu posso. A festa da igreja de São Sebastião Nossa Senhora da Conceição, que é uma manifestação cultural. E... o que mais? ... carnaval sempre, que fez parte da minha adolescência principalmente. Tinha os bailes ainda, né? Sei lá...diante do memorial, algumas exposições. O festival cultural, todo ano. Sempre que tem. Admiro, acho muito legal a iniciativa. (E2, 2022)

Quando apresentada a lista dos bens registrados em Matias Barbosa e questionada especificamente sobre eles, a “E2” respondeu:

Com as festas da igreja, sim. Com Folia de Reis já tive, quando passava na rua. Só que já tem muito tempo que eu não vejo. Aí a gente sempre participava, sempre chegava perto e tudo, tava sempre...a partir do momento que ele sai do meio da rua e vai para praça (Peter Birkeland), aí eu já não vou mais. Porque antes eles passavam. Era interessante. E aí eles saem disso... a gente não vê mais isso acontecer, eles saindo... por conta do trabalho mesmo; também de muita coisa, eu acabo não participando. E Roda de Capoeira, não. Que acho também que não faz parte da minha realidade. Já vi muitas vezes na praça, já levei minha filha pra ver muitas vezes, quando ela era menor, mas não faz parte do meu dia a dia. Já as festas da igreja fazem parte mais do meu dia a dia, porque tem mais proximidade com minhas ações diárias, pessoais. (E2, 2022)

O “E3” mencionou, em sua resposta, que é organizador do Festival Cultural de Matias Barbosa há 23 anos. Já fora membro do Conselho do Patrimônio. Além disso, disse que tem uma participação ativa no Carnaval de Matias Barbosa “[...] fui membro da diretoria das escolas de samba Kaneros, Princesa do Morro, Unidos da Penha e Centro Imperial [...]” (E3, 2022). Ele respondeu que já havia ajudado na organização da Semana do Folclore em algumas edições, além de promover outros eventos culturais.

O “E4” mencionou a sua participação no “Festival Cultural”: “[...] eu já participei do Festival Cultural. O Festival Cultural é...eu não sei se esse ano eu eles vão fazer, mas geralmente eles fazem um Concurso Literário, de poesias e de contos. E eu já ganhei duas vezes o de contos.” (E4, 2022)

O “E4”, assim como o “E3”, mencionou a Semana de Folclore, promovida pela Secretaria de Cultura junto com a Secretaria de Educação de Matias Barbosa, que ocorre na Praça Peter Birkeland.

Entrevistado: A Semana do Folclore é o seguinte: a educação pega um estilo de dança e aí eles fazem essas apresentações de danças regionais de vários lugares, entendeu? Aí primeiro, eles fizeram danças regionais brasileiras, com roupas regionais. Eu fui dois anos; um eu fui nesse de danças regionais do Brasil e outro foi danças regionais da América Latina. (E4, 2022)

O “E5” mencionou a sua participação em eventos culturais na parte da montagem e na decoração das celebrações. Ele reforçou o apoio da Prefeitura municipal:

Sou decorador de festas. Semana Cultural, Semana do Folclore, Semana do Carnaval, me envolvo nessas atividades culturais desde criança, na verdade, tá? Agora, como artesão, como decorador, eu tenho uma licença de artesão da prefeitura. Eu presto serviço pra prefeitura nisso. Então assim, semanas culturais, na praça. Principalmente na praça, Peter Birkeland, ao lado do supermercado XXX, o coração da cidade é ali. Então, ali que a gente consegue concentrar as pessoas, né? Então assim, as decorações que foram feitas nas últimas semanas culturais foram fantásticas, foram pensadas. A prefeitura realmente apoiou. Então assim, é onde os artistas se unem, né? Cada qual dá a sua ideia, cada qual faz a sua parte e na maioria das vezes a execução é minha, a montagem é minha. Eu faço parte hoje do dia a dia da cultura. (E5, 2022)

O “E6” mencionou sua participação na organização da “Folia de Reis”, na “Festa da Fogueira”:

Eu participei do encontro de Folia de Reis, por ser um bem registrado. Atravessei, já passei na fogueira do Mina (Festa da Fogueira), nas brasas da fogueira do Mina. Do próprio Festival Cultural, né? Porque hoje também acho que foi registrado como Patrimônio Cultural. Participei em várias edições, quase todas as edições dele, entendeu? Do Festival Cultural. E de... já fiz parte até do Conselho Patrimônio. (E6, 2022)

Quando questionado sobre a “Festa da Paróquia”, ele respondeu: “A Festa de Nossa Senhora da Conceição, eu já participei, tanto tocando nas missas, quanto na organização da festa também. Já participei sim.” (E6, 2022) E sobre a “Roda de Capoeira”, ele respondeu: “Nunca participei, não. Mas sei que existe em Matias. Que é um ponto forte em Matias também que é a questão da capoeira.” (E6, 2022)

O “E7” é uma pessoa que se envolve com cultura há muitos anos:

Eu trabalho. Trabalho não, né? Eu faço cultura desde os 13 anos de idade. Sempre participei de festivais culturais. Cantei em coral, toquei em coral. Participei da academia de seresta. Fiz teatro em Matias no grupo Bumbá também. Participava dos festivais, o Brinquelê. Essas atividades todas aí. (E7, 2022)

Além dos festivais, o “E7” ajudou a organizar a “Festa da Paróquia”, designada por ele, como “Festa da Padroeira”, bem como a “Festa da Fogueira”, também designada por ele, como “Festas do Jardim do Mina”. Sobre a “Violas de Minas”, ele respondeu: “Te confesso que essa questão dos violeiros de Minas, pra mim, é uma novidade. Eu não sabia. Eu não sabia que tinha esse patrimônio em Matias.” Sobre a “Roda de Capoeira”, ele disse que nunca participara dela, mas que tem contato com os capoeiristas. Ele indicou uma pessoa para a entrevista, o “E 9”.

O “E8” mencionou a sua participação na “Festa da Paróquia”, designada por ele, como “Festa da Quermesse”:

A Festa da quermesse da igreja é todo ano. Inclusive, eu sou patrocinador. Eu ajudo, faço doação. A festa é em frente à minha loja, não tem nem como não, não participar. E a gente participa todo ano, mas no sentido assim... como é uma festa voltada para arrecadação financeira, né? Festa de quermesse. No passado já foi um pouco diferente. No passado, para você ter ideia, tinha shows com cantores locais [...] eu sempre participei, sempre participo, vou continuar participando. (E8, 2022)

O “E8” também mencionou a sua participação na “Festa da Fogueira” e a questão religiosa que envolve a celebração:

A Festa da Fogueira de São João, que é lá no Jardim do Mina, no alto do Mina, lá na capela de Santo Expedito, é uma festa... é uma festa menor, idealizada e assim mantida com muito sacrifício por um senhor até vizinho meu aqui, o XXXX. Eu já fui várias vezes, mas, nos últimos anos, eu não tenho ido dado a dificuldades. Às vezes, a festa acontece numa semana que eu não posso ir, que não dá, mas é uma festa que eu tenho muito carinho e que eu quero levar os meus filhos lá para conhecer. Mas já foi melhor, já teve aquela coisa de comunidade, porque o Jardim do Mina é um bairro aqui, de colonização italiana. Então tinha essa coisa cultural mais forte. Era umas... eram famílias grandes e que elas, tradicionalmente, se reuniam para fazer essa coisa da quermesse. O movimento financeiro para igreja, para manter a capela lá tem todo custo e era muito bonito isso. Hoje tá resumido de fato a uma fogueira que no final espalha a brasa e as pessoas passam fazendo aquela manifestação da fé. Eu nunca passei, te confesso que eu nunca passei, porque eu não me sinto convicto para isso, entendeu? (E8, 2022)

O “E8” disse que não participa da “Folia de Reis”, nem se envolve com esse grupo. Por fim, mencionou o que pensa a respeito da celebração:

A Folia de Reis, eu acho superinteressante, legal, só que eu perdi o encantamento pela Folia de Reis. Quando eu era garoto, aí...doze até dezesseis anos, eu tive uma experiência, vivenciei umas experiências muito ruins. Eu via esses grupos de Folias de Reis...era só cachaçada. Aqui tinha perdido essa coisa da religião, da Festa do Divino aquela coisa. Então da bandeira de São Sebastião...e eu acabei perdendo o meu carinho, entendeu? Não, não tenho encantamento por elas não. Te confesso que não vejo com bons olhos. (E8, 2022)

O “E8”, assim como o “E7”, desconhecia sobre o registro das “Violas de Minas”:

“E sobre as violas de Minas, eu te confesso que eu não conheço nenhum grupo aqui de viola, tá? Eu nunca vi nenhuma apresentação de nenhuma de nenhum grupo de viola aqui. Nunca fui. Nunca vi nem fiquei sabendo. Te confesso.” (E8, 2022)

O “E9” mencionou sua participação no “Carnaval”, citou o “Festival Cultural” e o “Festival de Cantigas” organizado por ele.

Carnaval, a gente... assim, mesmo não participando de desfilar, de tocar, enfim, mas uma coisa que sempre... bom, a gente vinha pro carnaval, né? Pra participar do carnaval. Sim, já desfilou algumas vezes também, por conta de ter a ala da capoeira. Desfilamos algumas vezes. O Festival Cultural, mais de assistir. Mais sim, com relação, igual ao Festival de Cantigas, de certa forma, não deixa de ser uma atividade cultural, né? da cidade, né? (E9, 2022)

O “E9” disse que nunca havia participado da “Festa da Fogueira”. Quando questionado se já participara da “Festa da Paróquia”, ele respondeu: “Já, não tem jeito de não ir.” (E9, 2022) Sobre a “Folia de Reis”, ele respondeu: “A Folia de Reis, a gente vem no encontro na praça, né?” (E9, 2022)

Quando questionado sobre a “Roda de Capoeira”, ele que é capoeirista, respondeu: “É, a Roda de Capoeira não tem jeito... porque eu sou um dos que faz com que essa roda aconteça, né? Eu sou um dos responsáveis pela roda. Então, a Roda de Capoeira não tem jeito, tô sempre nela.” (E9, 2022)

O “E 10” respondeu que já havia participado das festas e da “Folias de Reis”, fazendo os registros fotográficos, para compor a documentação, a qual fora enviada para o Programa ICMS Cultural. Ele disse ainda que já havia sido colaborador da “Festa da Paróquia”. Por ser esse entrevistado uma pessoa muito envolvida com cultura, foi questionado sobre o “Festival Cultural”, evento mencionado por outros entrevistados.

O Festival Cultural, eu já participei há muitos anos atrás. Eu escrevi um conto que era denominado, intitulado o “Tesouro Perdido de Matias Barbosa”. Contava a aventura de três amigos que descobriram o mapa, o mapa de tesouro que se remeteu... A ideia da história era, né? valorizar a identidade e a memória da cidade ao mesmo tempo, né? Fazer uma relação com os túneis da Igreja da Capela do Rosário. E o desfecho do livro é a descoberta do ouro, né? de um baú de riqueza lá na Capela do Rosário. Isso foi no ano de dois mil e cinco. Eu fiquei em segundo lugar no Festival Cultural, na parte de literatura. (E10, 2022)

Percebe-se, pelas respostas dos entrevistados, que outros bens culturais não registrados como patrimônio imaterial foram mencionados. O Quadro 24 representa os eventos que foram mencionados.

Quadro 24 - Manifestações culturais não registradas em Matias Barbosa

Denominação do bem imaterial	Município: Matias Barbosa									
	Entrevistado									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Carnaval										
Festival Cultural										
Semana do Folclore										
Outros										

Fonte: Autora (2022).

Segundo o Quadro 24, o “Festival Cultural” foi a manifestação cultural mais mencionada, tendo sido citada por sete entrevistados. O “E6” disse que o Festival é registrado, mas essa informação não foi confirmada. A segunda manifestação mais mencionada foi o “Carnaval”, citada por cinco entrevistados. A “Semana do Folclore” foi mencionada três vezes. Seis entrevistados citaram outras manifestações, como: exposições, festivais musicais, mostras fotográficas etc. Os entrevistados participam dessas manifestações e percebem que estas representam a identidade da população matiense.

A sétima pergunta da entrevista foi: “Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?” Essa questão foi mencionada em algumas respostas da sexta pergunta, porém algumas novidades aparecem nas respostas referentes à questão 7.

O “E1” reforçou a importância da “Festa da Paróquia”, que ele designou como “Festa da Matriz”, e da “Festa da Fogueira”. Ele citou a Festa da Igreja do Rosário, que existia antigamente.

A Festa da Matriz eu acho que é importante. A própria Fogueira, lá do Mina, né? Do jardim do Mina. Eu acho que são festas, são eventos importantes, né? A Festa lá da Igreja do Rosário não tem jeito de voltar, né? Mas foi muito... muito interessante. Eu acho que era muito legal antigamente, né? Enfim...acho que basicamente essas duas, né? Porque os outros eventos não vão voltar. Não tem como voltar. (E1, 2022)

O “E 2” citou o “Festival Cultural”, evento que fora citado por quase todos os entrevistados na sexta pergunta:

O Festival Cultural já virou tradição. Acho que deveria. Já tem mais de vinte anos que acontece na cidade. Criou uma tradição de peças de teatro todo ano. É legal, sabe? Acho que precisa desse tipo de ação aqui. Acho que é muito válido. Tem várias ações que as pessoas não teriam acesso, se não fosse por ali. Acho que principalmente esse, o Festival Cultural. (E2, 2022).

O “E3”, o “E 4”, assim como o “E 2” reforçaram a importância do Festival:

O Festival Cultural teve o processo de tombamento encerrado no fim do ano passado, apesar de ainda não estar na relação estadual dos bens protegidos. E não por ser organizador, mas pela sua importância para a cidade, achei muito justo. Não me recordo no momento sobre outras manifestações a serem protegidas, mas sempre há. (E3, 2022)

Tem o Festival Cultural e... a Semana do Folclore também. Então, eu acho o Festival Cultural tinha que ser uma coisa tombada também, né? Isso é muito importante pra Matias. E assim, minha opinião pessoal, assim, eu acho que a Semana do Folclore também é bem bacana, é importante. Então são duas coisas que eu acho que são muito importantes pra Matias. (E4, 2022)

O “E 4” também mencionou a importância da “Semana do Folclore” para Matias Barbosa. O “E5” respondeu que, para ele, não existe nenhuma manifestação que deveria ser protegida, além das que já estão.

O “E6” citou a Capoeira, sem saber que ela é registrada como patrimônio. Ele respondeu que todos os bens que ele considera importantes para Matias Barbosa já foram registrados. O “E7” mencionou a “Academia de Seresta” como uma manifestação que deveria ser protegida:

Entrevistado: Eu tenho um carinho especial com academia de seresta, que eu já não sei nem se ainda tá na ativa ainda, sabe? Porque faz muitos anos que eu não frequento, né? E eu não sei como é que tá. Mas era algo sim que até o local onde eles ensaiavam dentro do asilo, então as pessoas que já estavam lá conseguiam participar também das atividades.

Pesquisadora: A seresta acontecia sempre?

Entrevistado: Sim. A seresta participava também dos festivais culturais. Fazia abertura. Participava de solenidade na Câmara. Eu acho...Eu sou músico também, então, eu tenho um carinho especial pela academia de seresta. (E7, 2022)

O “E8” citou a “Banda de Música Santa Cecília” como um instrumento de divulgação da cultura:

Nós podemos considerar a banda de música a... antigamente tinha uma banda, chamava banda de música Santa Cecilia. Aí por questões religiosas, eles mudaram pra Corporação Musical Matias Barbosa. São essas bandas que participam em festivais de outras cidades. Nós podemos considerá-la como um equipamento cultural? Se puder, eu acho que esse é uma... essa é uma manifestação, porque ela contribui demais [...] isso eu acho que é uma contribuição cultural enorme. Aqui, em Matias Barbosa, a nossa banda encerrou suas atividades o ano passado, não sei se foi por questão de covid, se for por questão financeira, se foi por questão política, mas tá aí um instrumento cultural

que eu acho que é de extrema necessidade para a juventude e para o desenvolvimento cultural da cidade. (E8, 2022)

O “E7” e o “E8” mencionaram a vocação musical de Matias Barbosa. O “E9” reforçou essa inclinação da cidade e sugeriu que algum evento deveria ser realizado para unir todos os artistas locais:

Tem uma coisa que eu percebo que aqui na cidade tem muito, que a gente não tem o reconhecimento...eu nem sei se isso caberia como...como histórico, né? Mas aqui a gente tem o... se tivesse boa vontade, até poderia ser. Mas aqui a gente tem muita gente talentosa com relação à música. Tem muitos bons músicos, sabe? Que a gente não consegue ver essa galera. Muitos bons músicos, muitos bons compositores também. A gente não consegue ver, porque eles estão, sabe? espalhados. Eu acho que falta isso, desse olhar pra esses músicos. (E9, 2022)

O “E10” disse que as manifestações que ele conhece já foram registradas e sugeriu que seja realizado algum registro relacionado ao “saber fazer”.

[...] mas tem a necessidade de Matias registrar, né? o “saber fazer” que, por exemplo, o próprio XXX (E9), ele pega, né? a matéria-prima e consegue transformar aquela matéria prima, né? em instrumentos musicais da matriz africana. Então o que a gente tem em Matias Barbosa que precisa ser observado é o modo de fazer. A gente tem também o registro do modo do saber fazer, né? E aí a gente começa a ter uma variedade, né? na parte da Gastronomia. [...] Então assim, é essa questão do registro imaterial. A cidade ficou muito focada naqueles que fazia referência, que é mais de cunho de manifestação religiosa. Mas tem outros que, provavelmente, têm que ser registrados para a questão do conhecimento identidade da cidade. (E10, 2022)

As entrevistas confirmam que Matias Barbosa tem uma vocação musical bastante reconhecida pelos moradores. É uma cidade que possui muitos artistas e cujas manifestações culturais estão presentes nas vidas dos matienses.

5.3. A população matiense e a preservação do seu Patrimônio Cultural

A oitava pergunta da entrevista foi: “O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?” A intenção foi identificar se os entrevistados têm uma noção do que precisa ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de Matias Barbosa.

Figura 60 - Nuvem de Palavras



Fonte: Autora (2022).

A Educação Patrimonial foi mencionada por cinco dos entrevistados. O “E1” mencionou a Educação Patrimonial como uma forma de conscientizar a população sobre a preservação do seu patrimônio.

Eu acho que educação patrimonial é um caminho, como disciplina obrigatória nas escolas, né? Eu sou meio ditador nesse sentido. É para as pessoas perceberem a importância, porque, em casa, não vão ter esse tipo de orientação. Eu acho que a maioria da população não tem essa noção, né? Do que é importante. (E1, 2022)

A “E2” mencionou o tombamento dos bens e as ações para a educação patrimonial. Como ela havia trabalhado na organização do Memorial do Legislativo, comentou sobre a importância desse tipo de evento para Matias Barbosa.

Ações constantes, principalmente, entre as escolas, alunos, crianças e para os pais. Exposições, ações educativas nessas exposições. Acredito que exposições funcionam bem, porque eu tive essa experiência e foi muito legal. Mais de uma vez, de chegar... quando a gente montou o memorial, passado um tempo, enfim...pra contar a história um pouquinho da cidade, né? Através do memorial. E a gente chamava as escolas. Então a gente fez várias ações com as escolas municipais, estaduais, particulares, todas as escolas da cidade. E aí chegava um ponto assim, das crianças ficarem tão fascinadas que tinha um menininho, vários menininhos falando assim: Nossa!! Eu quero isso tudo aqui! Eu quero fazer parte disso tudo aqui!! Trouxe minha notinha (cédula de dinheiro), ó, pra você guardar aí no Memorial. Ele trouxe uma nota antiga e pede pra guardar, doar a nota. Então o envolvimento das crianças, pra mim, eu acho que seria o mais importante. Mas o envolvimento tem que ser muito ativo, sabe? Tem que ser feito com muita...paixão. Acho que tem que ser paixão, sabe? E são coisas, que eu não vejo custo. São coisas que eu acho que a gente consegue fazer sem grandes custos, sem grandes...com envolvimento de professores, com mobilização dos alunos, com mobilização dos pais e com muita paixão, assim, pelo que você está fazendo. O que o memorial me possibilitou, nesse momento, foi ver isso. Foi sentir isso, sabe? De perceber que a gente pode fazer muita coisa. Porque todo mundo fica falando, ah...recurso... eu falei, cara, eu

trabalho na Câmara, na Câmara a gente não pode ter projeto pela lei de incentivo. E eu consegui fazer tanta coisa sem recurso, mas tanta coisa, uma coisa absurda. Com pouco recurso, vamos dizer assim. E com meu trabalho e isso acho que é fascinante. (E2, 2022)

A “E2” falou de seu sentimento em trabalhar com as exposições do Memorial Legislativo:

Eu fico feliz assim, eu fico pensando se eu conseguir plantar essa sementinha no coração de algumas crianças, eu acho que essas crianças vão ser pessoas melhores no futuro, vão valorizar de alguma forma esse patrimônio, de uma forma diferente, então... acho que é isso. Eu acho que criança, a principal coisa é educação patrimonial, mas não aquela educação patrimonial convencional nas escolas, também tem que ter, mas tem que ter de uma forma diferente, sabe? Tem que ter de uma forma mais efervescente assim, em que eles participem, possam participar de brincadeiras, que eles possam estar ali, que eles possam sair do local comum da sala de aula pra outros lugares, para que eles possam ir nos bens e participar ali de ações e participar de coisas que podem acontecer, como eu falei, sem grandes recursos, com muita vontade. (E2, 2022)

Essa fala da “E2” mostra o envolvimento das crianças com a história e com a cultura. A entrevistada falou sobre a importância de um trabalho pedagógico sobre o patrimônio. Ela complementou:

[...] As crianças iam levar. O menininho foi levar e aí o outro ficou apaixonado...todo mundo queria doar alguma coisa. Porque eles começaram a se sentir pertencente à cidade deles, né? Então eu acho que isso...isso é legal, de pensar que...então você imagina...se foi isso com uma exposição, que tá lá, de longa duração, em que eles viram alguns bens materiais, né? Alguns objetos, alguns itens de acervo que pertenceram a algumas pessoas da cidade, se identificaram tanto, eles não vão sentir isso com o patrimônio arquitetônico? que faz parte do dia a dia deles? Se uma nota antiga mexeu tanto com eles, bengala que pertenceu ao Cônego, que é o lugar onde eles estudam, mexeu tanto com eles. Se uma foto antiga, imagina... um telefone da década de oitenta mexeu com os meninos, que fez parte do acervo da câmara, imagina um prédio? Dependendo de como for falar, de como for dito...eu acho muito importante. Eles vão levar isso pros pais. (E2, 2022)

O “E3” respondeu que acredita que a Prefeitura Municipal de Matias Barbosa tem realizado um bom trabalho no sentido de preservar o seu patrimônio. Ele também defendeu a Educação Patrimonial como ferramenta para sua valorização.

Nos últimos anos, a prefeitura tem feito um bom trabalho neste sentido, ao ter comprado imóveis importantes para nossa história, como as instalações do antigo Laboratório de Biologia Veterinária, o prédio da Cemig, a residência do Dr. Antônio José do Couto. Acho que o melhor

caminho seria a atual e as futuras administrações permanecerem neste caminho, adquirindo as casas de relevante interesse histórico, promovendo seu tombamento e a instalação das repartições municipais; só assim poderemos preservar o pouco patrimônio que ainda temos. Ao mesmo tempo, a implantação da educação patrimonial nas escolas municipais também seria muito útil, para que as crianças aprendam a valorizar nosso patrimônio. (E3, 2022)

O “E4” sugeriu o trabalho de manutenção do patrimônio, bem como a conscientização da população, para que assim esta ajude a preservar os seus bens.

Ah, eu acho assim que deve ser feito assim, preservar, né? É cuidar, fazer manutenção, né? Reforçar a importância dele, conscientizar a população do valor que ele tem pra cidade. Que que ele comunica, né? pra cidade, pros matenses, né? Realçar o seu valor mesmo, né? Eu acho que isso é importante pra própria cidade dos próprios cidadãos ajudarem a preservar, né? Ajudar nessa manutenção também, né? (E4, 2022)

O “E5” também sugeriu a participação popular no cuidado com o patrimônio.

[...] tipo assim, tem o pessoal da prefeitura trabalhando e tem um pessoal da cidade admirando e participando desse dia a dia. Então assim, se as pessoas verem coisas que elas não gostaram, então, realmente elas vão pegar o telefone, vão fazer uma denúncia, vão falar, entendeu? Então assim, isso é muito dinâmico, isso já acontece. Isso já acontece, tipo assim, isso tá no dia a dia, entendeu? Se uma tia passar lá e não gostar, ela vai sair falando isso para todo mundo, entendeu? E o pessoal da prefeitura tá aberto a isso. Eu liguei para o XXX, que é ligado à cultura, e falei: “Fui tirar umas fotos lá na frente do Relógio de Sol e o Relógio de Sol tá precisando de uma limpeza, que é específica”. Uma pedra sabão precisa, né? Ter as manutenções, tipo assim, né? Em relação à Pedra Sabão, ela vai ter alguma coisa parecida com ferrugem, que é da Pedra Sabão. Mas aí eu falei pra ele, ele falou que ia lá ver. Outras pessoas tinham falado comigo, mas não tinha chegado nele. Então funciona assim, né? É a população se interagindo, entendeu? (E5, 2022)

O “E6”, ex-vereador de Matias Barbosa, sugeriu um trabalho de conscientização da população sobre a importância histórica e cultural dos bens que a cidade possui e sobre a importância da preservação:

Acho que em primeiro lugar, conscientização, porque acho que a gente precisa hoje...acho que Matias faz até um trabalho bacana na questão da educação patrimonial, algumas ações, mas acho que é ínfimo diante da grandeza do que os bens representam pra cidade. Acho que esta conscientização, porque eu acredito assim que o gestor público, ele vê o Patrimônio Cultural com o olhar de gestor público, mas a população ainda não se apoderou desse bem como dela mesmo. Assim, esse bem é nosso. (E6, 2022)

O “E6” falou sobre a forma como ele percebe que a população e os gestores públicos se relacionam com o patrimônio:

Então, quando você fala em preservação dos bens culturais e quando a gente entende como resgate da história, grande parte da população acha que é desperdício de dinheiro você resgatar ou cuidar de uma coisa antiga, né? Pra nós, o que é histórico e antigo que tem uma importância arquitetônica ou histórica; pra alguns moradores, é coisa velha. Então, acho que a primeira coisa é a conscientização. E segundo é investir na capacitação seja do gestor público também, pra esse olhar diferenciado do Patrimônio Cultural. Porque enquanto...é bom pensar assim: membros do Conselho, historiadores, eles querem e acham a importância histórica, nem todo gestor público - aí eu falo: secretário, prefeito - nem todos têm o mesmo olhar que os amantes do patrimônio têm. Que é preservar e cuidar e resgatar a história. (E6, 2022)

O “E7”, que trabalha como Secretário de Turismo em Simão Pereira, respondeu à pergunta, no papel de gestor público. Apontou as principais dificuldades, quando se trata da preservação:

É porque assim a gente que trabalha com o poder público, a gente entende as dificuldades da...do patrimônio, sabe? Burocracia, os trâmites todos que têm que ser feitos, né? Não é qualquer empresa, não é qualquer tipo de intervenção que pode ser feita no bem também. E eu acho que os bens culturais, eu acho que eles deveriam... ou pelo menos os prédios... assim, eles deveriam sim, ter um direcionamento para cultura, sabe? Uma ocupação desses espaços, para que eles pudessem se tornar centros culturais e ... e afins... assim, sabe? Que pudesse contar ali também um pouco da história do município. Eu falo, eu sou apaixonado pelo prédio do Laboratório, sabe? Que eu acho que é um prédio que tem um potencial gigantesco, um local estratégico e que poderia sim... e eu, pelo que eu tô sabendo, ela vai virar um Batalhão de Polícia, sabe? Aí eu acho que o prédio é muito, muito grande e para ser só isso, sabe? (E7, 2022)

O “E8” falou sobre a necessidade de difusão de informações acerca da importância do Patrimônio Cultural:

Pra conservar o patrimônio, eu acho que o mais importante e que eu sempre preguei, sempre tentei contribuir, é você trazer a população, levar a informação da importância daquele patrimônio. Então quando você leva informação, você traz as pessoas, você traz o cidadão pra dentro daquele equipamento, pra história dele, você consegue criar uma integração, um laço entre os dois e, com isso, você passa a criar aquela identidade cultural. (E8, 2022)

O “E8” também ressaltou a importância de se preservarem algumas tradições.

Olha, eu sou descendente de italiano, olha o quanto é importante nós termos uma festa italiana na cidade. O quanto é importante você ter uma festa portuguesa na cidade. O quanto é importante a gente manter a história calçadista. [...] a culinária tá ali, os costumes, as danças, as festas nessas colônias. (E8, 2022)

O “E8” sugeriu o fortalecimento da identidade: “Se a gente não construir equipamentos culturais que busquem essa integração: sociedade com a sua história criando essa identidade, fortalecendo o passado na construção de um futuro, eu acho que vai estar tudo perdido.” (E8, 2022) Além disso, sugeriu também a criação do Memorial do Legislativo: “Então a ideia do Memorial já que ninguém fazia nada para resgatar e para contar essa história da nossa cidade, era a gente fazer o quê? Compilar isso tudo dali dentro do prédio da Câmara, dentro do memorial, pra gente difundir isso.” (E8, 2022)

A ideia dele era justamente a gente resgatar essas culturas, essas histórias e a gente levar para a sociedade. Nós tentamos fazer isso criando... a gente ia criar um álbum de figurinhas para levar para o ensino fundamental. Depois foi criado um livro. A gente ia criar uma série de detalhes, né? de manifestações que a sociedade ia tomar conhecimento e ia despertar, ia ser um gatilho, mas acabou. Assim, que, como eu falei com você, às vezes, a política, ela prejudica um pouco, quando as pessoas que estão do lado de lá, elas não entendem a necessidade disso. Nós chegamos a entrevistar algumas pessoas, que a nossa ideia era buscar as pessoas com maior idade na cidade, né? as pessoas mais velhas, pra elas contarem. Pegar detalhes, depois fazer um relatório final. A gente queria fazer isso. A gente procurou famílias tradicionais, pessoas mais velhas de cada família para contar histórias: como eles chegaram aqui, por que vieram para cá, qual a importância deles, qual a contribuição deles no desenvolvimento da cidade. E a gente resgatando tudo isso, né E compilar num documento único, o que é que a gente conseguiu fazer um pouco disso. (E8, 2022)

O “E8” defendeu a ideia de que a população deva ser envolvida nos processos de preservação do Patrimônio Cultural:

Então, eu penso que, sem esse resgate da história e sem passar informação, nós não vamos criar uma sociedade que zele pelo seu patrimônio. Lembra quando eu falei com você o prédio da Camig decadente, caindo aos pedaços? Ele vai continuar sendo esse prédio, se a gente não contar para as pessoas a história, a importância que aquele prédio tem para nossa cidade. Então a partir do momento que a gente contar e que as pessoas participarem, tomarão o conhecimento do quão valioso ele é; aí as pessoas vão passar a defendê-lo. Aí talvez, o descaso do poder público não vai ser tão grande. Da mesma forma é estação ferroviária, é a escola, é o laboratório. Então assim, se a gente não inserir a sociedade nesse contexto do Patrimônio Cultural, eu acho que a gente não vai

conseguir defendê-lo, entendeu? Então eu acho que o caminho é isso aí. A gente difundir essa ideia, difundir, levar o conhecimento pra as pessoas, pra que as pessoas comprem a ideia e passem a amar ali, aquela parte da sua história. (E8, 2022)

O “E8” entende que a participação popular aproxima a população do poder público no planejamento e nas tomadas de decisões. O “E9” respondeu: “Eu acho que tem que ter boa vontade. Boa vontade. Mais boa vontade do que recurso.” O “E10” reforçou a importância do trabalho de Educação Patrimonial:

A preservação de qualquer Patrimônio Cultural, qualquer monumento, qualquer história, ela passa, inicialmente, pela educação patrimonial. Então, a gente precisa, né? investir muito na educação patrimonial. Que é investimento de difusão cultural entre os nossos alunos: da rede municipal, estadual e particular. Então, quando você leva, né? elementos, né? de difusão da educação patrimonial para as escolas, aquelas crianças, elas vão crescer sabendo tudo que têm de Patrimônio Cultural, e passam a não só valorizar, mas respeitar e também lutar pela conservação. Então assim, um ponto de partida, né? pela Educação. (E10, 2022)

O “E10” sugeriu também a difusão cultural.

E lógico que as pessoas que a gente não conseguia atingir pela educação, né? que não estão na educação, não estão no ensino, a gente atinge através da difusão cultural. Que é uma outra forma, né? de trabalho. Por exemplo, o calendário da cidade, há muito tempo, né? sempre faz menção ao Patrimônio Cultural. Sempre tem alguma... algum folheto falando sobre Patrimônio Cultural, porque isso aí também faz com que as pessoas passem a entender e passem a conhecer mais essa riqueza, que é nosso Patrimônio Cultural da cidade. (E10, 2022)

A difusão cultural em Matias Barbosa é realizada pela Secretaria de Cultura e Turismo, por meio de cartazes, nos pontos de ônibus, distribuição de calendários e de cartões-postais.

A Figura 61 representa o calendário elaborado para o ano de 2022, com as fotografias de moradores de Matias Barbosa para o “Concurso Fotográfico 98 anos”, promovido pela Secretaria de Cultura e Turismo.

As fotografias do “Concurso Fotográfico 98 anos” também foram impressas na forma de cartão-postal, os quais estão disponíveis para toda a população na Biblioteca Municipal de Matias Barbosa. A Figura 62 representa alguns desses materiais.

Figura 61 - Calendário Ano de 2022, Matias Barbosa;
 Figura 62 - Cartões-Postais, 2022, Matias Barbosa.



Fonte: Autora (2022).

É possível perceber que, na maior parte das respostas, foi citada a educação patrimonial. Os moradores acreditam na importância da educação patrimonial, conhecem essa ferramenta, consideram-na necessária para a difusão dos bens culturais e, conseqüentemente, para a preservação do seu patrimônio.

A pergunta nove: “Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?” comprova essa afirmação.

O “E1” não mencionou como pode contribuir para a preservação do patrimônio, mas fez uma reflexão a respeito: “(..) é...nós vivemos num país onde a cultura é efêmera. Sempre foi. [...] a fome pelo novo, pelo moderno, isso é um jargão, mas é verdade. A fome pelo novo, pelo moderno supera qualquer noção de preservação, sabe?” (E1, 2022)

E tem outras questões que estão envolvidas na preservação. Com relação à questão de ter a noção de que se...o que tá preservado é interesse da população, ou é interesse de um grupo, de elite...de elite cultural, de elite econômica. Evidentemente, se você olhar na história do IPHAN, sempre foi interesse de um grupo. Um grupo que resolveu que a cultura deveria ser preservada, né? Talvez a exemplo da abordagem que é dada na Europa, que eu acho que é pós-Segunda Guerra, né? Que tá muito ligado ao turismo, né? Eu acho que é um valor econômico, né? Quando se deu o valor econômico ao patrimônio, tornou-se importante preservar o patrimônio. O europeu, em essa coisa de manter, de preservar, né? Talvez até pela dificuldade econômica de renovar, né? Dificuldades impedem. E acabou que... Opa! Se eu preservar, eu vou faturar, né? Então o turismo cultural, na Europa, é fortíssimo. Em outros países, também da América é fortíssimo. No Brasil, é forte em alguns pontos, né? O brasileiro tem

muita dificuldade de ter noção do valor, né? do valor econômico dado ao patrimônio. Quando se perdeu a maior parte, aí fica mais difícil. Como é que você vai explorar, economicamente, a Igreja do Rosário, lá em Matias? Como é que você vai explorar, economicamente, o prédio da prefeitura? Como é que você vai explorar, economicamente, o laboratório de biologia? Se criar um roteiro? Ah, vamos criar um roteiro Matias Simão Pereira? Acho muito difícil. Então a preservação pontual é uma preservação que está muito mais condicionada à vontade de alguns. De alguns, né? (E1, 2022)

O “E3” respondeu que pode contribuir “Respeitando e valorizando a história e todo o movimento histórico e cultural da cidade, tentando ensinar para as gerações futuras o valor da história e da cultura.” (E3, 2022)

O “E4” mencionou que pode contribuir com divulgação do patrimônio nas redes sociais:

Ah, o que eu posso fazer é trabalhar no engajamento do cidadão, né? Eu costumo fazer o quê... geralmente, através das redes sociais, né? Tem o Facebook da biblioteca, né? Que eu costumo postar coisas da história de Matias, coisas de Minas Gerais também, né? Tem uma página no Facebook muito legal chama “Lugares de Minas”, que tem umas imagens de patrimônios históricos muito bonito tal, né? O que tá ao meu alcance, assim é assim, trabalhar esse engajamento mesmo da cidade com o patrimônio. Tornar ele conhecido, né? Conscientizar a respeito do seu valor né? sensibilizar a população. (E4, 2022)

O “E5”, artesão que decora as festas em Matias Barbosa, mencionou:

Então aí é uma coisa assim, eu gosto muito de fazer, de praticar, a troca de saberes. Porque quando você tá no ambiente aberto que você tem assim lembranças. Essas lembranças causam fatos, informações, ideias, lembranças, né? E essas conversas desses ambientes...Isso é a riqueza da troca de saberes regional, entendeu? E até mesmo a explicação de costumes, entendeu? Então aí uma coisa ampla, né? Porque a gente...eu esbarro na provocação dessas lembranças, entendeu? E da provocação dessas lembranças, como técnico, eu consigo ter as fórmulas para recriar essas lembranças. (E5, 2022)

O “E6”, Secretário de Turismo Simão Pereira, disse que pode contribuir para a preservação dos bens, participando de ações de conscientização, da educação patrimonial, ajudando a divulgar a história, bem como agir por meio da educação dos seus próprios filhos:

Acho que primeiro participando das ações que envolvem patrimônio. Seja ações de conscientização, que no caso assim de...me colocar à disposição mesmo pra... nas escolas estar participando de ações de educação patrimonial. Seja eu trabalhando com a comunidade no mutirão mesmo, para preservar o patrimônio. Ou seja, contando a

história do patrimônio para pessoas. Acho que se eu fizer essa parte ainda não enquanto gestor público, eu não sou gestor público de Matias, mas enquanto cidadão, eu posso contar história, começando pelos meus filhos, que se eu começo a educar meus filhos, meus filhos podem ser até mesmo multiplicador. Como toda a família se educa um filho para importância do patrimônio histórico, cada família passa a ser multiplicadora da importância do patrimônio. (E6, 2022)

O “E7” respondeu: “É uma pergunta difícil. Enquanto indivíduo, né? Enquanto pessoa física. Eu acho que é ocupando esses espaços, né?” (E7, 2022)

O “E8”, ex-vereador de Matias Barbosa, respondeu: “[...] como cidadão, eu posso participar de Conselhos, né? Conselho de Cultura, Conselho de Turismo. Eu posso participar do Conselho do Desenvolvimento, eu posso usar da minha força política para trazer recursos pra Cidade.” (E8, 2022) Ele também apresentou as dificuldades que podem ocorrer na preservação do Patrimônio Cultural:

Eu posso fazer uma pá de coisas, mas isso tudo eu vou esbarrar naquela questão da vontade de quem está no comando, porque, como eu falei com você, é meu pensamento...eu acho...são poucas as cidades que têm condição de manter uma instituição que lute em defesa do patrimônio tanto material quanto imaterial. (E8, 2022)

Além das dificuldades apresentadas, o “E8” mencionou a falta de interesse da população e do poder público nas questões que envolvem a preservação do Patrimônio Cultural:

Eu faria isso aí, eu posso atuar nos Conselhos, mas aí o Conselho, se não tiver apoio popular, não resolve. Prefeito simplesmente não faz. O secretário não faz. E aí, se a gente tivesse condição financeira para manter uma instituição, um museu particular, alguma coisa, um Instituto, e que mais pessoas dessem a contribuição, né? Um advogado, um historiador, participando desse conjunto seria muito bom. Mas não adianta, eu vejo com muita tristeza a falta de interesse da própria população em guardar, resgatar... guardar a sua cultura. (E8, 2022)

O “E9”, capoeirista, mencionou que: Isso é uma coisa que eu sempre pensei muito, sabe? Durante muito tempo, eu fiquei... eu ficava chateado por eu não ver ninguém fazendo as coisas.” (E9, 2022) Então ele criou o “Festival de Cantigas”:

[...] Então, o que eu comecei a fazer foi justamente isso. O primeiro passo foi fazer o Festival de Cantigas, né? porque não existia. Não existe. Na verdade, não existe aqui no entorno, né? Festival de Cantigas pra... voltado pra capoeira. Existe em outros estados, tal. Mas aqui, na cidade, ou aqui, no entorno, não existia. Eu que comecei com esse Festival de Cantigas. Então, isso é uma contribuição que eu

faço, sabe? É uma maneira de eu contribuir pra história da capoeira na cidade e fazer que, de certa forma, as pessoas que não são da cidade venham pra cidade pra poder conhecer também. Que quando eu promovo esse Festival de Cantigas, eu trago pessoas de outras cidades, tem pessoas de outros estados. Então, elas tão vindo pra Matias pro evento cultural que é de interesse delas, sabe? Então, no primeiro momento, a contribuição que eu tô dando, que eu possa dar é isso, sabe? Só que tem que fazer mais, tem que fazer mais. Mas, no primeiro momento, é isso, seguir firme com a questão da capoeira, né? Me manter fazendo. E complementando com aquilo que eu posso. (E9, 2022)

O “E10”, professor de História e escritor do guia dos Bens Tombados de Matias Barbosa, obra que escrevera com a intenção de auxiliar na divulgação do Patrimônio Cultural da cidade, disse que pode contribuir da seguinte maneira

Bom, eu enquanto professor, né? eu já tô contribuindo há muito tempo. A primeira iniciativa que eu tive, né? é entender que, para você contribuir, você tem que dar algumas ferramentas pra aqueles que vão ser os multiplicadores do conhecimento. E nós sabemos que, na cidade, nós tínhamos assim, uma fonte muito limitada para os professores da educação básica, principalmente, do fundamental I e fundamental II ter acesso para fazer, né? essa questão da educação patrimonial na escola. Então, eu há um tempo atrás, escrevi um livro, né? que é um guia dos bens tombados de Matias Barbosa que serve, né? e muito, né? como referência para o trabalho dos professores. E também, né? para complementar, eu montei um blog com, né? todos os bens tombados que serve como referência. Então, hoje, quando a professora vai trabalhar a educação patrimonial, pelo menos, ela tem uma referência e tem fontes para ela tirar o material que ela precisa para trabalhar em sala de aula com as crianças. (E10, 2022)

O “E10” também auxilia nos trabalhos desenvolvidos para o Programa ICMS Cultural. Ele disse que estes são realizados por técnicos que nem sempre são moradores da cidade, ou seja, pessoas que têm um envolvimento e uma relação com o patrimônio diferentes daquelas que são residentes.

Então, o ICMS Cultural é uma ferramenta muito importante que foi criado no estado de Minas Gerais. Que eu acredito que é pioneiro, justamente por causa da própria história de Minas, né? em relação ao patrimônio histórico-cultural. E Matias Barbosa, né? o ICMS Cultural acontece da seguinte forma: ocorre, sempre no primeiro semestre do ano, uma licitação para uma empresa de consultoria específica no ICMS Cultural pra auxiliar na preparação das pastas, né? que são entregues sempre no final do ano. Então o papel da prefeitura é auxiliar, produzir aquilo que é necessário, ao longo do ano, fazer os registros... E a consultoria, né? nos dá o suporte para fazer essa entrega no final do ano. Porque a consultoria tem que fazer os laudos, né? Tem que assinar. E esses laudos tem que ter engenheiro ou arquiteto, e a prefeitura não tem esses profissionais. Então acaba que

você fica a mercê de talvez até não entregar. Então, por isso que existe essa necessidade da consultoria. (E10, 2022)

Os entrevistados de Matias Barbosa reconhecem as dificuldades que existem para se preservar o patrimônio e reconhecem que podem atuar e auxiliar na sua preservação, divulgando a história, conscientizando os moradores e participando de ações de educação patrimonial.

5.4. A população matiense e as políticas públicas

Para identificar se os moradores de Matias Barbosa têm conhecimento sobre as políticas públicas de preservação do Patrimônio Cultural e se sabem como ela ocorre, foi realizada a décima pergunta: “Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?”

Quadro 25 - Conhecimento dos entrevistados a respeito do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Matias Barbosa

Município: Matias Barbosa						
	Sabe da existência	Não sabe da existência	Sabe da função	Não sabe da função	É ou já foi Conselheiro	Nunca foi do Conselheiro
Entrevistado 1		x	x			x
Entrevistado 2	x		x		x	
Entrevistado 3	x		x		x	
Entrevistado 4	x		x		x	
Entrevistado 5	x		x		x	
Entrevistado 6	x		x		x	
Entrevistado 7	x		x			x
Entrevistado 8	x		x			x
Entrevistado 9	x		x			x
Entrevistado 10	x		x			x

Fonte: Autora (2022).

Segundo o Quadro 25, nove entre os dez entrevistados sabem da existência do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Matias Barbosa. Apenas o “E1”, que não é morador da cidade, desconhece a sua existência. Todos os entrevistados sabem qual é a função do Conselho, e a metade deles é ou já foi Conselheiro.

O “E1” disse não saber da existência de um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em Matias Barbosa e não respondeu se sabe sobre a função desse órgão.

A “E2”, que já fora Conselheira de Preservação do Patrimônio Cultural em Matias Barbosa, mencionou: “Sei a função. Mas não sei se está ativo, não sei. Acho que sim, né? Sim, sei a função, que é pra ajudar na preservação dos bens, vamos colocar assim de uma forma generalizada. Fiscalização....” (E2, 2022)

O “E3”, que também já fora Conselheiro, respondeu: “Sim, já fiz parte do Conselho e sei de sua importância, apesar de pouco valorizado.” (E3, 2022)

O “E4” é Conselheiro e mencionou o assunto que é tratado nas reuniões:

Existe, né? Inclusive eu faço parte desse Conselho, né? Eu, o XXX, a XXX, acho que a XXX faz também, né? E o objetivo desse Conselho, né? é exatamente deixar bem transparente, assim o destino da verba que vem para do IEPHA, né? Essa verba que vem do IEPHA para Matias, né? porque Matias recebe uma verba do IEPHA. O XXX, ele faz reuniões com Conselho exatamente para deixar tudo transparente. Ele deixa bem claro onde que essa verba está sendo aplicada, no que, entendeu? Basicamente, é isso, sabe? Ele, o XXX explicita, né? O destino da verba, né?! Onde ela tá sendo aplicada, tudo certinho, e aí ele aproveita também para discutir futuros projetos, ele lança ideias e tal. Ele fala assim: “eu quero fazer isso, isso, e isso, o quê que vocês acham?” Entendeu? Aí, geralmente, como são ideias boas, né? Geralmente, a gente concorda com ele. (E4, 2022)

Na resposta do “E4”, ele mencionou que ele, assim como os outros conselheiros, é consultado sobre ações sobre a preservação do Patrimônio Cultural, mas as ideias, geralmente, partem do presidente do Conselho. O “E5” respondeu que o presidente do Conselho é o atuante.

Existe. Bom, a princípio tem um Conselho de Cultura, mas o Conselho de Cultura ele foi muito ligado aos patrimônios, né? Eu faço parte de um Conselho, mas assim nós não somos totalmente atuantes, porque, na verdade, é o professor XXX que é o profissional do Departamento de Cultura atuante nisso. Quando ele precisa da gente, ele aciona a gente e a gente vai. Mas ele é o atuante. Então os tombamentos, as festas, e tudo... ele é o profissional da prefeitura que vê isso, entendeu? Mas assim em termos de Conselho [...] (E5, 2022)

O “E6” disse que é uma exigência do IEPHA de que os municípios tenham Conselho de Preservação do Patrimônio para fazer parte do programa ICMS Cultural.

Sim. É sim existe. Tanto existe que até mesmo para questão de pontuação no IEPHA precisa que o Conselho esteja ativo, né? E como Matias faz parte do ICMS cultural, então com certeza, sim. E a importância do Conselho hoje... ele não é adversário do município, ele é parceiro do município, porque são pessoas que têm...pessoas do poder público e da comunidade que ajudam o município gestor público

tanto a fiscalizar como a direcionar ações e recursos para preservação do patrimônio. (E6, 2022)

O “E7”, assim como o “E6”, são: Secretário de Cultura e Secretário de Turismo e são os gestores do Programa do ICMS Cultural de Simão Pereira. Ambos enfatizaram a existência do Conselho por causa da participação no programa de incentivo:

Eu acredito que tenha sim. Até porque eu tenho acompanhado... Matias tem pontuado, né? Então é sinal de que ele tem enviado algumas documentações (para o ICMS Cultural). E a função do Conselho de Patrimônio é deliberar o recurso, né? Direcionar o recurso pro investimento. Aprovar ou não, trazer ideias. Também participar da programação dos investimentos do recurso do ICMS e fiscalizar, né? É um órgão fiscalizador também. (E7, 2022)

O “E8” sabia da existência do Conselho e de sua função, bem como apontou os problemas que ele identifica:

Só que o problema disso aí...o que que acontece... aí a gente vai barrar naquela questão que eu te falei de novo da política. Na prática, não funciona como as leis mandam: que tem que convidar uma pessoa de cada instituição para participar do Conselho. Não sei te falar hoje, agora nesse momento, mas há uns tempos atrás, o Conselho de Cultura, por exemplo, funcionava com oito membros: quatro do poder público e quatro da iniciativa privada que envolve aí o pessoal de hotel, de uma banda de música, de um de um grupo de teatro. Só que isso tudo foi muito desconstruído. Nós não temos mais o grupo de teatro aqui, nós não temos a Corporação musical. Aí fica aquela coisa assim... e isso vai ao longo do tempo, vai desestimulando as pessoas. As pessoas que querem fazer cultura de fato, né? Querem contribuir, querem que a prefeitura crie os equipamentos culturais, né? Que construa teatro, e que melhore o espaço que têm... as pessoas vão-se afastando e, com isso, vai ficando aquela coisa assim, o responsável pelo Conselho acaba chamando os amigos dele para aprovar as políticas públicas. (E8, 2022)

O “E8”, ex-vereador de Matias Barbosa, apresentou a forma de atuação e da composição do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Matias Barbosa. Ele acredita ser essa uma realidade de outras cidades brasileiras.

Então, infelizmente, isso é uma realidade de cidade pequena. Acredito que não seja só de Matias Barbosa, não. A maioria das cidades pequenas, se você for analisar os Conselhos, estão todos funcionando precariamente. Então assim, existe os Conselhos no papel. No papel, se você for lá, tem a ata, mas se você chegar para pessoa que assinou a ata e se você perguntar para ela que dia que foi, ela não sabe, entendeu?! A ação que foi...porque ela só assina. Então é vergonhoso isso, tá? Pra sociedade, mas também a sociedade paga o preço do

que ela escolheu, porque ninguém quer participar. Você deve conhecer bem essa realidade. Você tem que correr atrás das pessoas. É lamentável isso. E as pessoas que, às vezes, se interessam...Aqui em Matias, teve uma época em que os Conselhos eram bem atuantes. Mas aí eles vão desconstruindo tudo isso, entendeu? Mas aí as pessoas de bem, elas vão se afastando, porque elas não querem ficar expostas. É lamentável isso que acontece. Eu já fui a encontros de Museu, já fui a encontro cultural Regional, a gente sempre debatia isso e acaba que não a gente não prospera numa discussão, entendeu? infelizmente. Enquanto a escola não ensinar essa importância de fazer política pública, de participar, a gente não vai avançar muito, não. Eu penso assim, tá? (E8, 2022)

O “E9” não sabe da existência, nem da função de um Conselho de Preservação do Patrimônio.

O “E10”, presidente do Conselho de Preservação do Patrimônio, respondeu:

Então, o Conselho de Patrimônio Cultural em Matias já existe há muito tempo. É... desde dois mil e um, já mudou, algumas vezes, a nomenclatura, mas a função não alterou. E a principal função do Conselho, né? é estar conversando, dialogando com prefeito, né? sobre a importância de preservar, de manutenção e criar, né? ferramentas para a valorização do Patrimônio Cultural na cidade. (E10, 2022)

O Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Matias Barbosa é consultivo e deliberativo, órgão cujos membros são consultados e detentores do poder de decisão.

Nove entre os dez entrevistados de Matias Barbosa sabem da existência do Conselho de Preservação do Patrimônio. O que é importante, porque os moradores precisam saber a quem recorrer, quando necessário tratar de assuntos referentes ao Patrimônio Cultural.

Para compreender o envolvimento dos moradores com as questões políticas de Matias Barbosa, foi realizada a décima primeira pergunta que é: “Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?” O objetivo é identificar se existe participação popular nas ações de preservação do Patrimônio Cultural. O Quadro 26 apresenta as respostas dos entrevistados.

Quadro 26 - Participação dos entrevistados de Matias Barbosa, nas questões referentes à preservação do Patrimônio Cultural.

Município: Matias Barbosa								
	Audiência pública		Reunião pública		Consulta pública		Outros	
	Já participou	Nunca participou	Já participou	Nunca participou	Já participou	Nunca participou	Já participou	Nunca participou
Entrevistado 1		x		x		x		
Entrevistado 2		x	x		x			
Entrevistado 3	x		x		x			
Entrevistado 4			x		x			
Entrevistado 5			x		x			
Entrevistado 6	x		x		x			
Entrevistado 7	x		x		x			
Entrevistado 8			x			x		
Entrevistado 9	x		x		x			
Entrevistado 10	x		x		x		x	

Fonte: Autora (2022).

O “E1” respondeu que nunca havia participado de audiência pública, nem de reunião, nem mesmo ter sido consultado sobre questões relacionadas ao Patrimônio Cultural de Matias Barbosa, pelo fato de não morar na cidade há anos.

A “E2” disse já ter participado de reuniões públicas, porque já fora membro do Conselho de Preservação do Patrimônio. Segundo ela: “Nesses momentos do Conselho, sim. E como coordenadora do Memorial, não. Porque a gente tentava não entrar nesse mérito da prefeitura, porque a gente tentou criar o memorial, uma coisa mais à parte assim.” (E2, 2022)

O “E3” respondeu: “Já participei de várias atividades relativas ao setor e já fui consultado a respeito diversas vezes.” (E3, 2022)

O “E4” disse ter participado apenas das reuniões do Conselho de Preservação do Patrimônio”. Considera-se que tanto a “E2” quanto o “E4” já foram consultados a respeito de alguma questão relacionada ao patrimônio, porque já fizeram parte do Conselho.

O “E5” também faz parte do Conselho de Preservação do Patrimônio. Quando questionado se já fora consultado sobre algum tombamento, ele mencionou: “Deixa eu te falar uma coisa, quando se falou em tombamento, em nossa cidade, era unânime. Não tinha essa de: “ah eu acho...não, se tem que...então vai, entendeu?” Nesse ponto assim...” (E5, 2022) Para o Conselho, a aprovação para o tombamento pode até ser unânime, mas nem sempre é para os proprietários dos imóveis. Essa questão foi levantada na pesquisa:

Pesquisadora: O Conselho pode ser unânime, né? Agora quando chega nas mãos do proprietário, nem sempre, né?

Entrevistado: Não, mas quanto a isso, não... Isso daí tipo assim, né?! Questão do proprietário, às vezes é negociação. Então isso vai além do que... tipo assim, da comunidade. Se a comunidade tá ok, o gestor vai negociar com... mas aí assim, a comunidade, apoia. É pro bem da cidade, então vá, faça. (E5, 2022)

O “E6” já foi Secretário de Cultura de Matias Barbosa e já foi presidente do Conselho de Preservação do Patrimônio. Ele disse que participara de audiências, de reuniões e que fora consultado várias vezes.

O “E7” também, porque trabalhava com o “E6”. Ele complementou sua resposta mencionando as participações que tiveram na gestão das obras dos bens materiais da cidade:

Sim. Porque na época que eu trabalhava em Matias, a gente... Nós estávamos com duas obras ao mesmo tempo, né? Com aquela restauração da Capela do Rosário e a restauração também da Estação, que é o prédio que fica em frente ao Cônego. Então como éramos eu e o XXX (E6) nesse período, a gente praticamente dividiu os seus espaços: o XXX (E6) ficou por conta da Capela do Rosário, de uma demanda maior. O XXX (E6) tem uma experiência gigantesca nessa coisa de patrimônio, e eu ficava acompanhando a Estação. Então as pessoas sempre questionavam ali que que ia ser, pra que que era, por que da obra daquele jeito. Abordavam se a gente ia voltar à Estação, ao telhado que era antigamente, entendeu? (E7, 2022)

O “E8”, ex-vereador de Matias Barbosa, respondeu ter tido pouca participação quanto ao patrimônio material:

Eu tive a falta de sorte de alguns patrimônios serem tombados. Eu não me interessava muito. Não fazia parte desse quadro político. E aí você fica... como o poder não traz isso à baila, não discute, não convoca, muitas das vezes, publicam o edital no corredor de um prédio público. Então a gente não toma conhecimento. A gente fica sabendo depois que, às vezes, publica no jornalzinho da cidade, tal. E, atualmente, nos últimos anos, de algumas leis que autorizam o gasto, eu participei, porque eu era vereador, então passa pela gente e a gente acaba discutindo, igual falei com você. Mas eu assim eu participei mais sobre o imaterial. Sobre material, ele fica mais a cargo dos Conselhos e decreto do executivo, né? de tombamento. E quando requer o processo no Estado, isso fica a cargo do Estado, a gente não tem... não passa por uma discussão popular. (E8, 2022)

O “E8” trouxe à tona uma discussão interessante, que é sobre a forma como algumas pessoas lidam com dificuldade com o patrimônio, porque não têm o conhecimento de sua importância cultural. “Poucas as pessoas às vezes têm um

conhecimento da importância de um de um prédio tombado. Então, em cidade pequena, ainda há uma distância dessa realidade do que deveria ser.” (E8, 2022)

Aqui em Matias não se discute por exemplo a igreja, a igreja tá sufocada. A igreja hoje, ela...a Igreja do Rosário, né? A Capela do Rosário. Ela se tornou um imóvel comum, entendeu? As pessoas que moram ali sabem, têm o conhecimento da importância religiosa dela, que é a Capela do Rosário, mas eles não sabem a história que tem por trás dela. E eles não trazem essa discussão, vão autorizando construções, prédios. Da mesma forma são os tombamentos. Porque às vezes vai tomar, e se for discutir... famílias tradicionais dizem: “Ah não, mas vocês vão tomar o negócio aqui perto do meu imóvel. Eu vou ter que ficar com isso aqui...” a gente acaba não participando dessas discussões, entendeu? (E8, 2022)

O “E8” mencionou também: “Eu não me recordo, nos meus anos de vida, eu não me recordo de ter um chamamento público, sabe? Olha, nós vamos discutir aqui o tombamento do prédio tal. Vamos discutir...vamos fazer uma audiência pública. Eu não me recordo.” (E8, 2022)

O “E8” é uma pessoa que trabalhou com política muitos anos e mencionou desconhecer chamadas públicas para discussão sobre preservação do patrimônio, o que confirma que a participação popular é inexistente ou mínima. Além disso, “E8” fez uma comparação com as cidades maiores:

Então, eu vejo assim, em cidades maiores, a realidade é um pouco diferente. E a participação de pessoas qualificadas, de historiadores, de engenheiros, é maior. Cidade pequena a gente tem essa carência de mão de obra especializada que se doa, né? De mão de obra especializada não, de técnicos, né? E aí acaba assim, os movimentos que acontecem em defesa...é vontade e... pessoa que às vezes foi mordido pela mosca ali da cultura e ela tá inflamada e ela que dar a contribuição dela. Na Saúde também é assim, no Esporte, mas são fatos isolados então, não há muito esse debate. (E8, 2022)

O “E9” mencionou já ter participado de discussões sobre preservação do patrimônio, principalmente, por estar envolvido com a Capoeira:

Já. Já sim. Algumas vezes sim, com relação à... principalmente, com a área que eu vivencio que é a capoeira. Algumas vezes sim. E sempre que tem essas reuniões, sabe? A gente tem sempre boas ideias. Com relação a essa coisa da capoeira, né? Eu acho que até por isso que tem que a gente tem esse reconhecimento, né? que você falou do patrimônio...que a capoeira é patrimônio imaterial na cidade. Então, eu creio que elas fazem sentido de você me buscar algumas coisas. (E9, 2022)

O “E10”, presidente do Conselho de Preservação do Patrimônio de Matias Barbosa, respondeu que já havia participado de audiências e de reuniões. Inclusive, ele é sempre questionado sobre algumas questões que envolvem os bens tombados:

Sim. Em dois mil e dezoito, o promotor da comarca de Matias Barbosa encaminhou para mim (na ocasião eu era o presidente do Conselho de Patrimônio Cultural) uma ordem para eu responder sobre o prédio tombado da Antiga Delegacia e Cadeia de Matias. E aí, no documento do Ministério Público, né? ele solicitava o livro de tombamento, né? e o dossiê de tombamento, para saber, né? até que ponto, né? a cadeia...antiga cadeia pública e quartel poderia abrigar, né? o sistema prisional como a gente conhece hoje. Aí eu fiz todo o procedimento que ele exigiu, já foi devolvido. Mas assim, de lá para cá, não tive nenhuma resposta do promotor. (E10, 2022)

O “E10” foi questionado se ele já havia feito alguma solicitação de tombamento.

De tombamento, eu já solicitei, o tombamento... Em dois mil e nove, a cidade tinha uma parte de bens tombados e, de dois mil e nove em diante até dois mil e doze, mais ou menos, tudo que era público e era histórico, foi tombado. Então, nós fizemos um trabalho de dois mil e nove em diante até dois mil e doze, de fazer o tombamento que foi muito importante para questão de dar... resguardar, né? toda a história da cidade. Então, foi tombado: o grupo escolar Cônego Joaquim Monteiro; é o Prédio da Cemig; o Chafariz em pedra-sabão; o Relógio de Sol; o Paineiro de Azulejo Evolução dos Transportes; e feitos os registros, né? das Folias de Reis: Estrela do Oriente e Cantinho do Céu; e Festa da Paróquia; e Festa da Fogueira. Isso é que eu tô me recordando agora. Há muitos anos a gente tá trabalhando nisso. (E10, 2022)

O “E10” complementou que outras ações foram realizadas em favor da preservação do patrimônio, como por exemplo, as adaptações na legislação:

Então, assim, não só a questão do tombamento, mas também a questão da legislação. Se você pegar a legislação, você vai ver que a gente teve um avanço significativo depois de dois mil e nove, porque a gente foi melhorando a lei, né? Independente se a gente melhorou, depois veio o XXX, que melhorou mais um pouquinho. Então, assim passou a ter, né? um determinado cuidado. Eu acho que faz toda diferença. (E10, 2022)

Nove entre os dez entrevistados já participaram de reuniões que envolviam a questão do Patrimônio Cultural, porque já foram membros do Conselho de Preservação do Patrimônio.

A efetividade das políticas públicas que envolvem a preservação do Patrimônio Cultural está diretamente relacionada à capacidade de participação de grupos sociais,

no sentido de tomar decisões e de avaliar ações. Sendo assim, é necessário que os moradores sejam mais envolvida nas reuniões, audiências e consultas públicas.

5.5. A população matiense e as ações educativas

A última pergunta da entrevista foi: “Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?” A intenção é identificar a participação dos entrevistados nas ações realizadas de Educação Patrimonial e difusão do patrimônio em Matias Barbosa.

Quadro 27 - Participação dos entrevistados de Matias Barbosa em eventos educativos sobre o tema Patrimônio Cultural

Município: Matias Barbosa		
	Já participou	Nunca participou
Entrevistado 1		x
Entrevistado 2	x	
Entrevistado 3	x	
Entrevistado 4	x	
Entrevistado 5	x	
Entrevistado 6	x	
Entrevistado 7	x	
Entrevistado 8	x	
Entrevistado 9	x	
Entrevistado 10	x	

Fonte: Autora (2022).

Segundo o Quadro 27, nove entre os dez entrevistados de Matias Barbosa já participaram de algum evento educativo cujo tema foi Patrimônio Cultural.

O “E1” respondeu que, em Matias Barbosa, nunca havia participado de nenhum evento educativo com o tema Patrimônio Cultural. A “E2” disse ter participado na organização de eventos educativos:

Já. Já participei no Memorial do Legislativo, quando eu fui coordenadora que a gente falava sobre isso o tempo todo com as crianças. Principalmente sobre o que era patrimônio. Então foram alguns eventos de exposição, teve algumas entrevistas, teve um também do Proeja, que é educação de jovens e adultos, que fizeram concurso de redação, com o tema do patrimônio. E aí a gente ajudou, lá foram feitas entrevistas com algumas pessoas, para que elas pudessem construir uma redação sobre patrimônio. (E2, 2022)

À “E2”, museóloga, que já havia trabalhado no Museu Mariano Procópio, foi perguntado se ela acredita que as pessoas reconheceram a ligação de Matias

Barbosa com a Estrada União e Indústria. A “E2” fez uma reflexão interessante sobre a relação dos moradores com a história da cidade onde vivem.

As pessoas sabem da Estrada União e Indústria, mas elas não sabem o que ela representa. Eu vejo assim. Algumas pessoas, um grupo de pessoas sim, evidente. São algumas pessoas que participam mais, né? Ativamente. Que é um grupo muito pequeno, por assim dizer. Mas acho que, de modo geral, não. As pessoas não têm noção. As pessoas não têm noção de quem foi o Cônego Joaquim Monteiro, escola que eles estudaram durante anos e que fica na Estrada União e Indústria de alguma forma. As pessoas não sabem quem foi Matias Barbosa. Então se as pessoas não sabem quem foi Matias Barbosa que vem antes disso, elas não sabem como foi construído o Caminho Novo, elas não têm essa relação. Acho que talvez elas tivessem um pouco mais quando eu tinha Xangai, né? que levava direto pro Museu Mariano Procópio. Então, essa relação do Xangai, eu acho que permitia isso ainda. Por mais que fosse uma história, que fosse uma linha, né? Que fosse a estação ferroviária e tudo, mas é porque de alguma forma interligava, né? Saía daqui ia direto e parava lá no Museu Mariano Procópio. Então as pessoas, de alguma forma, associavam essa estrada que fosse de ferro, mas aquele caminho levava até o Museu Mariano. Então associava com aquele Mariano. Não sei se à construção da estrada e outras coisas, não. (E2, 2022)

O “E3” disse ter participado apenas dos eventos online da SECULT (Secretaria de Cultura) de Minas Gerais. O “E4” respondeu que participou dos eventos educativos que ocorriam na “Escola Cônego Joaquim Monteiro”:

Ah assim... teve uma época que a Biblioteca Municipal, ela dividia espaço com a biblioteca do Cônego, né? Então aqui funcionava... metade da biblioteca aqui era uma extensão da do Cônego, entendeu? E, eventualmente, ali no cônego, eles fazem algumas coisas, algumas aulas, assim mais direcionadas a Matias. Então assim, como eu trabalhava aqui, eu participei. Acho que evento educativo foi só nesse sentido mesmo. (E4, 2022)

O “E5” respondeu que costuma participar de reuniões com o Departamento de Educação:

Deixa eu te falar, a Votorantin, tem uma parceria com o Departamento de Educação, tá?! Então eles fazem ações na cidade e eles apoiam a educação. Eu, enquanto presidente da Associação, sou voluntário para as atividades que sejam públicas, entendeu? Então, geralmente, estou presente nas reuniões da cidade com os representantes da Votorantin, tá? Então assim, normalmente, eu não tenho fala, mas eu sou a presença de que qualquer atividade que eles precisarem vai ser o maior nível de divulgação. (E5, 2022)

Segundo o “E5”, “[...] as professoras recebem um suporte de educação fantástico, entendeu? E todas elas... eu não participo de todas as reuniões, tá? mas

todas elas acham fantástico, tipo assim, né? Essa atualização desse aprendizado na educação.” (E5, 2022) Na entrevista, foi questionado sobre a relação dessas reuniões com o patrimônio:

Também, né? Porque educação é muito ampla, né? Entendeu? Então assim, às vezes fala-se do Arco, dessa Ponte do Arco, né? Isso normalmente tem a ver com matemática (risos) é engraçado, mas uma coisa puxa a outra, né? Você tá entendendo? Então assim, dentro da educação, a gente tá falando da Ponte do Arco, dentro da matéria de matemática. (E5, 2022)

O “E6” confirmou a sua participação na organização dos eventos e falou sobre a importância deles:

Sim. Eu já Participei de ações junto com Colégio Cônego, que foi o “Mestre e Griôs”, né? Que foi o negócio da jornada do patrimônio. Já participei de organizações... de organização do evento mesmo Folia de Reis e da Festa Fogueira, que são bens registrados, e da Festa Nossa Senhora da Glória (Simão Pereira). Então, essas ações que a gente participou tanto serviu para que eu aprendesse mais sobre o patrimônio e convivesse com aquelas pessoas, como compreendesse a importância que esse patrimônio tinha para aquela comunidade, entendeu? (E6, 2022)

O “E7” também confirmou a sua participação na organização junto com o “E6”:

Trabalhávamos em conjunto com a Secretaria de Educação com relação à educação patrimonial. Não só a Secretaria de Educação, mas também com a Secretaria de Esporte também. A gente chegou a fazer algumas atividades, algumas reuniões. Eu e o XXX, como nós somos artistas, então a gente levava violão e fazia algumas intervenções artísticas, falando sobre patrimônio. (E7, 2022)

O “E9” confirmou a sua participação em um evento na “Escola Cônego Joaquim Monteiro”:

Eu participei. Eu não sei se vai entrar nesse... se vai entrar nesse mérito, mas eu participei, em dois mil e dezenove, eu participei, aqui no Cônego, de uma... um dia... semana da consciência negra. Eu vim pra poder participar dando uma palestra, falando da capoeira e expor os instrumentos de percussão que eu faço. Foi um dos únicos eventos que eu participei nesse sentido, sabe? Que foi bem bacana também. Foi uma experiência muito boa. Eu consegui fazer três coisas, né? Três atividades, pra mim, que eu gosto muito, né? Falar da capoeira, da cultura negra de forma geral, expor um pouco do meu trabalho que é essa questão da percussão e depois fazer um pouquinho do Jongo com os alunos, foi bem bacana; uma experiência muito, muito...além de prazerosa, muito boa, sabe? (E9, 2022)

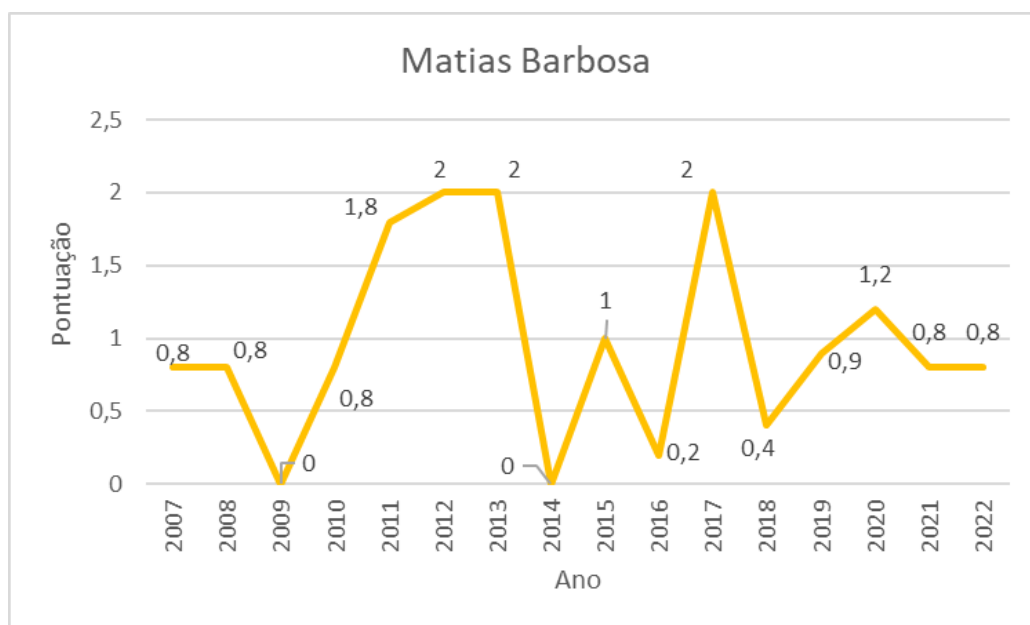
O “E10” disse já ter participado dos eventos relacionados ao Programa ICMS Cultural:

Já, já participei. Em Juiz de Fora, né? sobre... Juiz de Fora quando promovia seminários relacionados ao Patrimônio Cultural e educação patrimonial. Já participei também em Belo Horizonte, Mestres do Patrimônio Cultural, que também foi muito importante a questão de você aprimorar os conhecimentos, ampliar os horizontes. E também o próprio IEPHA, né? nas rodas de conversa que existiam e ainda existem, que também nos possibilitam, né? esse encontro com outras comunidades e, ao mesmo tempo, troca de experiências. (E10, 2022)

Nove entre os dez entrevistados de Matias Barbosa afirmou ter participado de eventos educativos cujo tema é Educação Patrimonial.

É importante essa participação efetiva da população, porque, segundo Florêncio (2012), entende-se que a Educação Patrimonial é um recurso que pode estimular a valorização da diversidade cultural, fortalecer identidades e afirmar as diferentes maneiras de ser e de estar no mundo. O Gráfico 7 apresenta a pontuação referente às ações de Educação Patrimonial na cidade.

Gráfico 7- Pontuação referente à Educação Patrimonial, Matias Barbosa



Fonte: Tabelas de pontuação: do exercício de 2007 até 2022. Instituto Estadual Do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA, [s.d.]). Acesso em: 16 mai. 2022. Adaptado pela autora (2022)

Conforme apresentado no Gráfico 7, a pontuação referente à Educação Patrimonial, segundo as diretrizes do IEPHA-MG, nunca foi constante. Foi zero nos anos de 2009 e 2014. Isso pode ter acontecido por vários motivos: não foi realizada

nenhuma ação de educação patrimonial; ou o que foi entregue ao IEPHA-MG não estava dentro das exigências da resolução; ou o que é o caso do ano 2014, a documentação do ICMS Cultural não foi entregue. A pontuação máxima do quadro, que é 2 pontos, ocorreu apenas nos anos de 2002, 2003 e 2007. Apesar de a pontuação não ter sido a maior possível, nem constante, percebe-se que ações de educação Patrimonial têm sido executadas em Matias Barbosa. As entrevistas mostraram que a parcela da população já participou de alguma forma e que reconhece esse instrumento como um recurso para promover o conhecimento e a difusão do Patrimônio Cultural.

Em Matias Barbosa, os moradores entrevistados são interessados pela questão da preservação do Patrimônio Cultural, têm conhecimentos dos bens culturais protegidos, participam ou já participaram das manifestações culturais da cidade, sabem o que podem fazer para ajudar na preservação do Patrimônio Cultural e são atuantes em atividades e em eventos que envolvem o patrimônio e a cultura. No próximo capítulo, serão apresentadas as entrevistas e as percepções dos moradores de Simão Pereira.

CAPÍTULO 6: A POPULAÇÃO DE SIMÃO PEREIRA E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL

O processo de entrevista iniciou com os dados dos entrevistados: nome, idade, profissão e escolaridade. A primeira pergunta foi sobre há quanto tempo a pessoa vivia em Simão Pereira. No Quadro 28 abaixo, estão as informações coletadas.

Quadro 28 - Entrevistados de Simão Pereira

Município: Simão Pereira				
	Idade	Mora na cidade há quantos anos?	Profissão	Escolaridade
Entrevistado 11	61 anos	Há 35 anos	Pedagoga aposentada	Superior completo
Entrevistado 12	53 anos	53 anos	Pedagoga, Professora, Vice-diretora e coordenadora pedagógica.	Superior completo
Entrevistado 13	75 anos	75 anos	Biblioteconomista e Professor de português, aposentado.	Graduação em Letras, Biblioteconomia e Filosofia (incompleto)
Entrevistado 14	mais de 70 anos	mais de 70 anos	Aposentada. Formada em Letras e Direito. Professora de Português em Simão Pereira e Juiz de Fora, da rede estadual.	Superior completo
Entrevistado 15	35 anos	35 anos	Professor da Prefeitura de Juiz de Fora e Historiador do Museu Mariano Procópio em Juiz de Fora.	Superior completo e doutorando
Entrevistado 16	24 anos	Há 21 anos	Estudante.	Superior completo em Direito e Bacharel em Letras
Entrevistado 17	22 anos	Há aproximadamente 20 anos	Vigilante	Ensino Médio completo.
Entrevistado 18	45 anos	Há aproximadamente 20 anos	Motorista concursado da Câmara de Simão Pereira	Segundo grau completo
Entrevistado 19	66 anos	66 anos	Aposentada. Já foi cabelereira, manicure, revendedora de cosméticos. Dona de loja de material de construção e bazar	Fundamental incompleto
Entrevistado 20	74 anos	71 anos	Pedreiro e carpinteiro trabalha na Fazenda Mundo Novo desde 1991	Ensino básico
Entrevistado 21	41 anos	20 anos	Produtora rural e vereadora (presidente da Câmara)	Ensino médio incompleto

Fonte: Autora (2022).

Todos os entrevistados são adultos, com mais de vinte anos. A maior parte deles morou em Simão Pereira a vida inteira. Todos moram ali há mais de vinte anos - com exceção: do “Entrevistado 13 (E13)”, que viveu fora muitos anos, mas nunca

deixou de frequentar a cidade, tem familiares e uma residência tanto em Simão Pereira quanto em Juiz de Fora.

Entrevistado: Aqui, em Simão... Eu sempre morei em Juiz de Fora e Simão, né? Que eu tenho apartamento lá também. Então, eu venho aqui sempre nos finais de semana, né? Tenho duas casas, né? Mas é, com esse negócio da pandemia, né? Tem dois anos que eu tô aqui, definitivo, né?

Pesquisadora: Mas assim, quantos anos que você diria que você vive aqui, mesmo nesse vai e volta?

Entrevistado: Infância e adolescência eu passei toda aqui, né? Inclusive eu nasci em Juiz de Fora, mas eu falo que eu sou de Simão Pereira, porque eu vim pra cá com dias. Porque aqui não tinha recursos, né? Por isso que a minha mãe foi.. Se me perguntar de onde eu sou, sou de Simão Pereira, porque eu vim pra cá com dias. (E13, 2022)

Assim como o “E13”, o “Entrevistado 15 (E15)” é natural de Juiz de Fora, mas viveu durante a infância e a adolescência em Simão Pereira. Sua família ainda vive nesta cidade, por isso ele está sempre a frequentando.

Eu nasci em Juiz de Fora, porque Simão Pereira não tem maternidade, né? Então eu nasci aqui, mas sou, sou da terra, né? Sou nativo ali da região. É... fui criado ali, né? Nunca perdi o contato com Simão Pereira, né? Até os quinze anos, eu estudei, é, na escola municipal da cidade, né? do município. E depois, eu vim pra Juiz de Fora estudar, mas assim nunca perdi o contato. Eu sempre...o sítio que é da minha família, né? No município. E... desde sempre, né? Que eu tenho contato com o município. (E15, 2022)

São importantes para a pesquisa as percepções de pessoas que veem a cidade com outros olhos, porque já viveram fora dela. Esses dois últimos entrevistados têm percepções diferentes das percepções dos moradores que estão a vida inteira morando ali ou que moram há bastante tempo na cidade.

A maior parte dos entrevistados possui ensino superior completo e profissões diversas. Alguns moradores de Simão Pereira exercem ou exerceram a sua vida profissional e acadêmica no município de Juiz de Fora, porque Simão Pereira possui um restrito mercado de trabalho e restritas atividades educacionais

Então é... é um lugar muito pequeno, então depende quase totalmente de Juiz de Fora, né? pra estudar, pra trabalhar, né? Nem todos conseguem emprego no município, então têm que buscar empregos em cidades vizinhas maiores, né? Eu costumo dizer que Simão Pereira é como se fosse um bairro de Juiz de Fora, né? (E15, 2022)

No decorrer das entrevistas, percebeu-se a necessidade de entrevistar moradores dos distritos de Cotegipe, Souza Aguiar e Paraibuna. Essa necessidade foi percebida quando foi realizada a entrevista com o “E15”, em que foi levantada a questão de que os moradores da Sede não conviviam com o trem, porque a linha férrea fora construída na área rural de Simão Pereira.

Simão Pereira não passou trem por Simão Pereira diretamente, né? mas teve a estrada macadamizada né? Então, o símbolo de progresso dos simonenses foi a Estrada União e Indústria, né? E não a estrada de ferro, né? Então, ao contrário de Cotegipe, né? O distrito de Cotegipe, que lá a estrada de ferro cortou Cotegipe, né? Mas, em Simão Pereira, não. (E15, 2022)

Sendo assim, foram entrevistados seis moradores da Sede: três de Cotegipe, sendo um deles morador de Juiz de Fora, mas que morou a infância e a adolescência em Cotegipe, onde a família ainda vive; um da localidade do Paraibuna e um de Souza Aguiar.

Quadro 29 - Residências dos entrevistados de Simão Pereira

Município: Simão Pereira	
	Reside em
Entrevistado 11	Sede
Entrevistado 12	Sede
Entrevistado 13	Sede
Entrevistado 14	Sede
Entrevistado 15	Juiz de Fora, mas morou e a família mora em Cotegipe
Entrevistado 16	Sede
Entrevistado 17	Sede
Entrevistado 18	Localidade de Paraibuna
Entrevistado 19	Cotegipe
Entrevistado 20	Cotegipe
Entrevistado 21	Souza Aguiar

Fonte: Autora (2022).

As entrevistas foram realizadas da seguinte forma: algumas, de forma remota, e algumas, de forma presencial. Estas foram realizadas, nas residências dos moradores; algumas na Secretaria de Cultura de Simão Pereira e na Câmara dos Vereadores.

As entrevistas realizadas na Secretaria de Cultura e o contato com os secretários de Cultura e de Turismo permitiram o acesso a almanaques, aos cartões-postais e aos meios de divulgação do Patrimônio Cultural, materiais explorados para analisar sua importância para o município.

6.1. Conhecimento dos bens culturais de Simão Pereira:

Quando questionados com a segunda pergunta: “Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?” A maior parte dos bens citados são materiais. Essa relação pode ser identificada no Quadro 30.

Quadro 30 - Os bens tombados de Simão Pereira citados em entrevista

Município: Simão Pereira											
Denominação do bem material	Entrevistado										
	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Acervo documental da antiga Fazenda Cabui											
Casarão do Registro do Paraibuna											
Chafariz das Pedras											
Conjunto Paisagístico do Cemitério da Rocinha da Negra											
Conjunto Urbano de Simão Pereira											
Estação Ferroviária de Cotegipe											
Estação Ferroviária de Souza Aguiar											
Fazenda Mundo Novo											
Fonte de Santo Antônio											
Prefeitura Municipal											
Portal de Entrada da Antiga Fazenda Miragem											
Residência Antiga Estrada União Indústria											
Sede da Primeira Unidade Sanitária											

Fonte: Autora (2022).

O “Chafariz de Pedras” e o “Conjunto Paisagístico do Cemitério Rocinha da Negra” foram os bens culturais mais citados, tendo sido ambos citados por oito dos onze entrevistados.

De uma forma geral, o “Chafariz de Pedras” é o primeiro a ser citado nessas entrevistas. “[...] o Chafariz por exemplo, né? É o enfeite da... é o cartão- postal da nossa cidade, né? Tão bonito, eu acho ele lindo! Eu acho que é uma beleza da cidade é o Chafariz e a Igreja, né?” (ENTREVISTADA 14, 2021).

O “E15” reforça a relevância do bem: “Conheço. É o Chafariz, né? Que é o... o emblemático, né? da cidade, do centro, ali da praça.” (E15, 2022) Quando o “E15” foi questionado o motivo de o “Chafariz de Pedras” ser sempre citado, ele disse:

É engraçado, o Chafariz, é lógico existe um destaque pra ele porque ele fica no meio da praça, né?! Então durante décadas as administrações municipais usaram o chafariz como ilustração de folhinha, de calendário, né?! As propagandas políticas, então assim, se tornaram um símbolo mesmo de... o Chafariz na frente da Igreja, né?! E aquelas Palmeiras, né?! Se tornaram a referência, a identidade visual do município, né?! E engraçado que assim, o Chafariz ele tem a sua importância, mas a maioria não sabe que ele foi doado pelo Mariano Procópio, que ele tá diretamente ligado a União e indústria. Existe esse vínculo afetivo, mas não se tem essa consciência histórica

de que ele tá diretamente relacionado à estrada União e Indústria. (E15, 2021)

Ao “Chafariz de Pedras” é dada uma grande visibilidade pelo fato de estar presente na Praça Nossa Senhora da Glória, rodeada pelas principais ruas e localizada no ponto central da cidade de Simão Pereira. Além disso, esse bem compõe uma paisagem deslumbrante, com palmeiras imperiais, com a Igreja Nossa Senhora da Glória e com as casas que compõem o “Conjunto Urbano”, casas construídas em estilo colonial e eclético.

Nos últimos anos, são publicadas, anualmente, revistas com as prestações de contas do município. Nelas, o “Chafariz de Pedras” aparece em primeiro plano, na capa principal. As figuras abaixo apresentam a revista do ano de 2019 e a do ano de 2022, de mandatos de prefeitos diferentes.

Figura 63 e Figura 64 - Capas das Revistas da Prestação de Contas de Simão Pereira.



Fonte: Autora (2022).

Além disso, a primeira foto que aparece no site da Prefeitura Municipal de Simão Pereira é uma imagem do “Chafariz de Pedras”. A divulgação e a exposição do bem o tornam referência para muitos moradores da cidade.

Figura 65 - Imagem do Chafariz de Pedras, do site da Prefeitura Municipal de Simão Pereira



Fonte: <https://www.simaopereira.mg.gov.br/>. Acesso em 15 mai. 2022.

O “Conjunto Paisagístico do Cemitério Rocinha da Negra”, segundo os entrevistados, possui muita história e lendas urbanas que o envolvem: “A gente vai, por exemplo, lá no Cemitério da Rocinha... Nossa Senhora!!! Vai subindo aquele morrinho e já vai contando as histórias, ou causos. (E11, 2022). Algumas histórias são de caráter misterioso:

É, bom. E eu gosto desse negócio de mistério, assim... Acho que é a parte de professor de história que puxa um pouco, né? E ali tem muita história, né? As famílias e tudo. Cerqueira Leite.... tem uns casos que o XXX sabe bem contar, lá do cemitério e que aquilo ali dá uns medinhos na gente, assim, tão.... eu gosto. (E15, 2022)

O “Casarão do Registro do Paraibuna”, depois do “Chafariz de Pedras” e do “Conjunto Paisagístico do Cemitério Rocinha da Negra”, é o mais citado, tendo sido mencionado por sete dos onze entrevistados.

Por muitos, ele é designado apenas como “Casarão”. O bem tem um valor histórico muito reconhecido por parcela da população simonense.

O principal deles. O que tem mais... mais, como se diz, é o Registro do Paraibuna. Aquele Registro ali onde se pagavam uma espécie de alfândega, né? Que ali é na divisa do estado de Minas e estado do Rio. Aliás, quem falou? O Manuel Bandeira falou que “Juiz de Fora é o primeiro sorriso de Minas”. Ele não acertou. O primeiro sorriso de Minas é Simão Pereira, depois é que é Juiz de Fora. Matias Barbosa, depois Juiz de Fora. Ali é o único prédio de pé, entendeu? O único prédio do Rio até Diamantina que existe. (E13, 2022)

O “E13” complementou a sua fala e demonstrou que, quando há interesse de um grupo ou da população com o bem cultural, existe uma movimentação em prol de sua preservação:

Então, ele é muito importante. Então, nós sempre estamos lutando. Tem uns 20 ou 30 anos que a gente tá lutando pra ver se transforma aquilo no prédio mesmo, restaurado e tudo, né? É uma espécie de centro de documentação que você informaria tudo sobre a Estrada Real, entendeu? O Caminho Novo, né? Que você mostrasse até informações turísticas nas cidades até Diamantina. Agora se não fosse o XXX, prefeito, que cobriu, aquilo já tinha caído. Ainda bem que teve essa... essa proposta. Mas tá lá. A gente não conhece até hoje... Pergunta o XXX, o XXX, ele tem lutado muito também pra transformar aquilo num centro de documentação e uma espécie de boas-vindas pro estado de Minas, que ali que começa, né? Ali era uma alfândega mesmo, pra cobrança de ouro, não sei o quê... Então, o principal prédio é aquele. (E13, 2022)

O “E13” relatou a atuação dos moradores, no sentido de cobrar da administração pública ações para a preservação e a divulgação do Patrimônio Cultural:

Aliás, quando os prefeitos vieram aqui pedir votos, né? Todos. Cinco vieram. Eu falei ó, tem cinco propostas pra fazer com cinco sugestões pra fazer pra vocês. Primeiro: esse problema do Registro do Paraibuna, né? Pra gente colocar isso, viável, né? Estamos lutando até hoje, né? O segundo é o Chafariz, que o Chafariz foi construído por Mariano Procópio, quando tinha essa estrada aqui a estrada... aquela estrada antiga, do Caminho Novo, né? Que depois foi macadamizada, né? Que ele que construiu esse Chafariz aqui. Não tem uma placa no Chafariz. Outro dia, chegou uma senhora pra mim e falou assim: “Ah, meu filho, vai lá naquela biquinha”. Biquinha nada é Chafariz. Chafariz histórico. Eu falei assim: “Vocês têm que colocar uma placa ali dizendo, inclusive, um pequeno histórico do Chafariz. Outra coisa é a igreja, mas a igreja não é a mais antiga, né? Tinha outra mais antiga. (E13, 2022)

Percebe-se, na fala do “E13”, até uma preocupação com o modo pelo qual se deve referenciar o Chafariz. O entrevistado se mostrou indignado porque o bem fora chamado de “biquinha”.

A “Estação de Cotegipe” foi citada por cinco dos entrevistados, sendo três deles moradores do distrito; um deles acompanhou o processo de desenvolvimento de um projeto cultural para a estação; outro é morador do distrito de Souza Aguiar, onde também existe uma estação ferroviária. Para o “E15”, a ferrovia está presente na sua

vida, em sua memória afetiva. Ele relatou que para a família dele, o trem fora usado durante anos como meio de transporte:

Eu acho que a ferrovia está mais presente em mim do que nas pessoas que moram ali no núcleo de...naquele núcleo central de Simão Pereira. Porque como eu tô mais perto de Sobragi, de Cotegipe, eu me acostumei, é...com o barulho do trem, né? Quando chega assim o início da noite, ou mais tarde da noite, quando está bem silencioso, eu ouço o barulho do trem, assim, sabe? Quando eu era criança, eu tinha o hábito de caminhar ao lado da linha do trem, pra ver o trem passar, pra observar o trem passar, sabe? Então, é... também o fato da minha mãe, né? Dos meus familiares, antepassados usarem muito o trem como meio de transporte. Eles saíam a pé do sítio e iam até a Estação ou de Sobragi ou de Cotegipe pra embarcar no trem e ir pra Juiz de Fora, né? Então, usava-se muito menos a União e Indústria e muito mais a estrada de ferro até a década de 80. Era, majoritariamente, a estrada de ferro. (E15, 2022)

Além de meio de transporte de passageiros, a ferrovia era utilizada para transporte de alimentos e se tornou uma referência para os moradores da região:

É, e a estação de Cotegipe ela... é engraçado, porque...antes...a região passou a se chamar Cotegipe por causa da estação que homenageou o barão de Cotegipe. E aí é engraçado, que, praticamente, todas as fazendas circunvizinhas falavam que ficavam localizadas na estação de Cotegipe. Então até as fazendas localizadas em Belmiro Braga, que faziam divisa com Cotegipe, falavam que pertenciam à Estação de Cotegipe. Aí, quando você vai ver, a localização é Belmiro Braga. É Vargem Grande, né? Então, a Estação se tornou um símbolo de modernidade pra muitas pessoas da região, né? A gente fala que as pessoas vendiam fazendas, colocavam anúncios de fazendas e escreviam, né? fazenda do fulano de tal, localizada no distrito... no distrito... não, na estação de Cotegipe. Eu já vejo uma influência muito menor em Simão Pereira, né? Quando eu falo Simão Pereira, eu falo ali, naquele... no nucleozinho ali, né? Onde era Rancharia, né? (E15, 2022)

“Era criança, ia lá, tinha o trem que pagava. Eu alcancei isso, o trem pagador. Aí a gente ficava tudo ali. Muita gente pra apanhar o trem, sabe? Pessoal usava muito o trem. Acabou também o trem... tudo.” (E19, 2022). O pai da “Entrevistada 19 (E19)”, era funcionário da Companhia que administrava a linha férrea, por isso ela tem uma memória familiar e afetiva com a estação:

[...] Eu apanhava o trem. Lembro assim pai. Meu pai trabalhava, né? Era tudo conservado. O pátio, tudo arrumadinho. Aí Lembro deles entrando para receber o pagamento. Eu lembro tudo direitinho.
 Pesquisadora: O seu pai trabalhava na estação?
 Entrevistada: Trabalhava na linha, mas, no dia do pagamento, ele entrava lá.

Pesquisadora: Entrava lá pra receber, né?

Entrevistada: Entrava lá. Aí lembro da sinalização, que não era igual é agora. O lampião, eu tenho ele. O lampião que dava o sinal quando caía trem. O pai saía pra... eu guardei o lampião, a lamparina.... Quando caía trem, eles designavam uma pessoa. Meu pai ou outro, né? trabalhador. Tinha também que trocar...como é que chama? Bastão. Vinha um lá de Matias...eu lembro direitinho, o pai saindo. E o outro pra encontrar. Trocar bastão que eles falavam, né? (E19, 2022)

A “Estação de Cotegipe” fez parte da infância do “Entrevistado 20 (E20)”, morador do distrito:

[...] a estação de Cotegipe tem até história. De primeira, não tinha televisão em casa, os garotos iam brincar de pique. Eu brinquei muito de pique ali na estação. Ali era ótimo. A gente esperava o trem da noite passar, que ia pra Três Rios, era muito gostoso. Nós não tinha essa diversidade. Aqui tinha futebol, pelada de rua e brincava ali à tarde. E tinha um colega também XXX que tocava violão, aí ficava uma turma tocando. Pesquisadora: Tudo em frente à estação?

Entrevistado: É na estação mesmo, na plataforma da estação. Tinha os bancos da estação, a gente sentava ali.

Pesquisadora: E você já pegou o trem ali?

Entrevistado: Já. O trem já, muito. Ia pra Juiz de Fora. De Juiz de Fora pra cá. Pra Três Rios, não fui não. Lá pra Sobragi, eu já fui. (E20, 2022)

Percebe-se que o trem, a linha férrea, é muito presente na vida dos moradores de Cotegipe.

O distrito é pequeno, pouco populoso e distante do centro do Simão Pereira; o distrito se desenvolveu ao longo da linha férrea e às margens do Rio Paraibuna. A distância entre Cotegipe e Matias Barbosa é de aproximadamente seis quilômetros, e a do centro de Simão Pereira é de aproximadamente nove quilômetros.

A estrada de acesso a Matias Barbosa é asfaltada e de fácil acesso, enquanto a que vai até Simão Pereira é uma estrada de terra. Ou outra opção é a BR-040, sendo necessário passar pelo pedágio.

Foi possível observar na fala dos moradores de Cotegipe que eles se referem a Simão Pereira como se fosse uma outra cidade.

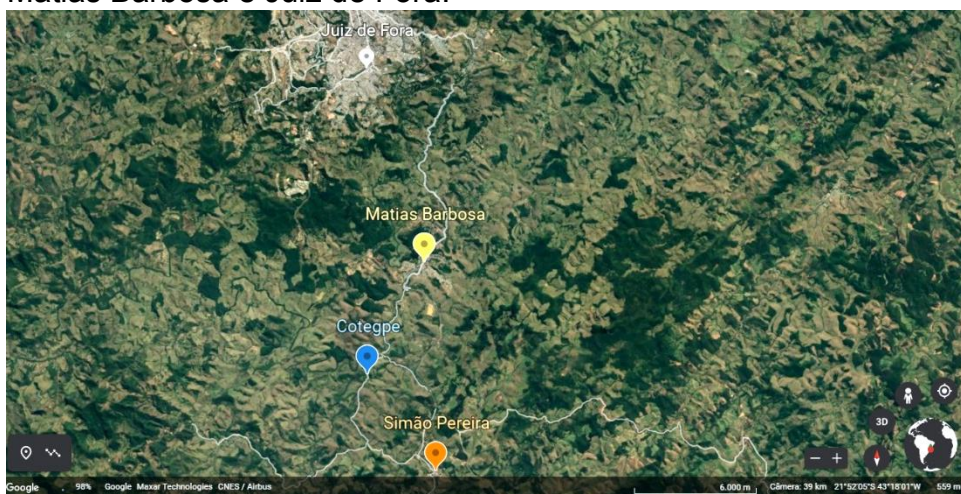
Eu vim de Simão Pereira para cá...É...Minha mãe me teve lá em Simão Pereira. E não teve condição, ela deixou eu com a família, que até era tia dela. Aí eu chamava ela de mãe tudo, né? Fui criada aqui com elas, né? Então tenho muito parente em Simão Pereira, mas tem gente que eu nem conheço, porque quase a gente não vai. Apesar de pertencer Simão Pereira, nossas coisas tudo é em Matias, porque é mais fácil pra nós. (E19, 2022)

A “E19” também falou da relação dos moradores com a cidade de Juiz de Fora:

É, só se for pelo pedágio (BR-040), né? Mas tudo aqui... Matias é mais perto. Matias, Juiz de Fora. Dia de semana, nem vê assim quase as mulheres aqui, vai tudo pra Juiz de Fora trabalhar. Quase todo mundo trabalha em Juiz de Fora, né? Uns vão estudar, né? Meus meninos estudaram tudo lá. Até ginásio. Essas coisas foi em Matias. Aí eu que não quis...por causa de...agora mudou muito, né? Melhorou muito. Por causa de... qualquer coisa que acontecesse, hospital...coisa... agora Simão Pereira melhorou, negócio de médico, né? Mas já tá no caminho, porque tudo corre pra lá. (E19, 2022)

A distância entre Cotegipe e Juiz de Fora é de aproximadamente vinte quilômetros, sendo que Juiz de Fora é a maior cidade da região e possui uma infraestrutura que Matias Barbosa e Simão Pereira não possuem.

Figura 66 – Imagem de satélite com a localização de Cotegipe em relação à Simão Pereira, Matias Barbosa e Juiz de Fora.



Fonte: Google Maps. Acesso em 15 mai. 2022.

A “Estação de Souza Aguiar” foi citada por três entrevistados, sendo um deles morador local, porém ela foi apenas citada, eles não falaram nada mais sobre ela. A “Entrevistada 21 (E21)”, que é moradora do distrito há vinte anos, disse que a “Estação de Souza Aguiar” está abandonada há muito tempo.

Pesquisadora: Você tem alguma lembrança da estação de Souza Aguiar?

Entrevistada: Não. Funcionando, não.

Pesquisadora: Ela estava sempre abandonada?

Entrevistada: Do mesmo jeito, é. Agora que assim, eles arrumaram o telhado dela, acho que ano passado... ano retrasado. É que reformaram o telhado dela, mas tá faltando uma obra lá ainda.

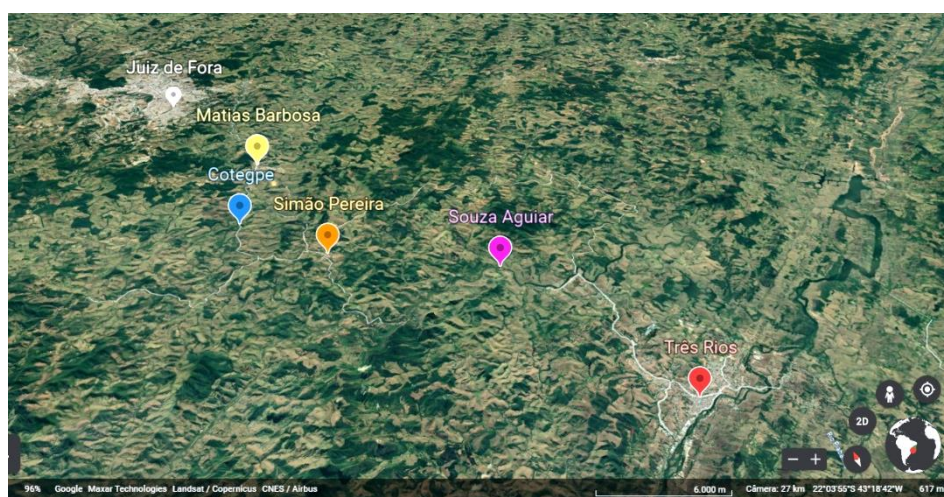
Pesquisadora: Tem alguma lembrança familiar com a Estação?

Entrevistada: Não. (E21, 2022)

A “E21” tem pouca relação com a “Estação de Souza Aguiar”. Quando questionada se já ouvira de algum morador do distrito alguma informação a respeito da estação, ela disse: “Já. De memória, assim agora, eu não tenho não, mas já ouvi história como funcionava lá. Tinha até uma foto antiga lá de como funcionava ali. Ali era de café, né? Que dizem que ali parava pra passageiro, pegar café.” (E21, 2022)

O distrito de Souza Aguiar é mais próximo da cidade de Três Rios, no estado do Rio de Janeiro; aproximadamente quinze quilômetros. Ele fica a uma distância de aproximadamente treze quilômetros do centro de Simão Pereira. O acesso para Simão Pereira é feito, por meio de estrada de terra, enquanto que o para Três Rios é feito por meio de via asfaltada.

Figura 67 - Imagem de satélite com a localização de Souza Aguiar em relação à Simão Pereira, Cotegipe, Matias Barbosa, Juiz de Fora e Três Rios.



Fonte: Google Maps. Acesso em 15 mai. 2022.

Da mesma forma que os moradores de Cotegipe se direcionam a Matias Barbosa ou a Juiz de Fora para resolverem algumas questões; os de Souza Aguiar, ao contrário, direcionam-se para Três Rios. Isso ocorre devido à proximidade, ou, então, pelo fato de Juiz de Fora ser a maior cidade da região.

Observa-se que, pela questão territorial, os moradores do distrito de Cotegipe têm uma relação maior com Matias Barbosa; já os de Souza Aguiar, com Três Rios. Os moradores dos dois distritos se direcionam a Juiz de Fora, quando precisam resolver algumas questões.

O “Conjunto Urbano de Simão Pereira” foi citado por três entrevistados, porém não foi conforme o designado pelo IEPHA, mas como “conjunto urbano em volta da praça”, citado pela “Entrevistada 11 (E11)”, ou como “as casas”, citadas pelo “E15” e pelo “Entrevistado 18 (E18)”.

A “Fonte de Santo Antônio” foi citada por apenas um dos entrevistados, o qual expôs a relação afetiva da sua família com o bem:

Outro... outro... bem assim que eu esqueci de citar foi a Fonte de Santo Antônio, né? que me é muito cara assim, sabe? porque, desde pequeno, ouço minha mãe comentar que a minha tia, né? a tia dela, minha tia-avó buscava água na Fonte de Santo Antônio para dar pros familiares que estavam doentes, né? Ela acreditava no milagre que aquela água podia proporcionar, sabe? Então, eu sempre tenho essas memórias arraigadas em mim, sabe? (E15, 2022)

A “Fazenda Mundo Novo” foi citada pela “Entrevistada 14 (E14)”: “É tombada aquela casa lá, a do Mundo Novo.” (E14, 2022) E mencionada ao longo da entrevista pelo “E20”, que é funcionário da fazenda há vinte e um anos.

Entrevistado: Desde noventa e um, trabalho lá.

Pesquisadora: Qual fazenda?

Entrevistado: Fazenda Mundo Novo. Lá é patrimônio histórico. Eu saí de lá em 2007; saí em dezembro de 2006; em 2007 que eu fiquei fora. Ela me chamou de volta. Eu trabalhava com bambu, aí, eles me chamaram. Aí tô lá até hoje.

Pesquisadora: E você faz o que lá na fazenda?

Entrevistado: Exatamente. São reformas, né? Com móveis, serviço de pedreiro, carpinteiro que eu faço muita porteira lá, o curral. E já tive muitas reformas também nas casas de colono, né? Que quando um colono sai, a gente vai lá, arruma tudo que eles deixam, as paredes suja, criança rabisca, eu vô lá e pinto. (E20, 2022)

Não foi informada pela “E21” a forma como as reformas são realizadas, se estas seguem recomendações técnicas, já que se trata de um imóvel tombado. Por ser um imóvel tombado em nível estadual, deduz-se que se tenha uma fiscalização por parte do IEPHA. Segundo a “Entrevistada 16 (E16)”, os bens mais citados são os mais visíveis:

Então, aqui a gente tem vários bens, né? Tem o Cemitério da Rocinha, tem o Casarão de Paraibuna, o Chafariz. Para falar verdade, eu conheço os mais visíveis, né? que é o Chafariz, o Casarão. O Cemitério, eu ainda não fui, não tive oportunidade de ir, mas assim, eu sei da existência, conheço a história, né? (E16, 2022)

Não é verdadeira a alegação de que os bens que são lembrados são os mais visíveis. A “Prefeitura Municipal”, por exemplo, está localizada na principal rua da cidade, em frente à Praça Principal, é o principal órgão administrativo da cidade, porém não fora mencionada por nenhum entrevistado. Assim como a “Sede da Primeira Unidade Sanitária” também não mencionada e localizada na região central da cidade. Já a “Residência da Antiga Estrada União e Indústria” e o “Portal de Entrada da Antiga Fazenda Miragem” não foram mencionados.

Outro bem cultural também não mencionado é o “Acervo Documental da Antiga Fazenda Cabuí”. Deduz-se que é porque é um bem documental, que armazenado, não exposto e pouco divulgado, os moradores não sabem de sua existência, ou não o têm como referência.

Nenhum entrevistado citou qualquer um dos bens imateriais de Simão Pereira, ao serem questionados sobre o conhecimento dos bens culturais da cidade. Ativeram-se apenas aos bens materiais. Os imateriais foram mencionados em outras questões da entrevista. Os trechos em que os moradores os mencionaram serão expostos e analisados mais adiante.

Nem todos os bens culturais citados, são protegidos. O “E13” citou a igreja, referindo-se à Igreja Nossa Senhora da Glória, “Outra coisa é a igreja, mas a igreja não é a mais antiga, né? Tinha outra mais antiga. Tinha uma antes dessa.” (E13, 2022) A igreja não é tombada, é inventariada, assim como a praça Nossa Senhora da Glória em que estão localizados a Igreja e o “Chafariz de Pedras”. A Igreja é uma referência cultural, assim como o chafariz, ambos aparecem em postais, em revistas e em campanhas políticas.

A “E14” citou a Fazenda da Vargem, não tombada, mas inventariada. A Fazenda da Vargem é uma construção da antiga Sesmaria da Vargem, uma das primeiras concessões realizadas pela Coroa Portuguesa.

A Fazenda da Vargem, em meados do século XVIII, era uma referência para os que transitavam no Caminho Novo; era um local para abastecimento de suprimentos.

Figura 68 - Fazenda da Vargem, Simão Pereira.



Fonte: Cartão Postal da III Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, 2009.

6.2.O Reconhecimento da importância dos bens culturais de Simão Pereira:

Pela terceira pergunta: “Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?”, percebeu-se que as respostas dizem mais sobre a importância desses bens para a cidade do que para o próprio entrevistado. Nem todos os bens citados na pergunta anterior são considerados importantes pelos entrevistados.

Quadro 31 - Bens culturais considerados importantes para os entrevistados de Simão Pereira

Município: Simão Pereira											
Denominação do bem material	Entrevistado										
	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Acervo documental da antiga Fazenda Cabui											
Casarão do Registro do Paraibuna											
Chafariz das Pedras											
Conjunto Paisagístico do Cemitério da Rocinha da Negra											
Conjunto Urbano de Simão Pereira											
Estação Ferroviária de Cotegipe											
Estação Ferroviária de Souza Aguiar											
Fazenda Mundo Novo											
Fonte de Santo Antônio											
Prefeitura Municipal											
Portal de Entrada da Antiga Fazenda Miragem											
Residência Antiga Estrada União Indústria											
Sede da Primeira Unidade Sanitária											
Igreja Nossa Senhora da Glória (Inventariada)											

Fonte: Autora (2022).

Segundo o Quadro 31, o “Chafariz das Pedras” e o “Conjunto Paisagístico do Cemitério da Rocinha da Negra” foram os bens culturais mais citados pelos entrevistados, tendo sido mencionados cinco vezes. Em seguida, as estações ferroviárias de Cotegipe e de Souza Aguiar foram mencionadas quatro vezes. A “E11”

não mencionou nenhum bem cultural; a “E12” e o “E16” responderam que todos os bens culturais são importantes para eles. O “E13”, o “E18”, A “E19 (E19)” e o “E20” mencionaram apenas um bem cultural. A “E14” e a “E21” citaram dois bens culturais. E o “E15” e o “Entrevistado 17 (E17)” mencionaram quatro bens culturais.

A “E11”, que não é nascida em Simão Pereira, mas vive há onze anos na cidade, não citou nenhum bem específico:

Como eu te falei, eu não sou daqui nativa de Simão Pereira, mas eu gosto muito daqui da cidade e eu acho esses pontos sim, muito importantes, porque ali tem uns marcos da história da cidade, que não adianta você falar num povo, no caso dos moradores de Simão Pereira, se não souber a história deles. E tem muitas pessoas que moram aqui e vivem aqui e que as famílias estão diretamente relacionadas com esses, esses monumentos. Então, eu acho isso muito importante. Mais ainda por causa da história que é contada através deles. Cada um tem uma história, né? E é a marca do povo, né? (E11, 2022)

Já a “Entrevistada 12 (E12)”, que morou a vida inteira em Simão Pereira, disse que todos os bens são importantes: “Porque fazem parte da minha história de vida, né? Do lugar onde eu moro.” (E12, 2022)

O “E13” disse que os principais bens são o Casarão do Paraibuna e a igreja Nossa Senhora da Glória. “São esses, né? Porque o principal é o que eu te falei, né? Que o Registro do Paraibuna que, além de ser um prédio histórico, é o único de pé que existe até Diamantina. Esse, pra mim, é o principal.” (E13, 2022)

A “E14”, assim como a “E11”, ressaltou a importância dos bens para a cidade. Ela citou o “Chafariz de Pedras” e as casas, esses são os que ela considera mais importantes. Ela justificou o motivo dessa escolha, tomando como referência a importância desses bens para a cidade:

Ah. eu...ah... o Chafariz por exemplo, né? É o enfeite da... é o cartão postal da nossa cidade, né? Tão bonito. Eu acho ele lindo! Eu acho que é uma beleza da cidade é o Chafariz e a Igreja, né? Agora, acho bonito também, aprecio outras casas, né? Tombadas, porque... enriquece o nosso município, né? (E14, 2022)

O “E15” trouxe um discurso muito interessante sobre o pertencimento ao lugar, sobre construção de sua identidade:

Sim, com certeza. Muito importante, porque, pra mim, é... é uma...é o que me faz sentir pertencente ao lugar, assim, né? E confere esse

senso de pertencimento ao município, né? àquela região. Com certeza, são muito importantes, né? porque eles são partes constitutivas da minha identidade, né? como morador da região. Como pessoa ali do lugar, né? E são símbolos, né? que unificam, que... conferem essa identidade cultural entre as diversas gerações. Não só das pessoas da minha geração como também pessoas de outras gerações, né? Então, quando se fala em Simão Pereira, né? logo se lembra do Chafariz, logo se lembra da Igreja, do registro do Paraibuna. (E15, 2022)

E ainda trouxe uma discussão importante sobre os monumentos como símbolos da identidade de Simão Pereira:

Então esses, principalmente, esses monumentos, eles são muito lembrados, é... citados, né? quando a gente fala de Simão Pereira, e a gente tem muito orgulho de falar desses monumentos. Eu, particularmente, me orgulho muito de falar, né? porque são referências, né? Como, quando a gente fala do Rio de Janeiro, a gente lembra do Pão de Açúcar, do bondinho e do Cristo Redentor, eu me lembro do Chafariz da Praça e do Registro do Paraibuna, da Igreja Nossa Senhora da Glória, né? Até porque foi, na Igreja Nossa Senhora da Glória, que meus pais se casaram, né? Toda a minha história começou ali (E15, 2022)

A “E16”, assim como a “E12”, disse que todos os bens são importantes e complementou: não só para ela como para todo mundo:

Assim, de um modo geral, acho que é importante para todo mundo, né? Por exemplo, eu que tenho comércio também, é... quando eles fazem eventos, me beneficia, mas eu acho que, acima de tudo, beneficia todo mundo, né? pela história, por saber o que aconteceu no passado da cidade, entende? Eu acho que, todos eles, não tem um só, né? [...] (E16, 2022)

O “E17” sugeriu a possibilidade de se ocuparem as estações ferroviárias como pontos culturais:

Então, eles são bem importantes... As estações, porque agora tem um projeto para essa revitalização, e para elas virarem pontos culturais, dentro desses distritos, de fora do centro. Eu, particularmente, faço parte do grupo teatral do centro de Simão Pereira e, é importante, porque a gente vai passar a ocupar essas áreas, aumentando esses pontos de cultura para a cidade. (E17, 2022)

Ressaltou também a importância dos bens como pontos para atrair o turismo em Simão Pereira: “Além de que, tanto o Chafariz quanto o Cemitério da Rocinha da Negra, eles são pontos que são ótimos para o aumento do turismo, sabe? Muita gente acaba vindo e consumindo os produtos gerais aqui.” (E17, 2022)

O “E18”, assim como outros entrevistados, ressaltou a importância desses bens para a cidade: “É... sim, né? Ah...é um bem que a cidade tem. É um diferencial que a nossa cidade tem, né? são os patrimônios históricos.” (E18, 2022) Como ele é morador da localidade de Paraibuna, foi questionado sobre o “Casarão do Registro do Paraibuna”.

Entrevistado: Sim é. E lá pertence a Minas, né? Eu até esqueci do Registro lá, porque eu fico na outra (lado de Monteserrat) e acaba que... é muito importante. Pena que está desleixado, né? Poderia ter uma melhoria naquele espaço lá.

Pesquisadora: Você poderia falar por que ele é importante pra você?

Entrevistado: Ah...ali faz parte da Antiga União e Indústria, é a divisa do estado de Minas Gerais, teve o processo do ouro, tudo passou por ali, né? Então, a história do Brasil, tá ali, né? na divisa do estado. (E18, 2022).

O bem cultural é uma construção abandonada que está há muitos anos sem uso. Apesar de existirem projetos de restauração para ela, percebeu-se que, mesmo sabendo da importância cultural e histórica do casarão, os moradores de Simão Pereira não reconheceram a importância do bem para si. O “E18”, por exemplo, mesmo sendo questionado sobre a importância do bem para ele, respondeu sobre a relevância do “Casarão do Registro do Paraibuna” para a cidade. O bem cultural se tornou apenas um símbolo da história. O péssimo estado de conservação impossibilita a ocupação do espaço e o envolvimento da população com a sua arquitetura.

A “E19”, moradora de Cotegipe, falou sobre a importância da “Estação de Cotegipe” e da estrada de ferro, em sua vida:

Entrevistada: Eu acho. Eu apanhava o trem. Lembro assim pai. Meu pai trabalhava, né? Era tudo conservado. O pátio, tudo arrumadinho. Aí Lembro deles entrando para receber o pagamento. Eu lembro tudo direitinho.

Pesquisadora: O seu pai trabalhava na estação?

Entrevistada: Trabalhava na linha, mas, no dia do pagamento, ele entrava lá.

Pesquisadora: Entrava lá pra receber, né?

Entrevistada: Entrava lá. Aí lembro da sinalização, que não era igual é agora. O lampião, eu tenho ele. O lampião que dava o sinal quando caía trem. O pai saía pra... eu guardei o lampião, a lamparina.... Quando caía trem, eles designavam uma pessoa. Meu pai ou outro, né? trabalhador. Tinha também que trocar...como é que chama? Bastão. Vinha um lá de Matias...eu lembro direitinho, o pai saindo. E o outro pra encontrar. Trocar bastão que eles falavam, né?

Pesquisadora: Vocês moravam aqui nessa casa aqui?

Entrevistada: Não. Morava na casa da Rede que é ali do lado de lá. Tem as casas lá. Já tem quase setenta anos. E assim, né? Tem essas

lembranças boas que... as coisas foram acabando, né? Tinha a carreta que punha a gente, andava.... não sei se você conheceu carreta, sabe o que é?

Pesquisadora: Sei.

Entrevistada: Então, punha assim na linha, né? As coisas eram isso, né? Que a gente tem saudade. Era muito bom. Ah era bom! E.. o pessoal era muito unido também. Tinha um sábado assim, juntava os empregados e funcionários, tudo pra lavar a caixa d'água, sabe? Um ajudava o outro... Lenha, fogão à lenha, cada um buscava...semana do fulano, sabe? Tudo assim....muito. E aí foi acabando as coisas tudo, né? Foi acabando. (E19, 2022)

A “E19”, quando relatou a importância da estação em sua vida, lembrou-se, com saudades, da sua infância, do pai e do tempo em que os funcionários da ferrovia se reuniam.

O “E20”, morador de Cotegipe e funcionário da “Fazenda Mundo Novo”, ressaltou o trabalho que fizera na reconstrução dela:

É muito importante, por exemplo, essa Fazenda Mundo Novo, ela foi construída em mil oitocentos e sessenta e cinco. E eu consertei tudo, fiz aquele trabalho todinho, decorações dela. Trabalhei a reforma todinha em noventa e dois. Tinha as coisas já quebrada, a gente consertava. Reformei por fora todinha e por dentro. (E20, 2022)

A “E21”, moradora de Souza Aguiar, falou sobre a importância da “Estação de Souza Aguiar”. Pelas suas palavras, é possível perceber que ela sente falta da ocupação do imóvel, assim como do “Casarão do Registro do Paraibuna”, ambos em péssimo estado de conservação e sem uso.

Que nem no caso da gente ser de Souza Aguiar, a Estação lá, eu acho que daria pra fazer um espaço cultural, uma biblioteca...assim, aproveitar aquele espaço. Acho que é importante. Tanto o casarão, por ser histórico, né? E divisa de estado, né? (E21, 2022)

Pela quarta pergunta: “Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?”, percebeu-se que os entrevistados consideram importantes sim esses bens para a história, para a beleza, para o turismo.

A “E11” e a “E2” enfatizaram a importância histórica, a importância da preservação para salvaguardar os bens culturais para transmitir para outras gerações uma parte da história da cidade.

A “E11” respondeu: “Com certeza, eu acho que toda cidade tem uma história, né? Se não fossem esses marcos, como seria para a gente contar essas histórias.” (E11, 2022). A “E12” respondeu: “Porque eu acho que faz parte da história da cultura local, né? Faz parte da história do município. Tem todo um envolvimento com todas as pessoas que já estiveram aqui, que nasceram aqui, que passaram por aqui.” (E12, 2022)

O “E18” considera que a história da região tem uma importância nacional: “Sim, pra Simão Pereira. Acredito até que para o Brasil inteiro, né? Falta é divulgar e... arrumar esse patrimônio, né? que tá desleixado.” (E18, 2022) O “E20” também considera a importância histórica: “O patrimônio é muito importante, né? Porque aí, no caso, é uma história.” (E20, 2022)

A “E14” acredita que a preservação do patrimônio enaltece a paisagem urbana: “Ah! Primeiro que eu amo Simão Pereira e vibro com as coisas que enaltecem a cidade, né? Tudo que é para a beleza e enaltecer eu ... eu aprecio...” (E14, 2022)

O “E15” falou sobre a importância dos bens culturais, para a manutenção da identidade e da memória das famílias tradicionais:

[...] com certeza é importante, porque Simão Pereira ainda tem muitas famílias ali, tradicionais da região, né? Que ainda moram ali, têm descendentes ali, e todos têm um carinho pelo patrimônio do lugar, né? Embora eu ache que Simão Pereira já perdeu muito, assim... de...de... muitas casas antigas que Simão Pereira tinha, acabaram se perdendo, né? É... mas eu acho que esses patrimônios que são mais emblemáticos, mais famosos, eles acabaram ficando cristalizados na mente das pessoas como pontos turísticos do lugar. Acho que as pessoas se apegaram a esses bens remanescentes, né? Pra... até mesmo assim como referência simbólica, né? Quando vem trazer um amigo, um parente de fora... “ah vamos conhecer o Chafariz, vamos conhecer o...” né? É... vai mostrar esses lugares, né? Até porque eu acho que assim...é... como muitas casas antigas, elas já se perderam, então ficaram esses... esses...pontos assim... emblemáticos da cidade como referência... (E15, 2022)

O “E15” considera importantes os bens culturais, do ponto de vista econômico, simbólico e turístico:

[...] e...e... de uma certa forma, eu acho que o comércio local acaba tendo esses... esses monumentos como atrativos turísticos, né? Eu acho que do ponto de vista econômico, do ponto de vista simbólico, e

turístico, é são valorizados nesse sentido, sabe? Embora eu ache que ainda continue havendo uma certa resistência de entender a cultura, o patrimônio como algo é... mais democrático, é... de outras camadas sociais, não só das elites, né? Acho que ainda continua havendo uma... uma visão bastante elitista de patrimônio, né? (E16, 2022)

Existe um desejo entre os entrevistados de que haja reconhecimento turístico dos bens culturais. A “E16” relatou:

Então, como eu disse, eu acho que não tem um só importante, né? Mas de uma forma que tem mais atração turística é mais a Estrada mesmo, né? Que é a que a gente tem, tinha, né? Eventos de ciclismo, eventos de corrida, né? Igual Natal, aqui, eles enfeitam, tem a cantata de Natal, é... mas acho que, de forma geral, todos são importantes. (E16, 2022)

O “E17” também citou a importância dos bens culturais para o turismo e para a economia de Simão Pereira:

Além dessa relação do aumento do turismo, mais visitantes é muito importante pro pessoal que vende seus produtos perto do Cemitério da Rocinha, que aí acabam tendo esse público-alvo, muito maior por causa desses pontos de turismo. Eu acredito que... que é muito importante pra a cidade, porque é bom para um povo, você entender e aprender e ter forma de visualizar a sua história e o contexto do que ela é dentro da sociedade. Então, esses pontos... esses pontos ainda estarem de pé, ainda estarem sendo revitalizados e preservados; ele é bem importante para que, pra que todo mundo conheça o que já foi um dia e o potencial para ser, mais pra frente (E17, 2022)

A “E19” e a “E21” tocaram em assuntos específicos, quando questionadas sobre a importância dos bens para a cidade. A “E19” frisou a idade da construção da “Estação de Cotegipe”: “[...] eu acho importante, né? Essa estação aí tem mais de... Acho que foi inaugurada. Você já viu quando ela foi inaugurada? Acho que ela tem quase cento e sessenta anos. Mil oitocentos e setenta e cinco... (E19, 2022) Para ela, a Estação é importante para a cidade, porque fora construída há muito tempo, e, em todo esse período, exercera alguma influência na região.

A “E21” deixou claro que reconhece a importância desse bem e percebe a necessidade de a “Estação de Souza Aguiar” ter um uso: “Que nem eu tô te falando, a Estação, eu acho que poderia aproveitar o espaço, né? Que acho que passageiro ele não funciona mais, mas o espaço poderia aproveitar em muitas coisas, né? Que nem brinquedoteca, algum centro cultural ali, então acho que poderia aproveitar.”

Pode-se perceber, em seu discurso, que ela gostaria que o espaço fosse melhor aproveitado e que a Estação fosse integrada à vida cultural dos moradores de Souza Aguiar.

Quando perguntado se: “Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?”, a lista dos bens tombados de Simão Pereira foi apresentada ao entrevistado.

A “E11” disse não saber se existe algum outro bem cultural que deveria ser protegido.

Eu acho que não tem não, porque com esse apanhado que foi feito com os alunos, a professora de história e mais o XXX (secretário de turismo), que trabalha no Espaço Cultural, né? foi feito um trabalho todo direcionado com os alunos e tudo. Eu acho que eles pegaram tudo. (E11, 2022)

Foi mencionado pela “E11” o Secretário de Turismo que está à frente dos trabalhos relacionados ao Patrimônio Cultural e ao Programa de ICMS Cultural de Simão Pereira. Este também foi mencionado pelo “E13”, que respondeu: “Quem pode te dar mais essa informação é o XXX (Secretário de Cultura), né? Que algum que a gente pensa que não foi, ele já deve ter tomado a providência, né? (E13, 2022)

A “E12” citou o “Açude Grande”, localizado na Antiga Fazenda Miragem, como um bem que poderia ser protegido. Ela foi questionada sobre o motivo:

Pesquisadora: Açude Grande? Por qual motivo?

Entrevistada: Por ser uma reserva de água, uma nascente de água, e eu tenho uma preocupação muito grande com aquilo lá. No sentido assim, em relação ao condomínio, né? Que a gente sabe que há construções ao redor das nascentes, isso me preocupa muito.

Pesquisadora: Mas uma questão ambiental, também, né?

Entrevistada: Sim, também.

Pesquisadora: E você acha que ele tem algum motivo histórico ou cultural para ser tombado?

Entrevistada: Eu acho assim, faz parte da história do lugar, né? Todo mundo que passa por aqui, fala: “...O Açude Grande, o açude grande...”

Pesquisadora: Tem o reconhecimento, né? E lá tem alguma construção antiga?

Entrevistada: Só o portal (Portal da Antiga fazenda Miragem). (E12, 2022)

A “E12” demonstrou uma preocupação ambiental, ao sugerir o “Açude Grande”. Ela acredita que a salvaguarda do elemento natural ajudaria na preservação de suas

nascentes. A “E14” citou a gruta de Nossa Senhora de Lourdes, porque a considera bonita.

Ah... não estou lembrada assim o que que poderia... Não tenho em mente o que deveria ser tombado aqui não. O que é bonito, é lindo e que acho tão abandonado, mas eu acho que não tem nada a ver, não sei... é a gruta, né? Aquela gruta de Nossa Senhora de Lourdes. Não estou lembrada mais do que poderia ser tombado não. (E14, 2022)

O “E15”, o “E18”, o “E20”, assim como a “E11” não se lembraram de nenhum bem a ser protegido.

A “E16” trouxe à tona uma questão interessante e comum a outros entrevistados, que é o fato de perceber que alguns bens têm valores que representam a cultura e a história de Simão Pereira, mas que não são protegidos, por isso a dúvida ao responder exatamente quais são eles.

Olha, eu acho que não, assim, todos que você citou é, basicamente, o que eu conheço, sabe? Porque tem alguns outros que a gente vê e tal, mas não sabe que não pode ser tombado, né? Por exemplo, aqui, o Espaço Cultural, porque ele não é teoricamente da cultura, né? Ele é um espaço para educação. É... a Igreja, eu acho que não tem... como ela já foi modificada, ela não tem como ser tombada, assim, estou falando de achismo mesmo, mas o resto, todos que você citou aí já são tombados, então, não sei, acho que não tem. (E16, 2022)

O “E17” citou a Igreja de Santo Antônio, como um bem que poderia ser protegido.

Eu acredito que a Igreja de Santo Antônio, porque eu não... não sei se é verdade, mas eu ouvia muito essa relação da história, de que anteriormente havia sido construída uma outra igreja, que era uma das primeiras do Brasil, ou algo do tipo, ou de Minas Gerais. Mas que deu problema no telhado e acabaram demolindo ela toda e construíram essa que está tá, que tá no lugar, em cima. Então, eu acredito que ela carrega muita coisa e muita história pra... pra ela ser um bem protegido. (E17, 2022)

A “E19”, moradora de Cotegipe, citou a igreja de São Sebastião, localizada no distrito. Mencionou-a, porque ela faz parte da sua história:

Ah a daqui de São Sebastião ela tem...tem gente, né? Ela funciona, a igreja, né? Ela é pequena, mas é bonita. Casei lá, né? Hoje eu sou evangélica. Mas aqui tem uma história, né? da gente...gosto da comunidade que eu fiz parte muito tempo da comunidade catequista, tinha turma de catequese. Aprendi muita coisa, sabe? Tem gente que fala: “ah vou na outra igreja”, mas esquece. A igreja é muito boa, que eu tinha 11 anos, era bem lavadinha, daí eles me puseram no meio

das catequistas. O padre, sabe? o padre muito bom que teve aí, padre XXX. Que era da paróquia...nem era pra ser ele, porque ele é de Matias. Até hoje tudo é em Matias, não sei por quê. Era pra ser Simão, né? porque pertence a Simão Pereira, mas a paróquia é Matias Barbosa. (E19, 2022)

A resposta da “E19 confirma a existência de uma relação entre o distrito de Cotegipe com Matias Barbosa, quando ela fala sobre o padre que realizava as missas na igreja de São Sebastião, a qual pertencia à paróquia de Matias Barbosa.

A “E21” não mencionou nenhum bem: “Que eu me lembre assim, não. Apesar de eu ser política e rodar quase tudo, não me vem em mente, não.” (E21, 2022)

Como se pode perceber, a maioria dos entrevistados não souberam opinar sobre novos bens culturais que poderiam ser protegidos, ou porque desconhecem as possibilidades, ou porque confiam no trabalho dos gestores municipais para promoção e preservação do seu patrimônio.

6.2 As relações com as manifestações culturais e com o patrimônio

A sexta pergunta aos moradores de Simão Pereira foi: “Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual? Após essa pergunta, a lista dos bens registrados foi apresentada ao entrevistado. O objetivo dessa pergunta é identificar as manifestações culturais de que os moradores de Simão Pereira costumam participar. O Quadro 32 representa os bens culturais mencionados pelos entrevistados.

Quadro 32 - Bens imateriais mencionados pelos entrevistados de Simão Pereira

Município: Simão Pereira											
Denominação do bem imaterial	Entrevistado										
	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Festa de Nossa Senhora da Glória											
Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira											

Fonte: Autora (2022).

Segundo o Quadro 32, todos os entrevistados, com exceção do “E20”, participam ou já participaram da “Festa de Nossa Senhora da Glória”. A Festa ocorre no centro de Simão Pereira, no entorno da praça principal e é um evento que movimenta toda a cidade.

O “E20”, morador do distrito de Cotegipe, disse que nunca participou da celebração à Nossa Senhora da Glória em Simão Pereira, mas participa das

manifestações culturais de Matias Barbosa. “As festas de Matias, participava muito. Participava muito dessas festas religiosas, perto da igreja, de lá de Nossa Senhora. Que a gente, como aqui, participava da igreja mesmo, né? Fazia curso na igreja.” (E20, 2022) A proximidade do distrito ao município de Matias Barbosa favorece essa relação.

Segundo o Quadro 32, a “Roda de Capoeira e/ou Ofício de Capoeira” é mencionada por quatro entrevistados. Todos eles disseram que participam apenas como espectadores.

A “E11”, quando questionada especificamente sobre o que é registrado, ela disse que participa da “Festa de Nossa Senhora da Glória” como visitante e não na sua organização. Ela menciona, em sua resposta, elementos que compõem a festividade.

Assim, eu não sou muito integrada na festa dentro da Igreja não, tá? porque eles têm uma equipe deles lá que eles fazem, mas eu vou, eu ajudo nas barracas, quando precisa, vou pra passear mesmo. Os leilões, eu adoro leilão. Tanto a gente dá prenda quanto a gente vai lá fazer, compras das prendas. Meu marido também gosta muito dessas festas assim. (E11, 2022)

A “E11” também relatou o seu envolvimento com a “Capoeira”, enquanto o seu filho participava das rodas de capoeira, ela assistia às apresentações.

Ah! a capoeira, quando o XXX (filho) era pequeno, ele fez até... quer ver? desde muito tempo, né? Eu tenho foto, eu tenho filme do XXX (filho), quando ele fez, começou na capoeira. Então se ia para outra cidade, a gente arrumava ônibus, botava os meninos e as meninas tudo dentro do ônibus e ia para as rodas de capoeira, sem problema. Sempre gostei. (E11, 2022)

A “E12” disse que participa ativamente da “Festa de Nossa Senhora da Glória”: “Ajudando, colaborando, na questão da liturgia, na questão religiosa.” (E12, 2022)

O “E13” sempre participou da “Festa de Nossa Senhora da Glória”. Ele relatou como era a celebração nos tempos em que era criança, na década de 1950.

Ah, sim...sim. Essa Festa de Nossa Senhora da Glória, mas essa festa de Nossa Senhora da Glória era um acontecimento aqui do ano inteiro. As pessoas faziam até roupa pra quando chegasse agosto. Agora você vê, as festas eram famosíssimas. Já começava terça-feira e ia até no domingo, entendeu? Enchiam isso aqui de barracas. A gente era criança, né? A última dessas grandes festas mesmo, que a gente

era pequeno, criança, foi em 1951. Foi a última. Tinha os leilões. Agora tinha um detalhe, né? Tinham as bandas que chegavam de madrugada. Minha tia guardava os colchões deles lá no coro da igreja, que eles iam dormir num casarão que tinha aqui. Um movimento incrível. Nossa! Muito bom!... Você nem imagina o que que era na época. E era a semana inteira a festa. Vinham as bandas, vinha o coro, minha mãe organizava o coro maravilhoso também para a missa solene do dia, quinze de agosto, né? É a gente participava disso tudo, né? A gente queria ver as... namorar... elas chegavam aqui, depois que a gente ficou mais adolescente, né? pra ver quem vinha de fora. (E13, 2022)

Sobre a “Roda de Capoeira”, o “E13” disse que assistiu a muitas apresentações, mas apenas como espectador.

A “E14” disse que participa da “Festa de Nossa Senhora da Glória”, assim como de outros eventos que ocorrem na cidade:

Circuito Teatral. Também desse do 7 de setembro. Teve também uma homenagem pelo dia 7 de setembro, participei. As festas religiosas, de Nossa Senhora, de Santo Antônio. Participo das coisas também da Prefeitura, né? Quando tem algum evento. Estou sempre. Nos teatros. (E14, 2022)

O “E15” também participa da “Festa de Nossa Senhora da Glória”, da procissão que faz parte da celebração, assim como de outros eventos que ocorrem na cidade.

Participo da... Festa de Nossa Senhora da Glória, Festa de Santo Antônio...é... basicamente isso. As festas de igreja que tem, eu normalmente eu vou, né? Eu participo. É... a procissão... a tradicional procissão que tem pela... em volta da praça da cidade...E as vezes quando tem também feira de artesanato, exposição dos pequenos agricultores, né? Às vezes, também, eu participo quando tem, né? porque nem sempre tem esses eventos, né? A Festa de Nossa Senhora da Glória todo ano tem, né? Já é uma festa tradicional antiga; então eu sempre participo. (E15, 2022)

A “E16” citou o grupo de teatro, do qual fez parte, e a “Festa de Nossa Senhora da Glória”. “Então, é aqui, a gente tem o grupo Faces, né? Que é o grupo de teatro da cidade que eu já fiz parte. Eu sempre ajudo na festa da Igreja, né? porque aqui a comunidade é muito unida com relação à igreja, então eu sempre ajudo.” (E16, 2022) Sobre a “Roda de Capoeira”, ela disse nunca ter participado, apenas assistido às apresentações.

O “E17” participou na organização da “Festa de Nossa Senhora da Glória” e mencionou o “Baile das Mães”, que geralmente ocorre todos os anos, no Dia das Mães, e é um evento em comemoração à data especial. Existe uma proposta de registrá-lo como Patrimônio imaterial de Simão Pereira.

Eu participei bastante na ajuda ali da montagem, no processo da festa de Nossa Senhora da Glória; o Baile das Mães também eu auxiliava. A gente tinha um projeto, um projeto não, um mês cultural, que era o novembro Cultural de Simão Pereira, que eram apresentações culturais durante todo o mês de novembro. Existia um projeto junto com a escola, que era a semana do Folclore, que era um projeto com alunos, e, fazíamos apresentações a partir disso. E eu acredito que é isso, só. (E17, 2022)

O “E18” respondeu que, sempre que tem a oportunidade, ele participa das festas da igreja e leva as filhas junto. “Ah os eventos, todos que tem, geralmente, eu tento acompanhar”. (E18, 2022) A “E19”, moradora do distrito de Cotegipe, respondeu: “Capoeira aqui eu já fui, que meus filhos criança participavam de capoeira, né?” (E19, 2022) Mencionou também a tradição de passar nas brasas da fogueira e a “Folias de Reis”.

Aqui fazia. As brasas, né? É passa na fogueira. Pisa. Até meu pai falava que era compadre de fogueira, tem uma porção. Tinha as Folia de Reis também, né? Acabou também, né? A gente ficava andando atrás, era uma porção que tinha. Até dormia na casa da gente. As Folias de Reis dormiam, né? [...]Tinha daqui e tinha de Sobragi e tinha de Matias. Tinha de Juiz de Fora também. Lá do Teixeiras vinha todo ano. É os folclores, né? Acabou. (E19, 2022)

O “E20” respondeu que nunca participou da “Festa de Nossa Senhora da Glória”, nem da “Roda de Capoeira”, porque participa mais dos eventos que ocorrem em Matias Barbosa. Ele mencionou a “Festa de São Sebastião”, na igreja de São Sebastião, em Cotegipe.

É... em Matias eu já fui muito, né? E aqui, em Simão Pereira, aqui em Cotegipe, era a Festa de São Sebastião. A festa aqui era linda, tinha festa muito boa. Eu cuidei muito aqui de Cotegipe. A Igreja de São Sebastião, eu reformei ela toda. Eu trabalhava lá nos finais de semana por dentro, botei ardósia. Os bancos da igreja aqui, reformei tudo. Todos. (E20, 2022)

A “E21”, moradora do distrito de Souza Aguiar, falou sobre a “Festa de Nossa Senhora da Glória”: “Assim, participar, trabalhar, não. A gente ajuda, mas doando alguma coisa assim... mas participar ali firme, não.” (E21, 2022) Quando questionada

sobre a existência de alguma festividade de Souza Aguiar que considera referência, ela respondeu:

Tem a São Francisco de Paula. Da igreja, uma festa pequeninha...já foi maior, né? mas agora, devido á pandemia, nem tá tendo, né? Assim mais uma festa da comunidade, mesmo. Não é muito grande quanto é Nossa Senhora da Glória, mas tem uma festinha lá. (E21, 2022)

Além do que é registrado como patrimônio imaterial de Simão Pereira, outras manifestações foram mencionadas. Estão representadas no Quadro 33.

Quadro 33 - Manifestações culturais não registradas em Simão Pereira

Município: Simão Pereira											
Denominação do bem imaterial	Entrevistado										
	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Teatro											
Festa de Santo Antônio											
Festa de São Sebastião (Cotegipe)											
Festa de São Francisco de Paula (Souza Aguiar)											
Folias de Reis											
Outros											

Fonte: Autora (2022).

O Quadro 33 confirma que o Teatro é uma manifestação cultural que é uma referência para o município, tendo sido mencionada por quatro entrevistados. As festas religiosas são frequentes na vida dos moradores de Simão Pereira. Foram citados: a “Festa de Santo Antônio”, mencionada por dois entrevistados; a “Festa de São Sebastião” que envolve a comunidade do distrito de Cotegipe, assim como a “Festa de São Francisco de Paula”, no distrito de Souza Aguiar. Outro evento religioso mencionado foi a “Folia de Reis”, mencionada pela moradora de Cotegipe. Outros entrevistados não mencionaram a Folia.

Outros eventos mencionados foram: evento educativo, cinema, conferências, Semana do Folclore etc. Como exemplo, a “E11” respondeu à pergunta explicando sobre um projeto elaborado junto à escola.

As crianças conheceram todos os patrimônios que tinham, foram guiadas, nós fomos guiados pelo XXX (secretário de turismo), e com a professora XXX. Depois, as crianças desenharam... Aí, por exemplo, a casa, eles ficavam em frente à casa desenhando. As pessoas marcaram lanchinho com eles. O dia que fomos conhecer a casa, tinha lanchinho para as crianças. Eles foram assim bem solícitos, sabe? Foi muito bom. Aí, quer dizer, foi quase um ano envolvido nesse projeto do patrimônio. (E11, 2022)

Percebeu-se que os entrevistados participam da vida cultural de Simão Pereira e reconhecem a importância dessas manifestações culturais. Essa questão pôde ser ampliada, quando questionados com a sétima pergunta da entrevista: “Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?”

A “E11” citou o “Festival Cultural”, que o considera muito importante para a cidade. Quando questionada sobre a forma como ocorre esse festival, ela respondeu:

Eu acho que é a semana inteira, ou são quatro dias na semana, tá? que apresentam canto, coral, tudo dentro daqui de Simão Pereira. O grupo faz, que eles trabalham que é de teatro, é tudo alunos e pessoas, moradores daqui de dentro de Simão Pereira, não é ninguém de fora. (E11, 2022)

A “E16” também citou o teatro como uma manifestação cultural relevante para os moradores de Simão Pereira:

Então, a gente tem esse grupo Faces, né?! Que, querendo ou não, é uma forma de manifestação cultural, né? porque fazem muitas peças teatrais com apoio da comunidade. E eu acho assim importante. Eu não sei se tem como tomar e tal, por ser um bem imaterial, mas eu acho muito importante. Aqui, o teatro é muito forte, sabe? Quando eu era mais novinha, o grupo Faces tinha começado e a gente ia, parava a cidade o espetáculo do grupo Faces, porque era muito grande; foi, com o tempo, foi perdendo a força, né? Mas eu acho que se perguntar para qualquer pessoa aqui, eu tenho certeza de que alguém já foi numa peça do grupo. (E16, 2022)

A “E12” respondeu falando do artesanato. “Não é que seja forte, mas eu acho que tem que ser valorizado.” (E12, 2022). Segundo a entrevistada, existem artesãos em Simão Pereira que produzem, crochê, tricô, entre outros trabalhos. Disse que essa arte deveria ser reconhecida como patrimônio imaterial da cidade.

O “E13” mencionou, em sua resposta, a organização da feira de artesanato que ocorreria no início de dezembro de 2021.

Está indo de vento em polpa. Nós estamos com uma comunidade, foi a XXX e o XXX que começaram. Nós já fizemos umas três reuniões aqui no salão. Vai ter uma agora sábado. Organizamos uma feira de artesanato que seria é... fizemos o cadastramento já de 20 artesãos aqui. Tem gente que você nem sabia, e a pessoa também não sabia como ia fazer também pra mostrar pros outros. Então a gente estava pensando justamente ali na praça da areia, ali embaixo. (E13, 2021)

A “E14”, assim como o “E18” e a “E21”, sugeriu que seja protegida a “Festa de Santo Antônio”, que ocorre todos os anos no dia de comemoração ao santo.

O “E15” sugeriu que o “saber-fazer” da produção artesanal de queijos e de doces fosse protegido. Essa produção é muito forte em diversas cidades de Minas Gerais:

Entrevistado: Eu acho que... produção de... produção de queijo... de queijo de...de doce, sabe? Que eu acho muito forte na região e eu falo isso também, porque faz parte da minha... da minha vivência, da própria vivência da minha família mesmo, né? Existe uma tradição de produção assim de queijo, de doce de leite, doce de frutas, que é quase que centenária, entendeu? Que eu acho que deveria ser valorizado.

Pesquisadora: Deu até água na boca (risos). Minha avó também fazia muito.

Entrevistado: É, a minha... a minha mãe, desde criança, que faz, né? doce, queijo...Então, como eu te falei, né? ela levava cestos pra vender na.. ali em Simão Pereira, nos distritos, né? Então é algo que faz parte da minha memória, que faz parte da memória da minha família e de muitas pessoas que são conhecidas da minha mãe, por exemplo, né? Pessoas que comprem até hoje os queijos, né? porque meu irmão continua vendendo os queijos, né? A produção artesanal, né? Então, eu acho que...é uma...é uma...um patrimônio imaterial da região, que eu acho que poderia ser valorizado. Queijo e doce, né? É muito característico de Minas, né? (E15, 2022)

O “E17” sugeriu que fossem protegidos o “Baile das Mães” e o “Novembro Cultural”, que já haviam sido mencionados na resposta anterior:

Acredito que tanto o Baile das Mães quanto o Novembro Cultural são importantes para a cidade, porque falando do Novembro Cultural, em si, a gente sempre trabalha muito com jovens, com a galera mais nova. Então, a gente acaba ocupando essa parte e dando um desenvolvimento cultural para esse pessoal e acaba tendo um resultado muito interessante. (E17, 2022)

O “Baile das Mães”, sugerido pelo “E17”, está em processo para ser registrado como Patrimônio imaterial. “O Baile das Mães, eu até acreditava que ele era um patrimônio tombado ou protegido, porque ele acontece direto. Parou, por causa da pandemia, mas ele é um evento que ele acontece há muito tempo ininterrupto. Então, eu acreditava nisso.” (E17, 2022)

A “E19” não fez nenhuma sugestão, mas mencionou a “Festa de São Sebastião” que ocorria na igreja de São Sebastião.

Pois é, as festas assim que tinha da comunidade, né? Eram muito boas as festas, né? Mas essas tinham que voltar, né? Tem que ter as pessoas, né? de coragem pra organizar. A gente pedia, fazia os leilão, era muito bom! Vinha gente de Matias, Simão Pereira, aqui dava um movimento. (E19, 2022)

As manifestações sugeridas pelos moradores entrevistados de Simão Pereira estão representadas no Quadro 34 abaixo:

Quadro 34 - Manifestações culturais sugeridas pelos entrevistados de Simão Pereira

Município: Simão Pereira											
Denominação do bem imaterial	Entrevistado										
	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Festival Cultural											
Artesanato											
Festa de Santo Antônio											
Saber-fazer relacionado à produção de queijos e doces											
Baile das Mães											
Novembro Cultural											

Fonte: Autora (2022).

Segundo o Quadro 34, A “Festa de Santo Antônio” foi mencionada mais vezes, tendo sido citada por três entrevistados. Em segundo lugar, foram mencionados o “Festival Cultural” e o “Artesanato”, citados por dois entrevistados. Além desses, foram sugeridos o “Baile das Mães”, o “Novembro Cultural” e o “saber-fazer”, relacionado à produção de queijos e doces.

6.3. A população simonense e a preservação do seu Patrimônio Cultural

As respostas dadas, na oitava pergunta da entrevista: “O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?”, estão apresentadas na Figura 71– Nuvem de Palavras:

Figura 69- Nuvem de Palavras



Fonte: Autora (2022).

Segundo a Nuvem de Palavras, percebe-se que os entrevistados acreditam que o patrimônio deve ser valorizado, protegido, conservado e restaurado. Que é necessário investimento, conhecimento e conscientização da dos moradores para o engajamento nas ações de preservação e proteção para promover a continuidade do Patrimônio Cultural.

A “E11” falou sobre a importância do trabalho de manutenção dos bens para a sua preservação:

Olha, eu acho que uma coisa que é essencial, eu acredito, é você preservar. Não só a população preservar, não depredar, como também no caso, através da prefeitura, do IEPHA, né? eles manter, né? Deu uma machadinha ali, tipo, por exemplo, no Chafariz, não vai esperar desmontar, quebrar tudo para depois arrumar, não. Vai logo ali, dá aquele consertinho ali e tudo, manter. Eu acho que isso aí é preservação, né? Tá sempre olhando. (E11, 2022)

Segundo a “E12”, deve ser feito “Além da valorização, a conscientização.” (E12, 2022) O “E13” sugeriu que ações políticas devam ser realizadas:

Engajamento do prefeito e dos vereadores, isso já seria uma mão na roda, né? Um apoio da gente, como o XXX fez sobre essa feira de artesanato. Eu acho que é sensibilizá-los, né? da importância disso, né? E também criar condições para que as pessoas possam se expressar, que é também essa feira de artesanato. Expressar sua habilidade, né? (E13, 2022)

A “E14” respondeu: “Eu acho que tem que conservar, tem que continuar, né? Protegendo essas, esses patrimônios tombados. E as festas também, continuar, né?” (E14, 2022)

O “E15” acredita que a solução seja o diálogo entre os diversos agentes e a população para trocas de informação e de conhecimento.

Então, eu acho que...primeiramente, eu acho que...deveria haver mais visitas de grupos, é... envolvidos na Secretaria de Cultura, e turismo do município, pra conversar com os... não só os agricultores, as pessoas do campo, mas também com as pessoas da... do núcleo que a gente pode considerar assim... mais urbano, né? É...pra haver um diálogo, né? e um entrosamento maior entre essa equipe gestora do patrimônio e da cultura na cidade e a sua população. Eu acho que falta muito essa... essa conversa, esse diálogo assim mais sistemático com essas comunidades para que haja uma troca de informação e de conhecimento do público entre as duas esferas, tanto de parte das autoridades municipais como também por parte dos cidadãos de... de Simão Pereira. Porque muitas vezes as pessoas não têm, é... têm uma

certa dificuldade, né? de...de valorizar aquilo que é da sua própria vivência, né? Porque aquilo é tão vivido de uma maneira tão espontânea e natural, né? Que existe uma certa dificuldade de se valorizar. E a partir do momento que o poder público está presente, conversando com as pessoas...essa valorização, ela... ela acontece, né? (E15, 2022)

O “E15” respondeu à pergunta mencionando a necessidade de se aumentarem as ações do poder público na preservação do Patrimônio Cultural:

Mas eu acho que na falta de uma política pública, de uma presença mais forte dos, do...estado, né? Na valorização desses bens, históricos, desse patrimônio histórico. Muitas pessoas não valorizam. Muitas pessoas, elas não acham que aquilo deva ser preservado, porque as famílias já não têm mais referência mais das famílias que moraram ali. As pessoas que foram sepultadas ali. Parece que perderam completamente o vínculo, né? Os herdeiros perderam o vínculo com a cidade. É... mas eu acho que se houvesse uma ação mais sistemática do poder público, no sentido de conversar, de estabelecer essa troca, eu acho que as pessoas passariam a valorizar mais, sabe? Porque, com certeza, existem muitas histórias e memórias que estão adormecidas e que, ao serem valorizadas, né? pelo poder público, elas passam a ter um destaque, elas passam a ter uma... elas são canalizadas, né? pra um movimento coletivo, de valorização e tudo. (E15, 2022)

A “E16” sugeriu o trabalho de conscientização da população sobre a importância da preservação do Patrimônio Cultural:

Então, aqui os meninos, como o XXX (Secretário de turismo), e o XXX (Secretário de Cultura), já fazem um trabalho excepcional com a cultura, né? com a preservação, mas eu acho que ainda falta uma conscientização da população, sabe? Por exemplo, na escola, eu sei que tem passeios e tal, para mostrar o que foi o Cemitério da Rocinha, e tal. Mas assim, se você pegar com os meninos mesmo, eles não sabem da importância, sabe? da real importância. Eles só acham que é mais um passeio da escola. Acho que falta muito isso, uma conscientização, não só das crianças, mas como dos adultos também. (E16, 2022)

O “E17” falou sobre a importância da ocupação e do envolvimento da população com o patrimônio:

Ocupar. Definitivamente ocupar, porque eu acredito que uma área que seja ocupada e que tenha um sentimento para algumas pessoas, ela assa a ser preservada pela população. Temos o exemplo o que foi o nosso Espaço Cultural, que é o prédio e do estado e tudo mais, e eles acabaram pedindo ele de volta e teve um envolvimento da população muito grande em relação a isso de um sentimento de perda, porque era um local que a gente recebia todas as pessoas, todo mundo. Tava liberado de entrar, de ficar, de passar o dia lá, se quisesse. Então, essa ocupação criou um vínculo com a população, e a população

abraçou esse lugar. Então acredito que... que destinar algo social pra... pra esses patrimônios ajudaria na preservação deles. (E17, 2022)

O “E18” respondeu à pergunta falando sobre a importância de se aumentarem os investimentos e mencionou a necessidade de restaurar o “Casarão do Registro do Paraibuna”: “É... eu não sei se seria mais investimento, seria a palavra correta. Ter mais algum investimento, né? Principalmente, nesse que a gente tinha comentado aí da...do Casarão.” (E18, 2022)

A “E19” sugeriu a preservação dos bens e a continuidade desse trabalho nas obras; citou como exemplo, o ocorrido na “Estação de Cotegipe”:

A estação, acho que tinha que dar continuidade nas coisas que começa e para, né? Começou... igual reformou o telhado tudo, iluminar ela, né? Ficar bonita igual tinha. Tinha tudo iluminado na beirada dela ali. Coisa que fica ali parada, né? Não tem utilidade pra nada, né? Tem que preservar ali. A MRS, eles não coisam...Sobragi é arrumadinho, aqui não é, né? O clube também preservar, né? Fazer uma reunião com esse pessoal, quem que é sócio. Muitos já até morreram. Coisar a balsa também...Que tinha a balsa também que ligava doutro lado (Belmiro Braga), né? Mas agora a estrada acabou com o campo do lado de lá. O campo era lá. Mas ali já tem que pertence Belmiro e Cotegipe, atravessou o Rio do Peixe que encontra com o Paraibuna, lá de trás da igreja, eles encontram ali. Aí acabou, acabou a balsa. (E19, 2022)

O “E20”, assim como a “E19”, falaram sobre a importância do trabalho de continuidade nas ações de preservação:

É uma obrigação. Ah não tem verba, pode pedir ao Estado, né? Eles têm facilidade. Porque muita coisa acabou por falta de interesse mesmo. Ainda bem que, graças a Deus, tem pessoas que hoje quer cuidar, quer ajudar, mas você vê, passa esse período aqui, se sai o prefeito, troca tudo. Aí a ideia sua acabou. Tinha que dar continuidade. Ah, foi do governo fulano de tal.. não é bem assim, né? Tem coisa que tem que dar continuidade, não é pra parar com aquilo. É porque foi o prefeito fulano de tal... ele não terminou? Ele deu início? O próximo termina. Dar continuidade ao trabalho, não deixar ele parado. (E20, 2022)

A “E21” falou sobre a importância da restauração e citou os bens culturais que necessitam de cuidados e os que passaram recentemente por esse processo.

Restaurar, né? O casarão principalmente e as estações, né? Que eu acho que tá mais... o Cemitério da Rocinha, a última vez que eu visitei,

até que tava restaurado. A igreja já foi reformada ali. O Chafariz, acho que tava reformando. É restaurar. (E21, 2022)

A divulgação do Patrimônio Cultural de Simão Pereira também ocorre por meio de exposições fotográficas e de concursos de fotografia.

A Figura 72 representa os cartões-postais da “II Jornada Mineira do Patrimônio Cultural”, realizada em 2009, cujas fotografias foram tiradas por moradores de Simão Pereira.

Essas exposições são uma forma de envolver os moradores nas questões culturais do município e uma forma de incentivar e de despertar o olhar para aquilo que a cidade tem como Patrimônio Cultural.

Figura 70 - Cartões Postais, "II Jornada Mineira do Patrimônio Cultural" de Simão Pereira.



Fonte: Autora (2022).

A nona pergunta: “Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?” mostra que, apesar de as respostas terem sido bem diversas, os entrevistados sabem o que deve ser realizado para a preservação do seu patrimônio. A maior parte dos entrevistados sugeriu a divulgação dos bens culturais, a contação das histórias e o despertar do interesse de outras pessoas naquilo que é o patrimônio de Simão Pereira.

A “E11” respondeu: “Fazendo o que nós estamos fazendo aqui hoje conversando sobre”. E complementou: “Vem uma visita na minha casa, aí eu vou sair, com eles, a gente faz muito isso, né? “Ah, eu não conheço Simão Pereira, não”, então vem cá, entrou no carro, vamos passear dentro de Simão Pereira, fazer um tour. E mostrar as coisas de Simão Pereira.” (E11, 2022)

Em seguida, questionou-se sobre aonde a entrevistada levaria essas pessoas, ao que ela respondeu: “Na Praça, que ali a gente já via as casas, as igrejas, o cemitério da Rocinha, se possível, que eu adoro lá. É muito bom. No cemitério da Rocinha, lá no Registro. Ah gente....” (E11, 2022)

A “E12” também disse que poderia contribuir “Divulgando, né? a história local.” (E12, 2022). Como ela trabalha na escola municipal, ela disse que participa de projetos que incentivam a cultura e a educação patrimonial.

O “E13”, biblioteconomista aposentado, foi outro disse que pode ajudar “Na área de biblioteca. Eu acho que ali...ali [...] é, e dinamização do acervo, né? Investir com palestras sobre o uso da biblioteca, né? Sobre a importância da biblioteca, sabe? (E13, 2022)

A “E14” falou que pode “Participar trabalhando, né? Motivando as pessoas.” (E14, 2022) Segundo ela, o trabalho de motivação é participar mais do dia a dia da Igreja e das questões religiosas do município. O “E15”, historiador, sugeriu a escuta das histórias dos moradores mais antigos da cidade:

Primeiramente, é... primeiro, ter uma escuta bastante sensível às histórias que as pessoas mais velhas têm para contar, né? Eu acho que isso é muito importante, porque desta forma que eu vou passar pra frente histórias, narrativas, que vão agregar valor àqueles bens, àqueles monumentos. (E15, 2022)

Em seguida, o “E15” falou sobre a importância da difusão cultural, para atrair os olhares e o interesse das pessoas:

Em segundo lugar, é... eu acho que...segundo lugar, tentar de uma certa forma, é... divulgar, né? De uma certa maneira, hoje, por exemplo, através das redes sociais, da internet, é... fazer fotografias, convidar as pessoas conhecidas, né? Para conhecerem esses... esses lugares. É... fazer com que as pessoas associem esses monumentos a determinados momentos especiais em suas vidas, né? Por exemplo, ah aconteceu um casamento do fulano na igreja, da...da Nossa Senhora da Glória, né? Por que não incentivar as pessoas a tirar uma foto na frente do Chafariz para valorizar? Para que as pessoas possam, de uma certa maneira, associar aquele momento importante de suas vidas. Aquele monumento, aquele patrimônio, né? Eu acho que participar também é outra forma de valorizar, né? A pergunta é sobre valorizar, né? (E15, 2022)

O “E15” complementou a sua fala abordando a questão da apropriação dos espaços, para permitir a aproximação das pessoas com o patrimônio:

Contar pras pessoas das novas gerações, né? Histórias sobre aquele bem e até mesmo incentivar, né? A realização e encontros, né? E para que as pessoas possam se aproximar daquele espaço e entender que aquilo ali é de todos, é um bem público, coletivo que você pode se apropriar dele, né? de múltiplas maneiras desde que não agrida, né? a integridade física, né? do patrimônio e tudo. É eu como... eu tô falando isso como cidadão, né? Como pessoa do lugar, né? Que tem uma memória afetiva do lugar. (E15, 2022)

O “E15” mencionou também a importância de abordar a questão do patrimônio, da história da cidade em projetos educativos.

Agora como historiador, como professor, eu acho que é importantíssimo... é... sensibilizar os olhares, né? Fazer projetos nas escolas, né? Não acho que seja só escola a responsável pela conscientização, né? Toda sociedade é responsável, né? Não só a escola. Mas a escola é um ponto que... é um espaço que gera um efeito... que gera um efeito multiplicador muito importante, né? porque muitas crianças ouvem falar do patrimônio na escola. Elas vão conscientizar os pais, né? Elas vão falar pros pais, contar pros pais as histórias que eles ouviram dos professores, né? da boca dos professores, né? “Pai, olha isso daqui isso daqui é...” (E15, 2022)

Ele reforçou suas sugestões narrando a sua experiência, enquanto estudante, de um passeio que fizera, organizado pela escola, ao Cemitério da Rocinha da Negra.

Pelo menos comigo, acontecia muito isso, quando eu era... quando eu era estudante de Simão Pereira. Quando eu fui a primeira vez no... na Rocinha da Negra, eu cheguei em casa cheio de história pra contar, né? E eu percebi que meus pais não conheciam a história do Cemitério. Eles moram muito tempo... né? desde criança, são nativos ali da região, não conheciam a história do cemitério, e... eu criança, né? aprendendo isso na escola, levei pra casa, né? E eu lembro que, tempos depois, eu chamei meu irmão, meu primo, pra gente fazer um passeio, assim ecológico, ali na... em volta do cemitério ali. Aí levei eles lá pra conhecer o cemitério que eles não conheciam. Aí fui com meu irmão mais velho, né? porque não tinha idade pra ficar saindo sozinho, né? Aí levei meu irmão mais velho pra ir conhecer o cemitério, levei meu primo. Então, eu acho que.... a ação pra preservar é essa, né? Eu acho que... é... trabalhar junto às escolas pra falar do patrimônio da cidade. Incentivar os alunos a representar esses patrimônios, através da escrita, do desenho, da fotografia, né? Fazer diversas...desenvolver diversas maneiras de esses alunos, estudantes, eles terem essa percepção da importância e... saírem da escola com essa memória, né? (E15, 2022)

O “E15” encerrou a sua resposta sugerindo o trabalho educacional, como um caminho para conscientização e para a aproximação das pessoas.

Eu fiz algo, uma atividade na escola, participei de um projeto. Eu acho que isso aí, não, não...se apaga da memória da...do futuro adulto, né?

Aquilo vai ficar pra sempre na memória, né? Isso tem um efeito multiplicador muito bom. Eu acho que o caminho.... eu, na minha percepção, o caminho é esse. Começar pela escola e depois incentivar eventos no entorno desses monumentos, assim... encontros, distribuir panfletos, com... com... arte elaborada pelos próprios alunos das escolas. Imagina que legal, né? Você pegar o desenho de uma criança do chafariz e colocar num panfleto, assim, educativo, turístico, né? Gera um senso de pertencimento, né? Um orgulho...Ah! Olha que orgulho o meu desenho aqui, né? Meu olhar está representado aqui nesse material. Então, eu acho que preservar... não existe preservação, se não houver sensibilização e a tentativa de aguçar esse sentido de pertencimento, de construção de memórias afetivas. Acho que passa pelo afeto. Passa pelo afeto sempre. (E15, 2022)

A “E16” considera importantes também as histórias que são passadas de geração para a geração para os moradores e para os visitantes da cidade. Os entrevistados consideram a história oral necessária para promover o interesse pelo patrimônio.

Por exemplo, aqui que a gente tem muito contato com o público e tal por conta da padaria. Muitas vezes, muito turista chega aqui né? Não vou falar turista, mas visitante, chega aqui e pergunta sobre alguma coisa, sobre alguma história, e a gente acaba fazendo esse papel, sabe? de apresentar. Eu acho isso muito importante. Criança também, eu lido muito com criança, sabe? Gosto muito. E aí, às vezes, a gente vai sentar e vai conversar, vai contar história. A gente conta histórias que aconteceram aqui, sabe? que nós também escutamos. Acho isso muito importante para deixar a história viva, sabe? Eu acho que a gente precisa de mais coisas assim, mais situações assim. (E16, 2022)

O “E17”, que participa dos grupos de teatro, considera necessária a ocupação dos bens culturais para a criação de vínculos entre os moradores e o patrimônio:

Como agente cultural, eu acredito que posso auxiliar nessas relações de ocupação. De criar formas de... de chamar o público para esses lugares, de passar a importância de cada um desses pontos para as pessoas e fazendo com que... com que se crie esse vínculo. Além de estar disposto e aberto para ajudar qualquer, de qualquer outra forma, mesmo que não seja... que não seja nada envolvido à cultura. Então acredito que nisso. (E17, 2022)

O “E18” sugeriu o trabalho de divulgação da cidade e a preservação dos bens como meios para resguardar a cultura local: “Ah, divulgando a cidade. A gente também preservando, né? Não deixando lixo ser jogado nas ruas, né? E divulgando pras nossas crianças também, né? Que tão chegando agora, né? O bem que tem na nossa

cidade.” (E18, 2022) A “E19” respondeu à pergunta dizendo que pode ajudar na vigilância e na conservação dos bens:

Sei lá... contribuir assim de ajudar a olhar, né? porque se fazer e também deixar abandonado, né? Se precisar de alguma coisa, de limpeza e tudo, não precisa nem de cobrar, a gente faz, né? Pode ajudar assim, né? E ajudar também a olhar, né? Tem que denunciar, porque as pessoas arrumam, e vai e quebra tudo, picha tudo. Não pode, né? É pra gente responsabilizar pelas coisas, patrimônio da gente, né? que tem no lugar. Interessar, participar das coisas, né? da prefeitura, das reunião que a gente não vai nada. O povo não vai. Cobra, mas não vai. Então tem que ir. (E19, 2022)

O “E20” sugeriu a aproximação do poder público com os moradores, “Ter mais liberdade pra conversar com as pessoas, assim como eu tô conversando com você. É o prefeito ter uma reunião nas comunidades. Ouvir um pouquinho. Mesmo que ele não venha, pode ser o vice que está mais folgado, alguém.” (E20, 2022)

O “E20”, que já fora presidente da Associação de Moradores de Cotegipe por duas vezes, falou sobre as dificuldades que envolvem a participação popular e sobre a falta de interesse dos moradores em participar das reuniões.

Mas é muito difícil você marcar uma reunião. A última que eu fiz, convoquei a reunião, apareceu um pouquinho, eu falei: “gente, vocês vão me desculpar, me perdoar, mas eu não vou fazer essa reunião, porque é importante para a comunidade, pra você, pra mim. Então o que que a gente tá vendo, tá faltando interesse político, sendo assim eu vou dar baixa nessa Associação. Vou dar baixa, acabou.” Porque eu fazia o máximo, ia nas reuniões, marcava reunião, teve um período bom, depois foi caindo. Mas é política mesmo. Tem que ter o jogo, né? Mas você cansa. (E20, 2022)

A “E21”, presidente da Câmara dos Vereadores de Simão Pereira, respondeu: “Então, tudo que dá, assim, recorrer atrás de verba, se for.. Igual a estação de Souza Aguiar, a gente foi até em Brasília, lá, pra ver se conseguia liberar essa verba. Então assim, como pessoa e como presidente (da Câmara).” (E21, 2022)

Todos os entrevistados de Simão Pereira percebem que podem auxiliar na Preservação do Patrimônio Cultural, cada qual à sua maneira, enquanto cidadãos e enquanto profissionais.

6.4. A população simonense e as políticas públicas de preservação

Para identificar se os moradores de Simão Pereira têm conhecimento sobre as políticas públicas de preservação do Patrimônio Cultural e se sabem como elas ocorrem, foi realizada a décima pergunta: “Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?” O Quadro 35 representa as repostas dos entrevistados:

Quadro 35 - Conhecimento dos entrevistados a respeito do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Simão Pereira

Município: Simão Pereira						
	Sabe da existência	Não sabe da existência	Sabe da função	Não sabe da função	É ou já foi Conselheiro	Nunca foi do Conselheiro
Entrevistado 11		x	x			x
Entrevistado 12		x		x		x
Entrevistado 13		x		x		x
Entrevistado 14	x		x		x	
Entrevistado 15	x			x		x
Entrevistado 16	x			x		x
Entrevistado 17		x		x		x
Entrevistado 18		x		x		x
Entrevistado 19		x		x		x
Entrevistado 20	x		x		x	
Entrevistado 21	x		x			x

Fonte: Autora (2022).

Segundo o Quadro 35, cinco dos onze entrevistados não sabem da existência de um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural. Sete dos onze entrevistados não sabem dizer qual é a função desse órgão; apenas quatro entrevistados citaram algumas das funções do Conselho. A maioria deles nunca foi Conselheiro. Apenas dois moradores exerceram essa função: um já não o é mais; a outra é suplente.

A “E11” respondeu: “Olha, eu não sei se ele existe, porque quem sempre, quando se falava em patrimônio histórico aqui, a gente ligava diretamente ao XXX e XXX. “(E11, 2022) A respeito do conhecimento que possui sobre a função do Conselho, ela respondeu: “Seria exatamente preservar? Estar cuidando sempre desse patrimônio? Eu acho que sim, né? não sei se é isso...” (E11, 2022) A “E12” disse que sabe da existência de um Conselho, mas não tem certeza se ele é de preservação, também não sabe qual é a sua função.

O “E13” respondeu que não sabe da existência do Conselho: “Não sei se ainda tem o Conselho de Cultura. Não sei se ainda tem, ou se eles iam criar... O XXX

(Secretário de Turismo) pode te informar isso. Na minha época, não tinha não, Conselho de Cultura não.” (E13, 2022)

A “E14”, que já fora Conselheira, respondeu que “Existe, o XXX (Secretário de Turismo) é muito bom também, né? Ele é indicado mesmo para isso, porque é muito criativo, né? E ele preserva tudo isso.” (E14, 2022) Ela apontou o papel do Conselho: “A função é preservar. E estender mais ainda, né?” (E14, 2022)

O “E15” tem conhecimento da existência do Conselho: “Existe sim, mas eu não acompanho. Pra ser sincero, eu não acompanho. É...de perto...é... não tenho muitas informações pra te falar.” (E15, 2022)

O “E16” também tem conhecimento da existência do Conselho, mas não sabe dizer qual é a sua função: “Olha, eu vou te falar a verdade, eu sei que existe, porque, quando o XXX, assim a gente fazia teatro, eu lembro do XXX e do XXX comentar. Mas, quem faz parte e o que eles fazem eu não sei, de verdade.” (E16, 2022)

O “E17” respondeu que não sabe da existência do Conselho, nem da sua função: “Para ser muito sincero, eu acredito que não. Eu sei que tem um Conselho de Turismo e que tem um Conselho de Cultura, que foi criado há pouco tempo, mas, para a preservação cultural, eu acredito que não tenha. (E17, 2022)

O “E18” também não tem conhecimento sobre a existência de um Conselho: “Não, eu não sei, assim... eu acho que tem, mas, assim, não sei... exatamente essa área, não me aprofundi não.” (E18, 2022)

A “E19” foi outra que respondeu que não possui conhecimento sobre esse órgão. Já o “E20” disse que sabe da existência dele: “Pois. Sim, esse Conselho sim, que era com o XXX (Secretário de Turismo).” (E20, 2022) O “E20” também apontou a função do Conselho: “É a preservação mesmo, cuidar, né? Vê o que precisa, reunir, pedir ajuda.” (E20, 2022)

A “E21”, presidente da Câmara dos vereadores, respondeu que acredita que tenha o Conselho sim. Sobre a função desse órgão, ela disse: “Acho que é fiscalizar, ajudar. Acho que, na Câmara, também tem...tem o Conselho, tem sim. Tem dois ou três vereadores que participam. Eu não participo dos Conselhos, entendeu? Por eu ser presidente, já tenho muitas funções.” (E21, 2022)

O nome do Secretário de Turismo foi muito citado pelos entrevistados. Deduz-se que, como ele está à frente das questões que envolvem o Patrimônio Cultural de Simão Pereira, as pessoas associam a ele a imagem de detentor das informações e protetor do patrimônio na cidade. O Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Simão Pereira também é consultivo e deliberativo, cujos membros são consultados e são detentores do poder de decisão.

O Secretário de Turismo de Simão Pereira é uma pessoa que define algumas ações a respeito da preservação do Patrimônio Cultural e depois leva como pauta para ser discutido no Conselho. Essa questão vai ao encontro do que foi mencionado por Motta (2000), que as escolhas de patrimônios específicos e as formas de tratamento, possuem por traz um certo interesse. O interesse pode estar relacionado ao ponto de vista da seleção, ao significado e à função a qual deseja-se atribuir a eles.

Para compreender o envolvimento dos moradores com as questões políticas de Simão Pereira, foi realizada a décima primeira pergunta, que é: “Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?” O objetivo é identificar se existe participação popular nas ações de preservação do Patrimônio Cultural. O quadro 36 apresenta as respostas dos entrevistados.

Quadro 36 - Participação dos entrevistados de Simão Pereira, nas questões referentes à preservação do Patrimônio Cultural

	Município: Simão Pereira							
	Audiência pública		Reunião pública		Consulta pública		Outros	
	Já participou	Nunca participou	Já participou	Nunca participou	Já participou	Nunca participou	Já participou	Nunca participou
Entrevistado 11		x		x			x	
Entrevistado 12	x		x					
Entrevistado 13		x		x		x		x
Entrevistado 14	x		x		x			
Entrevistado 15	X		x		X		X	
Entrevistado 16		x	x					
Entrevistado 17		x		x		x		
Entrevistado 18		x		x		x		
Entrevistado 19		x		x		x		
Entrevistado 20		x	x				x	
Entrevistado 21		x	x		x		x	

Fonte: Autora (2022).

Segundo o Quadro 36, oito dos dez entrevistados nunca participaram de audiências públicas, apenas três mencionaram a participação nelas. Seis entrevistados já participaram de alguma reunião pública sobre a preservação do Patrimônio Cultural, e os outros cinco entrevistados nunca participaram.

A respeito da consulta pública, apenas três mencionaram ter sido consultados, sendo que dois deles já foram do Conselho de Preservação do Patrimônio. Sobre outros eventos, quatro entrevistados mencionaram a participação, mas apenas em eventos educativos, em reuniões orçamentárias etc.

A “E11” respondeu que nunca havia participado de alguma reunião ou audiência pública e que nunca fora consultada a respeito da preservação do Patrimônio Cultural de Simão Pereira. Ela mencionou as reuniões que faziam com os proprietários de casas antigas, como parte de um projeto da escola:

A gente fazia assim: a gente ia levar a turma da 8ª seria, eu não lembro se era a 7ª ou 8ª... ou a gente fazia um pouco com a 7ª e um pouco com a 8ª, as duas que eram ligadas. Eu fazia o contato com... eu, como supervisora, fazia o contato com o proprietário da casa e pedia se a gente podia levar as crianças lá, porque era uma casa antiga, porque era uma casa que fazia parte da história de Simão Pereira, tombada ou não, era uma casa que fazia parte. A gente marcava, ia lá na casa com as crianças, que se assentavam, e a pessoa contava a história da família e daquela casa para as crianças. (E11, 2022)

A “E12” respondeu: “Eu já participei, agora eu não estou me lembrando, mas eu me lembro até que foi lá no Espaço Cultural.” (E12, 2022) Entretanto ela não se lembra de quando foi, nem de qual assunto tratado.

O “E13” respondeu que nunca havia participado de reunião ou de audiência pública e também nunca fora consultado sobre o assunto. Apresentou uma situação em que considera que ele deveria ter sido consultado:

Não. Tanto é que quando organizaram a igreja, também... que a gente tinha umas restrições, né? sobre o piso, por exemplo...aquele piso... Aquele piso hidráulico, né? eles tiraram... Claro, a Igreja ficou bonita, mas perdeu a identidade. Tudo bem, poderiam até fazer e tudo mais. Não sei se eles chamaram alguém de fora, né? Mas ali uma pena que eu achei foi o piso, né? A gente recebeu... muita gente falou “Porque que não vieram aqui lavar para eles verem o que que é”, essas coisas assim, sabe? Mas o piso era...era...original, né? (E13, 2022)

A “E14” respondeu que já havia participado de audiências e de reuniões públicas para debater questões relacionadas ao Patrimônio Cultural, porque ela fora membro do Conselho de Preservação do Patrimônio de Simão Pereira. Segunda a entrevistada, “Já participei de algumas reuniões sim. Para... mas era para...falar sobre o que ia acontecer... o que ia fazer...” (E14, 2022)

Pesquisadora: Então, você participou bastante dessas reuniões, né?

Entrevistada: Participei. Participo sempre que me convida.

Pesquisadora: Então, provavelmente você já consultada ou já votou para algum bem a ser tombado?

Entrevistada: Já. Agora estamos reunindo com o XXXX (secretário de turismo), é artesanato. Vai ter muita coisa. A gente tem 20 artesãos. (E14, 2022)

O “E15” respondeu que já fora convidado a compor o Conselho de Preservação do Patrimônio de Simão Pereira e disse: “E, também, já cheguei a participar inclusive de um evento, né? É ciclístico na cidade pra poder...comemorar...em comemoração, né? em valorização ao turismo, né? ao patrimônio histórico da cidade.” (E15, 2022)

E, em alguns momentos, assim... o próprio XXX (secretário de turismo), né? já chegou a me consultar também... é... já propus, já fiz algumas propostas também de maior valorização, por exemplo, do cemitério. Não do cemitério Rocinha da Negra, mas do outro cemitério, né? Perto do núcleo urbano, ali do município. E... acompanho relativamente, não sou uma pessoa, é... muito participativa, não. Até porque... eu gostaria de ser mais participativo, né? Mas, é... pretendo ser mais participativo, inclusive. É... mas assim... a vida corrida, né? da cidade...Eu trabalho, estudo aqui em Juiz de Fora... e assim, eu acabo ficando na minha zona de conforto, muitas vezes, vou pra roça, vou pro sítio, fico lá e, muitas vezes, eu não tenho essa... essa... como dizer assim...essa proximidade com a esfera de poder local, né? pra... poder deliberar sobre as questões relacionadas ao patrimônio, né? Mas já fui convidado para poder integrar o COMPAC do município. (E15, 2022)

A “E16” respondeu: “Olha, reunião que eu participei, só da Câmara, sabe? Mas audiência pública ou alguma reunião relacionada a patrimônio histórico, não.” (E16, 2022)

O “E17” falou que nunca havia participado de reunião, nem de audiência, nem fora consultado sobre a questão do patrimônio, mas tem conhecimento de algumas ações que são realizadas no município.

Eu acredito que nada oficial. Nenhuma audiência, nenhuma reunião, nem nada. O XXX (secretário de turismo) ele me mostrou os projetos das estações, falou sobre, mas nada oficial. Ele me mostrou também um projeto arquitetônico do Casarão de Registro, mas foi só isso. (E17, 2022)

O “E18” e a “E19” responderam que nunca participaram de reunião, nem de audiência e que nunca foram consultados.

O “E20” disse que participou apenas das reuniões do Conselho e das reuniões da Associação de Bairro: “Não, as do patrimônio era só mesmo lá com o XXX (Secretário de Turismo) em Simão Pereira, né? Aqui, era mais de bairro, entre nós mesmos, a gente fazia as reuniões.” (E20, 2022)

A “E21” respondeu: “Audiência Pública, não. Eu participei de uma reunião, igual te falei, em Brasília, da Cultura, pra ver se a gente conseguia liberar essa verba, lá.” (E21, 2022) A “E21” se referiu à “Estação de Souza Aguiar”. Ao ser consultada sobre a questão relacionada ao patrimônio, a “E21” respondeu: “Aqui não, de Souza Aguiar já. Fiz até uma carta para o que que ajudaria Souza Aguiar a reformar, a restaurar, né?” (E21, 2022)

Percebe-se que a participação popular nas políticas públicas deixa a desejar. Vai ao encontro do que é sugerido por Oliveira, Lopes e Souza (2018), que afirmam ser necessário que os moradores participem dos processos deliberativos, e que a participação democrática ocorra especialmente nas fases de tomada de decisão.

6.5. A população simonense e as ações educativas

A última pergunta da entrevista foi: “Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?” A intenção é identificar a participação dos entrevistados nas ações realizadas sobre Educação Patrimonial e difusão do patrimônio de Simão Pereira. O Quadro 37 abaixo representa as respostas dos entrevistados.

Quadro 37 - Participação dos entrevistados de Simão Pereira em eventos educativos sobre o tema Patrimônio Cultural

Município: Simão Pereira		
	Já participou	Nunca participou
Entrevistado 11	x	
Entrevistado 12	x	
Entrevistado 13	x	
Entrevistado 14		x
Entrevistado 15	x	
Entrevistado 16		x
Entrevistado 17	x	
Entrevistado 18		x
Entrevistado 19		x
Entrevistado 20		x
Entrevistado 21		x

Fonte: Autora (2022).

Segundo o Quadro 37, dos onze entrevistados, cinco disseram ter participado de algum evento educativo sobre Patrimônio Cultural, enquanto que seis responderam nunca ter participado.

A “E11” confirmou a sua participação e mencionou o projeto que foi desenvolvido na Escola Municipal de Simão Pereira: “Era... Eu acho que era “Patrimônio Histórico de Simão Pereira”, ou “As histórias e os patrimônios de Simão Pereira”, alguma coisa assim. Eu não me lembro o nome exatamente, não, mas a escola tem tudo arquivado isso aí.” (E11, 2022) A entrevistada relatou como ocorrera o projeto:

Era, era, eu acho que era uns dois ou três meses, porque assim, se trabalhava, ia lá na casa, visitava a casa. Cada semana era uma casa, por exemplo, né? Aí visitava a casa, as crianças faziam mil perguntas e tomavam conhecimento da história daquela casa, daquela família para a cidade. Isso era com a professora de história, tá? Aí depois, a gente voltava lá, com a professora de artes e desenhava a frente da casa. Menina, saíram cada desenho... Depois, nós fizemos, no final - a culminância do projeto foi a exposição desses desenhos - chamamos as pessoas das casas, e fizemos um grande sarau. Entendeu? Então, foi muito bom. Aí teve música, teve gente que fez rap com a casa tal, e cantou, os alunos, sabe? E teve um grande envolvimento cultural em cima disso. (E11, 2022)

A “E12”, vice-diretora e coordenadora pedagógica da Escola Municipal de Simão Pereira, respondeu que já havia participado dos projetos que envolviam a escola, mas não especificou nenhum.

O “E13”, biblioteconomista aposentado, também respondeu que já havia participado fazendo palestras em escolas.

A “E14” confirmou a sua participação apenas nas reuniões do Conselho e não mencionou a sua participação em eventos educativos.

O “E15” confirmou a sua participação, assim como mencionou os eventos de que participava, quando era aluno da escola Municipal de Simão Pereira:

Eu tenho ótimas memórias, lembranças de quando eu era estudante do município, em que eu participei de vários eventos sobre patrimônio no município, né? Igual eu te falei, eu fui...eu conheci o Rocinha da Negra quando eu estava na escola, e a gente fez um passeio ecológico, ecoturístico, né? Achei muito interessante e eu assim, além do meu interesse pessoal pelo patrimônio, eu também acho que a

escola, os professores que eu tive foram bastante importantes na sensibilização do meu olhar pro patrimônio, sabe? por eu gostar, por eu ter essa relação assim... esse interesse, essa curiosidade em saber, buscar informação. É... cheguei a participar de um projeto também, esse que eu conheci a...o projeto que eu conheci o Rocinha da Negra foi o projeto da escola voltado para o Caminho Novo. Estrada Real. E... depois, foi um projeto da escola pra gente olhar, né? Observar os casarões antigos do município e cada aluno, cada estudante tinha que escolher uma casa e fazer um desenho dela, né? E aí foi feito uma exposição na escola, pra expor esses desenhos, né? E aí eu lembro que eu fiz um desenho daquela casa do lado da escola. Uma casa antiga que foi reformada, né? Eu fiz o desenho sobre aquela casa, fiquei super orgulhoso de fazer o desenho dela, de colocar na exposição da escola, né? Na feira de ciências... (E15, 2022)

Os projetos de Educação Patrimonial dos quais o “E15” havia participado, quando era criança, despertaram nele a curiosidade e o interesse pela história e pela cultura da cidade.

No decorrer da entrevista, houve uma reflexão sobre o fato de os bens culturais “Chafariz de Pedras” e “Cemitério da Rocinha da Negra” terem sido os mais citados na primeira pergunta da entrevista e se o motivo disso seriam essas ações educativas. Ele respondeu:

Eu acho que, dos monumentos da cidade, o que mais recebeu atenção da escola foi o Rocinha da Negra. Pelo menos na minha geração. O Rocinha da Negra e o Chafariz. Foram os dois monumentos. Eu não ouvia falar, da época de escola, das estações, não ouvia falar. Nunca ouvi falar das estações ferroviárias. Nem sequer...parecia que a ferrovia não fazia parte da história de Simão Pereira. Na escola, eu nunca ouvi falar de ferrovia. O chafariz era citado, mas não como parte da estrada União e Indústria, como um monumento integrado à estrada, mais como um monumento em si mesmo. Como algo antigo que era pra ser valorizado, porque era antigo. Não havia essa associação direta também com a estrada, não. Mas, com certeza, é de longe o mais valorizado, o mais...né? E.., na minha época, o cemitério Rocinha da Negra já tava muito falado, assim, a gente foi in loco, lá. Os alunos foram in loco lá no cemitério. Igual eu te falei, né? Eu fiquei tão encantado que eu chamei meu irmão, chamei meu primo, a gente fez um acampamento perto do cemitério. Isso gerou um efeito multiplicador, porque essa geração que estudou...essa minha geração, né? ela hoje tem filhos, né? casada e tem filho. Então assim, essas crianças...eu vejo que essas crianças, hoje, já sabem o que é o Cemitério Rocinha da Negra, Já sabem da existência dele. (E15, 2022)

As ações educativas, assim como a forma como é divulgado o patrimônio, a história da cidade, reforçam alguns bens tombados como símbolos de Simão Pereira.

Ao “E15”, que é também professor de História da Prefeitura de Juiz de Fora e também historiador do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, foi perguntado se ele vê uma possibilidade de se criar um intercâmbio, ou seja, um percurso, entre Juiz de Fora e Simão Pereira, para contar a história da região. Ele respondeu:

Sim, muito! Muito! Inclusive, através da própria Estrada União e Indústria, né? A estrada que atravessa Simão Pereira e que... e que liga, né? dois estados, né? estado do Rio a estado de Minas. E a estrada União e Indústria né? Ela tem uma... uma presença, uma potência muito forte na vida das pessoas, porque ela foi o... Simão Pereira não passou trem por Simão Pereira diretamente, né? mas teve a estrada macadamizada né? Então, o símbolo de progresso dos simonenses foi a Estrada União e Indústria, né? E não a estrada de ferro, né? Então, ao contrário de Cotegipe, né? O distrito de Cotegipe, que lá a estrada de ferro cortou Cotegipe, né? Mas, em Simão Pereira, não. Simão Pereira tem a estrada União e Indústria como uma identidade do lugar, como parte da identidade. E que liga perfeitamente a Juiz de Fora, né? (E15, 2022)

A “E16” respondeu que, apesar de ter sido convidada, ela nunca havia participado. “Eles fazem, igual este ano teve um congresso de Patrimônio Cultural aqui na cidade. Eu também não participei. Sabe? Eles me chamaram, mas não participei.” (E16, 2022)

O “E17” respondeu que já havia participado e mencionou o evento:

Há um tempo atrás, eu acredito que 2013, 2012, por aí, teve um projeto de uma professora minha que escreveu um livro sobre alguns patrimônios. Tivemos uma exposição, a partir dos patrimônios culturais, que era pra... eram feitas maquetes e apresentar para a população, que a gente ia recebendo cada ponto do nosso trabalho. No caso, o meu grupo, ele acabou ficando com o Chafariz, e a gente apresentava todo esse contexto histórico e apresentava todas as relações sobre ele. E foi só isso que eu consigo lembrar. (E17, 2022)

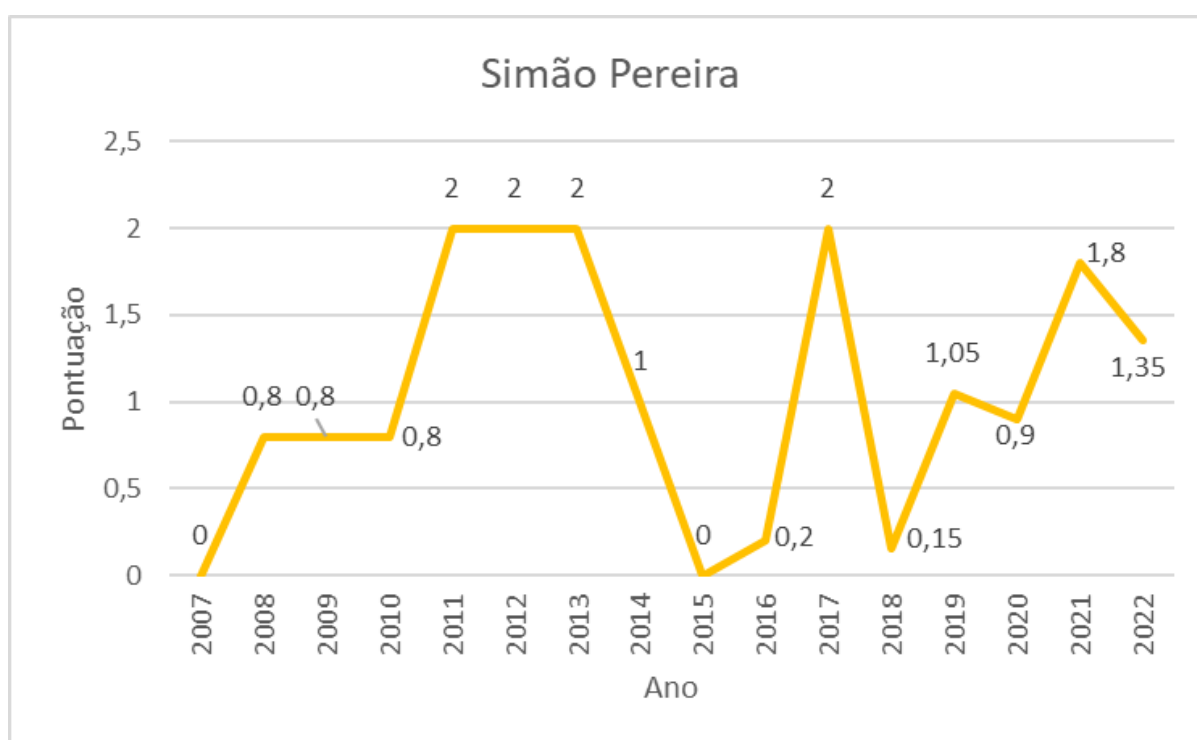
O “E18”, motorista da Câmara de Vereadores, respondeu que nunca havia participado, mas fez um relato interessante sobre o concurso municipal em que fora aprovado:

Ah, que eu me lembre, não. Não tô me lembrado não. Mas assim, a respeito, assim... igual você falou antes, quando fizemos o concurso. Como eu sou concursado aqui, eu tive que estudar a cidade na época. É muita coisa que estudei pra fazer a prova na época, né? A minha prova caiu a respeito da cidade, do patrimônio histórico. (E18, 2022)

A “E19”, o “E20” e a “E21” disseram que nunca haviam participado de nenhum evento educativo sobre o tema Patrimônio Cultural.

Seis dos dez entrevistados de Simão Pereira afirmaram não terem participado de eventos educativos cujo tema é Educação Patrimonial. Estes são necessários para que, conforme apresentado por Cunha (2004), a população se envolva na gestão do patrimônio, gestão essa pela qual ela é também responsável. Esse envolvimento permite que a população se aproprie e que usufrua dos bens e de seus valores. O Gráfico 8 abaixo apresenta a pontuação referente às ações de Educação Patrimonial na cidade.

Gráfico 8 - Pontuação referente à Educação Patrimonial, Simão Pereira



Fonte: Tabelas de pontuação: do exercício de 2007 até 2022. Instituto Estadual Do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA, [s.d.]). Acesso em: 16 mai. 2022. Adaptado pela autora (2022)

Conforme apresentado no Gráfico 8, a pontuação referente à Educação Patrimonial, nunca foi constante. Foi zero nos anos de 2007 e 2015. Isso pode ter acontecido por vários motivos: porque não fora realizada nenhuma ação de educação patrimonial; ou porque o que fora entregue ao IEPHA-MG não estava dentro das exigências da resolução; ou porque a pontuação no Programa ICMS Cultural foi zerada, como ocorreu no ano de 2015. A pontuação máxima do quadro, que é 2 pontos, foi constante no período que compreende os anos de 2001 a 2003, e no ano de 2007. Apesar de a pontuação variar bastante, percebeu-se que existem tentativas de conseguir uma boa pontuação nesse quesito.

Para auxiliar na Educação Patrimonial, foi elaborado pela autora desta pesquisa, em um trabalho em conjunto com a Secretaria de Turismo de Simão Pereira, uma cartilha sobre os bens tombados, com trechos da história de cada bem e com os desenhos de suas respectivas fachadas. Estas cartilhas foram distribuídas nas escolas municipais e trabalhadas pelas professoras.

Percebeu-se com esta pesquisa que, tanto em Matias Barbosa quanto em Simão Pereira, os moradores entrevistados são interessados pela questão da preservação do Patrimônio Cultural. Ao serem entrevistados, mencionaram: lembranças, memórias de fases das suas vidas e de fatos que ocorreram nas cidades.

Todos os entrevistados tanto de Matias Barbosa quanto de Simão Pereira consideram os bens culturais importantes para a história de sua cidade e consideram que, por isso, fazem parte de suas histórias pessoais. Existem outros bens culturais não protegidos legalmente que os moradores consideram que deveriam ser protegidos, justamente porque representam as suas memórias e a identidade da população local.

Os entrevistados responderam que acreditam que podem ajudar na divulgação do Patrimônio Cultural. Em Matias Barbosa, é interessante que a maioria deles acredita na Educação Patrimonial como uma ferramenta para a valorização e a preservação do Patrimônio Cultural.

Tanto em Matias Barbosa quanto em Simão Pereira, os entrevistados demonstraram que a conscientização dos moradores sobre a importância histórica e cultural é uma forma de auxiliar na salvaguarda dos seus bens culturais.

O Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural, tanto de Matias Barbosa quanto de Simão Pereira, é consultivo e deliberativo. Porém percebeu-se que as pautas, geralmente, são definidas por uma pessoa. Como os conselheiros confiam nessa pessoa, não se opõem às suas indicações; fato que ocorre nas duas cidades, ou seja, não há diálogo, nem questionamento por parte dos conselheiros e muito menos participação popular nas decisões a respeito da preservação do Patrimônio Cultural.

A partir do que foi compreendido por esta pesquisa, têm-se um entendimento que não existiu participação popular no processo de patrimonialização nem em Matias Barbosa, nem Simão Pereira. Uma prova desse fato é que foi possível confirmar que a preservação do Patrimônio Cultural está relacionada à participação no ICMS Cultural, ou seja, é regida pelas diretrizes do Programa e este ainda não incluiu, na regulamentação, o inventário participativo como forma de inclusão e de participação popular.

Para que isto ocorra, é necessário que o IEPHA-MG passe a incluir o Inventário Participativo no Programa ICMS Cultural, já que o Inventário Participativo é o primeiro passo para a identificação e proteção das referências culturais. É uma forma de ampliação do conhecimento sobre as diferentes narrativas existentes em relação ao bem cultural, bem como da importância deste para as pessoas.

CONSIDERAÇÕES

A metodologia utilizada para analisar as cidades, objetos de estudo desta pesquisa, constituiu em: identificação dos elementos formadores do território, onde foi possível identificar a existência de uma identidade territorial na região; identificação do que é Patrimônio Cultural desses municípios; visita para reconhecimento dos bens materiais e das áreas de ocorrência dos bens imateriais; análise dos dossiês de tombamento ou de registro, para identificar a história e suas principais características. Dessa forma, foi possível identificar que o patrimônio local está relacionado à formação territorial. Foi possível identificar a narrativa histórica do patrimônio, ou seja, os bens materiais foram construídos nos percursos do Caminho Novo, da Antiga Estrada União e Indústria, da Estrada de Ferro Dom Pedro II e às margens do Rio Paraibuna; identificação das diversas narrativas dos sujeitos que participaram do processo de patrimonialização, como por exemplo os técnicos que elaboraram os dossiês, os conselheiros e os administradores públicos, e dos valores atribuídos a cada bem cultural; análise da participação dos municípios no Programa ICMS Cultural, por meio das tabelas de pontuação; entrevistas com os moradores para identificar as relações deles com o Patrimônio Cultural, com as manifestações culturais e com as políticas públicas das suas cidades; análise de almanaques, cartões postais e revistas para identificar a forma como o patrimônio é divulgado.

É interessante que outras cidades da região fossem analisadas, porque pôde-se identificar a existência de uma identidade territorial; questão essa que merecia ser mais explorada. Nesta pesquisa, não foi possível incluir todos os municípios que se pretendia estudar no início da pós-graduação. A intenção inicial era estudar todos da região imediata de Juiz de Fora, portanto, optou-se por um recorte que inclui apenas dois municípios, os que têm mais características em comum.

A hipótese que se aplicou a esta pesquisa é de que parcela da população não se identifica com o seu Patrimônio Cultural, porque não participa do seu processo de discussão, de reconhecimento e de patrimonialização. A hipótese foi parcialmente confirmada, porque pôde-se deduzir que a parcela da população que foi entrevistada nesta pesquisa se identifica com o seu patrimônio e reconhece o seu valor cultural sim, mas não participa dos processos de definição do que pode ou não ser protegido, nem das discussões sobre sua preservação.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a participação de parcela da população local nos processos de patrimonialização de Matias Barbosa e de Simão Pereira. Identificou-se que diversos atores foram os responsáveis pelas narrativas que envolveram os processos de patrimonialização: os gestores, os técnicos e uma parcela da população, tendo sido esta a que teve uma tímida participação, porque não foi ouvida e não foi convocada para as decisões e definições a respeito do Patrimônio Cultural.

Todos os objetivos propostos foram alcançados. Para atender ao Objetivo Específico 1, que era identificar o processo de formação dos Municípios de Matias Barbosa e de Simão Pereira, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os caminhos formadores da região, o que possibilitou a constatação de que ali há uma identidade territorial.

Para atender ao Objetivo Específico 2, que era identificar os bens tombados e o valor atribuído a eles, nos municípios de Matias Barbosa e de Simão Pereira, foram analisados os dossiês de tombamento e de registro, foram desenvolvidos mapas para indicar a localização dos bens tombados, foram realizadas visita técnicas para reconhecimento e registro fotográfico dos bens materiais e das áreas de ocorrência dos bens imateriais e analisadas as atas das reuniões do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural. Desta forma, conseguiu-se, com esta pesquisa, identificar como se deram os processos de patrimonialização, suas justificativas e discurso envolvidos, nos municípios de Matias Barbosa e de Simão Pereira.

Para atender ao Objetivo Específico 3, que era analisar a participação de Matias Barbosa e de Simão Pereira no Programa ICMS Cultural, foi realizada a análise da pontuação no Programa ICMS Cultural, disponível no site do IEPHA/MG.

Para atender ao Objetivo Específico 4, que era analisar a relação entre parcela da população dos municípios de Matias Barbosa e de Simão Pereira e seu o Patrimônio Cultural protegido, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os moradores locais, a fim de identificar a relação de parcela da população ou de determinados grupos com o que é legalmente protegido; a partir das respostas dos entrevistados foram realizadas a análise e a interpretação dos dados, bem como a elaboração de quadros comparativos. Além disso, foram pesquisadas formas de divulgação do Patrimônio Cultural nos municípios de Matias Barbosa e de Simão

Pereira, com a intenção de identificar a relevância que é dada ao Patrimônio Cultural nessas cidades.

As entrevistas contribuíram sobremaneira para compreendermos os processos de patrimonialização nas duas cidades da Zona da Mata mineira. Pôde-se perceber que os moradores das duas cidades reconhecem o valor do seu Patrimônio Cultural e dão grande valor ao que possuem. Constatou-se que há bens culturais não protegidos legalmente, mas que possuem uma representatividade para uma parcela da população. São bens que fazem referência à história da cidade, porém alguns deles são imóveis particulares, o que dificulta o seu tombamento. Também foi possível identificar a existência de bens imateriais que são referência para os moradores e que ainda não são protegidos legalmente. Verificou-se que estes bens imateriais possuem potencial para serem protegidos legalmente e que os motivos pelos quais ainda não os são seja a dificuldade financeira para se contratarem os dossiês de registro. Reconhece-se que o método Bola de Neve não foi o mais adequado para a pesquisa, uma vez que gerou uma homogeneidade da amostra.

Outra questão apontada é que o patrimônio não precisa ser protegido para ser reconhecido e valorizado pela população, pois o reconhecimento desses bens culturais não está apenas naqueles que são tombados ou registrados.

Pôde-se comprovar que Programa ICMS Cultural promove um incentivo à preservação do Patrimônio Cultural, assim como as ações relacionadas à divulgação dos bens e à Educação Patrimonial para a proteção da memória da população.

Existem mecanismos que facilitam e/ou incentivam a participação popular na definição do Patrimônio Cultural como por exemplo: os inventários participativos; as audiências e as reuniões públicas cuja finalidade é promover a participação popular nas discussões e nas decisões que envolvem o Patrimônio Cultural. Entretanto percebeu-se que a participação social nas cidades de Matias Barbosa e de Simão Pereira, não é unânime e nem recorrente.

As dificuldades encontradas durante a pesquisa foram encontrar os documentos (parecer técnico, parecer do Conselho e Decreto de Tombamento) que compõem os dossiês de tombamento e de registro. Nem todos os dossiês continham todos os documentos, alguns tinham apenas o Parecer do Conselho, ou apenas o Parecer Técnico. Em Matias Barbosa, os documentos foram retirados dos anexos dos

dossiês e anexados nos processos de cada bem cultural, por isso foi necessário recorrer a cada processo. Em Simão Pereira, os documentos encontrados na Secretaria de Cultura, na maioria das vezes, eram as Complementações dos dossiês, ou seja, documentos que apresentam as partes ausentes dos registros originais, tais como: delimitação do perímetro do entorno, documentação fotográfica e laudo técnico. Estes encontram-se no acervo da biblioteca do IEPHA-MG, por isso foi necessário recorrer à visita técnica para analisá-los.

Além disso, esperava-se que as atas dos Conselhos de Preservação do Patrimônio Cultural apresentassem informações relevantes sobre a forma como as reuniões eram conduzidas e o que foi discutido a respeito da indicação dos bens culturais à proteção legal. Porém, as atas descrevem os fatos de forma sucinta e resumida, o que não permitiu a extração de informações relevantes para a pesquisa. Percebeu-se, nas atas, que as indicações são realizadas por um dos membros do Conselho, ou que lhes é solicitado que indiquem algum bem cultural. A intenção em promover a proteção legal dos bens culturais, na maioria das vezes, esteve relacionada ao objetivo de melhorar a pontuação no Programa ICMS Cultural.

Sobre as entrevistas, as dificuldades encontradas foram relacionadas às questões sanitárias, por causa da pandemia da covid-19, em que o início das entrevistas teve de ser adiado para um período de maior segurança. Algumas ocorreram de forma remota; outras de forma presencial, em locais seguros, seguindo as recomendações médicas. Todos os entrevistados foram solícitos; mostraram interesse em responder às questões e em contar causos e histórias pessoais e familiares.

Em Matias Barbosa, com exceção da Capela da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo, tombada em nível federal, em 1969, todos os bens culturais foram tombados e registrados após o ano 2006; após o início efetivo do município do Programa ICMS Cultural. Em Simão Pereira, doze dos quinze bens foram tombados depois de 2008, quando o município começou a enviar a documentação anualmente para o IEPHA. Inferiu-se que a maioria dos bens materiais tombados em Matias Barbosa e em Simão Pereira são públicos, justamente por causa da dificuldade relacionada ao tombamento das propriedades privadas.

Percebeu-se também que os Conselhos de Preservação do Patrimônio Cultural, tanto de Matias Barbosa quanto de Simão Pereira, são os responsáveis pelas decisões e indicações aos processos de patrimonialização dos bens culturais. Pôde-se constatar, nas entrevistas de Simão Pereira, que o secretário de Turismo e presidente do Conselho, muito citado pelos entrevistados, é uma pessoa na qual os moradores confiam os cuidados com a preservação do Patrimônio Cultural. Em Matias Barbosa, acontece o mesmo, o presidente do Conselho, que está à frente dos trabalhos também do ICMS Cultural, é a pessoa que indica os bens culturais à patrimonialização. Desta forma, pode-se deduzir que as escolhas dos bens culturais patrimonializados desses municípios estão nas mãos de um grupo muito reduzido de pessoas, ou seja daquelas que estão à frente do Conselho de Preservação. Para uma efetiva política de preservação é necessário que os Conselheiros e outros agentes públicos tenham orientações sobre formas de promover a participação popular nos processos de preservação do Patrimônio Cultural.

Existem bens culturais inventariados em Matias Barbosa e em Simão Pereira, porém optou-se por explorar, nesta pesquisa, apenas os que receberam o tombamento e o registro. Esse recorte se fez necessário, porque, caso contrário, esta pesquisa tomaria outra dimensão, mas esses bens culturais inventariados nessas cidades mereciam ser explorados em futuros trabalhos.

A intenção inicial desta pesquisa era identificar a relação dos moradores com o Patrimônio Cultural de suas cidades. Descobriu-se, nesse caminho, que há uma identidade territorial pouco explorada. Deveria ser mais, porque ambas possuem um potencial turístico, como exemplo, poderiam explorar os percursos do ouro, do café e da produção Industrial. Os bens culturais construídos ao longo destes caminhos remetem à história da formação territorial. Se valorizados, poderiam aumentar a sua visibilidade, o que poderia facilitar na captação de recursos para investimento na sua salvaguarda do seu patrimônio, como também em turismo.

Outra questão descoberta nesta pesquisa e que não fora nossa pretensão inicial identificar é a importância que o Programa ICMS Cultural tem sobre os processos de tombamento e de registro que aconteceram em Matias Barbosa e Simão Pereira. O que comprova a relevância desse Programa para a salvaguarda do Patrimônio Cultural. Depreendeu-se que o Programa provocou esse sistema de

preservação que tem feito diferença, principalmente, quando se trata das cidades mineiras.

A efetividade da política de preservação do Patrimônio Cultural está relacionada à capacidade dos grupos sociais participarem do processo de patrimonialização, logo o diálogo com a população é fundamental para se construir a leitura da realidade e para fugir de processos elitizados do conhecimento. Para tal, é necessário que os municípios invistam em Educação Patrimonial e em Inventários Participativos, como estratégias para a construção coletiva do Patrimônio Cultural, bem como em capacitação dos membros do Conselho e da administração municipal, a fim de se potencializarem as ações de salvaguarda dos seus bens.

A preservação do Patrimônio Cultural, de forma efetiva e com caráter social, será possível apenas quando houver uma educação patrimonial de qualidade. Que vá além da difusão do conhecimento, que permita o diálogo e a reflexão sobre as problematizações a respeito da preservação e que promova uma integração popular nos processos de patrimonialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. Sobre a Memória das cidades. In: FANI, A. et al. (Eds.). **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- ALMEIDA, A. Q. X. Caminho e Poder: uma Análise Arqueológica do Caminho Novo em Minas Gerais. Século XVIII. **VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. Volume 9**, 2015.
- ALVES, P. et al. **O planejamento urbano e sua aplicabilidade em pequenas cidades: o estudo de caso do município de Santa Vitória – MG**. 4ª Semana do Servidor e 5ª Semana Acadêmica. **Anais...** Universidade Federal de Uberlândia, 2008
- ALVES, R. **Parecer para Tombamento (Prefeitura Municipal de Matias Barbosa)**Matias Barbosa, Minas Gerais, 2005.
- ALVES, R. **Dossie de Tombamento de Bem Móvel - Busto de Getúlio Vargas**Matias Barbosa, Minas Gerais, 2006.
- ALVES, R. **Parecer para Tombamento de bem imóvel: Túmulo de Cardoso Saraiva**Matias Barbosa, Minas Gerais, 2007a.
- ALVES, R. **Parecer Técnico para Tombamento do Bem Imóvel: Túmulo Dr. Joaquim Eloy dos Santos de Andrade**Matias Barbosa, Minas Gerais, 2007b.
- ALVES, R. **Parecer para tombamento de Bem Imóvel: Ponte da Liberdade (Ponte do Arco)**Matias Barbosa, Minas Gerais, 2008.
- ANJOS, A. R. DOS. **Onde repousa o berço das Gerais: Reflexões e perspectivas acerca da preservação do Patrimônio Cultural em Matias Cardoso – MG**. [s.l.] Uberlândia, Minas Gerais, 2016.
- BACELLAR; FURTADO, F. Outorga Onerosa do Direito de Construir e Transferência do Direito de Construir como instrumentos Complementares na Gestão do Uso do Solo Urbano. **7o Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável. Contrastes, Contradições e Complexidades**, p. 12, out. 2016.
- BASTOS, W. DE L. **Mariano Procópio Ferreira Lage: Sua Vida, Sua Obra Descendência, Genealogia**. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991.
- BESSE, J.-M. A fisionomia da paisagem, de Alexander von Humboldt a Paul Vidal de La Blache. In: **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. Tradução: Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 61–74.
- BESSE, J.-M. As cinco portas da paisagem. In: **O Gosto do Mundo: Exercícios de paisagem**. Tradução: Annie Cambe. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014. p. 11–66.
- BLAY, B.; KALLÁS, A. L. Caminhos do Rio a Juiz de Fora: do século XIX ao XX. In: **Caminhos do Rio a Juiz de Fora**. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2010. p. 118–173.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**.Brasil, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**.Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>
- BRASIL. **DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural brasileiro, cria o**

Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.Brasil, 2000.

BRASIL. **Estatuto da Cidade.Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.**Brasil, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>

BRASIL, C. C. G. **Paisagem e Ambiente Construído: Intervenções Antrópicas no traçado do Rio Paraibuna em Juiz de Fora – MG.** [s.l.] Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

BURTON, R. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho.** Brasília: Senado Federal, 2001.

CANCLINI, N. G. O Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** n.23, p. 94–112, 1994.

CANDAU, J. O Jogo social da memória e da identidade. In: **Memória e Identidade.** Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014. p. 137–179.

CARSALADE, F. DE L. **A ética das intervenções**Petrópolis, RJ, 2012.

CASTRO, O. DE A. **Apontamentos para História de Matias Barbosa.** 2a. ed. Matias Barbosa, Minas Gerais: [s.n.].

CASTRO, O. DE A. **Apontamentos para a História de Simão Pereira.** 2a edição ed. Matias Barbosa, Minas Gerais: Seção Gráfica do Laboratório de Biologia Veterinária de Matias Barbosa, MG, 1964.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio.** São Paulo: Unesp, 2001.

CHUVA, M. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. **Discursos Expositivos: Como, Porquê, Para Quem? Interseções: Rumos e Visões do Patrimônio Cultural**, p. 16–35, 2020.

CIVITA, V. Minas Gerais. In: **Enciclopédia Mundial de Geografia Ilustrada.** VOL.1 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1971.

CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Dossiê de Tombamento do Prédio da Prefeitura Municipal de Matias Barbosa - MG**Matias Barbosa, Minas Gerais, 2006.

CUNHA, D. F. S. **Patrimônio Cultural – Proteção legal e constitucional.** Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

DELIBERAÇÃO CONEP Nº01/2021. , 2021.

DUARTE, A. C. **Arquitetura Eclética – Juiz de Fora.** Juiz de Fora: FUNALFA, 2016.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná.** [s.l.] Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006.

EQUIPE TÉCNICA DE PATRIMÔNIO DE MATIAS BARBOSA. **Dossiê de Tombamento - Cemitério Municipal de Matias Barbosa**Matias Barbosa, Minas GeraisPrefeitura de Matias Barbosa, , 2008.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Lei 18030, de 12/01/2009**Brasil, 2009.

FERREIRA, A. . O plano diretor como instrumento de planejamento do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico em pequenos municípios. **Unoesc & Ciência - ACSA Joaçaba, v. 8, n. 1**, p. 77–84, 2017.

FLORENCIO, S. R. R. Educação Patrimonial : um processo de mediação. In: (ORG.), Á. B. T. (Ed.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas.** João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 22–29.

FLORENCIO, S. R. R. Política de educação patrimonial no IPHAN: diretrizes conceituais e ações estratégicas. **Revista CPC.**, n. 27 especial, p. 55–89, 2019.

FUNARI, P. .; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GIL, A. . **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE, I. B. DE G. E E. **@cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>.

IBGE, I. B. DE G. E E. **Regiões de Influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE, I. B. DE G. E E. **O recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de 2017** IBGE, , 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/>

IBGE, I. B. DE G. E E. **Regiões de Influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

ICOMOS, C. I. DE M. E S. **Carta de Itinerários Culturais**. Quebec, Canada: [s.n.].

IEPHA, I. E. DE P. DO P. H. E A. DE M. G. **Curso ICMS Patrimônio Cultural: diretrizes de proteção, promoção e difusão** Diretoria de promoção – IEPHA/MG, , [s.d.].

IEPHA, I. E. DE P. DO P. H. E A. DE M. G. **Saberes, Linguagens e expressões musicais da viola em Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-registrados/details/2/6/bens-registrados-saberes,-linguagens-e-expressoes-musicais-da-viola-em-minas-gerais>>. Acesso em: 30 jul. 2012b.

IEPHA, I. E. DE P. DO P. H. E A. DE M. G. **Tabelas de pontuação: do exercício de 1996 até 2021**. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/icms-patrimonio-cultural#tabelas-de-pontuacao-do-exercicio-de-1996-ate-o-exercicio-de-2020>>.

IEPHA, I. E. DE P. DO P. H. E A. DE M. G. **Fazenda Mundo Novo**. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/20/bens-tombados-fazenda-mundo-novo>>.

IEPHA, I. E. DE P. DO P. H. E A. DE M. G. **O IEPHA. História**. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/institucional/o-iepha#historia>>.

IEPHA, I. E. DE P. DO P. H. E A. DE M. G. **Dossiê para registro - Folias de Minas, do estado de Minas Gerais** Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, , 2016b.

IEPHA, I. E. DE P. DO P. H. E A. DE M. G. **ICMS Patrimônio Cultural – Política municipalista de Patrimônio Cultural assegurada pelo Estado**. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/noticias/310-icms-patrimonio-cultural-politica-municipalista-de-patrimonio-cultural-assegurada-pelo-estado>>.

IEPHA, I. E. DE P. DO P. H. E A. DE M. G. **Dossiê para registro dos Saberes , Linguagens, Expressões Musicais da Viola em Minas Gerais** Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, , 2018b.

INSTITUTO ESTRADA REAL. **Petrópolis / Porto Estrela**. Disponível em: <<http://www.institutoestradaareal.com.br/roteiros/novo/65>>.

IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2000.

IPHAN. **Educação Patrimonial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>>.

IPHAN. **Ofício dos Mestres de Capoeira**. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/67/>>.

IPHAN. **Compromisso de Brasília**, 1970.

IPHAN. **Parecer referente ao processo IPHAN 01450. 002863/2006-80, no qual solicita registro da capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil** Salvador, Bahia, 2008a.

IPHAN. **Certidão** Brasília, DF, 2008b.

IPHAN. Patrimônio Cultural: um campo de conflito. In: **Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos**. [s.l.] IPHAN, 2014. p. 65.

IPHAN. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2016.

IPHAN. **Lugar de referência para o povo Guarani é reconhecido como Patrimônio Cultural do MERCOSUL**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/rs/noticias/detalhes/4883/lugar-de-referencia-para-o-povo-guarani-pode-se-tronar-patrimonio-cultural-do-mercosul>>.

IPHAN. **Novas (velhas) batalhas: educação patrimonial no contexto das fortificações de Pernambuco**. Brasília: IPHAN, 2019.

LAKATOS; MARCONI, M. D. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LAMAS, F. G. Povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII. **Revista Histórica** n.8, p. 9, 2006.

LAMAS, F. G.; SARAIVA, L. F.; ALMICO, R. DE C. DA S. A Zona da Mata Mineira: Subsídios para uma Historiografia. 2003.

LAVINAS, A. M. A Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II: O desafio da serra do mar (1850-1865) 1 1 A guisa de uma introdução Profundas mudanças marcaram a sociedade ocidental no fim do século XVIII, e em todo o século seguinte. Em meio àquilo que aos olhos de Eric. 2006.

LE GOFF, J. Monumento / Documento. In: **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LESSA, J. **Juiz de Fora e seus pineiros (do Caminho Novo à Proclamação)**. Juiz de Fora - MG: Universidade Federal de Juiz de Fora e Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, 1985.

MAGALHÃES, A. M. **Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)** IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (Nota técnica).

MAIA, M. DE C. T.; FARIAS FILHO, J. A. O patrimônio como instrumento de planejamento urbano: proposta de intervenção para o Sítio Alagadiço Novo. **Revista Restauro** n.2, p. 15, 2018.

MARCIANO, E. **Parecer Técnico para Tombamento do Bem Imóvel: Ponte da Liberdade (Ponte do Arco)** Matias Barbosa, Minas Gerais, 2008.

MARINHO, P. E. M. DE M. Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II: a grande escola prática da nascente Engenharia Civil no Brasil oitocentista. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 16, n. 30, p. 203–233, jun. 2015.

MARINS, P. C. G. Caminhos de gentes, estradas de fortunas: artérias da história entre Minas, Guanabara, África e Europa. In: **Caminhos do Rio a Juiz de Fora**. [s.l.] Carrilho Arquitetos, 2010.

MARQUES, D. A. D. **Estrada Real: Patrimônio Cultural de Minas Gerais (?) : um estudo de Diamantina e Serro**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2009.

MENEZES, U. B. A paisagem com fato cultural. In: YÁZIGI, E. (Ed.). . **Turismo e paisagem**. [s.l.] Contexto, 2002. p. 29–64.

MGMG. **Dossiê de Tombamento, Quadro III - Painel de Azulejos - Evolução dos Transportes**Matias Barbosa, Minas GeraisPrefeitura de Matias Barbosa, , 2012.

MGMG LTDA. **Dossiê de Tombamento - Escola Cônego Joaquim Monteiro**Matias Barbosa, Minas GeraisPrefeitura de Matias Barbosa, , 2009.

MGMG LTDA. **Dossiê de Registro - Festa da Fogueira**Matias Barbosa, Minas GeraisPrefeitura de Matias Barbosa, , 2010.

MGMG LTDA. **Dossiê de Tombamento Bem imóvel - Prédio da Sede da CEMIG**Matias Barbosa, Minas GeraisPrefeitura de Matias Barbosa, , 2011.

MGMG LTDA. **Dossie de Tombamento - Quadro III, Prédio da Cadeia Pública**Matias Barbosa, Minas GeraisPrefeitura de Matias Barbosa, , 2012a.

MGMG LTDA. **Dossiê de Tombamento, Quadro III - Chafariz de Pedra Sabão**Matias Barbosa, Minas GeraisPrefeitura de Matias Barbosa, , 2012b.

MGMG LTDA. **Dossiê de Tombamento, Quadro III - Relógio de Sol em Pedra Sabão**Matias Barbosa, Minas GeraisPrefeitura de Matias Barbosa, , 2012c.

MGTM. **Dossie de registro - Festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição**Matias Barbosa, Minas GeraisPrefeitura de Matias Barbosa, , 2010.

MGTM LTDA. **Dossiê de registro - Folias de Reis Cantinho do Céu e Estrela do Oriente**Matias Barbosa, Minas GeraisPrefeitura de Matias Barbosa, , 2011.

MINAS GERAIS. **Decret o no . 41205 , d e 8 d e agost o d e 2000. Regulamenta a Lei nº 13.173, de 20 de janeiro de 1999, que dispõe sobre o Programa de incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real.**Brasil, 2000.

MOTTA, L. **Patrimônio Urbano e Memória Social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural - 1975 a 1990**. [s.l.] Universidade do Rio de Janeiro, 2000.

MOTTA, L. **Sítios Urbanos e Referência Cultural: a situação exemplar da Maré**. [s.l.] Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

MOTTA, L.; REZENDE, M. B. **Inventário**IPHAN/DAF/Copedoc, , 2016. (Nota técnica).

MUSEU MARIANO PROCÓPIO. **União e Indústria, uma estrada para o futuro**Juiz de ForaCentro Culural da Câmara dos Deputados, , 2016.

NASCIMENTO, F. B. DO. **Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do lphan nos anos 1980**. Anais do Museu Paulista v.24. n.3. **Anais...**São Paulo: 2016a

NASCIMENTO, G. F. **Parecer para Tombamento (Antiga Casa da Estrada União e Indústria)**Simão Pereira, Minas GeraisPERMEAR, , 2010.

NASCIMENTO, G. F. **Parecer para tombamento (Prédio da CAMIG)**Matias Barbosa, Minas GeraisPrefeitura de Matias Barbosa, , 2016b.

OLENDER, M. **Ornamento, ponto e nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri**. Juiz de Fora - MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

OLIVEIRA, C. M. DE; LOPES, D.; SOUSA, I. C. N. DE. Direito à participação nas políticas urbanísticas: avanços após 15 anos de estatuto da cidade. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, n. 2, p. 322–334, 19 fev. 2018.

OLIVEIRA, P. DE. **História de Juiz de Fora**. 2a edição ed. Juiz de Fora - MG: [s.n.].

OLIVEIRA, R. S. F. DE. **Parecer da Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa (Sede do prédio da CEMIG)**Matias Barbosa, Minas GeraisParecer da Comissão Permanente Técnico Cultural, , 2009.

OLIVEIRA, R. S. F. DE. **Parecer da Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa - MG (Cemitério Municipal)**Matias Barbosa, Minas Gerais, 2010a.

OLIVEIRA, R. S. F. DE. **Parecer da Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa - MG (Relógio de Sol em Pedra Sabão)**Matias Barbosa, Minas Gerais, 2010b.

OLIVEIRA, R. S. F. DE. **Livro de Registro do Município de Matias Barbosa - MG (Festa da Fogueira)**Matias Barbosa, Minas GeraisPrefeitura de Matias Barbosa, , 2010c.

OLIVEIRA, R. S. F. DE. **Parecer da Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa - MG (Festa da Fogueira)**Matias Barbosa, Minas Gerais, 2010d.

OLIVEIRA, R. S. F. DE. **Parecer da Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa - MG (Festa da Paróquia Nossa Senhora da Conceição)**Matias Barbosa, Minas Gerais, 2010e.

OLIVEIRA, R. S. F. DE. **Parecer da Comissão Permanente Técnico Cultural de Matias Barbosa - MG (Folias de Reis Cantinho do Céu)**Matias Barbosa, Minas Gerais, 2010f.

OLIVEIRA, L. L. **Cultura é Patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ORLANDO, P. H. K. **Produção do espaço e gestão hídrica na Bacia do Rio Paraibuna (MG-RJ) : uma análise crítica**. [s.l.] Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006.

PATRIMONIALIZAÇÃO. , 2021. (Nota técnica).

PEREIRA, A. C. **Ações de educação patrimonial realizadas pelo IEPHA-MG: entre os anos de 2005 a 2010**. [s.l.] Universidade Federal de Viçosa, 2017.

PERMEAR, P. DE E. E R. DA M. A. E A. **Complementação do Processo de Tombamento do Bem Cultural: Chafariz de Pedras**Simão Pereira, Minas GeraisPrefeitura de Simão Pereira, , 2001.

PERMEAR, P. DE E. E R. DA M. A. E A. **Dossiê de Tombamento do Acervo Documental da Antiga Fazenda do Cabuí**Simão Pereira, Minas Gerais, 2008.

PERMEAR, P. DE E. E R. DA M. A. E A. **Dossiê de Registro da Festa Nossa Senhora da Glória**Simão Pereira, Minas GeraisPrefeitura de Simão Pereira, , 2009a.

PERMEAR, P. DE E. E R. DA M. A. E A. **Complementação de Dossiê do Registro do Paraibuna**Simão Pereira, Minas Gerais, 2009b.

PERMEAR, P. DE E. E R. DA M. A. E A. **Dossiê de Tombamento: Cemitério Rocinha da Negra**Simão Pereira, Minas GeraisPrefeitura de Simão Pereira, , 2009c.

PERMEAR, P. DE E. E R. DA M. A. E A. **Complementação do Processo de Tombamento do Bem Cultural: Edifício da Prefeitura Municipal de Simão Pereira**Simão Pereira, Minas GeraisPrefeitura de Simão Pereira, , 2009d.

PERMEAR, P. DE E. E R. DA M. A. E A. **Inventário de estruturas arquitetônicas e urbanísticas da Estação Ferroviária de Cotegipe**Simão Pereira, Minas Gerais, 2010a.

PERMEAR, P. DE E. E R. DA M. A. E A. **Dossiê de Tombamento: Sede da Primeira Unidade Sanitária do Município**Simão Pereira, Minas GeraisPrefeitura de Simão Pereira, , 2010b.

- PERMEAR, P. DE E. E R. DA M. A. E A. **Dossiê de Tombamento: Conselho Tutelar** Simão Pereira, Minas Gerais Prefeitura de Simão Pereira, , 2010c.
- PERMEAR, P. DE E. E R. DA M. A. E A. **Complementação do Processo de Tombamento do Bem Cultural: Casa Estrada União e Indústria** Simão Pereira, Minas Gerais Prefeitura de Simão Pereira, , 2011.
- PERMEAR, P. DE E. E R. DA M. A. E A. **Inventário - Estruturas arquitetônicas e urbanísticas: Estação de Souza Aguiar** Simão Pereira, Minas Gerais, 2012.
- PERMEAR, P. DE E. E R. DA M. A. E A. **Laboratório de Biologia Veterinária: Dossie de Tombamento** Matias Barbosa Prefeitura de Matias Barbosa, , 2016a.
- PERMEAR, P. DE E. E R. DA M. A. E A. **Invetário - Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas. Ponte da Liberdade (Ponte do Arco)** Matias Barbosa, Minas Gerais, 2016b.
- PERMEAR, P. DE E. E R. DA M. A. E A. **Inventário - Estruturas arquitetônicas e urbanísticas: Prédio da CAMIG** Matias Barbosa, Minas Gerais Prefeitura de Matias Barbosa, , 2016c.
- PERMEAR, P. DE E. E R. DA M. A. E A. **Processo de Tombamento de Bem Material - CAMIG** Matias Barbosa, Minas Gerais Prefeitura de Matias Barbosa, , 2016d.
- PERMEAR, P. DE E. E R. DA M. A. E A. **Inventário - Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas. Laboratório de Biologia Veterinária** Matias Barbosa, Minas Gerais Prefeitura de Matias Barbosa, , 2016e.
- PERMEAR, P. DE E. E R. DA M. A. E A. **Inventário de estruturas arquitetônicas e urbanísticas da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo** Matias Barbosa, Minas Gerais, 2016f.
- PERMEAR, P. DE E. E R. DA M. A. E A. **Dossiê de Tombamento: Portal da Fazenda Miragem** Simão Pereira, Minas Gerais Prefeitura de Simão Pereira, , 2019a.
- PERMEAR, P. DE E. E R. DA M. A. E A. **Dossiê de Tombamento: Fonte de Santo Antônio** Simão Pereira, Minas Gerais Prefeitura de Simão Pereira, , 2019b.
- POULOT, D. Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. História, Memória, Patrimônio. In: TEIXEIRAS, G. J. DE F. (TRAD. . (Ed.). . Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- PREFEITURA DE MATIAS BARBOSA. **Dossiê de Tombamento - Túmulo de Cardoso Saraiva** Matias Barbosa, Minas Gerais Prefeitura de Matias Barbosa, , 2008a.
- PREFEITURA DE MATIAS BARBOSA. **Dossiê de Tombamento - Túmulo do Dr. Joaquim Eloy de Andrade** Matias Barbosa, Minas Gerais Prefeitura de Matias Barbosa, , 2008b.
- RESENDE, E. M. **Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial (1831-1840)**. [s.l.] Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
- RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.
- SCHNEIDER, C. S. As cidades de tempos lentos: Patrimônio Cultural, desenvolvimento e políticas públicas. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat Edição Especial II**, 2019.
- SCIFONI, S. Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema. In: ÁTILA BEZERRA TOLENTINO (ORG.) (Ed.). . **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

SOUZA, M. S. Apresentação. In: (COORD.), M. C. W. DE C. (Ed.). . **Caminhos do Rio a Juiz de Fora**. São Paulo: M. Carvalho Arquitetos, 2010. p. 260.

STARLING, M. B. DE L. Patrimônio, participação local e democracia: o papel dos Conselhos municipais de Patrimônio Cultural de Minas Gerais. **Políticas Culturais em Revista**, 1 (2), p. 140–156, 2009.

STEPHAN, Í. **Patrimônio em Risco, o Patrimônio Arquitetônico na Zona Proibida**. Curitiba: Appris, 2021.

TOURAINÉ, A. **O que é democracia**. Lisboa: Coleção Economia e Política., 1994.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa um debate em aberto. **Temáticas v. 22 n. 44**, p. 203–220, 2014.

ANEXOS

Poemas e trechos de poemas apresentados nos dossiês de tombamento

PREFEITURA... CASA DE TODOS

(Geraldo Nascimento)

Quem te olha, vê o passado
 Feito só pra recordar
 Vê o passado de uma gente
 Que viveu, fez-se presente
 Na construção de um lugar
 Foste escola de muita gente
 Cuja missão foi lutar
 De uma gente que plantou
 Zelou, depois esperou
 A sua semente brotar
 Tens um jeitinho mineiro
 cuja modéstia é singular
 Em tua porta a acolhida é certa
 Teu sonho? Estar sempre aberta!
 A quem quiser se chegar
 És passado, és presente
 E o futuro que virá
 És parte dessa cidade
 E na tua simplicidade
 És coração do lugar.”

Fonte: Dossiê de Tombamento do Edifício da Prefeitura Municipal de Simão Pereira (2009).

SEDE DA PRIMEIRA UNIDADE SANITÁRIA

(Geraldo Nascimento)

[...] És passado, é presente
 E o futuro que virá
 És parte dessa cidade
 E na tua simplicidade
 És o coração do lugar.

Fonte: Complementação do Dossiê de Tombamento do Sede da Primeira Unidade Sanitária do Município, Simão Pereira (2011).

PORTAL DA ANTIGA FAZENDA MIRAGEM

(Geraldo Nascimento)

[...] Montado ou... de pé no chão
Lembrou a marca de um tempo
Ao ver o calo na mão
Portal, entrada, saída
De uma gente vivida
Cravado hoje na história,
E, Só de olhar, vê um passado
Que de um modo inesperado
Vem rondar nossa memória

Fonte: Dossiê de Tombamento do Portal da Antiga Fazenda Miragem, Simão Pereira (2020)

FONTE DE SANTO ANTÔNIO

(Geraldo Nascimento)

Seu destino foi ser fonte
Nascida da profundidade
E, aflorando da terra,
Revelou sua beleza
É simples como o seu santo
Mas ser fonte é ser riqueza
É ser vida e é servir
A uma gente... À natureza
Foi ponto de encontros
De toda uma redondeza
De pessoas que buscaram
A cura, a esperança... Certeza!
Rompeu o chão e nasceu
Trouxe consigo a pureza
Seu som traz acalanto
Recebeu um nome santo
E tem um quê de nobreza
Na sua simplicidade
Não quis ser correnteza
Por isso virou história
E viverá na memória
Mostrando sua grandeza

Fonte: Dossiê de Tombamento da Fonte de Santo Antônio, Simão Pereira (2020).

Entrevistas realizadas com os moradores de Matias Barbosa

ENTREVISTADO 1	
Idade: 64 anos	Reside em: Viçosa - MG
Profissão: Professor aposentado	
Escolaridade: Doutorado	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistado: Nasci lá. Eu nasci em Matias, né? Em 57...1957. E vivi em Matias até...mil novecentos e... setenta e nove. Em mil novecentos e oitenta, eu saí, né? Eu estive em Governador Valadares durante um ano e meio, depois eu voltei em meados de oitenta e um, fiquei um mês em Matias e vim pra Viçosa. Entendeu? Então depois disso, eu só morei em Viçosa. A minha relação atual é uma relação um pouco distante, né? Porque...eu não tenho mais referência da minha família, eu tenho referência da família da XXX (esposa), apesar de quê nós somos primos, né? Mas a minha referência... Papai morreu em mil novecentos e oitenta e dois, eu já estava em Viçosa. E a mamãe morreu em dois mil e quatorze, então de dois mil e quatorze pra cá, eu vou muito pouco a Matias, sabe?	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistado: Eu sei da Capela do Rosário, né? Essa capela foi tombada, salve engano, na década de sessenta... Foi um trabalho de um antigo professor meu que você já deve ter escutado o nome dele - João Batista Garcia Neto. O João foi uma pessoa maravilhosa, foi educador na acepção da palavra, né? Em plena década de sessenta, setenta, quando ele deu aula pra mim, no antigo ginásio, depois do científico. E ele era advogado, tinha uma cultura geral monstruosa, vamos dizer assim. Conhecia muito da história de Matias, porque a família é uma família tradicional. Ele... ele batalhou primeiro para que a capela fosse restaurada, porque ela tava caindo. Foi quando se descobriu o cemitério no interior, que era comum, né? Encontraram várias ossadas, né? Quando desmontaram o piso, e ela foi totalmente restaurada naquela época. Ele acabou recebendo a comenda lá em Ouro Preto, né? Ele era um comendador [...] O edifício da Prefeitura é tombado? Eu não sei. Pesquisadora: É. Entrevistado: O XXX deve ter feito esse trabalho. Deixa eu ver ... tem a casa em que o XXX mora, que eu não sei se é tombada, mas ela seria de interesse restrito, provavelmente. É... se perdeu muita coisa, né?... É... se perdeu muita coisa, né? [...] Você está trabalhando com uma questão que é a memória dos moradores, né? É complicado porque o pessoal mais jovem não tem essa memória. É uma memória que se perdeu. Eu vivi... quando eu morava lá, quando eu era criança, adolescente, aquela Avenida Cardoso Saraiva era bem diferente ainda. Ainda tinha alguma coisa do conjunto original. Mas a arquitetura... tem muito pouca coisa, pra variar, né? Sobrou muito pouca coisa. Eu me lembro do edifício do Presídio também que é muito antigo, né? São pontos localizados... algumas casinhas pequenas na Rua Governador Valadares. Na Rua Governador Valadares, que era chamada a rua do Centro Telefone, tem até um edifício...eu não sei o que funciona, que era a antiga Companhia Mineira de Eletricidade...e...na esquina da Rua Nova com a Cardoso Saraiva, tem uma edificação da antiga torrefação de café (CAMIG), onde funciona a feira...eu acho que só tem a casca e o telhado, só.	
3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	

Entrevistado: São relações de referência, né? Tão ligada exatamente à história de vida da gente. Essa é uma questão básica, né? para o patrimônio. Então quando eu falo da capela, né? Eu tô falando das festas que tinham na capela, né? Eu tenho uma imagem da infância onde ainda a rua era de terra, né? Eu indo para lá, não sei se eu tava com alguém...e...na época, antes e depois da restauração...a capela nunca foi muito usada para a celebração de missas, não sei depois que eu saí de lá. Mas não era comum ter missa na capela. As missas eram todas na matriz. Que também é uma referência, de mil novecentos e sete a matriz, né? O prédio da prefeitura também é uma referência, enfim. Então se você pega a Capela do Rosário, pra mim, a referência é essa. E depois a referência histórica passou a ser importante porque é o conhecimento que eu tive, né? ao longo da minha vida. Então assim....prefeitura...a prefeitura eu tenho uma relação muito forte, eu trabalhei cinco anos naquele prédio. Então tem toda uma identidade. Eu acho que a população toda se identifica com a prefeitura. Ou a maioria da população né? porque é uma referência. A própria Matriz...Rosário, eu acho que também é uma referência, eu não sei se pra... pro pessoal mais jovem, tem algum, mas tinha uma referência fora. A festa do Rosário famosa, né? A relação, as relações que eu tenho com esses edifícios são relações da história de vida, né? A matriz eu ia direto, mesmo só pra participar de grupo jovem e toda aquela...né? [...] mas basicamente é isso. As relações estão ligadas à história de vida da gente, são fatos, né? que ocorreram ali, né? E que você participou, ou não, mas você tem conhecimento. A cadeia nem tanto, né? Nunca tive nenhuma relação.

4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?

Entrevistado: São importantes sim. Eles preservam a memória ou podem resgatar essa memória. Eu acho que o XXX, ele tentou fazer esse trabalho. Eu acho que tem muito... por exemplo, aquela pracinha ali na frente da Igreja do Rosário, aquilo ali não existia. Aquilo ali é obra dele, né? Pode ter uma série de equívocos, mas é uma obra dele e eu acho que deve ser respeitada exatamente por isso, porque ele valorizou o edifício. Eu acho que tem uma importância muito grande, sabe? E falta a tal da educação patrimonial, né? Falta estabelecer, né? De alguma maneira, as pessoas serem induzidas, sei lá... às vezes é muito legal, ditatorial, né? O que deve e o que não deve ser preservado, né? E a gente tá ligado muito à... à arquitetura antiga, arquitetura colonial, esse tipo de coisa né? E essas pessoas não têm essa ligação, né? No Brasil... a cultura nossa é efêmera, ela não é perene. A gente tem a ansiedade pelo novo, pelo moderno, né? Eu sei que é meio piegas, mas eu tô repetindo um jargão, mas é verdade é essa...Eu acredito que esses elementos...eu não sei daqui pra frente, mas esses elementos foram mantidos de uma forma... né? A própria casa do Sr. XXX foi muito preservada, né? São edificações interessantes. Agora...o que eu conheci... quando eu passo pela Cardoso Saraiva, me vem à memória [...] agora preservar pra mim, é muita coisa, né?

5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?

Entrevistado: Eu acho que não... não...seriam essas mesmo.

6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?

Entrevistado: Já participei. Eu era de uma turma que decorava o clube pro carnaval por exemplo. Então a gente passava às vezes um mês antes do carnaval fazendo essa decoração, né? E era motivo para beber todo dia na época, né? A gente ficava até tarde fazendo as pinturas, né? Aí... e realmente ficava boa a decoração, né? Era um prazer... fazia de graça, né? Ou a troco de uma mesa, ou a troco de bebida. Não tinha nenhum profissional. É...mas, nessa época, eu participei de alguns eventos. Nós

fizemos festival de música em Matias, lá no clube...na Associação Atlética Matiense...na quadra. Esse evento foi realizado uma vez, nunca mais se realizou. O carnaval foram vários, né? A criação do bloco, né? O carnaval de Matias era muito bom. Era um carnaval de rua e era o carnaval de clube. Eram dois clubes dentro da cidade. Uma cidadezinha daquele tamanho tinha dois clubes. Um perto do outro. Então, quando dava intervalo em um, corria pro outro e vice-versa. A noite inteira assim, aquela correria.

Pesquisadora: Lá em Matias, a gente tem protegido, né? A Festa da Fogueira, a Festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, a Folia de Reis....

Entrevistado: A Folia de Reis eu sei que tem....

Pesquisadora: A Roda de Capoeira e Ofício do Mestre de Capoeira...

Entrevistado: A Roda de Capoeira não é da minha época, não.

Pesquisadora: Viola de Minas....

Entrevistado: Também não.

Pesquisadora: Alguma delas você já participou?

Entrevistado: Eu participei das festas. Participei indo, né? Não na organização, esse tipo de coisa. Folia de Reis também, como... como plateia, né? Porque eles passavam de casa em casa e... diversas vezes, normalmente, no dia de Natal, eles passavam, né? Não sei se passam ainda. Tem vários Natais que eu não vou pra Matias. Mas participar...fazer parte, eu nunca fiz, não.

Pesquisadora: Já participou da Festa da Fogueira?

Entrevistado: A Festa da Fogueira é antiga.

Pesquisadora: Da Festa da Paróquia?

Entrevistado: A Paróquia é lá no Jardim do Mina, né?

Pesquisadora: A da Fogueira que é no Jardim do Mina...

Entrevistado: Isso!! A da Fogueira que é no Jardim do Mina.

Pesquisadora: A da Paróquia é em frente à igreja Nossa Senhora da Conceição.

Entrevistado: É ali na igreja matriz. Não tinha aqueles...fechamentos dos gramados, antigamente não tinha. Na frente de cada lado, tinha uma árvore... uma castanheira... não tô lembrando o nome... Dos dois lados, tinha essa árvore. Nas laterais, era só gramado. Então as barracas eram montadas nas laterais, entendeu? E a festa, né? A famosa quermesse, ficava lotada...

7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?

Entrevistado: A Festa da Matriz eu acho que é importante. A própria Fogueira, lá do Mina, né? Do jardim do Mina. Eu acho que são festas, são eventos importantes, né? A Festa lá da Igreja do Rosário não tem jeito de voltar, né? Mas foi muito... muito interessante. Eu acho que era muito legal antigamente, né? Enfim...acho que basicamente essas duas, né? Porque os outros eventos não vão voltar. Não tem como voltar.

8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Eu acho que... não sei se vai surtir efeito, né? Porque você nada meio que contra a corrente. Eu acho que educação patrimonial é um caminho, como disciplina obrigatória nas escolas, né? Eu sou meio ditador nesse sentido. É para as

peças perceberem a importância, porque, em casa, não vão ter esse tipo de orientação. Eu acho que a maioria da população não tem essa noção, né? Do que é importante.

9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?

Entrevistado: Aquilo que eu falei lá no início da conversa que a gente tá tendo: é...nós vivemos num país onde a cultura é efêmera. Sempre foi. Eu era criança já era, né? A fome pelo novo, pelo moderno, isso é um jargão, mas é verdade. A fome pelo novo, pelo moderno supera qualquer noção de preservação, sabe? E tem outras questões que estão envolvidas na preservação. Com relação à questão de ter a noção de que se...o que tá preservado é interesse da população, ou é interesse de um grupo, de elite...de elite cultural, de elite econômica. Evidentemente, se você olhar na história do IPHAN, sempre foi interesse de um grupo. Um grupo que resolveu que a cultura deveria ser preservada, né? Talvez a exemplo da abordagem que é dada na Europa, que eu acho que é pós-Segunda Guerra, né? Que tá muito ligado ao turismo, né? Eu acho que é um valor econômico, né? Quando se deu o valor econômico ao patrimônio, tornou-se importante preservar o patrimônio. O europeu, em essa coisa de manter, de preservar, né? Talvez até pela dificuldade econômica de renovar, né? Dificuldades impedem. E acabou que... Opa! Se eu preservar, eu vou faturar, né? Então o turismo cultural, na Europa, é fortíssimo. Em outros países, também da América é fortíssimo. No Brasil, é forte em alguns pontos, né? O brasileiro tem muita dificuldade de ter noção do valor, né? do valor econômico dado ao patrimônio. Quando se perdeu a maior parte, aí fica mais difícil. Como é que você vai explorar, economicamente, a Igreja do Rosário, lá em Matias? Como é que você vai explorar, economicamente, o prédio da prefeitura? Como é que você vai explorar, economicamente, o laboratório de biologia? Se criar um roteiro? Ah, vamos criar um roteiro Matias Simão Pereira? Acho muito difícil. Então a preservação pontual é uma preservação que está muito mais condicionada à vontade de alguns. De alguns, né?

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?

Entrevistado: Não sei se existe, eu tô muito tempo fora. Então não teria condição de te responder aí.

11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Não, tô fora há muito tempo.

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistado: Em Matias, não. Nenhum.

ENTREVISTADA 2	
Idade: 43 anos	Reside em: Centro de Matias Barbosa -MG
Profissão: Museóloga	
Escolaridade: Superior completo	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistada: Acho que a vida inteira. Já morei fora alguns anos, mas desde que eu tô aqui de novo, já tem dezessete... dezessete anos. Eu saí, fiquei sete anos fora, pra... né? e voltei e tem...dezessete. Morei em Juiz de Fora, mas estava sempre por aqui. Me considero a vida inteira, praticamente, morando aqui. Pesquisadora: Você passou a infância e a adolescência em Matias? Entrevistada: Infância e a adolescência. Pesquisadora: Você saiu só para cursar a faculdade? Entrevistada: É pra fazer... na época do ensino médio, eu ficava em Juiz de Fora, mas estava sempre por aqui...meus pais, né? Então eu tava... tava aqui, tava em Juiz de Fora mais para dormir, pra estudar e... depois disso, pra fazer faculdade. Fiquei mais uns anos fora e voltei.	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistada: Conheço alguns. Vamos dizer que eu não vou saber todos de cabeça, mas tenho muitos registros, né? Tem a Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo, que é a igreja ou Capela do Rosário, tem várias denominações, né? Tem o prédio da Cemig; tem a Prefeitura; tem o prédio da Camig; tem a estação ferroviária; tem o Cônego Joaquim Monteiro, a escola; tem Laboratório de Medicina Veterinária; tem a Igreja Matriz; tem a ponte do Zambar, que eu considero; tem a Ponte do Arco; tem alguns bens assim, que são, acho que os mais relevantes, se eu não me engano... é prefeitura, falei... eu falei... ah, tem o cemitério que tem alguns bens também. Alguns túmulos que são tombados pela municipalidade. Acho que sim. Acho que deve ter mais alguma coisa que me fugiu à cabeça, alguma coisa de patrimônio imaterial. Se eu não me engano, a Festa da Fogueira e a Folia de Reis, eu não tenho certeza se foi tombada.	
3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistada: Considero, muito. Pesquisadora: E o porquê? Quais deles? Às vezes você tem mais relação com algum, ou com outro. Entrevistada: Ah...acho que os dois, né? porque de alguma... acho que, de alguma forma, todos são importantes, porque cada um tem um pedacinho da história da cidade...cada um, de alguma forma, foi importante, fez parte de algum momento da vida. E a gente convive com eles diariamente, né? Vamos dizer assim, tipo...a igreja, minha relação pessoal é que minha avó morava ali perto, então eu tava sempre por ali, então eu tava... eu, desde o início...tem aquelas lendas do túnel. Aquelas coisas de infância e adolescência ali naquela rua que minha avó morava exatamente ali embaixo... então, pra mim, é importante. A Festa da Fogueira de patrimônio imaterial, porque...eu não tenho certeza se é considerada...porque tinha aquela coisa de passar em cima do fogo meia noite, na noite, lá de São João, não lembro qual data exatamente, aquilo era incrível. A ponte do Zambar, porque eu acho maravilhosa e porque teve a questão do museu (Mariano Procópio, em Juiz de Fora) também, porque teve aquela exposição do Klumb, que tinha a Ponte do Zambar que eu, de alguma forma, é....me aproximei mais ainda, conheci sobre a importância dela.	

É... a Ponte do Arco, porque é maravilhosa. E o trem...eu acho que o trem faz parte da vida de todo mundo aqui, sabe? Então tem a Ponte do Arco, que tem muito a ver com essa questão do trem, porque... o barulho do trem se ouve de qualquer lugar da cidade. Tem o Xangai. É importante porque... eu ia passear no museu (Mariano Procópio, em Juiz de Fora), minha relação com museologia, acho que começa aí, né? Na minha formação profissional, mesmo que de alguma forma. É intrínseco, porque eu pegava o Xangai, em Matias, e descia no Museu Mariano Procópio. Então, tem uma coisa...de infância e de...construção do imaginário e era maravilhoso andar de Xangai. Eu era bem pequena, mas eu me lembro muito bem, porque isso não sai da cabeça...uma experiência dessa não sai. E a gente escuta o barulho do trem aqui na cidade, o tempo todo, sabe? Então...você está em qualquer lugar, você escuta o trem passando. De noite... a cidade é muito pequenininha, silenciosa, é....o barulho do trem de noite faz parte da vida de todo mundo, né? Tem uma passagenzinha... de alguns relatos que eu já li, que falavam sobre o trem também e que...com a inauguração, o trem aqui em Matias ...da estação ferroviária...tem até no livro que o meu avô escreveu que é aquele “Apontamentos para a História de Matias Barbosa” (que foi ele que escreveu) que fala que o trem ele era importante e foi rebuliço, né? na época. E aí outros relatos que eu tava lendo algumas vezes. Sobre...sobre essa questão do patrimônio...sobre essa questão do trem também...que o trem marcava as horas, né? A chegada do trem marcava as horas, trazia as notícias e coisas nesse sentido. Muito presente.

4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?

Entrevistada: Difícil para uma museóloga falar que não, né? Considero todos importantes. Eu acho que tem que ter uma valorização. Eu acho que todos são relevantes. Eu acredito que falta valorizar ainda mais esses patrimônios. Eu acho que isso é muito importante. Eu acho que, de alguma forma, todos contam um pouquinho da história pessoal de cada... de cada um, história pessoal das pessoas e... e aí ajuda criar uma memória coletiva, uma história, né? A história oral, as tradições, elas vão criando situações coletivas e... é muito legal! Quando eu tava à frente do Memorial do Legislativo, né? A gente fez uma série de entrevistas. Tem várias entrevistas que a gente gravou com algumas pessoas falando sobre a importância para a cidade...contando histórias pessoais, né? E todos eles... eles citam de alguma forma, alguma coisa que foi importante pra eles. Por exemplo, meu pai, ele falava muito das ruas. Quando a gente fez a entrevista com ele, ele falava de toda constituição da cidade, como foi, a construção. A XXX, que tinha um cartório aqui, o pai dela também, fala muito da... dessa construção do fórum como é que foi, que, para ela, é relevante, que eu não sei se é Patrimônio, mas de qualquer forma tem significado diferente. Pro seu XXX, ele fala de da prefeitura, do prédio da prefeitura... para o Sr. XXX, ele fala da Festa da Fogueira, porque ele foi um dos pioneiros. Ele que criou praticamente. E ele fala também muito do Mina, da Ponte do Arco. Então eu acho que é importantíssimo resgatar isso agora, porque... muitos já se foram, né? Os mais antigos que viveram um tempo atrás, né? Independente disso, as pessoas mais novas, elas vivem as mesmas relações; são relações novas, mas não deixa de ser importante, tão importante quanto as pessoas mais antigas. Então, todos são importantes igualmente. Para cada um, vai ter uma forma de representatividade diferente, importância diferente. Para mim, por exemplo, a igreja é mais importante, por uma série de questões, mas também por uma memória afetiva que eu tenho; mas, para outras pessoas, o prédio da prefeitura é mais importante, a ponte do arco e assim vai...

5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?

Entrevistada: Ah, eu acho que a Estação Ferroviária é importante. O prédio da estação...eu acho que é importante. A ponte do Zâmbar, não sei se pode ser por causa da... questão intermunicipal, eu não sei como funciona. Mas acho que seria importantíssimo. Que eu me lembre agora, acho que esses dois. Tem a questão dos bens particulares, que eu acredito que é muito delicado ainda pra cidade. Mas que tem que começar a ser discutido de alguma forma. Eu sei que eles são registrados (inventariados), mas eles não são tombados pela municipalidade, mas é uma coisa que tem que começar a ser pensada. Não sei se o tombamento, mas de alguma forma...tem que se pensar. Não sei como. Tombamento é muito complicado, né? para esses bens particulares numa cidade tão pequena. É enfim...ah a cachoeira, não sei se pode, né?

Pesquisadora: Qual cachoeira?

Entrevistada: A cachoeira do centro da cidade.

6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?

Entrevistada: Já de algumas. Bom... a Festa da Fogueira, sim, sempre que eu posso. A festa da igreja de São Sebastião Nossa Senhora da Conceição, que é uma manifestação cultural. E... o que mais? ... carnaval sempre, que fez parte da minha adolescência principalmente. Tinha os bailes ainda, né? Sei lá...diante do memorial, algumas exposições. O festival cultural, todo ano. Sempre que tem. Admiro, acho muito legal a iniciativa.

Pesquisadora: Você tem alguma relação com os patrimônios imateriais?

Entrevistada: Com as festas da igreja, sim. Com Folia de Reis já tive, quando passava na rua. Só que já tem muito tempo que eu não vejo. Aí a gente sempre participava, sempre chegava perto e tudo, tava sempre...a partir do momento que ele sai do meio da rua e vai para praça (Peter Birkeland), aí eu já não vou mais. Porque antes eles passavam. Era interessante. E aí eles saem disso... a gente não vê mais isso acontecer, eles saindo... por conta do trabalho mesmo; também de muita coisa, eu acabo não participando. E Roda de Capoeira, não. Que acho também que não faz parte da minha realidade. Já vi muitas vezes na praça, já levei minha filha pra ver muitas vezes, quando ela era menor, mas não faz parte do meu dia a dia. Já as festas da igreja fazem parte mais do meu dia a dia, porque tem mais proximidade com minhas ações diárias, pessoais.

7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?

Entrevistada: O Festival Cultural já virou tradição. Acho que deveria. Já tem mais de vinte anos que acontece na cidade. Criou uma tradição de peças de teatro todo ano. É legal, sabe? Acho que precisa desse tipo de ação aqui. Acho que é muito válido. Tem várias ações que as pessoas não teriam acesso, se não fosse por ali. Acho que principalmente esse, o Festival Cultural.

8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistada: Primeiro, o tombamento, acho que é importante. Ações constantes, principalmente, entre as escolas, alunos, crianças e para os pais. Exposições, ações educativas nessas exposições. Acredito que exposições funcionam bem, porque eu tive essa experiência e foi muito legal. Mais de uma vez, de chegar... quando a gente montou o memorial, passado um tempo, enfim...pra contar a história um pouquinho

da cidade, né? Através do memorial. E a gente chamava as escolas. Então a gente fez várias ações com as escolas municipais, estaduais, particulares, todas as escolas da cidade. E aí chegava um ponto assim, das crianças ficarem tão fascinadas que tinha um menininho, vários menininhos falando assim: Nossa!! Eu quero isso tudo aqui! Eu quero fazer parte disso tudo aqui!! Trouxe minha notinha (cédula de dinheiro), ó, pra você guardar aí no Memorial. Ele trouxe uma nota antiga e pede pra guardar, doar a nota. Então o envolvimento das crianças, pra mim, eu acho que seria o mais importante. Mas o envolvimento tem que ser muito ativo, sabe? Tem que ser feito com muita...paixão. Acho que tem que ser paixão, sabe? E são coisas, que eu não vejo custo. São coisas que eu acho que a gente consegue fazer sem grandes custos, sem grandes...com envolvimento de professores, com mobilização dos alunos, com mobilização dos pais e com muita paixão, assim, pelo que você está fazendo. O que o memorial me possibilitou, nesse momento, foi ver isso. Foi sentir isso, sabe? De perceber que a gente pode fazer muita coisa. Porque todo mundo fica falando, ah...recurso... eu falei, cara, eu trabalho na Câmara, na Câmara a gente não pode ter projeto pela lei de incentivo. E eu consegui fazer tanta coisa sem recurso, mas tanta coisa, uma coisa absurda. Com pouco recurso, vamos dizer assim. E com meu trabalho e isso acho que é fascinante. Eu fico feliz assim, eu fico pensando se eu conseguir plantar essa sementinha no coração de algumas crianças, eu acho que essas crianças vão ser pessoas melhores no futuro, vão valorizar de alguma forma esse patrimônio, de uma forma diferente, então... acho que é isso. Eu acho que criança, a principal coisa é educação patrimonial, mas não aquela educação patrimonial convencional nas escolas, também tem que ter, mas tem que ter de uma forma diferente, sabe? Tem que ter de uma forma mais efervescente assim, em que eles participem, possam participar de brincadeiras, que eles possam estar ali, que eles possam sair do local comum da sala de aula pra outros lugares, para que eles possam ir nos bens e participar ali de ações e participar de coisas que podem acontecer, como eu falei, sem grandes recursos, com muita vontade.

Pesquisadora: Quando você fala nota, você quer dizer o quê?

Entrevistada: Era nota de dinheiro. As crianças iam levar. O menininho foi levar e aí o outro ficou apaixonado...todo mundo queria doar alguma coisa. Porque eles começaram a se sentir pertencente à cidade deles, né? Então eu acho que isso...isso é legal, de pensar que...então você imagina...se foi isso com uma exposição, que tá lá, de longa duração, em que eles veem alguns bens materiais, né? Alguns objetos, alguns itens de acervo que pertenceram a algumas pessoas da cidade, se identificaram tanto, eles não vão sentir isso com o patrimônio arquitetônico? que faz parte do dia a dia deles? Se uma nota antiga mexeu tanto com eles, bengala que pertenceu ao Cônego, que é o lugar onde eles estudam, mexeu tanto com eles. Se uma foto antiga, imagina... um telefone da década de oitenta mexeu com os meninos, que fez parte do acervo da câmara, imagina um prédio? Dependendo de como for falar, de como for dito...eu acho muito importante. Eles vão levar isso pros pais.

Pesquisadora: Você, que trabalhou no Museu Mariano Procópio, você acha que Matias tem uma história ligada à Estrada União e Indústria? Você acha que as pessoas reconhecem essa ligação? Ou você acha que isso não é muito falado em Matias?

Entrevistada: As pessoas sabem da Estrada União e Indústria, mas elas não sabem o que ela representa. Eu vejo assim. Algumas pessoas, um grupo de pessoas sim, evidente. São algumas pessoas que participam mais, né? Ativamente. Que é um grupo muito pequeno, por assim dizer. Mas acho que, de modo geral, não. As pessoas não têm noção. As pessoas não têm noção de quem foi o Cônego Joaquim Monteiro, escola que eles estudaram durante anos e que fica na Estrada União e Indústria de alguma forma. As pessoas não sabem quem foi Matias Barbosa. Então se as pessoas não sabem quem foi Matias Barbosa que vem antes disso, elas não sabem como foi

construído o Caminho Novo, elas não têm essa relação. Acho que talvez elas tivessem um pouco mais quando eu tinha Xangai, né? que levava direto pro Museu Mariano Procópio. Então, essa relação do Xangai, eu acho que permitia isso ainda. Por mais que fosse uma história, que fosse uma linha, né? Que fosse a estação ferroviária e tudo, mas é porque de alguma forma interligava, né? Saía daqui ia direto e parava lá no Museu Mariano Procópio. Então as pessoas, de alguma forma, associavam essa estrada que fosse de ferro, mas aquele caminho levava até o Museu Mariano. Então associava com aquele Mariano. Não sei se à construção da estrada e outras coisas, não.

9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?

Entrevistada: Não respondeu.

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?

Entrevistada: Sei a função. Mas não sei se está ativo, não sei. Acho que sim, né? Sim, sei a função, que é pra ajudar na preservação dos bens, vamos colocar assim de uma forma generalizada. Fiscalização....

Pesquisadora: Você já participou do Conselho?

Entrevistada: Já.

11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistada: Nesses momentos do Conselho, sim. E como coordenadora do Memorial, não porque a gente tentava não entrar nesse mérito da prefeitura, porque a gente tentou criar o memorial, uma coisa mais à parte assim. Mais o memorial do legislativo, né? Por mais que o memorial seja Memorial Histórico e Cultural do Legislativo Municipal de Matias Barbosa. Porque quando a gente decidiu, a gente percebeu que era muito mais abrangente falar só do legislativo. Como que você ia falar da história só do legislativo sem falar da história da cidade se não tinha nada ainda constituído de alguma forma tão...legalmente efetiva assim, né? Acervo mesmo constituído...

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistada: Já. Já participei no Memorial do Legislativo, quando eu fui coordenadora que a gente falava sobre isso o tempo todo com as crianças. Principalmente sobre o que era patrimônio. Então foram alguns eventos de exposição, teve algumas entrevistas, teve um também do Proeja, que é educação de jovens e adultos, que fizeram concurso de redação, com o tema do patrimônio. E aí a gente ajudou, lá foram feitas entrevistas com algumas pessoas, para que elas pudessem construir uma redação sobre patrimônio.

ENTREVISTADO 3	
Idade: 53 anos	Reside em: Centro de Matias Barbosa - MG
Profissão: Empresário e jornalista	
Escolaridade: Ensino Superior Completo	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistado: 46 anos	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistado: Sim, Igreja do Rosário, Igreja Matriz, prédio da Prefeitura, prédio da extinta Camig, prédio da extinta Cemig, Painele de Azulejos, Festa da Fogueira, Festa da Matriz, Festival Cultural de Matias Barbosa, Folias de Reis.	
3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistado: Sim, tratam-se de imóveis que construíram a história do nosso município e de um rico patrimônio imaterial, que traduz em muito a nossa riqueza histórico e cultural. Todos são extremamente importantes.	
4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistado: Novamente, cito que todos os bens materiais e imateriais que compõem o nosso patrimônio são de extrema importância, não apenas para mim, mas para toda a cidade. É fundamental que uma cidade valorize seu patrimônio, pois é, no passado, que aprendemos a enxergar o futuro, e quanto ao patrimônio imaterial são as mais importantes manifestações culturais de nossa cidade.	
5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?	
Entrevistado: A Casa Grande Antiguidades (antiga sede da Fazenda Monte Alegre), a residência do Sr. Oyama Pancotti, a residência da família Collucci de Castro, a sede da fazenda Belmonte, a sede da fazenda Paciência, a sede da fazenda Soledade, são as mais destacadas, mas existem outras residências que também merecem entrar para o rol dos bem tombados e registrados.	
6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?	
Entrevistado: Sou organizador do Festival Cultural de Matias Barbosa há 23 anos. Fui membro do Conselho do Patrimônio de Matias, fui membro da diretoria das escolas de samba Kaneros, Princesa do Morro, Unidos da Penha e Centro Imperial, ajudei na organização da Semana do Folclore em algumas edições, além de promover outros eventos culturais.	
7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?	
Entrevistado: O Festival Cultural teve o processo de tombamento encerrado no fim do ano passado, apesar de ainda não estar na relação estadual dos bens protegidos. E não por ser organizador, mas pela sua importância para a cidade, achei muito justo. Não me recorde no momento sobre outras manifestações a serem protegidas, mas sempre há.	

8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Nos últimos anos, a prefeitura tem feito um bom trabalho neste sentido, ao ter comprado imóveis importantes para nossa história, como as instalações do antigo Laboratório de Biologia Veterinária, o prédio da Cemig, a residência do Dr. Antônio José do Couto. Acho que o melhor caminho seria a atual e as futuras administrações permanecerem neste caminho, adquirindo as casas de relevante interesse histórico, promovendo seu tombamento e a instalação das repartições municipais; só assim poderemos preservar o pouco patrimônio que ainda temos. Ao mesmo tempo, a implantação da educação patrimonial na escolas municipais também seria muito útil, para que as crianças aprendam a valorizar nosso patrimônio.

9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?

Entrevistado: Respeitando e valorizando a história e todo o movimento histórico e cultural da cidade, tentando ensinar para as gerações futuras o valor da história e da cultura.

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?

Entrevistado: Sim, já fiz parte do Conselho e sei de sua importância, apesar de pouco valorizado.

11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Já participei de várias atividades relativas ao setor e já fui consultado a respeito diversas vezes.

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistado: Apenas de eventos online da Secult (Secretaria de Cultura) de Minas Gerais.

ENTREVISTADO 4	
Idade: 44 anos	Reside em: Juiz de Fora - MG
Profissão: Auxiliar administrativo na Prefeitura de Matias Barbosa, atua na Biblioteca Municipal de Matias Barbosa, é Jornalista por formação.	
Escolaridade: Ensino Superior Completo	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistado: Eu moro em Juiz de Fora e trabalho aqui. Pesquisadora: Há quantos anos? Entrevistado: Eu tô aqui desde abril de 2013. Pesquisadora: Aqui na Biblioteca, né? Entrevistado: Aqui não. Aqui, na biblioteca, eu tô desde 2017. Pesquisadora: E antes, você trabalhava onde? Entrevistado: Antes, eu trabalhei, de 2013 a 2015. eu trabalhei no RH. Pesquisadora: No prédio da Prefeitura? Entrevistado: No prédio da Prefeitura. De 2015 a 2017, eu trabalhei na licitação. E aí, em 2017, eu vim pra cá, e, desde então, eu tô aqui. Mas aqui é o lugar onde eu sempre quis vir, entendeu? Desde que eu entrei, eu sempre quis vir pra... sempre foi o meu foco. Tanto que a minha afinidade com a cultura já vem lá de trás, né?	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistado: O Cônego, tem o Laboratório, tem a Prefeitura, tem é... o centro aqui também é tombado. Tem uma fazenda que agora esqueci o nome, tem a Igreja do Rosário, também é tombada.	
3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistado: Ah... eu assim, eu acho que todo, todo patrimônio histórico, ele é importante, sabe? porque ele é identidade da cidade, entendeu? Que ajuda, ajuda a construir a essência e a individualidade da cidade. Que faz Matias ser o que ela é, entendeu? Então por isso que eu acho muito importante essa... essa preservação do patrimônio histórico, entendeu? porque é basicamente a cara de Matias, né? Sem o patrimônio histórico, né? aí Matias vai ser vai ser uma cidade genérica, né? Vai ser uma cidade sem identidade própria, né?	
4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistado: Então, eu acho eles importantes para cidade, né? Por causa disso que eu falei e pros cidadãos também, né? Pros matienses e para a cidade pra... porque ela...ela define a individualidade de Matias, sabe? Então, eu acho que por isso que ela, ela é importante. Pesquisadora: Como que é para você trabalhar aqui na Estação? Com o trem passando toda hora, de frente pra Cardoso Saraiva, de frente para o Cônego, perto do busto ali do Getúlio Vargas, com que é essa...? É especial para vocês o espaço? Ou não faz diferença nenhuma? Entrevistado: Eu acho bem bacana assim, né? Você trabalhar cercado de todos esses...esses monumentos, né? O trem....o trem é muito bacana, né? Apesar de ser bem alto, né? Quando ele, quando ele passa, é legal [...] durante o ano, tem aula de música, também. Aí a gente...aí, toda sexta-feira, a gente trabalha ouvindo música	

também...é bem bacana, sabe? Os meninos ficam dando aula de violino, né? Então, você trabalha ouvindo menino tocando violino...

Pesquisadora: Você está inserido na cultura mesmo, né?

Entrevistado: Inserido na cultura.

Pesquisadora: Tá no seu dia a dia, né?

Entrevistado: Tá no meu dia a dia, exatamente.

Pesquisadora: E como a população é com a biblioteca? Eles vêm aqui com frequência?

Entrevistado: Assim, o pessoal vem, sabe? Lógico que o movimento diminuiu por causa da coisa do Covid, né? Por causa do Covid e tal, né? Aí, vinha muita gente do Cônego...que aí diminuiu, né? Agora vem o público mais... mais fiel mesmo, né? Aqueles que não deixam de ler mesmo. Mas é assim, antes vinha bastante gente e... agora, em janeiro, vem muita gente procurando exatamente os postais, as folhinhas (calendário). Então assim, essa iniciativa do XXX atraiu muita gente para cá, pra biblioteca.

5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?

Entrevistado: Eu não sei...eu não sei dizer... se é... tem uma... tem uma fazenda, tem uma fazenda que parece que tava nessa lista. Ali no... eu não sei se...eu não sei se é patrimônio histórico, não sei. Mas assim....ali no haras Mirim ali, né? É muito bonito. ali eu não sei se é tombado. Eu não sei dizer muito dessa parte de que se é patrimônio ou se não. Tem uma fazenda também que agora esqueci o nome. Que ela é muito antiga também, e ela é ela é considerada até um ponto turístico aqui da região.

Pesquisadora: A própria Estação aqui, né? Ela não é tombada.

Entrevistado: A própria Estação não é tombada, é verdade. A Estação merecia ser tombada. Muita gente vem aqui e comenta. Muita gente vem aqui falar: “eu vinha aqui.”, “Eu costumava vir aqui quando aqui era uma estação de trem”, “eu pegava Xangai”. Várias, vários cidadãos mais idosos, né? mais antigos...geralmente eles vêm aqui e comentam muito isso, sabe? Então assim: “ah, eu vim aqui quando aqui era estação de trem... eu costumava pegar o Xangai...” O pessoal é bem nostálgico em relação a isso. Então, eu concordo com o que você disse: “que estação deveria ser tombada também.”

6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?

Entrevistado: Eu já participei do Festival Cultural...eu já participei do Festival Cultural. O Festival Cultural é...eu não sei se esse ano eu eles vão fazer, mas geralmente eles fazem um Concurso Literário, de poesias e de contos. E eu já ganhei duas vezes o de contos.

Pesquisadora: Então você já participou não só como ouvinte, né?

Entrevistado: Sim, eu já participei como... e assim, eu já fui em vários eventos do Festival Cultural.

Pesquisadora: Você já ajudou a organizar?

Entrevistado: Não assim, não ajudei a organizar, porque quando eu fui, eu não era do Departamento de Cultura. Porque o que acontece, o festival Cultural eu já ajudei a divulgar e tal, né? Eu já participei da Semana do Folclore também, que a Cultura faz junto com o Departamento de Educação.

Pesquisadora: Como que é?

Entrevistado: A Semana do Folclore é o seguinte: a educação pega um estilo de dança e aí eles fazem essas apresentações de danças regionais de vários lugares, entendeu? Aí primeiro, eles fizeram danças regionais brasileiras, com roupas regionais. Eu fui dois anos; um eu fui nesse de danças regionais do Brasil e outro foi danças regionais da América Latina.

Pesquisadora: Onde foi? Em que lugar?

Entrevistado: Na Praça do XXX (Praça Peter Birkeland)

7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?

Entrevistado: Tem o Festival Cultural e... a Semana do Folclore também. Então, eu acho o Festival Cultural tinha que ser uma coisa tombada também, né? Isso é muito importante pra Matias. E assim, minha opinião pessoal, assim, eu acho que a Semana do Folclore também é bem bacana, é importante. Então são duas coisas que eu acho que são muito importantes pra Matias.

8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Ah, eu acho assim que deve ser feito assim, preservar, né? É cuidar, fazer manutenção, né? Reforçar a importância dele, conscientizar a população do valor que ele tem pra cidade. Que que ele comunica, né? pra cidade, pros matenses, né? Realçar o seu valor mesmo, né? Eu acho que isso é importante pra própria cidade dos próprios cidadãos ajudarem a preservar, né? Ajudar nessa manutenção também, né?

9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?

Entrevistado: Ah, o que eu posso fazer é trabalhar no engajamento do cidadão, né? Eu costumo fazer o quê... geralmente, através das redes sociais, né? Tem o Facebook da biblioteca, né? Que eu costumo postar coisas da história de Matias, coisas de Minas Gerais também, né? Tem uma página no Facebook muito legal chama "Lugares de Minas", que tem umas imagens de patrimônios históricos muito bonito tal, né? O que tá ao meu alcance, assim é assim, trabalhar esse engajamento mesmo da cidade com o patrimônio. Tornar ele conhecido, né? Conscientizar a respeito do seu valor né? sensibilizar a população.

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?

Entrevistado: Existe, né? Inclusive eu faço parte desse Conselho, né? Eu, o XXX, a XXX, acho que a XXX faz também, né? E o objetivo desse Conselho, né? é exatamente deixar bem transparente, assim o destino da verba que vem para do IEPHA, né? Essa verba que vem do IEPHA para Matias, né? porque Matias recebe uma verba do IEPHA. O XXX, ele faz reuniões com Conselho exatamente para deixar tudo transparente. Ele deixa bem claro onde que essa verba está sendo aplicada, no que, entendeu? Basicamente, é isso, sabe? Ele, o XXX explicita, né? O destino da verba, né?! Onde ela tá sendo aplicada, tudo certinho, e aí ele aproveita também para discutir futuros projetos, ele lança ideias e tal. Ele fala assim: "eu quero fazer isso, isso, e isso, o quê que vocês acham?" Entendeu? Aí, geralmente, como são ideias boas, né? Geralmente, a gente concorda com ele.

11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Tem. Geralmente...eles fazem...a Câmara de Vereadores faz audiências públicas e tal, mas eu não...eu não sei se já houve audiência pública para discutir Patrimônio Histórico. Eu sei que é... questão de saúde, essas coisas, assim, eu sei que isso já foi discutido em audiência pública, né? Já houve audiências fechadas ali para discutir coisas da cultura e tal, da biblioteca. Mas assim. Eu participei pelo menos assim... reuniões assim do Conselho de Patrimônio, entendeu? Essas foram as únicas que eu participei.

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistado: Ah assim... teve uma época que a Biblioteca Municipal, ela dividia espaço com a biblioteca do Cônego, né? Então aqui funcionava... metade da biblioteca aqui era uma extensão da do Cônego, entendeu? E, eventualmente, ali no cônego, eles fazem algumas coisas, algumas aulas, assim mais direcionadas a Matias. Então assim, como eu trabalhava aqui, eu participei. Acho que evento educativo foi só nesse sentido mesmo.

ENTREVISTADO 5	
Idade: 48 anos	Reside em: Centro de Matias Barbosa - MG
Profissão: Artesão e Presidente da Associação dos Artesãos	
Escolaridade: Curso Técnico em Administração	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistado: Quarenta e oito anos. Pesquisadora: Você já saiu daqui pra morar fora? Entrevistado: Eu já passei tempos de estudo e trabalho fora, sem mudar, mesmo.	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistado: Sim. A Igrejinha (Igreja do Rosário) é um deles; a Prefeitura; a Igreja Matriz; a Estação; o prédio da Estação; tem a Ponte do Arco. Bom eles tombaram, é uma construção nova, mas...um Chafariz com uma parte de azulejo, na frente da igrejinha, acredito que ele é tombado, também.	
3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistado: Bom, aí eu vou te falar da cultura, né? porque são coisas dos nossos avós, né? Que eles consideravam. Tipo a Ponte do Arco, uma ponte feita de pedra, com um arco perfeito, que o trem passa em cima; isso é o fantástico, tá? E esses bens, eles têm vivo uma tradição da terra, né? Os meus avós assim, tinham o maior respeito por essas construções, né? E contavam histórias sobre essas construções, tá? Então, tem esse valor de cultura, no sentido assim, do repasse de informação das famílias, né? Um certo respeito ao que aconteceu e na forma como foi construída, né? Entendeu? Então assim, tanto é que tem uma preservação natural da cidade em cima desses bens. Isso é... assim, o respeito muito grande por essas construções. Mais as histórias, né? Tem várias histórias no entorno, né? Pesquisadora: Tem algum que você considera que é mais importante pra você? Entrevistado: Pra mim, todos, né? Na verdade... tem a história da igrejinha, que o Tiradentes passou uma noite aqui, entendeu? Então, assim, né? Poxa, ele veio passar em Matias Barbosa uma das últimas noites dele vivo? Então, assim, né? Ele veio dormir logo aqui? Pesquisadora: Ele dormiu dentro da igreja? Entrevistado: Na igrejinha. Então assim...era um caminho. E a própria igrejinha tem um conjunto de túneis, entendeu? Então não era qualquer coisa, né? E era época de ouro, então assim, né? E era caminho, né? Então esse trecho teve uma...importância na história do Brasil, né? Então, os historiadores... tem até livros sobre isso. É uma coisa que não é muito divulgada a história, mesmo. Mas a gente sabe que houve uma história, sabe? Então assim existe todo um respeito em cima de um passado, entendeu?	
4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistado: A cidade também tem essa joia, né? Entendeu? Então assim, né? Nós podemos falar que aconteceu alguma coisa do passado aqui. A prova tá aí. Então, sim é importante.	

5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?

Entrevistado: Não, os principais pontos tão aí. Esses realmente são as construções mais antigas, né? E tipo assim, o prédio da CAMIG, que eu não falei, era tombado, mas assim, né? Foi um grande polo comercial da cidade, na minha infância, entendeu? Tem uma história assim, econômica fascinante pra cidade, né? Considera que a gente é a segunda cidade da BR com o Rio, entendeu? Então, assim, às vezes a gente brinca que somos o segundo sorriso de Minas Gerais. Na verdade, nós somos o terceiro sorriso. É Belmiro Braga e Simão Pereira. O terceiro sorriso é Matias Barbosa, de Minas Gerais, né? Por causa da BR, né? Então a gente não pode desconsiderar os vizinhos, né? Mas você chegando em Minas, você vai passar por aqui, mas aí você já passou por Simão Pereira e Belmiro. Se você não entrou lá, você passou por eles. (risos).

6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?

Entrevistado: Sou decorador de festas. Semana Cultural, Semana do Folclore, Semana do Carnaval, me envolvo nessas atividades culturais desde criança, na verdade, tá? Agora, como artesão, como decorador, eu tenho uma licença de artesão da prefeitura. Eu presto serviço pra prefeitura nisso. Então assim, semanas culturais, na praça. Principalmente na praça, Peter Birkeland, ao lado do supermercado XXX, o coração da cidade é ali. Então, ali que a gente consegue concentrar as pessoas, né? Então assim, as decorações que foram feitas nas últimas semanas culturais foram fantásticas, foram pensadas. A prefeitura realmente apoiou. Então assim, é onde os artistas se unem, né? Cada qual dá a sua ideia, cada qual faz a sua parte e na maioria das vezes a execução é minha, a montagem é minha. Eu faço parte hoje do dia a dia da cultura.

Pesquisadora: Além disso, você participa de outra forma?

Entrevistado: Eu sou o presidente da Associação dos Artesãos há oito anos, tá? Então assim, isso me torna um ente público, onde eu converso com a cidade. Eu sou assim um facilitador geral de festas, de eventos. Eu já mapeio o ano, né? Eu sei os eventos que vão acontecer.

7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?

Entrevistado: Não.

8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Bom, o que já é feito, né? Tipo assim, tem o pessoal da prefeitura trabalhando e tem um pessoal da cidade admirando e participando desse dia a dia. Então assim, se as pessoas verem coisas que elas não gostaram, então, realmente elas vão pegar o telefone, vão fazer uma denúncia, vão falar, entendeu? Então assim, isso é muito dinâmico, isso já acontece. Isso já acontece, tipo assim, isso tá no dia a dia, entendeu? Se uma tia passar lá e não gostar, ela vai sair falando isso para todo mundo, entendeu? E o pessoal da prefeitura tá aberto a isso. Eu liguei para o XXX, que é ligado à cultura, e falei: “Fui tirar umas fotos lá na frente do Relógio de Sol e o Relógio de Sol tá precisando de uma limpeza, que é específica”. Uma pedra sabão precisa, né? Ter as manutenções, tipo assim, né? Em relação à Pedra Sabão, ela vai ter alguma coisa parecida com ferrugem, que é da Pedra Sabão. Mas aí eu falei pra ele, ele falou que ia lá ver. Outras pessoas tinham falando comigo, mas não tinha chegado nele. Então funciona assim, né? É a população se interagindo, entendeu?

Pesquisadora: A própria população cuida, né?

Entrevistado: Deixa eu te falar, é onde eu te falei que eu sou um facilitador, porque eu converso. Então assim, né? Às vezes, as pessoas certas precisam saber de coisas que até então elas não sabem.

Pesquisadora: Eles sabem que se chegar até você, você vai fazer alguma coisa, né? Com aquela informação, né?

Entrevistado: Tipo assim, né? Por eu ser presidente da Associação, eu tenho que tomar cuidado com que eu falo, e tenho que ouvir tudo na verdade. Mas eu tenho que tomar cuidado com que eu falo, entendeu?! Então, tipo assim, de repente, eu estou muito acostumado a falar de coisas boas e soluções, né? Tem problema? Que problema que isso, né? Como é que é isso, né? Você tá entendendo? Então assim, a nossa comunidade funciona assim, entendeu?

9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?

Entrevistado: Essa preservação da memória vai muito além do contato, né? Das informações que a gente passa. A gente não tá tendo festas populares, tá?

Pesquisadora: Por causa da pandemia.

Entrevistado: Isso daí. Mas tipo assim, nas festas populares as decorações sempre se arremeteram a lembranças, entendeu? Em cima dessas lembranças vêm os conceitos, as histórias, os porquês, entendeu?! Então aí é uma coisa assim, eu gosto muito de fazer, de praticar, a troca de saberes. Porque quando você tá no ambiente aberto que você tem assim lembranças. Essas lembranças causam fatos, informações, ideias, lembranças, né? E essas conversas desses ambientes...Isso é a riqueza da troca de saberes regional, entendeu? E até mesmo a explicação de costumes, entendeu? Então aí uma coisa ampla, né? Porque a gente...eu esbarro na provocação dessas lembranças, entendeu? E da provocação dessas lembranças, como técnico, eu consigo ter as fórmulas para recriar essas lembranças.

Pesquisadora: Tão importante quanto preservar edifícios é preservar o saber, né? E passar isso adiante, né? Que mais importante que só você saber, é você saber transmitir.

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?

Entrevistado: Existe. Bom, a princípio tem um Conselho de Cultura, mas o Conselho de Cultura ele foi muito ligado aos patrimônios, né? Eu faço parte de um Conselho, mas assim nós não somos totalmente atuantes, porque, na verdade, é o professor XXX que é o profissional do Departamento de Cultura atuante nisso. Quando ele precisa da gente, ele aciona a gente e a gente vai. Mas ele é o atuante. Então os tombamentos, as festas, e tudo... ele é o profissional da prefeitura que vê isso, entendeu? Mas assim em termos de Conselho...porque também, assim a gente não tá com grandes mudanças em nossas festas, né?

11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Sim, sim. Olha, no início, eu fiz parte do Conselho. Nós tínhamos as reuniões, né? Que tinha que fazer as atas e os passos, né? Só que tem aí o seguinte, acaba que o XXX, ele já fazia tudo, né?

Pesquisadora: Você lembra se você já chegou a ser perguntado sobre algum tombamento?

Entrevistado: Não, não. Deixa eu te falar uma coisa, quando se falou em tombar, em nossa cidade, era unânime. Não tinha essa de: “ah eu acho...não, se tem que...então vai, entendeu?” Nesse ponto assim...

Pesquisadora: O Conselho pode ser unânime, né? Agora quando chega nas mãos do proprietário, nem sempre, né?

Entrevistado: Não, mas quanto a isso, não...Isso daí tipo assim, né?! Questão do proprietário, às vezes é negociação. Então isso vai além do que... tipo assim, da comunidade. Se a comunidade tá ok, o gestor vai negociar com... mas aí assim, a comunidade, apoia. É pro bem da cidade, então vá, faça.

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistado: Deixa eu te falar, a Votorantin, tem uma parceria com o Departamento de Educação, tá?! Então eles fazem ações na cidade e eles apoiam a educação. Eu, enquanto presidente da Associação, sou voluntário para as atividades que sejam públicas, entendeu? Então, geralmente, estou presente nas reuniões da cidade com os representantes da Votorantin, tá? Então assim, normalmente, eu não tenho fala, mas eu sou a presença de que qualquer atividade que eles precisarem vai ser o maior nível de divulgação. Você tá entendendo? Então assim, né? Na verdade, as professoras falam, entendeu? mas eu executo o que as professoras precisam, entendeu?

Pesquisadora: E o que elas costumam falar?

Entrevistado: Na verdade, elas são, vou falar assim... a mola da educação. E a Votorantin trouxe o projeto para cá, fantástico. As professoras recebem um suporte de educação fantástico, entendeu? E todas elas... eu não participo de todas as reuniões, tá? mas todas elas acham fantástico, tipo assim, né? Essa atualização desse aprendizado na educação. Então assim, existem módulos, e os módulos estão acontecendo e tá passando de um pra outro. E tipo assim, elas tão mostrando resultado.

Pesquisadora: Mas em relação ao patrimônio?

Entrevistado: Também, né? Porque educação é muito ampla, né? Entendeu? Então assim, às vezes fala-se do Arco, dessa Ponte do Arco, né? Isso normalmente tem a ver com matemática (risos) é engraçado, mas uma coisa puxa a outra, né? Você tá entendendo? Então assim, dentro da educação, a gente tá falando da Ponte do Arco, dentro da matéria de matemática. Então assim, né?

ENTREVISTADO 6	
Idade: 53 anos	Reside em: Centro de Matias Barbosa - MG
Profissão: Pedagogo, atua como secretário de turismo de Simão Pereira e na área de Patrimônio Cultural	
Escolaridade: Ensino Superior Completo	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistado: 33 anos. Pesquisadora: Nascido onde? Entrevistado: Nascido em Piedade do Rio Grande, próximo a Bertiooga, São João del Rei.	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistado: Sim. Os que eu conheço que são bens tombados são: a Ponte do Arco, o... a escola Cônego Joaquim Monteiro, o Laboratório de Biologia Veterinária de Matias Barbosa, o prédio da Camig, Prefeitura Municipal, a Igreja do Rosário, o Relógio de Pedra, né? Que tem lá. E os bens registrados: a Fogueira do Mina (Jardim do Mina) e a Folia de Reis.	
3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistado: Acho que todos eles, de certa forma, tiveram uma importância e têm uma importância para mim, porque como hoje, residente em Matias Barbosa, eu acho que a história desses bens ali entrelaça com a história do município, história das famílias que eu conheci por aqui. Então, para mim, importa às vezes porque eles fazem resgate da história do local. Ela tem uma ligação muito grande com aqueles que trabalharam antes que eu chegasse, né? Pra que eu encontrasse Matias do jeito que ela é hoje.	
4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistado: Sim. Ele Marca uma... Os bens culturais de Matias Barbosa, independente de qual seja, ele marca uma era na história da cidade. Cada um contribuindo com sua parte. Um exemplo, posso citar por exemplo: a Ponte do Arco, a chegada da ferrovia em Matias Barbosa; A Prefeitura Municipal, quando se fala da emancipação de Matias em 1923; A capela do Rosário, que teve a ligação com a história do Caminho Novo. Então todos eles marcam uma época na história da cidade. Eles por si já contam uma história.	
5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?	
Entrevistado: Eu acredito que sim que...dos bens que ainda não foram tombados...acho que marca uma história, seja Fazenda Paciência, né? Que é um bem particular, mas que conta uma história da época da produção do café em Matias Barbosa. Tem a Cachoeira do Fumaça que foi muito falado. Pessoal visitava demais lá que talvez pudesse ser alguma coisa ligada à natureza, a um conjunto paisagístico, alguma coisa bacana. Hoje a fazenda que tem em Cedofeita também...eu não tô recordando o nome da fazenda agora, não sei se Belo Monte... acho que Belo Monte. Não sei se é esse nome.... mas eu sei que era localiza ali em Cedofeita e que também tem uma... tanto arquitetura como a época da construção dela é bacana, que deveria ser repensada a questão do tombamento.	

6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?

Entrevistado: Sim. Eu participei do encontro de Folia de Reis, por ser um bem registrado. Atravessei, já passei na fogueira do Mina (Festa da Fogueira), nas brasas da fogueira do Mina. Do próprio Festival Cultural, né? Porque hoje também acho que foi registrado como Patrimônio Cultural. Participei em várias edições, quase todas as edições dele, entendeu? Do Festival Cultural. E de... já fiz parte até do Conselho Patrimônio.

Pesquisadora: A Folia de Reis você já participou?

Entrevistado: Participei da organização.

Pesquisadora: Da Festa da Paróquia?

Entrevistado: A Festa de Nossa Senhora da Conceição. Sim...bem lembrado. A Festa de Nossa Senhora da Conceição, eu já participei, tanto tocando nas missas, quanto na organização da festa também. Já participei sim.

Pesquisadora: Roda de Capoeira?

Entrevistado: Roda de Capoeira, não. Nunca participei, não. Mas sei que existe em Matias. Que é um ponto forte em Matias também que é a questão da capoeira.

7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?

Entrevistado: Não sei se já é registrada, mas a Capoeira. As demais já são registradas: Folia de Reis, Festa da Igreja (Festa da Paróquia), Fogueira do Mina (Festa da Fogueira)

8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Acho que em primeiro lugar, conscientização, porque acho que a gente precisa hoje...acho que Matias faz até um trabalho bacana na questão da educação patrimonial, algumas ações, mas acho que é ínfimo diante da grandeza do que os bens representam pra cidade. Acho que esta conscientização, porque eu acredito assim que o gestor público, ele vê o Patrimônio Cultural com o, olhar de gestor público, mas a população ainda não se apoderou desse bem como dela mesmo. Assim, esse bem é nosso. Então, quando você fala em preservação dos bens culturais e quando a gente entende como resgate da história, grande parte da população acha que é desperdício de dinheiro você resgatar ou cuidar de uma coisa antiga, né? Pra nós, o que é histórico e antigo que tem uma importância arquitetônica ou histórica; pra alguns moradores, é coisa velha. Então, acho que a primeira coisa é a conscientização. E segundo é investir na capacitação seja do gestor público também, pra esse olhar diferenciado do Patrimônio Cultural. Porque enquanto...é bom pensar assim: membros do Conselho, historiadores, eles querem e acham a importância histórica, nem todo gestor público - aí eu falo: secretário, prefeito - nem todos têm o mesmo olhar que os amantes do patrimônio têm. Que é preservar e cuidar e resgatar a história.

9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?

Entrevistado: Acho que primeiro participando das ações que envolvem patrimônio. Seja ações de conscientização, que no caso assim de...me colocar à disposição mesmo pra... nas escolas estar participando de ações de educação patrimonial. Seja eu trabalhando com a comunidade no mutirão mesmo, para preservar o patrimônio. Ou seja, contando a história do patrimônio para pessoas. Acho que se eu fizer essa

parte ainda não enquanto gestor público, eu não sou gestor público de Matias, mas enquanto cidadão, eu posso contar história, começando pelos meus filhos, que se eu começo a educar meus filhos, meus filhos podem ser até mesmo multiplicador. Como toda a família se educa um filho para importância do patrimônio histórico, cada família passa a ser multiplicadora da importância do patrimônio.

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?

Entrevistado: Sim. É sim existe. Tanto existe que até mesmo para questão de pontuação no IEPHA precisa que o Conselho esteja ativo, né? E como Matias faz parte do ICMS cultural, então com certeza, sim. E a importância do Conselho hoje... ele não é adversário do município, ele é parceiro do município, porque são pessoas que têm...pessoas do poder público e da comunidade que ajudam o município gestor público tanto a fiscalizar como a direcionar ações e recursos para preservação do patrimônio.

11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Sim. Sim várias vezes. Por estar sempre trabalhando na questão de contação de história, de causos e história do município também que a gente já participou várias vezes, as pessoas perguntam, principalmente, sobre a Igreja Rosário, né? Sobre os túneis da Igreja do Rosário, que é famoso hoje, acho que no Brasil inteiro, né? Todo mundo já viu falar desse túnel da Capela do Rosário. Então por questão de tá sempre contando história, as pessoas às vezes nos abordam e perguntam sobre alguns bens de Matias Barbosa; e aqueles que eu conheço a história, eu faço questão de contar.

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistado: Sim. Eu já Participei de ações junto com Colégio Cônego, que foi o “Mestre e Griôs”, né? Que foi o negócio da jornada do patrimônio. Já participei de organizações... de organização do evento mesmo Folia de Reis e da Festa Fogueira, que são bens registrados, e da Festa Nossa Senhora da Glória (Simão Pereira). Então, essas ações que a gente participou tanto serviu para que eu aprendesse mais sobre o patrimônio e convivesse com aquelas pessoas, como compreendesse a importância que esse patrimônio tinha para aquela comunidade, entendeu?

ENTREVISTADO 7	
Idade: 35 anos	Reside em: Centro de Matias Barbosa - MG
Profissão: Secretário de Cultura de Simão Pereira	
Escolaridade: Ensino Superior Incompleto	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistado: Desde que nasci.	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistado: Conheço. Conheço: a Ponte do Arco, que é a Ponte de Pedra; a capela do Rosário; o Laboratório de Bio Veterinária. A Camig também é tombada. Pelo Estado, né? Tem um inventário da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, tem algumas coisas lá dentro que são inventariadas. Tem mais coisas...Tem o Chafariz, né? O Relógio de...eu não sei se o relógio ainda tá lá...Tá lá ainda? O Relógio de Sol; A fachada do Cemitério Municipal. Deixa eu ver se eu lembro mais alguma coisa.... o mural de...o mural de transporte, que fica na praça...tem um outro painel também de azulejo, que é o painel, enfim é um painel que fica ali próximo da Capela do Rosário. São esses eu acho... a Prefeitura...enfim, são esses.	
3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistado: Sim. A capela do Rosário que é um bem tombado a nível federal, né?! Que a gente conseguiu lá quando trabalhei em Matias fazer uma restauração nela do piso, do telhado, das paredes. Enfim uma reforma geral. Não conseguimos mexer no altar na época por conta da prospecção que tinha que ser feita e o recurso não dava para fazer. É mas eu particularmente tenho um carinho muito especial pelo Laboratório de Bio Veterinária, sabe?! Que eu acho que ele é um espaço bem estratégico dentro de Matias Barbosa por estar situado ao lado do Cônego, também que é uma escola que é tombada. E é uma escola que todos os jovens e adolescentes de Matias estudam lá por ser a única escola que tem ensino médio no município, né?! E alguma parte também do fundamental 2, né?! Eu tenho um carinho especial com esse prédio do laboratório porque eu acho que é um ponto estratégico para se tornar algo cultural dentro da cidade pra poder abordar a juventude próxima ali. Lembrei dos bens tombados, tem as estações também, né?! A do centro e a de Cedofeita lá.	
4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistado: Pra cidade, sim, né? porque a cidade, ela nasce em torno da Capela do Rosário, né? Algumas coisas eu acho que deveriam ser mais exploradas ali dentro do patrimônio também. Mas tem uma parcela da comunidade que tem uma identificação com os bens, patrimônios. Pesquisadora: Qual o cargo que ocupou lá em Matias? Entrevistado: Então lá, eu fiz estágio e depois eu fui assessor na Secretaria de Cultura.	
5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?	
Entrevistado: Em Matias, eu acredito que é um pouco complicado falar de novos patrimônios para serem preservados, porque Matias perdeu muita coisa, né? Em frente à Prefeitura, tinha um casarão também dos Guimarães, que era um casarão fantástico, que eu acho que deveria ter sido preservado, mas hoje já foi demolido, virou um estacionamento e uma floricultura. A casa sede da Fazenda Monte Alegre,	

que eu acho que é a casa do XXX, né? Da família do XXX ali. Que... que eu acho que deveria ser preservada também. Ela tem sofrido algumas alterações na fachada ali com relação à cor, né? porque tem virado...se eu não me engano, ali é um cartório... e tem algumas lojas ou uma...enfim, eu não sei. Eu sei que virou um comércio ali. A casa foi dividida em algumas partes, mas eu acredito que ela deveria ter sido...deveria ter sim uma proteção, de tombamento...enfim.

6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?

Entrevistado: Ah sim! Eu trabalho. Trabalho não, né? Eu faço cultura desde os 13 anos de idade. Sempre participei de festivais culturais. Cantei em coral, toquei em coral. Participei da academia de seresta. Fiz teatro em Matias no grupo Bumbá também. Participava dos festivais, o Brinquêlê. Essas atividades todas aí.

Pesquisadora: Em Matias, nós temos de bens imateriais registrados: a Festa da Fogueira, a Festa da Paróquia, Folia de Reis, a Roda de Capoeira e as Folias de Minas e as Violas de Minas. Você já participou de alguma delas?

Entrevistado: Então, a gente ajudava a organizar a Festa da Padroeira. A gente ia também, dava apoio nas festas do Jardim do Mina que são as Festas da Fogueira. Te confesso que essa questão dos violeiros de Minas, pra mim, é uma novidade. Eu não sabia. Eu não sabia que tinha esse patrimônio em Matias.

Pesquisadora: E a Roda de Capoeira?

Entrevistado: Eu não participei, mas tenho contato com os capoeiristas de Matias.

7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?

Entrevistado: Eu tenho um carinho especial com academia de seresta, que eu já não sei nem se ainda tá na ativa ainda, sabe? porque faz muitos anos que eu não frequento, né? E eu não sei como é que tá. Mas era algo sim que até o local onde eles ensaiavam dentro do asilo, então as pessoas que já estavam lá conseguiam participar também das atividades.

Pesquisadora: A seresta acontecia sempre?

Entrevistado: Sim. A seresta participava também dos festivais culturais. Fazia abertura. Participava de solenidade na Câmara. Eu acho...Eu sou músico também, então, eu tenho um carinho especial pela academia de seresta.

8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: É porque assim a gente que trabalha com o poder público, a gente entende as dificuldades da...do patrimônio, sabe? burocracia, os trâmites todos que têm que ser feitos, né? Não é qualquer empresa, não é qualquer tipo de intervenção que pode ser feita no bem também. E eu acho que os bens culturais, eu acho que eles deveriam... ou pelo menos os prédios... assim, eles deveriam sim, ter um direcionamento para cultura, sabe? Uma ocupação desses espaços, para que eles pudessem se tornar centros culturais e.. e afins... assim, sabe? Que pudesse contar ali também um pouco da história do município. Eu falo, eu sou apaixonado pelo prédio do Laboratório, sabe? Que eu acho que é um prédio que tem um potencial gigantesco, um local estratégico e que poderia sim... e eu, pelo que eu tô sabendo, ela vai virar um Batalhão de Polícia, sabe? Aí eu acho que o prédio é muito, muito grande e para ser só isso, sabe?

Pesquisadora: A ideia do laboratório vai se perder, né?

Entrevistado: Sim. Lá a gente...quando a gente foi fazer o tombamento lá, que a gente foi fazer, na verdade, o inventário...Nossa! A gente encontrou muita coisa lá. Lá em cima, tem um salão, que tem uma gráfica montada, letrinha por letrinha, sabe? Tinha os vidros, os vidros grandes com cobras lá dentro, animais peçonhentos, né? Porque eles faziam lá, as... sintetizavam antídotos, ne? Fantástico aquele prédio. Ele ainda tem uma área externa, bacana, sabe?

9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?

Entrevistado: É uma pergunta difícil. Enquanto indivíduo, né? Enquanto pessoa física. Eu acho que é ocupando esses espaços, né? Nós tivemos uma reunião dos artistas em Matias, deve fazer mais ou menos uns 3 meses, e... eu fui convidado para poder fazer parte dessa reunião lá. E assim, foi interessante, porque reuniu bastante gente, sabe? Essa galera mais nova que tá trabalhando com hip-hop, o XXX da capoeira tava lá, o XXX, o XXX, a galera que praticamente fundou o Festival Cultural e a galera que tá surgindo agora com outro tipo de movimento cultural, sabe? Nós fizemos uma reunião lá e eu pautei muito a questão do laboratório, sabe? Que se eles quisessem fazer algum tipo de intervenção... porque eles tão numa briga de achar que a cultura tá perdendo para a tecnologia e, se ficar brigando, ainda vai perder, não tem jeito. Então você tem que usar aquilo a seu favor, e eu coloquei, pautei ali que a gente pudesse fazer um movimento cultural dentro desse Laboratório. Conversasse, óbvio, com o poder público que... convencesse o poder público que aquele espaço seria importante para cultura de Matias e que o dinheiro que eles questionaram que tem na cultura de Matias, é,... aí eu consigo explicar para ele se aquele dinheiro que tem do ICMS cultural não é um dinheiro que vai pagar artista, que vai fazer movimentos culturais com cachê,...aquele dinheiro, ele é destinado à preservação do patrimônio histórico, mas se eles querem ter um local para poder fazer esse tipo de intervenção. Continuar o legado cultural de Matias - que mais tem muitos artistas, tem muito artista, sabe? Tem muito artista, só que eles são...não vou dizer individualista...eles são dispersos um do outro, cada um produz separadamente e não tem uma união entre os artistas. Eu propus, na época, que ele ocupasse esse espaço, sabe? Abordasse o poder público para que esse dinheiro do ICMS pudesse ser investido nesse espaço para transformação daquilo na Casa de Cultura, e a gente, enquanto artista, fazedor de arte, agitadores culturais, produtores culturais, ocupassem aqueles espaços para gente poder começar a produzir cultura, entendeu? Cultura de base, né? Não é uma cultura de entretenimento.

[...] Existem outras formas de captar esse tipo de recurso. Só que como lá eles já foram abordando sobre o dinheiro dos ICMS cultural que não tava indo para os artistas. Aí a gente tem que explicar...que a gente que trabalha no meio do poder público, né? Que a gente consegue identificar. Eu, particularmente, tenho uma dificuldade gigantesca de produção cultural, porque a Secretaria de Cultura, em Simão Pereira, ela tem... a gente consegue fazer uma pontuação legal do ICMS, sabe? A gente consegue fazer algumas intervenções pontuais nos patrimônios, nos bens materiais e imateriais, porém a gente tem uma escassez de recursos para as atividades culturais. A gente não consegue, é difícil você conseguir um oficineiro para ensinar um violão, um oficineiro para dar uma oficina de teatro, de música, de dança. Então aí, a gente fica um pouco restrito. Esse recurso, a Secretaria de Cultura ela não tem, ela não dispõe. A gente consegue ir negociando com o Executivo... é... saindo da fonte de recurso do município, que tem as suas outras prioridades, né? porque, geralmente, é cinquenta a cinquenta e cinco por cento do recurso da que a prefeitura recebe pra folha de pagamento. A gente tem a Saúde e a Educação que muito justo, não estou questionando, mas fica com uma parcela de quarenta e cinco a quarenta e seis por cento, né? porque, se não me engano, é vinte e seis pra Educação e quinze para Saúde. E ainda tem um período de pandemia que requer mais investimento na

Saúde. Esse valor aumenta, e os outros de quatro a nove por cento, eles ficam divididos em todas as outras áreas da Prefeitura. Que é Departamento de Obras, que consome muito, assistência social, agricultura, cultura, turismo, esporte... Então fica essa porcentagem para dividir para todos eles. E a gente compreende também que, no país que a gente vive e com a situação que a gente tá vivendo hoje em dia, a cultura e o turismo, eles não são prioridades de investimento de recurso próprio, sabe? Então a gente tem dificuldade de captar esses recursos para poder fazer esse tipo de movimentação, de movimentação cultural, né? de que eu falo. Não de intervenção no patrimônio. Intervenção no patrimônio, a gente consegue através dos trabalhos que são feitos com educação patrimonial, com participação na jornada do patrimônio, investimento ali, aqui no patrimônio, para poder preservar a memória, abordando a comunidade, a gente consegue ter um recurso para trabalhar esse tipo de atividade, mas quanto às atividades culturais, são bem escassos os recursos para poder fomentar esse tipo de atividade. Complicado, muito complicado. Mas assim, quando sai esses editais, geralmente esses editais, contemplam a sociedade civil; o poder público, geralmente, não pode participar desse tipo de edital. Por quê? Enfim não sei por quê... mas ele é, basicamente, direcionado para a sociedade civil. Então é preciso uma organização dos agentes culturais da cidade para pleitear esse espaço, entendeu? Esse recurso. E acho que a função do poder público é apoiar esse tipo de atividade. Talvez com esses espaços que são bens tombados. Pra que os artistas possam ocupar os espaços. Dar uma estrutura física para que eles possam desenvolver as atividades.

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?

Entrevistado: Eu acredito que tenha sim. Até porque eu tenho acompanhado... Matias tem pontuado, né? Então é sinal de que ele tem enviado algumas documentações (para o ICMS Cultural). E a função do Conselho de Patrimônio é deliberar o recurso, né? Direcionar o recurso pro investimento. Aprovar ou não, trazer ideias. Também participar da programação dos investimentos do recurso do ICMS e fiscalizar, né? É um órgão fiscalizador também.

11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Sim. Porque na época que eu trabalhava em Matias, a gente... Nós estávamos com duas obras ao mesmo tempo, né? Com aquela restauração da Capela do Rosário e a restauração também da Estação, que é o prédio que fica em frente ao Cônego. Então como éramos eu e o XXX, nesse período, a gente praticamente dividiu os seus espaços: o XXX ficou por conta da Capela do Rosário, de uma demanda maior. O XXX tem uma experiência gigantesca nessa coisa de patrimônio, e eu ficava acompanhando a Estação. Então as pessoas sempre questionavam ali que que ia ser, pra que que era, por que da obra daquele jeito. Abordavam se a gente ia voltar à Estação, ao telhado que era antigamente, entendeu?

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistado: Ah sim!! A gente participava das atividades no geral... como...sobre patrimônio, né? A gente acompanhava as intervenções, nós fazíamos as reuniões do Conselho de Patrimônio. Trabalhávamos em conjunto com a Secretaria de Educação com relação à educação patrimonial. Não só a Secretaria de Educação, mas também com a Secretaria de Esporte também. A gente chegou a fazer algumas atividades, algumas reuniões. Eu e o XXX, como nós somos artistas, então a gente levava violão e fazia algumas intervenções artísticas, falando sobre patrimônio.

ENTREVISTADO 8	
Idade: 52 anos	Reside em: Centro de Matias Barbosa - MG
Profissão: Comerciante e ex-vereador de Matias Barbosa	
Escolaridade: Curso superior de Nutrição incompleto	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistado: 52 anos	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistado: Ponte do Arco; antigo Grupo Escolar, onde atualmente funciona a escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro; o prédio do primeiro Laboratório Veterinário da América Latina; o prédio da Companhia Mineira de Energia Elétrica, o qual depois se tornou a sede da agência da Cemig (é conhecido como Prédio da Cemig); o prédio da Camig, antigo prédio de torrefação de café, onde, mais recente, passou a ser uma central de distribuição de cereais do estado de Minas; a Cadeia Municipal, onde hoje funciona um presídio; o prédio da Prefeitura; o Cemitério; o Túmulo do Cônego Joaquim Monteiro; o Túmulo do Eloy de Andrade; o Túmulo Cardoso Saraiva; o Busto do Getúlio Vargas; a Capela do Rosário, que parece que é, inclusive, patrimônio Federal; Painel de azulejo, retratando a evolução do transporte. Tem uns outros equipamentos que foram criados mais recentes, dos quais não me recordo bem, são eles: o Chafariz e Relógio do Sol; tem também as sedes de algumas fazendas bem antigas; a Festa da Igreja Matriz e a Festa da Fogueira de São João. Ah, temos também o Túnel, que serviu de "esconderijo e fuga para Tiradentes", mas não tenho certeza se é tombado, separado da Igreja do Rosário, tendo em vista que nasce abaixo do seu piso e me parece ter três caminhos. Eu nunca entrei nele; conheço apenas uma de suas saídas.	
3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistado: Olha, alguns sim, são importantes para mim, no contexto de ser a minha cidade. Outros, eu já não vejo assim igual o caso do túmulo do Cardoso Saraiva...eu te confesso que eu não, não conheço a história dele a fundo. Então assim, talvez não tenha tanta importância para mim por eu não conhecer. E, em parte, também, há uma distância muito grande do Departamento de Cultura não do diretor de Cultura, mas do departamento como instituição em divulgar isso, em tá levando esse conhecimento, essas informações para população de um modo geral. Agora outros equipamentos, aí, eles são importantes para mim sim. A Ponte do Arco, por exemplo, ela que... ela também conhecida como Ponte da Liberdade, ela faz ela passar pelas terras da antiga Fazenda Liberdade, que tem uma ligação familiar comigo. Então ficam esses laços. Eles vão ficando, que, além de ser, é um marco histórico do desenvolvimento do transporte ferroviário; Matias Barbosa está inserida em todo o contexto do desenvolvimento mineiro e inclusive do Brasil, né? Então é muito importante a gente saber que a nossa cidade, nossa terrinha fez parte, contribuiu, né? pra esse desenvolvimento. A gente se sente lisonjeado, se sente...se sente afagado, né? pela história. Mas igual eu falei com você, tem uns pontos assim, talvez não que eles tenham menos importância, mas é mais para falta do conhecimento que a gente não consegue ter acesso. A grande verdade é essa: cidade pequena, a gente não consegue ter acesso. Muita coisa a gente... eu, por exemplo, conheço algum...é um pouco dessa história, porque como eu fui um dos, um dos idealizadores do Memorial do Legislativo, a ideia era justamente fazer isso. A gente está retratando toda a importância da história de Matias Barbosa para os munícipes, criando uma identidade, né? E a gente acabou que conseguiu fazer isso	

em parte e não conseguiu concluir todo o trabalho, mas... e ele, devido à dificuldade que a gente vive, cada um tem que seguir seu... o curso da sua vida, a gente acaba encostando esses projetos. Eu lamento, porque eu acho que a nossa cidade é de uma importância muito grande pro Brasil. A gente tem... a nossa história está ligada diretamente com a história do Brasil, até mesmo pela Estrada Real, né? O Caminho Novo.

4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?

Entrevistado: Eu acho que eles são de extrema importância para o município, até para nossa identidade cultural. Porque você veja, nós temos a Capela do Rosário que nos remete lá nos idos, salvo engano, de mil e setecentos para mil e oitocentos, e que conta um pouco da nossa história sobre o Caminho Novo. Matias era o registro de passagem. Então, eu acho que todos eles são de grande importância para a gente tá criando a identidade local. Acho que toda cidade deveria ter a sua identidade, o povo que tem uma tem um passado resgatado, ele acaba criando uma identidade, ele respeita mais a sua história. Você veja, nós temos a capela que nos remete à história do Brasil, lá da monarquia ainda. Nós temos o Azulejo (Painel de Azulejo) que retrata o desenvolvimento do transporte, aí você vê a União e Indústria, né? que foi criada para escoar toda a riqueza de Minas Gerais para importação, exportação entre outras coisas mais aí, né? Levar a produção de uma localidade pra outra e gerar o desenvolvimento, isso passava por Matias Barbosa, passou, né? por Matias Barbosa. Por volta de... não vou saber precisar, mas...pela idade... pela característica do prédio, prédio da Camig que foi a torrefação de café. Olha só, se tinha uma torrefação de café aqui na nossa cidade, nos remete a pensar que Matias era uma grande produtora. A região era uma grande produtora de café, quer dizer, gerando desenvolvimento, riqueza para a região. Depois se tornou um depósito cerealista do estado. E é isso, eu já me recordo que já mais recente, ficavam carretas e mais carretas de milho, de soja aqui. E assim, então você vê a importância que uma cidade tão pequena e aconchegante tem para o desenvolvimento de Minas Gerais e para o Brasil. O quanto que a nossa cidade está inserida nisso. E essa história... aí que vem a importância da manutenção desses prédios, o resgate dessa cultura, né? dessa história, para gente fazer a manutenção dessa identidade cultural. Se a gente não tiver um trabalho em cima dessa cultura, os jovens, a geração futura não vai conhecer isso. Muita gente hoje olha para o prédio da Cemig, por exemplo, que é a sede da regional da Companhia Mineira de Eletricidade, eles vão para lá ver só como um prédio velho, né? Há uns anos atrás, chegaram até a pichar umas partes lá, o que eu lamento muito. Eles olham pro prédio da Camig...eles olham simplesmente como um prédio velho que tá caindo aos pedaços, mas ali dentro já funcionou o teatro, já funcionou uma indústria, já funcionou.... funciona em parte dele, o Departamento de Educação. Então assim, isso tudo eu vejo de uma importância muito grande que precisava ser repassada para as futuras gerações. Talvez você não saiba e que já está sendo perdido pela história de Matias Barbosa, nós fomos um polo calçadista regional. Nós tínhamos de quatorze a trinta fábricas, mais ou menos, de calçados de todos os gêneros e que isso tá ficando perdido. Então, nós temos uma parte dessa história que a população não conhece. Só quem trabalhou, mas daqui a pouco, essa geração se perde, morre e essa história vai ficando perdida. Nós tivemos, não sei se você conhece, que também deveria ter sido tombado o prédio do cinema municipal, uma coisa... e a gente vai... Por isso que eu acho que está catalogado o que foi tombado é de uma importância muito grande para a gente fazer a manutenção dessa identidade local, né?

Pesquisadora: Olha só, que curioso. Eu não sabia que Matias era um polo calçadista. Nem imaginava. Pra mim é uma novidade.

5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?

Entrevistado: Olha, alguns bens tornam-se difícil de você tá tombando por serem bens particulares, mas, por exemplo, eu acho que, se Matias tombasse um dos prédios de uma dessas fábricas de calçados e pegasse, por exemplo, montasse o Museu do Calçado para que se tornasse um equipamento turístico, um equipamento histórico para que a gente contasse essa história no futuro, né? Está inserido aqui na nossa identidade para não se perder. O prédio do cinema, por exemplo, que ele ainda existe, ele tá se deteriorando, mas... e nós temos, por exemplo, um dos projetores, né? tá de posse, não sei se está de posse do Secretário de Cultura ou se tá de posse da prefeitura, mas foi doado pelo dono do último dono do cinema para uma instituição aqui que tinha o nome de Cine Estela; mas parece que não foi para frente, aí entregaram esse equipamento pro... nas mãos do nosso diretor de cultura. Eu não sei se tá a cargo da prefeitura... Eu acho que seria importante tá contando essa história, tá deixando essa contribuição para as gerações futuras, de repente, um prédio único, né? Um grande museu para contar toda essa história do calçado. O laboratório, que é o primeiro laboratório veterinário da América Latina, dá pena de você ir lá...a primeira tipografia de Matias Barbosa tá lá dentro do laboratório. Então assim, a gente tem muita coisa que nos enche de orgulho e que tá se perdendo. Aí eu não vou aqui fazer acusações, mas, hoje, eu acho que os poderes constituídos deveriam ter se preocupado com isso, ter reservado um espaço para contar essa história. Quando eu estive à frente lá do memorial, um dia eu fui comentar com uma pessoa que ela falou assim: “Ah, você tá igual Fulano que gosta de coisa velha”. Eu achei de uma insensibilidade muito grande, porque não é que gosto de coisa velha, ali tem um... tem história, né? Tem toda uma história da cidade por trás de um imóvel velho. Às vezes, você tem uma riqueza de fatos que é difícil até de mensurar. Mas eu acho que esses prédios, prédio do cinema, uma das fábricas...que ainda os prédios estão lá, poderia de repente ser tombado. Talvez a menor, mas criar um Museu do Calçado....E Matias tem outras, outras vertentes, por exemplo, Matias já foi, já teve o título regional, aqui de...em relação à população, né? de ser a Capital do Transporte. Era a cidade que mais tinha caminhão em relação, em comparação com a população. Então, assim tem muita coisa que a gente precisa contar da nossa história.

6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?

Entrevistado: Eu já atuei em várias vertentes. Por ser uma cidade pequena, tudo era...a gente participava mais. Hoje, com esse advento aí da internet, na minha cidade, os jovens têm participado mais. Mas, por exemplo, na minha região, na minha rua, vamos falar assim, era uma região do centro aqui. A gente participava sempre das festas do meio do ano, festa junina. Então, nessas festas, a gente tinha show de calouro, tinha coisas tradicionais: corrida do saco, corrida do ovo; tinha quadrilha, a gente ensaiava. E tinha a questão de pular fogueira.

Pesquisadora: Em Matias Barbosa, é registrada: a Festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, né? A Festa da Fogueira, as Folias de Reis, as Violas de Minas, Roda de Capoeira. Gostaria de saber se você já participou já de algumas dessas manifestações?

A Festa da quermesse da igreja é todo ano. Inclusive, eu sou patrocinador. Eu ajudo, faço doação. A festa é em frente à minha loja, não tem nem como não, não participar. E a gente participa todo ano, mas no sentido assim... como é uma festa voltada para arrecadação financeira, né? Festa de quermesse. No passado já foi um pouco diferente. No passado, para você ter ideia, tinha shows com cantores locais (..) Eu sempre participei, sempre participo, vou continuar participando. Mas hoje tá mais aquela coisa comercial. Há uns dez anos atrás, tentaram resgatar esse movimento,

tentaram unir essa coisa cultural com a coisa financeira. Trouxeram aqui até de Juiz de Fora, um grupo de dança portuguesa. Foi um sucesso foi muito legal. Achei muito construtivo, mas foi só esse ano. No ano seguinte, já trouxeram uma banda de axé que foi horrível, todo mundo criticou. Mas essa é uma festa que a gente vai sempre.

A Festa da Fogueira de São João, que é lá no Jardim do Mina, no alto do Mina, lá na capela de Santo Expedito, é uma festa... é uma festa menor, idealizada e assim mantida com muito sacrifício por um senhor até vizinho meu aqui, o XXXX. Eu já fui várias vezes, mas, nos últimos anos, eu não tenho ido dado a dificuldades. Às vezes, a festa acontece numa semana que eu não posso ir, que não dá, mas é uma festa que eu tenho muito carinho e que eu quero levar os meus filhos lá para conhecer. Mas já foi melhor, já teve aquela coisa de comunidade, porque o Jardim do Mina é um bairro aqui, de colonização italiana. Então tinha essa coisa cultural mais forte. Era umas... eram famílias grandes e que elas, tradicionalmente, se reuniam para fazer essa coisa da quermesse. O movimento financeiro para igreja, para manter a capela lá tem todo custo e era muito bonito isso. Hoje tá resumido de fato a uma fogueira que no final espalha a brasa e as pessoas passam fazendo aquela manifestação da fé. Eu nunca passei, te confesso que eu nunca passei, porque eu não me sinto convicto para isso, entendeu?

A Folia de Reis, eu acho superinteressante, legal, só que eu perdi o encantamento pela Folia de Reis. Quando eu era garoto, aí...doze até dezesseis anos, eu tive uma experiência, vivenciei umas experiências muito ruins. Eu via esses grupos de Folias de Reis...era só cachaçada. Aqui tinha perdido essa coisa da religião, da Festa do Divino aquela coisa. Então da bandeira de São Sebastião...e eu acabei perdendo o meu carinho, entendeu? Não, não tenho encantamento por elas não. Te confesso que não vejo com bons olhos. E sobre as violas de Minas, eu te confesso que eu não conheço nenhum grupo aqui de viola, tá? Eu nunca vi nenhuma apresentação de nenhuma de nenhum grupo de viola aqui. Nunca fui. Nunca vi nem fiquei sabendo. Te confesso.

7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?

Entrevistado: Nós podemos considerar a banda de música a... antigamente tinha uma banda, chamava banda de música Santa Cecília. Aí por questões religiosas, eles mudaram pra Corporação Musical Matias Barbosa. São essas bandas que participam em festivais de outras cidades. Nós podemos considerá-la como um equipamento cultural? Se puder, eu acho que esse é uma... essa é uma manifestação, porque ela contribui demais. A exemplo, por exemplo, eu tentei...fiz o que eu pude pra melhorar, mas não tive êxito. A cidade de Olaria tem uma banda dessas com noventa componentes. As crianças lá contam os dias da sua idade para entrar pra banda, porque só pode entrar pra banda com sete anos de idade. Então eu quis trazer essa ideia. Sabe? Quis fazer uma integração... Lembra quando eu falei com você do encontro cultural? Eu consegui trazer essa banda lá de Olaria pra minha cidade. justamente pros jovens do ensino médio aqui perceberem que os jovens do ensino médio de lá faziam parte da banda. [...] Isso eu acho que é uma contribuição cultural enorme. Aqui, em Matias Barbosa, a nossa banda encerrou suas atividades o ano passado, não sei se foi por questão de covid, se foi por questão financeira, se foi por questão política, mas tá aí um instrumento cultural que eu acho que é de extrema necessidade para a juventude e para o desenvolvimento cultural da cidade. Porque a banda participava comigo pelo menos na Câmara. Se eu fizesse lá o Dia da Chuva, a banda ia e tocava, se eu fizesse o Dia do Sol, a banda tocava, Dia da Árvore...nós fazíamos eventos, justamente para incentivar e estimular a difusão dessa manifestação cultural. Dia da Árvore. Nós plantamos árvore, entendeu? Aí chamamos bombeiro, chamamos a banda. A banda veio, tocou. Os alunos da Escola Estadual Cônego foram, participaram. Assim eu acho isso é de suma importância para

o desenvolvimento cultural da cidade. Infelizmente, ela tá paralisada. Ela não foi finalizada, tá paralisada. E é uma manifestação que eu... se a gente pode considerar, né? eu acho que deveria seguir.

8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Pra conservar o patrimônio, eu acho que o mais importante e que eu sempre preguei, sempre tentei contribuir, é você trazer a população, levar a informação da importância daquele patrimônio. Então quando você leva informação, você traz as pessoas, você traz o cidadão pra dentro daquele equipamento, pra história dele, você consegue criar uma integração, um laço entre os dois e, com isso, você passa a criar aquela identidade cultural. Olha, eu sou descendente de italiano, olha o quanto é importante nós termos uma festa italiana na cidade. O quanto é importante você ter uma festa portuguesa na cidade. O quanto é importante a gente manter a história calçadista. Uma outra história que eu não, não mencionei pra você, nós éramos uma bacia leiteira que, justamente...aí que vem a zona rural, era muito forte, e a zona rural tem uma força cultural muito grande. A culinária tá ali, os costumes, as danças, as festas nessas colônias. Então assim, eu acho que se a gente se entregar ao advento da internet, dessa informação que chega pelas redes sociais e muita das vezes elas são deturpadas, elas não vão a fundo. Se a gente não construir equipamentos culturais que busquem essa integração: sociedade com a sua história criando essa identidade, fortalecendo o passado na construção de um futuro, eu acho que vai estar tudo perdido. Então, eu acho que a primeira coisa, nós precisamos, vou te falar sobre Matias Barbosa e sobre a ideia que, inclusive, eu tive que XXX fez parte: o Memorial do Legislativo. A ideia dele era justamente a gente resgatar essas culturas, essas histórias e a gente levar para a sociedade. Nós tentamos fazer isso criando... a gente ia criar um álbum de figurinhas para levar para o ensino fundamental. Depois foi criado um livro. A gente ia criar uma série de detalhes, né? de manifestações que a sociedade ia tomar conhecimento e ia despertar, ia ser um gatilho, mas acabou. Assim, que, como eu falei com você, às vezes, a política, ela prejudica um pouco, quando as pessoas que estão do lado de lá, elas não entendem a necessidade disso. Nós chegamos a entrevistar algumas pessoas, que a nossa ideia era buscar as pessoas com maior idade na cidade, né? as pessoas mais velhas, pra elas contarem. Pegar detalhes, depois fazer um relatório final. A gente queria fazer isso. A gente procurou famílias tradicionais, pessoas mais velhas de cada família para contar histórias: como eles chegaram aqui, por que vieram para cá, qual a importância deles, qual a contribuição deles no desenvolvimento da cidade. E a gente resgatando tudo isso, né E compilar num documento único, o que é que a gente conseguiu fazer um pouco disso. Não sei se a XXX falou com você, nós temos um senhor aqui, ele chama XXX, ele tem boa parte de material da história. Ele tem desde o guarda-chuva do Cônego Monteiro até louça da Fazenda do tal do Barão de Cedofeita, uma série de utensílios assim que, ao longo dos anos, ele foi acumulando. [...] Então a ideia do Memorial já que ninguém fazia nada para resgatar e para contar essa história da nossa cidade, era a gente fazer o quê? Compilar isso tudo dali dentro do prédio da Câmara, dentro do memorial, pra gente difundir isso. Então, eu penso que, sem esse resgate da história e sem passar informação, nós não vamos criar uma sociedade que zele pelo seu patrimônio. Lembra quando eu falei com você o prédio da Camig decadente, caindo aos pedaços? Ele vai continuar sendo esse prédio, se a gente não contar para as pessoas a história, a importância que aquele prédio tem para nossa cidade. Então a partir do momento que a gente contar e que as pessoas participarem, tomarão o conhecimento do quão valioso ele é; aí as pessoas vão passar a defendê-lo. Aí talvez, o descaso do poder público não vai ser tão grande. Da mesma forma é estação ferroviária, é a escola, é o laboratório. Então assim, se a gente não inserir a sociedade nesse contexto do Patrimônio Cultural, eu acho que a gente não vai conseguir defendê-lo, entendeu? Então eu acho que o caminho é isso aí. A gente

difundir essa ideia, difundir, levar o conhecimento pra as pessoas, pra que as pessoas comprem a ideia e passem a amar ali, aquela parte da sua história.

9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?

Entrevistado: Eu posso fazer uma pá de coisas, mas isso tudo eu vou esbarrar naquela questão da vontade de quem está no comando, porque, como eu falei com você, é meu pensamento...eu acho...são poucas as cidades que têm condição de manter uma instituição que lute em defesa do patrimônio tanto material quanto imaterial. E daí o que que acontece? Quais são as Vertentes? O XXX, como cidadão, eu posso participar de Conselhos, né? Conselho de Cultura, Conselho de Turismo. Eu posso participar do Conselho do Desenvolvimento, eu posso usar da minha força política para trazer recursos pra Cidade. Ah, precisamos fazer a manutenção do prédio tal, a gente correr atrás, conseguir recurso, ajudar. Mas isso tudo, em termos prático, só vai acontecer, se quem estiver no poder tiver a vontade de estar realizando isso [...] Foi o que eu tentei fazer. Quando eu cheguei na Câmara, existia o memorial no papel, não tinha ele físico. Eu criei ele físico, pra que outro viesse depois e desse mais um passo. Dada a importância cultural que tem esse Memorial. Mas então assim o que eu faria? Eu faria isso aí, eu posso atuar nos Conselhos, mas aí o Conselho, se não tiver apoio popular, não resolve. Prefeito simplesmente não faz. O secretário não faz. E aí, se a gente tivesse condição financeira para manter uma instituição, um museu particular, alguma coisa, um Instituto, e que mais pessoas dessem a contribuição, né? Um advogado, um historiador, participando desse conjunto seria muito bom. Mas não adianta, eu vejo com muita tristeza a falta de interesse da própria população em guardar, resgatar... guardar a sua cultura.

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?

Entrevistado: Até onde eu sei, existe Comissão de Patrimônio, existe o Conselho de Cultura, existe o Conselho de Turismo e todos estavam formados dentro das regras: com fundo, com conta bancária. Só que o problema disso aí...o que que acontece... aí a gente vai barrar naquela questão que eu te falei de novo da política. Na prática, não funciona como as leis mandam: que tem que convidar uma pessoa de cada instituição para participar do Conselho. Não sei te falar hoje, agora nesse momento, mas há uns tempos atrás, o Conselho de Cultura, por exemplo, funcionava com oito membros: quatro do poder público e quatro da iniciativa privada que envolve aí o pessoal de hotel, de uma banda de música, de um de um grupo de teatro. Só que isso tudo foi muito desconstruído. Nós não temos mais o grupo de teatro aqui, nós não temos a Corporação musical. Aí fica aquela coisa assim... e isso vai ao longo do tempo, vai desestimulando as pessoas. As pessoas que querem fazer cultura de fato, né? Querem contribuir, querem que a prefeitura crie os equipamentos culturais, né? Que construa teatro, e que melhore o espaço que têm... as pessoas vão-se afastando e, com isso, vai ficando aquela coisa assim, o responsável pelo Conselho acaba chamando os amigos dele para aprovar as políticas públicas. Então, infelizmente, isso é uma realidade de cidade pequena. Acredito que não seja só de Matias Barbosa, não. A maioria das cidades pequenas, se você for analisar os Conselhos, estão todos funcionando precariamente. Então assim, existe os Conselhos no papel. No papel, se você for lá, tem a ata, mas se você chegar para pessoa que assinou a ata e se você perguntar para ela que dia que foi, ela não sabe, entendeu?! A ação que foi...porque ela só assina. Então é vergonhoso isso, tá? Pra sociedade, mas também a sociedade paga o preço do que ela escolheu, porque ninguém quer participar. Você deve conhecer bem essa realidade. Você tem que correr atrás das pessoas. É lamentável isso. E as pessoas que, às vezes, se interessam...Aqui em Matias, teve uma época em que os Conselhos eram bem atuantes. Mas aí eles vão desconstruindo tudo isso, entendeu? Mas aí as pessoas de bem, elas vão se afastando, porque elas não

querem ficar expostas. É lamentável isso que acontece. Eu já fui a encontros de Museu, já fui a encontro cultural Regional, a gente sempre debatia isso e acaba que não a gente não prospera numa discussão, entendeu? infelizmente. Enquanto a escola não ensinar essa importância de fazer política pública, de participar, a gente não vai avançar muito, não. Eu penso assim, tá?

11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Sobre o patrimônio material, não. Eu tive a falta de sorte de alguns patrimônios serem tombados. Eu não me interessava muito. Não fazia parte desse quadro político. E aí você fica...como o poder não traz isso à baila, não discute, não convoca, muitas das vezes, publicam o edital no corredor de um prédio público. Então a gente não toma conhecimento. A gente fica sabendo depois que, às vezes, publica no jornalzinho da cidade, tal. E, atualmente, nos últimos anos, de algumas leis que autorizam o gasto, eu participei, porque eu era vereador, então passa pela gente e a gente acaba discutindo, igual falei com você. Mas eu assim eu participei mais sobre o imaterial. Sobre material, ele fica mais a cargo dos Conselhos e decreto do executivo, né? de tombamento. E quando requer o processo no Estado, isso fica a cargo do Estado, a gente não tem...não passa por uma discussão popular. Igual um dia, só pra você ter ideia. A gente... eu e a XXX, a gente tava discutido sobre o prédio público que é tombado e sobre as construções nas proximidades dele. Aqui em Matias não se discute por exemplo a igreja, a igreja tá sufocada. A igreja hoje, ela...a Igreja do Rosário, né? A Capela do Rosário. Ela se tornou um imóvel comum, entendeu? As pessoas que moram ali sabem, têm o conhecimento da importância religiosa dela, que é a Capela do Rosário, mas eles não sabem a história que tem por trás dela. E eles não trazem essa discussão, vão autorizando construções, prédios. Da mesma forma são os tombamentos. Porque às vezes vai tombar, e se for discutir... famílias tradicionais dizem: "Ah não, mas vocês vão tombar o negócio aqui perto do meu imóvel. Eu vou ter que ficar com isso aqui..." a gente acaba não participando dessas discussões, entendeu? Eu não me recordo, nos meus anos de vida, eu não me recordo de ter um chamamento público, sabe? Olha, nós vamos discutir aqui o tombamento do prédio tal. Vamos discutir...vamos fazer uma audiência pública. Eu não me recordo.

Eu não posso negar que eu já fui cobrado, né? Como vereador da cidade, a gente, de vez em quando, é cobrado pelo... Ah, o prédio lá tá em péssimas condições. Mas não com o cunho cultural, mais pela conservação do imóvel que ela passa próximo e vê que..., entendeu? Poucas as pessoas às vezes têm um conhecimento da importância de um de um prédio tombado. Então, em cidade pequena, ainda há uma distância dessa realidade do que deveria ser. Eu noto, em Juiz de Fora, por exemplo, já participei de algumas reuniões de Conselhos, não ligadas à cultura, mas a sociedade, talvez por ser cidade maior e os problemas são maiores, então também as pessoas possam a se interessar mais. Mas hoje Juiz de Fora tem a casa dos Conselhos e a casa dos Conselhos ela interage. Um Conselho interage com o outro. Então, nós já tentamos criar a casa dos Conselhos aqui. Os prefeitos têm uma resistência, porque, na verdade, se a gente tiver distante um Conselho do outro, a gente não vai se falar. Se a gente não se fala, a gente não cria ideias, a gente não interage e não cria esse intercâmbio de movimentos. Então, eu vejo assim, em cidades maiores, a realidade é um pouco diferente. E a participação de pessoas qualificadas, de historiadores, de engenheiros, é maior. Cidade pequena a gente tem essa carência de mão de obra especializada que se doa, né? De mão de obra especializada não, de técnicos, né? E aí acaba assim, os movimentos que acontecem em defesa...é vontade e... pessoa que às vezes foi mordido pela mosca ali da cultura

e ela tá inflamada e ela que dar a contribuição dela. Na Saúde também é assim, no Esporte, mas são fatos isolados então, não há muito esse debate.

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistado: Se for um evento com a intenção e levar o conhecimento do que que é o patrimônio público, Patrimônio Cultural, eu não me recordo, sinceramente. Agora eu já participei de eventos comemorativos que acabam contando toda uma história ali. Nós mesmos, lá na câmara, a gente fez toda uma preparação para criar o memorial. Com que foi a criação do memorial? Como eu falei com você, o memorial, ele já existia desde dois mil e sete. Era uma resolução da Câmara, que tava lá encostada, né? O presidente da época teve uma boa intenção de fazer esse resgate, mas não teve tempo pra construir o espaço físico. Quando eu cheguei lá, eu já conhecia a história, porque eu participei da renovação política da cidade, da reformulação da Câmara. Então, eu fui até um dos idealizadores do projeto da Câmara nova. E a Câmara nova, ela previa uma série de ações, sabe? É um avanço. A nossa Câmara é reconhecida regionalmente. Então, a ideia era a gente dar segmento a esse projeto de resgate da cultura local. E para isso, eu e XXX, nós participamos de vários, nós promovemos vários eventos nas escolas. Então assim, eu não sei se eu participei desse evento que você pergunta, mas nós promovemos eventos difundindo a importância de se ter um equipamento igual ao Memorial do Legislativo que visa ao resgate, né? da cultura local. E esse resgate da cultura local passa pelos patrimônios públicos, né? Ele ia contar tudo. Você vê quando eu falei com você sobre o álbum que a gente ia criar, o álbum trazia os pontos de patrimônio público, né? A gente chamava até de ponto turístico entre aspas. E ele ia contar história de cada, de cada equipamento desse. Então assim, eu participei? Participei como idealizador, não vou falar como palestrante, porque longe de mim ser um palestrante, mas o difusor da ideia. Então eu acho que eu posso considerar que eu já participei e promovi, né? Eu era presidente da Câmara e eu que custeei todas essas palestras, esses encontros, lá como presidente, né? com a intenção justamente da gente construir essa ideia de defesa do Patrimônio Cultural, da nossa cultura, da nossa identidade. Então, eu acho que...eu posso falar que eu participei, não só participei, como fui idealizador e difusor. Então é... participei sim.

ENTREVISTADO 9	
Idade: 42 anos	Reside em: Centro de Matias Barbosa - MG
Profissão: Pedreiro e artesão (confecciona instrumentos de percussão), capoeirista e professor de capoeira	
Escolaridade: Ensino fundamental incompleto	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistado: Eu moro em Matias há dezenove anos, senão me engano. Pesquisadora: Você é nascido onde? Entrevistado: Sou nascido em Barra do Piraí, estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora: Aí depois você veio pra cá? Entrevistado: Isso. Na verdade, eu vim a trabalho e aí, fiquei. Fui ficando até hoje.	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistado: Bom, assim quando eu vim para cá... assim, tinha o... uma coisa que eu achava muito bonito: o carnaval de Matias. Ele era muito forte, sabe? Eu acho que ele envolvia, sabe? toda a cidade. Além disso, Festival Cultural também. Era uma coisa que também envolvia toda a cidade também. Isso era uma coisa que era bem bacana, né? Assim que eu acho que, ao longo dos anos, ele foi...foi enfraquecendo um pouco. Enfim, um pouco de gestão, política, enfim. São dois eventos culturais que, para mim, assim que eu cheguei em Matias, eram duas coisas muito fortes, sabe? Eu ficava encantado com isso, até porque, na minha cidade, a gente não via isso. Quando tinha, era muito isolado. E a gente via isso muito vivo, e as pessoas, envolvidas, sabe? Isso é uma coisa que é bem bacana. Mas aí também, questão de construção, né? Tem a capelinha (Capela do Rosário), lá que é uma raridade, né? Por conta de tá preservada. Eu acho que é importante, né? ter essa preservação dos prédios, né? A própria estação, né? que faz parte também da história da cidade. Então é isso. Eu acredito que... tem mais coisa. Mas assim as coisas que eu... que eu penso mais, que eu me apego: esses dois eventos, né? que existem na cidade, que já foi muito mais forte, e esses prédios, né? Mas também tem a questão lá da Ponte do Arco, enfim...A gente tem muita coisa aqui na cidade. E eu acho que o grande problema é esse: eu acho que as pessoas ainda não tomaram essa consciência, sabe? que têm. Saber que tem e começar a valorizar de fato, sabe?!	
3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistado: Sim, são. São importantes, porque mostram que a cidade, ela mantém, ela mantém a cultura viva na cidade. E a gente não pode perder isso, né? Eu acho que enquanto, assim a cidade mantiver, né? Essas festas, é sinal que assim, que a gente tem interesse em manter sua cultura pra... pra futuras gerações. A partir do momento que deixar de fazer, né? E a gente fica... eu observo que o seguinte: as pessoas mais velhas, né? Elas vão, elas vão partindo. As pessoas, as gerações novas, elas não têm a mesma força que o pessoal mais antigo, sabe?! Eu acho até por isso também o fato de ter enfraquecido um pouco, tanto...principalmente o carnaval aqui em Matias, né?! Que...a avenida ficava toda enfeitada, cheia de gente. Mas enfim, tem que ser mantida. A importância pra mim é isso, sabe? Eu acho que tem que ser, tem que ser mantida, né? Não só essas duas, mas outras, outras. manifestações, né? Igual tem a questão da Folia de Reis também. Enfim, eu acho que tem que ser mantido. Pesquisadora: Vocês capoeiristas, vocês ocupam quais espaços?	

Entrevistado: Então, a praça (Peter Birkeland), a gente tem uma roda de capoeira na praça. Mesmo essa questão da pandemia, a gente teve que parar, né? Mas ela já tem... ela faz esse ano, onze anos, sabe? E aí seria... senão tivesse a pandemia, seria onze anos ininterruptos dessa atividade lá, uma vez no mês. Todo segundo domingo do mês, a gente faz essa roda na praça. Além das nossas atividades, né? Normais, que são as aulas de capoeira. Só que, na praça, estão especificamente nesse segundo, nesse mundo domingo do mês, a gente faz essa, essa roda de capoeira lá então.

Pesquisadora: E onde que são as aulas?

Entrevistado: Aqui do grupo que eu faço parte, a gente tem aula no bairro onde eu moro, né? que eu moro no bairro Nossa Senhora da Penha, às segundas e quartas, né? Tem até lá no salão paroquial da igreja. A gente tem essas aulas lá. E aí atinge de criança, sei lá de quatro anos de idade até...idade limite a gente não tem. Mas aí também tem aqui na associação. Antes da pandemia, a gente tinha na associação, com meu mestre também que ele é de Juiz de Fora. Então, a gente tem com relação à capoeira, a gente tem bastante movimento, tem muita gente envolvida com essa questão da capoeira aqui em Matias, sabe? E é bem bacana. Que a gente consegue, manter, mesmo com essa questão da pandemia. Como ela tá nesse vai e volta, a gente mantém da forma que a gente consegue trabalhar, sabe? A gente vai tocando... e com isso também outras atividades, né? Geralmente tem... a gente tem uma, um evento anual pra... com relação da capoeira, que a troca de gradação das pessoas. Mas tem um outro movimento que... de um tempo para cá, eu tenho feito, que é o Festival de Cantigas, que é relacionado à capoeira, né? Eu fiz...teve seis edições dele, e é voltado para as cantigas de capoeira. É porque assim, pra muita gente, capoeira é só a roda de capoeira, mas tem muita outra coisa, né? Além da roda de capoeira propriamente dita, né? tem a questão da cantiga, tem instrumento, tem uma leva de coisas que acaba culminando para roda de capoeira existir, né? Esse festival é muito bacana, porque a gente frisa as cantigas antigas, sabe? O foco é nas cantigas de capoeira. Então, a gente faz esse festival, tem premiação, nesse festival de cantiga do primeiro, segundo e terceiro lugar. Que aí cai naquela questão dos instrumentos que eu confecciono, sabe? E é bem bacana, que a gente consegue trazer as pessoas aqui do entorno, das cidades no entorno. E muita das vezes, as pessoas de outros estados.

4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?

Entrevistado: Sim, claro. A importância pra cidade... acho que pra toda cidade, ela tem que manter, ela tem que ter um histórico, um histórico-cultural, assim. Senão, acho que não faz sentido. Eu penso da seguinte forma: não adianta ter... acho que não faz sentido ser uma cidade, se ela não tem uma história cultural. Não faz sentido, porque as pessoas, elas não têm, elas não têm muito que se apegar, não têm muito o que pensar. Enfim, eu acho que essas questões culturais, eu acho que elas fazem...elas fazem com que as pessoas pensem, que as pessoas criem memórias e... se as pessoas criam memórias, elas criam história, né? de forma geral, para cidade. Então, eu acho que a cultura é importante pra cidade, nesse sentido, né? porque se faz com que o que realmente a cidade, que ela tenha uma história, né? Faz com que as pessoas queiram vir visitar essa cidade por conta dessas, dessas atividades culturais. Enfim, pra visitar os prédios, enfim. Acho que a importância é isso. Que assim, ninguém sai daqui pra... aí vamos supor pra, pra Ouro Preto só porque lá é Ouro Preto. Não, eles vão lá, por conta da cultura da cidade. Vão lá por conta da história que a cidade tem. E eu acho que tudo isso que eu falei com relação aos prédios, às atividades culturais que tem na cidade é importante nesse sentido, né? Faz com que as pessoas busquem os locais, busquem a cidade. Acho que o importante, a importância, pra mim, é essa, sabe? Eu acho que não tem uma outra...

De repente, tem, mas eu não vou saber te dizer de um outro jeito qual a importância disso tudo para a cidade. Eu vejo dessa forma, sabe? Porque se eu quero ir em algum lugar pra fazer alguma coisa, é porque ela faz parte de alguma coisa, ela tem uma história, ela tem que ter, tem que fazer sentido, sabe? essa busca. Não adianta: “Ah, eu vou lá, porque... porque lá é Ouro Preto”, não. Eu vou, em Matias, porque lá se chama Matias Barbosa, não? Tem que ter toda uma história por trás, sabe? “Ah não, vou em Matias porque...poxa, lá tem a Igreja do Rosário, né? Que tem o túnel, né? Que foi usado lá atrás, sabe? Vou em Matias, porque o carnaval de Matias é muito bom. Eu vou em Matias, porque o Festival Cultural de Matias é excelente, sabe?” Então acho que é isso, sabe?

Pesquisadora: Você que veio de Barra do Piraí pra cá, você se sentiu atraído a ficar em Matias por causa da questão cultural? Ou foi por outros motivos?

Entrevistado: Num primeiro momento... é lógico que eu fui impactado com a questão cultural de Matias, porque, quando eu cheguei, igual eu te falei, a questão do carnaval foi a primeira coisa que me encheu os olhos. Como eu cheguei aqui no final do ano, cheguei, se não me engano, cheguei em novembro. Então existiam os ensaios de carnaval, nas escolas de samba, quando elas existiam. Então, o que que acontece: todo final de semana, às vezes no meio de semana, eu tava em um lugar nesses ensaios de carnaval. E aquilo, para mim, era novidade, sabe? Até então, até eu chegar em Matias, era uma coisa que para mim fazia muita diferença era carnaval. Mas quando eu vim pra cá, eu comecei a ver e comecei a me envolver nesse movimento. E aí, eu via que eu ia pros ensaios de carnaval e via quantas pessoas estavam envolvidas naquilo, né? E aí quando chega no carnaval mesmo que eu vejo as escolas desfilando, a quantidade de gente que tava envolvida, com questão de alegoria dos carros, sabe? da bateria, sabe? Ai, isso ficou na minha cabeça o seguinte: a pergunta era por que na minha cidade não tem isso? Sabe? Tipo assim, aqui é uma cidade menor que a minha cidade, mas lá não tinha isso e aqui a gente via isso assim e todo mundo queria, sabe? O carnaval ficava cheio. Depois, o Festival Cultural era uma coisa também bem bacana, porque era montada uma tenda na quadra e ali tinha apresentação de peça do teatro, de banda de música. Enfim, tinha uma atividade, sabe? cultural muito bacana. Presente, sabe? Muito forte e, sinceramente, eu me encantei por isso, sabe? De ir nas apresentações, né? Igual o carnaval, de tá, de frequentar o carnaval. E fui ficando, sabe? Só que às vezes não basta a gente só vivenciar, precisa presenciar, né? Às vezes tem que se envolver mais. Eu tenho um arrependimento que é de não ter envolvido tanto assim quando eu cheguei, sabe? porque aí a gente fica olhando a maneira que tá hoje, né? A gente vê que assim, não tem muita vontade, sabe? Mas eu posso dizer que foi uma coisa que me fez ficar. Sim, que me fez ficar aqui em Matias, sim.

5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?

Entrevistado: Eu acho que sim. A gente, praticamente, tem uma cachoeira no centro da cidade. Que ela é puro...enfim, né? esgoto, né? infelizmente... Eu acho que de repente, deveria ter um cuidado maior, sabe? Ter um cuidado maior, porque...pra gente que tá aqui, isso de repente nem faça tanta diferença, porque...né? Assim de modo geral, porque a gente não consegue enxergar a cachoeira como o que ela é. Mas às vezes tem pessoas que passam por aqui e reparam. Eu tenho um conhecido do Rio, eu vi, ele passou por aqui e, na hora, ele pegou e fez um “ao vivo” e ele justamente tava na rua da cachoeira e ele tava falando: - “Olha gente, que coisa bacana, eu tô em Matias Barbosa, olha onde tem uma cachoeira. No centro da cidade, tem uma cachoeira”. Isso faz a gente pensar: como que eu que moro aqui não consigo enxergar, sabe? essa beleza, mesmo com todo problema que ela tem, eu não consigo enxergar a beleza dessa cachoeira. Tem que vir uma pessoa de fora... Então de repente, um lugar que deva ser tombado, deva ser protegido é a cachoeira, porque é

uma coisa que tá ali no centro, tá à vista de todo mundo. E realmente não tem essa questão da proteção, desse cuidado, né?

6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?

Entrevistado: Sim. Carnaval, a gente... assim, mesmo não participando de desfilar, de tocar, enfim, mas uma coisa que sempre... bom, a gente vinha pro carnaval, né? Pra participar do carnaval. Sim, já desfilou algumas vezes também, por conta de ter a ala da capoeira. Desfilamos algumas vezes. O Festival Cultural, mais de assistir. Mais sim, com relação, igual ao Festival de Cantigas, de certa forma, não deixa de ser uma atividade cultural, né? da cidade, né?

Pesquisadora: Aqui em Matias a gente tem a Festa da Fogueira, no Jardim do Mina, você já participou?

Entrevistado: Não, nunca participei.

Pesquisadora: A Festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição...

Entrevistado: Já, não tem jeito de não ir.

Pesquisadora: A Folia de Reis...

Entrevistado: A Folia de Reis, a gente vem no encontro na praça, né?

Pesquisadora: Você assiste? Participa?

Entrevistado: Mais de assistir, né?

Pesquisadora: A Roda de Capoeira...

Entrevistado: É, a Roda de Capoeira não tem jeito... porque eu sou um dos que faz com que essa roda aconteça, né? Eu sou um dos responsáveis pela roda. Então, a Roda de Capoeira não tem jeito, tô sempre nela.

7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?

Entrevistado: Tem uma coisa que eu percebo que aqui na cidade tem muito, que a gente não tem o reconhecimento...eu nem sei se isso caberia como...como histórico, né? Mas aqui a gente tem o... se tivesse boa vontade, até poderia ser. Mas aqui a gente tem muita gente talentosa com relação à música. Tem muitos bons músicos, sabe? Que a gente não consegue ver essa galera. Muitos bons músicos, muitos bons compositores também. A gente não consegue ver, porque eles estão, sabe? espalhados. Eu acho que falta isso, desse olhar pra esses músicos.

Pesquisadora: Você é músico?

Entrevistado: Hoje eu sou. Sou percussionista em uma banda também. Então, assim, eu vejo que falta muito isso, sabe? De ter esse olhar, de ter esse cuidado. E é muita gente boa. Muita gente boa.

8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Eu acho que tem que ter boa vontade. Boa vontade. Mais boa vontade do que recurso.

Pesquisadora: Mais boa vontade das pessoas ou do poder público?

Entrevistado: Eu acho que dos dois. Eu acho que essa boa vontade mais do poder público. É.. em fazer...de repente você...pode ser que eu esteja enganado, mas exemplo, acho que já tem, mas de se ter um cadastro num primeiro momento, e depois de se ter eventos para que essas pessoas de fato apareçam, sabe? E assim,

dar oportunidade para as pessoas aparecerem, sabe? Eu acho que falta, o que falta aqui é isso, né? Que a gente tem tantos, que a gente não consegue ver. E a gente vai ver porque alguém de fora da cidade viu, levou pra fora da cidade...só assim a gente consegue ver. Então enquanto tá dentro da cidade, a gente não consegue. Então acho que falta isso, né? Essa boa vontade para fazer isso. Da mesma forma que foi feito com todos os outros: o carnaval, o festival cultural, enfim, sabe? Eu acho que isso é uma parte que ainda tá... ainda tá... fica bem a desejar ainda, sabe? **com** relação à música daqui, sabe? E aqui tem, além de bons cantores, compositores, tem muita gente...muitos instrumentistas muito bons também. Então assim, eu acho que falta isso para poder abraçar, sabe? Abraçar todo mundo e fazer com que você fique mais vivo na cidade. Eu acho que falta é isso.

9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?

Entrevistado: Isso é uma coisa que eu sempre pensei muito, sabe? Durante muito tempo, eu fiquei... eu ficava chateado por eu não ver ninguém fazendo as coisas. Só que não adianta ficar chateado, só chateado e não fazer. Então, o que eu comecei a fazer foi justamente isso. O primeiro passo foi fazer o Festival de Cantigas, né? porque não existia. Não existe. Na verdade, não existe aqui no entorno, né? Festival de Cantigas pra... voltado pra capoeira. Existe em outros estados, tal. Mas aqui, na cidade, ou aqui, no entorno, não existia. Eu que comecei com esse Festival de Cantigas. Então, isso é uma contribuição que eu faço, sabe? É uma maneira de eu contribuir pra história da capoeira na cidade e fazer que, de certa forma, as pessoas que não são da cidade venham pra cidade pra poder conhecer também. Que quando eu promovo esse Festival de Cantigas, eu trago pessoas de outras cidades, tem pessoas de outros estados. Então, elas tão vindo pra Matias pro evento cultural que é de interesse delas, sabe? Então, no primeiro momento, a contribuição que eu tô dando, que eu possa dar é isso, sabe? Só que tem que fazer mais, tem que fazer mais. Mas, no primeiro momento, é isso, seguir firme com a questão da capoeira, né? Me manter fazendo. E complementando com aquilo que eu posso.

Pesquisadora: Manter a capoeira viva, né?

Entrevistado: Manter, manter. Tem que manter. Que a capoeira é uma... cultura que ela precisa disso, sabe? Além de ser uma coisa genuinamente brasileira, né? Muita gente fala de dança...além da cultura que a capoeira é, acima de tudo, ela é uma luta. E luta de resistência, né? Então a gente tem que permanecer com essa resistência. Além disso, é uma ferramenta muito boa pra você trabalhar, sabe? A capoeira é dança disfarçada de luta. A capoeira ela é muito maleável, sabe? Ela se transforma a todo momento. Numa única roda de capoeira, você pode ter essas variações. Você pode ter ali a luta, propriamente dita, de trocação, mesmo. Você pode ter essa coisa meio lúdica da dança, tá? E também você pode ter o jogo, né? Que aí é mais os golpes, mais combinado, tal. Não pegar, mais brincadeira. A capoeira, ela consegue ter essa...esse jogo, sabe? Ser maleável nesse sentido. Então assim, às vezes tem quem bate o pé que capoeira é dança, mas tem muita...como eu, eu bato pé que é luta. Principalmente, luta. A capoeira é luta, antes de tudo. Todo resto que acontece, aí é consequência, né? Até porque tinha que ser feito dessa forma, porque se você... como é que você começa a treinar uma luta naquele período de escravidão, se você mantém ela daquele jeito, não existiria capoeira da forma que ela é hoje, né? Então luta, que ela teve que disfarçar de dança, de jogo pra ela poder sobreviver até hoje.

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?

Entrevistado: Essa é uma pergunta que eu não vou saber te responder. Se eu tentar te responder de qualquer forma, eu vou tá mentindo.

11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Já. Já sim. Algumas vezes sim, com relação à... principalmente, com a área que eu vivencio que é a capoeira. Algumas vezes sim. E sempre que tem essas reuniões, sabe? A gente tem sempre boas ideias. Com relação a essa coisa da capoeira, né? Eu acho que até por isso que tem que a gente tem esse reconhecimento, né? que você falou do patrimônio...que a capoeira é patrimônio imaterial na cidade. Então, eu creio que elas fazem sentido de você me buscar algumas coisas.

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistado: Eu participei. Eu não sei se vai entrar nesse... se vai entrar nesse mérito, mas eu participei, em dois mil e dezenove, eu participei, aqui no Cônego, de uma... um dia... semana da consciência negra. Eu vim pra poder participar dando uma palestra, falando da capoeira e expor os instrumentos de percussão que eu faço. Foi um dos únicos eventos que eu participei nesse sentido, sabe? Que foi bem bacana também. Foi uma experiência muito boa. Eu consegui fazer três coisas, né? Três atividades, pra mim, que eu gosto muito, né? Falar da capoeira, da cultura negra de forma geral, expor um pouco do meu trabalho que é essa questão da percussão e depois fazer um pouquinho do Jongo com os alunos, foi bem bacana; uma experiência muito, muito...além de prazerosa, muito boa, sabe?

ENTREVISTADO 10	
Idade: 44 anos	Reside em: Centro de Matias Barbosa - MG
Profissão: Professor da educação básica há vinte anos e atua no Conselho do Patrimônio Cultural de Matias Barbosa.	
Escolaridade: Superior completo em História e Pós-graduação em História econômica. Tem alguns cursos na área de educação patrimonial.	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistado: Então, eu sou nascido e criado em Juiz de Fora. Depois que eu me casei, eu vim morar em Matias. Eu moro em Matias aproximadamente vinte anos.	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistado: Então, na verdade, Matias Barbosa, né? tem uma grande quantidade de bens culturais, grande parte já tombado ou inventariado, né? E aí uns que eu posso citar, que eu acho que é assim, muito importante - que praticamente todo mundo já citou - que é capela do Rosário. Mas também nós temos outros que é muito importante para a cidade como um Painele de Azulejo Evolução dos Transportes, Painele de Azulejo da Jornada dos Mártires (inventariado), o Chafariz em Pedra-Sabão e o Relógio do Sol, que são marcos, né? São monumentos que foram criados para comemorar trezentos anos da doação da sesmária Matias Barbosa.	
3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistado: Eu acredito que todos os bens hoje tombados, no âmbito do município, são importantes, porque cada um conta uma história particular de uma fatia da história do município, e essa fatia traz, né? pra mim, né? a memória do passado e ao mesmo tempo da identidade. São pessoas que viveram no passado, e elas transitaram esses bens ou conviveram nesses bens. Então, eu acho que é muito importante a preservação desses bens, porque eles trazem pra a gente, nos dias atuais, né? todo contexto de uma época.	
4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistado: Esses bens são importantes, porque eles revelam, né? uma parte da história da cidade. Então, vou dar o primeiro exemplo que é a Capela do Rosário, que é a edificação mais antiga da região e que é símbolo, né? cravado no Caminho Novo, no período da mineração. Logo depois, nós temos, né? o Painele de Azulejo Evolução do Transporte, que já vem, né? mostrando, desde o início, a Estrada União e Indústria, né? E evolução dos transportes, porque logo depois a cidade vai receber a BR-3, a estrada de ferro... E a cidade de Matias Barbosa, ela, praticamente, ela conviveu com a evolução do transporte ao longo do século vinte. Nós temos a Ponte do Arco, né? que é uma construção do século dezenove, que não leva nenhuma estrutura de ferro, só pedra armada, e isso é muito importante para mostrar, né? O processo construtivo de uma época.	
5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?	
Entrevistado: Mas dessa lista toda, dos bens tombados, eu acredito quase todos, né? foram tombados diante da necessidade de se construir, né? essa arquitetura histórica na cidade. Mas tem um bem, que assim, ele tá registrado, em máquina fotográfica, que é aqui na frente da estação ferroviária. Que tinha um bar, que era bar do Senhor XXX. E o Sr. XXX, é um senhor que combateu entre combatentes da FEB, na Segunda Guerra Mundial e na campanha é... do Cairo. E tinha em cima, né?	

desse bar, né? uma...um trabalho bem feito de desenhos da época, mostrando a campanha que eles fizeram no Cairo. E infelizmente, né? a proprietária, que é a filha dele, simplesmente pintou tudo de preto e perdeu isso. Então, é algo que eu acho que é importante citar, porque, no município, nós não temos nenhum registro, né? ou comemoração, sobre a campanha da FEB na Segunda Guerra Mundial, ou em qualquer outro momento da História. Então, um outro bem tombado que seria particular seria o observatório. Observatório Astronômico Flammarion. Esse observatório foi escolhido entre... no Brasil inteiro... entre quatro observatórios, para ajudar a NASA a mapear a lua no período que a NASA estava se preparando para levar o homem à Lua. Então assim, nós temos os registros, né? E essa casa hoje tá abandonada, mas ela vai se remeter a um passado, né? que é singular na região, porque o céu de Matias era propício, né? para fazer o mapeamento da Lua. E além disso, aqui em Matias, se mapeou Marte também para NASA.

Pesquisadora: Onde ele fica?

Entrevistado: Então, essa casa fica localizada no Jardim Nova Suíça que... é Nova Viena. Fica próxima do centro, no alto de uma Colina, onde a edificação tinha uma abertura que era a cúpula onde tinha o observatório, né? o equipamento para ficar mapeando o céu. E o céu de Matias, naquela época, foi escolhido justamente pela questão de latitude e longitude e posicionamento.

Pesquisadora: Ele é inventariado?

Entrevistado: Então, em Matias Barbosa, se optou em não fazer o registro de bens privados, por uma série de dificuldades depois de se manter em pé. Essa dificuldade é imensa.

6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?

Entrevistado: Então, eu já participei de mostras fotográficas, né? É que faz referência à história da cidade. Em dois mil e dezessete, nós montamos uma mostra fotográfica chamada “Dois Tempos”, que foi até uma inspiração de uma publicação muito antiga da Tribuna de Minas de Juiz de Fora, que pegava, né? fotografias da cidade do passado e do presente, praticamente, do mesmo ângulo. E a gente tentou fazer mais ou menos, né? da forma que a Tribuna fez; como inspiração, nós fizemos da cidade. Então nós pegamos locais, né? que os prédios ainda estavam de pé ou não estavam de pé, e fizemos uma amostra em dois mil e dezessete.

Pesquisadora: Aqui, em Matias Babosa, são registradas: a Festa da Paróquia, a Folia de Reis, a Roda de Capoeira, as Falias de Minas e Viola de Minas. Você já participou de alguma dessas celebrações?

Entrevistado: Bom, atividades, atividades dentro do evento, eu participei como, né?... como aquela pessoa que faz o registro fotográfico. Já participei acompanhando também, mas não como integrante do... da folia ou da festa, né? E da Festa da Paróquia, eu também já fui colaborador.

Pesquisadora: O Festival Cultural tem sido muito falado. Você já participou do evento?

Entrevistado: O festival cultural, eu já participei há muitos anos atrás. Eu escrevi um conto que era denominado, intitulado o “Tesouro Perdido de Matias Barbosa”. Contava a aventura de três amigos que descobriram o mapa, o mapa de tesouro que se remeteu... A ideia da história era, né? valorizar a identidade e a memória da cidade ao mesmo tempo, né? Fazer uma relação com os túneis da Igreja da Capela do Rosário. E o desfecho do livro é a descoberta do ouro, né? de um baú de riqueza lá

na Capela do Rosário. Isso foi no ano de dois mil e cinco. Eu fiquei em segundo lugar no Festival Cultural, na parte de literatura.

Pesquisadora: Eu fiquei sabendo que você participou do programa “Tô Indo”, né?

Entrevistado: O XXX teve em Matias. E aí ele ia fazer uma matéria, exclusivamente, da Capela do Rosário. Aí eu falei assim: “Oh, XXX, se você tiver mais um tempo, eu te levo na divisa com o estado do Rio de Janeiro, lá em Paraibuna, e lá você vai poder falar onde começa Minas Gerais. E aí, né? filmar... Aqui começa Minas. Que é na divisa, e aonde que passa a linha férrea.” Eles priorizaram muito a questão dos túneis da Capela do Rosário.

7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?

Entrevistado: Olha, manifestação cultural, a gente... eu acho que umas já provavelmente assim, as que eu conheço já foram registradas. Não vejo outras, né? Mas tem a necessidade de Matias registrar, né? o “saber fazer” que, por exemplo, o próprio XXX (E9), ele pega, né? a matéria-prima e consegue transformar aquela matéria prima, né? em instrumentos musicais da matriz africana. Então o que a gente tem em Matias Barbosa que precisa ser observado é o modo de fazer. A gente tem também o registro do modo do saber fazer, né? E aí a gente começa a ter uma variedade, né? na parte da Gastronomia. Nós temos o frango recheado do restaurante Beira-rio, que ele é famosíssimo na região; nós temos a cachaça Malatesta, que é muito tradicional, e nós temos também, né? a produção de pães da padaria Bom Sabor e também alguma coisa nesse sentido gastronômico, do... é tipo lanchonete... Irmãos... Pais e Filhos, melhor dizendo, e do Galetão. Então assim, é essa questão do registro imaterial. A cidade ficou muito focada naqueles que fazia referência, que é mais de cunho de manifestação religiosa. Mas tem outros que, provavelmente, têm que ser registrados para a questão do conhecimento identidade da cidade.

8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: A preservação de qualquer Patrimônio Cultural, qualquer monumento, qualquer história, ela passa, inicialmente, pela educação patrimonial. Então, a gente precisa, né? investir muito na educação patrimonial. Que é investimento de difusão cultural entre os nossos alunos: da rede municipal, estadual e particular. Então, quando você leva, né? elementos, né? de difusão da educação patrimonial para as escolas, aquelas crianças, elas vão crescer sabendo tudo que têm de Patrimônio Cultural, e passam a não só valorizar, mas respeitar e também lutar pela conservação. Então assim, um ponto de partida, né? pela Educação. É lógico que as pessoas que a gente não conseguia atingir pela educação, né? que não estão na educação, não estão no ensino, a gente atinge através da difusão cultural. Que é uma outra forma, né? de trabalho. Por exemplo, o calendário da cidade, há muito tempo, né? sempre faz menção ao Patrimônio Cultural. Sempre tem alguma... algum folheto falando sobre Patrimônio Cultural, porque isso aí também faz com que as pessoas passem a entender e passem a conhecer mais essa riqueza, que é nosso Patrimônio Cultural da cidade.

9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?

Entrevistado: Bom, eu enquanto professor, né? eu já tô contribuindo há muito tempo. A primeira iniciativa que eu tive, né? é entender que, para você contribuir, você tem que dar algumas ferramentas pra aqueles que vão ser os multiplicadores do conhecimento. E nós sabemos que, na cidade, nós tínhamos assim, uma fonte muito limitada para os professores da educação básica, principalmente, do fundamental I e fundamental II ter acesso para fazer, né? essa questão da educação patrimonial na

escola. Então, eu há um tempo atrás, escrevi um livro, né? que é um guia dos bens tombados de Matias Barbosa que serve, né? e muito, né? como referência para o trabalho dos professores. E também, né? para complementar, eu montei um blog com, né? todos os bens tombados que serve como referência. Então, hoje, quando a professora vai trabalhar a educação patrimonial, pelo menos, ela tem uma referência e tem fontes para ela tirar o material que ela precisa para trabalhar em sala de aula com as crianças.

Pesquisadora: Você trabalha com ICMS Cultural, né?

Entrevistado: Então, o ICMS Cultural é uma ferramenta muito importante que foi criado no estado de Minas Gerais. Que eu acredito que é pioneiro, justamente por causa da própria história de Minas, né? em relação ao patrimônio histórico-cultural. E Matias Barbosa, né? o ICMS Cultural acontece da seguinte forma: ocorre, sempre no primeiro semestre do ano, uma licitação para uma empresa de consultoria específica no ICMS Cultural pra auxiliar na preparação das pastas, né? que são entregues sempre no final do ano. Então o papel da prefeitura é auxiliar, produzir aquilo que é necessário, ao longo do ano, fazer os registros... E a consultoria, né? nos dá o suporte para fazer essa entrega no final do ano. Porque a consultoria tem que fazer os laudos, né? Tem que assinar. E esses laudos tem que ter engenheiro ou arquiteto, e a prefeitura não tem esses profissionais. Então acaba que você fica a mercê de talvez até não entregar. Então, por isso que existe essa necessidade da consultoria.

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?

Entrevistado: Então, o Conselho de Patrimônio Cultural em Matias já existe há muito tempo. É... desde dois mil e um, já mudou, algumas vezes, a nomenclatura, mas a função não alterou. E a principal função do Conselho, né? é estar conversando, dialogando com prefeito, né? sobre a importância de preservar, de manutenção e criar, né? ferramentas para a valorização do Patrimônio Cultural na cidade.

11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Sim. Em dois mil e dezoito, o promotor da comarca de Matias Barbosa encaminhou para mim (na ocasião eu era o presidente do Conselho de Patrimônio Cultural) uma ordem para eu responder sobre o prédio tombado da Antiga Delegacia e Cadeia de Matias. E aí, no documento do Ministério Público, né? ele solicitava o livro de tombamento, né? e o dossiê de tombamento, para saber, né? até que ponto, né? a cadeia...antiga cadeia pública e quartel poderia abrigar, né? o sistema prisional como a gente conhece hoje. Aí eu fiz todo o procedimento que ele exigiu, já foi devolvido. Mas assim, de lá para cá, não tive nenhuma resposta do promotor.

Pesquisadora: Você já solicitou algum tombamento?

Entrevistado: De tombamento, eu já solicitei, o tombamento... Em dois mil e nove, a cidade tinha uma parte de bens tombados e, de dois mil e nove em diante até dois mil e doze, mais ou menos, tudo que era público e era histórico, foi tombado. Então, nós fizemos um trabalho de dois mil e nove em diante até dois mil e doze, de fazer o tombamento que foi muito importante para questão de dar... resguardar, né? toda a história da cidade. Então, foi tombado: o grupo escolar Cônego Joaquim Monteiro; é o Prédio da Cemig; o Chafariz em pedra-sabão; o Relógio de Sol; o Painel de Azulejo Evolução dos Transportes; e feitos os registros, né? das Folias de Reis: Estrela do Oriente e Cantinho do Céu; e Festa da Paróquia; e Festa da Fogueira. Isso é que eu tô me recordando agora. Há muitos anos a gente tá trabalhando nisso. Então, assim, não só a questão do tombamento, mas também a questão da legislação. Se você

pegar a legislação, você vai ver que a gente teve um avanço significativo depois de dois mil e nove, porque a gente foi melhorando a lei, né? Independente se a gente melhorou, depois veio o XXX, que melhorou mais um pouquinho. Então, assim passou a ter, né? um determinado cuidado. Eu acho que faz toda diferença.

Pesquisadora: Só uma dúvida, muitas pessoas estão citando a Estação como tombada, mas ela não é, né?

Entrevistado: Não, não é tombada. Ela é inventariada. Eu tava até esquecendo, a Estação de Cedofeita também foi tombada na época. Mas a estação ferroviária ainda não foi tombada. Como ela tá inventariada, ainda não teve essa preocupação de tomba. Ainda mais que ela é da Prefeitura, né? Hoje tá cedida para Prefeitura. O processo de tombamento da Estação de Cedofeita, ela acompanhou uma orientação do Ministério Público. Da superintendência do Ministério Público em Belo Horizonte, do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais. E, na ocasião, foi tombada. Era uma forma de forçar a transferência do imóvel para a Prefeitura de Matias Barbosa, porque o imóvel lá não é da Prefeitura de Matias Barbosa. Então o promotor de justiça, Doutor XXX, na ocasião, ele falou assim: “Olha faz o tombamento, porque a gente tem mais o elemento para conseguir passar a Estação pra o município de Matias Barbosa”, que era uma forma, igual aqui, né? a gente ocupar dentro a legalidade das coisas. Mas, infelizmente, assim, o Doutor XXX não está mais lá, no Ministério Público, que cuida do Patrimônio Cultural. Várias coisas mudaram, no município, inclusive o interesse de ter a Estação de Cedofeita. Então, hoje a Estação, ela recebe até, né? cuidados da Prefeitura, mas, realmente, ela não pertence ao município. O que acontece, esse tombamento foi feito, né? como uma forma de pressionar, mas ainda resta fazer o levantamento, porque precisa fazer o dossiê. Nós usamos só o inventário da Estação. Então, precisa de fazer o dossiê. E, vários outros bens tombados precisam também de fazer a revisão do dossiê e encaminhar para o IEPHA.

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistado: Já, já participei. Em Juiz de Fora, né? sobre... Juiz de Fora quando promovia seminários relacionados ao Patrimônio Cultural e educação patrimonial. Já participei também em Belo Horizonte, Mestres do Patrimônio Cultural, que também foi muito importante a questão de você aprimorar os conhecimentos, ampliar os horizontes. E também o próprio IEPHA, né? nas rodas de conversa que existiam e ainda existem, que também nos possibilitam, né? esse encontro com outras comunidades e, ao mesmo tempo, troca de experiências.

Entrevistas realizadas com os moradores de Simão Pereira

ENTREVISTADA 11	
Idade: 61 anos	Reside em: Centro de Simão Pereira - MG
Profissão: Pedagoga, aposentada	
Escolaridade: Superior Completo	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistada: 35 anos	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistada: Chafariz, Registro do Paraibuna, Cemitério da Rocinha, Conjunto Urbano em volta da Praça, Estação de Cotegipe e Estação de Souza Aguiar.	
3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistada: Como eu te falei, eu não sou daqui nativa de Simão Pereira, mas eu gosto muito daqui da cidade e eu acho esses pontos sim, muito importantes, porque ali tem uns marcos da história da cidade, que não adianta você falar num povo, no caso dos moradores de Simão Pereira, se não souber a história deles. E tem muitas pessoas que moram aqui e vivem aqui e que as famílias estão diretamente relacionadas com esses, esses monumentos. Então, eu acho isso muito importante. Mais ainda por causa da história que é contada através deles. Cada um tem uma história, né? E é a marca do povo, né?	
4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistada: Com certeza, eu acho que toda cidade tem uma história, né? Se não fossem esses marcos, como seria para a gente contar essas histórias. A gente vai, por exemplo, lá no Cemitério da Rocinha... Nossa Senhora!!! Vai subindo aquele morrinho e já vai contando as histórias, ou causos. Isso é ótimo, para a escola, né? Para tudo. Eu acho que é muito importante.	
5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?	
Entrevistada: Eu acho que não tem não, porque com esse apanhado que foi feito com os alunos, a professora de história e mais o XXX (secretário de turismo), que trabalha no Espaço Cultural, né? foi feito um trabalho todo direcionado com os alunos e tudo. Eu acho que eles pegaram tudo. Até as... Ah esqueci de falar do bem que eu conheço também, são as paradas do trem antigamente, né? as estações ferroviárias.	
Pesquisadora: Quais estações, você sabe?	
Entrevistada: Cotegipe, Souza Aguiar, acho que só Cotegipe e Souza Aguiar, que eles pegaram. Então, por exemplo, tem toda uma história, entendeu? Quando o trem que... Cotegipe ainda passa o trem, Souza Aguiar ainda passa, mas assim, muito menos, e antigamente tudo virava em torno disso; então é uma história. Então, eu acho...Eu acho que eles pegaram tudo.	
6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?	
Entrevistada: Oh! e como... Tem esse projeto que eu estou te falando, na escola, desenvolveu foi quase um ano. As crianças conheceram todos os patrimônios que	

tinham, foram guiadas, nós fomos guiados pelo XXX (secretário de turismo), e com a professora XXX. Depois, as crianças desenharam... Aí, por exemplo, a casa, eles ficavam em frente à casa desenhando. As pessoas marcaram lanchinho com eles. O dia que fomos conhecer a casa, tinha lanchinho para as crianças. Eles foram assim bem solícitos, sabe? Foi muito bom. Aí, quer dizer, foi quase um ano envolvido nesse projeto do patrimônio.

Pesquisadora: Aqui nós temos dois bens registrados imateriais, que é a Festa de Nossa Senhora da Glória e a Roda de Capoeira. Você já participou de algum deles?

Entrevistada: Todos os dois.

Pesquisadora: Como é a sua relação com a Festa de Nossa Senhora da Glória?

Entrevistada: Assim, eu não sou muito integrada na festa dentro da Igreja não, tá? porque eles têm uma equipe deles lá que eles fazem, mas eu vou, eu ajudo nas barracas, quando precisa, vou pra passear mesmo. Os leilões, eu adoro leilão. Tanto a gente dá prenda quanto a gente vai lá fazer, compras das prendas. Meu marido também gosta muito dessas festas assim.

Pesquisadora: Então, vocês vão todos os anos?

Entrevistada: Todo ano, e estou sentindo falta, porque não teve na pandemia. Aí foi só mesmo a missa e tal. Mas é muito bom.

Pesquisadora: E Capoeira?

Entrevistada: Ah! a capoeira, quando o XXX (filho) era pequeno, ele fez até... quer ver? desde muito tempo, né? Eu tenho foto, eu tenho filme do XXX (filho), quando ele fez, começou na capoeira. Então se ia para outra cidade, a gente arrumava ônibus, botava os meninos e as meninas tudo dentro do ônibus e ia para as rodas de capoeira, sem problema. Sempre gostei.

7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?

Entrevistada: Festival Cultural que eu acho que é um que deveria estar também. Eu acho que é muito importante. Além deste Festival Cultural, é, eu acho que não tem assim, em termos de cultura.... Tem, eles fizeram, mas foi dentro do Festival Cultural, eles fizeram umas... com um grupo de teatro, fizeram umas peças.

Pesquisadora: E o que que é esse festival?

Entrevistada: Eu acho que é a semana inteira, ou são quatro dias na semana, tá? que apresentam canto, coral, tudo dentro daqui de Simão Pereira. O grupo faz, que eles trabalham que é de teatro, é tudo alunos e pessoas, moradores daqui de dentro de Simão Pereira, não é ninguém de fora.

Pesquisadora: E você já foi em algum?

Entrevistada: Já, é comigo mesmo.

8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistada: Olha, eu acho que uma coisa que é essencial, eu acredito, é você preservar. Não só a população preservar, não depredar, como também no caso, através da prefeitura, do IEPHA, né? eles manter, né? Deu uma machadinha ali, tipo, por exemplo, no Chafariz, não vai esperar desmontar, quebrar tudo para depois arrumar, não. Vai logo ali, dá aquele consertinho ali e tudo, manter. Eu acho que isso aí é preservação, né? Tá sempre olhando.

9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?

Entrevistada: Fazendo o que nós estamos fazendo aqui hoje, conversando sobre. Vem uma visita na minha casa, aí eu vou sair, com eles, a gente faz muito isso, né? “Ah, eu não conheço Simão Pereira, não”, então vem cá, entrou no carro, vamos passear dentro de Simão Pereira, fazer um tour. E mostrar as coisas de Simão Pereira.

Pesquisadora: E aonde você levaria as pessoas?

Entrevistada: Na Praça, que ali a gente já via as casas, as igrejas, o cemitério da Rocinha, se possível, que eu adoro lá. É muito bom. No cemitério da Rocinha, lá no Registro. Ah gente....

Pesquisadora: Por que você acha o cemitério bom?

Entrevistada: Eu não sei, eu me identifico muito com a Fazenda do Cabuí.

Pesquisadora: O espaço lá é agradável?

Entrevistada: É, bom. E eu gosto desse negócio de mistério, assim... Acho que é a parte de professor de história que puxa um pouco, né? E ali tem muita história, né? As famílias e tudo. Cerqueira Leite.... tem uns casos que o XXX sabe bem contar, lá do cemitério e que aquilo ali dá uns medinhos na gente, assim, tão.... eu gosto.

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?

Entrevistada: Olha, eu não sei se ele existe, porque quem sempre, quando se falava em patrimônio histórico aqui, a gente ligava diretamente ao XXX e XXX. Quer dizer, o espaço cultural que a gente tem pode ser esse, então, de repente, está lá no espaço cultural. Eu acho que deve ter um Conselho no espaço cultural sim.

Pesquisadora: Você sabe qual é a função?

Entrevistada: Seria exatamente preservar? Está cuidando sempre desse patrimônio? Eu acho que sim, né? não sei se é isso...

11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistada: Não, assim, audiência... reunião, a gente teve muitas assim com os proprietários das casas na época que a gente fez o tal projeto da escola, então nós fizemos várias reuniões. Como eu te falei, que tinha até lanchinho para as crianças, né? Para a gente também. Aí foram reuniões, mas audiência e eu ser consultada, no tive não.

Pesquisadora: E essas reuniões? Como que elas aconteciam? Eram reuniões sobre o quê?

Entrevistada: A gente fazia assim: a gente ia levar a turma da 8ª série, eu não lembro se era a 7ª ou 8ª... ou a gente fazia um pouco com a 7ª e um pouco com a 8ª, as duas que eram ligadas. Eu fazia o contato com... eu, como supervisora, fazia o contato com o proprietário da casa e pedia se a gente podia levar as crianças lá, porque era uma casa antiga, porque era uma casa que fazia parte da história de Simão Pereira, tombada ou não, era uma casa que fazia parte.

A gente marcava, ia lá na casa com as crianças, que se assentavam, e a pessoa contava a história da família e daquela casa para as crianças.

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistada: É foi esse nosso projeto,

Pesquisadora: Tinha algum nome esse projeto?

Entrevistada: Era... Eu acho que era Patrimônio Histórico de Simão Pereira, ou as histórias e os patrimônios de Simão Pereira, alguma coisa assim. Eu não me lembro o nome exatamente, não, mas a escola tem tudo arquivado isso aí.

Pesquisadora: Esse projeto era para qual período, qual idade?

Entrevistada: 7ª e 8ª, seria entre treze e quinze anos.

Pesquisadora: E era tipo um período determinado?

Entrevistada: Era, era, eu acho que era uns dois ou três meses, porque assim, se trabalhava, ia lá na casa, visitava a casa. Cada semana era uma casa, por exemplo, né? Aí visitava a casa, as crianças faziam mil perguntas e tomavam conhecimento da história daquela casa, daquela família para a cidade. Isso era com a professora de história, tá? Aí depois, a gente voltava lá, com a professora de artes e desenhava a frente da casa. Menina, saíram cada desenho... Depois, nós fizemos, no final (a culminância do projeto foi a exposição desses desenhos) chamamos as pessoas das casas, e fizemos um grande sarau. Entendeu? Então, foi muito bom. Aí teve música, teve gente que fez rap com a casa tal, e cantou, os alunos, sabe? E teve um grande envolvimento cultural em cima disso.

ENTREVISTADA 12	
Idade: 53 anos	Reside em: Centro de Simão Pereira - MG
Profissão: Pedagoga, Professora, Vice-diretora e coordenadora pedagógica	
Escolaridade: Superior completo	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistada: 53 anos	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistada: Acredito que sim. Oh, é Chafariz, é... o Cemitério da Rocinha, o Casarão, né? As casas... Entrevistada: Eu acho que lá em cima também, na saída, tem um que eu acho que é também tombado, não lembro o nome agora....	
3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistada: Todos. Pesquisadora: Todos? Por qual motivo? Entrevistada: Porque fazem parte da minha história de vida, né? Do lugar onde eu moro.	
4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistada: Sim. Porque eu acho que faz parte da história da cultura local, né? Faz parte da história do município. Tem todo um envolvimento com todas as pessoas que já estiveram aqui, que nasceram aqui, que passaram por aqui.	
5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?	
Entrevistada: Açude Grande. Pesquisadora: Açude Grande? Por qual motivo? Entrevistada: Por ser uma reserva de água, uma nascente de água, e eu tenho uma preocupação muito grande com aquilo lá. No sentido assim, em relação ao condomínio, né? Que a gente sabe que há construções ao redor das nascentes, isso me preocupa muito. Pesquisadora: Mas uma questão ambiental, também, né? Entrevistada: Sim, também. Pesquisadora: E você acha que ele tem algum motivo histórico ou cultural para ser tombado? Entrevistada: Eu acho assim, faz parte da história do lugar, né? Todo mundo que passa por aqui, fala: "...O Açude Grande, o açude grande..." Pesquisadora: Tem o reconhecimento, né? E lá tem alguma construção antiga? Entrevistada: Só o portal (Portal da Antiga fazenda Miragem).	
6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?	
Entrevistada: Sim.	

Pesquisadora: Quais? Entrevistada: As apresentações de teatro, alguma conferência que foi feita e eu fui convidada e participei. Pesquisadora: Dessas que eu citei: Roda de Capoeira e Festa de Nossa da Glória? Entrevistada: Sim. Ativamente. Pesquisadora: Como você participa? Entrevistada: Ajudando, colaborando, na questão da liturgia, na questão religiosa. Pesquisadora: A Capoeira, você tem alguma relação com a Capoeira? Entrevistada: Não, só mesmo assim, quanto para poder assistir.
7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?
Entrevistada: Não estou lembrando ... O artesanato? Pesquisadora: Você acha ele forte aqui na cidade? Entrevistada: Não é que seja forte, mas eu acho que tem que ser valorizado. Pesquisadora: E tem pessoas que fazem artesanato aqui? Entrevistada: Sim Pesquisadora: Tipo o quê? Entrevistada: Faz a parte de almofada, crochê, tricô.
8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?
Entrevistada: Além da valorização, a conscientização.
9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?
Entrevistada: Divulgando, né? a história local. Pesquisadora: Você como trabalha em uma escola, né? Entrevistada: Isso, e a gente faz isso. Pesquisadora: Como vocês fazem? Entrevistada: Através de projetos, de visitas... Pesquisadora: É da educação patrimonial, né? Entrevistada: Isso, isso mesmo.
10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?
Entrevistada: Eu sei que existe um Conselho, mas.... não sei se é especificamente de preservação, mas existe um Conselho sim. Pesquisadora: E você sabe qual é a função dele? Entrevistada: Não. Eu não tenho o conhecimento do estatuto, entendeu?
11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistada: Eu já participei, agora eu não estou me lembrando, mas eu me lembro até que foi lá no Espaço Cultural.

Pesquisadora: Você lembra quando?

Entrevistada: Não.

Pesquisadora: Você lembra o assunto?

Entrevistada: Não.

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistada: Sim.

Pesquisadora: Você pode me falar quais seriam?

Entrevistada: Os projetos envolvendo a escola, entrevistas com o pessoal fora do ambiente escolar...

ENTREVISTADO 13	
Idade: 75 anos	Reside em: Centro de Simão Pereira - MG
Profissão: Biblioteconomista e professor de português, aposentado	
Escolaridade: Graduado em Letras, Biblioteconomia e Filosofia (incompleto)	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistado: Aqui, em Simão... Eu sempre morei em Juiz de Fora e Simão, né? Que eu tenho apartamento lá também. Então, eu venho aqui sempre nos finais de semana, né? Tenho duas casas, né? Mas é, com esse negócio da pandemia, né? Tem dois anos que eu tô aqui, definitivo, né? Pesquisadora: Mas assim, quantos anos que você diria que você vive aqui, mesmo nesse vai e volta? Entrevistado: Infância e adolescência eu passei toda aqui, né? Inclusive eu nasci em Juiz de Fora, mas eu falo que eu sou de Simão Pereira, porque eu vim pra cá com dias. Porque aqui não tinha recursos, né? Por isso que a minha mãe foi.. Se me perguntar de onde eu sou, sou de Simão Pereira, porque eu vim pra cá com dias. Pesquisadora: Então posso considerar 75 anos? Entrevistado: Pode. Eu saí daqui na adolescência, com 16 anos, pra ir pra Juiz de Fora para estudar, né?	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistado: O principal deles. O que tem mais... mais, como se diz, é o Registro do Paraibuna. Aquele Registro ali onde se pagavam uma espécie de alfândega, né? Que ali é na divisa do estado de Minas e estado do Rio. Aliás, quem falou? O Manuel Bandeira falou que "Juiz de Fora é o primeiro sorriso de Minas". Ele não acertou. O primeiro sorriso de Minas é Simão Pereira, depois é que é Juiz de Fora. Matias Barbosa, depois Juiz de Fora. Ali é o único prédio de pé, entendeu? O único prédio do Rio até Diamantina que existe. Então, ele é muito importante. Então, nós sempre estamos lutando. Tem uns 20 ou 30 anos que a gente tá lutando pra ver se transforma aquilo no prédio mesmo, restaurado e tudo, né? É uma espécie de centro de documentação que você informaria tudo sobre a Estrada Real, entendeu? O Caminho Novo, né? Que você mostrasse até informações turísticas nas cidades até Diamantina. Agora se não fosse o XXX, prefeito, que cobriu, aquilo já tinha caído. Ainda bem que teve essa... essa proposta. Mas tá lá. A gente não conhece até hoje... Pergunta o XXX, o XXX, ele tem lutado muito também pra transformar aquilo num centro de documentação e uma espécie de boas-vindas pro estado de Minas, que ali que começa, né? Ali era uma alfândega mesmo, pra cobrança de ouro, não sei o quê... Então, o principal prédio é aquele. Depois, tem o Chafariz, né? O Chafariz também é outro... Aliás, quando os prefeitos vieram aqui pedir votos, né? Todos. Cinco vieram. Eu falei ó, tem cinco propostas pra fazer com cinco sugestões pra fazer pra vocês. Primeiro: esse problema do Registro do Paraibuna, né? Pra gente colocar isso, viável, né? Estamos lutando até hoje, né? O segundo é o Chafariz, que o Chafariz foi construído por Mariano Procópio, quando tinha essa estrada aqui a estrada... aquela estrada antiga, do Caminho Novo, né? Que depois foi macadamizada, né? Que ele que construiu esse Chafariz aqui. Não tem uma placa no Chafariz. Outro dia, chegou uma senhora pra mim e falou assim: "Ah, meu filho, vai lá naquela biquinha". Biquinha nada é Chafariz. Chafariz histórico. Eu falei assim: "Vocês têm que colocar uma placa ali dizendo, inclusive, um pequeno histórico do Chafariz. Outra coisa é a igreja, mas a igreja não é a mais antiga, né? Tinha outra mais antiga. Tinha uma antes dessa.	

Pesquisadora: Foi construída no mesmo local, né?

Entrevistado: É. Tinha uma mais antiga do que essa, que dizem até, não sei se teria muito fundamento, que ela vir até aqui embaixo, imensa a igreja. Meu pai até falou que carregava, eles carregavam telha, tijolos na cabeça para a construção dessa aí. Derrubaram aquela antiga e aí ficou a de Santo Antônio, que era a mais antiga e essa aqui ficou mais nova. Mais nova que a de Santo Antônio. Mas a de Santo Antônio, infelizmente, derrubaram, né? O telhado estava com problema. Uma igreja histórica...

3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?

Entrevistado: São esses, né? Porque o principal é o que eu te falei, né? Que o Registro do Paraibuna que, além de ser um prédio histórico, é o único de pé que existe até Diamantina. Esse, pra mim, é o principal. Esse que a gente queria transformar num centro de documentação e difusão cultural, entendeu? Tudo que a pessoa chegasse ali, tinha informação toda até Diamantina. Entendeu? Uma... uma maquete da Estrada Real, né? do Caminho Novo. Livro na Biblioteca, outra coisa importante também. Não é patrimônio, mas eu tenho que falar sobre isso, né? Que é sobre a biblioteca, né? Uma das coisas também é a Biblioteca Municipal, que eu já organizei essa Biblioteca Municipal quatro vezes, entendeu? Inclusive tava com uma equipe muito boa aqui, que era o XXX, o XXX, a XXX, tinha mais outras pessoas. Eu treinei eles, eles estavam prontinhos para receber o... os... como é que chama? Clientes da biblioteca, né? Eu falei com o prefeito, eu nem sei na época, quem era, mais. Contrata um, que esse um vai dar conta. E depois a gente vê. Aí, não contratou.

Pesquisadora: E onde ela fica hoje?

Entrevistado: Agora ela tá, ela tá numa sala, né? mas não funciona no Espaço Cultural não. Eu não sei se ela atende o público não.

4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?

Entrevistado: Primeiro, a biblioteca para ampliar o seu conteúdo intelectual, né? É difícil a gente... é... dizer que a pessoa tem que ter o gosto pela leitura. O gosto é de cada um. Cada um tem sua história pessoal.

5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?

Entrevistado: Quem pode te dar mais essa informação é o XXX, né? Que algum que a gente pensa que não foi, ele já deve ter tomado a providência, né?

Pesquisadora: Mas tem alguma coisa na cidade que tem uma importância grande pra você que você acha que seria interessante essa preservação?

Entrevistado: Sobre isso, eu falei sobre aqueles, os prédios, né? Uma visita cultural, por exemplo, lá no Cemitério da Rocinha, trazer as crianças, levar, contar as histórias, né? Eu não sei... por exemplo, essas, estações ferroviárias que eu acho interessantíssimo, que é a de Cotegipe e a de Souza Aguiar, é linda, tem aqueles lambris, né? É muito bonita. Eu acho que o XXX, pode responder isso.

Pesquisadora: Elas são tombadas.

Entrevistado: São tombadas, já né? A de Cotegipe e a de Souza Aguiar, né?

Pesquisadora: As duas, isso.

Entrevistado: Essas que eu ainda estava em dúvida. Igreja...

Pesquisadora: Essa igreja ainda não é tombada...

6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?

Entrevistado: Aqui....

Pesquisadora: A gente tem aqui, registrado a Festa de Nossa da Glória e a Roda de Capoeira....

Entrevistado: Ah, sim...sim. Essa Festa de Nossa Senhora da Glória, mas essa festa de Nossa Senhora da Glória era um acontecimento aqui do ano inteiro. As pessoas faziam até roupa pra quando chegasse agosto. Agora você vê, as festas eram famosíssimas. Já começava terça-feira e ia até no domingo, entendeu? Enchiam isso aqui de barracas. A gente era criança, né? A última dessas grandes festas mesmo, que a gente era pequeno, criança, foi em 1951. Foi a última. Tinha os leilões. Agora tinha um detalhe, né? Tinham as bandas que chegavam de madrugada. Minha tia guardava os colchões deles lá no coro da igreja, que eles iam dormir num casarão que tinha aqui. Um movimento incrível. Nossa! Muito bom!... Você nem imagina o que que era na época. E era a semana inteira a festa. Vinham as bandas, vinha o coro, minha mãe organizava o coro maravilhoso também para a missa solene do dia, quinze de agosto, né? É a gente participava disso tudo, né? A gente queria ver as... namorar... elas chegavam aqui, depois que a gente ficou mais adolescente, né? pra ver quem vinha de fora.

Pesquisadora: E você.... a Roda de Capoeira, você tem alguma relação?

Entrevistado: Essa Roda de Capoeira, eu via muito assim na... Eu não participei muito não. Eu passei muito tempo fora, no Rio, sete anos no Rio, né? Depois... Belém.

7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?

Entrevistado: Uma coisa que você falou, mas acho que esteja um pouco fora disso, né? Eu acho que a gente deveria... teria.... é uma vergonha, pra mim, como profissional, de restaurar; restaurar não é o termo não, reestruturar a biblioteca municipal. A Biblioteca Municipal, eu acho importantíssima pra comunidade. Eu acho que é uma pena não ter. E com esses projetos, né? de Cotegipe, Souza Aguiar... Ah nós vamos fazer uma feira de artesanato aqui agora, você está sabendo?

Pesquisadora: Não.

Entrevistado: Nossa! Está indo de vento em polpa. Nós estamos com uma comunidade, foi a XXX e o XXX que começaram. Nós já fizemos umas três reuniões aqui no salão. Vai ter uma agora sábado. Organizamos uma feira de artesanato que seria é... fizemos o cadastramento já de 20 artesãos aqui. Tem gente que você nem sabia, e a pessoa também não sabia como ia fazer também pra mostrar pros outros. Então a gente estava pensando justamente ali na praça da areia, ali embaixo.

Pesquisadora: Sábado agora?

Entrevistado: Não, a primeira feira vai ser no dia... não sei se é 10 ou 11 de dezembro... A terceira reunião que vai ser dia 4, sábado agora.

Pesquisadora: E aí vai ser aberto para a comunidade?

Entrevistado: Para a comunidade.

Pesquisadora: E onde que vai ser?

Entrevistado: A primeira vai ser uma feira aqui no sábado e domingo no posto.

8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Engajamento do prefeito e dos vereadores, isso já seria uma mão na roda, né? Um apoio da gente, como o XXX fez sobre essa feira de artesanato. Eu acho que é sensibilizá-los, né? da importância disso, né? E também criar condições para que as pessoas possam se expressar, que é também essa feira de artesanato. Expressar sua habilidade, né?

9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?

Entrevistado: Na área de biblioteca. Eu acho que ali...ali...

Pesquisadora: Preservação, né?

Entrevistado: É, e dinamização do acervo, né? Investir com palestras sobre o uso da biblioteca, né? Sobre a importância da biblioteca, sabe?

Pesquisadora: Você acha que caberia a preservação de acervo documental nessas bibliotecas?

Entrevistado: Sim, claro!

Pesquisadora: Você acha que tem algum que seria importante?

Entrevistado: Tem, dessa organização que eu fiz da biblioteca, tinha muito livro, até livro raro ali, entendeu? Isso... eu acho isso... valeria a pena a gente...valeria a pena um apoio do poder público. Senão vai cair no mesmo problema, organiza a quinta vez, mas ninguém toma conhecimento. Não tem uma pessoa pra tomar conta da biblioteca, não podia naquela época. Mesmo agora também, tem outras atividades também, né? Mas tem que ter uma pessoa que dê continuidade àquele trabalho.

Pesquisadora: Eu estou te perguntando isso, porque o Acervo da Fazenda Cabuí, ele é preservado, né? Tombado, e ele fica ali no Espaço Cultural... aí fico me perguntando: será que tem outras?...

Entrevistado: É deve ter alguma coisa lá. Elas tinham pratarias, porcelanas, elas eram aquelas fazendas. Muito ricos os fazendeiros, né? E elas, elas é (risos) tinham umas lendas aqui interessantes que diziam que elas tinham um cacho de banana ouro de ouro, com folhas de esmeraldas, ou turmalinas, não sei. E que eles jogaram no rio. Aí o pessoal ficava procurando para ver se achava o cacho de banana ouro.

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?

Entrevistado: Não sei se ainda tem o Conselho de Cultura. Não sei se ainda tem, ou se eles iam criar... O XXX pode te informar isso. Na minha época, não tinha não, Conselho de Cultura não.

11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Não. Tanto é que quando organizaram a igreja, também... que a gente tinha umas restrições, né? sobre o piso, por exemplo...aquele piso... Aquele piso hidráulico, né? eles tiraram... Claro, a Igreja ficou bonita, mas perdeu a identidade. Tudo bem, poderiam até fazer e tudo mais. Não sei se eles chamaram alguém de fora, né? Mas ali uma pena que eu achei foi o piso, né? A gente recebeu... muita gente falou "Porque que não vieram aqui lavar para eles verem o que que é", essas coisas assim, sabe? Mas o piso era...era...original, né?

Pesquisadora: Será que era da Pantaleone Arcuri?

Entrevistado: Pode até ser. O XXX, presidente lá da FUNALFA, era, que eu era secretário dele de cultura, né? Ele é sobrinho do Arthur Arcuri, lá do Museu Mariano Procópio. Mas não sei... não sei... Mas aí essas coisas. Mas aí a gente não podia....se eles não chamaram...a gente...se oferecer também... sei lá.

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistado: Palestras na escola. Isso eu já falei sobre...

ENTREVISTADA 14	
Idade: + 70 anos	Reside em: Centro de Simão Pereira - MG
Profissão: Aposentada. Formada em Letras e Direito. Professora de Português em Simão Pereira e Juiz de Fora, da rede estadual	
Escolaridade: Superior completo	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistada: Nasci aqui. (Mais de 70 anos)	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistada: Conheço, conheço o Cemitério da Rocinha que ficou lindo arrumado. Aquela fazenda ali da vargem, né? É tombada também. É tombada aquela casa lá, a do Mundo Novo. E mais o quê?... que eu conheço tombado?... O Chafariz, né? Esse aí eu conheço muito bem. Mas fora...é... esses são tombados. Pesquisadora: O Chafariz tem sido muito citado. Tem algum motivo, assim, para você lembrar que o Chafariz é tombado? Já foi feito algum evento na Praça? Entrevistada: Me parece que os imperadores, os imperadores, né? Eles amarravam os cavalos ali. Tiradentes também passou por ali. Pesquisadora: Isso sempre é falado na cidade? Você escutou essa história de alguém? Entrevistada: Agora, o que seria tombado seria a Igreja de Santo Antônio, porque ali os imperadores paravam para Santo Antônio orar. Aquele hino fala, né? <i>... No belo vale abençoando está Nossa Senhora da Glória A padroeira coroando a seus filhos sempre na vitória Imperadores aqui paravam a Santo Antônio orar Este Santo milagroso é de um povo que sabe amar Simão Pereira... Simão Pereira É a Primeira Cidade Mineira ... (hino de Simão Pereira)</i> É a primeira cidade mineira, né? Vindo do Rio. Mas se vier do estado de Minas... (risos). Mas quem é a autora era carioca, né? A Dona Nialva, foi ela quem compôs o hino, né? Ela inspirou nisso. Pesquisadora: E ela devia passar ali por Montserrat, né? Entrevistada: Passava, passava. Era a União e Indústria, né? Não tinha ainda a nova também, né? A BR040 nova. Então, o Chafariz tem história por isso. Eles amarravam os cavalos, né? Os ranchos, eles pousavam ali, passavam a noite. Então tem história, né? Agora ele...é... tanto é que tem caso corrente, né? E outra coisa que eles fizeram numa arrumação, eles tiraram aquela cinta em volta do... (Chafariz).	
3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistada: Ah. eu...ah... o Chafariz por exemplo, né? É o enfeite da... é o cartão postal da nossa cidade, né? Tão bonito. Eu acho ele lindo! Eu acho que é uma beleza da cidade é o Chafariz e a Igreja, né? Agora, acho bonito também, aprecio outras casas, né? Tombadas, porque... enriquece o nosso município, né?	
4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistada: Ah! Primeiro que eu amo Simão Pereira e vibro com as coisas que enaltecem a cidade, né? Tudo que é para a beleza e enaltecer eu ... eu aprecio...	

5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?
Entrevistada: Ah... não estou lembrada assim o que que poderia... Não tenho em mente o que deveria ser tombado aqui não. O que é bonito, é lindo e que acho tão abandonado, mas eu acho que não tem nada a ver, não sei... é a gruta, né? Aquela gruta de Nossa Senhora de Lourdes. Não estou lembrada mais do que poderia ser tombado não.
6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?
Entrevistada: Já!! Todas, né? Pesquisadora: Quais seriam todas? Entrevistada: Circuito Teatral. Também desse do 7 de setembro. Teve também uma homenagem pelo dia 7 de setembro, participei. As festas religiosas, de Nossa Senhora, de Santo Antônio. Participo das coisas também da Prefeitura, né? Quando tem algum evento. Estou sempre. Nos teatros.
7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?
Entrevistada: Eu acho que a Festa de Santo Antônio poderia ser protegida, porque ela é seca, a gente faz ela assim, sem ajuda, muita ajuda. Pesquisadora: Ela acontece na igreja? Entrevistada: Acontece na igreja. Pesquisadora: E na pracinha? Entrevistada: É. Pesquisadora: Em qual época do ano na pracinha, você sabe? Entrevistada: É junho. 13 de junho. Pesquisadora: No dia mesmo, né? Entrevistada: É. Agora...outra que poderia ser protegida, é...não tem....
8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?
Entrevistada: Eu acho que tem que conservar, tem que continuar, né? Protegendo essas, esses patrimônios tombados. E as festas também, continuar, né?
9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?
Entrevistada: Participar trabalhando, né? Motivando as pessoas. Por exemplo na igreja, a gente, é... tem poucos elementos, né? Eu vivo convidando os mais jovens a fazer o que eu faço, comentarista. Porque a gente vai embora, né? Então tem que ficar outros no lugar. E tou vendo que aqui, em Simão Pereira, não tem muita gente pra ficar no meu lugar, não. Está só a velha guarda, lá. Bem que eu convido, mas eu não sei o que que é que tem que ninguém se anima, né? Eu não sei se falta assim, um trabalho também, né? de chamar outros para poder levar esses jovens a gostarem a ter assim fé e fazer alguma coisa pela igreja. Agora, eu trabalho em prol disso: da preservação dessas coisas culturais. Pesquisadora: Culturais e religiosas, né? Entrevistada: É.

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?
Entrevistada: Existe, o XXX (secretário de turismo) é muito bom também, né? Ele é indicado mesmo para isso, porque é muito criativo, né? E ele preserva tudo isso. Pesquisadora: E a função do Conselho? Entrevistada: A função é preservar. E estender mais ainda, né?
11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?
Entrevistada: Já participei de algumas reuniões sim. Para... mas era para...falar sobre o que ia acontecer... o que ia fazer... Pesquisadora: Mas relacionado a patrimônio? Entrevistada: Relacionado a patrimônio. Pesquisadora: É reunião do Conselho que você participava? Entrevistada: É do Conselho. É a única que eu participei. Pesquisadora: Você já foi conselheira? Entrevistada: Eu sou suplente agora, do Conselho de Preservação. Pesquisadora: Então, você participou bastante dessas reuniões, né? Entrevistada: Participei. Participo sempre que me convida. Pesquisadora: Então, provavelmente você já consultada ou já votou para algum bem a ser tombado? Entrevistada: Já. Agora estamos reunindo com o XXXX (secretário de turismo), é artesanato. Vai ter muita coisa. A gente tem 20 artesãos. .
12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?
Entrevistada: Já. Esses mesmo que o XXXX (secretário de turismo) sempre organiza, convida e eu participo. Pesquisadora: São essas reuniões do Conselho? Entrevistada: São essas reuniões, é. Outras, não.

ENTREVISTADO 15	
Idade: 35 anos	Reside em: Juiz de Fora, e a família em Cotegipe, Simão Pereira - MG
Profissão: Professor da Prefeitura de Juiz de Fora e Historiador do Museu Mariano Procópio em Juiz de Fora.	
Escolaridade: Superior completo e doutorando	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistado: Eu nasci em Juiz de Fora, porque Simão Pereira não tem maternidade, né? Então eu nasci aqui, mas sou, sou da terra, né? Sou nativo ali da região. É... fui criado ali, né? Nunca perdi o contato com Simão Pereira, né? Até os quinze anos, eu estudei, é, na escola municipal da cidade, né? do município. E depois, eu vim pra Juiz de Fora estudar, mas assim nunca perdi o contato. Eu sempre...o sítio que é da minha família, né? No município. E... desde sempre, né? Que eu tenho contato com o município. Sou, sou de lá mesmo. Pesquisadora: Você não mora lá, mas fica lá e cá, né? Entrevistado: É. Dos dezesseis anos pra cá, um pouco mais de metade da minha trajetória, né? Eu... tenho essa... essa... faço parte dessa população flutuante assim, né? Um pouco aqui e lá, né? Pesquisadora: Que eu acho que é o caso de muita gente lá, né? Entrevistado: Sim, porque Simão Pereira, eu acho que é pelo fato dela ter pertencido a Juiz de Fora, né? Depois pertenceu a Matias. Então é... é um lugar muito pequeno, então depende quase totalmente de Juiz de Fora, né? pra estudar, pra trabalhar, né? Nem todos conseguem emprego no município, então têm que buscar empregos em cidades vizinhas maiores, né? Eu costumo dizer que Simão Pereira é como se fosse um bairro de Juiz de Fora, né?	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistado: Conheço. É o Chafariz, né? Que é o... o emblemático, né? da cidade, do centro, ali da praça. A Igreja Nossa Senhora da Glória, o Registro do Paraibuna, né? O Cemitério Rocinha da Negra. Conheço a Estação Ferroviária de Cotegipe. É... algumas casas antigas ali no entorno da praça. Enfim. E a minha própria casa, né? Que faz parte do patrimônio da cidade, embora não esteja registrada, né? Faz parte também desse patrimônio também do lugar, né?	
3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistado: Sim, com certeza. Muito importante, porque, pra mim, é... é uma...é o que me faz sentir pertencente ao lugar, assim, né? E confere esse senso de pertencimento ao município, né? àquela região. Com certeza, são muito importantes, né? porque eles são partes constitutivas da minha identidade, né? como morador da região. Como pessoa ali do lugar, né? E são símbolos, né? que unificam, que... conferem essa identidade cultural entre as diversas gerações. Não só das pessoas da minha geração como também pessoas de outras gerações, né? Então, quando se fala em Simão Pereira, né? logo se lembra do Chafariz, logo se lembra da Igreja, do registro do Paraibuna. Então esses, principalmente, esses monumentos, eles são muito lembrados, é... citados, né? quando a gente fala de Simão Pereira, e a gente tem muito orgulho de falar desses monumentos. Eu, particularmente, me orgulho muito de falar, né? porque são referências, né? Como, quando a gente fala do Rio de Janeiro, a gente lembra do Pão de Açúcar, do bondinho e do Cristo Redentor, eu me lembro do Chafariz da Praça e do Registro do Paraibuna, da Igreja Nossa Senhora	

da Glória, né? Até porque foi, na Igreja Nossa Senhora da Glória, que meus pais se casaram, né? Toda a minha história começou ali. Outro... outro... bem assim que eu esqueci de citar foi a Fonte de Santo Antônio, né? que me é muito cara assim, sabe? porque, desde pequeno, ouço minha mãe comentar que a minha tia, né? a tia dela, minha tia-avó buscava água na Fonte de Santo Antônio para dar pros familiares que estavam doentes, né? Ela acreditava no milagre que aquela água podia proporcionar, sabe? Então, eu sempre tenho essas memórias arraigadas em mim, sabe?

4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?

Entrevistado: Com certeza. É importante para a cidade, sim. Embora, eu... eu não veja uma...assim... como que eu vou dizer?... eu vou pensar aqui como que eu vou falar...com certeza é importante, porque Simão Pereira ainda tem muitas famílias ali, tradicionais da região, né? Que ainda moram ali, têm descendentes ali, e todos têm um carinho pelo patrimônio do lugar, né? Embora eu ache que Simão Pereira já perdeu muito, assim... de...de... muitas casas antigas que Simão Pereira tinha, acabaram se perdendo, né? É... mas eu acho que esses patrimônios que são mais emblemáticos, mais famosos, eles acabaram ficando cristalizados na mente das pessoas como pontos turísticos do lugar. Acho que as pessoas se apegaram a esses bens remanescentes, né? Pra...até mesmo assim como referência simbólica, né? Quando vem trazer um amigo, um parente de fora... “ah vamos conhecer o Chafariz, vamos conhecer o...” né? É... vai mostrar esses lugares, né? Até porque eu acho que assim...é...como muitas casas antigas, elas já se perderam, então ficaram esses... esses...pontos assim...emblemáticos da cidade como referência...e...e... de uma certa forma, eu acho que o comércio local acaba tendo esses... esses monumentos como atrativos turísticos, né? Eu acho que do ponto de vista econômico, do ponto de vista simbólico, é turístico, é são valorizados nesse sentido, sabe? Embora eu ache que ainda continue havendo uma certa resistência de entender a cultura, o patrimônio como algo é... mais democrático, é... de outras camadas sociais, não só das elites, né? Acho que ainda continua havendo uma... uma visão bastante elitista de patrimônio, né?

5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?

Entrevistado: Deixa eu pensar aqui...olha...no momento, não me passa nada mais pela cabeça.

6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?

Entrevistado: Participo da... Festa de Nossa Senhora da Glória, Festa de Santo Antônio...é...basicamente isso. As festas de igreja que tem, eu normalmente eu vou, né? Eu participo. É... a procissão... a tradicional procissão que tem pela... em volta da praça da cidade...E as vezes quando tem também feira de artesanato, exposição dos pequenos agricultores, né? Às vezes, também, eu participo quando tem, né? porque nem sempre tem esses eventos, né? A Festa de Nossa Senhora da Glória todo ano tem, né? Já é uma festa tradicional antiga; então eu sempre participo.

Pesquisadora: E a Roda de Capoeira?

Entrevistado: Não.

7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?

Entrevistado: Eu acho que... produção de... produção de queijo... de queijo de...de doce, sabe? Que eu acho muito forte na região e eu falo isso também, porque faz parte da minha... da minha vivência, da própria vivência da minha família mesmo, né?

Existe uma tradição de produção assim de queijo, de doce de leite, doce de frutas, que é quase que centenária, entendeu? Que eu acho que deveria ser valorizado.

Pesquisadora: Deu até água na boca (risos). Minha avó também fazia muito.

Entrevistado: É, a minha... a minha mãe, desde criança, que faz, né? doce, queijo...Então, como eu te falei, né? ela levava cestos pra vender na.. ali em Simão Pereira, nos distritos, né? Então é algo que faz parte da minha memória, que faz parte da memória da minha família e de muitas pessoas que são conhecidas da minha mãe, por exemplo, né? Pessoas que comprem até hoje os queijos, né? porque meu irmão continua vendendo os queijos, né? A produção artesanal, né? Então, eu acho que...é uma...é uma...um patrimônio imaterial da região, que eu acho que poderia ser valorizado. Queijo e doce, né? É muito característico de Minas, né?

8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Que estratégias, que ações devem ser feitas?

Pesquisadora: É.

Entrevistado: Então, eu acho que...primeiramente, eu acho que...deveria haver mais visitas de grupos, é... envolvidos na Secretaria de Cultura, e turismo do município, pra conversar com os... não só os agricultores, as pessoas do campo, mas também com as pessoas da... do núcleo que a gente pode considerar assim... mais urbano, né? É...pra haver um diálogo, né? e um entrosamento maior entre essa equipe gestora do patrimônio e da cultura na cidade e a sua população. Eu acho que falta muito essa... essa conversa, esse diálogo assim mais sistemático com essas comunidades para que haja uma troca de informação e de conhecimento do público entre as duas esferas, tanto de parte das autoridades municipais como também por parte dos cidadãos de... de Simão Pereira. Porque muitas vezes as pessoas não têm, é... têm uma certa dificuldade, né? de...de valorizar aquilo que é da sua própria vivência, né? Porque aquilo é tão vivido de uma maneira tão espontânea e natural, né? Que existe uma certa dificuldade de se valorizar. E a partir do momento que o poder público está presente, conversando com as pessoas...essa valorização, ela... ela acontece, né? E eu... é... eu poderia citar até um exemplo aqui que é o Cemitério, o nosso Cemitério de Simão Pereira, que fica no alto do morro ali do lado do Parque de exposição. É existe uma tradição que assim, eu faço parte dela, que é de visitar cemitérios, todo ano na época de finados. E a gente... a gente tem o hábito de... a gente gosta de ver aqueles túmulos antigos que tem no cemitério e tal...É... por exemplo, na minha família, existe esse carinho, sabe? de olhar, de valorizar os túmulos antigos e tudo. Mas eu acho que na falta de uma política pública, de uma presença mais forte dos, do...estado, né? Na valorização desses bens, históricos, desse patrimônio histórico. Muitas pessoas não valorizam. Muitas pessoas, elas não acham que aquilo deva ser preservado, porque as famílias já não têm mais referência mais das famílias que moraram ali. As pessoas que foram sepultadas ali. Parece que perderam completamente o vínculo, né? Os herdeiros perderam o vínculo com a cidade. É... mas eu acho que se houvesse uma ação mais sistemática do poder público, no sentido de conversar, de estabelecer essa troca, eu acho que as pessoas passariam a valorizar mais, sabe? Porque, com certeza, existem muitas histórias e memórias que estão adormecidas e que, ao serem valorizadas, né? pelo poder público, elas passam a ter um destaque, elas passam a ter uma... elas são canalizadas, né? pra um movimento coletivo, de valorização e tudo.

Pesquisadora: Você, como professor de Juiz de Fora, você vê uma possibilidade de fazer esse intercâmbio entre Juiz de Fora e Simão Pereira?

Entrevistado: Sim, muito! Muito! Inclusive, através da própria Estrada União e Indústria, né? A estrada que atravessa Simão Pereira e que... e que liga, né? dois

estados, né? estado do Rio a estado de Minas. E a estrada União e Indústria né? Ela tem uma... uma presença, uma potência muito forte na vida das pessoas, porque ela foi o... Simão Pereira não passou trem por Simão Pereira diretamente, né? mas teve a estrada macadamizada né? Então, o símbolo de progresso dos simonenses foi a Estrada União e Indústria, né? E não a estrada de ferro, né? Então, ao contrário de Cotegipe, né? O distrito de Cotegipe, que lá a estrada de ferro cortou Cotegipe, né? Mas, em Simão Pereira, não. Simão Pereira tem a estrada União e Indústria como uma identidade do lugar, como parte da identidade. E que liga perfeitamente a Juiz de Fora, né?

Pesquisadora: E tô pra te falar que é por isso que eu vou...quero entrevistar pessoas de Cotegipe e Souza Aguiar. Por quê? Ninguém falou das estações ainda. Foi só você quem falou. Eu queria saber se isso muda de figura, entendeu? Quando eu for perguntar alguém de Souza Aguiar ou de Cotegipe, eu quero ver se muda um pouco, quais são as referências de patrimônio que essas pessoas vão ter. Assim, eu tô achando que vai ter uma mudança. Que é o que você falou, né? Que está no centro, não tem muita relação com a estrada de ferro. Mas pode ser que mude, quando eu entrevistar pessoas de lá.

Entrevistado: Sim! Pode ser que sim! Por exemplo, você falando isso, você não está me influenciando não, mas eu vou te dizer com toda sinceridade, assim... Eu acho que a ferrovia está mais presente em mim do que nas pessoas que moram ali no núcleo de...naquele núcleo central de Simão Pereira. Porque como eu tô mais perto de Sobragi, de Cotegipe, eu me acostumei, é...com o barulho do trem, né? Quando chega assim o início da noite, ou mais tarde da noite, quando está bem silencioso, eu ouço o barulho do trem, assim, sabe? Quando eu era criança, eu tinha o hábito de caminhar ao lado da linha do trem, pra ver o trem passar, pra observar o trem passar, sabe? Então, é... também o fato da minha mãe, né? Dos meus familiares, antepassados usarem muito o trem como meio de transporte. Eles saíam a pé do sítio e iam até a Estação ou de Sobragi ou de Cotegipe pra embarcar no trem e ir pra Juiz de Fora, né? Então, usava-se muito menos a União e Indústria e muito mais a estrada de ferro até a década de 80. Era, majoritariamente, a estrada de ferro, né? O Xangai,

Pesquisadora: A Estação de Cotegipe era usada para transporte de alimentos também, né?

Entrevistado: É, e a estação de Cotegipe ela... é engraçado, porque...antes...a região passou a se chamar Cotegipe por causa da estação que homenageou o barão de Cotegipe. E aí é engraçado, que, praticamente, todas as fazendas circunvizinhas falavam que ficavam localizadas na estação de Cotegipe. Então até as fazendas localizadas em Belmiro Braga, que faziam divisa com Cotegipe, falavam que pertenciam à Estação de Cotegipe. Aí, quando você vai ver, a localização é Belmiro Braga. É Vargem Grande, né? Então, a Estação se tornou um símbolo de modernidade pra muitas pessoas da região, né? A gente fala que as pessoas vendiam fazendas, colocavam anúncios de fazendas e escreviam, né? fazenda do fulano de tal, localizada no distrito... no distrito... não, na estação de Cotegipe. Eu já vejo uma influência muito menor em Simão Pereira, né? Quando eu falo Simão Pereira, eu falo ali, naquele... no nucleozinho ali, né? Onde era Rancharia, né?

Pesquisadora: Eu percebi que o mais citado é o Chafariz, e eu fico me perguntando, por que o Chafariz, né? O fato que você falou da União e Indústria ter sido tão importante pra eles, pode ser, porque todo mundo conhece o Chafariz como bem tombado. Aí eu fico pensando será que já teve algum evento ali e aquilo ficou na memória... ou a história dele vai passando de pai pra filho, sabe? da importância do Chafariz.

Entrevistado: É engraçado, o Chafariz, é lógico, existe um destaque pra ele, porque ele fica no meio da praça, né? Então, durante décadas, as administrações municipais

usaram o chafariz como ilustração de folhinha, de calendário, né? As propagandas políticas, então assim, se tornaram um símbolo mesmo de... o Chafariz na frente da Igreja, né? E aquelas Palmeiras, né? se tornaram a referência, a identidade visual do município, né? E engraçado que assim, o Chafariz, ele tem a sua importância, mas a maioria não sabe que ele foi doado pelo Mariano Procópio, que ele tá diretamente ligado à União e Indústria. Existe esse vínculo afetivo, mas não se tem essa consciência histórica de que ele tá diretamente relacionado à estrada União e Indústria. Eu, particularmente, eu fiz história, sempre gostei de história e tudo, eu fui descobrir isso, depois da faculdade, olha só que interessante. Foi depois, quando eu fui trabalhar no Museu Mariano Procópio, quando eu comecei a estudar a história da estrada União e Indústria é que eu fui descobrir essa relação do chafariz com o Mariano Procópio, mas isso não mudou a minha valoração com o patrimônio, né? com o bem. Eu já dava uma importância pra ele antes de eu saber isso, sabe? Não foi pelo fato dele ter ligação com o Mariano que eu passei valorizar. Ele já fazia parte do meu repertório de memórias afetivas e daquilo que eu achava importante de ser tombado, ser valorizado, né? E tudo mais.

9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?

Entrevistado: Primeiramente, é... primeiro, ter uma escuta bastante sensível às histórias que as pessoas mais velhas têm para contar, né? Eu acho que isso é muito importante, porque desta forma que eu vou passar pra frente histórias, narrativas, que vão agregar valor àqueles bens, àqueles monumentos. Em segundo lugar, é... eu acho que... segundo lugar, tentar de uma certa forma, é... divulgar, né? De uma certa maneira, hoje, por exemplo, através das redes sociais, da internet, é... fazer fotografias, convidar as pessoas conhecidas, né? Para conhecerem esses... esses lugares. É... fazer com que as pessoas associem esses monumentos a determinados momentos especiais em suas vidas, né? Por exemplo, ah aconteceu um casamento do fulano na igreja, da...da Nossa Senhora da Glória, né? Por que não incentivar as pessoas a tirar uma foto na frente do Chafariz para valorizar? Para que as pessoas possam, de uma certa maneira, associar aquele momento importante de suas vidas. Aquele monumento, aquele patrimônio, né? Eu acho que participar também é outra forma de valorizar, né? A pergunta é sobre valorizar, né?

Pesquisadora: Preservar.

Entrevistado: Isso. Contar pras pessoas das novas gerações, né? Histórias sobre aquele bem e até mesmo incentivar, né? A realização e encontros, né? E para que as pessoas possam se aproximar daquele espaço e entender que aquilo ali é de todos, é um bem público, coletivo que você pode se apropriar dele, né? de múltiplas maneiras desde que não agrida, né? a integridade física, né? do patrimônio e tudo. É eu como... eu tô falando isso como cidadão, né? Como pessoa do lugar, né? Que tem uma memória afetiva do lugar. Agora como historiador, como professor, eu acho que é importantíssimo... é... sensibilizar os olhares, né? Fazer projetos nas escolas, né? Não acho que seja só escola a responsável pela conscientização, né? Toda sociedade é responsável, né? Não só a escola. Mas a escola é um ponto que... é um espaço que gera um efeito... que gera um efeito multiplicador muito importante, né? porque muitas crianças ouvem falar do patrimônio na escola. Elas vão conscientizar os pais, né? Elas vão falar pros pais, contar pros pais as histórias que eles ouviram dos professores, né? da boca dos professores, né? "Pai, olha isso daqui isso daqui é..." Pelo menos comigo, acontecia muito isso, quando eu era... quando eu era estudante de Simão Pereira. Quando eu fui a primeira vez no... na Rocinha da Negra, eu cheguei em casa cheio de história pra contar, né? E eu percebi que meus pais não conheciam a história do Cemitério. Eles moram muito tempo... né? desde criança, são nativos ali da região, não conheciam a história do cemitério, e... eu criança, né? aprendendo isso na escola, levei pra casa, né? E eu lembro que, tempos depois, eu

chamei meu irmão, meu primo, pra gente fazer um passeio, assim ecológico, ali na... em volta do cemitério ali. Aí levei eles lá pra conhecer o cemitério que eles não conheciam. Aí fui com meu irmão mais velho, né? porque não tinha idade pra ficar saindo sozinho, né? Aí levei meu irmão mais velho pra ir conhecer o cemitério, levei meu primo. Então, eu acho que.... a ação pra preservar é essa, né? Eu acho que... é... trabalhar junto às escolas pra falar do patrimônio da cidade. Incentivar os alunos a representar esses patrimônios, através da escrita, do desenho, da fotografia, né? Fazer diversas...desenvolver diversas maneiras de esses alunos, estudantes, eles terem essa percepção da importância e... saírem da escola com essa memória, né? Eu fiz algo, uma atividade na escola, participei de um projeto. Eu acho que isso aí, não, não...se apaga da memória da...do futuro adulto, né? Aquilo vai ficar pra sempre na memória, né? Isso tem um efeito multiplicador muito bom. Eu acho que o caminho.... eu, na minha percepção, o caminho é esse. Começar pela escola e depois incentivar eventos no entorno desses monumentos, assim... encontros, distribuir panfletos, com... com... arte elaborada pelos próprios alunos das escolas. Imagina que legal, né? Você pegar o desenho de uma criança do chafariz e colocar num panfleto, assim, educativo, turístico, né? Gera um senso de pertencimento, né? Um orgulho...Ah! Olha que orgulho o meu desenho aqui, né? Meu olhar está representado aqui nesse material. Então, eu acho que preservar... não existe preservação, se não houver sensibilização e a tentativa de aguçar esse sentido de pertencimento, de construção de memórias afetivas. Acho que passa pelo afeto. Passa pelo afeto sempre.

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?

Entrevistado: Existe sim, mas eu não acompanho. Pra ser sincero, eu não acompanho. É...de perto...é... não tenho muitas informações pra te falar.

11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Sim. Já. Já sim. Já fui convidado pro...pra compor o COMPAC, o Conselho Municipal de Patrimônio. E, também, já cheguei a participar inclusive de um evento, né? É ciclístico na cidade pra poder...comemorar...em comemoração, né? em valorização ao turismo, né? ao patrimônio histórico da cidade. E, em alguns momentos, assim... o próprio XXX (secretário de turismo), né? já chegou a me consultar também... é... já propus, já fiz algumas propostas também de maior valorização, por exemplo, do cemitério. Não do cemitério Rocinha da Negra, mas do outro cemitério, né? Perto do núcleo urbano, ali do município. E... acompanho relativamente, não sou uma pessoa, é... muito participativa, não. Até porque... eu gostaria de ser mais participativo, né? Mas, é... pretendo ser mais participativo, inclusive. É... mas assim... a vida corrida, né? da cidade...Eu trabalho, estudo aqui em Juiz de Fora... e assim, eu acabo ficando na minha zona de conforto, muitas vezes, vou pra roça, vou pro sítio, fico lá e, muitas vezes, eu não tenho essa... essa... como dizer assim...essa proximidade com a esfera de poder local, né? pra... poder deliberar sobre as questões relacionadas ao patrimônio, né? Mas já fui convidado para poder integrar o COMPAC do município.

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistado: Vale eu falar da época em que eu era aluno?

Pesquisadora: Vale, vale!!

Entrevistado: Eu tenho ótimas memórias, lembranças de quando eu era estudante do município, em que eu participei de vários eventos sobre patrimônio no município,

né? Igual eu te falei, eu fui...eu conheci o Rocinha da Negra quando eu estava na escola, e a gente fez um passeio ecológico, ecoturístico, né? Achei muito interessante e eu assim, além do meu interesse pessoal pelo patrimônio, eu também acho que a escola, os professores que eu tive foram bastante importantes na sensibilização do meu olhar pro patrimônio, sabe? por eu gostar, por eu ter essa relação assim... esse interesse, essa curiosidade em saber, buscar informação. É... cheguei a participar de um projeto também, esse que eu conheci a...o projeto que eu conheci o Rocinha da Negra foi o projeto da escola voltado para o Caminho Novo. Estrada Real. E... depois, foi um projeto da escola pra gente olhar, né? Observar os casarões antigos do município e cada aluno, cada estudante tinha que escolher uma casa e fazer um desenho dela, né? E aí foi feito uma exposição na escola, pra expor esses desenhos, né? E aí eu lembro que eu fiz um desenho daquela casa do lado da escola. Uma casa antiga que foi reformada, né? Eu fiz o desenho sobre aquela casa, fiquei super orgulhoso de fazer o desenho dela, de colocar na exposição da escola, né? Na feira de ciências...

Pesquisadora: Você tem o desenho ainda?

Entrevistado: Ficou com a professora, a professora gostou do desenho e ficou com o desenho pra ela.

Pesquisadora: É muito legal esses projetos da escola, né?

Entrevistado: Sim. Muito legal.

Pesquisadora: O Cemitério Rocinha da Negra também foi muito citado. Eu fico pensando será que não é por isso também?

Entrevistado: Pode ser. Eu acho que, dos monumentos da cidade, o que mais recebeu atenção da escola foi o Rocinha da Negra. Pelo menos na minha geração. O Rocinha da Negra e o Chafariz. Foram os dois monumentos. Eu não ouvia falar, da época de escola, das estações, não ouvia falar. Nunca ouvi falar das estações ferroviárias. Nem sequer...parecia que a ferrovia não fazia parte da história de Simão Pereira. Na escola, eu nunca ouvi falar de ferrovia. O chafariz era citado, mas não como parte da estrada União e Indústria, como um monumento integrado à estrada, mais como um monumento em si mesmo. Como algo antigo que era pra ser valorizado, porque era antigo. Não havia essa associação direta também com a estrada, não. Mas, com certeza, é de longe o mais valorizado, o mais...né? E.., na minha época, o cemitério Rocinha da Negra já tava muito falado, assim, a gente foi *in loco*, lá. Os alunos foram *in loco* lá no cemitério. Igual eu te falei, né? Eu fiquei tão encantado que eu chamei meu irmão, chamei meu primo, a gente fez um acampamento perto do cemitério. Isso gerou um efeito multiplicador, porque essa geração que estudou...essa minha geração, né? ela hoje tem filhos, né? casada e tem filho. Então assim, essas crianças...eu vejo que essas crianças, hoje, já sabem o que é o Cemitério Rocinha da Negra, Já sabem da existência dele. Inclusive, recentemente, fizeram um vídeo "Fantasminas" um grupo de...Você já ouviu falar desse...?

Pesquisadora: Não.

Entrevistado: É um grupo no Youtube, que são caçadores de fantasma. Eles criam todo um mistério, assim, né? Eles vão nos lugares assim antigo, misteriosos, né? Aí eles foram lá no cemitério de madrugada, olha só! de madrugada! Levaram umas parafernalias lá pra dizer que aquilo ali capta o sinal, uma energia transcendente que está percorrendo a... e eles ficaram lá e divulgaram esse vídeo. Esse vídeo foi muito compartilhado nas redes.

ENTREVISTADA 16	
Idade: 24 anos	Reside em: Centro de Simão Pereira - MG
Profissão: Estudante	
Escolaridade: Superior completo em Direito	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistada: 21 anos	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistada: Então, aqui a gente tem vários bens, né? Tem o Cemitério da Rocinha, tem o Casarão de Paraibuna, o Chafariz. Para falar verdade, eu conheço os mais visíveis, né? que é o Chafariz, o Casarão. O Cemitério, eu ainda não fui, não tive oportunidade de ir, mas assim, eu sei da existência, conheço a história, né? Fora que também a gente tem a Estrada Real, que é uma forma de... um bem também, né? Porque eles fazem muitos eventos, é, com a Estrada Real.	
3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistada: Assim, de um modo geral, acho que é importante para todo mundo, né? Por exemplo, eu que tenho comércio também, é... quando eles fazem eventos, me beneficia, mas eu acho que, acima de tudo, beneficia todo mundo, né? pela história, por saber o que aconteceu no passado da cidade, entende? Eu acho que, todos eles, não tem um só, né? E assim, o que a gente mais usa é, por exemplo, a Estrada Real, porque tem muito evento de ciclismo, corridas em geral, né? Então assim, eu acho que tem uma relevância cultural muito grande.	
4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistada: Então, como eu disse, eu acho que não tem um só importante, né? Mas de uma forma que tem mais atração turística é mais a Estrada mesmo, né? Que é a que a gente tem, tinha, né? Eventos de ciclismo, eventos de corrida, né? Igual Natal, aqui, eles enfeitam, tem a cantata de Natal, é... mas acho que, de forma geral, todos são importantes.	
5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?	
Entrevistada: Olha, eu acho que não, assim, todos que você citou é, basicamente, o que eu conheço, sabe? Porque tem alguns outros que a gente vê e tal, mas não sabe que não pode ser tombado, né? Por exemplo, aqui, o Espaço Cultural, porque ele não é teoricamente da cultura, né? Ele é um espaço para educação. É... a Igreja, eu acho que não tem... como ela já foi modificada, ela não tem como ser tombada, assim, estou falando de achismo mesmo, mas o resto, todos que você citou aí já são tombados, então, não sei, acho que não tem.	
6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?	
Entrevistada: Então, é aqui, a gente tem o grupo Faces, né? Que é o grupo de teatro da cidade que eu já fiz parte. Eu sempre ajudo na festa da Igreja, né? porque aqui a comunidade é muito unida com relação à igreja, então eu sempre ajudo. Pesquisadora: Então, você já participou da Festa de Nossa Senhora da Glória. E você tem alguma relação com a Roda de Capoeira?	

Entrevistada: Não, com a Roda de Capoeira, não. Mas assim já vi eles apresentando, e tal, mas participar da roda, eu nunca participei, não.

7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?

Entrevistada: Então, a gente tem esse grupo Faces, né?! Que, querendo ou não, é uma forma de manifestação cultural, né? porque fazem muitas peças teatrais com apoio da comunidade. E eu acho assim importante. Eu não sei se tem como tomar e tal, por ser um bem imaterial, mas eu acho muito importante. Aqui, o teatro é muito forte, sabe? Quando eu era mais novinha, o grupo Faces tinha começado e a gente ia, parava a cidade o espetáculo do grupo Faces, porque era muito grande; foi, com o tempo, foi perdendo a força, né? Mas eu acho que se perguntar para qualquer pessoa aqui, eu tenho certeza de que alguém já foi numa peça do grupo.

8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistada: Então, aqui os meninos, como o XXX, o XXX, já fazem um trabalho excepcional com a cultura, né? com a preservação, mas eu acho que ainda falta uma conscientização da população, sabe? Por exemplo, na escola, eu sei que tem passeios e tal, para mostrar o que foi o Cemitério da Rocinha, e tal. Mas assim, se você pegar com os meninos mesmo, eles não sabem da importância, sabe? da real importância. Eles só acham que é mais um passeio da escola. Acho que falta muito isso, uma conscientização, não só das crianças, mas como dos adultos também.

9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?

Entrevistada: Por exemplo, aqui que a gente tem muito contato com o público e tal por conta da padaria. Muitas vezes, muito turista chega aqui né? Não vou falar turista, mas visitante, chega aqui e pergunta sobre alguma coisa, sobre alguma história, e a gente acaba fazendo esse papel, sabe? de apresentar. Eu acho isso muito importante. Criança também, eu lido muito com criança, sabe? Gosto muito. E aí, às vezes, a gente vai sentar e vai conversar, vai contar história. A gente conta histórias que aconteceram aqui, sabe? que nós também escutamos. Acho isso muito importante para deixar a história viva, sabe? Eu acho que a gente precisa de mais coisas assim, mais situações assim.

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?

Entrevistada: Olha, eu vou te falar a verdade, eu sei que existe, porque, quando o XXX, assim a gente fazia teatro, eu lembro do XXX e do XXX comentar. Mas, quem faz parte e o que eles fazem eu não sei, de verdade.

11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistada: Olha, reunião que eu participei, só da Câmara, sabe? Mas audiência pública ou alguma reunião relacionada a patrimônio histórico, não.

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistada: Então, de verdade sobre Patrimônio Cultural, eu acho que não. Igual eu te falei, eu estudei Direito, né? A gente tinha matéria de Direito Público e tal, mas Patrimônio Cultural, não. Nem aqui, sabe? Eles fazem, igual este ano teve um

congresso de Patrimônio Cultural aqui na cidade. Eu também não participei. Sabe? Eles me chamaram, mas não participei.

Pesquisadora: Quando eu entrevistei a XXXX, ela me contou que, quando ela trabalhava na escola, ela participou, ela ajudou num projeto em que os professores levaram os alunos nas casas para conversar com alguns donos das casas que contavam a história. Eu queria saber se você participou desse evento? É da sua época de estudante?

Entrevistada: Não. Eu não estudei aqui. Estava em Juiz de Fora.

ENTREVISTADO 17	
Idade: 22 anos	Reside em: Centro de Simão Pereira - MG
Profissão: Vigilante	
Escolaridade: Ensino Médio completo	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistado: aproximadamente 20 anos	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistado: Então, eu conheço alguns dos bens, ah... Se eu entendi direito, eu acredito que seja o Casarão de Registro, as estações ferroviárias, tanto de Cotegipe quanto de Souza Aguiar, o Chafariz da Praça, o Cemitério da Rocinha da Negra, eu acho que só. É só esses que eu conheço. Pesquisadora: Entendeu sim, isso mesmo. Você mora na cidade sede de Simão ou em algum distrito tipo Cotegipe, ou Souza Aguiar ou Paraibuna? Entrevistado: Não, eu moro no centro mesmo. Bem próximo da Igreja de Nossa Senhora, da praça.	
3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistado: Então, eles são bem importantes... As estações, porque agora tem um projeto para essa revitalização, e para elas virarem pontos culturais, dentro desses distritos, de fora do centro. Eu, particularmente, faço parte do grupo teatral do centro de Simão Pereira e, é importante, porque a gente vai passar a ocupar essas áreas, aumentando esses pontos de cultura para a cidade. Além de que, tanto o Chafariz quanto o Cemitério da Rocinha da Negra, eles são pontos que são ótimos para o aumento do turismo, sabe? Muita gente acaba vindo e consumindo os produtos gerais aqui.	
4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistado: Além dessa relação do aumento do turismo, mais visitantes é muito importante pro pessoal que vende seus produtos perto do Cemitério da Rocinha, que aí acabam tendo esse público-alvo, muito maior por causa desses pontos de turismo. Eu acredito que... que é muito importante pra a cidade, porque é bom para um povo, você entender e aprender e ter forma de visualizar a sua história e o contexto do que ela é dentro da sociedade. Então, esses pontos... esses pontos ainda estarem de pé, ainda estarem sendo revitalizados e preservados; ele é bem importante para que, pra que todo mundo conheça o que já foi um dia e o potencial para ser, mais pra frente.	
5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?	
Entrevistado: Eu acredito que a Igreja de Santo Antônio, porque eu não... não sei se é verdade, mas eu ouvia muito essa relação da história, de que anteriormente havia sido construída uma outra igreja, que era uma das primeiras do Brasil, ou algo do tipo, ou de Minas Gerais. Mas que deu problema no telhado e acabaram demolindo ela toda e construíram essa que está tá, que tá no lugar, em cima. Então, eu acredito que ela carrega muita coisa e muita história pra... pra ela ser um bem protegido.	

6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?

Entrevistado: Eu participei bastante na ajuda ali da montagem, no processo da festa de Nossa Senhora da Glória; o Baile das Mães também eu auxiliava. A gente tinha um projeto, um projeto não, um mês cultural, que era o Novembro Cultural de Simão Pereira, que eram apresentações culturais durante todo o mês de novembro. Existia um projeto junto com a escola, que era a semana do Folclore, que era um projeto com alunos, e, fazíamos apresentações a partir disso. E eu acredito que é isso, só.

7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?

Entrevistado: Acredito que tanto o Baile das Mães quanto o Novembro Cultural são importantes para a cidade, porque falando do Novembro Cultural, em si, a gente sempre trabalha muito com jovens, com a galera mais nova. Então, a gente acaba ocupando essa parte e dando um desenvolvimento cultural para esse pessoal e acaba tendo um resultado muito interessante. O Baile das Mães, eu até acreditava que ele era um patrimônio tombado ou protegido, porque ele acontece direto. Parou, por causa da pandemia, mas ele é um evento que ele acontece há muito tempo ininterrupto. Então, eu acreditava nisso.

8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Ocupar. Definitivamente ocupar, porque eu acredito que uma área que seja ocupada e que tenha um sentimento para algumas pessoas, ela assa a ser preservada pela população. Temos o exemplo o que foi o nosso Espaço Cultural, que é o prédio e do estado e tudo mais, e eles acabaram pedindo ele de volta e teve um envolvimento da população muito grande em relação a isso de um sentimento de perda, porque era um local que a gente recebia todas as pessoas, todo mundo. Tava liberado de entrar, de ficar, de passar o dia lá, se quisesse. Então, essa ocupação criou um vínculo com a população, e a população abraçou esse lugar. Então acredito que... que destinar algo social pra... pra esses patrimônios ajudaria na preservação deles.

9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?

Entrevistado: Como agente cultural, eu acredito que posso auxiliar nessas relações de ocupação. De criar formas de... de chamar o público para esses lugares, de passar a importância de cada um desses pontos para as pessoas e fazendo com que... com que se crie esse vínculo. Além de estar disposto e aberto para ajudar qualquer, de qualquer outra forma, mesmo que não seja... que não seja nada envolvido à cultura. Então acredito que nisso.

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?

Entrevistado: Para ser muito sincero, eu acredito que não. Eu sei que tem um Conselho de Turismo e que tem um Conselho de Cultura, que foi criado há pouco tempo, mas, para a preservação cultural, eu acredito que não tenha.

11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Sim. Eu acredito que nada oficial. Nenhuma audiência, nenhuma reunião, nem nada. O XXX, ele me mostrou os projetos das estações, falou sobre,

mas nada oficial. Ele me mostrou também um projeto arquitetônico do Casarão de Registro, mas foi só isso.

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistado: Há um tempo atrás, eu acredito que 2013, 2012, por aí, teve um projeto de uma professora minha que escreveu um livro sobre alguns patrimônios. Tivemos uma exposição, a partir dos patrimônios culturais, que era pra... eram feitas maquetes e apresentar para a população, que a gente ia recebendo cada ponto do nosso trabalho. No caso, o meu grupo, ele acabou ficando com o Chafariz, e a gente apresentava todo esse contexto histórico e apresentava todas as relações sobre ele. E foi só isso que eu consigo lembrar.

ENTREVISTADO 18	
Idade: 45 anos	Reside em: Localidade do Paraibuna, Simão Pereira - MG
Profissão: Motorista concursado da Câmara de Simão Pereira	
Escolaridade: Segundo grau completo	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistado: aproximadamente 20 anos	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistado: Cemitério da Rocinha, é... Chafariz..., a Prefeitura, as casas, né? Acho que tudo...tudo é patrimônio histórico.	
3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistado: É... sim, né? Ah...é um bem que a cidade tem. É um diferencial que a nossa cidade tem, né? são os patrimônios históricos. Pesquisadora: Você falou que mora na localidade de Paraibuna, né? O Registro é importante pra você? Entrevistado: Sim é. E lá pertence a Minas, né? Eu até esqueci do Registro lá, porque eu fico na outra (lado de Monteserrat) e acaba que... é muito importante. Pena que está desleixado, né? Poderia ter uma melhoria naquele espaço lá. Pesquisadora: Você poderia falar por que ele é importante pra você? Entrevistado: Ah...ali faz parte da Antiga União e Indústria, é a divisa do estado de Minas Gerais, teve o processo do ouro, tudo passou por ali, né? Então, a história do Brasil, tá ali, né? na divisa do estado.	
4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistado: Sim, pra Simão Pereira. Acredito até que para o Brasil inteiro, né? Falta é divulgar e... arrumar esse patrimônio, né? que tá desleixado.	
5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?	
Entrevistado: Acho que esse (Casarão do Registro do Paraibuna) é um do próprio que eu não tinha falado no começo que eu esqueci, mas, ali, eu acho que merece uma atenção especial ali. Me parece que foram os escravos que fez aquilo ali também. Então tem história muito grande atrás...é pedra em cima de pedra. Então, eu acho que teria de divulgar mais, fazer as benfeitorias e melhorias e divulgar, né? Até pras crianças que tão chegando agora que não sabem o bem que têm aqui na nossa cidade, aqui, na divisa do estado, né? Em Minas Gerais com o estado do Rio.	
6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?	
Entrevistado: É como expectador sim, já fui.. quando tem oportunidade, eu gosto de ir e levar até minhas filhas pra verem também. Pesquisadora: Quais eventos? Entrevistado: Ah... o último que eu fui foi... teve o cinema. É as festas de igreja, agora elas estão paradas por causa do - que a igreja também é um patrimônio histórico, né?	

- por causa da pandemia. Antes também da pandemia...Ah os eventos, todos que tem, geralmente, eu tento acompanhar.

7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?

Entrevistado: Acho que a Igreja de Santo Antônio já não é patrimônio, né? É acho que a de Santo Antônio também, poderia, né?

Pesquisadora: A festa de Santo Antônio?

Entrevistado: É a festa de Santo Antônio.

8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: É... eu não sei se seria mais investimento, seria a palavra correta. Ter mais algum investimento, né? Principalmente, nesse que a gente tinha comentado aí da...do Casarão.

9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?

Entrevistado: Ah, divulgando a cidade. A gente também preservando, né? Não deixando lixo ser jogado nas ruas, né? E divulgando pras nossas crianças também, né? Que tão chegando agora, né? O bem que tem na nossa cidade.

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?

Entrevistado: Não, eu não sei, assim... eu acho que tem, mas, assim, não sei... exatamente essa área, não me aprofundi não.

11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Ah... na verdade, eu divulgo sem me perguntarem, né? Mas em questão de reunião, eu ainda não participei não.

Pesquisadora: Você divulga como?

Entrevistado: Ah... quando a gente fala de Simão Pereira pras pessoas que não conhecem a cidade, aí a gente fala um pouquinho o que que tem na cidade, né? Até mesmo pro pessoal vim visitar, né? E por ser uma cidade pequena, aí a gente fala a localização, perto de Juiz de Fora, né? E.. as coisas bonitas que tem: a praça, as igrejas, casas antigas, né?

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistado: Ah, que eu me lembre, não. Não tô me lembrado não. Mas assim, a respeito, assim... igual você falou antes, quando fizemos o concurso. Como eu sou concursado aqui, eu tive que estudar a cidade na época. É muita coisa que estudei pra fazer a prova na época, né? A minha prova caiu a respeito da cidade, do patrimônio histórico.

ENTREVISTADA 19	
idade: 66 anos	Reside em: Cotegipe, Simão Pereira - MG
Profissão: Aposentada. Já foi cabelereira, manicure, revendedora de cosméticos. Dona de loja de material de construção e bazar	
Escolaridade: Até a quinta série.	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistada: 66 anos. Eu nasci em Simão Pereira, mas eu vim pra cá com seis meses. Eu nunca mudei.	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistada: É... o que tem assim....tem um... que eu até não conheço e tenho vontade de conhecer, que eu moro aqui e nem sabia que existia, um cemitério que tem lá...Já te falaram dele? Pesquisadora: Já, já. Entrevistada: Então, não conheço, tenho vontade de conhecer lá, né? Agora cultural que tem, eu acho que não tem... Pesquisadora: E a estação ali? Entrevistada: A estação, né? que a gente tem aqui. Mais a estação, né? Aquela igreja lá, mas não pertence a Cotegipe, pertence a Belmiro Braga, e ela é de particular, né? Então, né? A única coisa que a gente tem aqui... assim, é a capela, né? Capela aí, que é centenária, de São Sebastião. A capela ali tem mais de cem anos. O clube ali que tá...até abandonado. Era o lugar que a gente passeava, dançava...Acabou tudo. E a estação, ela é muito boa, porque ela não era do jeito que ela tá ali. Ela... até falei com o XXX, o XXX tá restaurando, porque arrumou o telhado, né? Ele já apanhou ela assim. Não, mas ela não era assim. Ela tinha as beiradas assim... de um lado e do outro, né? Então, a gente lembra. Era criança, ia lá, tinha o trem que pagava. Eu alcancei isso, o trem pagador. Aí a gente ficava tudo ali. Muita gente pra apanhar o trem, sabe? Pessoal usava muito o trem. Acabou também o trem... tudo. Tinha aqui, acabou. Aí essas coisas assim. Mas não tem assim coisa antiga... Tem quadra, mas não é tão antiga, né?	
3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistada: Eu acho. Eu apanhava o trem. Lembro assim pai. Meu pai trabalhava, né? Era tudo conservado. O pátio, tudo arrumadinho. Aí Lembro deles entrando para receber o pagamento. Eu lembro tudo direitinho. Pesquisadora: O seu pai trabalhava na estação? Entrevistada: Trabalhava na linha, mas, no dia do pagamento, ele entrava lá. Pesquisadora: Entrava lá pra receber, né? Entrevistada: Entrava lá. Aí lembro da sinalização, que não era igual é agora. O lampião, eu tenho ele. O lampião que dava o sinal quando caía trem. O pai saía pra... eu guardei o lampião, a lamparina.... Quando caía trem, eles designavam uma pessoa. Meu pai ou outro, né? trabalhador. Tinha também que trocar...como é que chama? Bastão. Vinha um lá de Matias...eu lembro direitinho, o pai saindo. E o outro pra encontrar. Trocar bastão que eles falavam, né? Pesquisadora: Vocês moravam aqui nessa casa aqui?	

Entrevistada: Não. Morava na casa da Rede que é ali do lado de lá. Tem as casas lá. Já tem quase setenta anos. E assim, né? Tem essas lembranças boas que... as coisas foram acabando, né? Tinha a carreta que punha a gente, andava.... não sei se você conheceu carreta, sabe o que é?

Pesquisadora: Sei.

Entrevistada: Então, punha assim na linha, né? As coisas eram isso, né? Que a gente tem saudade. Era muito bom. Ah era bom! E.. o pessoal era muito unido também. Tinha um sábado assim, juntava os empregados e funcionários, tudo pra lavar a caixa d'água, sabe? Um ajudava o outro... Lenha, fogão à lenha, cada um buscava...semana do fulano, sabe? Tudo assim....muito. E aí foi acabando as coisas tudo, né? Foi acabando.

4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?

Entrevistada: Ah, eu acho importante, né? Essa estação aí tem mais de... Acho que foi inaugurada. Você já viu quando ela foi inaugurada? Acho que ela tem quase cento e sessenta anos. Mil oitocentos e setenta e cinco... Acho que foi, sabe? Aí tinha aquelas beiradas. Tem o primeiro acidente também que deu, sabe? Ali com duas locomotivas. Não teve nenhuma morte. [...] Eu vim de Simão Pereira para cá...É...Minha mãe me teve lá em Simão Pereira. E não teve condição, ela deixou eu com a família, que até era tia dela. Aí eu chamava ela de mãe tudo, né? Fui criada aqui com elas, né? Então tenho muito parente em Simão Pereira, mas tem gente que eu nem conheço, porque quase a gente não vai. Apesar de pertencer Simão Pereira, nossas coisas tudo é em Matias, porque é mais fácil pra nós.

Pesquisadora: Porque a estrada é ruim, né? pra Simão.

Entrevistada: É, só se for pelo pedágio (BR-040), né? Mas tudo aqui... Matias é mais perto. Matias, Juiz de Fora. Dia de semana, nem vê assim quase as mulheres aqui, vai tudo pra Juiz de Fora trabalhar. Quase todo mundo trabalha em Juiz de Fora, né? Uns vão estudar, né? Meus meninos estudaram tudo lá. Até ginásio. Essas coisas foi em Matias. Aí eu que não quis...por causa de...agora mudou muito, né? Melhorou muito. Por causa de... qualquer coisa que acontecesse, hospital...coisa... agora Simão Pereira melhorou, negócio de médico, né? Mas já tá no caminho, porque tudo corre pra lá.

5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?

Entrevistada: Ah a daqui de São Sebastião ela tem...tem gente, né? Ela funciona a igreja, né? Ela é pequena, mas é bonita. Casei lá, né? Hoje eu sou evangélica. Mas aqui tem uma história, né? da gente...gosto da comunidade que eu fiz parte muito tempo da comunidade catequista, tinha turma de catequese. Aprendi muita coisa, sabe? Tem gente que fala: "ah vou na outra igreja", mas esquece. A igreja é muito boa, que eu tinha 11 anos, era bem lavadinha, daí eles me puseram no meio das catequistas. O padre, sabe? o padre muito bom que teve aí, padre XXX. Que era da paróquia...nem era pra ser ele, porque ele é de Matias. Até hoje tudo é em Matias, não sei por quê. Era pra ser Simão, né? porque pertence a Simão Pereira, mas a paróquia é Matias Barbosa.

Pesquisadora: Tudo é em Matias.

Entrevistada: Tudo é Matias. Aí eu falo ó... quando eu fui casar, que eu sou registrada em Simão Pereira e nasci lá, e registrada lá. Quando eu fui casar, meu pai de criação não podia, tinha dado AVC, aí o cartório veio na minha casa. Eles vieram,

né? É tudo de Simão. Mas só quando eu morrer, eu não quero ir pra lá (Simão Pereira). Por causa de tá tudo aqui, né? Tem túmulo, tudo comprei aqui em Matias.

6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?

Entrevistada: Capoeira aqui eu já fui, que meus filhos criança participavam de capoeira, né?

Pesquisadora: Aonde que eles iam?

Entrevistada: Era aqui no Clube. Fazia aqui no clube. Tá tudo parado também. Pois é uma pena, o clube parado, né? O clube acho que por causa de sociedade. Mas tinha um rapaz aí que pegou aí...tá na mão dele. Parou, né?

Pesquisadora: E lá, em Simão Pereira, você já foi na festa de Nossa Senhora da Glória?

Entrevistada: Já. Já fui em festa de barraquinha tudo. Já fui, era bom, né? Não tá tendo também como era mais não. Marcha, Simão Pereira acabou com as marchas. Participava tudo, participava. Futebol, não perdia.

Pesquisadora: Em Matias, você já foi em alguma festa?

Entrevistada: Já. No Banheirinho (bairro). Nessas festas tudo de comunidade, eu marcava quadrilha.

Pesquisadora: Aquela da Fogueira você já participou?

Entrevistada: Como é que é essa?

Pesquisadora: Aquela que o pessoal pisa na fogueira à meia-noite?

Entrevistada: Já. Aqui fazia. As brasas, né? É passa na fogueira. Pisa. Até meu pai falava que era compadre de fogueira, tem uma porção. Tinha as Folia de Reis também, né? Acabou também, né? A gente ficava andando atrás, era uma porção que tinha. Até dormia na casa da gente. As Folia de Reis dormiam, né?

Pesquisadora: E eram daqui os foliões, ou vinham de Matias?

Entrevistada: Tinha daqui e tinha de Sobragi e tinha de Matias. Tinha de Juiz de Fora também. Lá do Teixeiras vinha todo ano. É os folclores, né? Acabou.

7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?

Entrevistada: Pois é, as festas assim que tinha da comunidade, né? Eram muito boas as festas, né? Mas essas tinham que voltar, né? Tem que ter as pessoas, né? de coragem pra organizar. A gente pedia, fazia os leilão, era muito bom! Vinha gente de Matias, Simão Pereira, aqui dava um movimento.

Pesquisadora: E acontecia em que lugar aqui?

Entrevistada: Lá na Igreja. Fazia na quadra também, já fizeram.

8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistada: A estação ,acho que tinha que dar continuidade nas coisas que começa e para, né? Começou... igual reformou o telhado tudo, iluminar ela, né? Ficar bonita igual tinha. Tinha tudo iluminado na beirada dela ali. Coisa que fica ali parada, né? Não tem utilidade pra nada, né? Tem que preservar ali. A MRS, eles não coisam...Sobragi é arrumadinho, aqui não é, né? O clube também preservar, né? Fazer uma reunião com esse pessoal, quem que é sócio. Muitos já até morreram. Coisar a balsa também...Que tinha a balsa também que ligava doutro lado (Belmiro

Braga), né? Mas agora a estrada acabou com o campo do lado de lá. O campo era lá. Mas ali já tem que pertence Belmiro e Cotegipe, atravessou o Rio do Peixe que encontra com o Paraibuna, lá de trás da igreja, eles encontram ali. Aí acabou, acabou a balsa.

Pesquisadora: A balsa passava ali no rio, né?

Entrevistada: É... os cabo de aço ainda tá lá. Ainda tem os cabo de aço ali. Aí tinha a canoa, atravessava de canoa. Eu tinha muito medo, mas atravessava.

9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?

Entrevistada: Sei lá... contribuir assim de ajudar a olhar, né? porque se fazer e também deixar abandonado, né? Se precisar de alguma coisa, de limpeza e tudo, não precisa nem de cobrar, a gente faz, né? Pode ajudar assim, né? E ajudar também a olhar, né? Tem que denunciar, porque as pessoas arrumam, e vai e quebra tudo, picha tudo. Não pode, né? É pra gente responsabilizar pelas coisas, patrimônio da gente, né? que tem no lugar. Interessar, participar das coisas, né? da prefeitura, das reunião que a gente não vai nada. O povo não vai. Cobra, mas não vai. Então tem que ir.

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?

Entrevistada: Não.

11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistada: Não.

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistada: Não. Me lembro não. Já sim, da EMATER, agora tá parado também, né? Participava de tudo assim, sabe? de evento lá em Simão Pereira. Já foi lá na “Balança”, sabe? Teve um que das vezes eu ganhei o primeiro lugar.

Pesquisadora: De quê?

Entrevistada: Foi uma coxinha que eles mandaram...é tudo sem... uma coxinha sem... não era carne, não, sabe? Assim com milho. Eu fiz a massa, mas ficou tão boa... Eu tenho que fazer ela de novo. Aí fiz um rocambole, acho que é um rocambole. Aí ganhei duas vezes. Participava desses eventos assim, eu participava.

ENTREVISTADO 20	
Idade: 74 anos	Reside em: Cotegipe, Simão Pereira - MG
Profissão: Pedreiro e carpinteiro trabalha na Fazenda Mundo Novo desde 1991. Entrevistado: Desde noventa e um, trabalho lá. Pesquisadora: Qual fazenda? Entrevistado: Fazenda Mundo Novo. Lá é patrimônio histórico . Eu saí de lá em 2007; saí em dezembro de 2006; em 2007 que eu fiquei fora. Ela me chamou de volta. Eu trabalhava com bambu, aí, eles me chamaram. Aí tô lá até hoje. Pesquisadora: E você faz o que lá na fazenda? Entrevistado: Exatamente. São reformas, né? Com móveis, serviço de pedreiro, carpinteiro que eu faço muita porteira lá, o curral. E já tive muitas reformas também nas casas de colono, né? Que quando um colono sai, a gente vai lá, arruma tudo que eles deixam, as paredes suja, criança rabisca, eu vô lá e pinto.	
Escolaridade: Primário	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistado: Na verdade, desde os três anos de idade, só que eu tive um período em sessenta e seis até setenta e dois, num sítio, ao lado de Belmiro Braga. Atravessava o rio aqui e chegava lá. Morei lá esse período. Lá, eu casei em setenta, aí depois vim... Fiz uma casinha aqui, vim morar aqui. Mas tive também quatro anos morando em Juiz de Fora, trabalhava em obras lá nesse período.	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistado: De um modo geral, as construções são muito válidas. O que atrapalhou a cidade de Simão Pereira é o pedágio. Não a cidade, mas atrapalhou as pessoas, os usuários. Isso aí foi muito ruim. Isso aqui era estrada de chão, atolava; hoje é asfalto. O trabalho apareceu. Os colégios aqui em Cotegipe, posto médico, muito bons. Foi ótimo o trabalho deles que eles fizeram. Muito bom sim. A gente não pode reclamar de nenhum deles. Desde o tempo XXX, ele começou a fazer as coisas. O XXX, ele também, né? Ele fez esse campo aqui em Cotegipe. O campo era do outro lado do rio. Acabou a balsa, não tem como passar. Isso é importante pro lugar. [...] a estação de Cotegipe tem até história. De primeira, não tinha televisão em casa, os garotos iam brincar de pique. Eu brinquei muito de pique ali na estação. Ali era ótimo. A gente esperava o trem da noite passar, que ia pra Três Rios, era muito gostoso. Nós não tinha essa diversidade. Aqui tinha futebol, pelada de rua e brincava ali à tarde. E tinha um colega também XXX que tocava violão, aí ficava uma turma tocando. Pesquisadora: Tudo em frente à estação? Entrevistado: É na estação mesmo, na plataforma da estação. Tinha os bancos da estação, a gente sentava ali. Pesquisadora: E você já pegou o trem ali? Entrevistado: Já. O trem já, muito. Ia pra Juiz de Fora. De Juiz de Fora pra cá. Pra Três Rios, não fui não. Lá pra Sobragi, eu já fui. Pesquisadora: Você trabalha na fazenda Mundo Novo, você sabe da importância dela? Entrevistado: Eu conheci desde garoto, lá. Quando era férias, o meu pai...meu pai era pedreiro, carpinteiro e, no período de chuva, ninguém dava trabalho não. Hoje continua o trabalho mas preparava...com essa chuva parava. A gente ia pra lá roçar	

pasto. Aí eu ajudava meu pai a roçar pasto. E era o pai do doutor XXX, do doutor XXX, ele que era o dono. Depois passou pro filho. Assim, nesse período de dez, onze anos. Depois fui pra lá, em noventa e um, trabalhar com... Antes até me chamaram, eu trabalhava em Juiz de Fora, né? No sábado, eles pediam pra eu ir lá fazer uma porteira, aí, depois, me contrataram.

3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?

Entrevistado: É. É muito importante, por exemplo, essa Fazenda Mundo Novo, ela foi construída em mil oitocentos e sessenta e cinco. E eu consertei tudo, fiz aquele trabalho todinho, decorações dela. Trabalhei a reforma todinha em noventa e dois. Tinha as coisas já quebrada, a gente consertava. Reformei por fora todinha e por dentro.

Pesquisadora: A parede lá é de quê? De tijolo?

Entrevistado: De tijolo. Tem um curral e tinha um açude do lado. E como eu leio alguns livros, não é o livro próprio de lá, mas as construções antigas, eles fabricavam o tijolo, a telha, então eles tiravam... ali formavam às vezes um açude. É o que tinha o açude lá. Olha aqui foram feitos os tijolos pra construir a casa. É assim, de primeiro, eles chegavam, desmatavam, né? e fazia a sede, depois veio a cultura do café, mais tarde, agora é gado.

4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?

Entrevistado: O patrimônio é muito importante, né? Porque aí, no caso, é uma história. Lembro que às vezes, assim, sei contar os detalhes todo, o início...mas é muito importante.

Pesquisadora: Você considera importante a preservação da Fazenda Mundo Novo pra Simão Pereira?

Entrevistado: A preservação é importante, né? Vale muito a pena.

5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?

Entrevistado: Não. Tem as escolas que foram muito importante, hoje tá modificado, né? Hoje tem onde era a escola mesmo, hoje é um posto médico. A gente tem uma lembrança muito boa.

Pesquisadora: Você é nascido aqui?

Entrevistado: Não. Nasci em Santa Bárbara do Monte Verde. Meus avós tinham um sítio lá e eu nasci lá. Fui registrado em Santa Bárbara do Monte Verde. A minha infância foi todinha aqui (Cotegipe). Mesmo vindo...Como nós viemos de lá, nós moramos aqui em Matias Barbosa, perto daquela ponte entre e divisa entre Matias e Juiz de Fora. Depois nós viemos pra cá, no ano cinquenta. Eu nasci em quarenta e sete. Daí, em cinquenta, nós viemos pra fazenda Hora Boa. É tudo aqui mesmo Cotegipe e Matias Barbosa.

Pesquisadora: Qual sua relação com Simão Pereira?

Entrevistado: Pra lá é pouca. Tinha muitos conhecidos, né? Mas o meu trabalho é pra cá, mais pro lado de Juiz de Fora. Depois vim pra cá.

6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?

Entrevistado: Ora eu não tenho muita certeza... eu acho que já fui sim.

Pesquisadora: E em Matias?

Entrevistado: É... em Matias eu já fui muito, né? E aqui, em Simão Pereira, aqui em Cotegipe, era a Festa de São Sebastião. A festa aqui era linda, tinha festa muito boa. Eu cuidei muito aqui de Cotegipe. A Igreja de São Sebastião, eu reformei ela toda. Eu trabalhava lá nos finais de semana por dentro, botei ardósia. Os bancos da igreja aqui, reformei tudo. Todos.

Pesquisadora: A festa de Nossa Senhora da Glória você já participou?

Entrevistado: Não, eu não fui não.

Pesquisadora: E lá, em Matias, a Festa da Conceição da Paróquia, que é na praça, perto da Matriz?

Entrevistado: As festas de Matias, participava muito. Participava muito dessas festas religiosas, perto da igreja, de lá de Nossa Senhora. Que a gente, como aqui, participava da igreja mesmo, né? Fazia curso na igreja.

7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?

Entrevistado: Por exemplo, de igreja, precisava ser cuidada. Não teve como cuidar dela. Uma igreja que tem aqui, em Cotegipe, do outro lado do rio. Já caiu até o telhado. Foi feito o telhado, recuperou ela, mas o telhado já caiu. Eu tinha nove anos fui à missa lá. Aí tinha uma balsa boa. Depois foi perdendo tudo. Aí Cotegipe ficou muito desprezado. Cotegipe separou...ficou dois municípios. Antes era só Matias Barbosa. Aqui é Simão Pereira, então, hoje como é dividido, fizeram o asfalto e acabou, né?

8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: É uma obrigação. Ah não tem verba, pode pedir ao Estado, né? Eles têm facilidade. Porque muita coisa acabou por falta de interesse mesmo. Ainda bem que, graças a Deus, tem pessoas que hoje quer cuidar, quer ajudar, mas você vê, passa esse período aqui, se sai o prefeito, troca tudo. Aí a ideia sua acabou. Tinha que dar continuidade. Ah, foi do governo fulano de tal.. não é bem assim, né? Tem coisa que tem que dar continuidade, não é pra parar com aquilo. É porque foi o prefeito fulano de tal... ele não terminou? Ele deu início? O próximo termina. Dar continuidade ao trabalho, não deixar ele parado.

9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?

Entrevistado: Ter mais liberdade pra conversar com as pessoas, assim como eu tô conversando com você. É o prefeito ter uma reunião nas comunidades. Ouvir um pouquinho. Mesmo que ele não venha, pode ser o vice que está mais folgado, alguém. Aí tem coisa, eu fui presidente da Associação de Moradores de Cotegipe por duas vezes, fui vice da XXX, e ela só candidatou à vereadora, não foi eleita, saiu. Eu fiquei como presidente. Mas é muito difícil você marcar uma reunião. A última que eu fiz, convoquei a reunião, apareceu um pouquinho, eu falei: "gente, vocês vão me desculpar, me perdoar, mas eu não vou fazer essa reunião, porque é importante para a comunidade, pra você, pra mim. Então o que que a gente tá vendo, tá faltando interesse político, sendo assim eu vou dar baixa nessa Associação. Vou dar baixa, acabou." Porque eu fazia o máximo, ia nas reuniões, marcava reunião, teve um período bom, depois foi caindo. Mas é política mesmo. Tem que ter o jogo, né? Mas você cansa.

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?

Entrevistado: Pois. Sim, esse Conselho sim, que era com o XXX.

Pesquisadora: E você sabe qual a função?

Entrevistado: É a preservação mesmo, cuidar, né? Vê o que precisa, reunir, pedir ajuda.

11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistado: Não, as do patrimônio era só mesmo lá com o XXX (Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural) em Simão Pereira, né? Aqui, era mais de bairro, entre nós mesmos, a gente fazia as reuniões. Fazia umas festas. Teve festa que nós fizemos. A festa de São Sebastiao, por toda vida participei.

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistado: Não. Aí, no caso, só mesmo reunião. Por exemplo, fazia aqui e em Cotegipe, fazia em Simão Pereira. Eu comecei com a Associação de Moradores, aí eu pensei: vou parar por aí.

Pesquisadora: Em alguma reunião da associação vocês já discutiram sobre a Estação?

Entrevistado: A gente lá falava sobre tudo.

Pesquisadora: Sobre alguma melhora ali pra Estação?

Entrevistado: É muito complicado, porque a Estação, no caso, é difícil mexer. Ela pertence à Rede. Aí tinha que levar igual a gente tinha uma reunião lá em Simão Pereira eu levava, porque nós não temos muito o que fazer. Ali é importante demais, mas tinha os vândalos mesmo que destruíam, não tinha ninguém tomando conta.

ENTREVISTADA 21	
Idade: 41 anos	Reside em: Souza Aguiar, Simão Pereira - MG
Profissão: Produtora rural e vereadora (presidente da Câmara)	
Escolaridade: Ensino médio incompleto	
1. Há quanto tempo você vive neste município?	
Entrevistada: Vinte anos. Pesquisadora: Você nasceu onde? Entrevistada: Petrópolis. Pesquisadora: Você mora em Souza Aguiar, né? Entrevistada: Isso. Pesquisadora: Você vem aqui só pra trabalhar? Entrevistada: Um dia sim, um dia, não.	
2. Você conhece os bens culturais do seu município? Pode citar algum (s)?	
Entrevistada: Então, tem o Casarão, né? E acho que tá como patrimônio histórico agora, acho que a Estação de Souza Aguiar, né? Até acho que prendeu uma verba dela lá. Em Cotegipe, acho que também tem a Estação, que eu sei. Aqui...é que são tantas coisas que tem hora a gente...é... são as que eu mais focalizo.	
3. Esses bens culturais citados são importantes para você? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistada: Sim. Que nem no caso da gente ser de Souza Aguiar, a Estação lá, eu acho que daria pra fazer um espaço cultural, uma biblioteca...assim, aproveitar aquele espaço. Acho que é importante. Tanto o casarão, por ser histórico, né? E divisa de estado, né? Pesquisadora: Você tem alguma lembrança da estação de Souza Aguiar? Entrevistada: Não. Funcionando, não. Pesquisadora: Ela estava sempre abandonada? Entrevistada: Do mesmo jeito, é. Agora que assim, eles arrumaram o telhado dela, acho que ano passado... ano retrasado. É que reformaram o telhado dela, mas tá faltando uma obra lá ainda. Pesquisadora: Tem alguma lembrança familiar com a Estação? Entrevistada: Não.	
4. Você os considera importantes para a sua cidade? Se a resposta for positiva, quais são? Por quê?	
Entrevistada: Que nem eu tô te falando, a Estação, eu acho que poderia aproveitar o espaço, né? Que acho que passageiro ele não funciona mais, mas o espaço poderia aproveitar em muitas coisas, né? Que nem brinquedoteca, algum centro cultural ali, então acho que poderia aproveitar. Pesquisadora: Você já ouviu de algum morador de lá a respeito da Estação? Se já pegou trem, se já desembarcou?	

Entrevistada: Já. De memória, assim agora, eu não tenho não, mas já ouvi história como funcionava lá. Tinha até uma foto antiga lá de como funcionava ali. Ali era de café, né? Que dizem que ali parava pra passageiro, pegar café.

Pesquisadora: Quando você tem alguma coisa pra resolver, você vem ao centro de Simão ou outra cidade?

Entrevistada: Banco assim é Juiz de Fora, Matias e Três Rios, também. Levy, né? No caso, por morar na divisa, né? Escola pros meus filhos, sempre estudaram em Três Rios. O mais novo agora, atualmente, está estudando em Simão Pereira, mas o mais velho sempre estudou em Três Rios, cidade vizinha. O pequenininho está em Simão Pereira, por causa da pandemia também...acabou vindo pra cá.

5. Existe algum bem material que ainda não é protegido que você considera importante para a história da sua cidade?

Entrevistada: Que eu me lembre assim, não. Apesar de eu ser política e rodar quase tudo, não me vem em mente, não.

6. Você costuma participar ou já participou de alguma manifestação cultural em sua cidade? Qual?

Entrevistada: Não.

Pesquisadora: Aqui nós temos a festa de Nossa Senhora da Glória e a Roda de Capoeira como patrimônio também. Você já participou de alguma delas?

Entrevistada: Assim, participar, trabalhar, não. A gente ajuda, mas doando alguma coisa assim... mas participar ali firme, não.

Pesquisadora: Em Souza Aguiar, tem alguma festa que você considera importante?

Entrevistada: Tem a São Francisco de Paula. Da igreja, uma festa pequeninha...já foi maior, né? mas agora, devido á pandemia, nem tá tendo, né? Assim mais uma festa da comunidade, mesmo. Não é muito grande quanto é Nossa Senhora da Glória, mas tem uma festinha lá.

7. Existe alguma manifestação cultural que não é protegida e que você considera importante para a identidade da população de sua cidade?

Entrevistada: A de Santo Antônio também aqui, bem famosa.

8. O que você acha que deve ser feito para preservar o Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistada: Restaurar, né? O casarão principalmente e as estações, né? Que eu acho que tá mais... o Cemitério da Rocinha, a última vez que eu visitei, até que tava restaurado. A igreja já foi reformada ali. O Chafariz, acho que tava reformando. É restaurar.

9. Como você pode contribuir para a preservação da memória e da identidade de seu município?

Entrevistada: Então, tudo que dá, assim, recorrer atrás de verba, se for... Igual no caso o XXX (Secretário de Turismo), tudo que tiver ao meu alcance que eu posso ajudar ele, eu tô sempre ajudando. Igual a estação de Souza Aguiar, a gente foi até em Brasília, lá, pra ver se conseguia liberar essa verba. Então assim, como pessoa e como presidente (da Câmara).

10. Você sabe se existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural em seu município? Sabe qual a função dele?

Entrevistada: Acho que tem sim. Acho que é fiscalizar, ajudar. Acho que, na Câmara, também tem...tem o Conselho, tem sim. Tem dois ou três vereadores que participam.

Eu não participo dos Conselhos, entendeu? Por eu ser presidente, já tenho muitas funções.

11. Você já participou de alguma audiência ou de reunião pública, ou já foi consultado sobre alguma questão relacionada ao Patrimônio Cultural de seu município?

Entrevistada: Audiência pública, não. Eu participei de uma reunião, igual te falei em Brasília, da cultura, pra ver se a gente conseguia liberar essa verba, lá.

Pesquisadora: Pra estação de Souza Aguiar, né?

Entrevistada: É.

Pesquisadora: Você já foi consultada alguma vez sobre alguma questão relacionada ao patrimônio?

Entrevistada: Aqui não, de Souza Aguiar já. Fiz até uma carta para o que que ajudaria Souza Aguiar a reformar, a restaurar, né?

Pesquisadora: A Estação?

Entrevistada: É. Fiz no começo do ano passado.

12. Você já participou de algum evento educativo cujo tema foi “Patrimônio Cultural”?

Entrevistada: Não.